

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS
TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA

MARCUS VINICIUS DOS SANTOS CLARO

PARA UMA TEORIA SEMIÓTICA DA RESSIGNIFICAÇÃO

RIO DE JANEIRO

2023

Marcus Vinicius dos Santos Claro

PARA UMA TEORIA SEMIÓTICA DA RESSIGNIFICAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor.

Orientador Prof. Dr. Ricardo Silva Kubrusly
Coorientador: Prof. Dr. Waldmir Nascimento de Araujo Neto

:

RIO DE JANEIRO

2023

CIP – Catalogação na Publicação

d322p Claro, Marcus Vinicius dos Santos
Para uma Teoria Semiótica da Resignificação /
Marcus Vinicius dos Santos Claro. -- Rio de
Janeiro, 2023.
347 f.
Orientador: Ricardo Silva Kubrusly.
Coorientador: Waldmir de Araújo Neto.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação
em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, 2023.

1. Semiótica. 2. Filosofia da Linguagem. 3.
Linguística. 4. Linguagem. 5. Cognição e Gestalt. I.
Silva Kubrusly, Ricardo, orient. II. de Araújo
Neto, Waldmir, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Dedico este trabalho à minha companheira de três décadas, Elena Ramado Claro, sem a qual não haveria tantos motivos para estar ausente, lendo e pensando como as ressignificações nos transformam em pessoas melhores no mundo da reflexão e da Filosofia.

Ao meu pai Fernando Claro, o Maré, *in memoriam*, que se orgulhava tanto dos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e reconheço a condição *sine qua non* das pessoas mais queridas que me incentivaram: minha esposa Elena Claro, minha mãe Lenice Claro, meu falecido pai Fernando Claro e os amigos mais próximos, cujos nomes peço em omitir, os quais, de forma inigualável, me permitiram uma significativa força em levar este esforço a cabo.

RESUMO

A Teoria Semiótica da Resignificação (TSR) tem por fundamento a capacidade da mente em gerar, copiar e adulterar significações, considerando as propriedades plásticas do pensamento, face à busca de sentidos lógicos em três dimensões ou momentos, a saber: pré-linguísticos ou pré-codificados, linguísticos ou codificados e pós-linguísticos ou pós-codificados. Desenvolve-se em componentes da filosofia da Gestalt, das atividades mentais como a percepção fenomenológica, sobre a qual a mente cria relações e associações. Além disso, a TSR demonstra que a mente cria sub-redes de significações, cuja finalidade é a construção de sentido, uma vez que a percepção funciona por estímulos contrastantes. Essa Teoria Semiótica da Resignificação, portanto, tem por meta explicar e demonstrar racionalmente as construções, reconstruções e desconstruções de conceitos, significados circunscritos a redes de significação, abrangendo sub-redes de denotação e conotação, por meio de instrumentos basilares como construção de modelos semióticos. A presente TSR inaugura o SRT – Semiograma Relacional Triádico, ao qual se segue outro ineditismo consequente, que é o SRH – Semiograma Relacional Hexagonal, os quais apresentam uma diagramação lógica inovadora dos mecanismos relacionais entre os três elementos semióticos, a saber: o Referencial, o Signo e o Referente. Associado a este diagrama, a TSR introduz o termo "Epistêmica" para designar os estados mentais do sujeito resignificador.

Palavras-chave: Semiótica; significado; resignificação; semiograma relacional hexagonal

ABSTRACT

The Semiotic Theory of Resignification (STR) is based on mind's capacity to generate, to copy and to adulterate meanings, considering the plastic properties of thought, in the face of search for logical meanings upon three dimensions or moments, namely: pre-linguistic or pre-coded, linguistic or coded and post-linguistic or post-coded. It develops from Gestalt philosophy components, by mental activities such as phenomenological perception, on which mind creates relationships. In addition, the STR demonstrates that mind creates meanings sub-networks, whose purpose is the sense construction, since perception is stimulated by contrast. This Semiotic Theory of Resignification, therefore, aims to explain and demonstrate rationally the constructions, reconstructions and deconstructions of concepts, meanings circumscribed to signification networks, encompassing subnets of denotation and connotation, by means of basic instruments such as building models and language games. The STR inaugurates the TRS - Triadic Relational Semiogram, which is followed by another consequent novelty, which is the HRS - Hexagonal Relational Semiogram, which presents an innovative logical diagram of the relational mechanisms between the three semiotic elements, namely: the Referential, the Sign and the Referent. Associated with this diagram, the STR introduces the term "Epistemic" to designate the mental states of the resignificant subject.

Keywords: semiotics; meaning; resignification.; relational triadic semiogram

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quadrado Semiótico de Greimas.....	61
Quadro 1 – Modelo de conotação como a extensão semântica do Signo denotativo .	62
Figura 2 – Projeção em épura.....	69
Figura 3 – Winfried Nöth.....	77
Quadro 2 – Pensamentos em sete tipos primitivos.....	83
Figura 4 – Cristo Redentor – fotomontagem.....	89
Figura 5 – Triângulo de Ogden & Richards.....	111
Figura 6 – Diagrama Relacional Triádico (DRT).....	112
Figura 7 – Representação gráfica do jogo de xadrez.....	126
Figura 8 – Representações de Signos Transcendentes.....	133
Quadro 3 – Função substitutiva do Signo.....	140
Quadro 4 – Deslocamentos das Categorias Semiósicas.....	154
Quadro 5 – Reajuste de tipos de Signos para Categorias semiósicas de Signos.....	153
Quadro 6 – Signo Indicial e Inferências.....	155
Figura 9 – Diagrama metassemiótico da produção do Signo e da Ressignificação	168
Figura 10 – Triângulo de Ogden & Richards.....	185
Figura 11 – SRT – Semiograma Relacional Triádico.....	186
Figura 12 – Representação saussuriana do Signo: Significado e Significante.....	186
Figura 13 – Diagrama dos anéis de crescimento de uma árvore.....	189
Figura 14 – Imagens de nuvens negras anunciando chuva iminente.....	192
Figura 15 – Pegadas.....	193
Figura 16 – Diagrama da relação entre Emissor e Receptor.....	196
Figura 17 – Símbolos religiosos e suas legendas em português.....	199
Figura 18 – Projeção inicial do SRT – Semiograma Relacional Triádico.....	202
Figura 19 – Quadro semiótico de Greimas – exemplo Vida vs Morte.....	205
Figura 20 – Representação intermediária entre o SRT e o SRH.....	205
Figura 21 – Relações no Semiograma Relacional Hexagonal – SRH.....	208
Figura 22 – SRH - Semiograma Relacional Hexagonal – versão final.....	212
Quadro 7 – Quadro sinótico dos Entes Semiósicos da TSR.....	213
Figura 23 – Ciclo do Objeto e Pensamento dentro da sequência semiótica.....	214
Figura 24 – O pato-coelho e o vaso de Rubin.....	222
Figura 25 – Diagrama do Modelo Estático – Ontológico da Semiótica Geral.....	230

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMS – Conversão entre Modelos Semióticos

EM – Edição Mental (ou Edição Epistêmica)

DRN – *De Rerum Natura* (obra do romano Lucrecio)

DRT – Diagrama Relacional Triádico

RFL – Referencial

RNT – Referente

SNG – Signo

SRH – Semiograma Relacional Hexagonal

TSR – Teoria Semiótica da Resignificação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAPÍTULO 1 - APORTES TEÓRICOS	19
2.1	PENSADORES, TEORIAS E COROLÁRIOS ACERCA DA SIGNIFICAÇÃO.....	19
2.1.1	Breve Histórico de Estudos Sobre o Signo	19
2.1.1.1	Antiguidade.....	20
2.1.1.1.1	1 Indianos – Panini (c. séc. VI-V AEC).....	20
2.1.1.1.2	Gregos.....	22
2.1.1.1.2.1	Platão (427 – 347 AEC).....	22
2.1.1.1.2.2	Aristóteles (384 – 322 AEC).....	23
2.1.1.1.2.3	Estóicos (c. 300 AEC – 200 AEC).....	24
2.1.1.1.3	Romanos.....	26
2.1.1.1.3.1	Marco Fábio Quintiliano (35 – 95 EC)	26
2.1.1.1.3.2	Marco Terêncio Varrão (116-27 AEC)	26
2.1.1.1.3.3	Lucrécio – (c. 94/99 AEC- c.50 AEC).....	27
2.1.1.1.3.4	Agostinho (354-430)	28
2.1.1.2	Idade Média	30
2.1.1.2.1	William de Ockham (1285-1349).....	32
2.1.1.3	Renascimento e Idade Moderna	33
2.1.1.3.1	Renée Descartes (1596-1650).....	34
2.1.1.4	Século das Luzes	35
2.1.1.4.1	Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716).....	37
2.1.1.4.2	Os Empiristas: Francis Bacon (1561-1626), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), George Berkeley (1685-1753), David Hume (1711-1776).....	38
2.1.1.4.2.1	Ettiene Bonnot de Condillac (1715-1780).....	40
2.1.1.4.3	Immanuel Kant (1724-1804).....	42
2.1.1.5	Século das Ciências	43
2.1.1.5.1	Michel Bréal (1832-1915)	44
2.1.1.5.2	Ferdinand de Saussure (1857-1913)	46
2.1.1.5.3	Charles Sanders Peirce (1839-1914)	48
2.1.1.6	Visões dos Séc. XIX / XX e Contemporâneas	50

2.1.6.1 Positivismo Lógico / Neopositivismo:	
Williard van Orman Quine (1908-2000) – Moritz Schlick (1882-1936) – Rudolph Carnap (1891-1970) – Ludwig Wittgenstein (1889-1951).....	50
2.1.6.2 Freud (1856-1939) / Carl Jung (1875-1961).....	52
2.1.6.3 Tzvetan Todorov (1939-2017).....	53
2.1.6.4 George Lakoff (1941-).....	54
2.1.6.5 Louis Hjelmslev (1899-1965);;.....	55
2.1.6.6 Jakobson (1896-1982).....	56
2.1.6.7 Charles Morris (1901-1979).....	58
2.1.6.8 Émile Benveniste (1902-1976).....	59
2.1.6.9 Algirdas Julien Greimas (1917-1992).....	59
2.1.6.10 Roland Barthes (1915-1980).....	61
2.1.6.11 Thomas A. Sebeok (1920-2001).....	63
2.1.6.12 Noan Chomsky (1928-).....	64
2.1.6.13 Yuri Lotman (1922-1993).....	66
2.1.6.14 Umberto Eco (1932-2016).....	67
2.1.6.15 Brian Rotman (1940-).....	68
2.1.6.16 Julia Kristeva (1941-).....	70
2.1.7 No Brasil	72
2.1.7.1 Mattoso Câmara Jr. (1904-1970).....	72
2.1.7.2 Décio Pignatari (1927-2012).....	73
2.1.7.3 Lucia Santaella (1944 -).....	74
2.1.7.4 José Luiz Fiorin (1942 -).....	74
2.1.8 Palavras Finais sobre a Historiografia	75
2.2 MECANISMOS COGNITIVOS DA LINGUAGEM	78
2.2.1 O Pensamento	78
2.2.2 Tipos de pensamento	82
2.2.3 Mecanismo Axial do pensamento: A Associação	85
2.2.3.1 Inferência.....	91
2.2.3.2 Analogia.....	94
2.2.4 O Exercício do Pensamento: Raciocínio	96
2.2.5 Pensamento e Significado	99
2.3. ONTOLOGIAS E TEORIAS DO SIGNO	106
2.3.1. A função vicária do Signo: realistas e nominalistas	107

2.3.2. Ontologia da Presença.....	110
2.3.5. Triângulo de Ogden & Richards (Diagrama O & E).....	110
3 CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA TEORIA SEMIÓTICA DA RESSIGNIFICAÇÃO (TSR).....	115
3.1 A EPISTÊMICA.....	115
3.1.1 Edição Epistêmica ou Edição Mental.....	117
3.2 PLASTICIDADE E AMORFIA DO PENSAMENTO.....	118
3.3 <i>GESTALT</i> E SEUS FUNDAMENTOS.....	121
3.3.1 A Lei do Contraste.....	122
3.3.2 Características funcionais da Gestalt.....	123
3.3.3 Fundo Gestáltico Comum.....	125
3.4 GESTALTISMO E ASSOCIACIONISMO.....	128
3.4.1 Associações gestálticas pré-sígnicas e sígnicas.....	129
3.4.2 Gestaltismo aplicado à Semiose.....	134
3.4.3 Gestalt e fatores de desambiguação.....	136
3.4.4 <i>Gestalt</i> e Significação.....	137
3.5 PRINCÍPIOS ONTOLÓGICOS.....	138
3.5.1 Princípio da função e relação no Signo.....	138
3.5.2 Princípio do Mobilismo e do Imobilismo.....	142
3.5.3 Princípio da Ambiguidade.....	148
3.5.4 Princípio do Deslocamento.....	149
3.6 SIGNO E SEMIOSE.....	152
3.6.1 Função como lugar de deslocamento.....	152
3.6.2 A função semiótica no exercício do Signo.....	153
3.6.2.1 O Signo Indicial.....	154
3.6.2.2 O Signo Icônico e A Iconicidade.....	156
3.6.2.3 O Signo Convencional.....	158
3.6.3 A função semiótica da Rede de Significação.....	160
3.6.4. Semiose sob o Princípio da Arbitrariedade.....	160
3.6.4.1 Arbitrariedade nos Signos Convencionais.....	161
3.6.4.2 Arbitrariedade nos Signos Icônicos.....	161
3.6.4.3 Arbitrariedade nos Signos Indiciais.....	162

4	CAPÍTULO 3 – TEORIA SEMIÓTICA DA RESSIGNIFICAÇÃO – TSR....	164
4.1	OBJETOS E PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS.....	164
4.1.1	Objeto da TSR.....	164
4.1.2	Objetivos.....	164
4.1.3	Marco Filosófico-Ontológico.....	165
4.1.4	Leis da TSR.....	168
4.1.4.1	Lei da Modelagem Plástica.....	168
4.1.4.2	Lei do deslocamento.....	169
4.1.4.3	Lei Geral da Ressignificação.....	170
4.1.4.4	Lei do Metaplasmo.....	172
4.1.4.5	Lei da Ambiguidade.....	173
4.1.4.6	Lei do Valor Semiótico.....	174
4.1.5	Entidades e Postulados da TSR.....	176
4.1.5.1	Entidades e Processos Semióticos.....	176
4.1.5.1.1	Entidades Semióticas.....	176
4.1.5.1.1.1	Entes Semiósicos.....	176
4.1.5.1.1.2	Entes Semióticos.....	176
4.1.5.1.2	Processos Semióticos.....	177
4.1.5.2	Postulados da TSR.....	179
4.1.5.2.1	Comentários acerca dos dez postulados e dos teoremas da TSR.....	179
4.1.5.2.2	Teoremas da TSR.....	183
4.2	DO DIAGRAMA DE OGDEN & RICHARDS PARA O DRT – DIAGRAMA RELACIONAL TRIÁDICO.....	184
4.2.1	A nomenclatura adotada na TSR.....	186
4.2.2	Elementos do DRT → SRT.....	189
4.2.2.1	Entes Semiósicos.....	189
4.2.2.1.1	O Referencial (RFL) – Agente Epistêmico – Referenciador.....	191
4.2.2.1.2	O Referente (RNT) – Estágio pré-sígnico.....	192
4.2.2.1.3	O Signo (SGN) – Produto Modelar.....	193
4.2.3	Relações entre os entes semiósicos nos vértices do SRT.....	194
4.2.3.1	Relação Semiósica Referencial: RFL → SGN.....	195
4.2.3.2	Relação Semiósica Referencial: RFL → RNT.....	195
4.2.3.3	Relação Semiósica Referente com Signo: RNT e SGN.....	196

4.3 DO SRT PARA O SEMIOGRAMA RELACIONAL HEXAGONAL – SRH.....	201
4.3.1 Intróito.....	201
4.3.2 Discussão Acerca da Passagem do SRT para o SRH.....	203
4.4 A SIGNIFICAÇÃO – FORMATADA E NÃO FORMATADA.....	208
4.4.1 Espectros de Significados.....	208
4.5 SIGNIFICADOS: PRÉ-SÍGNICO, SÍGNICO E PÓS-SÍGNICO.....	211
4.5.1 Sub-rede de Significação.....	213
4.6 MODOS DE SIGNIFICAÇÃO: DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....	215
4.6.1 Modo Denotativo.....	218
4.6.2 Modo Conotativo.....	220
4.6.2.1 O Símbolo – um Signo Transcendente.....	223
4.7 CLASSES DE RESSIGNIFICAÇÃO – METASSEMIÓTICA E SEMIÓTICA.....	225
4.7.1 Classe de Resignificação Metassemiótica.....	225
4.7.1.1 Resignificação Pré-sígnica.....	225
4.7.1.2 Resignificação Sígnica	226
4.7.1.3 Resignificação Pós-sígnica.....	226
4.7.2 Classe de Resignificação Semiótica.....	227
4.8 SINOPSE DA TSR E COMENTÁRIOS FINAIS.....	228
5 CAPÍTULO 4 – INSTÂNCIAS E APLICAÇÕES DA TSR.....	230
5.1 INTRÓITO.....	230
5.2 CATEGORIAS DE RESSIGNIFICAÇÕES SEMIÓTICAS.....	230
5.2.1 Resignificação semântica.....	231
5.2.2 Resignificação na Macro-rede de Significação / Semiosfera.....	231
5.2.3 Resignificação Tecnológica.....	231
5.2.4 Resignificação Política.....	232
5.2.5 Resignificação Estética.....	232
5.2.6 Resignificação Linguística.....	232
5.2.7 Resignificação Histórica.....	233
5.2.8 Resignificação Religiosa.....	233
5.2.9 Resignificação Científica.....	234
5.3 SISTEMAS LÓGICOS E EPISTEMOLOGIA.....	236
5.3.1 Da lógica aristotélica à lógica paraconsistente.....	236
5.3.2 Das Epistemologias ou teorias sobre o Conhecimento.....	240

5.4 MATEMÁTICA.....	242
5.5 ARQUITETURA E ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES.....	243
5.5.1 Engenharia do adobe ao concreto armado.....	243
5.5.2 Do espaço edificado.....	244
5.6 CIÊNCIAS DO HOMEM PARA O HOMEM.....	245
5.6.1 Paleontologia.....	245
5.6.2 Antropologia.....	246
5.6.3 Filosofia.....	247
5.6.4 Sociologia.....	249
5.7. CIÊNCIAS DURAS E HISTÓRIA DA CIÊNCIA.....	251
5.7.1. As Revoluções Científicas.....	251
5.7.2 Astronomia e Física: Planeta.....	251
5.7.3 Da Biologia evolucionista ao Dogma do DNA.....	253
5.8. IDEOLOGIAS: POLÍTICA E RELIGIÃO.....	258
5.8.1 Do mercantilismo ao neo-liberalismo – o dinheiro como valor de troca.....	258
5.8.2 Do ato simbólico à constituição da sacralidade.....	260
5.9 PEDAGOGIA E ENSINO.....	261
5.10 CRÍTICA TEXTUAL E CRÍTICA LITERÁRIA.....	265
5.11 PROPAGANDA COMO AGENTE RESSIGNIFICADOR.....	268
5.12 PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO NO FUTURO?.....	271
6 CONCLUSÃO.....	272
REFERÊNCIAS.....	276
Anexo A -.....	281
Anexo B -.....	283

1 INTRODUÇÃO

Então disse o SENHOR a Moisés: Sobe a mim ao monte, e fica lá; e dar-te-ei as tábuas de pedra e a lei, e os mandamentos que tenho escrito, para os ensinar.

Êxodo 24:12

Tu t'assoiras d'abord un peu loin de moi, comme ça, dans l'herbe. Je te regarderai du coin de l'oeil et tu ne diras rien. La langage est source de malentendus. Mais, chaque jour tu pourras t'asseoirs em peu plus près...¹

A. Saint-Exupéry

A consciência sobre a significação e sobre o Signo é um exercício mental que vem sendo praticado por mais de vinte e cinco séculos. Os registros mais antigos sobre a reflexão da representação é datada no Ocidente na letra de Aristóteles, isto é, há mais de 2500 anos. Já no Oriente, Panini ² inaugura, por volta do século VI AEC uma gramática do sânscrito que é estudada até hoje.

A escrita é determinante para tal consciência, pois, sem ela, não haveria o advento da gramática e da invenção do termo: "palavra" ("word", "mot", "palabra", "Wort", "parola", "verbum", "leké", "ꞀꞀ" etc). Já as línguas ágrafas raramente ou nunca possuem um termo para designar palavra, ou mesmo um signo linguístico, embora tenham consciência de que falam uma língua, e essa língua é o nome da sua etnia, do seu povo no seio da sua cultura e dos seus ancestrais. A Linguística e, por extensão, a Semiologia e a Semiótica são, portanto, possibilidades da história intelectual depositada e acompanhada da escrita, irremediável e inequivocamente.

Já no século XXI, e mesmo nos meados do século XX, tanto intelectuais, acadêmicos e pessoas do senso comum não se interessam pelo assunto, apesar de, eventualmente, terem a consciência da sua importância. Isso se confirma quando se preocupam com os conteúdos e as relações que esses conteúdos possuem entre si, salvo a situação em que se destaca um signo determinado, seja um logotipo, um símbolo, um mito ou, principalmente, uma dada palavra – o signo linguístico, em particular. Faz-se uso da linguagem como um instrumento de expressão e como um instrumento ou ferramenta de comunicação. A língua, acompanhada de

¹ "Primeiro você vai sentar um pouco longe de mim, assim, na grama. Vou olhar para você com o canto do olho e você não vai dizer nada. A linguagem é uma fonte de mal entendidos. Mas, todos os dias você pode se sentar um pouco mais perto."

² Cf. Anexo B.

outros sistemas de signos, é o mais invisível dos meios pelos quais as mentes se aproximam, seja pelo corpo humano, seja pelos sinais externos a esse corpo. Essa invisibilidade, no entanto, quando desvelada, mostra um universo de universos: a linguagem e seus sistemas de signos. Eis a imanência vergada à transcendência. A linguagem se torna matéria, a matéria que veicula o pensamento.

Mas se a materialidade dos signos é consequência, a sua imaterialidade apresenta uma dupla propriedade. Para que os signos possam agir e interagir, é necessária uma mente que os crie e os manipule em uma cadeia cada vez mais complexa e intrincada: a rede de signos. Eis a primeira propriedade: a relação de significação gerada a partir do esfregamento entre o homem e o seu meio. Embora uma frase simples, sua enunciação só será possível depois de alguns milhares de anos, quando a inteligência humana se ergue em um meio coletivo, uma vez que signos são criados para os outros. Tornar algo em comum a dois, agir em comum é, portanto, a ação em comum: comunicação.

A segunda propriedade é a plasticidade. Se o signo é produto da mente, do cérebro, de uma rede neural, cuja plasticidade está comprovada e até observável por instrumentos científicos, por que as criações humanas seriam imobilizadas em suas práticas e usos? A plasticidade dos sistemas de signos, a bem dizer, seus elementos, ou seja, os próprios signos, herdaram tal propriedade. É com base nesta característica flagrante pela qual podemos deduzir incondicionalmente que os processos de ressignificações estão, com isso, inequivocamente comprometidos. Eis aí um ponto de inflexão sobre o qual máquinas ou autômatos dotados de redes quânticas, com inteligência artificial forte possam produzir e reproduzir de forma similar à humana a execução e criação de sistemas de signos, tomados como linguagem. Se a sociedade de consumo já dispõe de algoritmos e de meios para industrializar em série equipamentos como SSDs e computadores portadores de tecnologia quântica, o caminho para a produção de autômatos dotados de algoritmos inteligentes reprodutores e produtores de sistemas de signos está aberto.

Ocorre que a Semiótica nasce da Linguística, isto é, a partir do estudo do signo linguístico e da formação lógica de sentido que encerra as línguas. Saímos do específico para o geral. Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) já tinha em mente a consciência de que a língua é um dos componentes das construções culturais, ocupando lugar privilegiado, pois sua envergadura funcional permite representar qualquer outra instância constitutiva da cultura – de modo reflexivo, a língua é sua estrutura e da cultura surge a sua língua própria. Desejamos, no entanto, observar o espectro que a linguagem e a cultura são capazes de produzir – os signos não linguísticos ou extralinguísticos. Enquanto isso, Charles Sanders Peirce (1839 –

1914) insere e submete a Semiótica à Lógica, visto que para haver sentido, a construção do pensamento deve se ater à coerência de sentido. É essa uma das funções do signo: garantir a logicidade do pensamento, de tal forma que seu destinatário possa reproduzir com a mesma compreensão em prol de obterem-se resultados novos. Eis aqui o momento em que J. J. Rousseau (1712 – 1778) faz a distinção entre os sistemas de comunicação animais, como abelhas, formigas e castores e a linguagem humana, pois que somos capazes de ampliá-la, modificá-la e diversificá-la.

Esta pesquisa teve início quando eu me dei conta que poderia gerar meus próprios textos escritos até que entrei para o curso de Letras na UERJ em 1981, ao final do período da ditadura civil-militar, em meio a discursos de libertação do regime e da abertura democrática. Mas as minhas preocupações foram outras, apesar de entrar para o grupo fundador do diretório acadêmico das Letras. Até me encontrar com a Linguística, por meio do linguista Edward Lopes, o grande mestre, um mito e seu enigmático trabalho: Ferdinand de Saussure. Também conheci os livros do brasileiro e grande estruturalista Joaquim Mattoso Câmara Jr. Desde então, segui a carreira de professor de gramática.

Hoje, à beira dos sessenta anos, apoiado sobre os ombros de grandes mestres, venho realizar o sonho de apresentar à Academia uma teoria genuína de minha autoria, a Teoria Semiótica da Resignificação. É com muita honra e orgulho que me submeto aos ilustres professores doutores a minha contribuição para o cabedal da Filosofia da Linguagem, da qual jamais pretendo me divorciar.

A presente tese está dividida em quatro capítulos e possui dois anexos. Inicia-se com breve inventário histórico, no qual se elencam vários pensadores da Linguagem, desde a Antiguidade até os dias atuais, e inclui um acervo teórico sobre a cognição.

O segundo capítulo apresenta os aportes teóricos precedentes e determinantes para uma teoria semiótica, pela qual se pretende demonstrar a herança plástica do pensamento e das redes neurais produtoras dos Sistemas de Signos e suas atividades nos processos de comunicação, no exercício, no uso e no abuso de Signos em sua plasticidade revelada nos processos de Resignificação.

Para o terceiro capítulo destinamos a argumentação e demonstração da teoria propriamente dita, seus dez postulados e alguns teoremas, seguidos dos diagramas: o Diagrama Relacional Triádico, seu sucessor, o Semiograma Relacional Triádico e apresentamos, em seguida, o desenvolvimento do Semiograma Hexagonal Relacional. Todos esses diagramas mostram geométrica e logicamente os ciclos que a teoria tem a revelar, motivando novas reflexões e desdobramentos para um projeto de Metasemiótica.

O quarto e último capítulo tem por objetivo demonstrar como a TSR pode contribuir para a reflexão, análise crítica e aplicação em diversas áreas, as quais nos comprometemos a discutir: na Epistemologia e Modelagens, em Gramática Histórica, nas Ciências e suas historiografias, na Política e Ideologias, na Pedagogia e nas Críticas Textual e Literária.

Os anexos complementam significativamente para a compreensão sinótica da TSR, uma vez que apresentamos um quadro que esquematiza a formação do Signo perante os autores vistos no Capítulo 1. Já o segundo anexo é providencial para melhor entendimento dos conceitos aplicados no decorrer do trabalho exposto nos quatro capítulos que estruturam esta tese. Esta lista é auto-remissiva de modo a tornar os conceitos coerentes e determinados, evitando imprecisões e confusões conceituais.

Enfim, buscamos tornar a Semiótica cada vez mais notável, perceptível e merecedora de atenção, tanto no senso comum, como nos meios intelectuais, nas artes e nas práticas políticas, de modo a fazer da reflexão sobre os signos e seus diversos sistemas de representação um lugar inequívoco para o exercício da filosofia, do bem estar coletivo e de um mundo melhor.

2 CAPÍTULO 1 – APORTES TEÓRICOS

2.1 PENSADORES, TEORIAS E COROLÁRIOS ACERCA DO SIGNO E DA SIGNIFICAÇÃO

"Mas afinal, para que serve a Semiótica? Serve para estabelecer as ligações entre um código e outro código, entre uma linguagem e outra linguagem. Serve para ler o mundo não verbal: 'ler' um quadro, 'ler' uma dança, 'ler' um filme – e para ensinar a ler o mundo verbal em ligação com o mundo icônico ou não-verbal. A arte é o oriente dos signos; quem não compreende o mundo icônico e indicial, não compreende corretamente o mundo verbal, não compreende o Oriente, não compreende poesia e arte."

Décio Pignatari, em *Semiótica & Literatura: icônico e verbal, Oriente e Ocidente*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p. 12.

2.1.1 Breve Histórico De Estudos Sobre O Signo

Antes da Era Comum (AEC) ³:

Panini (c. séc.VI-V AEC) – Platão (428-427 AEC) – Aristóteles (384-322 AEC) – Estóicos (300 AEC-200 AEC) – Varrão (116-27 AEC) – Lucrécio (c.94/99-c.50 AEC)

Era Comum (EC): Idade Média – Iluminismo – Empiristas:

Quintiliano (35-95 EC) – Agostinho (354-430 EC) – Ockham (1285-1349) – Port-Royal: Antoine Arnauld (1612-1694), Claude Lancelot (1616-1695) e Pierre Nicole (1625-1695) – Locke (1632-1704) – Leibniz (1646-1716) – Francis Bacon (1561-1626) – Thomas Hobbes (1588-1679) – John Locke (1632-1704) – George Berkeley (1685-1753) – David Hume (1711-1776) – Condillac (1715-1780) – Kant (1724-1804).

Séculos XIX / XX e Contemporâneos:

Quine (1908-2000) – Schlick (1882-1936) – Carnap (1891-1970) – Wittgenstein (1889-1951) – Bréal (1832-1915) – Peirce (1839-1914) – Saussure (1857-1913) – Hjelmslev (1899-1965) – Roman Jakobson (1896-1982) – Morris (1901-1979) – Benveniste (1902-1976) – Greimas (1917-1992) – Chomsky (1928-) – Sebeok (1920-2001) – Yuri Lotman (1922-1993) – Umberto Eco (1932-2016) – Todorov (1939-2017) – Kristeva (1941-__) – Lakoff (1941-__) – Brian Rotman (c.1940 -).

Brasil:

Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) – Décio Pignatari (1927-2012) – Lucia Santaella (1944-__) – José L. Fiorin (1942-__).

³ Utilizamos as abreviaturas AEC – Antes da Era Comum e EC – Era Comum, correspondendo a a.C. e d.C., respectivamente.

É necessária a delimitação e explicitação dos critérios para uma exposição de uma história da semiótica e de seu escopo, considerando o método e o vocabulário que denotem o campo de estudo do Signo. A começar pela percepção de que a linguagem se dá através de Sistemas de Signos.⁴

Os critérios historiográficos são tomados aqui para limitar a nossa compreensão acerca do objeto de estudo da Semiótica e sua gradual expansão, e reconhecimento como ciência, através do tempo cronológico.

Como o Signo e a Linguagem foram interpretados ao longo do tempo?

Para responder a essa pergunta, consideraremos aqui, por melhor organização cronológica e topológica, três períodos consecutivos: Antes da Era Comum, durante a Era Comum e os séculos XIX - XX e os Contemporâneos, a fim de circunscrever a História da Ciência dos Signos, a História da Semiótica. Acrescentamos, ao final, uma perspectiva de autores brasileiros.

2.1.1.1 Antiguidade

2.1.1.1.1 Indianos – Panini (c. séc. VI-V AEC)

Os estudos da língua indiana, foi tomado sistemático provavelmente pelos séculos VI a V AEC, motivados pelo receio da deterioração natural que a fala impõe aos textos védicos – considerados sagrados e fundamentais para a conduta, filosofia e vida hindus. Panini (patronímico: 'descendente de Pani'), nascido em Gandara (c. 520 AEC – c. 460 AEC), foi um gramático referencial na antiga Índia, estudioso dos livros sagrados dos Vedas – portanto, da língua escrita. Sua gramática denomina-se *Astadhyayi* (transliterado de *asta* = oito + *adhyaya* = capítulo).

O sânscrito, uma das mais importantes e antigas línguas do grupo indu-europeu, possui formações morfológica, sintática e fonética muito elaboradas, como indica sua denominação (*sams* - bem; *krtam* - elaboração) e está estruturada em um sistema de derivação mórfica no qual as unidades lexicais (palavras) são criadas a partir de um universo de cerca de 2.200 elementos básicos, chamados raízes, seguindo regras lógicas muito bem estabelecidas, descritos em milhares de *sutras* (aforismos).

⁴ Entenda-se por Sistema: conjunto de elementos de reflexão, intelectualmente organizado, concebido pelo espírito humano, unidos por um fundamento dado, a partir de ideias logicamente conexas, consideradas nas suas relações, por meio de regras ou leis que fundam dada organização de ideias e conceitos. Deste modo, um Sistema explica e descreve um determinado escopo que ele representa.

Essa constatação levou eruditos daquela etnia, por centenas de anos, a desenvolver um estudo sistematizado de tais textos, por meio da escrita sânscrita, a qual, segundo Charles Higounet (1911-1988), ao referenciar Franz Bopp (1791-1867), acrescenta:

"A escrita *brahmi* das inscrições de Açoka (274-236 AEC) tornou-se, por outro lado, a base de todas as escritas do imenso grupo de países de cultura indiana. Sua elaboração, seguramente bem anterior ao século III, levanta questões muito delicadas: seu mecanismo interno, com efeito, faz penetrar num mundo de notação radicalmente oposto ao mundo semítico, enquanto a origem gráfica de seus sinais, provoca, pelo menos, aproximações com o ocidente fenício e aramaico. As escritas semíticas notaram, sabemos, o esqueleto consonantal das palavras. Já os indianos, ao contrário, dedicaram-se a reproduzir os sons reais da linguagem. A escrita *brahmi* não tem sinal para representar uma consoante isolada, mas sinais que notam as consoantes acompanhadas do som *a*, o mais comum nas línguas indianas (...). A língua *brahmi* compreende quatro sinais para as vogais iniciais a, i, u, o e trinta e dois sinais silábicos. Ela é traçada da esquerda para a direita." (Higounet, 2003).

A citação acima é herdeira de uma perspectiva européia, cuja inauguração se dará entre os séculos XVIII (na descoberta ocidental da gramática indiana) e XIX (estudos linguístico-comparativos), quando a obra de Panini tornou-se conhecida. A partir de então, as teses do indo-europeu tomam vulto, resultando na lingüística moderna, inicialmente por meio de Franz Bopp, que olhou principalmente para sua metodologia gramatical. Posteriormente, um corpo mais amplo de trabalho influenciou estudiosos do sânscrito, como Ferdinand de Saussure (1853-1913, Suíça), Leonard Bloomfield (1887-1949, EUA) e Roman Jakobson (1896-1982, Rússia). Frits Staal (1930-2012, Inglaterra) apresentou ideias indianas sobre a linguagem na Europa, examinando os seus impactos. Posteriormente, Staal observou que a ideia de regras formais na linguagem – proposta por Ferdinand de Saussure, em 1894 e desenvolvida por Noam Chomsky em 1957 – tem origem na exposição de natureza européia às regras formais da gramática de Panini. Ferdinand de Saussure, que lecionou sânscrito por três décadas, certamente foi influenciado pelo tratado metalingüístico de Panini e de Bhartrihari. Seu conceito binomial de Signo marcado pela relação indissociável do Significante vs. Significado, reverencia a noções descritas e prescritas pelos gramáticos indianos e seus comentadores. Mais importante ainda, a própria ideia de que as regras formais podem ser aplicadas a áreas fora da lógica ou matemática pode ter sido catalisada pelo contato dos filólogos europeus com o trabalho de gramáticos do sânscrito.

No campo de uma perspectiva simbólica hindu, o intelectual Tzvetan Todorov (1939-2017) nos traz uma síntese de sete premissas acerca de uma análise de cunho semiótico, na obra *Kavya Prakasa*, de Mammata Bharra; explica (2014; p.14): "(...) resume assim as ideias

correntes de seu tempo – suscitadas pela obra fundamental de *Anandavardhana*⁵, sem dúvida, o maior teórico do simbolismo textual. Ele distingue sete diferenças entre a expressão e a sugestão indireta (...)", a saber, (aqui citamos apenas os tópicos): "1. Diferença na natureza da asserção; 2. Diferença de tempo; 3. Diferença de suporte linguístico; 4. Diferença de meios de expressão; 5. Diferença de efeito; 6. Diferença de número; 7. Diferença na pessoa interpelada".

Notadamente, estes aspectos são analisados pelo linguista hindu de modo a nos deixar clara a preocupação não só com a língua e suas formalidades gramaticais, mas transcende para um plano de análise metalinguística, pela qual apresenta aquilo que chamamos de **consciência semiótica**, visto que as diversas manifestações do discurso apresentam normatividades e desvios: trata tanto de estruturas de "Signos diretos" como também por meio de imagens ("linguagem figurada"), gerando um "simbolismo textual" (como diz Tzvetan Todorov). Muito embora não possamos destrinchar cada caso acima, já fica clara a dimensão da sua profundidade no estudo e na observação sobre as estruturas semióticas intrínsecas aos textos sânscritos.

Tanto os gramáticos como os estudiosos de Retórica no universo da língua hindu, apresentam um traço genético marcante e que vai ressurgir no século XIX na Europa como pedra angular para o que aqui chamamos de **consciência semiótica** – sempre a partir dos estudos da língua, cujo instrumento basilar é a escrita.

2.1.1.2 Gregos

2.1.1.2.1 Platão (427 – 347 AEC)

Visto que Platão dispensa apresentações, analisemos dois dos seus textos: Crátilo e Górgias.

Crátilo – É o primeiro na literatura escrita ocidental a dar um caráter instrumentalista à linguagem, centrando-se na questão da relação com o Signo motivado e seu foneticismo. Pode-se resumir a teoria platônica, por meio do diálogo de Crátilo: (1) os Signos verbais, sejam naturais ou convencionais não representam completamente a verdadeira natureza das

⁵ *Ānandavardhana*, famoso teórico do século IX, que propôs sua teoria de “manifestação poética” (*dhvani* ou *vyañjanā*). *Dhvani* era tão importante para *Ānandavardhana* que seu texto, *Dhvanyāloka*, recebeu esse nome. — *Ānandavardhana* é conhecido por ter composto um elaborado hino à Deusa, chamado *Devīśataka* (Cem Versos sobre a Deusa) e uma obra chamada *Tattvāloka* (Lâmpada da Realidade), perdida, mas que *Abhinavagupta* nos conta que era sobre metafísica e teologia. *Abhinavagupta* conta que *Ānandavardhana* escreveu um sub-comentário sobre uma famosa obra budista, o comentário de *Dharmottara* sobre o *Pramāṇaviniścaya* de *Dharmakīrti* (Determinação dos meios autorizados de conhecimento). (Cf. <https://www.wisdomlib.org/definition/anandavardhana>).

coisas; (2) o estudo das palavras nada revela sobre a verdadeira natureza das coisas uma vez que o reino das ideias é independente de sua representação na forma de palavras; (3) o conhecimento mediado pelos Signos é indireto e inferior ao conhecimento imediato, e a verdade acerca das coisas, por meio das palavras, ainda que se as palavras fossem excelentes semelhantes, é inferior ao conhecer a verdade ela mesma. (Cf. Platão; Crátilo).

Górgias: Neste livro platônico, notadamente já se percebe o caráter mediador da linguagem (tendo como base a língua falada), bem como o seu caráter representacional dependente e lacunoso com relação ao "mundo das coisas" em oposição ao "reino das ideias". Já o pensador Górgias de Leantinos (c.485-380 AEC), filósofo e professor de Retórica em Atenas, reconhece que a linguagem é um construto arbitrário humano e que as palavras traem o pensamento, sob sua perspectiva cética: a realidade sensível não é inteligível, e o que é inteligível não é dado. Nada podemos dizer sobre aquilo a que não temos acesso, porque é impossível saber o que existe verdadeiramente. Disto se infere que toda distinção ajuizada de "o ser é" é absurdo, estéril e imóvel.

2.1.1.2.2 Aristóteles (384 – 322 AEC)

De Interpretatione – Pode-se resumir a perspectiva aristotélica do seguinte modo: (1) marcas escritas são símbolos de sons falados; (2) sons falados são (em primeiro lugar) sinais e símbolos de impressões mentais; (3) impressões mentais não são como coisas reais; (4) enquanto os eventos mentais e coisas são o mesmo para toda a humanidade, a fala não é. Esta definição de Signo guarda as raízes de uma teoria do Significado.

O pensador estagirita acreditava que a diferença nas estruturas dos Sistemas de Signos é apenas uma questão de plano da expressão, e não do plano do conteúdo (uma vez que os eventos mentais são sempre o mesmo). Ele toma partido da questão da arbitrariedade e do convencionalismo do Signo. Em *Peri Hermeneias* ele argumenta que (*in Peri Hermeneias* – Cap.II, [16a 19: 26-29]): "Um nome é um som falado que significa por convenção [...] Eu digo por convenção, porque nenhum nome é um nome naturalmente, mas apenas quando se torna um símbolo."

Em Aristóteles já existe no Signo uma relação triádica: o estado de alma predetermina o Signo, o que se manifesta num som (vocal), que representa e transmite uma significação construída mentalmente, em relação à coisa mesma. Neste sentido, Aristóteles assume que há um "objeto real" a ser representado pelo Signo a partir de um estado de alma. Do ponto de vista ontológico, há três entidades que se relacionam, a partir de uma entidade geradora: a alma (que pode ser entendida por mente). Com efeito, esse circuito só pode ser percorrido sob

uma consciência semiótica, voltada para o Signo sonoro, emitido por um animal que pensa e articula a voz.

Para Aristóteles o Signo é um elemento da lógica que permite a expansão do conhecimento, e faz do Signo indicial um exemplo disso, tal como se nos apresenta nos silogismos.

2.1.1.2.3 Estóicos (c. 300 AEC – 200 AEC)

Os estóicos, herdeiros diretos de Aristóteles, desenvolveram uma filosofia própria. O estoicismo nasce do termo *Stoa*, ou **Pórtico**, (um espaço público como ágora grega) uma vez que os membros se reuniam com seu primeiro dirigente, Zenão de Cício, seguido por Cleantes e Crisipo. Suas obras foram fragmentadas, e os registros que nos chegam vêm de autores como Sexto Empírico (c. séc. II-III EC), Plutarco (s. I-II EC) e Diógenes Laércio (s. II-III EC), principalmente.

Segundo Bochenski (1968: 83-84), a Teoria dos Signos destes pensadores assume: (1) o **Signo** "liga junto" três componentes: o material significante (σημαινον), o significado (σημαινόμενον) e o **objeto externo** (τυγκανον); (2) enquanto o **significante** e o **objeto** eram definidos como entidades materiais, o significado (também chamado λεκτόν: 'aquilo que é significado ou dito') era considerado **incorpóreo**⁶; (3) os Signos (σημεια) eram divididos em **comemorativos** e **indicativos** (ενδεικτικα). Os primeiros revelam algo a mais, a partir da memória do que foi previamente observado, em conjunção com o Signo, isto é, uma inferência a partir de uma empiria já conhecida e que se repete; e o último, indica algo não evidente, mas dedutível – ao modo do silogismo aristotélico.

Como o problema dos Signos estava subordinado ao campo da Lógica, o Signo, na filosofia estóica: "é uma proposição antecedente em uma premissa maior hipotética válida, a qual serve para revelar a sua conseqüente." A relação entre o Signo e o seu conteúdo, nesta visão, é um processo de indução silogística. A partir do significante observável, inferimos o processo de atingir uma conclusão lógica acerca daquilo que o Signo representa.

Os estóicos distinguiam o som vocal em geral (εναρθρος), 'que pode incluir mero ruído', do tipo articulado, ou seja, capaz de ser incorporado em símbolos escritos. O som articulado, por sua vez, pode ser não significativo, por exemplo "blityri" – ou o significante (σημαντικη); mas para que qualquer som articulado seja considerado

⁶ Para os estóicos o corpo é, em síntese, aquilo que promove ou sofre uma ação. Assim o ar é corpóreo, mas o vazio é um incorpóreo; a alma é corpórea pois altera o estado do corpo em que habita segundo suas afecções, já o tempo é um incorpóreo. (Cf. BRUNSCHWIG, Jacques, *Metafísica Estóica apud* INWOOD: 2006, p. 233 ss.).

uma sentença (λογος) ele deve ser significativo e um produto da razão de alguém. (Diógenes Laércio, 7, 55-57, *apud* Nöth, 1995, p.16).

Segundo Sexto Empírico (séc. c. II-III EC) em *Adversus Mathematicos*, o Signo pode ser definido por: os estóicos afirmaram que três coisas podem ser ligadas juntas: (1) o que é veiculado pelo Signo Linguístico; (2) o próprio Signo Linguístico e (3) o objeto ou o evento. Dois desses são **corpóreos** – o som e o objeto ou evento – e um é **incorpóreo** – o problema do discurso convencionado no Signo Linguístico, ou seja, o *lekton*. Os estóicos ainda formalizaram a dicotomia entre a forma e o significado, distinguindo na linguagem "o significante" e o "significado", em termos de reminiscências notáveis para o trabalho do futuro da Linguística. (Cf. Robins, 1967, p. 17 *apud* Nöth, 1995).

Os estóicos, na verdade, determinaram uma **relação triádica** em sua filosofia para o Signo, a saber: (1) **o som vocal** – coisa significante (σημαινον), dentro da categoria do corpóreo, isto é, um "sopro de ar que atinge o ouvinte"; (2) **objeto designado** pela voz humana, isto é, o objeto do mundo veiculado pelo som vocal; e (3) **objeto ou evento real**, tornado manifesto pelo som da voz, que é a "coisa significada" (σημαινομενον; λεκτον). (cf. BRUNSCHWIG *in* INWOOD: 2006, p. 240). Nesta perspectiva, há uma epistemologia que envolverá o modo como se dará a sua teoria da linguagem e cujos pormenores veremos mais adiante na seção da ontologia dos Signos. Importante frisar que estes conceitos estão associados em um único corpus filosófico estóico que é denominado por Metafísica Estóica, uma vez que os filosofemas de corpóreos e incorpóreos predefinem ou fundamentam os aspectos da linguagem, sem no entanto formar um corpus para uma filosofia da linguagem propriamente dita. A investigação acerca da linguagem, portanto, se insere numa reflexão maior e mais abrangente. Será este particular que levará David Blank e Catherine Atherton a escrever o artigo acerca da "contribuição estóica à gramática tradicional" (cf. *idem*; pp.343-362).

Está patente uma **consciência semiótica** entre os estóicos, à medida em que há um olhar reflexivo que contribuirá determinadamente para a filosofia da linguagem moderna, ainda em curso. Esse parecer nos mostra que os estóicos já se adiantaram, por cerca de 2400 anos atrás, sobre uma entidade semiótica que é o Signo, envolvendo a lógica e a sua metafísica. Essa abordagem em muito interessa, uma vez que é necessária a predeterminação de uma ontologia do Signo propriamente; e essa ontologia deve se inscrever no estudo dotado de consciência semiótica.

2.1.1.3 Romanos

2.1.1.3.1 Marco Fábio Quintiliano (35 – 95 EC)

Retórico, orador e professor romano. Nascido em Calagurris (Calahorra, atual Espanha), estudou na capital latina, tendo exercido como advogado. Ficou conhecido por ter sido professor de Retórica; dentre seus alunos, Plínio, o Jovem. Quintiliano registrou suas ideias sobre Retórica e oratória em notáveis escritos; o mais conhecido é Instituto de Oratória (*Institutio Oratoria*)⁷. Nele, encontramos um tratado que se tornará um marco no estudo da Retórica e, por contiguidade, no estudo da palavra, enquanto representação do pensamento e, especificamente, expressa a intenção do orador, visto que há efusivos e densos aprofundamentos acerca da constituição formal do discurso. Mais do que isso, o efeito da sua constituição intencional – aquilo que o discurso pode produzir em seus interlocutores. Quintiliano brindou à Retórica um manual complexo acerca da arte do convencimento. Neste aspecto, a consciência da palavra e da sua ação representacional é explorada de modo didático e, portanto, claro, dotado de elementos de reflexão – tão penetrantes, que influenciou os estudiosos de gramática e linguagem dos séculos seguintes. O autor romano despertará, no século XIX europeu, uma onda de formalismo gramatical dotado de purismo moralizante na "arte de falar e de escrever", muitas vezes, sentido até hoje.

2.1.1.3.2 Marco Terêncio Varrão (116-27 AEC)

Primeiro organizador de uma gramática em língua latina, professor de Plínio, o Velho, deixou a obra *De Lingua Latina* incompleta, que foi o primeiro estudo formal lingüístico conhecido entre os romanos da Antiguidade. Varrão foi autor extremamente produtivo, no entanto, apenas parcela de sua obra chega a nós. Escreveu desde temas práticos como agricultura e pecuária até assunto reflexivo, como o funcionamento da língua, passando pela biografia e pela história, bem como pela filosofia, chegou aos dias atuais como referência inédita no mundo romano conhecido.

De Lingua Latina constitui-se de três partes: (1) apresenta uma breve auto-biografia do autor; (2) examina a organização da obra, ou seus aspectos extra-textuais: a metalinguagem que a caracteriza; sua composição; o padrão técnico e científico; o estilo literário; o aspecto dialogal e, finalmente, (3) a coerência textual. A terceira parte analisa a estrutura maior, isto é,

⁷ *Institutio Oratoria* é uma obra em doze volumes sobre retórica teórica e prática publicada pelo retórico romano Quintiliano cerca do ano 95 EC. Durante os primeiros séculos após sua composição, a obra de Quintiliano foi muito influente sobre os educadores e estudiosos romanos, inclusive Jerônimo, Orígenes e Agostinho de Hipona.

os temas formais: as fontes, o enciclopedismo, a evolução da *ars grammatica* em Roma, o famoso conceito de *latinitas*, bases étnicas e originárias do latim. O texto se expande para uma ordem gramatical: Etimologia, Morfologia e Fonética (tomos ainda presentes na gramática moderna). A obra oferece elementos para observações de cunho metalinguístico, tomando a literatura latina, como código lingüístico dos romanos, até atingir o conceito de *latinitas*: o falar latim correto, em uma perspectiva ideológica, em que o instrumento lingüístico e sua norma autorizam o fomento da unificação do Estado Romano. Varrão conciliou neste estudo da língua dois planos conectados para expor o fenômeno da língua: o plano histórico (Etimologia), que estabelece o léxico e o sistêmico (Gramática), que garante a estrutura da língua e seus aspectos funcional, econômico e normativo. Assim, Varrão inaugura a reflexão sistemática sobre o funcionamento da linguagem, sob a função metalinguística, expõe as dicotomias: uso lingüístico vs. norma, o regular vs. o irregular, a liberdade criativa vs. potência coercitiva da ordem gramatical, a mutabilidade vs. a imutabilidade (ou estabilidade sincrônica); características que serão retomadas constantemente pelos pensadores da língua, cujo ápice se dá entre os sécs. XIX e XX com Ferdinand de Saussure, o qual introduzirá esta perspectiva na ciência da Linguística, como estudo categórico.⁸

2.1.1.3.3 Lucrécio – (c. 94/99 AEC- c.50 AEC)

Tendo vivido no século I AEC, Titus Lucretius Carus foi importante autor para a poesia latina. Influenciado pelos epicuristas da ordem de Demócrito (via atomismo materialista), influenciou escritores já na Era Comum pós-latina, tanto no campo da poesia épica didática, como também na filosofia antiga e moderna. Pouco se sabe de sua biografia, uma vez que boa parte a seu respeito apresenta-se na obra de São Jerônimo, escrita muitos anos após sua morte. Sua célebre obra *De Rerum Natura* (ou *DRN*) merece destaque, tomada à lembrança por centenas de anos, chegou-nos completa. A épica filosófica e didática de Lucrécio é dividida em seis grandes livros, e tem como principal objetivo explicar em língua latina a doutrina epicurista e os fenômenos da natureza do início ao fim do universo. *DRN* é uma poesia didática etiológica, uma vez que se refere às origens, em particular, da formação das línguas em meio ao processo civilizatório reconhecido pelo autor. Essas linhas esclarecem melhor:

[...] tenho de explicar a razão de ser o mundo composto de uma substância mortal e estar submetido às leis do nascimento. Direi também de que modo esse agregado de matéria formou a Terra, o céu, o mar, as estrelas, o Sol e o globo da Lua; depois que

⁸ CORADINI, Heitor . Tese de doutorado: Metalinguagem na obra "*De Lingua Latina*" de Marcos Terêncio Varrão. USP. Banca examinadora: Cardoso, Zelia Ladeira Veras de Almeida (Presidente), Lima, Alceu Dias Lima, Johnny José Mafra, Ariovaldo Augusto Peterlini, Elisa Guimarães Pinto.

seres vivos nasceram da terra e quais os que nunca nasceram, e de que modo a raça humana começou a estender-se entre si uma **linguagem variada** por meio de nomes dados às coisas; e de que modo se insinuou nos peitos aquele medo aos deuses que em todo o orbe das terras protege os templos sagrados, os lagos, os bosques, os altares e as imagens dos deuses. (Pessanha, 1985, p. 98 *apud* Casini, 2021; grifo nosso).

Segundo Nöth, os epicuristas, rejeitaram as inferências de semioses dos estóicos. Sexto Empírico em *Adversus Matematicos* cita o exemplo do cachorro que rastreia as pegadas de outro animal, o que destrona a semiose inferencial da capacidade cognitiva exclusiva do homem gerar Signos. O caso do rastreio do cão não implica em uma impressão de juízo, tal como argumentaram os estóicos: deste modo, o Signo não é um julgamento, o qual consiste em um antecedente numa premissa maior válida. Esta reflexão será derivada na Zoosemiótica, a partir dos princípios gestuais na formação originária da linguagem humana.

Lucrecio conclui em seu *De Rerum Natura*, a partir de uma filogenia primitiva, que a linguagem verbal, tal como o comportamento animal – e ainda a gestualidade infantil – tem suas origens, não em uma convenção intelectual e cognitiva, mas em uma ação natural (ou inata) e utilitária (pragmática).

Notadamente, o que nos interessa aqui para o registro da história do pensamento semiótico é a preocupação do pensador com a formação das línguas naturais, vista como um fenômeno humano, e que merece atenção destacada, uma vez que sem a Linguagem não é possível dar continuidade ao processo civilizatório – dando nome às coisas – e, por conseguinte, à Cultura Escrita que permitiu o caráter intelectual que sustenta a obra do poeta.

2.1.1.3.4 Agostinho (354-430)⁹

A contribuição de Agostinho à história da Semiótica é inequívoca. Inúmeros cientistas da linguagem reportam-se aos seus escritos para estabelecer princípios norteadores do estudo do Signo, principalmente, o Signo Linguístico, bem como para uma iconografia cristã. Todorov é um desses escritores que rende tributo a Agostinho.

Podemos partir de uma questão já discutida em Crátilo, de Platão acerca da natureza do Signo – seja enquanto expressão verbal, seja como Signo não verbal – aqui entendida uma dicotomia entre o **Signo Natural** e o **Signo Convencional**. Embora tenhamos hoje fácil compreensão sobre essa distinção, somente com uma noção inicial torna-se determinante diferenciar uma categoria da outra, para a formação de uma consciência semiótica. Preocupado com a letra sagrada, Agostinho precisava penetrar não só no campo da

⁹ Os textos de Agostinho foram escritos em latim. Ele não sabia grego. Sua origem é Hipona, na África romana, em um período de decadência de Roma, mas isso não diminui o ambiente daquele que se tornaria um expoente notável da Patrística na passagem do séc. IV para o V, o bispo de Hipona.

hermenêutica, mas, antes, estudar, de forma adequada e racional, como a palavra sagrada das Escrituras pudesse ser interpretada, na direção de uma doutrina consistente, justificadora do pensamento cristão que estava em construção. Daí, ocupar-se do Signo – o linguístico escrito. Os textos que tratam desse assunto, segundo Tzvetan Todorov (1977), são *Princípios da Dialética* (ou *Dialética*), de 387; *a Doutrina Cristã*, de 397; e *Da Trindade*, datado de 415 e outros com referências preciosas.

Importante ressaltar que Agostinho foi estudante e professor de Retórica. Foi aluno do bispo de Ambrósio de Mediolano (? - 397), o que lhe conduziu ao estudo da palavra, em particular, da palavra sagrada. Por conta dessa motivação religiosa, a preocupação com o Signo se tornou providencial. Deve-se ao autor africano, de Hipona, a expressão latina *aliquid stat pro aliquo*. Curiosamente, suas referências exclusivas ao Signo possuem um caráter laico, à primeira vista, tal como nestes excertos:

O signo é uma coisa que nos faz pensar em alguma coisa além da impressão que a coisa mesma produz sobre nossos sentidos. (*In Da Dialética*, II,I,1 *apud* Todorov, 2013, p. 54).

Todo signo é também uma coisa, sem o que nada seria. (*In Doutrina Cristã*, I, II, 2, *apud* Todorov, 2013, p.60).

Escrevendo sobre essas coisas, adverti de antemão que só dirigíssemos a nossa atenção ao que elas são, e não ao que significam fora de si mesmas. Tratando, porém, dos signos, previno que já não dirigimos a nossa atenção ao que as coisas são, mas, ao contrário, aos signos por elas representados, ou seja, ao que elas significam. (*In Doutrina Cristã*, II, I, 1, *apud* Todorov, 2013, p.61).

Já em trechos mais catequéticos, temos um dos melhores exemplos:

O verbo que soa exteriormente é, portanto, o **signo do verbo que reluz interiormente** e, antes de qualquer outro, merece esse **nome de verbo**. O que proferimos pela boca é só a **expressão vocal do verbo**: e se chamamos verbo a essa expressão é porque o verbo a assume para traduzi-la exteriormente. O nosso verbo torna-se, portanto, de certo modo, uma voz material, assumindo tal voz **para manifestar-se aos homens de modo sensível**: como o **Verbo de Deus se fez carne**, assumindo essa carne para também ele se manifestar aos homens **de modo sensível**. (*In Da Trindade*, XV, XI, 20, *apud* Todorov, 2013, p.57; grifos nossos).

Observamos aqui uma presença discreta da diérese platônica – o sensível e o inteligível – como um plano de fundo para o paralelismo semiótico, que se constroi nas relações contíguas **homem vs deus** e **carne vs espírito**. Aqui ficam mostradas as motivações e objetivos doutrinários, sob argumentações de natureza retórica – já que Agostinho era mestre no assunto: o autor explora retórica e semioticamente o pensar sobre o Signo para envolver o seu leitor de modo racional, bem ao estilo greco-romano, de justificação judaico-cristã.

Uma bela e clara síntese da visão agostiniana está em Winfried Nöth:

Agostinho aceita a visão epicurista do signo como um sentido dado representando algo que não está presentemente perceptível. No entanto, seguindo os estóicos, a definição de signo, Agostinho faz também referência à mente do interpretador como um terceiro correlato de semiose. Em contraste às teorias de seus predecessores romanos, a visão de Agostinho possui uma dimensão cristã a mais, em sua interpretação do signo: os objetos de semiose são interpretados como signos indiciais da revelação do desejo de Deus na criação terrena. (Nöth, 1995, p.17 – tradução nossa).

O uso da palavra "verbo" em Agostinho transcende a simplicidade de um proselitismo comum, uma vez que "verbo" recebe um valor para além da palavra, para além do Signo: o "verbo" é um motor ambíguo que não só materializa, mas também, conduz a fé. Agostinho antecipa ainda, neste excerto, a relação dos planos de expressão e de conteúdo que serão explorados pelos pensadores como Benveniste, Umberto Eco e Hjelmslev, para citar alguns.

Fica patente, portanto, a consciência semiótica na perspectiva agostiniana.

2.1.2 Idade Média

A Semiótica medieval está marcada pela Escolástica dominante. Sua motivação teológica, doutrinária e confessional delimitou, mas também ampliou os horizontes de estudo e de pensamento, uma vez que a Linguagem é necessária para a expressão dos sentimentos religiosos e místicos.

As teorias medievais cristãs referentes ao signo e à significação são pouco estudadas e pouco conhecidas hoje em dia. Essa falta de informação, devida parcialmente à complexidade dos textos, mas talvez sua estreita relação com a teologia cristã (como as teses de Santo Agostinho), priva-nos provavelmente dos mais ricos trabalhos que o Ocidente produziu sobre o processo da significação antes de terem sido censurados pelo formalismo que se impôs com o advento da burguesia. (Kristeva, 1969, p.164).

A própria metafísica sofrerá várias alterações de interpretação, e a obra de Aristóteles e de Platão serão profundamente lidas, traduzidas e serão objeto de muitas especulações filosóficas para além dos próprios textos.

Kristeva nos faz um importante relato com relação a contribuições de árabes e hebreus, isto é, de povos semitas ¹⁰ ao pensamento linguístico medieval e, portanto, semiótico, à medida em que as preocupações religiosas, míticas e dos ritos sagrados amalgamam-se à Linguagem e seus atributos. Essas preocupações deixarão um importante legado aos pensadores deste período. Conta Kristeva:

¹⁰ **Semita, semítico:** relativo ao grupo étnico e linguístico ao qual se atribui **Sem** (um dos filhos de Noé, irmão de Cam e de Jafé) como ancestral, e que compreende os hebreus, os assírios, os aramaicos, os fenícios e os árabes, ou membros desse grupo.

A teoria linguística árabe distingue-se por uma reflexão sutil sobre o foneticismo da língua. Os sons eram divididos em *šadid* e *rahu*, por um lado, e em *safir*, *takir* e *qalquala*, por outro. Esta teoria fonética estava intimamente ligada a uma teoria da música: o grande Halil al-Farahidi (provavelmente 718-791) foi não apenas um foneticista e um gramático erudito, mas também um eminente teórico da música. Um termo como *haraka*, movimento utilizado em fonética, provém da música. Por outro lado, grandes anatomistas, os árabes, como *Sibawayhi*, foram os primeiros a elaborar descrições precisas do aparelho vocal, às quais juntavam descrições físicas do movimento do ar. A sua análise do sistema linguístico era tão sutil que já conseguiam diferenciar - e eram sem dúvida os primeiros - o elemento **significado**, o elemento fônico (*hart*) e o elemento gráfico (*alama*) da língua. Distinguindo também as vogais das consoantes, identificavam a noção de vogal com a de sílaba. (Kristeva, 1969, p. 154; grifos da autora).

A outra língua semítica, o hebraico, comporta um dos textos determinantes da cultura europeia após a queda do Império Romano do Ocidente (c. 476 EC), conhecido como Pentateuco, ou Bíblia dos judeus. Datado de vinte séculos AEC, as narrativas orais judaicas eram origem de uma compreensão cosmogônica universalizante, de tal monta, que superará e substituirá o panteão greco-romano, reduzido ao termo "paganismo" – em claro confronto à confissão monoteísta triunfante, entre as diversas modalidades místicas judaicas, ainda anteriores à lenda mosaica.¹¹ Kristeva disserta:

A relação da escrita com o real, tal como com a realidade fônica e morfológica da linguagem, não é pensada. Parece ter sido cortada, e reintroduzida a posteriori como uma relação de dominação do real pela escrita. Pois a escrita é sobretudo o exercício de uma essência legisladora, paternal e autoritária, concebida como um modelo sobre o qual o real se deve ordenar [as ordens de Deus], formar-se. E sob o domínio desta lei-modelo da linguagem de Deus, e substituindo o real que falta, que se torna possível desenrolar a série fantasmática dos encadeamentos significantes (não reais), como o <<milagre>> da **vara**¹²: tal como se torna possível instaurar a escrita como lei, regra, cópia de Deus a sua falta, tornando-se assim a explicitação da falta divina visto que é a sua compensação. Encontramos aqui uma concepção teológica monoteísta da linguagem. (Kristeva, 1969, p. 122-123).

Não podemos negar, portanto, que a mitologia de origem hebraica superou os mitos greco-latinos, sequestrando os códigos de conduta, a moral e uma hegemonia mística, ainda que absorvendo práticas e credences consolidadas no seio do povo. Seus ícones e símbolos proliferaram com estrondoso sucesso. Embora se diga de matriz sincrética, o Cristianismo se inseriu como um gás nas sociedades mediterrâneas no Ocidente e penetrou no Oriente repleto de ícones totalmente absorvidos tanto pela plebe como, principalmente, pela classe

¹¹ Os atuais estudos historiográficos acerca das origens do judaísmo monoteísta descortinaram as tendências plurais entre os antigos judeus, os quais conviviam com diversas confissões, inclusive as politeístas e mescladas com tradições babilônicas, egípcias etc. Vencerá, no entanto, a corrente monoteísta, cuja tradição oral será convertida para os textos originários do Pentateuco, com toda a sua supremacia de verdade; no entanto, neles encontramos relatos indiciais de situações de disputas entre as duas vertentes confessionais.

¹² Aqui o "milagre da vara" se refere à transformação da vara na mão de Moisés em cobra e vice-versa, no episódio em que recebe as tábuas, onde os mandamentos se inscrevem pelo dedo de Deus.

dominante. Com efeito, os mitos judaico-cristãos desenvolveram um indelével Sistema semiótico próprio e dominador até os dias atuais.

Embora Nöth cite personalidades como Raymond Lully e sua obra *Ars Magna Ars Generalis Ultima* (1308), propondo um cálculo lógico, bem como Roger Bacon (1220-1292), será William de Ockham quem merecerá destaque.

2.1.1.4.1 William de Ockham (1285-1349)

Franciscano inglês, nominalista expoente, formou-se e lecionou em Oxford. Acusado de heresia, fugira de Avignon, antiga sede do papado, para a Alemanha, onde fez oposição ao papa da época, Leão XXII. Comentador de Aristóteles, escreveu *Summa Logicae*. Em sua ontologia do Signo parte dos universais como entidades exclusivamente mentais, existentes apenas na Linguagem. Seu nome está ligado à economia dos conceitos teóricos, o que se designa como "navalha de Ockham", uma vez que a lógica elimina toda e qualquer especulação desnecessária à integridade e à coerência de uma dada teoria: "*entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*" ("não se deve multiplicar os entes existentes além do necessário" – Marcondes e Japiassú, 2006, p.206).

A perspectiva nominalista de Ockham predefine a ontologia do Signo, o que implica no traço de seu pensamento como pertinente à consciência semiótica, em um plano mais profundo. Dada a sua convicção de que o Signo é uma entidade mental, (pois que não está presente nas coisas mesmas), Ockham separa e distingue o **particular** como entidades empíricas e os **universais** como "aquilo cuja natureza á afirmada de diversos sujeitos e singular aquilo que não pode ser" (cf. Da Interpretação, VII). Esta percepção se opõe aos platônicos realistas, para os quais os universais possuem existência independente e são anteriores à mente que os pensa.

Embora a corrente do conceitualismo (originária de Abelardo, séc. XII) atribua às ideias – ou universais – existência no espírito humano, sem correspondência necessária ao mundo empírico (ou realidade), não está determinado o lugar físico de sua existência, uma vez que a mente produz os nomes e as ideias, o que certamente é um ponto discutível. Por outro lado, os nominalistas negam peremptoriamente a existência dos universais, excluindo qualquer materialidade ou espacialidade para os universais, uma vez que se revelam exclusivamente por meio do Signo (ou nos termos medievais, exclusivamente no nome).

Para Ockham, em paralelo a outros autores, como: Roger Bacon (1214-1292); Raymond Lully (1232 ca.-1316), Roscelin (1050-1125), William of Champeaux (1070-1125), Anselm de Canterbury (1033-1109) e outros, a querela sobre o **nome** recai sobre a ontologia

estabelecida já nos estóicos, a partir das premissas aristotélicas acerca do **ente** enquanto uma entidade – seja material e física, seja imaterial e metafísica. Vale lembrar que a Escolástica em que estamos aqui mergulhados ressignifica profundamente o teor do termo metafísica, gerando um universo de significação tão poderoso que se impõe aos nossos dias.

De qualquer forma, a habilidade de Ockham nos leva a crer em uma distinção consistente entre o que é **universal** e o que é **particular** – em correspondência ontológica ao Signo, enquanto componente essencial da linguagem verbal – e o objeto que interage com o corpo que pensa e que percebe este objeto de algum modo. Ockham dirá que os universais não podem existir por si, o que impõe ao Signo uma existência dependente, já que se adota a máxima de *aliquid stat pro aliquo*, cuja vigência permanece (como na teoria da representação).

A **consciência semiótica** de Ockham, a seu tempo, manifesta-se de maneira drástica para as gerações futuras, que pensarão acerca da ontologia do Signo, da Linguagem e do modo como nos relacionamos com estas perspectivas das teorias da representação modernas.

2.1.3 Renascimento e Idade Moderna

Por mais surpreendente que possa parecer o Renascimento não é marcado por avanços importantes no estudo do Signo. Muito embora tenhamos em nossos corações uma *memorabilia* pictográfica do século da Renascença, o Signo Linguístico tomará os espaços principais dos estudos, sob a pena de autores como Juan Luis Vives (1492-1540), Julius Cesar Scaliger (1484-1588), Petrus Ramus (1515-1572), Franciscus Sanctius Bocensis (ca. 1552-1632). Notoriamente, o lastro aristotélico fomentado na Escolástica (retomada por alguns) tem continuidade nestes escritores. Mas é no autor de origem portuguesa, João Poinot (1589-1644; também conhecido como João de São Tomás), que a Semiótica é observada com mais atenção, na obra *Tratado dos Signos*.

Nöth ainda cita um expoente não muito elevado como Clemente Timpler (1563-1624), quem elaborara uma tipologia de Signos; e ainda Emmanuele Tesauro (1592-1675), cujas contribuições estão no campo da teoria dos Signos e da Retórica. (Nöth, 1995, p.20).

Apesar deste interesse pelas línguas, principalmente, neo-latinas ocidentais e, eventualmente línguas semitas, os estudos linguísticos são imprecisos, repletos de preconceitos, dirigidos por contaminações religiosas e míticas (Kristeva:1969). Muitas vezes, ora tomado por gramaticismos (já presente no espírito romano da arte de bem falar e escrever), ora por observadores de fatos de usos da língua; esses autores mais especulam e disputam espaços intelectuais do que propriamente se imbuem de espírito científico – este que

vai dominar mesmo, a partir da segunda metade do século XIX. Prossigamos para o que se determinou a Idade Moderna, com o pensamento inovador do francês e jesuíta Descartes.

2.1.1.5.1 René Descartes (1596-1650)

Descartes inaugura o pensamento da chamada dúvida metódica, trincando aspectos da metafísica tradicional e ressignificando a posição do sujeito. Entre as obras principais estão O Discurso do Método, As Meditações Metafísicas, Os Princípios de Filosofia e Os tratados do Homem e do Mundo. É de sua autoria a máxima: "A proposição Penso, logo existo é a primeira e mais certa que se apresenta àquele que conduz seus pensamentos com ordem". Embora, um sujeito cindido em *res cogitans*, e *res extensa*, ainda à maneira nitidamente platônica, o filósofo francês não promoveu nenhuma consideração tipicamente semiótica, mas influenciou com sua abordagem estritamente antropocêntrica e racionalista. Uma vez que, para Descartes, os animais são completamente desprovidos de razão e, portanto, de Linguagem, o percurso deste pensamento é antievolucionário, pois nega qualquer debate acerca de uma zoosemiótica.

O pensador francês nega a realidade do mundo exterior e não limita o Ser ao intelecto pensante. Inscreve-se sob uma metafísica fundadora da ciência. Admite a existência de atributos objetivos, apesar de uma posição crítico-realista, uma vez que aceita a *res extensa* em si mesma como algo diverso do pensamento e, portanto, da consciência. Para conciliar ambas as instâncias, cria a glândula pineal, localizada no cérebro, apesar de nenhuma evidência empírica que a sustente, a fim de conectar o físico ao espiritual.

A partir desta concepção cartesiana complexa, apesar de dualista, preconiza-se que o pensamento é anterior à Linguagem, e a diversidade das línguas é apenas um fenômeno de estrutura de superfície (ou formal): enquanto os sons variam, as ideias seriam universais, isto é, as ideias são as mesmas em todas as línguas. Está clara a influência da díade platônica (dos planos sensível e inteligível), à medida que a multiplicidade dos sons vocais se referem a ideias perfeitas e imutáveis. Estão postas, portanto, as bases para o **projeto de uma teoria da língua universal**, o qual será notabilizado por Leibniz e outros autores.

Kristeva disserta acerca deste período:

Um outro traço específico da concepção linguística do Renascimento foi sem dúvida o interesse pela **Retórica** e por qualquer **prática de linguagem** original, elaborada e poderosa, que pudesse igualar as letras clássicas, ou até mesmo ultrapassá-las. Por outras palavras, a linguagem na tradição humanista não é considerada unicamente como um objeto de erudição, mas como tendo uma vida real, ruidosa e colorida, tornando-se assim a verdadeira carne na qual se **pratica** a liberdade corporal e intelectual do homem do Renascimento. Evoquemos aqui o riso de Rabelais (1494-1553) em relação à erudição escolástica dos «sorbonnards», e a sua fascinação pela linguagem popular, que desobedece às regras dos gramáticos, para oferecer a sua

cena às narrativas oníricas, aos trocadilhos, às farsas, aos jogos de palavras, aos discursos de feira, ao riso do Carnaval. Erasmo (1467-1536), com o seu **Elogio da Loucura** e toda a sua época, tentando ouvir o <<discurso louco>>, são um sintoma maior dessa convicção, já estabelecida, de que o funcionamento da linguagem oferece uma complexidade de que os códigos da lógica e da escolástica medieval não suspeitavam. (Kristeva, 1969, p.170; grifos da autora).

É no Renascimento que a linguagem passa a ser discernida da natureza e recebe importância pedagógica, passando a ser ensinada metodicamente como um produto da inteligência humana. Sob esta perspectiva, surgem as gramáticas chamadas por Kristeva de **gramáticas empiristas**, o que poderia ser entendido como gramáticas descritivas, uma vez que se sobrevaloriza o **uso**, em detrimento de **regramentos prescritivos**.

É importante frisar que não existe um conceito bem determinado de Linguagem. O que existem são as línguas e um princípio de ordem indicado nas gramáticas das línguas naturais (cuja memória cultural já está presente entre os retóricos da Antiguidade), muitas vezes, com o objetivo de alcançar uma língua universal (tentativa que ganhará mais força com os iluministas, do quilate de Jean Jaques Rousseau (1712-1778)¹³, por exemplo). Língua e Linguagem, portanto, ainda se confundem, seguindo a tradição aristotélica e medieval¹⁴. Com isso, Nöth considera o termo "Semiótica Modista" ou "gramáticos modistas": "Os gramáticos Modistas estavam convencidos de uma iconicidade essencial entre as coisas do mundo e a estrutura da linguagem" (Nöth, 1995, p.19).

2.1.4 Século das Luzes

Apenas durante o período das luzes na França e na Alemanha o postulado [de Locke: Semiótica como ramo da ciência] foi adotado, e uma teoria dos signos explícita tomou início. (Nöth, 1995, p.20).

A era do racionalismo, cuja ênfase se dá nos poderes intelectuais, desenvolveu-se em duas esteiras: a corrente mentalista e a busca por uma gramática universal racional, ou seja, uma gramática comum a todas as línguas.

¹³ Rousseau venceu um concurso de Filosofia com Ensaio Sobre a Origem das Línguas, onde defende que o Signo nasce como tropo, isto é, em uma forma figurada, seguida a posteriori, do raciocínio e da expressão exata das suas experiências: "A princípio, falou-se somente em poesia; só começou a raciocinar muito tempo depois." (ROUSSEAU, 2008, p. 105).

¹⁴ Note-se que em grego, **língua** e **linguagem** se confundem na mesma palavra: γλώσσα, [glossa], cuja correspondência em latim é *lingua*. Nossa hipótese etimológica é que para se referir às diversas línguas, e tendo-se no provençal - *lenguatge* - a iniciativa de estabelecer um termo coletivo para as diversas línguas, toma-se o metaplasmo latino-românico: *lingua* < *lengua*, para o coletivo primitivo: *lenguatge* < *langage*, esta em sua forma no francês moderno. Daí ter sido traduzido a partir dos séculos XIII – XVI para as demais línguas europeias coevas. Também no século XVI surge o termo "idioma", de *idios* + *oma*, *idiomatos* (gr.), para caracterizar a língua própria de um povo. (Cf. Dic. Eletr. Houaiss, 2001).

Será com os gramáticos de Port-Royal, Antoine Arnauld (1612-1694), Claude Lancelot (1616-1695) e Pierre Nicole (1625-1695), sob influência agostiniana, que será publicada a *Grammaire Générale e Raisonnée* (1662). Tais pensadores, de postura anti-clerical, fundam, sob um modelo monástico, uma escola de forte traço intelectual e erudito para fazer frente à imprecisão e à desordem da fala comum. Dotados de um método rigoroso, buscarão nas formas lógicas os ingredientes necessários para a validação dos juízos expressos na Linguagem, de forma a caracterizar uma gramática ordenadora do pensamento correto, coerente e, portanto, **lógico**, como uma virtude intelectual. Kristeva nos revela, então:

À primeira vista, a gramática de Port-Royal não se distingue sensivelmente das que a precederam, as gramáticas formais do Renascimento, exceto sem dúvida pela sua clareza e pela sua concisão. Com efeito, encontramos nela as mesmas correspondências entre os casos latinos e as construções da língua francesa. (Kristeva, 1969, p. 188).

Os gramáticos de Port-Royal vão retomar o conceito de um sistema comunicacional, ou melhor, um Sistema de Signos, de modo que tais Signos remetem a coisas, a objetos. Apresenta uma relação lógica, revelando a verdade das coisas, no plano das ideias. Enquanto a Gramática é um método, uma descrição formal da língua – que é o seu escopo – sua fundamentação está na lógica. Daí poder-se estabelecer as regras e leis de uma construção linguística. Kristeva relembra:

A *Grammaire* de Lancelot e Arnauld é indissociável da *Logique* (1662), que se deve ao mesmo Arnauld, desta vez em colaboração com Nicole. Os projetos – gramatical e lógico – recortam-se e correspondem entre si: a gramática está baseada na lógica, e a lógica não faz mais do que examinar a expressão linguística.

(...) O fato da publicação da *Grammaire* ter precedido de alguns anos o aparecimento da *Logique* (ainda que os dois livros pareçam ter sido redigidos no mesmo movimento) é sem dúvida um sintoma que demonstra para a epistemologia do século XVII, o ponto inicial e determinante da reflexão. (Ibidem, pp. 188-189).

Fica mais uma vez patente a preocupação com a consciência semiótica; nesta, mais madura do que nunca, apesar de estar completamente subordinada a uma concepção linguística, isto é, presa ao Signo linguístico; e quando língua e linguagem guardam a mesma sinonímia aristotélica. Embora as duas palavras possam demonstrar ocorrências em contextos com significações diversas entre si, ainda há autores e filósofos de epistemologia e da linguagem que preservam tal valor semântico. Na verdade, não é mais possível confundir língua com linguagem, visto que o atual patamar da Semiótica reorganiza tal Sub-rede de Significação. **O termo "linguagem" está ressignificado.**

2.1.4.1 Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716)

É um pensador categórico da Semiótica. Estudado por inúmeros autores, sua teoria se ocupa de um verdadeiro "fenômeno semiótico": "No número de signos incluo palavras; letras; figuras de química, de astronomia, chinês e hieróglifos; bem como, marcas musicais, estenográficas, aritméticas e algébricas; e todas as outras que usamos para coisas quando pensamos." (Nöth, 1995, p. 22, *apud* Dascal, 1987, p.181).

Leibniz segue a tradição escolástica acerca do Signo, pela qual se entende que se trata de algo que percebemos, ao passo que se conecta com algo além, em virtude de nossa própria experiência ou de alguém mais. Estas afirmativas são elaboradas a partir das percepções e da nossa cognição geradora. Tal como Agostinho, apresenta duas instâncias para classificar os Signos: **naturais** e **convencionais**. Evidentemente que tal premissa taxonômica permanece; no entanto, sofrerá evoluções analíticas. Apesar disso, os Signos Convencionais ainda exercem em Leibniz o mesmo fascínio cativante até então. Mais do que as palavras, as marcas não verbais passam a integrar o tesouro das suas observações. Outro fato que o notabiliza como semioticista é o seu avanço, segundo sua expressão em latim: "*Characterem voco notam visibilem cogitationes representantem.*"¹⁵

Uma vez que se ocupa sobretudo dos Signos Convencionais, o autor alemão já interpõe a arbitrariedade sobre tal fenômeno da Linguagem. Racionalista, harmoniza a questão do discurso – da construção conexa de frases – ao pensamento organizador da percepção das coisas que não são estruturadas racionalmente: existe uma relação entre as estruturas do discurso racional e o mundo. E isso é a fundamentação da verdade para Leibniz.

Seu pensamento adota ainda a tríade relacional entre o **Signo**, a **ideia** e o **objeto**, de tal sorte, que Peirce estará igualmente convencido de tal configuração. "Em primeiro lugar, o Signo representa a ideia, mas em segundo, ele está para as coisas, desde que as ideias (*regio idearum*) correspondam a elas mesmas com os seus objetos" (Nöth, 1995, p. 22). Por razões de economia, o Signo é útil como ferramenta para se atingir novas descobertas. Leibniz desenvolveu tais concepções ao escrever seu livro do projeto da **linguagem universal**, o qual compreende uma Teoria dos Signos, um cálculo racional e *ars inveniendi* (arte de inventar).

A lenta, mas progressiva evolução da consciência semiótica, recebe com Leibniz um foco determinante para o século XIX, a era do pensamento científico, o qual se cindirá da reflexão especulativa, em um campo independente, promissor e fértil para uma filosofia da ciência. Verificaremos que tal cisão se dará, não só pelo avanço do empirismo – sobretudo em

¹⁵ Tradução nossa: "Eu chamo o caractere de um representante de marca visível de cogito (pensamento ou ideia)."

Inglaterra –, mas também pela manipulação dos Signos matemáticos e sua sobrevalorização como instrumento de evidência: o resultado das fórmulas matemáticas definirão o conceito inequívoco das conclusões e corolários científicos.

2.1.4.2 Os Empiristas

Francis Bacon (1561-1626), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), George Berkeley (1685-1753), David Hume (1711-1776)

O empirismo de matriz britânica dominará o pensamento europeu e tomará de assalto a filosofia da linguagem e, portanto, entra para a história da Semiótica de modo determinante circunscrevendo a formação da **consciência semiótica**. Muito embora as bases teóricas estejam muito bem definidas para a criação de uma ciência dos Signos, a valorização do método dedutivo dos empiricistas coroará o racionalismo.

A compreensão humana de mundo estará submetida a três aspectos na obra de **Bacon**: (1) o ceticismo contra o criticismo da linguagem; (2) a variedade de Signos ao lado das palavras e (3) a descoberta (ou criação) do código binário. Tal como nos seus antecessores iluministas, Bacon defendia a imprecisão da fala, do discurso em língua, o que conduz à falácia e a inverdades. Bacon postulou os **ídolos**¹⁶ em sua filosofia. Um deles, era a linguagem, a qual por sua inadequação com o método racional, conduz a conclusões erradas, excludente de novas ideias que se possam agregar às ideias existentes. Daí ser necessário investigar os diferentes Signos: incluíam-se os ideogramas chineses e os hieróglifos egípcios (tais ainda não decifrados). Para ele, o que há são coisas e noções, tão-somente. Para encontrar uma alternativa segura, Bacon se fundou na criptografia de um código binário, cujos únicos símbolos eram **a** e **b**, de modo a regenerar o alfabeto, assim, teremos: A = aaaaa, B = aaaab, etc. O genial conceito cognitivo das oposições de Bacon antecipa a de Saussure, que vai se calcar na percepção (igualmente cognitiva) das diferenças (estabelecendo as relações entre os fonemas, como veremos mais adiante).

O associacionismo e mentalismo de **Hobbes** vai se amparar no que a lógica determina como **antecedente** e **consequente**, o que nos leva a uma abordagem categorizada pelo chamado **índice** (na terminologia peirciana). Aqui, o filósofo ainda permanece com a tese agostiniana: as relações de sinais que não dependem da vontade humana são considerados como **Signos Naturais**; do contrário, são **Signos Arbitrários**, isto é, são gerados a partir de

¹⁶ Os ídolos de Francis Bacon são quatro: foro, caverna, teatro e tribo. Cf. monografia, de Maria Doroteia Pereira, A Teoria dos Ídolos de Francis Bacon em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9HZFRN/1/ateoriadosidolosfbacon_080512.pdf.

um acordo de escolhas. Entre os Signos Naturais, Hobbes considerava Signos de comunicação não verbal, o que denominou de **Signos de ação** – suas causas são próprias do fenômeno originário. Afirmou Hobbes: "A sucessão de concepções na mente são causadas [...] pela sucessão que tiveram com outra, quando produzidas pelos sentidos." ¹⁷ (Nöth, 1995, p.24). Neste particular, Hobbes se refere aos mecanismos da memória, que requerem "ferramentas" semióticas, as quais chamou de marcas (*marks*) – modernamente conhecidos como **elementos mnemônicos**. Neste momento, cabe a distinção entre marcas e Signos (*marks* e *signs*): enquanto as primeiras funcionam como **veículos**, os últimos são **funcionais** para a comunicação. Para o autor inglês nomes atribuídos a muitas coisas são universais, e universais não são coisas da natureza (*rerum naturae*) e que "Não há nada universal, mas nomes" – o que em grande medida, está de acordo com William de Ockham.

Foi **Locke** quem imprimiu pela primeira vez o termo **semiótica** (Σημειωτική), numa digressão imediata ao grego (**Ensaio sobre o Entendimento Humano**, 1690) ¹⁸.

Seguindo um dos veios aristotélicos e de seus contemporâneos, Locke retoma o caráter utilitário da **função propedêutica do Signo** (outrora defendida por Aristóteles e Agostinho): o Signo é um instrumento de aquisição de conhecimento e um facilitador para conceber ideias novas. Esta perspectiva, apesar de simplificadora e dotada de uma denotação unívoca, possui bases históricas consolidadas, as quais um empiricista não poderia desprezar. Daí sua discordância voraz das ideias inatas defendidas por Descartes. Em acordo com Hume, Locke defende que as ideias advêm das **sensações**, isto é, da ação dos objetos externos sensíveis sobre os sentidos, ou a partir da reflexão – operações mentais percebidas e refletidas por nós mesmos. O espírito estóico ressurgiu, investido de uma epistemologia empiricista.

Dadas as convicções cognitivas e corpóreas (pelos sentidos), tipicamente desenvolvidas entre os empiristas, Locke vai aplicar à **ideia** uma classificação de **Signo** como tudo aquilo que a mente percebe nela mesma, ou é o objeto imediato da percepção, pensamento ou entendimento (compreensão). Resume Nöth:

Uma vez que ideias são signos, e palavras são signos de ideias, Locke assim interpretava palavras com signos de ideias, isto é, *metasignos*. No entanto, a separação artificial entre palavras e ideias que representam para duas classes de signos conduziu a uma aporia semiótica, a qual Kretzmann chamou de 'um dos erros clássicos da teoria semântica'. Essa foi a sua falha de reconhecer que 'palavras são

¹⁷ Tradução nossa de: "The succession of conceptions in the mind are caused [...] by the succession they had on to another when they were produced by the senses (1640: 5,1)."

¹⁸ O termo semiótica reaparecerá nos escritos de Johann Heirinch Lambert em 1764: em seu segundo volume de *The New Organon – Semiotics, or the Doctrine of the Designation of Ideas and Things*. (Cf. Nöth, 1995, p.13 – 1.2.3.)

elas mesmas ideias e a significação de palavras um caso especial de conexão de ideias.' (Nöth, 1995, p.24, grifo do autor).

Será Saussure, no final do século XIX, quem vai resolver a confusão gerada por Locke ao postular a **natureza diádica** do Signo Linguístico, em **Significante** e **Significado**, o que veremos mais adiante. De qualquer forma, a **consciência semiótica** está cada vez mais presente, à medida que se estabelecem parâmetros e um vocabulário próprio.

O próximo empiricista a ser considerado para estudos do Signo é **Berkeley**, quem vai mergulhar no idealismo ontológico, dotado de fortes cores teológicas. Seu princípio reside na matéria considerada como algo sem significação, ao passo que sensações e ideias são dignas de investigação. Ele postula que o sentido só passa a existir quando uma mente sofre as impressões derivadas da sua percepção.

Berkeley avançara: abandonou a diferenciação entre os objetos da cognição e os objetos do mundo exterior – trata-se da distinção fundante entre **coisas** e **ideias**. Com seu nominalismo, atacou o conceito das ideias abstratas universais, defendendo que, tal como fez Ockham, todas as ideias são particulares, de onde surgem as ideias universais. O que torna uma ideia universal é o Signo. Por meio da percepção o que se identifica é uma entidade particular. Quando se defronta com outras similares particulares, o Signo as universaliza.

O autor vai mais longe quando extrapola o seu próprio nominalismo aqui explicado, pois descortina outras funções de significação para as palavras, como por exemplo, o desabrochar de um sentimento, ou a distensão de uma ação – o que implica em uma significação não nomeadora, simplesmente, e sim que reconhece fatos, eventos e processos em devir.

Por fim, o filósofo britânico reinterpreta a função do Signo pela expressão latina "*esse est percipi*" ("para ser é para ser percebido"), sob teleologia religiosa, uma vez que o fim último está na providência divina, do qual todos os Signos emanam: todas as espécies de entidades e objetos advém da divindade única e superior, "sendo o signo efeito do poder de Deus." Lembremos aqui a finalidade última defendida por Santo Agostinho, cerca de 1300 anos antes...

2.1.4.2.1 Etienne Bonnot de Condillac (1715-1780)

A nossa preferência pelas ideias deste francês genial se justificam por uma inteligência à parte no cenário do Iluminismo europeu, em França, no particular à sua observação sobre a natureza do pensamento.

(...) "O uso dos signos é o princípio que descobre a fonte de todas as nossas ideias", (Ensaio sobre a origem do conhecimento humano, 1746). (...) Condillac definiu três categorias de signos: (1) **signos acidentais** – onde os objetos estão conectados a algumas de nossas ideias, em circunstâncias particulares; (2) **signos naturais** – "os que clamam em nós sentimento de alegria, medo, dor etc."; (3) **signos por instituição** – "os quais nós mesmos escolhemos e os quais têm apenas uma conexão arbitrária com nossas ideias." (Nöth, 1995, p. 26).

Condillac postula, a partir de propriedades do espírito humano: sensação – experiência imediata sensível – percepção, consciência, atenção, reminiscência, imaginação, contemplação, memória e reflexão; em dois níveis: inferiores e superiores de **operações semiogenéticas**, pelas quais as três categorias de Signos se realizam com suas semioses específicas, como explica Nöth:

Os níveis mais baixos, da sensação à consciência, são apenas modos passivos de semiose e ainda não estão associados a nenhuma das três categorias de signos. Os signos naturais são também os signos de onde se originou a linguagem, mas uma linguagem plenamente desenvolvida se funda sempre em signos arbitrários, que pressupõem o nível da memória. Entre o signo natural e o arbitrário há também a linha divisória entre a comunicação animal e humana.(Nöth, 1995, p.26).

Uma das mais importantes conjecturas de Condillac (também observada por J.-B. Vico 1668-1744 ¹⁹, com a qual concordamos inteiramente) é o registro **pré-linguístico** de uma Semiose humana em desenvolvimento, o qual ele chamou de "**linguagem de ação**": Segundo Condillac,(1746, pt. 2, sec. 1, cap. 15, §163): "Esta linguagem de ação é o germe da linguagem falada e de todas as artes que são apropriadas para expressar nossas ideias.". O autor francês está se referindo à arte dos gestos, dança, fala, declamação, a arte da notação, pantomima, música, poesia, eloquência e escrita ²⁰. A relação de significação de ação (hoje chamada de Semiose) é um atributo inato, o que não colide com sua refutação das ideias inatas. A linguagem própria, portanto, resulta das práticas das **faculdades da linguagem de ação**, cujo desenvolvimento é gradual e transformador no homem: de um nível natural e acidental para um nível intelectual e convencional.

A genial perspectiva de Condillac deixa claro diferentes modalidades de comunicação, considerando o aspecto animalesco e inato da Semiose, tanto em seu aspecto evolucionário – sob a ótica dos desenvolvimentos intelectual e cultural – como do aspecto da aquisição da Linguagem e da construção dos Signos de natureza simbólica (cujo objeto de estudo está na

¹⁹ *Scienza Nova* (1744) - "a linguagem começou por ser mental, na época em que o homem não conhecia ainda o uso da fala (*tempi mutoli*) (...); essa linguagem primitiva, que precedeu a linguagem articulada, deve ter sido composta por Signos, gestos, ou objetos que tinham relações naturais com as ideias" (*Apud* KRISTEVA, 1969, p.201).

²⁰ Obviamente algumas categorias aqui expressas se enquadram em outras, tal como notação se enquadra em escrita, declamação em pantomima.

pauta de Jean Piaget e Henri Wallon). O autor abre caminho para uma perspectiva eminentemente científica. Coloca assim, a significação, (mecanismos de manifestação dos Signos), para além de um formalismo semiótico estéril, uma vez que centra a cognição e suas propriedades (acima citadas), como o verdadeiro núcleo gerador, onde o Signo é criado e exercido. Portanto, para além de uma **consciência semiótica**, está posto o nascedouro lógico do Signo e do conceito preliminar de **Semiose**, em direção a um objetivo comum dos filósofos da linguagem: a **língua originária**.

Entre os alemães, a primeira e extensa publicação com o título *Semiotik* pertence a Johan Heinrich Lambert (1728-1777) e de importantes termos e abordagens como as **leis do pensamento** e de uma **cognição simbólica**, como a de Johann Gottfried Herder (1744-1803):

Há um simbolismo comum a todos os homens – um grande tesouro no qual está armazenado o conhecimento que pertence a toda a humanidade. A verdadeira maneira de falar, que, no entanto, eu não sei ainda, tem a chave para esta câmara escura. Quando esta chave estiver disponível, ela abrirá a câmara, trará luz para ela e nos mostrará seus tesouros. Esta seria a **semiótica** que podemos agora encontrar apenas nos registros de nossas enciclopédias filosóficas: uma decifração da alma humana a partir de sua linguagem. (*In Herder, 1768:91 apud Nöth, p.28; grifo nosso*).

A partir do próximo item, deter-nos-emos em Kant.

2.1.4.3 Immanuel Kant (1724-1804)

Segundo Nöth: "Na filosofia de Kant, a Teoria dos Signos exerce um papel marginal." Ricoeur interpreta a teoria de juízos *a priori*, de Kant, que não derivam de atos da Semiose, como um "modelo poderoso onde o significado não é derivado do Signo" (Cf. Ricoeur 1975b: 882, *apud Nöth, 1995, p. 29*).

A observação de Ricoeur nos coloca a questão da cognição geradora de representações pré-sígnicas, ou simplesmente a expressão já conhecida como "representação mental", anterior a uma materialidade sígnica ou materialidade do código. Isso implica na questão da **noção** como um estado mental que pode funcionar como **massa de pensamento amorfo** para sofrer modelagem, cujo resultado é o Signo em sua materialidade – seja fônica (ou sonora), seja gráfica (ou escrita), seja ainda um conjunto de sinais combinados visíveis, audíveis e inteligíveis.

Importante mecanismo semiótico é a formulação dos juízos – estados mentais pré-sígnicos – elaborado por Kant, sejam eles: o **juízo analítico** e o **sintético**. Explicamos: nos juízos analíticos, o predicado já é semanticamente incluído no significado do assunto. (Exemplo: "Todos os triângulos têm três ângulos.") Assim, os julgamentos analíticos não

podem fornecer novas informações sobre o assunto. Nos juízos sintéticos, ao contrário, o predicado acrescenta novas informações ao sujeito; (exemplo: "Todos os corpos são pesados."). Essa formulação só pode ser elaborada a partir de elementos semióticos, considerando a preponderância de uma análise semântica sobre os termos. Embora a intenção desta distinção repouse sobre o material das significações (teor semântico), a sua elaboração se dá pelos termos semióticos integrantes da oração: **sujeito e predicado**.

Por último, na obra de Kant, podemos ainda considerar a expressão "cognição simbólica", onde símbolo aqui se refere a uma **representação denotativa** (sem conotações do campo da simbologia ou de uma perspectiva mítica). Deste modo, podemos considerar que o trabalho de Kant não é essencialmente semiótico, mas confere uma contribuição epistemológica importante para uma análise semiótica, ao destrinchar a questão dos juízos, aqui formulados.

2.1.5 Século das Ciências

Embora a **consciência semiótica** ganhe volume e consistência, a Semiótica ainda não se estabelece formalmente: o que há é uma filosofia da linguagem inconsciente. A Semiótica não está estabelecida como ciência, sequer a Linguística. Existem tradutores e intérpretes de línguas entre civilizações, povos e etnias. O estudo sistemático do Signo está inscrito na tradição gramatical, cujos exemplos estão entre os autores latinos e, em França, na gramática de Port-Royal, sempre sob uma perspectiva das elites que cumprem um princípio purista da "arte de bem falar e escrever". Também estão sendo buscadas alternativas para uma gramática universalista, por onde se possa atingir uma língua primitiva que teria dado origem a todas as demais. Kristeva contribui com este esclarecimento na passagem do Iluminismo, do Empirismo para o despertar de um espírito científico independente:

O estudo do mecanismo das línguas permite aproximações e tipologias que prefiguram o comparativismo do século XIX. Estabelecem-se semelhanças no mecanismo de diversas línguas, o que constitui uma prova para a tese da natureza comum das línguas, que na sua evolução se reveste de expressões múltiplas. (...) Os primeiros germes deste comparativismo encontram-se no relatório de 1767 do padre Coeurdoux, missionário em Pondichéry, no qual ele descobre analogias entre o sânscrito, o grego e o latim. Antes dele o holandês Lambert Ten Kate tinha publicado em 1710 um estudo no qual estabelecia o parentesco das línguas germânicas. William Jones (1746-1794) inaugura sem dúvida de uma forma decisiva a futura linguística comparada quando descobre as correspondências entre o sânscrito, o persa, o grego, o latim, o gótico e o céltico. (Kristeva, 1969, pp. 203-204).

Do outro lado do mundo, na Índia, em seu cenário estão os descritores do sânscrito, cujo purismo seria equivalente. A escrita ainda é um instrumento para poucos e que depende de

condições muito especiais: demanda especialistas preparados para tal, munidos de uma tecnologia pré imprensa, visto que para se escrever são necessários componentes raros, como papel, pergaminho, papiro, tintas, *stylus*²¹ ou penas especiais, local e iluminação adequados, segurança para mentes intelectualizadas.

O surgimento de brechas de paz e prosperidade permitem o intercâmbio comercial e cultural entre povos; nascem novas técnicas e interesses. Um desses exemplos mais notáveis é a transformação evolutiva das práticas do colecionismo exótico, dos gabinetes de curiosidades dos antiquaristas para ciências como numismática, heráldica, epigrafia, filologia e, sobretudo, arqueologia. Será com a combinação da filologia com a arqueologia que dois eventos determinantes mudarão o curso da "pré-história" da filosofia da linguagem para a ciência da língua: a Linguística.

O século XIX, nestes escritórios de investimento no passado, será devedor da racionalidade conquistada entre os iluministas. A educação e o ensino formais se voltarão para uma postura científica, sem os soluços conceituais da metafísica ou impasses das aporias filosóficas. Chega o século das ciências.

2.1.5.1 Michel Bréal (1832-1915)

Nascido em Landau, Alemanha, filho de pais franceses, migrou para a França, onde faleceu e deixou sua obra, da qual a mais importante é o **Ensaio de Semântica** –, inaugurando o termo, bem como as leis da significação linguística, chamadas de **Leis Intelectuais**. Em artigo publicado em 1883, no *Annuaire de l'Association de Études Grecques* – pressupunha ser a ciência das significações inteiramente nova, de domínio não explorado.

Principais obras: *Le Mythe d'Oedipe* (1863), *Les idées latentes du langage* (1868), *Quelques mots sur l'instruction publique en France* (1873), *Mélanges de mythologie et de linguistique* (1877), *Leçons de mots* (1882), *Dictionnaire étymologique latin* (1885), *Grammaire latine* (1890), *Essai de sémantique: science des significations* (1897) e outras.

Filólogo de formação, Bréal é frequentemente citado como o fundador da semântica moderna. Após estudar em Wissembourg, Metz e Paris, ingressou na Escola Normal Superior de Paris em 1852. Em 1857, foi para Berlim estudar sânscrito, ao lado de Franz Bopp e Albrecht Weber. Sua trajetória está dentro das perspectivas da época, cujas condutas estavam subordinadas à filologia e ao estudo de línguas clássicas, bem como à tradição das traduções, e ainda à busca de corolários fundados em leis. E assim procedeu o autor. Em seu Ensaio de

²¹ *Stylus*, do latim, instrumento pontiagudo confeccionado manualmente pelos antigos, destinado à escrita e desenho sobre diversos materiais como madeira, cera, papel etc.

Semântica, estabeleceu as três Leis Intelectuais da semântica: Lei da Especialidade, Lei da Repartição e Lei da Irradiação. No entanto, explicadas e exemplificadas de modo filológico inovador, antecipou uma sistematização em gestação, e cuja eclosão se daria na geração seguinte, com Ferdinand de Saussure, aliás, um discípulo tributário a Michel Bréal, ao lado de Antoine Meillet e James Darmesteter.

Encontramos trechos de sua obra em que claramente o autor protagoniza o falante como agente das alterações, em face de fenômenos que se repetem ao longo dos anos, ou que se tornam frequentes, revelando alterações no pensamento de modo a permitir as adulterações nas palavras ou na sua formação – o que podemos chamar aqui de **transgressões na morfologia**. O espírito científico calcado nas observações empíricas de tais adulterações promoveram uma abordagem diferenciada. Para isso, Bréal procura responder com método relativamente rigoroso as **reduções das desinências dos casos** (latino e grego), que caíram em desuso gradativo e conviveram com a promoção crescente dos **advérbios** e **preposições**. Deste modo, os **casos gramaticais** nas línguas clássicas, que determinavam *a posteriori* as **funções sintáticas**, foram pouco a pouco sendo reduzidos, simplificados e intercambiados em usos preposicionais ou com a co-participação dos advérbios, desprovidos das declinações. Outro exemplo, menos complexo e que se refere ao inglês moderno, é a dificuldade do emprego das formas verbais em suas irregulares como em *I find / I found, I give / I gave, I dig / I dug* etc, que causa embaraço aos estrangeiros, e até aos falantes nativos, em meio a tantas formas irregulares. A Lei da Especialização cria a forma especializada ***I do / I did*** como um verbo de morfema invariável, a fim de facilitar o imbróglio. Mostra Bréal:

Sabe-se como o inglês moderno resolve essa dificuldade: em substituição a esses presentes, a esses pretéritos de formações múltiplas, ele emprega, ou ao menos é livre para empregar, o presente *I do*, o pretérito *I did*, fazendo o verbo uma palavra invariável. A mudança começou pelas construções interrogativas e negativas. [...] Supomos que, por um novo avanço se impõe necessariamente às frases afirmativas, tornando-se de um emprego constante e obrigatório, e o inglês terá substituído todos os outros verbos por seu verbo auxiliar. [...] Mas a universalidade do emprego tem sua contrapartida. Quando *do* acompanha um outro verbo, não passa de um instrumento gramatical (Bréal, 1992, p. 29).

Nota-se que, ao se elaborar novas construções sintáticas e morfológicas, o falante está revelando as **novas associações** que elabora antes de produzir a sua fala. Estamos claramente diante de um **caso de ressignificação semiótica**, pelo viés da estrutura morfossintática, o que

caracteriza uma das modalidades semióticas de ressignificação que pretendemos demonstrar ao longo de nossa defesa.²²

A contribuição de Bréal fica muito patente, tanto no corpo do *Essay*, como nos seus artigos anexos, fundantes de uma perspectiva nova para a sua época. A percepção **das mudanças de significação** são abordadas, não só do ponto de vista do funcionamento da língua, como também, enfatiza o autor, a **intenção do sujeito que fala**. Embora a consciência semiótica esteja presente em suas investigações, a tradição clama em tom mais alto, pois Bréal cumpre uma extensão dos trabalhos historicistas, etimológicos e filológicos de seu tempo, o que de fato, consistia, à época, a ciência da língua.

2.1.5.2 Ferdinand de Saussure (1857-1913)

Ferdinand de Saussure foi um lingüista suíço que viveu na região francófona da Suíça entre 1857 e 1913, cuja tradição vem de um filão de filologistas eméritos. Hoje é considerado o Pai da Linguística Moderna. Genebrino, ofereceu cursos de Linguística de um modo inovador, lançando conceitos novos para uma sistematização metodológica do estudo da língua. Para o autor suíço, apenas a língua natural e falada era merecedora de estudo, visto que a escrita e línguas não naturais seriam consideradas "teratologias". Saussure, vem de uma tradição de filólogos de tradução²³ e da febre dos estudos do indo-europeu, motivada pela descoberta das gramáticas do sânscrito. O sânscrito passou a encabeçar todos os estudos formais e estruturais. A natureza "perfeita da formação de palavras" em sânscrito, associadas aos estudos morfo-sintáticos do latim e do grego, impulsionaram com muita energia os estudos das línguas naturais, em particular, as neo-latinas, as eslavas e as anglo-saxônicas, línguas dominantes, dada a sua expansão para além-mar e abaixo da linha do Equador.

O projeto de Ferdinand de Saussure estava centrada no Signo em seus diversos níveis (lexical, desinencial, fonêmico), para o que sugeriu o termo **Semiologia** (que seria adotado pela escola francesa dos estudos do Signo, sobretudo, a Roland Barthes). Saussure teria, então, se ocupado da língua oral para criar uma metodologia para a sua Semiologia. A extensão magnífica do seu trabalho ficou restrita aos fundamentos vigorosos da Linguística, a partir de uma epistemologia dualista, em uma análise fundada nas oposições: a língua se dá

²² Advertimos, no entanto, que o uso da forma invariável *do / did*, prestam-se tão somente para as formulação das sentenças negativas e interrogativas; já para as afirmativas tal pode ser usado em casos de ênfase ou estilo do falante, que não está livre do regramento gramatical pertinente às flexões verbais.

²³ Inclua-se aqui a Arqueologia e a Epigrafia, com o advento marcante da descoberta da Pedra de Roseta em 1799 (por tropas napoleônicas) e, com ela, a chave para a tradução definitiva dos hieróglifos egípcios, dando fim às especulações frustradas até então do inglês Thomas Young (1773-1829), pelo mérito final do francês Champollion, que deduziu o caráter fonético daqueles símbolos.

por oposições, postulou. Daí a herança estruturalista, baseada nas relações dos fonemas, lexemas e morfemas (sons da fala, palavras e fatias das palavras, respectivamente).

São termos tipicamente saussureanos as dicotomias: **sincronia** e **diacronia**, **mutabilidade** e **imutabilidade**, *langue* e *parole* (língua e fala), **sintagma** e **paradigma**, e a mais sintética: **significado** e **significante**. Notadamente, o **princípio da arbitrariedade** está diretamente relacionado a esta última e somente a ela, visto que após o momento da inauguração da palavra, suas derivações dependem de raciocínios concatenados, como é o caso das desinências, prefixos e sufixos nas palavras variáveis.

Um dos seus maiores méritos é a metodologia sistêmica interna da língua com fim em si mesma, apesar de reconhecer o valor social da língua. Esse foco elege a Linguística como um estudo semiótico em si mesmo, gerando um território próprio para o estudo e abrindo caminho para as metodologias semióticas. Tendo como centro o Signo Linguístico, Saussure engendra uma consciência semiótica avançada, restabelecendo a epistemologia de seus antecessores, como Aristóteles, os estóicos e os pensadores da Retórica latina, deixando-se tomar pelas elucubrações de gramáticos da envergadura de Panini nos estudos do sânscrito.

Deve-se aos seus dois alunos mais obstinados, Charles Bally e Albert Sechehaye, a publicação do **Curso de Linguística Geral**, após o falecimento do mestre genebrino. Se durante sua vida nada publicou, seus escritos ficaram por descobrir até 1996 – hoje estamos agraciados, inclusive em Língua Portuguesa, de suas anotações particulares, as quais estavam relacionadas aos seus cursos de didática oral.

A consciência semiótica de Saussure, embora restrita ao âmbito do Signo, núcleo de toda a sua epistemologia dualista e linguística sistêmica, é certamente a matriz, cuja abordagem revolucionou a maneira como a linguagem é estudada e abriu caminho para novos estudos nas áreas de gramática em geral das línguas, inaugurando um novo método *a posteriori*: o Estruturalismo, cujo fulcro é a estrutura dada por oposições.

Esta orientação iluminou uma plêiade de intelectuais, da ordem de Roman Jakobson, Julia Kristeva, Tzvetan Todorov, Umberto Eco, Émile Benveniste, Algirdas Greimas, Émile Hjelmslev, no âmbito do estruturalismo radical; e ainda outros pensadores como John Lyons, Jacques Lacan, Jacques Derrida. Não podemos esquecer do eminente autor da antropologia estrutural, Claude Lévi-Strauss.

De certo, tomaria muitas páginas a lista, interminável, de tributários ao trabalho de Saussure, o qual nos conferiu um marco indelével na história da consciência semiótica.

2.1.5.3 Charles Sanders Peirce (1839-1914)

Químico de formação inicial, bem como físico, tem sua reputação intelectual, em geral, reconhecida como semioticista, lógico e o criador do pragmatismo, cujo discípulo notório é Charles Morris. Desenvolveu uma fenomenologia em conformidade aos seus antecedentes anglófonos, como Berkeley e John Locke, expoentes do empirismo. No texto de Santaella:

Como ponto de partida, sem nenhum pressuposto de qualquer espécie, Peirce voltou-se para a experiência ela mesma. Como entidade experienciável (fenômeno ou *phaneron*), considerou tudo aquilo que aparece à mente. Sem nenhuma moldura preestabelecida, sua noção de fenômeno não se restringia a algo que podemos sentir, perceber, inferir, lembrar, ou localizar na ordem espaço-temporal que o senso comum nos faz identificar como sendo o "mundo real". Fenômeno é qualquer coisa que aparece à mente, seja ela meramente sonhada, imaginada, concebida, vislumbrada, alucinada... Um devaneio, um cheiro, uma ideia geral e abstrata da ciência... Enfim, qualquer coisa. (Santaella, 2000, p.7; grifos da autora).

A partir desta concepção de fenômeno, sob notória influência de Kant, cujo livro **Crítica da Razão Pura** conhecia praticamente de memória, Peirce constrói um edifício filosófico em sua epistemologia, sob a tríade de categorias: a **Primeiridade**, a **Secundidade** e a **Terceiridade** (*Firstness, Secondness, Thirdness*), cujos patamares residem em uma metafísica muito particular, a fim de dar cabo de princípios lógicos²⁴. Tais princípios necessariamente estão associados à Linguagem. Em oposição à obra de Saussure, Peirce estabelece parâmetros para todo e qualquer tipo de relação semiótica entre o veículo Significante e o conteúdo Significado, aos quais inscreve o Signo linguístico.

Peirce não é linguista, como foi Saussure – o que implica na diferenciação de suas metas, seus objetos motivadores e método de investigação. Embora seja inegável a supremacia do Signo Linguístico sobre os demais categorizados, Peirce elabora uma teoria geral para uma semiótica que cumpra uma abrangência essencialmente generalizante, diretamente ligada à sua fenomenologia e à construção lógica do pensamento. O seu objetivo maior é uma metafísica universal para as construções semióticas, como explica Nöth: "Em contraste ao ramo linguístico, a semiótica de Peirce visa uma universalidade epistemológica e metafísica." (Cf. Nöth, 1995, p. 39).

Peirce, por sua obsessão pelo número três, então, elege o Signo como o objeto central de sua teorização – para isso demonstra três categorias semióticas. Ao contrário do que o

²⁴ Aristóteles definiu dez categorias: (1) substância, (2) quantidade, (3) qualidade, (4) relação, (5) lugar, (6) tempo, (7) posição, (8) posse, (9) ação e (10) paixão. Já Kant, definiu doze, dentro de quatro grupos: **G1-quantidade**: (1) unidade, (2) pluralidade e (3) totalidade; **G2 - qualidade**: (4) realidade, (5) negação e (6) limitação; **G3 - relação**: (7) substância, (8) causalidade e (9) comunidade; **G4 - modalidade**: (10) possibilidade, (11) existência e (12) necessidade. Para Peirce, sob a bênção do número três, todas estariam contempladas, e, sob a égide do Signo, da Semiose, ou seja, da Semiótica que construiu.

ensino rasteiro apregoa, ao nosso ver, Peirce não categorizou o Signo, e sim as **relações entre o Signo e seus objetos (ou referentes)**, a saber: o **índice**, o **ícone** e o **símbolo**, (*index, icon e symbol*). Essa distinção é fundamental para que possamos compreender a relação peirciana íntima entre Lógica e Linguagem – a notar-se a herança nitidamente aristotélica e estóica –, entre o pensamento correto e o Signo que o representa.

O pragmatismo, então, surge para satisfazer a coerência lógica. Nas palavras de Japiassú e Marcondes:

Peirce concebe o pragmatismo como um método para estabelecer o significado dos conceitos a partir dos efeitos práticos de seu uso concreto. Desenvolveu, nessa linha, uma **teoria consensual de verdade**, que seria o acordo a que chegariam os cientistas após o exame de suas hipóteses. (Japiassú e Marcondes, 2006, p.214, verbete Peirce, Charles Sanders; grifo dos autores).

As definições de Signo, para uma teoria que pretende ser universalizante, apresenta-se entre vinte e trinta formulações, conforme revela Santaella em seu livro *A Teoria Geral dos Signos – como a Linguagem significa as coisas* (Santaella, 2000). Nele a autora transcreve a mais notável e clara definição de Signo, segundo C. S. Peirce:

Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representamen*. (Peirce, 2010. § 2.228. *apud* Santaella, 2000, p. 12; grifos do original).²⁵

As investigações e corolários peirceanos foram determinantes para o século XX, não só no campo da Lógica, mas, sobretudo no campo do estudo dos Sistemas de Signos. Modernamente, Peirce e Saussure encabeçam as listas de autores devotados aos estudos de linguagem, dos Sistemas de significação, tanto em seus formatos e métodos, como pelas repercussões de interpretação, análises semânticas e efeitos práticos da Linguagem nos âmbitos das tecnologias derivadas das ciências exatas e nas tecnologias sociais.

A consciência semiótica de Peirce é um dos ápices a serem considerados regamente por seu rigor, ineditismo e compromisso histórico com a ciência do Signo.

²⁵ - A mesma citação é encontrada em Nöth, 1995, p.42.

2.1.6 Visões dos Séc. XIX / XX e Contemporâneas

2.1.6.1 Positivismo Lógico / Neopositivismo:

Williard van Orman Quine (1908-2000) – Moritz Schlick (1882-1936) – Rudolph Carnap (1891-1970) – Ludwig Wittgenstein (1889-1951)

O **neopositivismo** é uma derivação do positivismo, cuja alcunha era **Positivismo Lógico**, e cujo núcleo advém dos princípios empiricistas. Também conhecido como **Fisicalismo**, apregoa uma linguagem precisa, gerada a partir da Lógica, de inspiração nitidamente aristotélica e todo o conjunto de pensadores que primaram por exatidão e até mesmo um purismo lógico no uso da linguagem – diga-se, língua. O neopositivismo nasce com os pensadores do Círculo de Viena²⁶. São portanto a lógica e o empirismo seus pilares fundadores para que se admita que uma assertiva somente poderá ser considerada científica – portanto, verdadeira – a partir de uma formulação lógica, cuja correspondência de conteúdo se verifique com a experiência. Neste aspecto, o significado está associado a um ato de verdade fundado na ação experimental.

Eleita a Física como paradigma para todas as ciências, o referencial lógico sempre se centrará da materialidade física da experiência durante o fenômeno, a fim de se atingir uma ciência una. As assertivas geradas a partir disso teriam significados exatos, incontestes, coerentes e, portanto, lógicos – desprovidas de incertezas ou ambiguidades. Tais afirmativas são consideradas inequívocas (ao modo das sentenças matemáticas) e chamadas sentenças lógicas, que são analíticas. Segundo Rudolf Carnap:

Uma das tarefas mais importantes, relativas à lógica da ciência, será o desenvolvimento das operações que o fisicalismo sustenta que são possíveis: indicar as regras sintáticas para a inserção dos diferentes conceitos biológicos, psicológicos e sociológicos na linguagem física. (Carnap, 1934).

Percebe-se claramente um purismo, uma ortodoxia de postura análoga a uma doutrina religiosa, uma vez que se elegem valores absolutos, tais como a referência única à Física, a Lógica como método único e a verdade como finalidade única. Isto exige uma conduta semiótica que coloca a Física como um ícone e a Lógica como um rito para se atingir a verdade absoluta. A semiótica aqui, embora não seja central, funciona como ambiente para

²⁶ Associação fundada na década de 1920 por um grupo de lógicos e filósofos da ciência, tendo por objetivo chegar a uma unificação do saber científico, e, portanto, verdadeiro. Para isso eliminariam os sentidos vazios e as falhas da língua comum, em direção a um modelo de linguagem logicamente formulada. Eliminariam, com isso, as aporias metafísicas e falsas questões, pelo método da verificabilidade, adotando a teoria fisicalista concebida por Rudolf Carnap.

uma gramática correta, não no seu sentido sócio-cultural e econômico, mas como a representação da ciência absoluta, inequívoca e infalível. O que é um engano superado pelos relativistas, como Thomas Kuhn.

No caso de Wittgenstein a análise da linguagem recai sobre um rigor lógico. A trajetória deste autor demonstra que mesmo o pensamento ordenado e coerente, segundo a Lógica, pode encaminhar para uma conclusão equivocada, o que se admite universalmente, pelas provas demonstradas nas argumentações do pensador austríaco. Essa abordagem permite reforçar que a aceitação é o afeto humano que evidencia a tomada de consciência do verdadeiro, do falso, do real e do imaginário (para citar Platão, a distinção entre episteme e doxa). Em outras palavras, afirmamos que a logicidade e coerência de uma assertiva depende do que se aceita como verdadeiro e coerente, aceitável e pertinente ao conhecimento adequado e correto. Wittgenstein, depois de dez anos de silêncio, vem a lume demonstrar seu processo de ressignificação através do texto *Investigações Filosóficas* (iniciado em 1929-30, publicado postumamente em 1953). Sua posição ortodoxa inicial é quebrada por um repensar, não a lógica, mas as circunstâncias em que as proposições são formuladas. Passa a admitir que as proposições elementares possuem relações lógicas, bem como as formações de proposições moleculares – o que indica que suas formulações no *Tractatus Logico-Philosophicus* apresentavam vícios. Assim, surge um segundo Wittgenstein – como assim ficou conhecido, após a revisão de suas reflexões. Ficou patente que é necessário remeter umas proposições a outras, fechando o circuito lógico, e não apenas ao se verificar se uma proposição elementar por si só é falsa ou verdadeira (princípios de verificabilidade e de verifuncionalidade). Essa retomada de consciência toma em consideração que a logicidade depende do circuito que se forma – ou seja, das conexões internas, ou a uma associação necessária entre proposições. Daí, sim, pode-se inferir seu sentido, ou seu valor de verdade ou falsidade. A ressignificação promovida por Wittgenstein revela que a Linguagem não é somente uma questão de Signos sistematizados, mas, sobretudo, há questões prévias e póstumas à realização do "simbolismo" que representa o mundo e seus estados de coisas (para usar o vocabulário desse autor).

O passo semiótico presente nos integrantes do Circulo de Viena está mais voltado para uma consciência científica e para o conteúdo do fenômeno, do que para o estudo da relação do Signo com a ciência. Por outro lado, possui influência metodológica na filosofia da linguagem, onde a **consciência semiótica**, embora frágil, revela um meio de se gerar um encadeamento sígnico ordenado, para a formulação de um tipo de significado que não pode ser desprezado.

2.1.6.2 Freud (1856-1939) / Carl Jung (1875-1961)

Esses autores dispensam apresentações. A contribuição de Freud para a Semiótica é um estudo à parte, uma vez que os propósitos da ciência da Psicologia e da Psicanálise (seja ciência ou não) não são necessariamente semióticos, mas hermenêuticos. No caso de Jung a consciência é outra, visto que usa o termo "símbolo" com uma denotação bastante lúcida.

Embora a clínica freudiana adote uma metodologia fundada na oralidade e na sua espontaneidade, o Signo Linguístico está "invisível", isto é, não há uma consciência semiótica declarada. O que há são as **escolhas** das palavras – uma atenção aos **paradigmas**, em termos saussureanos. Freud não teve contato com a Linguística moderna, o que não diminui em nada a sua análise das expressões de seus pacientes. O que de fato nos interessa aqui, para a presença freudiana, está no aspecto simbólico e hermenêutico. **A Interpretação dos Sonhos** é o livro de maior interesse no campo da Semiótica, visto que Freud postulou o sonho como o centro do estudo dos aspectos simbólicos da psiqué em sua obra. Assim, os símbolos oníricos fazem parte de um **espectro** de simbolismo. O **inconsciente**, por meio de sonho, expressa um simbolismo que pode ser relativamente decifrado ou interpretado, à luz da razão ao seguir critérios de observação do discurso que o vincula. Segundo o médico austríaco, a configuração simbólica de um indivíduo, está conectada a um conjunto histórico-cultural onde se insere, contando com o folclore, a literatura popular e as narrativas míticas, lendas, expressões linguísticas, provérbios e ditados comuns e até em chistes e piadas reproduzidas sistematicamente. Escreve Nöth:

Freud definiu o símbolo como um "método indireto de representação" baseado em uma comparação (1916: 331). No entanto, "o elemento comum entre um símbolo e o que representa [...] muitas vezes é ocultado" (1900: 352; 1916: 332). A interpretação dos símbolos oníricos, segundo Freud (1916: 330), é, portanto, um processo de tradução: há elementos oníricos não simbólicos, para os quais "nunca obtemos traduções constantes", e símbolos do pensamento onírico inconsciente, para os quais não são traduções tão constantes "tão populares como 'livros dos sonhos' que os provém para tudo o que aparece nos sonhos." Embora Freud (1900: 353) rejeitasse o antigo método de decodificar sonhos por meio de livros dos sonhos e o "julgamento arbitrário", os sonhos podem ser interpretados adequadamente apenas com referência à história do indivíduo; ele, no entanto, tentou encontrar um código simbólico (cf. Eco 1984b: 140) para interpretar os significados dos símbolos oníricos (principalmente sexuais), como bastões, escadas, guarda-chuvas etc. Dentro desse código, existem muitos significantes simbólicos que designam relativamente poucos significados, de modo que um significado pode ser expresso por muitos símbolos (Freud 1916: 333). As regras para a decodificação dos símbolos oníricos podem ser derivadas de um conhecimento do simbolismo na linguagem e na cultura comuns, em mitos, contos de fadas, piadas, folclore, costumes ou poesia. (ibid.: 338).

Freud vislumbrou uma unidade dos significantes e significados simbólicos em tempos arcaicos: "Coisas que estão simbolicamente conectadas hoje provavelmente se uniram na pré-história pela identidade conceitual e linguística. A relação

simbólica parece ser uma relíquia e uma marca da identidade anterior" (1900: 352). Mais tarde, C. G. Jung desenvolveria a teoria do símbolo especificando sua relação com o pensamento arcaico e inconsciente no quadro de uma teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo. (Nöth, 1995, p. 120).

Eis aqui a deixa para introduzirmos a concepção junguiana: os **arquétipos** são elementos tratados por Jung, psiquiatra suíço e fundador da Psicologia Analítica, como elementos determinantes para uma simbólica da psiqué humana. De origem, cuja ancestralidade ultrapassa a escrita, o parecer do psicólogo suíço confere aos arquétipos um valor semântico extremamente valioso para a sua análise e investigação.

Esse conceito foi criado e aprimorado por Jung. Tratam-se de perfis de comportamentos, e cujo território está no **inconsciente coletivo** e, por isso, são percebidos de maneira similar por todos. O autor afirmava que os arquétipos são uma **herança psíquica**, o que implica em dizer que resultam das experiências de séculos a fio de gerações no desenrolar das situações cotidianas, para uma vida boa ou para os apuros e angústias acumulados.

Os traços e as configurações dos arquétipos junguianos são encontrados em narrativas míticas, lendas, nas literaturas orais e escritas, no cinema e é recorrente nos sonhos. Aparecem frequentemente na propaganda, de forma subliminar. Ao empregar a imagem de um dado animal associada a uma marca, os clientes devem correlacionar o produto às características daquele animal, tais como força, longevidade, resistência e outras qualidades destacadas.

Segundo Jung, o símbolo aponta para além de si próprio, e não explica ou define – indetermina. Sua expressão não se consuma nas palavras ordinárias (Jung, 2008). O valor simbólico do arquétipo está nas camadas sobrepostas do inconsciente ao longo das gerações. Essa compreensão, obviamente, racional e coerente não é exatamente o objetivo daqueles afeitos ao terreno do misticismo e das prerrogativas contestadoras de um mundo exclusivamente material e estóico. A Jung cabe uma percepção de mundo que possa oferecer um símbolo que alivie as angústias mais profundas.

A Psicologia pode muito contribuir com a investigação da linguagem, principalmente quando imbuída de uma consciência semiótica que venha a auxiliar nas explicações mais profundas do funcionamento da nossa psiqué.

2.1.6.3 Tzvetan Todorov (1939-2017)

Ensaísta, linguista e filósofo, é reconhecido pelos seus estudos nos campos da Literatura, da Semiótica, fundados em textos ocidentais e orientais, particularmente, de autores hindus. Búlgaro de nascimento, migrou para a França, radicando-se em Paris. Graduado em Letras, especializou-se em crítica e teoria literária, para o que escreveu livros

tornados clássicos, como *Introdução à Literatura Fantástica*. Para seus estudos em literatura, Roland Barthes foi seu orientador de doutorado, tornando-se colega de profissão. Seus mais de 20 livros versam sobre temas diversos, sempre sob o olhar crítico do filósofo, abastecido pela História. Tendo sido traduzido para inúmeras línguas, suas obras são utilizadas como referenciais em vários campos e cursos universitários.

Uma obra extremamente fundamental no campo da Semiótica é *As Teorias do Símbolo*, onde o autor faz um retrospecto bastante incomum, abordando uma linha histórica do surgimento da Semiótica, já a partir de Aristóteles ao analisar o Signo, passando por Agostinho, a ascensão e queda da Retórica Clássica, incluindo a participação de Sigmund Freud e, evidentemente, Ferdinand de Saussure. Embora reconheça a importância de C. S. Peirce, Todorov não destaca sua importância, talvez por uma questão das disputas entre as áreas de Semiologia e Semiótica, predominantes nos autores francófonos. De qualquer forma, sua consciência semiótica atualiza as investigações e incursões sobre o Signo, colocando-o no centro dos debates acerca da Linguagem e sua necessidade de investigação, fortalecendo a Linguística moderna, a participação de autores clássicos e o mundo semiótico em que vivemos.

O autor traz discussões importantes nos campos da Retórica moderna, com base nesta consciência semiótica, por onde aborda a dicotomia fulcral sobre os **sentidos primários** e **sentidos secundários**, e suas adulterações a partir das relações semiológicas, dentro dos processos culturais e históricos. Reafirma, assim, as **características plásticas do Signo** e da sua **potência de ressignificação**, sem mesmo considerar as análises semióticas geradas pelo conceito de interpretante, de Peirce. Esse parecer é valioso para uma contrapartida indelével acerca da pretensa hegemonia dos textos anglófonos e germânicos.

Todorov vai além da Literatura e dos aspectos míticos das alegorias. É um profundo conhecedor da história do pensamento voltado para a compreensão do Signo, para além da exegese e dos aspectos interpretativos florescentes dos discursos oral e escrito. Sua obra merece toda a atenção, principalmente, porque nos traz visões transversais, sob a visão da consciência semiótica.

2.1.6.4 George Lakoff (1941-)

Autor contemporâneo, linguista estadunidense, professor da Universidade da Califórnia em Berkeley; dedica seus fundamentos à percepção e à cognição. Fez contribuições na área da **Linguística Gerativa** nos anos 1960 e da **Linguística cognitiva** dos anos 1970. Sua obra mais conhecida e de maior penetração é *Metaphors we live by* (*Metáforas da Vida Cotidiana*),

em parceria com o filósofo Mark Johnson (1949-); professor da Universidade de Oregon). Embora não se possa considerá-lo como um semioticista em sua plenitude, sua linha de pensamento contribui severamente para a compreensão dos **processos de referência** e **construção de significações**, seja no sentido direto, seja no sentido indireto. Considerando a Cultura como conhecimento enciclopédico, com tonalidades similares às de Umberto Eco, demonstra que as **relações e funções da metáfora** e da **metonímia** só podem funcionar mediante as formulações do pensamento relacional, isto é, não só analisado pelo viés linguístico. Fica claro na sua obra que a enunciação verbal compõe uma via de mão dupla com a estruturação do pensamento – seja do pensar para a língua, seja da língua para o pensar, ao contrário das correntes do **relativismo linguístico**, fundadas na hipótese Sapir-Whorf (Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf).

A obra de Lakoff é via indispensável para se pensar os mecanismos de funcionamento da chamada **linguagem figurada**. Fonte para pesquisas teóricas e práticas nos campos da teoria literária e da análise do discurso, o seu texto enriquece e favorece os estudiosos preocupados com a produção intelectual, tanto no campo científico como na produção de literatura de ficção.

2.1.6.5 Louis Hjelmslev (1899-1965)

Fundador do estruturalismo radical nos estudos linguísticos, denominou Glossemática a sua metodologia, na escola de Linguística de Copenhagen. Com a Glossemática, Hjelmslev ampliou os estudos de semiótica uma vez que compreende tanto as linguagens verbais (cujo elemento básico é a palavra), como as "não linguísticas" – tais como o cinema, o teatro etc, em que existem elementos extra-verbais presentes. Nöth acrescenta:

O modelo de signo e de linguagem de Hjelmslev, e ainda o seu conceito de estrutura, de texto e de sistema possuem considerável influência no desenvolvimento posterior em semiótica geral. Sua teoria da conotação é a fundação de uma teoria glossemática da literatura e da estética. (Nöth, 1995, p. 64).

Herdeiro do projeto de Semiologia de F. de Saussure, a Glossemática prevê uma homologia entre a **expressão** e o **plano do conteúdo** na Linguagem, o que teria sido contestado posteriormente, visto que colide com o conceito de dupla articulação da linguagem. No entanto, sua obra Prolegomena para uma Teoria da Linguagem, de 1943, é um marco no estudo da Glossemática, onde os conceitos para uma semiótica estão bem definidos, inclusive, dispõe de um vocabulário remissivo valioso, para a sua compreensão e coerência (embora criticado como exagero terminológico). Na obra, o autor elabora um complexo

estudo para uma semiótica abrangente, isto é, dotada de conceitos a partir do dogma da dualidade de Saussure: o Significante e o Significado.

Hjelmslev desenvolve o termo **cenema**, um conceito derivado de fonema. O cenema (de κενός, vazio em grego) é o componente fônico para fonema, para gesto e para letra, uma vez que não é provido de significação. Daí seu estudo chamado **Cenemática** (ou estudo do cenema).

Tendo desenvolvido o conceito de Metasemiótica, o autor descobriu certo paralelismo estrutural: um "conotativo semiótico" é aquele cujo plano da expressão é um "semiótico"; e um "denotativo semiótico" é aquele cujo plano de conteúdo é outro "semiótico" (Hjelmslev,1943). Em outras palavras, as duas camadas semióticas em Glossemática, dos planos do conteúdo e da expressão, circunscrevem as formas e os conteúdos expressos pelas formas, de modo a restringir-se à dicotomia de que a Linguagem é sempre forma (e não substância), o que inclui o significado encaixotado: o Signo é sempre um caixa que encaixota, seja pela sua forma, seja pelo seu conteúdo.

O estruturalismo arraigado de Hjelmslev aprofunda uma linha de pensamento na qual a consciência semiótica é levada a cabo, apesar de um caráter hiperbólico de sua teoria da forma – para os planos da expressão e do conteúdo.

2.1.6.6 Jakobson (1896-1982)

Roman Jakobson foi um dos linguistas mais influentes do século XX e assim permanece. Embora poucos de seus escritos tratem de tópicos explicitamente semióticos, Jakobson hoje é considerado um dos clássicos da Semiótica. As suas contribuições para a Semiótica e os princípios teóricos de sua pesquisa são sempre lembrados em artigos científicos e congressos.

Embora Jakobson preferisse modestamente caracterizar seu trabalho como o de um linguista russo, o escopo de sua erudição é verdadeiramente universal. A edição de oito volumes de suas principais obras está organizada na coleção Escritos Seleccionados.

Segundo Eco, o linguista Jakobson "tinha um viés semiótico desde seus primeiros anos: ele não podia se concentrar nas leis da linguagem sem considerar todo o seu background comportamental" (Eco, 1977a; p. 89). O substrato semiótico da sua obra aparece em seus tópicos de pesquisa, em sua visão da Linguística, como parte da Semiótica e nos princípios básicos de seu estruturalismo dinâmico.

Os campos centrais da pesquisa de Jakobson foram a Poética e a Linguística, especialmente a Fonologia, Morfologia, Dialetoлогия e Afasiologia. Mas desde seus primeiros

anos, o interesse deste autor ultrapassa a Linguagem e as artes verbais para cobrir os campos semióticos mais amplos da Cultura e da estética. Jakobson contribuiu para a Semiótica Aplicada com artigos sobre música, pintura, cinema, teatro e folclore; e para questões fundamentais da Semiótica, como os conceitos de Signo, e ainda os conceitos: Sistema, código, estrutura, função, comunicação, e a História da Semiótica. Além disso, ele foi um dos primeiros estudiosos a descobrir a relevância da Semiótica de Peirce para a Linguística (Jakobson, 1965). Em particular, por meio de sua influência sobre Lévi-Strauss, os princípios semióticos de Jakobson tornaram-se altamente presentes no desenvolvimento do estruturalismo.

Jakobson determinou o escopo da Semiótica em relação à Linguística. O assunto da Semiótica é a comunicação de quaisquer mensagens, enquanto o campo da Linguística está confinado à comunicação de mensagens verbais. Assim, destas duas ciências do homem, a última tem um âmbito mais restrito, mas, por outro lado, **qualquer comunicação humana de mensagens não-verbais pressupõe um circuito de mensagens verbais**, sem implicação inversa.

Com base na relação com a linguagem falada, Jakobson distinguiu três tipos de Sistemas de sinais: (1) substitutos de linguagem, incluindo escrita, tambor e línguas assobiadas, e o código Morse (que é um caso de substituição de segunda ordem, secundário à escrita); (2) transformações de linguagem, que são linguagens científicas formalizadas e (3) Sistemas **idiomórficos**, como gestos ou música, que estão apenas indiretamente relacionados à Linguagem.

Em suas próprias palavras, a sua pesquisa foi uma tentativa ao longo da vida "para superar o mero empirismo míope, por um lado, e o dogmatismo especulativo abstrato, por outro". Nesse e em muitos outros aspectos, Jakobson era um espírito de síntese. Ele se opôs à natureza antinômica das dicotomias estruturalistas, como *langue* versus *parole*, **variantes** versus **invariantes**, **código** versus **mensagem** e **competência** versus **desempenho**, que ele se esforçou para superar pelas bases de um estruturalismo dinâmico. Muitos dos seus princípios metodológicos alimentaram novas ideias para pesquisas em outros Sistemas semióticos.

Com Jakobson, verificamos um dos quadros mais complexos de pesquisa e produção científica nas áreas de desenvolvimento da **consciência semiótica**, sem ignorar a particular associação indelével entre Linguística e Semiótica que esse autor, de origem não européia, promoveu para a nossa sorte e garbo.

2.1.6.7 Charles Morris (1901-1979)

O autor norte-americano behaviorista escreveu quatro obras principais: *Simbolismo e Realidade* (1925); *Escritos de Teoria Geral dos Signos* (1971), *Fundamentos da Teoria dos Signos* (1938) e *Signos, Linguagem e Comportamento* (1946). Morris avança em suas anotações, considerando o Signo como um fator de comportamento, pelo qual respostas são ações derivadas de estímulos sîgnicos. Daí incluir a comunicação animal, estendendo a semiótica para além do homem, entre os estudos semióticos e onde o Signo funciona tanto como estímulo como resposta comunicacional e comportamental. Seu exemplo clássico é o da trombeta emitida pelos caçadores: cães e caçadores recebem o sinal semiótico da trombeta em ambiente de caça, partindo para a ação de buscar a presa. Neste sentido, Morris considera a percepção o núcleo fundamental para a emissão e recepção dos Signos.

Morris faz a distinção entre Signos identificadores, designadores, apreciadores, prescritores e formadores. Os Signos identificadores são similares aos índices de Peirce, os designadores são os Signos que significam as características de uma situação espaço-temporal. Os apreciadores desta linha de pensamento significam algo dotado de um estado preferencial em relação ao comportamento. Os prescritores comandam uma conduta e, finalmente, os formadores são os Signos que, aparentemente privados de significado, servem de conectores aos Signos complexos. Tradicionalmente são conhecidos por sincategoremáticos. Em todos os casos, a Semiose está presente, como: "um processo do Signo, isto é, processo pelo qual algo é um Signo para algum organismo" (1946, p. 366). De acordo com esse autor, Semiose envolve três fatores:

(...) aquilo que age como um signo, aquilo a que o signo se refere, e aquele efeito em algum intérprete em virtude do qual a coisa em questão é um signo para aquele intérprete. Estes três componentes em semiose podem ser chamados, respectivamente, o veículo do signo, o designatum e o o interpretante. (Morris, 1938, p. 3, *apud* Nöth, 1995, p.50).

Vemos que o autor segue seu mestre norte-americano, C. S. Peirce. Morris leva a cabo o behaviorismo e coloca o Signo como "agente duplo" da relação estímulo vs resposta, pois o pragmatismo, nascido na letra de C. S. Peirce, é o fio condutor de sua investigação. Neste sentido, a amplitude do Signo ultrapassa as rédeas da língua e se expande para campos como a Zoosemiótica. Seu clássico exemplo da corneta da caçada é um **Signo para a ação**, a bem dizer: a pragmática – em direção às presas de caça.

Essa colaboração emana atenção e concede espaço para outros campos de estudo e investigação, inclusive para máquinas que processam sinais inteligíveis. Sebeok é um desses

atuais autores que usam a consciência semiótica expandida a partir das sugestões pensadas por Charles Morris.

2.1.6.8 Émile Benveniste (1902-1976)

Nascido na Síria, mudou-se para a França (1924), onde trocou seu nome de batismo para Émile. Em 1918, é aluno Antoine Meillet, seguidor de Ferdinand de Saussure, seguindo, portanto, uma formação linguística. Em 1937, torna-se lente no *Collège de France*. Profundo conhecedor do indo-europeu, na esteira do comparativismo de sua época sobre línguas antigas e modernas, Benveniste estabelece suas teses, tendo publicado a primeira parte de *Problèmes de linguistique générale* – 1966 (em português, Problemas de Linguística Geral). Sua abordagem acerca da enunciação, tratado por "enunciativa" acende luzes sobre filósofos e a Psicanálise; daí Jacques Lacan ter-lhe solicitado em 1956 colaboração na inauguração da revista *La Psychanalyse*. Projetam-se na obra de Benveniste, no mínimo, três perspectivas:

(1) As reflexões linguísticas *stricto sensu*, as comparativistas e, em especial, o tributo à obra de Ferdinand de Saussure. Notabiliza-se como um expoente na Linguística moderna. Nesse sentido, é possível dizer que o Sistema de pensamento de Benveniste produziu uma epistemologia, onde o sujeito se torna peça central.

(2) Existe um caráter interdisciplinar das ciências humanas em que a Linguagem tem papel fundamental. É a prática do estudo teórico do diálogo. Talvez, por esse enfoque, possa-se afirmar que o autor expande em um terreno limítrofe, abordagens com interdisciplinaridade, de Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicanálise, Cultura etc.

(3) Há, por fim, a instalação de uma Linguística inovadora: a Linguística da Enunciação. Como um dos fundadores dessa perspectiva, Émile Benveniste continua sendo um dos linguistas mais estudados no Brasil. Seu pensamento ainda é, portanto, muito difundida, tanto na esfera das investigações sobre Linguagem, como nos campos interdisciplinares, como a Antropologia e Psicanálise.

No Brasil, um dos maiores divulgadores de sua obra é José L. Fiorin, da USP, em ação no desenvolvimento da consciência semiótica e dos diversos posicionamentos da instalação do sujeito na enunciação.

2.1.6.9 Algirdas Julien Greimas (1917-1992)

Greimas definiu o centro de produção na Escola de Paris. Sua abordagem é inequivocamente estruturalista e leva a cabo uma linguística complexa, incluindo uma semântica estrutural, para a qual publicou um livro exclusivo (*Semântica Estrutural*, 1966)

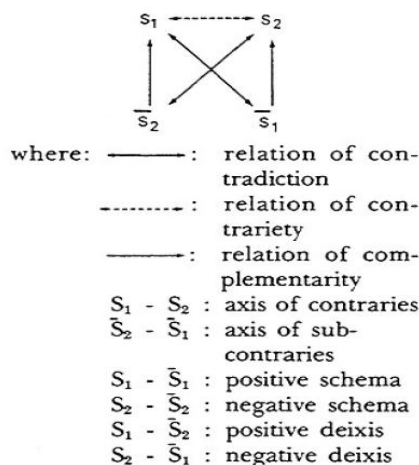
Em parceria com Courtés, publicou um dicionário visceral, cujo título é Dicionário de Semiótica (1979). Nele os dois autores apresentam para além de um panorama da Semiótica – avançam com descrições, explicações e argumentações lógicas e complexas, de modo a uma compreensão quase imediata, visto que as referências internas contribuem para uma compreensão do todo.

Seu método de abordagem se inicia no estruturalismo, inspirado em autores como Propp, Saussure, Lévi-Strauss e outros. Tomando a linguística estrutural, parte da fonologia, semântica e sintaxe para a análise do texto, tomado como **discurso**. Greimas bebe ainda na fonte da glossemática de Hjelmslev para uma compreensão do modelo de Signo. No citado livro Semântica Estrutural, Greimas funda, sob a lexicografia estrutural, um modelo de análise semiótica das estruturas do texto. Em sua proposta de análise, a Semiótica deve se ocupar de uma **teoria da significação**, a qual opera apenas quando ela situa a sua análise em níveis, tanto acima como abaixo do Signo. No nível mais baixo, procede-se a uma decomposição do fonema, em traços distintivos, uma atomização do Signo em componentes semânticos chamados **semas**, que produzem elementos analíticos **que ainda não são Signos**. No nível mais elevado, consideram-se as unidades textuais, que produzem as **entidades semânticas**, as quais **são mais do que Signos**. Essa conduta leva à análise do discurso gerativo, isto é, "o modelo semiótico de texto gerativo visa dar conta da geração do discurso de qualquer Sistema semiótico" (Nöth, 1995, p. 315).

São conceitos do vocabulário greimasiano: **estrutura semio-narrativa, estrutura discursiva, estrutura textual**, no campo das estruturas de significação acima do Signo; e ainda: sema, semema e lexema, estruturas a partir de um modelo saussureano de Signo.

Apresentamos o quadrado semiótico de Greimas, o qual, nasce a partir do quadrado lógico de Apuleio, de inspiração aristotélica. Dada a lógica binária, coincidente com a base estruturalista saussureana (fundada nas oposições e diferenças), o quadrado semiótico de Greimas visa as oposições semânticas. Sua composição considera os seguintes eixos: **contradição**, cuja relação implica em dois termos da categoria binária de **asserção e negação**. Esta relação é descrita como a oposição entre a presença e ausência de um sema. Assim, o sema "vida" se opõe a "não-vida" (no qual o sema "vida" está ausente). O segundo eixo se dá pela **contrariedade**.

Figura 1: Quadrado Semiótico de Greimas ²⁷



Dois semas de um eixo semântico são contrários se cada um deles implica no contrário do outro, uma vez que o contrário de "vida" é "morte", ou seja, ambos pressupõem-se mutuamente. Dessa composição, o autor expande para outro eixo adicionado logicamente: **implicação** ou **complementaridade**. Assim, "vida" implica em "não-morte" e "morte" implica em "não-vida". Embora sua logicidade e compreensão sejam irrefutáveis, nem sempre é possível aplicar o quadrado semiótico greimasiano, tendo em vista que o léxico das línguas não funcionam como um acervo numérico ou de um vocabulário restrito a dada ciência. De qualquer forma, há uma isotopia intrínseca, para um amplo espectro de termos.

A **consciência semiótica** aqui ultrapassa o Signo, retomando a base aristotélica para uma lógica binária, em pleno alinhamento com os aspectos cognitivos apresentados por Saussure, a partir das **diferenças e oposições**. Greimas, portanto, em sua teoria complexa de uma mecânica voltada basicamente para o Signo Linguístico, atinge um patamar diferenciado, pois nos brinda com uma semiótica coerente; sua consciência se expande consideravelmente, o que nos rende um corolário interessante com seu **dicionário de semiótica** e um **quadrado semiótico** valiosos para estudos futuros.

2.1.6.10 Roland Barthes (1915-1980)

Roland Barthes foi um autor estruturalista francês, que seguiu a esteira do F. de Saussure. Sua obra navega tanto pelas artes, em particular, a literatura, como pela Filosofia. Ele nos deixou uma grande contribuição para semiótica textual, crítica literária, comunicação visual, e até para a semiótica da Medicina, já na década de 60 do século XX. Nöth acrescenta:

²⁷ Fonte: Diagrama adaptado de COSTA JR., Daniel F. Bases Lógicas do Quadrado e do Hexágono Semiótico Artigo. In: SIMÕES, Darcília; FREITAS, Maria Noemi; POLTRONIERI, Ana Lúcia. Linguagens, Códigos e Tecnologias – Estudos e Aplicações. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012, pp. 253-263.

"Barthes definiu um signo com um sistema consistindo de E, uma expressão (ou significante), em relação (R) para C, um conteúdo (ou significado): E R C. Tal Sistema primário de Signo pode se tornar em um elemento mais compreensivo de sistema de signo" (ibidem). Para tanto, o autor publica algumas vezes o seu diagrama:

Quadro 1 - Modelo de conotação como a extensão semântica do Signo denotativo
(Fonte: Handbook of Semiotics, Winfried Nöth – baseado na obra de Roland Barthes)

Signo secundário	CONOTAÇÃO	Relação 2	
		Expressão 2	Conteúdo 2
Signo primário	DENOTAÇÃO	Relação 1	
		Expressão 1	Conteúdo 1

No tocante á consciência semiótica, Barthes elabora um esquema de metalinguagem, o que consideramos um dos ápices para a nossa tese, visto que o Signo representa o funcionamento do próprio Signo, isto é, a Linguagem expressando ela mesma. No trabalho metalinguístico de Barthes está definido que a extensão de um Sistema de Signo de primeiro nível pode ocorrer com a adição de uma nova expressão. Este é o caso nos Signos metalinguísticos, onde o Sistema primário consiste na linguagem objeto, e o Sistema secundário consiste na metalinguagem. (Nöth, 1995, p. 311). O exemplo que damos é o das terminologias científicas e da própria gramática, onde a Morfologia (ou classes de palavras) referem-se às categorias lexicais na ordem gramatical de dada língua.

Assuntos caros ao autor são a crítica literária e crítica cultural, nas quais estão em jogo o conceito de Semiótica conotativa. Com isso, é possível produzir análises que revelem significações e sentidos ocultos no texto. Daí a importância de uma semiologia (ao estilo francês de semiótica) para o estudo ideológico embutidos nos textos. Em seu famoso livro Mitologias, Barthes define os sistemas secundários (dotados de sentidos secundários), chamados de **mitos**. Assim, no discurso produzido nos *mass media*, o que se encontrará serão mitologias desenvolvidas na estrutura dos textos. Isso também pode ser identificado como ideologia, uma vez que os mitos compõem o discurso para um dado Sistema de ideias. Explica Nöth:

O *mass media* cria mitologias ou ideologias como um sistema secundário conotativo na tentativa de oferecer suas mensagens uma fundação naturalizante, considerado como um sistema denotativo primário. No nível **denotativo**, eles expressam **significados "naturais" primários**. No nível **conotativo**, eles escondem os

significados ideológicos secundários. (...) "O mito não nega as coisas [...] ele as purifica, faz delas inocentes, concede uma justificativa eterna e natural" (Barthes, 1957, p. 143, *apud* Nöth, 1995, p. 312; grifos nossos).

Em seu conhecido e viral livro *Elementos de Semiologia* (1957), Barthes propõe um programa para uma pesquisa sistemática de Sistemas semióticos não linguísticos; de onde incluir: arquitetura, mobiliário, produtos industriais como automóveis, culinária e vestuário, entre outros aspectos da Cultura. Já no seu livro *Sistema de Moda* (1976b), a sua análise ultrapassa os campos da língua e da literatura.

Mais tarde, Barthes ressignifica sua definição de denotação como resultado final de um processo conotativo, o efeito da **clausura semiológica** (ou semiótica). Nas palavras de Barthes:

Denotação não é o primeiro significado, mas pretende sê-lo; sob esta ilusão, em última instância não mais do que a última das conotações (aquela a qual se parece se estabelecer e encerrar a leitura), o mito superior pelo qual o texto pretende retornar à linguagem natural (Barthes, 1970b, p. 9).

Sobre esta questão, aproxima-se de Eco ao enunciar o caráter simbólico do Signo na sua criação, fenômeno ao qual aderimos por dedução própria, antes mesmo de tomar contato com estes autores neste particular. Como o Signo é resultante das operações mentais entre o **aparelho afetivo-imaginário** e o **aparelho cognitivo**, a transitividade se dá tão naturalmente que, somente pela consciência semiótica, torna-se possível tal constatação.²⁸

2.1.6.11 Thomas A. Sebeok (1920-2001)

Nascido na Hungria, migrou em 1937 para estudar em Cambridge e, no mesmo ano, partiu para os EUA, onde se tornou cidadão. Doutorou-se em 1945, por Princeton. Foi aluno de Roman Jakobson e de Charles Morris, o que lhe conferiu a autoridade reconhecida na Semiótica. O nome de Sebeok está ligado à **Zoosemiótica**, termo para os estudos semióticos, referentes ao **Signo animal**. Abordando Sistemas especialistas de comunicação e suas fundações, a conhecida "linguagem dos animais", também chamada de **comportamento significativo**, surge sob uma perspectiva sincrônica. Tal disciplina enquadra-se, segundo o autor, entre a Etologia e a Semiótica, conforme a definição, reduz-se ao que se chama de **Antropossemiótica**, envolvendo, ainda que em tal determinação, vários elementos circundantes ou fundados no processo de comunicação animal. Isto se explica do seguinte modo: A Semiótica dos humanos está classificada, segundo Sebeok, em integrantes

²⁸ Lembremos que as explicações mitológicas são sempre mais interessantes e cativantes, além de extremamente convincentes, mesmo quando o aparelho cognitivo está alerta. O espírito crítico, no entanto, também deve estar acionado neste último, a fim de despertar a consciência semiótica e desfazer o simbólico que constitui o mito.

antropozoosemióticos. O primeiro abrange, por ex., a linguagem associada a “macro-estruturas verbais”, linguagens artificiais, bem como Sistemas de linguagem independente de Signos, enquanto o último inclui campos complexos como a **Pára-Linguística**, comunicação não-verbal etc. A visão de Sebeok, em particular, da **Antropossemiótica** se dá como uma interface entre dois reinos, do que resulta de suas afirmativas nas quais a **Zoosemiótica** recai na mais clara ciência da **Biosemiótica**, cujo mais importante representante, deve ser considerado.

Sebeok foi extremamente produtivo e seu trabalho parece não ter fim, entre publicações em compêndios, artigos e verbetes. Entre suas obras mais conhecidas, podemos citar: *Global Semiotics, Signs: An Introduction to Semiotics, The Forms of Meaning, A Sign is just a Sign, Zoosemiotics, Components of Communication, Perspectives on Zoosemiotics*; em português, *O Signo de Três* e muitos outros.

A consciência semiótica de Sebeok vai além a semiótica fundada na Linguística, como foi a de seu mestre Jakobson. Com Morris, a dimensão agiganta e ultrapassa o estudo de língua, alcançando os níveis mais primitivos da formação do Signo nos seres que se comunicam, até chegar ao homem.

2.1.6.12 Noan Chomsky (1928-)

Formou-se em Linguística, Filosofia e Matemática pela Universidade da Pensilvânia, onde se doutorou (1955). Ingressou para o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), como professor de Línguas Modernas e Linguística.

Com a prerrogativa de que linguagem é um traço humano inato, insculpida no DNA, defendeu-a em livros e artigos, considerados com respeito intelectual e filosófico; em seu livro *Linguística Cartesiana* encontramos tais perspectivas. Chomsky, com isso, trouxe novos ares para a Linguística, resignificando a metodologia da Linguística Estruturalista por ele combatida e deu novo impulso à filosofia da linguagem, ainda que seja análoga às concepções de iluministas, como Condillac e Locke.

Foi no final dos anos 50 que Noam Chomsky elaborou no MIT a renomada Gramática Gerativa. Ali apresenta o modelo “princípios e parâmetros”. Alguns anos depois, Chomsky apresenta nova perspectiva e método de análise sintagmática de sua concepção de organização da língua, em seus processos de formação de expressões, desde os morfemas até textos mais complexos. Com isso, afasta-se completamente do estruturalismo de Jakobson, Hjelmslev, bem como de Greimas para uma análise não estrutural, mas fundada na competência linguística inata. A imitação, portanto, não é mais o núcleo gerador do falante, dada a sua defesa da gramaticalidade inata.

Sua teoria, fundada na cognição e imaginação, põe em evidência aspectos não linguísticos como a criatividade do falante e a sua capacidade de emitir e de compreender qualquer composição frásica e, principalmente de inventar novas expressões. A gramática, portanto, entendida como um sistema finito, permite gerar uma infinidade de frases gramaticais. Isto se afasta da imitação na aquisição da Linguagem. As expressões em seus diversos níveis – lexical ou textual –, porém, obedeceriam a regras que definem as sequências sintáticas para cada indivíduo capaz de incorporar à sua memória tais regras internalizadas. Daí a chamada **competência linguística** individualizada no sujeito. Assim, o sujeito poderá utilizar a língua no contexto comunicativo por meio de arranjos e combinações gramaticais no geral, mas segundo suas particularidades, no individual. Chomsky, com isso, **desloca o estudo linguístico meramente estrutural para o sujeito**, sem negligenciar as relações necessárias para o grande edifício que é a língua.

A Gramática é uma organização fundada em três tomos ou perspectivas formativas: sintaxe, semântica e fonologia. A Sintaxe é o Sistema de regras que definem a formação linear das unidades em curso, seja morfema (afixos, radicais etc), lexema (a palavra) ou frase. Já a Semântica é o Sistema das regras que definem as relações de significação dos níveis das unidades, implicando na interpretação. Já a parte da Fonologia é um conjunto de componentes e regras que formam as unidades fônicas, como as palavras e sua sintaxe – alinhamento contínuo, ou seja, as frases a partir de uma sequência de sons. Tomando-se estas bases, vindas dos gramáticos da Antiguidade (inclua-se aqui os retóricos romanos), a Gramática Gerativa de Chomsky apresenta, para cada uma destas divisões integrantes tradicionais, conceituações novas que venham a ressignificar as construções gramaticais aceitáveis, na sua análise dentro do método gerativista.

Como crítico do estruturalismo e inovador nas concepções de uma Linguística fundada na competência gramatical inata do sujeito, Chomsky postula a dicotomia **estruturas profundas** e **estruturas superficiais**, pelas quais busca uma equilíbrio entre a **competência cognitiva** na aquisição, a sua execução lógica de uma ou mais línguas, e a **competência imaginativa** na criação de expressões, o que confere ao sujeito a autoridade discursiva, de modo a atingir a arte literária.

A consciência semiótica em Chomsky avança na perspectiva de uma palavra criativa, de um sujeito competente, em direção a uma filosofia da linguagem que coloca a estrutura, não como um marco ou um núcleo, mas um tijolo na construção dos estudos semióticos.

2.1.6.13 Yuri Lotman (1922-1993)

Fundador da corrente Tartu ²⁹da Escola Semiótica de Moscou-Tartu, Lotman se notabilizou pela sua **Semiosfera**, cuja preocupação está na análise intertextual, com referências a uma observação semiótico-estética da Cultura. A sua Escola seguia três princípios básicos: (1) Dar sequência a projetos de máquinas de tradução, Linguística Matemática e Cibernética. Tem por base conceitos fundantes: informação, comunicação e teoria de Sistemas, cuja influência direta vem de autores estruturalistas como Saussure, Hjelmslev e Jakobson. (2) Têm por objetos de observação semiótica, a partir da língua natural e da Literatura, para outras formas de cultura – chamados fenômenos culturais – como as comunicações não verbais e visuais, bem como mitos, folclore e religião. Nesta perspectiva, o conceito de texto é largamente expandido, para além do Significante e do Significado. Deste modo Lotman ocupa-se não só dos enunciados linguísticos e literários, mas também, filmes, pinturas e mesmo sinfonias, tomando-os por textos. (3) Os soviéticos assumem por estético e poético a semantização das formas de expressão das obras – características de estilo, e métrica são, portanto, interpretações semânticas. (4) Arte e Cultura são consideradas em geral, Sistemas de modelagem secundária. Estes Sistemas são secundários em relação ao Sistema primário de linguagem, pois "como todos os Sistemas semióticos, são construídos no modelo de linguagem" (Lotman, 1970).

No campo da Literatura, o trabalho semiótico desenvolvido envolve uma abordagem auto-referenciada, à medida que o texto literário não se basta em sua mensagem, posto que se lhe afigura duas vias: uma primeira que referencia uma inter-textualidade de fora para dentro, isto é, textos anteriores são reportados (cf. Barthes, Derrida); e de dentro para fora, uma vez que a obra remete para referências *a posteriori*. "O trabalho literário refere-se a si mesmo", afirma Nöth. Isto implica em dizer que a obra literária se imbuí de uma autonomia própria, independente do discurso cotidiano – e até mesmo, apropriando-se dele. Eis aqui uma fonte para a análise da função poética (cf. Roman Jakobson, 1975 et alii) e da Estética. Lotman desenvolverá, então, adotar a iconicidade como elemento constitutivo de sua semiótica. Com este parecer, afirma: "que os signos na arte são icônicos e representacionais, em vez de convencionais". Sua conclusão é de que o Signo da arte verbal (Literatura como expressão) é o modelo de seu conteúdo e que, na Literatura, "a semantização dos elementos extra-semânticos (sintáticos) da língua natural ocorre nestas condições". Notoriamente, Lotman se agrava do fenômeno cultural não como um simples artefato dotado de Significante, mas,

²⁹ Universidade de Tartu, Estônia, teve como objetivo inicial fomentar os debates dentro da produção acadêmica a respeito da compreensão da função da linguagem nos Estudos Culturais, sob um viés semiótico.

sobretudo de Significado, o que confere ao fenômeno da Cultura um valor para além do Signo, dotado de uma semantização necessária, postulada pelo autor, uma vez que se configura como um Sistema de modelagem secundária.

Obviamente pode-se distinguir que a semiosfera de Lotman abrange duas visões, pois a Cultura que apresenta seus significantes os torna também significados. Sua consciência semiótica traz a lume uma resignificação ímpar, pois converte o **plano da expressão** em uma sugestão de significação própria para um **plano de conteúdo**.

2.1.6.14 Umberto Eco (1932-2016)

Estudou Filosofia na Universidade de Turim. Dedicou-se à filosofia com a ajuda de Luigi Pareyson. Doutorou-se em estética em 1961 após escrever alguns estudos sobre estética medieval. Seus primeiros trabalhos foram dedicados ao estudo da estética medieval, especialmente sobre os textos de São Tomás de Aquino. Escreveu "*Il Problema Estetico de San Tommaso*" (1956).

Nas palavras escritas em *Semiótica & Filosofia da Linguagem* (1991), já se pode avaliar o patamar da preocupação semiótica atual:

Ora, acontece que, ao se refazer o histórico destes conceitos, nos deparamos, na certa com estudiosos de medicina, matemática, ciências naturais, com retóricos, especialistas em adivinhação, emblematólogos, cabalistas, teóricos de artes plásticas, mas é com os filósofos que nos deparamos mais. Não me refiro apenas aos filósofos da linguagem (do Crátilo aos dias de hoje), mas a todos os filósofos que perceberam a importância fundamental de uma **discussão sobre a língua** e outros sistemas de signos, a fim de entender muitos outros problemas, da ética à metafísica. Se essa releitura for bem realizada, perceberemos que cada grande filósofo do passado (e do presente) elaborou, de alguma forma, **uma semiótica**. (Eco:1991, p.8; grifos nossos).

A partir deste breve histórico das preocupações e ocupações destes estudos acerca do Signo e de sua realização na Linguagem, podemos inferir que na escrita é que se manifesta o olhar atento para o funcionamento do sistema de comunicação, a bem dizer, para as relações entre o mundo e a sua expressão produzida pelo homem. Importante reafirmar a importância do legado que a Cultura Escrita proporciona para a investigação a respeito do Signo, sua identificação e práticas. Signo: este objeto de transmissão, veiculação e expressão de significados – enfim, o significado do mundo sob o olhar humano e dentro do pensamento.

Ainda sob a lente de Umberto Eco, a consciência semiótica deve se desdobrar no que ele denomina de sujeito da Semiose, como no trecho abaixo disserta:

A semiótica tem um único dever: definir o sujeito da semiose através de categorias exclusivamente semióticas: e pode fazê-lo porque o sujeito da semiose se manifesta como o contínuo e continuamente incompleto **sistema de sistemas de significação que se refletem um no outro**. (Eco: p. 257; grifo do autor).

Em seu grandioso livro *Tratado Geral de Semiótica*, o autor italiano expande as fronteiras da Semiótica. Se, por um lado, a organização do compêndio parece idiossincrática – e de fato, assim nos parece –, por outro, a sua abrangência entrona a Semiótica como um campo de estudo moderno e atual, à medida que pensa a Cultura. O seu conceito de enciclopédia enriquece as análises e introduz a Semiótica nas diversas atividades que envolvem tecnologia de *mass media*, atualizando as possibilidades a que as diversas modalidades de Signos e os variados Sistemas de Signos são submetidos e empregados. Em seu renomado romance *O Nome da Rosa* (convertido para a linguagem do cinema) Eco introduz processos de análise de Signos em suas três categorias peircianas mais notáveis: o índice, o ícone e o símbolo, elaborando um enredo atraente e motivador para novas criações artísticas, literárias e cinematográficas.

A erudição de Eco e sua abrangência no campo da filosofia da linguagem o colocam como o mais ilustre semioticista de nosso tempo, bem como o qualifica para uma consciência semiótica não alcançada por seus antecessores e contemporâneos.

2.1.6.12 Brian Rotman (1940-)

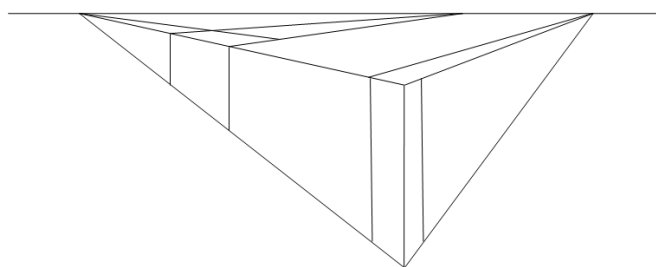
Matemático, escritor e dramaturgo, Rotman desenvolve, sob forte inspiração peirciana, uma semiótica voltada para as reflexões sobre os números, sobre a matemática e sobre as circunstâncias em que os números são empregados e relacionados aos processos de Linguagem. Dentre as contribuições que consideramos de fato reveladoras é que **o número é uma entidade semiótica** e, portanto, social, consistindo em Signo. Mais do que isso, o número representa relações criadas pela mente e pode inserir-se em relações mais complexas, o que chamamos de Matemática. Obras principais: *Signifying Nothing – The Semiotics of Zero* (1987, 1993b); *Mathematics as Sign – Writing, Imaging, Counting* (2000); *Towards a Semiotics of Mathematics* (in *Semiotica* #72, 1988); *Review of J.-P. Changeux and Alain Connes: Conversations on Mind, Matter and Mathematics* (in *Times Literary Supplement*, 1996) e outras.

Com Brian Rotman chegamos à conclusão de que números são entes diferentes de Matemática, uma vez que as entidades numéricas compõem as relações matemáticas (base das leis matemáticas). Com isso, **à nossa conclusão**, encerram-se as discussões acerca da inquirição se a matemática é descoberta ou se é inventada. A Matemática é um Sistema de

Signos inventado pela mente humana, exclusivamente expressa em código escrito, sem o qual não é possível evoluir cálculos e suas consequências. Além disso, os procedimentos matemáticos são encadeados, cuja origem está no enunciado verbal, uma vez que **a Matemática não gera enunciados**, senão, é resultante de uma **conversão entre modelos**: do modelo verbal para o modelo matemático. Assim sendo, a Matemática não consiste em Linguagem.³⁰

Importante conceito que o autor britânico nos confere é a **noção do nada**, representada em três Sistemas de Signos diversos: **o zero matemático**, **o ponto de fuga** e **a cifra monetária**. Rotman postula que o papel do zero na Matemática constitui-se no **meta-signo**, uma vez que representa valor relacional na escrita indo-arábica.³¹ Já na técnica de *épura* em perspectiva, o meta-signo está projetado para fora da paisagem projetada, que é o **ponto de fuga** (na linha do horizonte); é o marco zero para onde todas as linhas paralelas convergem (representadas pelas suas projeções), mesmo nas construções com planos primários e secundários.

Figura 2: Projeção em *épura*
(Fonte: Lay-out do autor)



E, finalmente, a **cifra monetária**, um meta-signo que não possui valor em si mesmo, mas tem a propriedade de apreçar: conceder valor de troca a uma mercadoria, bem ou serviço, sem a contrapartida de mercadoria, bem ou serviço dados como referência na transação, pois o apreçamento é simbólico e, portanto, semiótico.

O conceito de meta-signo, criado por Rotman, nos traz a possibilidade de transformar um objeto em uma **entidade relacional** dotada de propriedades intrínsecas, tendo ou não relação com o mundo sensível – sobretudo, capaz de expressar em código matemático o seu **Referente**.

³⁰ Gostaríamos de deixar claro que essas conclusões são de nossa responsabilidade, e não podem ser encontradas nos textos do autor em pauta.

³¹ O **zero** enquanto número e objeto matemático é a evidência de que não há necessariamente uma correlação entre os números e o mundo, senão um Signo criado para permitir a execução de algoritmos matemáticos e suas propriedades.

Rotman é uma referência para os estudiosos de filosofia da Matemática, da Linguagem e da Semiótica, uma vez que expandiu conceitos, cujos liames ficaram para a história da Semiótica. Sua consciência semiótica é muito especializada e inequívoca.

2.1.6.13 Julia Kristeva (1941-_)

A palavra-chave que localiza Julia Kristeva no panorama da consciência semiótica é **Semanálise**. Sob forte influência do marxismo, a autora é considerada expoente do pós-estruturalismo e na semiótica textual, na mesma esteira do francês Roland Barthes. No entanto, reconhece o tributo ao estruturalismo, uma vez que se verifica a forte presença do Signo saussureano em suas obras, cujo ápice está nos títulos: *Introdução à Semanálise* (1969c; original em Σημειοτική: *Recherches pour une sémanalyse*), *História da Linguagem*, *A Linguagem*, esta *Desconhecida*, entre outros artigos e palestras. Seu trabalho penetra áreas afins à linguagem, como à psicanálise lacaniana, à filosofia de Hegel e ao pensamento de Marx. Além disso, sua preocupação crítica atinge a literatura e a arte (como em *Desire in Language: A semiotic approach to literature and art*, 1980). Sua semiótica concerne a um processo de composição de modelos, isto é, "sistemas formais cuja estrutura é isomórfica ou análoga à estrutura de outro sistema". Ela concede o seguinte destaque ao campo de estudo semiótico: "No momento presente, a semiótica não está restrita ao discurso. Ela toma como seu objeto várias práticas de significação, a qual considera como translinguística, isto é, produzida pela linguagem, mas irreduzível a categorias linguísticas" (Kristeva, 1969).

Sua pesquisa ainda considera modelos matemáticos, porém desmistifica a objetividade do discurso científico. Os modelos criados pela semiótica vão para além de tal construção, pois tais modelos devem tornar-se objeto de estudo da Semiótica, o que induz a uma circularidade metodológica. Neste sentido, a Semiótica deve desempenhar um papel crítico, não só das formulações dos diversos modelos de discurso, mas também do seu próprio modelo, ou seja, a Semiótica deve apresentar uma auto-crítica. Os seus significados podem e devem sofrer críticas, à luz da sua própria metodologia científica. E isso pode levar a uma **ressignificação de si mesma**, visto que o seu desempenho crítico pode produzir **deslocamentos internos**. Como nos transcreve Nöth a partir do texto da autora:

Assim, "pensando a si mesma" a semiótica é "uma forma aberta de investigação, uma crítica constante que se volta para si mesma e oferece sua própria crítica" (1969c). Deste modo, a semiótica se dá conta de si própria apenas como crítica da semiótica e das ciências com as quais a semiótica possui conexões interdisciplinares. Por conseguinte, contribuindo para "a desilusão que toma lugar dentro do próprio discurso científico", semiótica pode ser chamada tanto de "ciência de ideologias" como de "ideologia das ciências" (Kristeva, 1969c, p. 31-32 = 1986, p. 78 *apud* Nöth, 1995, p. 323).

Kristeva defende a **intertextualidade**, o que implica em dizer que, antes de um texto, há um texto anterior. O enunciado sempre estará referido a outro enunciado. Neste sentido, para a nossa tese, confirma-se – e veremos mais a frente – a natureza do Signo que se realiza em **redes de signos**.

Por fim, Kristeva confirma a tese da consciência semiótica e extrapola, uma vez que concede à investigação semiótica o papel auto-referente em sua metodologia, pela qual apresenta a reflexividade como uma tarefa *sine qua non* da Semiótica.

2.1.7 No Brasil

Embora a Linguística tenha chegado ao Brasil pela publicação do Curso de Linguística Geral, publicada postumamente, já tínhamos uma tradição de gramáticos. No Brasil, a Gramática foi publicada em 1829 e chamava-se *Compêndio da Grammatica Portugueza*, do clérigo Antônio da Costa Duarte, herdeiro de Fernão de Oliveira³². Nela já se encontravam tomos da atual organização e terminologias como itens de fonética, morfologia e sintaxe. Destinada ao ensino sistemático do idioma, era de uso obrigatório entre os alunos.

Na verdade, as preocupações com gramática em língua portuguesa vêm do ensino das formas corretas de ler, falar e escrever corretamente, capitaneado pelos clérigos e padres da Igreja Católica, que eram contratados para ensinar os filhos dos que poderiam pagar, visto que a população brasileira era constituída de iletrados e analfabetos, devido a uma opção de trabalho escravo e de uma sociedade herdeira da economia extrativista.

Para sair de um paradigma normativo, o estudo de língua teve de esperar por cerca de 100 anos, até chegarmos ao séc. XX, com a introdução da Linguística. Muitos foram os eruditos e gramáticos, porém cabe ressaltar um desses precursores mais notáveis: o carioca Joaquim Mattoso Câmara Junior, que encabeça a nossa lista de pensadores da língua, fora das abordagens religiosa, moralizante e conservadora.

2.1.7.1 Mattoso Câmara Jr. (1904-1970)

Arquiteto, desenhista e advogado. As contribuições de Joaquim Mattoso Câmara Jr. estão inscritas, sobretudo, na Linguística saussureana, muito embora, o autor tenha recebido influências importantes de escolas de língua inglesa, como a de John Lyons. Podemos citar como obra de valor relevante o seu Dicionário de Linguística, o qual, por necessidade técnica, inclui verbetes e explicações de caráter semiótico (se preferir, semiológico). Uma vez que a atenção sobre o funcionamento da língua e sobre os Sistemas de Signos a ela conexos seja dotada de uma consciência semiótica, Mattoso Câmara se tornou um pensador importante na área, gerando novos autores e núcleos universitários existentes até hoje, tanto no Brasil como no exterior.

Foi com os livros *Estrutura da Língua Portuguesa* e *História da Linguística* que Mattoso Câmara desenvolveu excelente contribuição para estudos posteriores, a exemplo da tese da Reciprocidade Funcional, texto de nossa autoria em monografia de graduação, onde se

³² Fernão de Oliveira, presbítero secular e professor de Retórica em Coimbra, é o autor da primeira gramática portuguesa escrita: *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, tendo sido publicada em Lisboa, em 1536, por ordem de D. Henrique I (1512-1580).

verifica a cambialidade interna entre substantivo e adjetivo, a partir do exemplo "brasileiro marinho – marinho brasileiro". Notadamente, como veremos na TSR, trata-se de uma **modalidade de ressignificação** no plano da expressão, ou no plano formal. Escreveu ainda História da Linguística, valioso volume que apresenta de modo claro as fases evolutivas da Linguística enquanto ciência, bem como brindou o estudo de língua com o livro Princípios de Linguística Geral, primeira publicação brasileira na área e por onde se seguem os estudantes e professores nos cursos de Letras no Brasil, como leitura obrigatória. Na obra, o autor demonstra que a gramática normativa não é uma ordem de unidade absoluta, pois a visão do linguista deve ser científica (despojada de valores morais supérfluos). Assim, a gramática normativa é uma especificidade, em contrapartida a outros métodos de organicidade, tais como a Gramática Gerativa e a Gramática Descritiva. Essas formas validam a gramaticalidade enquanto objeto da Linguística e não como instrumentos ideológicos para um "falar bem e correto", sem desprezar, no entanto, o registro culto, o qual obedece aos princípios saussurianos de diacronia e sincronia. Daí, os **anomalistas** de um lado, contrários às normas, e os **analogistas**, que admitiam a necessidade das regras de funcionamento da língua, de outro.

Deve-se também a Mattoso Câmara a co-fundação da Academia Brasileira de Filologia (26 de agosto de 1944), ao lado de 39 membros, e cuja atividade se mantém até os dias atuais, em prol dos conhecimentos de língua, literatura e suas interdisciplinaridades.

2.1.7.2 Décio Pignatari (1927-2012)

Décio Pignatari, nasceu em Jundiaí, São Paulo. Filho de imigrantes italianos, ainda pequeno mudou-se com a família para a cidade de Osasco, onde passou sua infância e adolescência. Em 1948 ingressou no curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP), tornando-se ensaísta. Participou como um dos idealizadores e um dos mais importantes poetas do movimento concretista. Foi também professor, teórico da comunicação e tradutor.

O livro Semiótica e Literatura, de Décio Pignatari, foi a primeira obra de autor brasileiro a trazer para o nosso contexto uma aplicação da teoria semiótica à Literatura. Esse livro funciona até hoje como manual obrigatório na área da Linguística e da Teoria Literária.

Muito embora tenha contribuído bastante para um acervo teórico acerca da Semiótica no Brasil, sua envergadura inscreve-se inicialmente em análises inspiradas no estruturalismo, com ideias de Roman Jakobson e do filósofo francês Roland Barthes em sua fase primeva (inaugurada por Saussure e Lévi-Strauss). No entanto, Decio Pignatari é tributário a C. S.

Peirce naquele livro, onde elabora um quadro explicativo bastante claro dos conceitos entalhados pelo filósofo norte-americano.

A clareza e a aplicabilidade de Pignatari fazem de seu discurso uma importante fonte de estudos, sendo útil aos cursos de Literatura, Gramática e Linguística, bem como para a Teoria da Comunicação, cuja obra a ser citada é *Informação, Linguagem e Comunicação* (1983). Sua dedicação aos estudos das letras brasileiras elevam Décio Pignatari a um pódio merecido, onde notoriamente observamos uma preocupação valiosa com a consciência semiótica, em âmbito nacional.

2.1.7.3 Lucia Santaella (1944 -)

Seguidora incontestada de Charles Sanders Peirce, Lucia Santaella, graduada em Letras e doutora em Teoria Literária, introduziu no Brasil, pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), núcleos exclusivos de estudos de semiótica peirciana, de forma determinante. De tal sorte que disseminou um sem-número de pesquisadores e eventos voltados para a Semiótica em solo brasileiro, levando nossos pesquisadores ao exterior. Sua autoria tornou mais acessível a obra de Peirce; entre mais de quarenta livros, destacamos: *Teoria Geral dos Signos*, *Introdução à Semiótica (Primeiros Passos, Brasiliense)*, *Imagem – Cognição*, *Semiótica, Mídia, Comunicação Ubíqua* (em parceria com Winfried Nöth), *Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?*, *Matrizes da Linguagem: sonora, visual, verbal: aplicações da hipermídia*, dentre outros.

Desenvolveu, em parceria com Winfried Nöth, vários estudos e publicações, trazendo para o cenário nacional importantíssima contribuição na bibliografia da semiótica no Brasil. Winfried Nöth é alemão, nascido em 1944, doutorado pela Universidade Ruhr de Bochum e professor titular de Linguística Inglesa em Kassel. Entre suas publicações mais notáveis é o *Handbook of Semiotics* (sem publicação em Português), onde faz um elaboradíssimo levantamento bibliográfico, envolvendo Filosofia, epistemologia, história da Linguística e Semiótica, destacando os expoentes como Saussure, Peirce, Eco, Kristeva, Roland Barthes, Hjelmslev, Greimas e outros.

2.1.7.4 José Luiz Fiorin (1942 -)

Paulista de Birigui, é professor universitário, linguista, pesquisador brasileiro; sua reputação vem de suas pesquisas em Semiótica, Pragmática e Análise do Discurso, sobretudo, baseado na obra de Émile Benveniste; é considerado um dos mais produtivos linguistas brasileiros de hoje. Sua obra mais conhecida é *Introdução à Linguística* em três volumes.

O trabalho de Fiorin excede o de sala de aula, pois está envolvido com produções televisivas, entrevistas, bem como seu trabalho letivo aparece em vários canais de vídeos como o YouTube. Particularmente em seu livro *Figuras de Retórica* (2014), o autor aprimora sensivelmente um pequeno tratado semiótico, visto que trata as imagens e as figuras de linguagem com uma abordagem para além de uma linguística simples, ou o que temos visto em gramáticas tradicionais. Sua preocupação em mostrar os meandros lógicos entre metáfora e metonímia, sobretudo, é surpreendente – chegando mesmo a inter-relacionar os dois recursos entre si, verificando mecanismos internos, para além das palavras poéticas e de entendimento conotativo. Peça de leitura obrigatória é *As Astúcias da Enunciação* (1996), onde o autor faz revelações surpreendentes, pela via da análise do discurso e sua lógica.

Com isso, o autor mostra não só uma versatilidade necessária ao pensador da Semiótica, como demonstra a nossa tese na prática, exercendo a consciência semiótica.

2.1.8 Palavras Finais sobre a Historiografia

A análise semiótica ajuda a compreender mais claramente por que a arte pode, eventualmente, ser um discurso do poder, mas nunca um discurso para o poder. Mas o ícone, como diz Peirce, é um signo aberto: é o signo da criação, da espontaneidade, da liberdade. A Semiótica acaba de uma vez por todas com a ideia de que as coisas só adquirem significado quando traduzidas sob a forma de palavras.

Décio Pignatari
Semiótica & Literatura: icônico e verbal, oriente e ocidente.
São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p. 12.

Com esse complexo quadro – pretensamente historiográfico, no âmbito do que hoje entendemos por estudo dos Signos, deixamo-nos conduzir a uma das conclusões possíveis: a **consciência semiótica**; conceito que vimos aqui introduzir a fim de estabelecer uma relação entre o **pensar sígnico** (ou pensamento codificado em Signos) e o **pensar semiótico** (ou consciência semiótica). Evidentemente estamos aqui distinguindo a reflexão semiótica sobre o uso do Signo. Daí o nascimento de uma Filosofia da Linguagem.

Um último ponto de vista, embebido em reflexão filosófica, é a distinção entre a História da Linguagem e a História da Semiótica. É importante esclarecer que, embora a Linguagem (enquanto conjunto dos Sistemas de Signos) seja objeto da Semiótica, a História da Semiótica é tardia em relação ao que se considera Linguagem. Deste modo, dizer "história da linguagem" envolve o surgimento e o desenvolvimento da habilidade de construir e utilizar Signos – o que obviamente só é possível a partir do conceito que desenvolvemos neste capítulo, ou seja, a **consciência semiótica**.

Neste particular, obras como "História da Linguagem", de Julia Kristeva só serão possíveis a partir deste conceito, e que devem ser entendidas como uma descrição historiográfica, desde o surgimento até o estágio de evolução atual dos diversos Sistemas de Signos – ou seja, a Linguagem em seu sentido mais amplo. Há porém, o risco de se confundir História da Semiótica (ou da consciência semiótica) e a História da Linguagem, o que é facilmente evitável tomando-se por linguagem (melhor: linguagens) o objeto da Semiótica.

O nosso agradecimento a Winfried Nöth:

Figura 3: Winfried Nöth ³³



Por fim, gostaríamos de tributar a Winfried Nöth um estimado valor, pois sem seu compêndio "*Handbook of Semiotics*" não seria possível este levantamento técnico-historiográfico. O trabalho hercúleo de Nöth nos traz uma compreensão sem igual, uma vez que trata da Semiótica não só como uma disciplina, sobretudo, como um campo vastíssimo que permite a análise de qualquer outro assunto, sob a ótica dos Sistemas de Signos. O nosso mais profundo reconhecimento e gratidão.

³³ Imagem acessada em 20/nov/22 em :
<https://www.google.com/search?q=winfried+noth&oq=winfried+noth&aqs=chrome..69i57j46i19i512j0i19i22i30l3.4416j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>)

2.2 MECANISMOS COGNITIVOS DA LINGUAGEM

*A linguagem é a expressão
do pensamento.*

A fim de estabelecermos um marco inicial para o estudo do Signo, como se dá no mundo, enquanto um produto da criação, é absolutamente necessário que analisemos por onde o Signo é gerado. Tendo como ponto de partida que o Signo é gerado pela mente, nossa iniciação se dá pelo pensamento gerador do Signo. É o que iremos escrutinar a partir desta etapa.

2.2.1 O Pensamento

De onde vêm os Signos? Serão os Signos produzidos pela Natureza? Ou serão entidades sempre produzidas por um ser pensante (em particular, o Homem)? Existem Signos fora da mente, fora do pensamento? Começemos a pensar o pensamento!

Afinal, o que é o pensamento? Perguntam os filósofos há centenas de anos... Será o pensamento resultado ou processo, ou ambos?

Segundo Houaiss, em seu dicionário: é simplesmente o ato de pensar. Entendemos que se trata de uma atividade de nosso cérebro, sendo assim um **produto** e um **processo** resultante da atividade cerebral. Essa atividade não é um fenômeno simples, uma vez que lidamos com o mundo durante seu transcorrer – ininterruptamente. Logo, ao se voltar para o pensamento, damos-nos conta de que há **espectros de pensamentos**, e não uma simples linha de produção primária, mas uma **malha** extremamente complexa. (Freud, 1900; Neisser, 1967, p.337ss).

Segundo Edmund Husserl (1859-1938), a mente humana produz um **fluxo** ininterrupto de pensamentos, mesmo quando dormimos ou estamos sob efeitos de drogas anestésicas ou delirantes. Para G. W. F. Hegel (1770-1831), a consciência somente se dá conta de sua existência e atividade a partir da abstração, isto é, um pensar sobre si mesma, abstraindo-se de si, isto é, fazendo da consciência objeto da consciência.

Entendemos que o pensamento é uma **pulsão humana**, ininterrupta e múltipla. Assim, postularemos que, com o pensar reflexivo, deparamo-nos com duas **funções mentais**: (1) a **consciência**: a unidade **processadora** de pensamentos; e (2) a **inconsciência**, a **fábrica**, ou **usina** de pensamentos.

David Hume (1711-1776) defendeu que os pensamentos se constituem no que originalmente apreendemos pelas **impressões**. Impressões seriam as afetações das experiências sobre o corpo e a mente. Isso explicaria não apenas por que algumas percepções

são fracas, mas porque alguns pensamentos incorrem exclusivamente na consciência, por efeito da imaginação, sem uma correlação necessária com a realidade. Na Secção II – Da Origem das Ideias, Hume esclarece:

Quando refletimos sobre nossas sensações e impressões passadas, nosso pensamento é um reflexo fiel e **copia** seus objetos com veracidade, porém as cores que emprega são fracas e embaçadas em comparação com aquelas que revestiam nossas percepções originais. Não é necessário possuir discernimento sutil, nem predisposição metafísica para assinalar a diferença que há entre elas. Podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade. As menos fortes e menos vivas são geralmente denominadas **pensamentos** ou **ideias**. A outra espécie não possui um nome em nosso idioma (...). Deixe-nos portanto, usar um pouco de liberdade e denominá-las **impressões**, empregando esta palavra num sentido de algum modo diferente do usual. Pelo termo **impressão**, entendo, pois, todas as nossas percepções mais vivas, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos. E as impressões diferenciam-se das ideias, que são as percepções menos vivas, das quais temos consciência, quando refletimos sobre quaisquer das sensações ou dos movimentos acima mencionados. (Hume: 1999, p.35-36; grifos nossos e do autor).

Comentaremos dois aspectos. Primeiramente, Hume distingue **pensamento** de **impressão**, o que para a Filosofia da Mente são, de fato, estados mentais distintos, com repercussões emocionais também distintas. Hume caracteriza o pensamento como "ideia", em um grau menos vivo, mais fraco e embaçado.

Segundo, no trecho acima, não se distinguem os tipos de pensamento. O que se expressa ali é uma distância entre **pensamento** e **impressão**. Assim, deduzimos que dois estados mentais estão em jogo: **o pensar** e **o sentir** – enquanto o pensar está para as **associações** e lembranças, o sentir está para as **impressões** impostas ao corpo.

As impressões disparam o que chamamos de **Edição mental**, que produz uma primeira **Representação mental**, à qual será atribuída um **valor afetivo** pelo Aparelho Afetivo-Imaginário – se uma impressão for boa, serão produzidos **valores** de bem-estar; se a impressão não for boa, **valores** negativos lhe serão atribuídos (eventualmente possam ser neutros ou sem valor atribuído), e assim será armazenada.³⁴

Por outro lado, Hume confere ao pensamento qualidades ímpares, tal como vemos no trecho:

À primeira vista, nada pode parecer mais ilimitado do que o pensamento humano, que não apenas escapa a toda autoridade e a todo poder do homem, mas também nem sempre é reprimido dentro dos limites da natureza e da realidade. Formar monstros e juntar formas e aparências incongruentes não causam à imaginação mais embaraço do que conceder os objetos mais naturais e mais familiares. Apesar de o

³⁴ De acordo com a teoria fenomenológica peirceana, esta representação mental já é *sígnica*, do que discordamos e cuja explicação e justificativa veremos ao longo do presente estudo.

corpo confinar-se num só planeta, sobre o qual se arrasta com sofrimento e dificuldade, o pensamento pode transportar-nos num instante às regiões mais distantes do Universo, ou mesmo, além do Universo, para o caos indeterminado, onde se supõe que a natureza se encontra em total confusão. (Ibidem, p.36).

Além de defender que o pensamento é livre, o autor escocês confere-lhe poderes quase mágicos, que está aparelhado para nos transportar até onde a desordem e o caos antecedem toda e qualquer criação humana. Isto nos sugere que o pensamento tem acesso a um estado pré-organizado, a uma **condição amorfa** daquilo que a ciência se propõe a descobrir. Esta condição amorfa deste pensamento abstrato e imaginativo deriva da atividade do Aparelho Afetivo-Imaginário, o qual, além de produzir ideias imaginárias atribui-lhes **valores** de bem-estar ou de desconforto – em graus diversos, conforme a potência psíquica geradora. De qualquer forma, Hume nos brinda com uma hipótese que se realiza na Linguagem, conforme as aparelhagens da nossa Cognição e de nossa Imaginação, de forma combinada. Não por acaso, a próxima seção do seu texto mostrará as **associações de ideias**, do que trataremos mais adiante.

Freud em seu mais visceral livro A Interpretação dos Sonhos (1900), refere-se a pensamento como "**conteúdos latentes**" e "**conteúdos manifestos**". Por conteúdo manifesto, entenda-se:

Conteúdo Manifesto ou Patente – Frequentemente o termo "conteúdo", sem qualquer qualificativo, é usado no mesmo sentido e contraposto a "pensamentos (ou pensamentos latentes) do sonho". Para Freud o conteúdo manifesto é o produto do trabalho do sonho e o conteúdo latente o do trabalho inverso, o da interpretação. (Laplanche e Pontalis, 1976, verbete conteúdo manifesto p.144).

A atividade mental, como **conteúdo latente** está para os pensamentos e sensações produzidos no sonho, assim como o **conteúdo manifesto** está na produção **enunciativa** (exposição linguística) do sonho, o que implica em dizer que se dá em estado de vigília. Freud explica que os conteúdos latentes e manifestos:

(...) surgem-nos como duas apresentações do mesmo conteúdo em duas línguas diferentes, ou, melhor dito, o conteúdo do sonho surge-nos com uma transferência dos **pensamentos** do sonho para um outro modo de expressão, cujos sinais e leis de composição temos que aprender a conhecer, pela comparação do original com a tradução. Os **pensamentos** do sonho são-nos imediatamente compreensíveis logo que deles tomamos conhecimento. (Freud, 1900, *apud* Laplanche e Pontalis, 1976, verbete conteúdo latente, p.143; grifos nossos).

Está claro que ocorre uma "tradução" elaborada pelo psicanalista, quem converte o relato enunciado pelo sonhador (com características simbólicas subjacentes) em um relatório narrativo. No primeiro estão declarados os **Signos transcendent** (ou **simbólicos**); no

segundo, estão presentes os **Signos analíticos**. Esta disposição da **conversão entre modelos de Signos** será discutida mais à frente, quando tratarmos deste tema.

O sonho é o portal para o Inconsciente; é a tela de contemplação no limite da epistemologia humana – por ele transitam as mensagens cifradas, convertidas entre os dados simbólicos e os Signos indiciais, ou seja, Signos Analíticos, ou denotativos.

O pensamento é uma pulsão da atividade mental, dotado de valores afetivos inconscientemente produzidos (agradáveis ou dolorosos), e elaborado em matéria plástica (amorfa). Portanto, permite ser formatado, copiado (repetido) e deformado, segundo leis de modelagem e conversão entre modelos. Mas o pensamento é uno?

Condillac vai nos brincar com a ideia de que o pensamento é múltiplo, com o que notamos uma evidência. Disserta Condillac:

Eis o que a natureza nos ensina. Se ela nos deu a faculdade de ver uma infinidade de coisas de uma só vez, deu-nos também a faculdade de olhar apenas uma, isto é, de dirigir nossos olhares sobre uma só; graças a essa faculdade, que é uma consequência de **nossa organização**, devemos todos os conhecimentos que adquirimos pela visão. (...) Alguns farão quadros mais ou menos verdadeiros, onde se encontrarão muitas coisas como elas são realmente; enquanto outros, misturando tudo, farão quadros onde não será possível reconhecer nada. Todavia, cada um de nós viu os mesmos objetos; mas os olhares de uns foram conduzidos ao acaso e os de outros se dirigiam com uma certa **ordem**. (Condillac, 1984, p. 70; grifos nossos).

Daí podemos afirmar que o pensar não é necessariamente uma simples sequência, nem uma linha de ideias encadeadas lógica ou assistematicamente. O pensamento é um conjunto de atividades mentais simultâneas, dotadas de **valores**, e pode apresentar um foco nuclear, a que o nosso corpo está submetido. Assim, é o corpo que pensa. Eu sou o corpo que pensa.³⁵

A confirmação deste parecer se dá com a moderna pesquisa acerca da Gestalt, difundida por Kurt Koffka. Senão, vejamos a análise do sentido da visão, segundo este autor:

Visão Periférica e Central; a primeira é um "Sentido de Fundo", a segunda, um "Sentido de Figura". Retornemos agora à visão. Todas as modernas teorias da visão reconhecem duas espécies de receptores, os bastonetes e os cones, dos quais só os cones se encontram na fóvea central, enquanto que os bastonetes aumentam em proporção no sentido da periferia. Ao mesmo tempo, é fato bem conhecido que o **centro** se distingue funcionalmente da **periferia** pela sua articulação superior, tanto na forma como na cor. (...) O poder articulatório medido, por exemplo, pelo limiar de dois pontos, declina rapidamente no sentido da periferia, (...) carecem de detalhes de cor e forma; por outras palavras, a periferia das retinas fornece-nos aquelas partes do campo que se revestem de características distintas de fundo, enquanto a parte central da retina gera a nossa percepção de figuras. Assim, parece-nos plausível dizer que **a periferia é um sentido de fundo, o centro um sentido da figura**. (Koffka, 1975, p. 212; grifo nosso).

³⁵ "Eu sou o corpo que pensa" sintetiza uma escola de pensamento inaugurada por Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), seguida por Michel Serres (1930-2019), a partir da obra Fenomenologia da Percepção, daquele autor, com desdobramentos no texto Contrato Natural, deste último.

A atividade cerebral será aquilo que confluirá todos os estímulos em sensações processadas, convertendo-as em **ideias** e **impressões**. Os sentidos funcionam todos ao mesmo tempo, de forma incondicional, distribuídos em periferia e um foco central. O exemplo acima da visão demonstra que podemos processar, tanto dados periféricos, como centrais. O mesmo se dará nos demais sentidos. Vejamos um caso no campo da audição. A nossa intenção dirige a nossa atenção focal para determinados estímulos. Quando conversamos, por exemplo, em ambiente barulhento, somos capazes de **filtrar sons e ruídos simultaneamente** à nossa conversa, de tal modo, que num esforço de memória, é possível resgatar alguns **estímulos sonoros de fundo** durante o episódio de tal diálogo ³⁶. Afirmamos, portanto, que, tal como as impressões sensoriais, os pensamentos são múltiplos e concomitantes, visto que somos **atravessados** por interferências do meio a todo instante. Condillac antecipa a conclusão de Koffka ao ter claro que a percepção capta do meio vários sinais ao mesmo tempo e os processa, ora armazenando-os, ora interagindo, simultaneamente, com nossa memória e com o meio.³⁷ Afirmamos, portanto, que pensar não é determinado pela Linguagem, visto que a Linguagem é fruto do pensamento modelado. Vejamos, pois, os tipos de pensamentos.

2.2.2 Tipos de pensamento

Podemos fazer inúmeras considerações acerca das atividades mentais que nos acometem. Iniciemos quanto à produção: defendemos, baseados na psicanálise freudiana, que o pensamento é fabricado no **Inconsciente**, pela atividade do **Aparelho Afetivo-Imaginário** e processado pelo **Consciente**, pela atividade do Aparelho Cognitivo-Modelador. Uma vez que o corpo recebe estímulos sensoriais do meio, a mente os capta como impressões e as armazena em **memória**, após o seu processamento pela aparelhagem Cognitiva, gerando significados amorfos, podendo, assim, ser resgatados em forma de pensamentos.

Isso posto, podemos elaborar uma primeira classificação primária, ou seja, segundo a natureza, de modo que os pensamentos podem ser **amorfos** ou **modelados**.³⁸

Apresentamos um quadro sinótico de tipos de pensamentos, porém lembramos que outros tipos podem ser considerados, conforme a área e autor e suas categorias primitivas. Por nosso turno, adotamos o seguinte:

³⁶ Os filtros são dispositivos do que denominamos Edição Mental, a qual é capaz de recortar e separar os dados dos ruídos que acompanham os dados, em qualquer um dos mecanismos sensoriais de que dispomos. (Cf. Parte II – item **II.1.1. Edição mental ou Edição Epistêmica**).

³⁷ Para não sermos repetitivos, remetemos o prezado leitor à parte primeira desta tese, onde tratamos da visão de Condillac acerca das percepções e sua consequência na linguagem.

³⁸ Estamos cientes acerca da "semiotização" que ora apresentamos, visto que, para muitos filósofos, há uma ontologia anterior que venha a predeterminar tal assunto. De qualquer forma, lembramos que "tudo passa pelo Signo".

Quadro 2: Pensamentos em sete tipos primitivos

(Fonte: composição do autor)

Natureza	Tipo de pensamento	Descrição
Amorfo	Perceptivo-Afetivo	Recebimento de dados perceptivos derivados da experiência sensorial, dotado de sentimento derivado de uma afecção vivida, rememorada ou projetada.
Amorfo	Delirante	Estado mental sem controle, irreconhecível, desprovido de coerência, em fluxo errático, sob efeito alucinógeno.
Modelado	Reflexivo – Associativo ou Modelador	Elaboração articulada de uma rede de conexões de dados mentais: relacionamentos de ideias antigas e emergentes.
Modelado	Reconhecimento	Identificação de dado objeto experimentado anteriormente com dados da memória
Amorfo / Modelado	Memórias Afetiva e Cognitiva	Rememoração, acesso à lembrança de dados anteriormente armazenados na mente.
Amorfo / Modelado	Elucubrativo	Pensamentos aleatórios sem uma clareza dada, entre dados da memória e projeções fracas, com ou sem uma conclusão definida.
Amorfo / Modelado	Hipotético-Antecipatório	Elaboração de projeções e desejos, sob redes de dados articulados ou aleatórios, ausentes e imaginários (não realizados).

Estas são conjecturas, as quais assumimos como nossas, e que contribuirá para compreendermos melhor as questões de Linguagem, *a posteriori*. Apesar desta tipologia aspirar ser mais abrangente, (temos consciência de que pode ser ampliada e melhorada), nosso intuito é concentrarmo-nos no **fenômeno pulsional da associação**, enquanto agente essencial entre pensamentos, sejam eles de natureza amorfa, sejam de natureza modelada.

A linha acima do pensamento reflexivo-associativo ou modelador é certamente, o mais adequado para uma compreensão da produção de Signos, *a priori*, uma vez que defendemos ser o Signo um produto da modelagem de pensamentos amorfos anteriores à produção do Signo.

Embora o quadro acima possa incitar discussões acaloradas no campo da Filosofia da Mente, da Psicologia e até para Inteligência Artificial (IA), temos que interromper aqui a nossa conjectura, uma vez que o propósito é chegar na produção da Linguagem e suas diversas modalidades de Signos. O que interessa aqui é a diversidade de pensamentos para

verificarmos o **processo de produção de Signos e Sistemas de Signos**. De todo modo, fica a provocação para futuros debates.

Dos tipos apresentados acima, inicialmente, o relevante para a nossa pesquisa é o **pensamento reflexivo-associativo**, pois é esse o mecanismo que gera a relação ou a conexão entre as ideias por meio da **modelagem** – trata-se do **pensamento modelador**.

A fim de compreendermos como se dá esse conceito, temos de considerar duas premissas: a primeira está expressa no quadro acima, dos tipos de pensamento, desde o perceptivo até o delirante; e a segunda é o que chamamos de **Aparelhamento Mental**. Este conceito é fundamental para compreendermos as diversas facetas das atividades mentais, ora de natureza caótica ou **amorfa**, ora de natureza organizada ou **modelada**.

Compreendemos dois dispositivos: um **Aparelho Afetivo-Imaginário**, cuja sede de funcionamento reside no Inconsciente – o mesmo que produz os desejos, os sonhos, os atos falhos e recalques, sob uma **perspectiva freudiana**, assim chamados de "conteúdos latentes", como exposto acima. Essa produção é amorfa, pulsional, involuntária e determinadora dos valores, juízos, crenças, vontades e aceitações dadas pelo indivíduo pensante.

Devemos notar que a geração dos pensamentos são carregados de valores (juízos dotados de significação própria), os quais derivam em significados não declarados, nem acessíveis a outrem, senão ao próprio indivíduo (de forma difusa). É neste momento que as noções amorfas são geradas; não consistentes, porém, já estão carregadas de um significado não formatado, visto que são os valores a sua matéria-prima. A Linguagem não gera valores, mas os valores estão presentes na Linguagem.

Responsável, pelas respostas mentais (impressões) vindas do contato com o mundo, impostas ao corpo, o **Aparelho Afetivo-Imaginário** dá conta de todas as produções criativas em seus elementos imaginados, com ou sem relação direta com as experiências provindas do mundo. São produzidas, portanto, **introjeções** e **incorporações** na memória ³⁹. O papel da memória é fundamental para a geração de novos pensamentos e atividades mentais. Retomando a assertiva de Hume, "o pensamento pode transportar-nos num instante às regiões

³⁹ **Introjeção**: processo de identificação por meio do qual uma pessoa absorve, como parte integrante do ego, objetos e qualidades inerentes a esses objetos; direcionamento afetivo dos impulsos e reações de uma pessoa, mais para uma imagem subjetiva e internalizada de um objeto do que para o próprio objeto. (Cf. FREUD, Civilização e seus Descontentamentos, 1930).

mais distantes do Universo, ou mesmo, além do Universo, para o caos indeterminado (...)"⁴⁰. Eis aqui o poder da Imaginação e Criatividade, isto é, do Aparelho Afetivo-Imaginário.

O segundo dispositivo mental, responsável pela formatação, articulação e modelagem do pensamento amorfo é o **Aparelho Cognitivo-Modelador**, cuja função é, portanto, dar forma e inteligibilidade ao pensamento amorfo originário – inacessível e cujo conteúdo passa, de simples **noção**, a um **significado** dado. Se o pensamento amorfo é gerado por constantes atualizações de operações inconscientes de afetos e percepções, a sua modelagem tem por resultado um **modelo**, cujo contorno, formato e consistência são determinados por aquelas operações mentais geradas na sua origem. Ocorre que o **pensamento modelador** é o instrumento do Aparelho Cognitivo-Modelador que realiza tal operação – a criação do modelo. Esse modelo é o **Signo**, o elemento fundamental da **Linguagem**.

Sendo a Linguagem, ou melhor, o **modelo sígnico**, resultado do pensamento modelador, os encadeamentos das articulações e logicidade no eixo comunicacional se darão através do pensamento modelador, o qual modela o pensamento amorfo, transformando-o em Signo. O que antes era amorfo passa a ser modelado na Linguagem, cuja expressão é o Signo. Deste modo o Signo é uma entidade gerada na mente. Quando tratarmos da ontologia do Signo, veremos como esse processo ocorre.

2.2.3 Mecanismo Axial do pensamento: A Associação

Fica para nós patente, segundo a categórica afirmativa de David Hume, a preocupação daqueles que observam os pensamentos: há uma **relação necessária** entre as ideias. Essa questão levou inúmeros pensadores a refletir sobre os mecanismos de **associação**. Modernamente há cientistas da Psicologia e, principalmente, da Neurociência e Ciências Cognitivas, voltados para o tema. Em particular foi elaborada a **teoria do associacionismo**, em pauta, nos estudos de *Gestalt*, por seus precursores Köhler, Koffka e Ehrenfels. Muito embora a visão dos psicólogos citados possa verificar a teoria do associacionismo relacionada à aprendizagem, destacamos os princípios norteadores no campo da Filosofia. Assim, temos na letra de Koffka:

O Associacionismo, no decurso da história, tem significado muitas coisas diferentes, mas, desde o final do século passado [s. XIX], tornou-se uma doutrina muito definida e essencialmente simples, que tenta explicar toda e qualquer aquisição pela experiência em termos de associações recém-formadas, isto é, de **conexões entre**

⁴⁰ Em outra passagem, Hume faz a seguinte conjectura: "uma montanha de ouro" – embora possa não se ter tido contato com tal fenômeno, a mente é capaz de produzir tal pensamento, independente da forma linguística que o engendra.

unidades independentes e em virtude das quais uma delas é capaz de reproduzir a outra. A associação, nessa teoria é a causa de reprodução, se bem que, anteriormente, o termo associação fosse empregado de maneira indiscriminada, tanto para causa como para efeito, sendo dado o nome de associação quer ao item reproduzido através da associação, quer ao **vínculo** que se pensava ter causado o seu reaparecimento. Para evitar equívocos, reservaremos **o termo associação para a causa**, a **conexão** estabelecida por experiência, e usaremos **o termo reprodução para o efeito**, isto é, o item produzido pelo vínculo e o funcionamento deste. (Koffka, 1975, p.565-6; colchetes e grifos nossos).

Não obstante esta abordagem esteja voltada para a aprendizagem, sob a égide da Psicologia Experimental, a assertiva do autor é essencial para a fundamentação da dupla face saussureana do Signo (isto é, Significante e Significado), uma vez que o homem aprende a usar o Signo e, por conseguinte, repeti-lo quando necessário e adequadamente, segundo a sua **intenção**.

Acrescente-se que em Peirce a questão se faz também essencial, uma vez que o conceito de **Semiose** (o que será discutido mais à frente) também se dá por **associação**.

É preciso deixar claro que o processo mental é o que elabora Signos para a comunicação, seja articulado, dotado de sintaxe e associações sucessivas, seja não articulado, isto é, Signos não encadeados; inclusive com a criação de símbolos (**Signos Transcendentes**) eventualmente "isolados" ⁴¹. Tal criação e uso de Signos implicam em **orientação e aprendizagem**, onde se observam decisões e mudanças de conduta: de uma anterior para outra posterior, a qual se dá pela prática da comunicação. Ao experimentar um cheiro forte de queimado e a visão de fumaça, pode-se antecipar os riscos de incêndio nas proximidades; ou a nuvem negra cercando o céu limítrofe, implica em uma chuva iminente – muitas vezes seguidas de outros fatores indiciais, como ventos e trovões. Esse mecanismo, o qual identificamos como **Signo Indicial** – ou simplesmente **índice** – demonstra o processo da aprendizagem a partir da experiência, tal como examinou David Hume: **sem essa experiência o suposto índice não possui significado**. ⁴² Reportando-nos ao trecho de Koffka, reafirmamos que os eventos repetidos implicam em aprendizagem – isto é, uma repetição de eventos funcionam como **Signos Indiciais** e, portanto, revelados por **associação** de elementos concorrentes. Outros exemplos podem ser dados, tanto para o homem primitivo, como para o homem urbano da era industrial.

⁴¹ Empregamos aspas aqui para o termo, pois não acreditamos que possa haver qualquer modalidade de Signo isolado. Quando tratamos do assunto e repartimos os Signos em tipos, na verdade, estamos editando o assunto de forma a gerar conclusões e inferências que nos sejam compreensíveis e úteis.

⁴² Hume destacou que o homem primitivo só descobre que a nuvem negra é índice de chuva iminente depois de passar pela experiência recorrente, cuja proposição resultante é: ao surgirem nuvens negras no céu (acompanhadas de trovões, raios e ventos, ou não), uma chuva está para acontecer.

Mesmo que não possamos explicar como os animais associam fatos com ideias – em estados mentais – isto é, produzir outros estados mentais encadeados por associação, está muito evidente que a capacidade de associação, ao lado da capacidade de antecipação, são **dispositivos de sobrevivência**, sem os quais não seria possível lidar com o meio, suas ameaças e dificuldades, na luta pela auto-preservação e adquirir conhecimentos úteis em memória. Tais conhecimentos, quando devidamente resgatados são aprimorados e poderão incorporar-se ao genoma, garantindo para a próxima geração o novo acervo impresso no DNA⁴³. Embora a Epigenética não seja o nosso escopo, podemos considerar esses mecanismos de **associação de pensamentos** para a **Zoosemiótica** de Thomas Sebeok⁴⁴, como um aspecto de grande importância.

A **antecipação** é a capacidade de prever ou antever eventos futuros baseados em informações presentes. Alguns estudos sugerem que alguns primatas, como chimpanzés e orangotangos, possuem habilidades de antecipação em tarefas específicas. No entanto, ainda não há consenso sobre a extensão dessa capacidade entre os primatas e sua relação com a antecipação humana. O que mais nos chama atenção aqui é que o Signo é um ente mental que permite a formalização e sua conseqüente formulação de inferências no trabalho da antecipação. Isto se aplica aos três tipos de Semiose, dentro das categorias dos **Signos Indiciais** (ou Índices), dos **Signos Icônicos** (ou Ícones) e dos **Signos Convencionais** (Símbolos). O fato do Signo exercer uma função vicária (ver item a seguir: **2.3.1. A função vicária do Signo**) evoca a faculdade da **antecipação**.

No caso dos primatas, seja numa escala evolutiva mais primitiva, seja no homem moderno, a **associação de ações** e de **previsão de futuro** revelam atividades mentais **antecipatórias** e de **memorização** adicionais, mesmo antes de uma forma definida de Linguagem, característica que se impõe pelo instinto de sobrevivência. A Arqueologia tem muito a nos dizer, como no trecho de John Gowlett:

Um traço importante que nos diferencia dos outros animais é poder **prever o futuro e planificar** e realizar uma série de **ações relacionadas entre si**. Portanto, podemos usar a documentação arqueológica para buscar sinais desse tipo de comportamento. Os instrumentos de pedra olduvaienses⁴⁵ nos oferecem a oportunidade de fazê-lo.

⁴³ Sabemos que este mecanismo de incorporação de estados mentais de memória de conhecimentos ao código genético é objeto de estudo da Epigenética, para o qual a Semiótica pode em muito contribuir. Para maiores esclarecimentos e descrições pormenorizadas, ver JABLONKA, Eva e LAMB, Marion Evolution in Four Dimensions - Genetic, Epigenetic, Behavioral, and Symbolic Variation in the History of Life, 2003.

⁴⁴ Cf. SEBEOK, T. and Umiker-Sebeok, J, eds. Biosemiotics. Berlin, Mouton de Gruyter. 1992.; cf.. SEBEOK, T. Perspectives in Zoosemiotics. The Hague: Mouton. 1972a

⁴⁵ De Garganta de Olduvai – Norte da Tanzânia – é fonte arqueológica de utensílios de pedra de 2 milhões de anos, referentes aos Australopithecus boisei. "A tradição mais antiga, reconhecida mundialmente, de

Eles nos permitem examinar a forma como os primeiros homens resolviam os problemas, tanto fazendo os utensílios, como os levando para o lugar onde deviam ser usados. Uma das primeiras coisas que os arqueólogos observaram nos sítios primitivos é que alguns utensílios de pedra tinham sido transportados por distâncias consideráveis. Isto não tinha sido feito ao acaso, porque, como vimos, as pedras que tinham sido deslocadas eram as mais adequadas para diferentes tipos de utensílios. (Gowlett, 2007; p. 54).

Como podemos apreciar no excerto acima, a **capacidade associativa** é um traço que se preserva em diferentes estratos da evolução humana – e podemos encontrar em outros animais, embora de forma menos elaborada.

Já, nos termos de Hume, a associação se dá entre as ideias – forma de pensamento não claramente definida pelo autor. Segue afirmando na Seção III. "Da Associação de Ideias":

É evidente que há um princípio de conexão entre os diferentes pensamentos ou ideias do espírito humano e que, ao se apresentarem à memória ou à imaginação, se introduzem mutuamente com certo método e regularidade. E isto é tão visível em nossos pensamentos e conversas mais sérias que qualquer pensamento particular que interrompe a sequência regular ou o encadeamento de ideias é imediatamente notado e rejeitado. Até mesmo em nossos mais desordenados e errantes devaneios, como também em nossos sonhos, notaremos, se refletimos, que a imaginação não vagou inteiramente a esmo, porém havia sempre uma conexão entre as diferentes ideias que se sucediam.

(...) Embora o fato de que as ideias diferentes estejam conectadas seja tão evidente para não ser percebido pela observação, creio que nenhum filósofo tentou enumerar ou classificar todos os tipos de associação, assunto que, todavia, parece digno de atenção. Para mim, apenas há três princípios de conexão entre as ideias, a saber: de **semelhança**, de **contiguidade** – no tempo e no espaço – e de **causa e efeito**. (...) Cabe-nos, portanto, em tal situação, recapitular vários exemplos e examinar cuidadosamente o princípio que liga mutuamente os diferentes pensamentos." (Hume, 1999, p.39-41; grifos do autor).

O texto acima não esclarece que o conceito de pensamento esteja subordinado ao pensamento modelado, ou pensamento codificado em Signos. No entanto, a referência nos parece bastante lúcida, já que o pensamento encerra um conteúdo, ou seja, algum **teor de significação**. Os princípios aqui citados de **semelhança**, **contiguidade** e **causa e efeito** exigem uma avaliação e uma articulação de entidades mentais que guardam uma determinada relação – ou como chama o autor de **conexão**. Esse nos parece ser o princípio considerado fundante da **associação de pensamentos**.

Vale lembrar ainda que as relações associativas nas figuras de linguagem ou de retórica são redutíveis a duas: **metáfora** e **metonímia** – respectivamente, guardam relações ou associações de **semelhança** e de **contiguidade**. Jakobson (1975; p.123), tratando dos aspectos da função poética da linguagem ressalta: "Em poesia, onde a similaridade se superpõe à

manufatura de utensílios de pedra, encontrada em Olduvai e em outros sítios da África." (GOWLETT, 2007, p. 40, 41 e 205).

contiguidade, toda metonímia é ligeiramente metafórica e toda metáfora tem um matiz metonímico". Por outro lado, acrescenta-se que as significações em uso cotidiano também se enquadram nos problemas das ambiguidades e das conotações, onde o sentido literal cede lugar a figurações e ilustrações verbais que expressam com cores mais fortes ou mais fracas, conforme as intenções do emissor. No caso das artes, a mensagem é o que importa. Como explica Fiorin (2018, p 18): "Isso quer dizer que uma metáfora subjaz uma predicação metonímica e sob uma metonímia há uma relação metafórica". O poderoso argumento atinge não somente as letras e as falas, mas, sobretudo, as formas de expressão mais atuais, como as elaboradas imagens televisivas, cinemáticas e publicitárias, onde os Signos aparecem para revelar o que não está expresso, mas os referenciais os quais as mentes assistentes podem realizar. O uso mais comum está no aproveitamento dos atributos de animais: felinos, caninos, elefantes, raposas, roedores e até aves aparecem, ora como personagens para indicar força, fidelidade, astúcia, memória, rapinagem etc, ora como símbolos para representar tais e tais virtudes; transferências de predicações humanas correlatas aos animais tomados como objetos de simbolização.

A imagem abaixo, capa de uma revista de economia e negócios, *The Economist* em 2016, é exemplo do caso duplo de figuração:

Figura 4:

A imagem da estátua do Cristo Redentor representa o Brasil, o que caracteriza uma **metonímia**, enquanto a referência ao foguete é uma **metáfora** da decolagem de uma economia em aquecimento.⁴⁶



As associações em suas estruturas elementares podem se apresentar em dois mecanismos axiais de pensamento: a **inferência** e a **analogia**. Dado que a mente produz

⁴⁶ Ref.: <https://babeldasartes.files.wordpress.com/2009/11/cristo-redentor-the-economist.jpg>

espontaneamente associações, a inferência e a analogia são processos mentais radiculares, pois estão na base da estrutura lógica do pensamento modelado.

2.2.3.1 Inferência

*Walk up to any animal in a zoo and try to communicate something simple. Tell a lion, or a tiger, or a bear to turn its body like "this," showing it what to do by demonstrating with your hand or body and offering a delicious treat in return. Or simply point to where you would like it to stand or to where some hidden food is located. Or inform it that a fearsome predator is lurking behind a bush by both pointing to the location and pantomiming the predator's actions. They don't get it.*⁴⁷

Michael Tomasello in Origins of Human Communication.

O primeiro desdobramento do fenômeno mental da **Associação** é a **Inferência**. Assim, entendemos por inferência todo resultado conclusivo a que se chega, partindo de uma **associação de pensamentos**, cujos conteúdos estejam relacionados por alguma das três formas: **causa e efeito**, **contiguidade** ou **semelhança**. Segundo a Lógica, nas palavras de Houaiss: trata-se da "operação intelectual por meio da qual se afirma a verdade de uma proposição em decorrência de sua ligação com outras já reconhecidas como verdadeiras". (Cf, 2001; verbete inferência). Vejamos outras definições, a partir de autores filósofos.

Conforme a letra de Japiassú e Marcondes, a inferência é:

Processo lógico de derivar uma proposição da outra, ou de se obter uma conclusão a partir de determinadas premissas, de acordo com certas regras operatórias. (Marcondes e Japiassú, 2006, p.146-147).

Note-se que estes filósofos já consideram fórmulas linguísticas para definir o termo. Veja-se como Lalande define inferência:

Toda operação pela qual se admite uma proposição cuja verdade não é conhecida diretamente, em virtude de sua **ligação** com outras proposições tomadas como verdadeiras. Esta **ligação** pode ser tal que a proposição inferida seja ajuizada necessária, ou somente provável, a inferência, é assim o termo mais geral, do qual raciocínio, dedução, indução etc, são casos especiais. Por outro lado, esta palavra não se emprega quando se trata de uma simples implicação lógica, livre de toda asserção sobre a verdade ou falsidade de proposições que estão implícitas; diz-se apenas da passagem de proposições dadas como verdadeiras ou falsas daquelas das quais dependem, salvo os casos de **inferências imediatas**, consideradas portanto como formas lógicas puras. (Lalande, 1972; p. 510-511; grifos nossos).

Lalande admite duas formas de inferência: pela **lógica proposicional** e pela **lógica de forma pura**. Enquanto a primeira se dá com o **uso da Linguagem**, uma vez que é necessária a formulação de **proposições**, a segunda ocorre no âmbito do **pensamento amorfo**, antes da Linguagem, isto é, "**inferências imediatas**", entre os animais, inclusive o homem.

⁴⁷ Caminhe até qualquer animal em um zoológico e tente comunicar algo simples. Diga a um leão, tigre ou urso para virar seu corpo assim, mostrando-lhe o que fazer demonstrando com sua mão ou corpo e oferecendo uma guloseima deliciosa em troca. Ou simplesmente aponte para onde você gostaria que ele ficasse ou onde algum alimento escondido está localizado. Ou informe-o de que um predador temível está escondido atrás de um arbusto, apontando para o local e simulando as ações do predador. Eles não entendem.

O que está em jogo é a inferência tomada como uma **modalidade de associação pré-sígnica**. Neste sentido, verificamos dois momentos: primeiro, pode-se verificar "**inferências imediatas**" e pré-sígnicas; e, em um segundo momento, enuncia-se o pensamento articulado e modelado, que se impõe ao Homem, com vistas à elaboração dos meios utilizados para garantir sua sobrevivência.

Chamamos a atenção para se verificar que **inferências sem mediação das proposições**, ou seja, da Linguagem, são aquelas que geram associações direta e empiricamente: a experiência em si, cuja significação é própria e não sígnica. Assim, uma e outra instância, fenômeno ou evento, que venham a ser associados, seja por repetição de causa e efeito – como é o caso da fumaça sinalizando o fogo, da nuvem negra anunciando a chuva, do chão molhado indicando a chuva pregressa etc, seja por situação de perigo iminente, não possuem intermediações ⁴⁸ e as conclusões não são necessariamente amparadas pela Linguagem ⁴⁹. Como enuncia Lalande acerca do conceito de **imediato** (do fr. *immédiat*):

Oposto a mediado. Diz-se de qualquer **relação**, ou de qualquer ação em que os dois termos presentes estão em **relação** sem que haja um terceiro termo interposto, ou intermediário. Em particular, diz-se que o conhecimento é imediato:

1o. quando **não há intermediário** entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido (e em particular quando o conhecimento é do próprio sujeito). "Pelo nome de pensamento entendo tudo o que há tanto em nós que imediatamente o percebemos por nós mesmos e dele temos um conhecimento interior: assim, todas as operações da vontade, do entendimento, da imaginação e sentidos são pensamentos." Descartes, Respostas à Segunda Objeção – Razões que provam a existência de Deus etc. (SIC).

2o. Quando não há intermediário entre dois objetos de pensamento cujo espírito percebe a **ligação**.

No espaço ou no tempo, uma **contiguidade** ou uma sucessão são imediatas se as duas regiões ou os dois momentos considerados **não compreendem o terceiro** entre eles. – Do uso desta palavra, o segundo deste caso, advém o sentido que são tomadas as palavras imediato e imediatamente na linguagem cotidiana: "na hora", "sem demora".

O objeto de um conhecimento imediato é chamado de dado imediato em relação à mente que o conhece. Por consequência, mas um ponto de vista um pouco diferente, um conhecimento ou um dado imediato são um conhecimento ou um dado último, ou primitivo, além do qual é impossível conduzir a análise e que, conseqüentemente, não pode ser logicamente contestado. Diz-se ainda nesse sentido, sentimento imediato. (Lalande, 1972; p.473-475; grifos em negrito nossos).

⁴⁸ Cf. MORRIS, Charles (org.) *Mente, Self e Sociedade*. As respostas do corpo podem ser acionadas antes de qualquer pensamento controlado e articulado pela Linguagem. No entanto, os estímulos gerados na Linguagem podem funcionar do mesmo modo, sem tal articulação.

⁴⁹ Se hoje condicionamos estes sinais como **índices**, temos um avanço intelectual pelo qual se verifica o domínio da Linguagem e do pensamento semiótico estabelecido.

A **inferência**, portanto, pode ocorrer e, de fato ocorre, com dados imediatos ⁵⁰, sem a mediação da Linguagem, ou de alguma forma de representação, funcionando como um processo mental independente e inacessível – exclusivamente interior. Advertimos, não obstante que, para a experiência imediata, o sujeito cognoscente está presente ao **ato imediato**, enquanto que, quanto ao **ato representacional**, o sujeito cognoscente não está necessariamente presente, o que indica a sua ausência virtual. Se a **presença** do sujeito se nomeia como **ato concreto**, a representação em **ausência** se nomeia como **ato abstrato**. Em outras palavras, a presença está para a concretude física do ato, enquanto que a ausência está para a abstração.

Como na Linguagem, os Sistemas de Signos evocam associações de diferentes naturezas, o caso das figuras de linguagem (também chamadas imagens) , ou tropos (temos o exemplo típico as metáforas), identificamos tais e tais sentidos de expressão, à medida que são processadas **inferências**. Em outras palavras, nem sempre uma ocorrência de expressão em dado Sistema de Signos tem sentido literal, senão figurado. Para retomar à definição de **sentido indireto** defendida por Agostinho e por Kant, é necessário inferir que a expressão dada tenha **intenção segunda**, uma intenção para além da expressão direta. Trata-se de uma **inferência** em deduzir que a expressão diz mais do que está expresso, ou seja, um significado segundo ⁵¹. Por conta desta propriedade, Agostinho foi um dos primeiros a inferir que a leitura e interpretação de textos da Bíblia dependem de **sentidos indiretos**.

Do ponto de vista da Semiótica Cognitiva, a inferência é um processo mental que participa constantemente na comunicação e na transmissão de informação. E isso não se dá apenas com os humanos. Mamíferos, répteis e peixes, por exemplo, precisam fazer inferências para sobreviver. O que muitos chamam de leitura do mundo, na verdade, pode ser entendido como **produção de inferências**, a partir dos **Signos Indiciais** fornecidos pelo ambiente, e processados por uma mente, com finalidade da **sobrevivência**.⁵²

Até aqui analisamos a formação das **associações de pensamentos** antes da produção da comunicação. Em um segundo momento, todos esses processos gerarão a Linguagem e, por conseguinte, os Sistemas de Signos e, portanto, a Cultura.

⁵⁰ Sobre esta expressão de "dados imediatos", cf. a) Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência, BERGSON, Henri, 1889; b) Da discussão sistemática de imediato, cf. La Pensée intuitive, LE ROY, Edouard, 1929.

⁵¹ Retomaremos a questão do sentido indireto mais à frente quando tratarmos da denotação e conotação e dos espectros de significados.

⁵² A não percepção ou a não interpretação correta dos Signos Indiciais presentes no ambiente pode levar ao ser vivo a ameaças sérias, e até à sua morte.

2.2.3.2 Analogia

O segundo sub-tipo de pensamento associativo é a **analogia**. Lalande apresenta a analogia como:

A. Sentido primitivo e próprio: identidade da relação que une dois a dois termos de dois ou mais pares. Especialmente, e por excelência, proporção matemática (chamada *αναλογία* por Euclides). – Aristóteles analisa este sentido com precisão em *Ética a Nicômaco*. **B.** Mesmo significado, mas entendido em termos concretos: que apresenta uma analogia com o significado **A**: sistema de termos tendo a mesma relação entre si. (...) **E.** Significado comum e vago: **semelhança** mais ou menos distante, particularmente entre coisas que **não se assemelham** em sua aparência geral e que não pode ser submetida sob um mesmo conceito.

Raciocínio por analogia: Raciocínio fundado sobre a analogia do sentido. Em particular, determinação de um termo pelo conhecimento de dois termos de um dos pares de um dos termos do segundo.

Qualquer raciocínio conclusivo em virtude de uma **semelhança** entre os objetos sobre os quais se raciocina. (Lalande, 1972, p.51-52; grifos nossos).

Entendemos que a analogia é um **sistema comparativo** que utiliza **associações de pensamentos**, a partir de dados coletados e introjetados em confronto. Essas associações se dão obrigatoriamente por **comparação de pares**; são portanto, necessariamente binárias. Cada dado pode assim ser comparado e associado em uma **disposição análoga**, isto é, dado a dado (ou termo a termo) por confronto, de modo a se estabelecer uma **nova associação ou relação conclusiva**.

Os dois formatos básicos, isto é, indivisos e eficientes, são as relações por **semelhança sensorial** e por **semelhança funcional**, isto é, não somente pelos dados percebidos pelos sentidos, mas também como funcionam. Assim, podemos estabelecer uma fórmula ou um padrão formal para toda e qualquer analogia.

A partir dos dados A, B, C e D, obteremos a seguinte disposição comparativo-associativa, dois a dois (termos binários):

I: A → B e

II: C → D

de tal modo que **A** se associa a **B** e **C** se associa a **D**, isto é, a correlação direta gera a semelhança das relações **I** e **II**. Teremos, pois, a seguinte fórmula ou modelo:

$$\begin{array}{ccc} \text{Dado A} & & \text{Dado C} \\ \text{-----} & \rightarrow & \text{-----} \\ \text{Dado B} & & \text{Dado D} \end{array}$$

Embora esta disposição seja uma formulação já semiotizada (tornada semiótica), isto é, modelada em Signos, não encontramos outro modo para fazer compreender o mecanismo das associações correspondentes entre os dados; – se fosse possível a transmissão desta explicação estaríamos no plano da imediação.

A **analogia** é certamente o mecanismo de pensamento anterior à Linguagem mais poderoso, cuja força está na base de inúmeras construções de ideias, representações, bem como para a realização dos procedimentos geométricos, matemáticos e da língua, enfim, de todos os Sistemas de Signos que o homem pode criar. É graças aos pensamentos por analogia que podemos desenvolver comparações, **associações conjuntivas** e **disjuntivas**, de modo a produzir conhecimento novo, novos raciocínios, criar e executar métodos e algoritmos, alcançando tanto territórios metafísicos, como os territórios para fora das limitações do corpo (abstrações).

A **analogia** apresenta uma questão de **raciocínio de modelagem**, isto é, de como se formula a analogia, uma vez que os termos devem apresentar uma **relação associativa** restrita a uma das características apregoadas por Hume, isto é, uma **relação de semelhança**, de **contiguidade** ou de **causa e efeito**, a partir de um padrão cognoscível e aceitável. Portanto, a **analogia** deve ser um **Sistema de associações** que obedeçam a certos critérios, caso contrário, será uma modelagem equivocada que induza a erro.

No caso dos Sistemas de Signos que expressam **valores simbólicos**, a analogia é evidente e facilmente identificável de modo subliminar aos símbolos utilizados para expressar algo a mais. Tal como as inferências necessárias para se identificar que o **sentido expresso** não é o sentido direto, as analogias também estão presentes nos Signos expressos. Por exemplo o caso da iconicidade da balança com dois pratos para representar simbolicamente o espírito, ou valor de justiça. Embora a balança, via de regra, seja um instrumento de uso comercial, a relação associativa está no aspecto do equilíbrio, da equidade como traço comum, a fim de indicar o referido valor de justiça, análogo ao nivelamento entre os pratos da balança. Trata-se portanto de uma sequência de **associações concatenadas**, a fim de expressar um sentido particular, por meio do Signo icônico, de emprego simbólico.

Com o exposto, acerca dos três mecanismos fundamentais para a elaboração de raciocínios mais complexos, vimos que a **associação** é o processo indiviso do pensamento, seja gerado a partir do Aparelho Afetivo-Imaginário, seja com o seu processamento pelo Aparelho Cognitivo-Modelador. A questão está centrada no **Associacionismo** que rege as derivações em **Inferências** e **Analogias**, sem as quais os seres pensantes não estariam aptos a lidar com o meio e com as suas vicissitudes. A bem dizer, estes fundamentos tornam possível

a Linguagem e, com ela, os Sistemas de Signos, as aprendizagens e o desenvolvimento intelectual.

2.2.4 O Exercício do pensamento: Raciocínio

O terceiro e último dos eixos de pensamentos, determinados pela Associação, o qual abordaremos, é o **raciocínio**; este objeto de pesquisa da Lógica. Daí o interesse dos filósofos pelo assunto. Para a nossa investigação, por ora, vamos nos deter somente na instância da consciência, onde o raciocínio é chave para o tipo de **pensamento reflexivo e metódico**⁵³. Por meio da função associativa, ao produzir inferências e analogias, que podemos produzir **raciocínio**. À luz da Lógica, o raciocínio tem por finalidade produzir **conhecimento novo**.

Observe-se que o **raciocínio** pode ser desenvolvido em um processo mental pré-linguagem ou pré-codificado, uma vez que a atividade mental fabrica inferências e analogias antes da expressão física, **antes de sua forma de Signo**. Este particular é observável em mamíferos em estado de busca de alimento e caça, em bebês em processo de aprendizagem e conhecimento do próprio corpo e outras situações em que não é necessária nenhuma comunicação direta, portanto, **sem uso da Linguagem**. A inferência por **sinais indiciais** nos animais é muito anterior aos homens, como aponta Daniel Everett:

Os índices são antigos, precedendo em muito os humanos. Toda espécie animal utiliza índices, que são conexões físicas com aquilo que representam, tais como cheiros, pegadas, galhos quebrados e fezes. Os índices são ligações não arbitrárias, em grande parte não intencionais, entre forma e significado. Se um animal não conseguisse interpretar índices, então, os leões nunca encontrariam presas, as hienas procurariam carniça em vão e os macacos teriam dificuldade de evitar cobras e *Accipitriformes* (aves de rapina). Pode-se inclusive *cultivar a habilidade* de detectar e reconhecer índices, assim como fazem americanos nativos, rastreadores treinados, caçadores e outros. (Everett: 2019,p.121; grifos do autor).

Pelo exposto, o autor inclui os homens como leitores de índices, à medida que interpretam os sinais de rastreamento. Quando os **sinais indiciais** se apresentam, mas não são devidamente interpretados, ou estamos diante de uma deficiência cognitiva de percepção, ou diante de carência epistemológica, por desconhecimento, o Signo, ou melhor, sua Semiose não se realiza. A leitura adequada de um **senal indicial** mostra que se trata de um **Signo indicial**; de fato um **índice**, devidamente identificado e cujo Significado é associado à sua forma, isto é, ao seu Significante. Senão não é índice. Defendemos, no entanto, que essa leitura e interpretação consistem em um **ato pré-sígnico**, uma vez que a habilidade de detectar e reconhecer índices não é um ato comunicativo, e, como não envolve um Sistema de Signos,

⁵³ **Metódico**, de **método**, do grego: μέθοδος – *metá*: "atrás, em seguida, através" e *hodós*: "caminho" – "busca do caminho".

o processo de Linguagem não se realiza, portanto. Não podemos cair no risco da falácia de que tudo é Linguagem.

Por outro lado, poder-se-ia contestar uma possível contradição aqui, uma vez que os índices são considerados um tipo de Signo, na terminologia de Peirce. Mas não há contradição. Ocorre que a categoria dos índices não envolve um **emissor** e um **receptor**, senão um **sinal indicial** que aponta para um **consequente lógico** ou um **antecedente lógico!** (Cf. acima 2.2.3.1.2. **Inferência**). Termos estes que não podem ser inscritos no âmbito da Linguagem ou da comunicação, senão na esfera da cognição para a impressão dos sentidos, em uma **relação imediata** – onde os índices são assim classificados, *a posteriori*, por razões científicas e taxológicas (estudo das classificações sistemáticas e seus princípios). A armadilha está em considerar que os Signos indiciais são da mesma ordem associativa dos Signos verbais (para Peirce, denominados "símbolos" – o que causa bastante embaraço conceitual).⁵⁴

Segundo C. S. Peirce, um dos semioticistas mais notáveis já lidos, o livro de Semiótica (baseado nos seus escritos esparsos) é iniciado pelas espécies de raciocínio:

65. Na ciência, há três espécies fundamentalmente diferentes de raciocínio: **Dedução** (chamada por Aristóteles de συναγωγή ou αναγωγή), **Indução** (Έπαγωγή, para Aristóteles e Platão) e **Retrodução** (para Aristóteles, απαγωγή, porém mal interpretada em virtude de uma deturpação em seu texto e geralmente traduzida, nesta forma errônea, por **abdução**). Além destas três, a **Analogia** (παραδειγμα, para Aristóteles) combina as características da **Indução** e da **Retrodução**. (Peirce, 2010, p. 5; grifos nosso).

No entanto, a perspectiva peirceana se resume a quatro processos de raciocínio ou atividades mentais articuladas – **indução, dedução, retrodução e analogia** – dentro de uma única categoria: o **raciocínio**.

Fica patente, portanto, que as articulações dos pensamentos, compulsoriamente, se darão por estas categorias de raciocínio citadas por Peirce, a fim de produzir relações novas. Ressaltamos com ênfase, que todos esses casos se expressam na Linguagem, isto é, por meio de Sistemas de Signos – notadamente, o Sistema linguístico ou verbal.

Tomemos por ponto de partida o conceito de igualdade usado por Euclides e Aristóteles a fim de firmar um raciocínio correto, que desaguará no **silogismo**. Tomemos duas entidades

⁵⁴ Ao utilizar o termo "symbol" para se referir aos Signos convencionados pelo homem, Peirce causa um problema dentro do campo semântico deste termo, pois esbarra com a categoria da **Simbólica**, (estudo dos Símbolos e do Simbolismo dos Signos). A nomenclatura da **TSR** resolverá este imbróglio distinguindo **Signos analíticos** de **Signos simbólicos**, como veremos adiante.

A e **B**, supostamente iguais entre si, e uma terceira **C**, cuja identidade ⁵⁵ será comprovada logicamente, segundo o seguinte raciocínio, assim representado:

Partindo do princípio tautológico ⁵⁶ que:

$$\mathbf{A = A \ e \ B = B,}$$

isto é, um ente é igual a ele mesmo (repetição), pode-se, então praticar outras expressões de igualdade, de tal modo que:

Se $A = B$ (A é igual a B), então, por reciprocidade, $B = A$ (B é igual a A)

e

Se $B = C$ (B é igual a C), então, por reciprocidade, $C = B$ (C é igual a B).

Logo,

C = A (C é igual a A), então, por reciprocidade, A = C (A é igual a C).

Esta construção lógica é possível e inequivocamente determinada por conta da **propriedade da igualdade** tornar aceitável que qualquer *representamen* ⁵⁷ substitua um **ente abstrato**.

Com base neste **postulado da igualdade** é possível construir silogismos, tal como foi desenvolvida toda a geometria euclidiana e tal como proferiu Aristóteles em seus raciocínios lógicos, por meio dos silogismos – assim compreendidos como um método ou metodologia de pensar corretamente.

É com essa técnica que C. S. Peirce demonstra a utilidade do raciocínio, por meio de exemplos análogos aos de Aristóteles. Vejamos como Peirce desenrola a questão, aplicando sua tese das tríades:

369. Foi Kant, o rei do pensamento moderno, quem primeiro observou a existência, na lógica analítica, das distinções tricotômicas ou tripartidas. E realmente assim é; durante muito tempo tentei arduamente me convencer de que isso pertencia mais ao reino da imaginação, porém os fatos realmente não permitem esse enfoque do fenômeno. Seja um silogismo ordinário:

Todos os homens são mortais.

Eliar era um homem.

Portanto, Eliar era mortal.

⁵⁵ **Identidade**, formado pelos semas *id*: "o mesmo" e *entos*: o ser + *dade*: sufixo para nomes e adjetivos de abstração.

⁵⁶ **Tautologia** – proposição analítica que permanece sempre verdadeira, uma vez que o atributo é uma repetição do sujeito. Na lógica proposicional, uma tautologia é uma fórmula proposicional que é verdadeira para todas as possíveis valorações de suas variáveis proposicionais.

⁵⁷ **Representamen** – termo latino (adotado por C. S. Peirce e C. Morris) que designa um objeto como representante de outro objeto, a partir da expressão *aliquid stat pro aliquo* (algo está para – ou representa – outra coisa), utilizado por Agostinho (cf. item Historiografia acima).

Há aqui, três proposições, a saber, duas premissas e uma conclusão; há também três termos, **homem**, **mortal** e **Eliar**. Se intercambiarmos uma das premissas com a conclusão, negando ambas, obtemos aquilo que é chamado de figuras indiretas do silogismo; por exemplo:

Todos os homens são mortais.
Mas Eliar não era mortal.
Portanto, Eliar não era um homem.

Eliar não era mortal.
Mas Eliar era um homem.
Portanto, alguns homens não são mortais.

Assim, há três figuras do silogismo ordinário. É verdade que há outros modos de inferência que não se colocam sob nenhum destes três tópicos; porém isso não anula o fato de que se tem, aqui, uma tricotomia. (Peirce, 2017, p.9-10; grifos do autor).

Embora os Signos funcionem por associações estabelecidas pela **aproximação** entre os entes mentais – noções e pensamentos pré-codificados, a partir de dados captados do mundo, é possível perceber o que os move e constitui, por inferências.

Com isso, queremos demonstrar a importância dos mecanismos de associação, que explanamos nos tópicos anteriores, como fundação das relações lógicas, derivando-se em **inferências**, **analogias** e o **raciocínio lógico**, capazes de produzir conhecimento novo. Com as conclusões estabelecidas a partir destes mecanismos mentais, a Humanidade deu saltos intelectuais importantes.

2.2.5 Pensamento e Significado

PLAY is older than culture, for culture, however inadequately defined, always presupposes human society, and animals have not waited for man to teach them their playing. We can safely assert, even, that human civilization has added no essential feature to the general idea of play. Animals play just like men.

Johan Huizinga, in *Homo Ludens*, 1944.⁵⁸

O primeiro critério postular para a discussão entre o **pensamento** e o **Significado** é que o Signo não se realiza integralmente sem Significado e não há Significado sem um **pensamento pré-sígnico**.⁵⁹ Observamos anteriormente que o pensamento é uma atividade mental, cuja geração se dá no **Inconsciente**, por meio do Aparelho Afetivo-Imaginário, na sua natureza originária amorfa. Tendo visto que esta amorfia é modelável pelo Aparelho

⁵⁸ "O BRINCAR é mais antigo que a cultura, pois a cultura, por mais inadequadamente definida que seja, sempre pressupõe a sociedade humana, e os animais não esperaram que o homem os ensinasse a brincar. Podemos afirmar com segurança, até mesmo, que a civilização humana não acrescentou nenhuma característica essencial à ideia geral de jogo. Os animais brincam como os homens."

⁵⁹ O exemplo de uma criança desprovida de fala (pré-lingüística), que aponta para um objeto, demarca a possibilidade de geração de um significado pré-sígnico, dado pelo ato imediato de apontar para o objeto *in praesentia*.

Cognitivo-Modelador, estamos em condições de analisar esta relação. Devemos compreender que o **Significado** varia conforme a natureza do pensamento, se **amorfo**, ou se **modelado**.

Vamos ainda considerar que o Significado é uma modalidade da **Significação**, e esta é uma grandeza do conteúdo. O pensamento é o conteúdo da Significação, no entanto, ela carece de formatação (modelagem) em sua realização representacional especificada. Queremos com isso dizer que o conteúdo está carregado de valores (juízos e significados amorfos) e se realiza em uma representação mental, dotada, portanto de uma **Significação**. Assim, a Significação está inscrita na representação mental do conteúdo do pensamento. Essa representação mental, ainda não possui significado formatado ou sígnico, uma vez que este está diretamente associado a um Signo, exteriorizado pelo Significante – raciocínio que acompanha a teoria saussureana de Signo. O Significado, deste modo, é a Significação modelada e constituinte do Signo.

Esta descrição enquadra todo e qualquer tipo de Signo. No entanto, ressaltamos que, no caso dos **Signos Indiciais**, os quais dependem de inferências anteriores para se caracterizar como **Índice**, é importante verificar que o seu processo de Significação se dá *a posteriori*. Isso porque o seu reconhecimento como índice depende da experiência empírica (e da eventual modelagem do pensamento amorfo), a fim de que o seu Significado seja assumido como tal, e redefina, ou seja, **ressignifique** o **sinal indicial** (ou sinal inferencial), permitindo a sua categorização como **Índice**, identificável em qualquer outra ocorrência sob os mesmos condicionantes contextuais. Assim, a presença de fezes, de ovos, pegadas, cheiros e outras marcas naturais, podem ser consideradas índices reconhecíveis, dotados de Significado determinado, ou melhor, **pós-determinado**, uma vez que o reconhecimento destas marcas seja reconhecido como índice.⁶⁰

Todos os tipos de pensamento possuem **Significação**, pois estão conexos com algum conjunto de dados mentais, sejam dados de **memória cognitiva**, sejam dados de **memória afetiva**. (Cf. quadro de Tipos de Pensamentos, Cap. 1). O que nos interessará aqui, por definição, será o **pensamento** e a **Linguagem** associados, tendo em vista a produção da Significação e do Significado. Se Quine diz que só há significado na Linguagem, disparamos: qual significado pode não estar na Linguagem? Logo, antes de mais nada, é preciso esclarecer o conceito de **Significado**, visto que a **Significação** pode estar presente de diversos modos em

⁶⁰ Na teoria semiótica peirceana esse processo se dá pelo **efeito interpretante**, uma vez que o índice gera um outro Signo; e este poderá gerar outro e assim por diante, na perspectiva da semiose infinita. No entanto, essa visão ignora o interstício lógico-cognitivo entre um signo-estímulo e outro signo-resposta.

nossos contextos diários, inclusive para os nossos animaizinhos de estimação. O que é importante para o meu cãozinho agora?

Em termos gerais, **o significado é uma relação derivada de uma associação de pensamentos**. Na Linguagem, o Significado está naquilo que associa o Signo à sua origem ⁶¹, isto é, a atividade mental que o gerou.⁶²

Do ponto de vista semiótico-cognitivo, o Significado pode ser **pré-sígnico**, o que nos remete ao mentalismo dos empiristas, com o que concordamos. Neste caso, o termo adequado que adotaremos é **Significação**. Uma vez que a Linguagem –, em suas modalidades diversas, em diferentes Sistemas de Signos –, não se dá sem um ato mental anterior, é necessário compreender como ocorrem as relações – **associações** – entre o pensamento e a produção de Signos. Implica-se em dizer que a produção de Linguagem depende diretamente do **pensamento modelado** e, em última instância, do **pensamento amorfo**. A Linguagem, portanto, se realiza no pensamento que modela o Signo. É gerado, então, o **Significado pré-sígnico**, a partir do **pensamento amorfo**, no qual nasce a **noção primária do Signo**. Enquanto nos animais inferiores o pensamento é essencialmente amorfo, nos seres superiores há um processo cognitivo altamente desenvolvido, o qual permite a modelagem do Signo. O mecanismo que permite a modelagem é a **associação** de elementos mentais. (Cf. acima 2.2.3. **Mecanismo axial do pensamento: A Associação**). O neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis está de acordo com a tese de Lakoff - Núñez acerca da **noção** de número **pré-linguística**, assim expressa:

A tese da natureza evolucionária da matemática é sustentada pela demonstração de que outros animais, incluindo outros vertebrados, mamíferos e os nossos ancestrais mais próximos, macacos e símios, também expressam aptidões matemáticas rudimentares, como habilidades numéricas. Lakoff e Núñez enumeram em seu livro uma série de exemplos convincentes, coletados em estudos realizados nas últimas seis décadas. Por exemplo, ratos podem ser treinados para apertar uma alavanca por um número específico de vezes a fim de obter uma recompensa comestível. Roedores também aprendem a estimar um número finito, pela percepção de sequências de tons sonoros ou flashes de luz, demonstrando que o seu cérebro possui uma capacidade genérica de **estimativa numérica** que independe da modalidade sensorial usada.

Evidências experimentais também indicam que os primatas são melhores “matemáticos” que os roedores. Por exemplo, macacos *rhesus* selvagens parecem exibir um nível de proficiência aritmética que se compara à dos bebês humanos. Outros estudos demonstram que os chimpanzés são capazes de realizar operações com frações, como um quarto, metade e três quartos.

Em resumo, existe o consenso de que, diferentemente dos seres humanos, roedores e outros primatas não têm cérebro equipado para expressar habilidades matemáticas que vão além de alguns conceitos primitivos. Por causa desta limitação, tais animais

⁶¹ Veremos adiante que se trata do Referente.

⁶² Embora haja a discussão contrária de que o Signo é signo de um objeto do mundo ou da ilusão, na verdade, todo Signo é gerado na mente, para depois, sim, poder ser externado ao mundo.

não conseguem criar **descrições abstratas** do mundo natural, como nós. (Nicolelis, 2020, p.240; grifos nossos).

Apesar de concordarmos com as argumentações acima expostas, preferimos distinguir os números, (enquanto entidades ou objetos da Matemática) das operações e propriedades matemáticas. Na verdade, os números são rudimentos para a definição de objetos matemáticos⁶³, assim utilizados como causa final dos cálculos e das propriedades matemáticas, sem os quais não são possíveis de se realizar.

Ressaltamos que tanto os números como as propriedades matemáticas estão presentes como pensamentos ou atividade mental, sem que haja necessariamente uma expressão representacional material, isto é, o Signo não é necessário para um significado numérico. De qualquer forma, fica demonstrado pela exposição acima de que há um **significado pré-sígnico**.

Temos visto que a **associação** consiste no ato de relacionar, gerar liame ou conexão entre duas entidades, conceitos, estímulos ou ideias, ou mesmo objetos; atividade mental exercida pelo **pensamento amorfo** (ou **pré-modelado**), visto que a associação pode não ser consciente; pode ser lógica ou não, e pode ser arbitrária, por convenção social ou imposta pela relação de causa e efeito vivida na experiência. O ato associativo **aproxima** duas entidades mentais (estímulos ou ideias, ou noções), – sejam **pré-modeladas** (pré-codificadas), sejam **modeladas** (codificadas). Talvez o mecanismo mais poderoso de associação seja a **analogia**. Miguel Nicolelis faz aqui uma curta dissertação acerca do pensamento modelado por uma premissa fundante: a **analogia**. Ao texto:

Miguel Nicolelis –: Seguindo o que acredito ser uma versão neurofisiológica do pensamento machiano⁶⁴, o axioma central da teoria relativística do cérebro propõe que o modo de operação geral do cérebro dos mamíferos é baseado em uma contínua comparação de **um modelo interno do mundo (e do corpo do sujeito) com o incessante fluxo multidimensional de informação sensorial que alcança o sistema nervoso central a cada momento de nossa vida**. A partir dessa comparação, o cérebro esculpe para cada um de nós **um senso de ser** e uma descrição do universo centrada no seu ponto de vista interno. Portanto, para realizar qualquer tarefa – seja calcular um movimento do braço, seja **mapear** uma cadeia complexa de **relações causais** necessária para construir uma nave espacial –, o cérebro humano constrói continuamente **abstrações mentais** e **analogias**, procurando o melhor ajuste entre a sua simulação neural interna – a sua visão do mundo – e o trabalho a executar. Qualquer coisa que tenha se materializado dentro do universo humano em toda a sua história, da **primeira palavra falada** à criação de uma ferramenta, ou a composição de uma sinfonia, ou o planejamento de um

⁶³ Estamos considerando estes rudimentos os valores discretos para os números, e não na relação entre o todo e suas partes, que estão ligados a um princípio numérico não discreto.

⁶⁴ De Ernst Mach (1838-1916), físico e professor austríaco, definiu o princípio tido como a inércia de dado corpo – para o repouso ou para o movimento retilíneo uniforme, assim permanece, o que resulta da relação dos objetos com o resto da matéria do Universo.

genocídio terrível, teve que ocorrer na forma de uma **abstração mental** ou uma **analogia**, dentro da cabeça de alguém. (Nicolelis, 2020 – p. 92/93; grifos nossos).

Disso deduzimos que o nosso corpo é o **Referencial**, tal como descreveu Jean Piaget (1896-1980), acerca do processo de auto-descoberta, quando o bebê descobre a própria mão e o próprio pé, experimentando-o, seja visual, seja oralmente, quando coloca os dedos na boca. Eis aí uma forma de **pensamento primitivo amorfo** (isto é, não modelado) – gerado pelo próprio corpo. A partir dessa premissa, funciona a analogia, como ensina Nicolelis.

George Lakoff (em *Metáforas da Vida Cotidiana*) envereda para a mesma linha de reflexão acerca do **estado mental prévio à geração de Signos**, os quais representam o mundo circundante, em uma primeira instância de associações diretas com o meio:

(...) Entender nossas experiências em termos de objetos e substâncias nos permite eleger parte de nossa experiência e tratá-las como **entidades discretas** ou substâncias de um tipo uniforme. uma vez que temos identificado nossas experiências como objetos ou substâncias, **podemos referir-nos a elas, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e, dessa maneira, pensar sobre elas**. Quando as coisas não são claramente discretas ou limitadas seguimos categorizando-as como se fossem, por exemplo, montanhas, esquinas na rua, cercas etc. Esta forma de contemplar os fenômenos físicos é necessária para cumprir alguns de nossos propósitos: situar montanhas encontrarmos esquinas na rua, podar arbustos. Os projetos humanos caracteristicamente requerem que imponhamos **limites artificiais** que convertam em **discretos** os fenômenos físicos, tal como nós somos: entidades limitadas por uma superfície. (Lakoff, 2017; p. 58; grifos nossos).

Como o trabalho de Lakoff não é o mesmo de um neurocientista, como Nicolelis, a sua abordagem visa a uma ontologia para as metáforas:

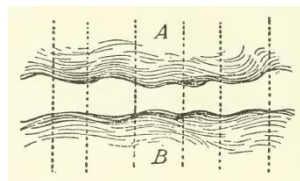
Da mesma maneira que as experiências básicas da orientação espacial humana dão lugar a **metáforas de orientação**, nossas experiências com objetos físicos, (especialmente nossos próprios corpos) proporcionam a base para uma variedade extraordinariamente ampla de **metáforas ontológicas**, isto é, formas de considerar acontecimentos, atividades, emoções, ideias etc, como entidades e substâncias. (Ibidem, p. 59).

Parece muito claro que a abstração é o objetivo de ambos os autores, a abordar a temática da **Significação pré-sígnica** considerando o mecanismo da analogia como fundante e fulcral para a construção de associações abstratas – obviamente, associações que se realizarão na Linguagem, digo, na **produção de Signos**.

Retomando F. de Saussure, apresentamos a sua visão sobre a **relação entre pensamento e Linguagem** – antes mesmo de penetrar tecnicamente no tema da Linguística, ou do Sistema de Signos linguísticos, uma vez que o tema é essa **associação inequívoca**:

Psicologicamente, nosso pensamento, além de sua expressão em palavras, é apenas uma **massa informe e indistinta**. Filósofos e linguistas sempre concordaram em reconhecer que, sem a ajuda de signos, seríamos incapazes de **fazer uma distinção clara e consistente entre duas ideias**. Sem linguagem, o pensamento é uma

nebulosa vaga e desconhecida. Não há ideias pré-existentes e nada é distinto antes do aparecimento da linguagem. Contra o **reino flutuante do pensamento**, os sons por si mesmos produziram entidades pré-delimitadas? Não mais do que ideias. A substância fônica não é nem mais fixa nem mais rígida do que o pensamento; não é um molde no qual o pensamento deve necessariamente se encaixar, mas uma substância plástica dividida por sua vez em partes distintas para fornecer os significantes necessários ao pensamento. O fato linguístico pode, portanto, ser retratado em sua totalidade - ou seja, linguagem - como uma série de subdivisões contíguas marcadas tanto no **plano indefinido de ideias confusas (A)** quanto no **igualmente vago plano de sons (B)**. O diagrama a seguir dá uma ideia aproximada disso:



O papel característico da linguagem em relação ao pensamento não é criar um meio fônico material para expressar ideias, mas **para servir como um elo entre o pensamento e o som**, em condições que necessariamente provocam as delimitações recíprocas das unidades. **O pensamento, caótico por natureza**, tem que se ordenar no processo de sua decomposição. Nem os pensamentos recebem forma material nem os sons são transformados em entidades mentais; **o fato misterioso é que "pensamento-som" implica divisão, e que a linguagem elabora suas unidades enquanto toma forma entre duas massas disformes.** (Saussure: 1975; grifos nossos em negrito).

O texto de Saussure (na verdade, de seus alunos) é inspirador. Observe-se que o compromisso do texto acima é com o **Signo linguístico**, pelo qual o significado refere-se a ideias condicionadas nesta modalidade de Signo. Daí a sua defesa em afirmar que "sem a ajuda de Signos, seríamos incapazes de **fazer uma distinção clara e consistente entre duas ideias**", isto é, dois **significados expressos** distintos. O Significante aqui não pode ser confundido com Signo, uma vez que o pai da Linguística moderna se ateu ao Signo falado. Fazemos esta ressalva para não deixar lastro para contradição. O que o texto saussureano admite é que há uma **amorfia** antes da produção do Signo e que o significado só existe no Signo.

Sua clareza entroniza a evidência que revela. Para a nossa compreensão, **o pensamento amorfo antecede a linguagem**, porém, a relação entre o pensamento e a **malha de Signos** que compõe a **rede de significação** só é possível observando-se mecanismos cognitivos misteriosos, por meio de uma aparelhagem que constrói tal complexo e o torna transportável através do corpo: por gestos produtores de sons falados, por gestos dos membros, das mãos, produzindo sons e estímulos visuais compreensíveis.

Quando o texto acima afirma que a Linguagem tem por papel servir como um **elo entre o pensamento e o som**, está se evidenciando a **relação associativa**, tal como apresentamos

como processo mental necessário à formação do raciocínio metódico e, portanto, lógico. Fica evidente, portanto, a dedução de que o **significado linguístico** é o que dá o caráter da logicidade da língua.

Uma vez que, de alguma maneira, os pensamentos estão associados entre si, e formando associações na formação de Signos, estas associações combinadas em conjunto se apresentam em uma **rede de significados**, a qual, por conseguinte, se apresentam em uma **Rede Maior – a Cultura Humana – formada de Sub-redes de Sistemas de Signos**. Este é um conceito que será melhor explicitado mais adiante.

Já no campo dos sinais indiciais, os índices adquirem Significado após as experiências – via de regra doutrinárias e ensinadas pela geração anterior. Como já explicitado anteriormente, os índices não interpretados adequadamente não podem ser considerados como tal, uma vez que o seu Significado não está associado. Assim, ao perceber um cheiro de um animal desconhecido, não é possível identificá-lo, por exemplo; no caso da ocorrência de um vento quente, pode-se tomar como sinal indicial de um incêndio remoto ou de uma lufada de massa de ar afastando a possibilidade de tempestade. A percepção e associações de outros índices colaterais podem contribuir para a determinação de um Significado inequívoco.

A Significação é uma propriedade do conteúdo do pensamento, que se instalará no Significado de um determinado Signo, tomado como tal, uma vez que não há realização do Signo sem um Significante e um Significado, cuja Significação lhe é anterior e determinadora. Será o pensamento modelador o agente que modelará esta configuração, no processo de produção sígnica.

Todo pensamento modelado (não amorfo) está **mapeado pela sub-rede de Significação**. Todos os significados estão alocados e previstos em certa rede (ou sub-rede). Não há significado isolado. Onde, o **mapeamento** é um conceito fundamental para se compreender as diversas sub-redes, que predefinem os significados em **Espectros de Significados**. Um determinado espectro apresenta uma configuração de significados interligados. Cada ponto da sub-rede é um Signo – o elemento que carrega o Significado conexo a outro e sempre a outro – nunca isolado. É esse complexo que garante a sobrevivência triunfante dos animais superiores, em particular, dos seres humanos.

2.3. ONTOLOGIAS E TEORIAS DO SIGNO

Esta sessão se destina a uma discussão acerca das possibilidades e respectiva escolha para uma **ontologia do Signo**, visto que não podemos dissociar o Signo de uma perspectiva epistemológica. Em outras palavras, a fim de balizar uma nova teoria dos Signos é necessária

uma reflexão sobre como este Signo aparece nos circuitos comunicacionais, por uma análise epistemológica.

Antes de mais nada, devemos entender o aspecto filosófico e conceitual para uma ontologia fundante. Segundo Japiassú e Marcondes:

ONTOLOGIA: Termo introduzido pelo filósofo alemão Rudolf Goclenius, professor na Universidade de Marburg, em seu *Lexikon Philosophicum* (1613), designando o estudo da questão mais geral da metafísica, a do “ser enquanto ser”; isto é, do ser considerado independentemente de suas determinações particulares e naquilo que constitui a sua inteligibilidade própria. Teoria do ser em geral, da essência do real. O termo “ontologia” aparece no vocabulário filosófico por vezes como sinônimo de metafísica: “Os seres, tanto espirituais quanto materiais têm propriedades gerais como a existência, a possibilidade, a duração; o exame dessas propriedades forma esse ramo da filosofia que chamamos de ontologia, ou ciência do ser ou metafísica geral” (D’Alembert, *Encyclopaedia*). (In Japiassú e Marcondes, Dic. de Filosofia, 2006).

Dada esta perspectiva, onde podemos introduzir o papel ontológico do Signo? Onde podemos situar o Signo e suas funções, inscrito na abordagem da Semiótica? Retomemos aos estóicos.

Do ponto de vista epistemológico, os estóicos possuem uma dupla entidade para o que chamamos de **Referente**: o **objeto corpóreo** ou **incorpóreo** presente no mundo (exclusivamente sensível, pois eram antiplatonistas)⁶⁵ e o **significado** ou *lekton* que se constitui no sentido transportado pelo som vocálico, e que pode ser transmitido e retransmitido entre falantes e ouvintes em discursos diversos.

Como podemos notar, há uma ontologia que envolve a complexidade da teoria estóica da Linguagem, uma vez que a transmissão vocálica, isto é, o processo da comunicação entre falante e ouvinte possui uma natureza independente e que soergue um edifício ontológico próprio destinado à Linguagem. Isto deixa clara a nossa convicção de que é necessária uma consciência dos processos comunicacionais sobre o uso sistemático e articulado da fala, (chamado aqui de **consciência semiótica**), o que deságua em uma **teoria da língua**, cujo papel tem destaque inequívoco na epistemologia desta corrente de pensamento. A metafísica estóica nos parece a mais adequada e o pensamento mais avançado para a determinação de uma ontologia para o Signo e para uma Semiótica assentada em solo firme. É bem verdade que os estóicos, como a grande porção dos pensadores sobre o Signo, estão esteados nos processos de Linguagem, entendendo-a como termo gêmeo de língua. Neste particular, o objeto é o **Signo Linguístico**, cuja natureza de relação com o seu **Referente** é muito diferente

⁶⁵ Para os estóicos somente havia um mundo, o mundo imanente, ao contrário de Platão que defendia um plano sensível e um plano inteligível e transcendente; este superior e perfeito frente ao mundo imperfeito sensível.

do **Signo Indicial** e o **Signo Icônico**. No entanto, podemos estender o conceito aqui defendido para as três categorias semióticas.

A nossa defesa se assenta sobre um aspecto inequívoco sobre o Signo: é um **construto mental que se materializa para substituir e transmitir um pensamento**, cujo conteúdo é produzido pela mente, denominado aqui de **Epistêmica**. Como todas as relações entre o Significante e o Significado são pré-determinadas por associações mentais, e como as três categorias semióticas também dependem da atividade mental fundamental, que é a associação de pensamentos, como já vimos anteriormente, a natureza sígnica é sempre funcional, determinada por uma relação *a priori*.

Tendo em vista este fundamento, precisamos agora analisar esse entendimento, esse lugar epistemológico, que confere ao Signo um objeto funcional, ou seja, o Signo é fruto de uma associação para exercer uma função vicária, cujo valor intrínseco é suspenso por essa natureza que se lhe impõe.

2.3.1 A função vicária do Signo: realistas e nominalistas

Entendemos por **Realismo** o princípio ou doutrina de reconhecimento dos fatos como parte integrante de um mundo em que estamos inseridos, podendo ser chamado de **mundo real**, bem como o reconhecimento de que se interage em relação a esses fatos. Segundo Japiassú e Marcondes, tal princípio determina que há uma "realidade exterior determinada, autônoma, independente do conhecimento sobre ela"; a verdade será, então, "a coincidência ou correspondência entre os nossos juízos e essa realidade". (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2009). Não fica claro, no entanto, como se tem acesso a essa realidade; ou ainda, como a mente gera a correspondência entre o pensamento e essa realidade independente, ou seja: como estabelecer a correspondência entre a mente e a realidade? Os realistas extremados (platônicos) assumiam o Signo como entidades não mentais, e cuja existência é própria, independente da mente cognoscente delas. O Sistema de Signos é algo a ser descoberto, portanto.⁶⁶

Se os **realistas** entendem que há um mundo anterior e exterior, os **nominalistas** defenderão que a existência real está no particular, e não nos universais. Para eles os universais não se referem a nada. Tratam-se apenas de nomes: emissões vocalizadas. Guilherme de Ockham (1285-1349) propôs a teoria dos universais nestes termos,

⁶⁶ Inluam-se aqui entre os realistas, Platão e seus continuadores, Aristóteles, Agostinho, Bolzano e Frege. (Cf. Nöth, 1995, p.84).

considerando universais como Signos sem uma existência própria. Isto implica afirmar que a existência real tem que ser individual, e não poderia ser universal.

Uma tentativa de conciliação chega com a moderação do **conceitualismo**, defendido por Pedro Abelardo (1079-1142), Alberto, o Grande (1200-1280) e Tomás de Aquino (1225-1274), defendendo que os universais dependem da mente.

Com finalidade documental e, sobretudo, de aprofundar a questão abordada sobre as características do Signo, consideramos instrutivo transcrevermos (e por isso pedimos *venia*), pela sua importância salutar, as dez classificações descritas por Umberto Eco (1973), habilmente reagrupadas por António Fidalgo em seu acessível Manual de Semiótica:

Umberto Eco compendia e expõe sistematicamente as diversas classificações de signos. A exposição é modelar e vale a pena segui-la.

1. Os signos diferenciam-se pela fonte. Os signos que provêm do espaço sideral são diferentes dos signos emitidos por animais, que por sua vez são diferentes dos signos humanos.

2. Os signos diferenciam-se pelas inferências a que dão azo. Esta diferenciação engloba a distinção tradicional entre signos artificiais e signos naturais, em que os primeiros são emitidos conscientemente, com a intenção de comunicar, e os segundos provêm de uma fonte natural.(...)

3. Os signos diferenciam-se pelo grau de especificidade *sígnica*. Há signos cuja única função é significar, como no caso das palavras, e outros que só cumulativamente significam, como no caso dos objetos de uso (automóvel, vestido, etc.). (...)

4. Os signos diferenciam-se pela intenção e grau de consciência do seu emissor. Há signos que são emitidos propositada e intencionalmente, com o fito de comunicar, e há signos emitidos espontaneamente, que revelam involuntariamente qualidades e disposições. (...)

5. Os signos diferenciam-se pelo canal físico e pelo aparelho receptor humano. Consoante os diferentes sentidos, olfato, tacto, gosto, vista, ouvido, assim há diferentes tipos de signos.

6. Os signos diferenciam-se pela relação ao seu significado. Os signos podem ser unívocos, equívocos, plurívocos, vagos.

7. Os signos diferenciam-se pela replicabilidade do significante. Há signos intrínsecos, que usam como significado uma parte do seu referente. É o caso das moedas de ouro, que significam o seu valor de troca, mas que também significam o seu próprio peso em ouro. O oposto são as palavras, puramente extrínsecas, sem valor próprio e que podem ser multiplicadas ao infinito. (...)

8. Os signos diferenciam-se pelo tipo de relação pressuposta com o referente. Temos aqui a conhecida distinção peirceana entre índices, ícones e símbolos, e atrás tratados.

9. Os signos diferenciam-se pelo comportamento que estipulam no destinatário. Esta classificação deve-se sobretudo a Charles Morris e à sua acepção behaviorista da semiótica.(...)

10. Os signos diferenciam-se pelas funções do discurso. A classificação mais conhecida neste âmbito é a de Jakobson que distingue seis funções da linguagem e que por conseguinte está na base de seis tipos diferentes de signo. São essas funções a referencial, em que o signo se refere a qualquer coisa, a emotiva, em que o signo pretende suscitar um resposta emotiva, fática, em que o signo visa manter a continuidade da comunicação, a imperativa, em que o signo transmite uma injunção, a metalinguística, em que os signos servem para designar outros signos e, finalmente, a estética, em que os signos se usam para suscitar a atenção sobre o modo como são usados, fora do falar comum. (Fidalgo: 2003, pp. 22-25).

A visão expandida destas dez classificações colocam em pauta o espectro plural das associações possíveis, a partir de referenciais tão diversos e que pode causar espécie, uma vez que as associações aqui aplicadas não podem ser simplesmente descobertas, como queriam os realistas.

Independente dessa "caixa preta" que gera as correspondências ou associações entre o mundo real experimentado e o mundo interior, temos claro que há uma potência de agir sobre este mundo real e de representá-lo mentalmente, gerando sentido e significados. De forma mais pragmática, há uma **interação real recíproca** entre o mundo real vivido e o mundo interior, que se faz representar e intermediar pelo Signo – este objeto de **função vicária**, isto é, substitutiva. Isto posto, podemos então lidar com o mundo através de nossos corpos e através dos Sistemas de Signos, comumente entendido como interação por meio da Linguagem.

Ocorre que esta função vicária do Signo pode ser exercida em duas situações: tanto pela **ostensibilidade**, isto é, pela presença imediata entre o **representado** e o **representante**, como também pela ausência do representado – eis aí a função vicária exercendo a sua finalidade última. Para melhor compreendermos essa questão, apresentaremos a Ontologia dual da Presença e da Ausência.

*"Aliquid pro aliquo stat"*⁶⁷: o Signo presente está para algo ausente. Esta concepção está fundada em um contexto maior. É necessário estabelecer um **referencial**. Apoiado na máxima peirceana de que qualquer coisa pode funcionar como Signo, em acordo com a fenomenologia do filósofo norte-americano, devemos desenvolver os pressupostos para o Signo exercer a sua função vicária, pela qual a sua materialidade perde o significado intrínseco para assumir um outro significado.

O sujeito cognoscente na TSR é assumido como a Epistêmica, conceito aqui citado anteriormente; (cf. Cap. 2, item 2.1 **A Epistêmica**). Ao se comunicar com outra Epistêmica, ambas assumem que a mensagem se refere a uma terceira entidade, denominada pela gramática tradicional de terceira pessoa, ou assunto – daquilo de que se fala. A função vicária do Signo (cuja metonímia é a própria Linguagem) assume a ausência desta terceira pessoa aos corpos da interação comunicativa.

⁶⁷ A tradução literal é "que algo representa outra coisa", do latim, termo notabilizado por Agostinho para se referir ao Signo.

2.3.2. Ontologia da Presença

É necessária uma ontologia que sustente tanto a determinação existencial do Signo, enquanto uma entidade mental e relacional, como justifique a investigação para a conformação de uma teoria semiótica segura. Tomemos por princípio ontológico o Ser.

O Ser é presente a ele mesmo. A presença se dá pela sua natureza corpórea, pois o Ser age sobre ele mesmo, onde se encontra.

O Ser se dá na presença e na percepção da alteridade, pois ausente, o Ser não é perceptível, senão apenas projetável (pelo mecanismo mental da antecipação), uma vez que não é possível intuir o Ser, sem antes tê-lo presente à consciência. Podemos aferir que esta concepção do Ser é o mesmo que da consciência, tal como em Hegel, uma vez que a consciência está presente a si mesma, em um primeiro momento.

Chamamos a esta co-presença entre o ser e sua percepção de alteridade de **Sincronia Ontológica**.

Para o sujeito, a ontologia da presença se dá pela seguinte asserção:

O corpo, onde habita a consciência, é presente a ele mesmo, uma vez que a consciência é o próprio corpo.

Daí que podemos deduzir que o Signo enquanto Ser está presente a ele mesmo, e que o emissor do Signo está presente ao Signo. No entanto, o Referente do Signo, o seu objeto não está presente, senão como representação mental do seu emissor.

Isto posto, entendemos que a Ontologia da Presença corrobora a função vicária do Signo, uma vez que o Signo é o Ser presente para algo que está ausente – neste caso o seu Referente.

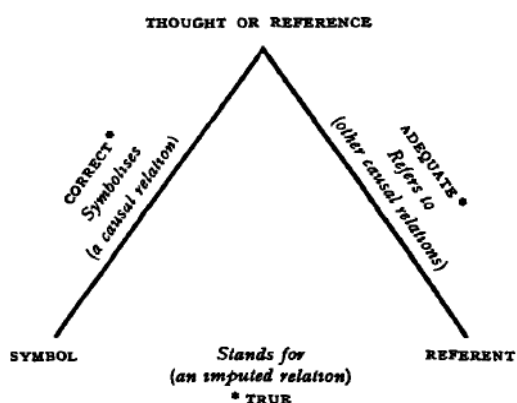
2.3.5. Triângulo de Ogden & Richards (Diagrama O & E)

A mais antiga formatação do objeto semiótico – o Signo – em três constituintes ou três elementos foi produzida pelos estóicos, no séc. IV a.C. (c. 300 AEC) (Nöth, 1995 pp.15-17; 85). Embora refutada, já pelos epicuristas com uma relação diádica, em 1910, Ogden & Richards, trazem a lume uma espécie de diagrama triangular, onde estabelecem relações entre o veículo "**Símbolo**", o Significado, tomando-o como "**Referente**" e o pensamento, denominado também de "**Referência**". Diagrama esse que examinamos a partir de agora. A ele retornaremos no interior desta teoria (**TSR**), a fim de promover um diagrama novo, proposto por nós.

Esse triângulo, posteriormente denominado triângulo semiótico (Lyons: 1977, p. 96 *apud* Nöth, 1995, p. 89), ou por nós chamado de "Diagrama O & R", é apresentado em seu texto clássico "Significado do Significado" (1910, reedição de 1920, p. 37), representa a intenção dos autores em traçar os liames entre o pensamento e os **condicionantes impostos pela Linguagem**. Assim, a Linguagem oferece as condições epistemológicas aos agentes da comunicação, cada um em seu turno, ora como emissor, ora como receptor. Para isso, logo nas primeiras páginas, os autores já deixam clara a sua proposta, inspirada na semiótica peirciana, e elaboram um diagrama triangular, cujos vértices correspondem aos termos: **(a) referente**: o objeto representado; **(b) o símbolo**: o objeto representante e **(c) o pensamento** como produtor da **referência** entre os dois objetos. Assim apresentam o diagrama:

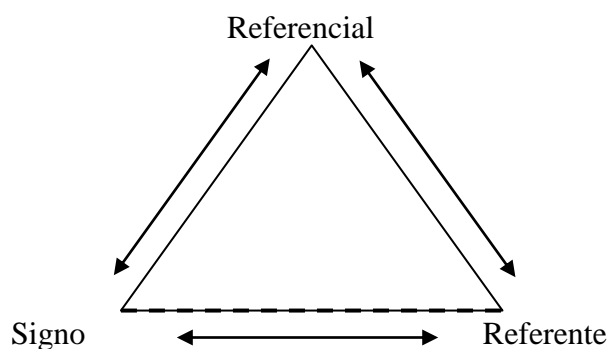
Isso pode ser simplesmente ilustrado por um diagrama em que os três fatores envolvidos, sempre que se declara ou se entende algo, são colocados nos vértices do triângulo, sendo as relações existentes entre eles representadas pelos lados. O ponto que acabamos de assinalar pode ser reiterado dizendo que, a esse respeito, a base do triângulo é muito diferente, em sua composição, de qualquer dos dois outros lados. Entre um pensamento e um símbolo são mantidas relações causais. Quando falamos, o simbolismo que empregamos é causado, em parte pela referência que estamos fazendo e, em parte, pelos fatores sociais e psicológicos – a finalidade da referência que estamos fazendo, o efeito proposto dos nossos símbolos sobre outras pessoas e a nossa própria atitude. Quando ouvimos o que foi dito, os símbolos fazem com que desempenhemos um ato de referência e, ao mesmo tempo, com que assumamos uma atitude que, de acordo com as circunstâncias, será mais ou menos semelhante ao ato e à atitude de quem falou. (Ogden e Richards, 1976, p. 32).

Figura 5 Triângulo de Ogden & Richards (reprodução *op.cit.*)



Para o que traduzimos desta forma:

Figura 6: Diagrama Relacional Triádico – DRT
(Fonte: Composição do autor)



Importante salientar que existe aqui uma argumentação acerca das ligações ou relações entre os vértices do triângulo, promovendo uma certa inovação, visto que até então, a tríade peirciana havia ficado na abstração, sem uma clareza visual, como acabamos de contemplar.

Entre o Pensamento e o Referente há também uma relação; mais ou menos direta (como quando pensamos sobre ou prestamos atenção a uma superfície colorida que estamos vendo) ou indireta (como quando "pensamos sobre" ou nos "referimos a" Napoleão), em cujo caso poderá haver uma extensa cadeia de situações significantes intervindo entre o ato e o seu referente. Símbolo e Referente, por outras palavras, subentendemos uma tal ligação, será meramente uma relação imputada, em contraste com uma real, mas apenas indiretamente, de um lado ao outro do triângulo. (Ibidem, p. 33).

Fica bastante claro aqui uma ontologia de natureza relacional para além do Signo, que coloca os três elementos em uma sintonia harmoniosa, preservando a tríade peirciana. Do que se deduz, portanto, que o simbolizado não é a "coisa" (o ente, objeto ou evento do mundo experimentado), mas sim o pensamento dessa "coisa". Ogden e Richards preconizam: "A falácia fundamental e mais prolífica é, por outras palavras, a de que a base do triângulo acima proposto se encontra preenchida." (Ibidem, p.36).

Anuncia-se aqui uma crítica/alternativa à antiga dicotomia de palavra e sentido, ou como definiu Saussure, o Significado e o Significante. A base do triângulo não é e não deve ser preenchida, pois o que é simbolizado é o **pensamento** e não a coisa, pois o símbolo é mediado e produzido pelo poder classificador e nomeador dos mecanismos cognitivos que envolvem a percepção, a identificação e a memorização – agentes mentais que efetivamente suprem os mecanismos de produção da Linguagem. A bem dizer, no nosso vocabulário, a

Epistêmica. Em nota, os autores defendem a interveniência causal do pensamento na produção da Linguagem e vice-versa:

Se os símbolos são necessários, numa forma ou noutra, ao próprio pensamento, é um problema difícil (...). Mas, certamente, o registro e comunicação do pensamento (à parte a telepatia) requer símbolos. Parece que o pensamento, à medida que é transitivo e não forma de um diálogo interno, pode dispensar os símbolos e que estes só aparecem quando o pensamento adota esta forma de monólogo. No caso normal, o desenvolvimento real do pensamento está estreitamente vinculado à simbolização que o acompanha. (Ibidem, p.35, nota 8).

O possível ataque ao modelo saussuriano pode ser atenuado. A proposta de Saussure deve ser analisada do ponto de vista do filólogo e do linguista. Esse compromisso está claro no *Cours*. Sua intenção como estudioso da *parole* no universo da *langue* reside na natureza social de seu estudo. A Linguagem constrói seus próprios significados, e a língua, enquanto Linguagem, assim procede. Os falantes de dada comunidade e o dicionário são as provas oral e escrita desta constatação. Saussure era linguista – e sua solução deveria estar circunscrita à sua área. Do ponto de vista da sincronia, no universo da língua, os significados estão imobilizados nos usos que se fazem do significante em cada situação, em cada contexto. Daí falarmos e reconhecermos os padrões linguísticos tão citados e difundidos entre os filósofos da Linguagem. Esta caracterização é extremamente salutar, em defesa de Saussure. Senão, vejamos.

O Signo linguístico virtualmente imobiliza o seu Referente. E isso é útil do ponto de vista social e da transmissão de ideias. Uma vez determinada a forma codificada ou um sinal que represente um Referente, este ato da criação do Signo, imobiliza e padroniza essa chamada "situação significante", o que aponta para o contexto recorrente. Se ao se deparar com uma ladeira e o movimento ascendente é representado pelo Signo "subir" (e sua respectiva conjugação), o movimento contrário terá forçosamente de criar outro Signo, desta vez "descer" (e sua conjugação). A situação significante padroniza, tanto o significado como o significante no nível social de modo a atingir o maior número de falantes possível. Somente esta imobilização (padronização) da situação significante recorrente (fatia do Referente) é capaz de tornar o pensamento transmissível através do Signo. Ainda explicando este aspecto, segundo o diagrama triádico, proposto por Ogden e Richards, temos o seguinte:

Se estivermos na vizinhança de uma encruzilhada de estradas e observarmos um pedestre diante do letreiro "Para Grandchester", distinguiremos normalmente três fatores importantes na situação. Há, com certeza, (1) um Sinal que (2) refere-se a um Lugar e (3) está sendo interpretado por uma pessoa. Todas as situações em que os sinais são considerados são semelhantes a esta. Um médico, notando que o seu

paciente tem febre etc, diagnosticará a sua doença como gripe. Se falarmos assim, não esclarecemos que sinais estão implicados no caso. Mesmo quando falamos de sintomas, não é frequente pensarmos neles como se estivessem intimamente relacionados com outros grupos de sinais. Mas se dissermos que o médico interpreta a temperatura etc como um sinal de gripe, estamos no caminho, de qualquer modo, de uma investigação sobre se existe algo em comum entre a maneira como o pedestre tratou o objeto da encruzilhada e aquela como o doutor tratou o seu termômetro e o rosto afogueado do paciente.

Num exame minucioso, verificar-se-á que muitas situações que usualmente não consideramos situações significantes são, essencialmente, da mesma natureza. [...] O método que reconhece a característica comum da interpretação de sinais tem seus perigos, mas abre o caminho para um tratamento novo de muitos tópicos amplamente diferentes. (Ibidem, pp. 42-43).

Este exemplo nos ajuda na compreensão dos fundamentos desta proposta. A chave para uma teoria da Definição é, diante do exposto, a situação significativa (Ogden e Richards, 1976), o que se pode chamar de contexto ou situação contextual, onde reside e se configura a circunscrição para o chamado Referente. Analogamente, confirmam os autores:

Os problemas que surgem em ligação com qualquer "situação significativa" são da mesma forma geral. As relações entre os elementos envolvidos são diferentes, sem dúvida, mas da mesma espécie. Portanto, é de esperar que uma completa classificação desses problemas num domínio, como o domínio dos símbolos, projete luz sobre problemas análogos em domínios que, à primeira vista, parecem de uma ordem muito diferente. (Ibidem, p.43).

Encerrando esta conceituação, o que nos cabe aqui avaliar como pertinente é o **salto epistemológico** com a criação do diagrama triangular que nos alicerça para uma futura representação lógica do mecanismo semiótico que envolve a nossa teoria.

Em outro momento, mais adiante, asseveraremos acerca das relações do triângulo de O & R, uma vez que tais relações determinarão o seu desdobramento na presente tese.

Com isso, encerramos o **Capítulo 1 – Aportes Teóricos**, no qual buscamos resgatar, primeiramente alguns dos pensadores e concepções que nos conduziram ao atual estado da arte no campo da Semiótica, bem como os mecanismos cognitivos que envolvem a Linguagem; esta, enquanto capacidade de comunicação, realizada por meio de sinais produzidos pelos corpos dos partícipes, em diversos processos comunicacionais. Esperamos que tenhamos contribuído para a compreensão dos conceitos que virão a seguir, bem como para uma anuência das bases da Teoria Semiótica da Resignificação que doravante defenderemos.

3 CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA TEORIA SEMIÓTICA DA RESSIGNIFICAÇÃO

Para que uma teoria seja aceita como válida, independente de seus pressupostos, duas condições devem ser satisfeitas: a sua **consistência** e sua **coerência**. Vimos no Capítulo 1 os mecanismos cognitivos da Linguagem, sob a ótica das associações primárias do pensamento, com vista à formação da Significação em sua primeira instância, o que conduzirá às bases para a criação do Signo e para a realização da Linguagem. Em seguida, vimos como se dá a **ontologia primária do Signo** em sua essência primeira, verificando a sua natureza relacional e funcional.

Esta segunda parte tem por meta a explanação complementar sobre o exposto no Capítulo 1, acerca dos mecanismos cognitivos da Linguagem. A partir do conceito de **Epistêmica** e da **Teoria da Gestalt**, pretendemos demonstrar como o Signo se formula e se instala *a priori* no circuito comunicacional e como é percebido *a posteriori*, de modo a expandir a análise dos processos das modalidades de construção sígnica.

3.1 A EPISTÊMICA

No princípio, havia apenas um cérebro de primata. E de suas profundezas, graças às misteriosas tempestades eletromagnéticas – originárias de um emaranhado de dezenas de bilhões de neurônios moldado por uma tão inédita quanto única caminhada evolucionária –, a mente humana emergiu. Ilimitada, irrestrita, imensa. Envolto em uma interminável combustão e expansão, esse novo tipo de plasma neural, nunca antes visto no universo, logo se fundiu em um contínuo. Dessa amálgama surgiu o andar ereto, a destreza manual, a Linguagem oral, a escrita, a capacidade de formar enormes entrelaçamentos sociais, o pensamento abstrato, as mais variadas ferramentas e tecnologias, a introspecção, a consciência e, enfim, o livre-arbítrio.

Miguel Nicolelis
in O Verdadeiro Criador de Tudo

Em termos genéricos, **Epistêmica** é um conceito que se refere à capacidade geradora de **pensamentos modelados** (também ditos semiotizados), isto é, o **dispositivo organizador** capaz de **codificar, decodificar, recodificar** e **armazenar** Sistemas de Signos, a partir de seu acervo de memórias. Embora possa ser confundido com o conceito de mente ou de consciência, a Epistêmica é um conceito mais específico que se volta para uma constituição elementar, ou seja, é formada pelo **Aparelho Afetivo-Imaginário** e **Aparelho Cognitivo-Modelador**, os quais são os responsáveis pela formação das associações e da produção de modelagens (pensamentos modelados), respectivamente. É, portanto, na Epistêmica que se geram o **Signo** e os **Sistemas de Signos**, tanto em **forma** (Significante) como em **conteúdo** (Significado), bem como as **Ressignificações**. Enfim, a Epistêmica é responsável pela

elaboração e execução da Linguagem, suas codificações, decodificações e recodificações – estas últimas denominadas de **Ressignificações**.

Consideramos, ainda, três funções integrantes que estão incorporadas à Epistêmica: a **Função Volitiva**, a **Função Inconsciente** e **Função Intuitiva**. Primeiramente, a Função Volitiva, exercício do Aparelho Afetivo-Imaginário, age em conjunto com o Aparelho Cognitivo-Modelador, criando as vontades (ou desejos) ⁶⁸, contabilizados pelos processos mentais em vigília, e sob orientação voluntária e intencional.

Já a função **Inconsciente**, que envolve o Aparelho Afetivo-Imaginário e a Intuição, funciona como uma caixa preta, sendo, portanto inacessível, o que está de acordo com as argumentações de Noam Chomsky⁶⁹.

O conceito de Epistêmica, no entanto, pode ser estendido não só a seres **não humanos**, mas também a **máquinas** (computadores, inteligência artificial, *machine learning* etc), uma vez que não só os humanos são capazes de produzir percepções sob estímulos do meio e participar de circuitos comunicacionais. Animais em geral, e até plantas (SEBEOK:1972a) captam estímulos sensoriais (experiências imediatas) e participam de sistemas semióticos, (embora nós façamos restrições ao campo da **Biossemiótica**). De qualquer forma, computadores, dotados ou não de inteligência artificial, participam de um circuito próprio de comunicação, o que vai para além do nosso escopo, neste momento.

Por outro lado, filosoficamente falando, a **Epistêmica**, em seu sentido mais amplo, produz uma **episteme individualizada**, em campos determinados, em dada comunidade ou indivíduo, donde obteremos a Epistêmica de uma pessoa, ou grupo de cientistas, ou de dada área do conhecimento circunscrita ao complexo cognitivo de uma comunidade⁷⁰.

O termo Epistêmica, cuja significação criamos para representar a **mente ressignificadora**, executa a **conversão entre modelos semióticos**, bem como realiza o chaveamentos de encriptação - decriptação (CLARO: 2017), dentro de um circuito em que há um sincronismo entre epistêmicas, o que viabiliza a troca de informações no chamado circuito comunicacional.⁷¹

⁶⁸ Segundo a Filosofia da Mente, o que aqui se chama de vontades ou desejos, é denominado **intenção**.

⁶⁹ Cf. CHOMSKY, Noam. Regras e Representações. Zahar, 1981.

⁷⁰ Estas instâncias aqui citadas podem ser expandidas para animais sociais (abelhas, formigas etc) e colônias vegetativas (fungos, micélios), bem como máquinas de aprendizagem (*machine learning*), softwares com algoritmos de inteligência artificial, limitados ou expandidos ao universo da internet.

⁷¹ Sobre sincronismo cerebral, ver NICOLELIS, Miguel, O Verdadeiro Criador de Tudo, onde desenvolve a teoria chamada pelo autor de "*brain nets*".

3.1.1 Edição Epistêmica ou Edição Mental

Até aqui temos utilizado o termo **Edição Epistêmica** (ou **Edição Mental**) para designar o processo de filtros e recortes dos dados que chegam à mente e pelos quais se formulam a representação mental (cf. **I.2.1. O Pensamento**). Mas como se dá a Edição Epistêmica ou Mental?

Tributamos a terminologia "edição mental" (por nós ressignificada) ao filósofo francês Henri Bergson (1859-1941), autor de **Matéria e Memória**, onde estabelece parâmetros para se pensar o tempo, determinando o conceito de **duração**. Para Bergson o passado é uma construção da consciência e a mente é um **editor do tempo**, que **seleciona** e **organiza** as experiências do passado de acordo com a intuição subjetiva da duração. Afirma Bergson:

Não é a matéria que tem o privilégio de armazenar a memória, é a vida que, por meio da matéria, tece, segundo suas necessidades, as formas múltiplas de uma lembrança sem imagem. A **mente é apenas um editor**, cujo papel é escolher, para reunir e coordenar, as lembranças que se apresentam e cuja conexão natural permaneceu interrompida. (Bergson, 1999, cap. III, S II; grifo nosso).⁷²

Bergson argumenta que a mente é essencialmente um **editor do tempo**, selecionando e organizando as experiências do passado para moldar o presente, criando, assim, uma conexão entre estas duas dimensões temporais.

Além disso, Bergson argumenta que a mente é capaz de acessar diretamente a **duração** através da **intuição**. Ele chama essa intuição de "**consciência pura**" ou "**consciência imediata**", que é capaz de capturar a essência da experiência sem a necessidade de mediadores ou conceitos abstratos.⁷³

Em resumo, para Bergson, a mente é um editor do tempo que seleciona e organiza as experiências de acordo com a intuição subjetiva da duração, permitindo assim a projeção para o futuro e a tomada de decisões.

Isto posto, o nosso tributo a Henri Bergson é esta abstração: **a mente é um editor de dados imediatos**, agindo sobre a representação mental, cujas **Significações** são atribuídas por um conjunto complexo de associações geradas pelo Aparelho Afetivo-Imaginário, pelo qual se atribuem valores, como vimos acima no item sobre a Epistêmica. Note-se que esta é uma operação automática e independe da vigília, sendo, portanto, pulsional e inconsciente.

A EM é a operação que recorta os dados da percepção, tornando-os organizados e discretos, isto é, concedendo um corpo delimitado a cada objeto percebido, anexando-o ao acervo de memória da Epistêmica. Esse objeto passa a se constituir em representação mental

⁷² BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. [1897] Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Martins fontes, 1999.

⁷³ Sobre dados imediatos e associações sem mediação cf. **2.2.3.1 Inferência**.

como **Referente**, incorporando-se às Sub-redes de Significação internas, como já dito, pré-sígnica, visto que não foi devidamente modelado. Esta incorporação obedece a princípios previstos pela teoria cognitivista da *Gestalt*, como veremos mais à frente.

Ulteriormente, todos os processos de modelagem serão fruto da **Edição Mental**, termo que adotamos e fará parte integrante de nosso vocabulário.

3.2 PLASTICIDADE E AMORFIA DO PENSAMENTO

A **plasticidade** é uma propriedade inerente ao cérebro e, integrando sua constituição, faz dele não só uma máquina de gerar pensamentos, mas, sobretudo, de **recriar** ou **regenerar** os pensamentos, considerando diferentes graus de ordem e de entropia. Miguel Nicolelis nos traz uma importante contribuição, não só no campo na Neurociência, mas também com reflexões adicionais acerca da constituição do cérebro e suas propriedades, destacando a **plasticidade**, como no trecho abaixo:

Um ponto central desse argumento reside em um atributo vital do cérebro humano: a sua infundável capacidade de se autoadaptar. Essa propriedade, conhecida como **plasticidade**, permite que as principais células que formam os cérebros animais, os neurônios, alterem tanto as suas propriedades funcionais quanto a sua morfologia intrínseca e até a distribuição e a intensidade de suas sinapses, as **conexões** por eles estabelecidas com outros neurônios. Na realidade, mesmo as propriedades anatomofisiológicas das fibras neurais, que formam os nossos nervos e conectam neurônios localizados em diferentes regiões do cérebro, podem ser modificadas de forma significativa, ao longo da nossa vida, como consequência de **mudanças nas nossas experiências sensoriais, motoras e cognitivas**. No todo, isso significa que um cérebro de primata adulto, inclusive o nosso, é altamente influenciado por **modificações ocorridas dentro e fora do nosso corpo**. É por isso que nós, neurocientistas, acreditamos que o cérebro pode ser comparado a uma orquestra sinfônica, na qual a configuração física dos instrumentos – e, conseqüentemente, a sua sonoridade – **é continuamente modificada** por cada nota musical produzida por essa mesma filarmônica. (Nicolelis, 2020, p.19; grifos nossos).

Parece-nos óbvio que o autor acima está se referindo a questões principalmente fisiológicas, porém, permite-nos conjecturar com algum grau de certeza de que a **distribuição sináptica** e as **conexões neurais**, ao se modificar, implicam em alterações de conteúdos (idéias e concepções, p. ex.), ou seja, que venham a implicar em **deslocamentos epistêmicos** e consequentes **Ressignificações** desses conteúdos, já que defendemos que os pensamentos, ora são amorfos, ora são modelados – como vimos no Capítulo 1.

Além disso, afirmamos que o pensamento amorfo não é "quantizado" (de *quantum*, "pacote") por natureza, isto é, não ocorre em segmentos ou unidades discretas, e sim com gradações diversas de entropia. No entanto, as conexões neurais podem se reorganizar de modo a recriar o seu **enredamento**, sob uma orientação digital ou parametrizar o pensamento em um procedimento gerador de unidades discretas. A esse processo chamamos de

modelagem epistêmica, cujo resultado é geração de modelos. **O modelo mais notório é o Signo.**

A língua natural é a matriz exemplar decorrente desses processos. Sua natureza é discreta, isto é, sua constituição no nível de palavras (a unidade notória)⁷⁴ é tipicamente discreta. Por esta razão o Aparelho Cognitivo-Modelador modela o pensamento amorfo e entrópico em pacotes (*quanta*), de forma a torná-lo transmissível e compreensível em termos materiais, conferindo-lhe um **significado determinado** por detrás da forma que assume. Portanto, a **modelagem Epistêmica** gera o material a ser externado pela Linguagem, por meio do seu modelo: o **Signo**. No entanto, essa transformação – que também chamamos de **Ressignificação pré-sígnica** – de pensamento amorfo em pensamento modelado, carece de plenitude, visto que a modelagem é um processo falho, ao dar forma a algo amorfo. Estamos de acordo com Cherry, ao afirmar:

Quando formulamos nossos pensamentos em enunciados orais ou escritos, temos de contentar-nos com um **modelo imperfeito**; não podemos expressar inteiramente na Linguagem nossos pensamentos, mas somente certo número de seus *atributos*. (Cherry – p. 146; grifo itálico do autor; negrito nosso).

Esta constatação de Cherry aponta para as limitações que uma construção sígnica possa expressar, desde um **sema**⁷⁵ primitivo até um **texto** de teor reflexivo ou artístico. Há de se considerar características entrópicas, como é o fato das **afasias**.

Notaremos esta imperfeição, principalmente entre os casos de **afasia** – seja no desenvolvimento da produção de signos na criança⁷⁶, seja nos casos patológicos. Seja qual for a natureza da afasia, podemos verificar que os indivíduos afásicos geram associações de ideias, porque são capazes de gerar conexões nervosas para essas associações. Laplanche faz uma consideração importante acerca do funcionamento neuronal das associações, defendido por Freud, senão vejamos o trecho abaixo:

a) O funcionamento das **associações** é concebido como uma circulação de energia no interior de um «aparelho neurônico» estruturado de forma complexa num escalonamento de **bifurcações sucessivas**. Cada excitação toma, em cada cruzamento, um caminho determinado de preferência a outro, em função das «facilitações» deixadas pelas excitações precedentes. A noção de facilitação não deve ser compreendida sobretudo como uma passagem mais fácil de uma imagem para outra, mas como um processo de oposição diferencial: tal caminho só é aberto ou facilitado em função da não-facilitação do caminho oposto. b) Nas hipóteses de que Freud parte, não se trata de imagens no sentido de uma marca psíquica ou neurônica semelhante ao objeto real. Tudo começa por ser «neurônio» e

⁷⁴ Reduzimos neste exemplo ao nível das palavras, mas sabemos que se trata de um nível intermediário entre morfemas, frases e o texto mais complexo. Assim explanamos para efeito de esclarecimento. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a outros níveis de unidades mórficas e discursivas.

⁷⁵ Unidade linguística de significação constituinte do significado de um lexema (ou palavra).

⁷⁶ Piaget usa a expressão "formação de símbolos na criança".

«quantidade» . Não se pode deixar de aproximar esta concepção, que pode parecer muito distante da experiência pelo seu caráter mecanicista e pela sua Linguagem neurofisiológica, da constante oposição, na teoria psicológica de Freud, entre a representação e o quantum de afeto. Como o neurônio, **a representação é o elemento discreto**, descontínuo, de uma cadeia. Como acontece com ele, o significado dela depende do complexo que constitui com outros elementos. Nesta perspectiva, poderia comparar-se o funcionamento do aparelho neurônico ao da Linguagem, tal como é analisado pela linguística estrutural: constituído por unidades descontínuas que se ordenam em oposições binárias. (Laplanche e Pontalis:1976, p. 71; grifos nossos).

As **associações primárias** estão presentes também no campo da música: as composições melódicas, através dos atributos dos sons modulados e organizados, desempenham funções análogas às línguas naturais, conferindo-lhe **segmentos** com atributos musicais e, também dotados de **significações pré-sígnicas**. Isto lhes confere potência vicária, isto é, sequências que representam ideias, conceitos e fragmentos de ideias identificáveis (eventualmente conversíveis para as línguas falada e escrita). Lembramos que todos esses processos possuem raiz na atividade dos **processos mentais associativos**, como vimos em no Capítulo 1.

As características da **plasticidade cerebral**, em relação à produção de Signos apresentam inúmeras perguntas não respondidas. Existe um antigo debate sobre a questão da localização de funções cerebrais ligadas às atividades humanas, em particular, a Linguagem.

O problema da localização cerebral da Linguagem reside na necessidade de se determinar qual área do cérebro é responsável pela compreensão e produção da Linguagem, visto que há um cacoete dos cientistas de se atribuir funções específicas aos órgãos. Por extensão, atribui-se ao cérebro prerrogativas análogas, o que pode incidir em equívocos. A bibliografia acerca deste tema é vasta, tomando início no século XIX.

Historicamente, a localização do funcionamento da Linguagem tem sido descrita pela teoria clássica, proposta por Paul Broca (1824-1880) e Carl Wernicke (1848-1905), que sugere ser a Linguagem controlada por duas áreas específicas no cérebro, associadas. Uma área específica do cérebro, chamada área de Broca (na região frontal esquerda) é responsável pela produção da fala, enquanto a outra, área de Wernicke (na região temporal esquerda) é responsável pela sua compreensão.

No entanto, pesquisas recentes, por meio de aparelhamento de neuroimagem sugerem que a Linguagem seja resultado de uma interação complexa entre várias partes do cérebro, incluindo as áreas frontal, temporal e parietal, isto é, tratam-se de **processos distribuídos** não previsíveis, que envolvem **sub-redes de áreas cerebrais**, não recaindo em uma única região neural. Eis, portanto, a confirmação da propriedade da plasticidade cerebral, cujo grau entrópico não é totalmente previsível.

É importante considerar que a Linguagem é uma **habilidade plástica**, muito complexa, dotada de várias modalidades e facetas. As capacidades de falar e escrever envolvem, não apenas a compreensão e produção de Signos orais e visuais, mas também a subsunção de **Sub-redes de significação**, interpretação de entonação e emoções subliminares aos Signos expressos, bem como de outros aspectos afetivos e cognitivos. Além disso, estudos também sugerem que outras áreas do cérebro, incluindo as regiões parietais e o córtex motor, são importantes na produção e compreensão da Linguagem.

Em resumo, a localização cerebral da Linguagem humana é um assunto complexo e ainda não completamente compreendido, e a teoria da localização em duas áreas específicas no cérebro precisa ser revista para incluir a idéia de um processo distribuído e dotado de plasticidade. O consenso científico sugere que o processamento da Linguagem é resultado de uma **rede complexa de regiões cerebrais**, incluindo áreas motoras, auditivas e visuais, trabalhando em conjunto, sob ações entrópicas, o que reforça a teoria da plasticidade como um princípio que atua sobre todo o córtex cerebral.

Cabe à **TSR** uma perspectiva de que as **Sub-redes de Significação** sejam observadas a partir dos diversos funcionamentos e usos dos Signos. Será a análise das diversas utilizações que poderemos inferir que os Signos sofrem alterações, a bem dizer, **Ressignificações**, tanto em forma como em conteúdo, seja conduzindo ao estado pré-sígnico da Significação, seja em suas categorias semióticas distintas – os Signos Indiciais, os Signos Icônicos ou os Signos Convencionais, no complexo exercício da Linguagem.

3.3 *GESTALT* E SEUS FUNDAMENTOS

A teoria da **Gestalt**, atualmente, é um ramo da Psicologia, derivada de uma especulação filosófica acerca das características constituintes da **percepção** em geral, que se concentra no modo como o cérebro capta, processa e interpreta informações sensoriais. Um dos objetivos desta teoria é explicar como se dá a representação mental em seus dois momentos: **pré-sígnica** e **sígnica**. Sobre a percepção, Antonio Penna esclarece:

Perceber é conhecer, através dos sentidos, objetos e situações. O ato implica, como condição necessária, a **proximidade do objeto no espaço e no tempo**, bem como a possibilidade de se lhe ter acesso **direto** ou **mediato**. Objetos distantes no tempo não podem ser percebidos. Podem ser evocados ou imaginados. Podem ser, ainda, pensados. De qualquer modo fica excluída a possibilidade de serem percebidos, Também não podem ser percebidos objetos distantes no espaço quando ultrapassados os limites operacionais dos órgãos receptores ou quando obstruídos por barreiras. A distância no espaço, tanto quanto a inacessibilidade direta ou indireta, exclui o ato perceptual. Fica, em tais circunstâncias, aberta apenas, a possibilidade de serem pensados ou imaginados. (Penna, 1973, p. 11; grifo nosso).

A *Gestalt* se encontra sob esta perspectiva: a presença imediata do objeto, com proximidade ao indivíduo que percebe. A representação mental pré-sígnica, dotada de Significação é resultante da percepção e da **Edição Epistêmica**, que confere um **primeiro estado mental** para determinado objeto representado na Epistêmica, seja ele fruto dos sentidos, seja uma criação do Aparelho Afetivo-Imaginário.

O segundo momento se constitui no instituto da representação sígnica. Nele, é quando à **Significação** se agrega um objeto semiótico, **dotado de Significado**, tendo-se **materializado** em seu **Significante** (veículo do Signo, ou *Representamen*). Encontra-se, portanto, em seu estado de Signo transmissível e captável. Cabe informar que estes processos aqui descritos abarcam todo e qualquer tipo de **Semiose** – o que implica dizer que envolve as três categorias de Signos mais recorrentes: o Signo Indicial, o Signo Icônico e o Signo Convencional.⁷⁷

A primeira das leis estabelecida por Max Wertheimer (1880-1943), ao lado de Kurt Koffka (1886-1941) e Wolfgang Köhler (1887-1967), autores da teoria da percepção da *Gestalt*, é a **Lei da Pregnância** (em alemão, *Prägnanz*), que diz:

A **organização psicológica** será sempre tão "boa" quanto as condições reinantes permitirem. Nessa definição, o termo "boa" é indefinido. Abrange propriedades tais como a regularidade, a simetria, a simplicidade, e outras. (Koffka, 1975, p. 121; grifo nosso).

Como se pode verificar, a **organização** é um princípio central para a aparelhagem cognitiva. Aqui cabe lembrar que este princípio de ordem, sob as características mencionadas na citação acima (regularidade, simetria, simplicidade etc), participa da Edição Epistêmica (ou Edição Mental), associado à Lei do Contraste.

3.3.1 A Lei do Contraste

Sendo esse um conceito complexo, propomos uma compreensão prévia, seguindo a **Lei do Contraste**, cujas origens supostamente remontam a Aristóteles, mas, que na verdade, foram formuladas muito mais tarde. Entenda-se, com efeito, que a Lei do Contraste concorre com o **princípio da organização mental**.

O primeiro que se tem notícia a se ocupar formalmente pelo tema foi o psicólogo alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) no século XVIII. Ele observou que a **percepção de cor** é influenciada pelas **cores adjacentes** e descreveu a lei do contraste como uma tendência para que cores opostas sejam percebidas como mais intensas quando são colocadas juntas. Goethe descreveu suas observações em seu livro *Theory of Colors*,

⁷⁷ Como já expomos alhures, adotamos "tipos de signos" diferentemente de "tipos de semioses", daí re-enquadrar os três tipos nomeados por Peirce de índice, ícone e símbolo, conforme a nossa nomenclatura específica para cada signo: indicial, icônico e convencional.

publicado em 1810. No século XIX, a lei do contraste foi formalizada e experimentada por psicólogos e físicos, incluindo o fisiologista Ewald Hering (1834-1918), médico e físico Hermann von Helmholtz (1821-1894) e o filósofo e físico Gustav Fechner (1801-1887), que desenvolveram teorias adicionais sobre a percepção de cor e ajudaram a consolidar essa lei como uma parte fundamental da percepção da cor. Apesar de tais conceitos terem sido superados, o conceito permaneceu, de modo a ser reestudado por Max Wertheimer (e seu grupo de cientistas), na década de 1920, inaugurando, assim a **teoria da Gestalt**.

Dada estas questões, baseada no fenômeno do contraste sensorial e outros elementos a serem examinados, a *Gestalt* evoluiu para uma teoria, cujos idealizadores estabeleceram que a mente animal não só é capaz de **captar dados** (em forma de sinais sensoriais), mas também **organizá-los**, segundo alguns agentes integradores das atividades mentais, que chamamos de **Edição Mental**, a fim de estabelecer **padrões de conteúdos** identificáveis, memorizáveis e reconhecíveis, garantindo uma certa unidade associativa.

3.3.2 Características funcionais da *Gestalt*

Inicialmente, tomando o sentido da visão, a qual é notoriamente o aparelhamento sensorial mais desenvolvido e valorizado do homem, apresentam-se as principais definições da teoria da *Gestalt*:

1. **Figura-Fundo** - a forma é percebida como **Figura** em primeiro plano, contra um **Fundo** secundário e posterior, em obediência à Lei do Contraste, em que se permite tal distinção. Observe-se que o Fundo pode se dar em vários planos diferentes, contrastando uns com os outros e suas respectivas Figuras.
2. **Proximidade** - objetos próximos são percebidos como sendo mais relacionados do que objetos distantes.
3. **União** - as formas das figuras concorrentes são percebidas como sendo acopladas ou relacionadas, em vez de serem vistas como elementos separados.
4. **Similaridade** - objetos semelhantes são percebidos como sendo mais aproximados (ou relacionados) do que objetos diferentes (não semelhantes).
5. **Continuidade** - linhas ou formas são percebidas como contínuas, em vez de fragmentadas, mesmo onde haja lacunas eventuais, o cérebro as torna ininterruptas.
6. **Clausura** ou **Fechamento** - o cérebro completa formas incompletas na percepção visual, seja na sua dimensão linear, seja na sua dimensão tridimensional. (Este também é um caso notório nas sequências sonoras padronizadas).

Embora esta definições da *Gestalt* (Koffka, 1975) se apliquem sobremaneira ao **sentido da visão**, podemos considerá-las também para as **percepções gestálticas auditivas**, referindo-se ao modo como o cérebro **processa, edita e organiza** informações sonoras, a fim de criar uma **representação mental** dotada de uma Significação pré-sígnica, nas esferas dos ruídos e dos sons harmoniosos.

No que diz respeito ao processo do pensamento, os gestaltistas atribuem-lhe validação enquanto tal, se no processamento de associações, seguido da captação de estímulos externos, estiver em acordo com as definições acima descritas, como explica melhor, Antonio Penna:

Classicamente ainda se concebeu o pensamento como processo responsável pela captação de **relações**, dado que estas não se revelariam a nível perceptivo. É certo que a Escola Gestaltista sempre reivindicou a assimilação de relações como eventos produzidos em faixa perceptiva. Mas há nítida **distinção** entre perceberem-se estruturas nas quais se implicam relações e captarem-se relações em função de atividades de abstração. Só neste caso caberia falar em pensamento. (Penna, 1984, p.89; grifo nosso).

Pelo exposto acima, o psicólogo brasileiro, ao dissertar sobre a perspectiva gestaltista, traz a lume a questão da **associação dos pensamentos**, por meio de uma abordagem da percepção, assunto que já foi tratado no Capítulo 1. No entanto, neste particular, a teoria em tela apresenta um conceito do **pensar** associado ao de **perceber**, o que está de acordo com o que defendemos (cf. Capítulo 1) ⁷⁸. De qualquer forma, esta perspectiva antecede a produção de Signos, visto que se trata de um **processo primário de organização** anterior, produzido pela **Edição Mental**.

As características acima são descritas como leis da percepção, na teoria da *Gestalt*, e ajudam a explicar **como o cérebro organiza, associa e interpreta** informações percebidas do meio. Reiteramos que estamos em um **estágio pré-sígnico**, onde a **representação mental** gera um resultado advindo da **Edição mental**, para, em um segundo momento, gerar **representações sígnicas**, com a ação do Aparelho Cognitivo-Modelador, responsável pela organização dos dados captados.

Por outro lado, não podemos negligenciar a participação das atribuições de **valores gerados pela função inconsciente**, com a ação do Aparelho Imaginário-Afetivo, como discutiremos no Capítulo 1. Vale ressaltar que a nossa convicção defende que a modelagem é um segundo momento, ressignificando o que é originalmente Significação para um momento

⁷⁸ A citação do autor brasileiro insta que o pensamento se após o ato perceptivo. De acordo com a nossa tabela de tipos de pensamento (cf. Parte I, item I.2.2. Tipos de Pensamento) e suas descrições, entendemos que o pensamento perceptivo é um desses tipos, e que a ele se agrega o pensamento associativo.

posterior de **formatação do Significado**, que se integra ao Signo (resultado da modelagem), realizando o fenômeno da **Semiose** (o que veremos mais à frente).

Frisamos que essa escola alemã de pensamento enfatiza a importância da **percepção global** e da **integração de informações** para organizar e entender a realidade, de modo a estabelecer marcos de **significações pré-sígnicas** em direção, não só ao comportamento do indivíduo, mas, sobretudo, no que se refere a um estado mental partícipe da geração dos processos de Linguagem, mais especificamente, da **produção, interpretação e Resignificação** dos Signos. Se a percepção global tem por prerrogativa um processo de pensamento complexo e múltiplo (de muitos dados simultâneos), a produção do Signo deve ser entendida como um processo de **pensamento de ação linear**, visto que os Signos, mormente os linguísticos e matemáticos, se apresentam em segmentos lineares (termo anterior – termo posterior), o que enquadra os Signos Indiciais (antecedente – consequente), exceto os **Signos Icônicos**, cuja natureza é bidimensional⁷⁹.

3.3.3 Fundo Gestáltico Comum

Importante conceito a definir é o de **Fundo Gestáltico Comum**, tendo em vista que a Lei do Contraste se realiza entre os seus dois constituintes com que a percepção gestáltica funciona: **Figura-Fundo**. As figuras distinguidas são perceptíveis, não só sob as seis principais definições acima descritas, mas sobretudo, pela determinação do **Fundo** onde se situam. Assim, para que se determinem as formas e os conteúdos das figuras, é necessário que o **Fundo** o permita. Ainda que o Fundo não seja conscientemente notado, a sua participação indissociável é determinante para a realização da **representação epistêmica**; por conseguinte, da formação do **Referente** e das significações pré-sígnicas das figuras dela decorrentes.

Vamos aqui lançar mão de dois exemplos onde a teoria da *Gestalt* funciona para a comprovação de que é possível estabelecer atividades mentais, que se desenvolvem a partir de impressões visuais e auditivas.

O primeiro exemplo, no campo visual, é a assimilação gestáltica dos **padrões no jogo de xadrez**, os quais se organizam em um Sistema de Signos próprio, visto que as peças e suas diversas disposições não remetem a nenhum Referente concreto, senão à sua própria constituição imaginária. O tabuleiro corresponde ao **Fundo Gestáltico Comum**, onde se

⁷⁹ Os Signos Icônicos devem ser examinados sob outras perspectivas, visto que as acidentes gestálticos podem se apresentar sob concomitâncias e sob paralelismos, em um mesmo plano, muito embora uma análise de caráter linear seja também possível.

interpõem as peças, e estas correspondem às **Figuras Gestálticas**. (O mesmo se dá com todos os jogos de tabuleiro, a exemplo do jogo de damas, e do jogo de gamão).

Figura 7: Representação gráfica do jogo de xadrez: o tabuleiro quadriculado é o Fundo Gestáltico comum, e as peças estão em primeiro plano, constituindo as Figuras Gestálticas. (Composição do autor).



À medida que os lances vão sendo executados, alguns padrões são marcados por suas **repetições**, embora haja frequentemente variações e **diferenças** sutis entre tais matrizes, formando assim, novos padrões.

O jogo de xadrez, nos parece o mais múltiplo dos paradigmas de jogos, visto que, não empregando Signos Linguísticos, é um dos mais complexos, não só por dispor de um conjunto de regras finito para uma infinidade de lances combinados, fazendo de cada partida um evento único, mas também, por inscrever Signos Indiciais, Signos Icônicos e Signos Convencionais próprios. Por outro lado, contando com as diversas possibilidades de lances, o enxadrista experiente, está apto a **criar** situações difíceis para o seu oponente.

Mesmo sem dominar as regras ou deter alguma habilidade no xadrez, pelo senso comum, reconhece-se que é um jogo de estratégia e que depende de **antecipações planejadas** e elaborações táticas. As regras dos movimentos, aliadas à possibilidade de capturar peças do oponente são o suficiente para realizar uma partida. As regras constituintes e operacionais formam uma **Sub-rede de Significação** pré-existente e determinante dos papéis de cada jogador. O que se tem claro é que nada precisa ser dito, salvo em caso de aprendizagem, onde a transmissão das regras depende de algumas frases, comentários e dicas de como proceder.

Os padrões de disposição das peças (Figuras) podem ser antecipados por *Gestalt*, tanto pela geometria que rege os movimentos das peças, como pela sequência linear dos lances. Cada lance se dá em sequência linear – um após o outro – e nunca concomitantemente.

Isto posto, os jogadores não necessitam utilizar nenhum outro Sistema de Signos que não seja o do próprio jogo de xadrez, por onde desempenham simultaneamente mais de uma

categoria de Signos: foco em primeiro plano nas **Figuras** (Signos Icônicos), sobre o **Fundo** (o tabuleiro), e o controle linear dos movimentos (regras, ou Signos Convencionais); ainda temos os lances candidatos com possíveis ameaças (Signos Indiciais). A atividade do xadrez pode ser jogada à distância, por meio de representação dos movimentos (sob um Sistema de Signos escritos)⁸⁰, que indica os movimentos das peças e suas coordenadas. O xadrez pode também ser jogado via computadores conectados em rede, em um ambiente de software específico para tal, o que de fato, neste caso, dispensa a notação extra-jogo entre os oponentes; os computadores processam a semiotização por ícones, ou seja, uma **representação icônica** que se mostra na tela do equipamento, e que funcionam por **algoritmos** baseados nas correspondências com as regras pré-estabelecidas que regem o jogo.

A *Gestalt*, portanto, auxilia a revelar os processos não sîgnicos e sîgnicos, e que podem contribuir para a análise, compreensão e descrição da formação de Sistemas de Signos diversos.

O outro exemplo, tomamos de Antonio Penna, ao lembrar sobre a melodia, como um objeto de *Gestalt* auditiva:

Um bom exemplo é o da melodia. Ao ouvi-la percebêmo-la como uma estrutura, mas não discriminamos as notas que dela participam. A percepção das notas torna-se possível mediante uma mudança radical da atitude do percebedor quando então já não poderá detectar a estrutura melódica. Em seu lugar surgem as notas isoladas e as relações que entre elas se poderão captar. É neste momento que poderemos falar em atividade do pensamento. (Penna, 1984, p. 89).

Podemos afirmar que não há aqui um sistema linguístico, senão um talento intrínseco do sujeito que **edita a melodia** em seus constituintes sonoros, independente de sua competência profissional da música, visto que melodias são construções independentes, constituindo-se Sistema próprio de Signos. Não devemos cair no equívoco de pensar no pentagrama e toda a escrita que se construiu a partir de Guido d'Arezzo (séc. XI)⁸¹, como uma referência para a representação sîgnica dos acidentes musicais, uma vez que antes do século XI não havia registros de notações musicais para os acidentes melódicos, senão sinais muito sutis e

⁸⁰ Neste particular, pode-se aventar a questão do **Interpretante**, visto que se produz uma nova camada sîgnica (um segundo sistema de signos), em relação ao movimento das peças, com a utilização de uma codificação escrita que representa os lances.

⁸¹ Guido d'Arezzo foi um monge e teórico musical italiano que viveu no século XI. Ele é considerado um dos precursores da notação musical moderna e lhe é creditado o sistema de nomes de notas musicais (ut/do, re, mi, fa, sol, la, si). Além disso, Guido desenvolveu técnicas inovadoras de ensino da música, por "sol-fá" (o solfejo). Suas contribuições foram decisivas para o sistema semiótico escrito da música ocidental, ainda amplamente reconhecidas.

imprecisos ⁸², o que impunha a dependência da oralidade. As características semióticas no campo da música permitem, portanto, que se produzam Signos autênticos e dotados de Significados tipificados.

Estes exemplos nos permitem pensar fora dos padrões de Linguagem condicionados e dependentes das línguas naturais, que dominam a **Macro-rede de Sistemas de Signos** (Cultura) e permeiam todas as esferas das produções sígnicas humanas (Semiosfera). Essa hegemonia, no entanto, pode ser dissecada, cuja metodologia e análise relativizam tal dominância. É preciso afirmar ainda que a **Significação** não é uma exclusividade da língua, senão, uma produção de **associações pré-sígnicas**.

Numa expressão sintética, o **Fundo Gestáltico Comum** funciona de forma invisível, inodora e insípida se cairmos na armadilha de apenas considerarmos as **Figuras** – os enunciados e as manifestações sígnicas; esse Fundo que os partícipes do processos comunicacionais devem pressupor: os contextos pré-existentes, as experiência colaterais citadas por Peirce, as Sub-redes de Significações e os paratextos constituem parte desse determinador das diferenças, pois sem ele, não há realização das percepções, nem dos Signos.

A teoria da *Gestalt*, portanto, permite que possamos quebrar os Sistemas de Signos, a fim de obter as raízes constituintes da formação das **Significações pré-sígnicas, sígnicas e pós-sígnicas**, à medida que descortinamos os processos associativos que constroem o Signo, sua **estrutura** básica e suas **modalidades** ⁸³.

3.4 GESTALTISMO E ASSOCIACIONISMO

A **plasticidade cerebral**, até agora associada à **amorfia** do pensamento, não está restrita a este campo. Esta propriedade nos permite fazer outros estudos, e o que nos interessa, em particular, é como a mente elabora pensamentos modeladores, cujos produtos permitem-nos prosseguir com os processos semióticos (de produção de Semioses). Mas que elementos em comum estão presentes na *Gestalt* e no Associacionismo?

As teorias da *Gestalt* e do Associacionismo possuem alguns fundamentos em comum. Senão, vejamos. O foco está na **percepção**: explica-se como a percepção se dá no entorno, dentro de um território até onde os sentidos são capazes de captar sinais externos. Há, portanto, uma importância dada ao ambiente: estas teorias reconhecem que o ambiente desempenha um papel importante na percepção e no seu processamento com vistas a um

⁸² A notação musical antes do século XI era geralmente limitada a simples marcas **neumáticas** ou **neumas**, que indicavam o ritmo e o contorno melódico, mas não as notas exatas. Isso significa que a música era transmitida de forma oral e a interpretação era baseada na tradição e na memória dos músicos.

⁸³ Enquanto a estrutura se deve a Ferdinand de Saussure as modalidades se devem a Charles Peirce.

comportamento – nem sempre previsível, mas que indica como a mente capta os sinais ambientais. Em tais teorias há a ênfase na experiência: reconhece-se que as circunstâncias da experiência influenciam a forma como as informações são processadas e o comportamento é formado. Esta é uma prerrogativa já presente em Hume, que antecipou a participação de experiências adquiridas na decodificação de Signos Indiciais, que surgem e se apresentam à Epistêmica. Desse modo, a abordagem empírica torna-se primordial para ambas as teorias, cujas bases de pesquisas e experimentos comprovam e ajuízam a aceitação de suas afirmações.

Enquanto a Teoria da *Gestalt* se concentra na organização perceptual e no todo coerente formado a partir das informações (o todo é maior que a soma das partes), o Associacionismo enfatiza a importância das relações entre estímulos, impressões e pensamentos na formação de representações mentais derivando-se na formação de Semioses. Ambas construções teóricas são importantes para a compreensão da percepção dos sinais e suas repercussões nas associações de pensamentos, para a produção de novas associações e hipóteses.

Esses parâmetros nos auxiliam a compreender como a Teoria da Evolução de Darwin se tornou tão influente, cujas comprovações se dão por estudos arqueológicos e geológicos, possibilitando não só a reconstituição paleontológica como projeções e hipóteses de como será a vida no futuro; e o que deu origem à Engenharia Genética.

3.4.1 Associações gestálticas pré-sígnicas e sígnicas

Discorreremos neste tópico acerca de duas modalidades de associações sob a ótica da *Gestalt*: **pré-sígnicas** e **sígnicas**, cujas construções associativas se diferenciam segundo o momento da percepção, do objeto da percepção e em tipos de pensamento: sejam de natureza amorfa e inconsciente, seja de natureza modelada. (Cf. Capítulo 1, item **1.2.3. Mecanismo Axial do pensamento: A Associação**).

A primeira tipificação é a **associação** gerada pelo **Aparelho Cognitivo-Modelador**, que produz o Signo novo, incorporado em um Sistema de Signos. Devemos aqui distinguir dois momentos, ou duas categorias associativas: a primeira categoria é a da **produção da Significação pré-sígnica**, mediante o contato com uma impressão advinda da percepção sensorial que gera uma representação mental editada, organizada na Epistêmica. A Epistêmica organizadora executa o que chamamos de **Edição Mental**, uma vez que o processo de modelagem exige um contorno recortado e um corpo definido, como expressou Lakoff. (Cf. Capítulo 1, item **1.2.5. Pensamento e Significado**). Esse é fase da geração do **Referente**, o qual carrega a Significação e o Significado concedido ao Signo.

O segundo momento ou categoria é o **reconhecimento** de uma sequência de Signos já expressos e postos, perceptíveis pelo seus Significantes. Umberto Eco trata o fenômeno do reconhecimento de duas formas – uma primeira no seu livro *Os Limites da Interpretação* (1990), e outra em *Tratado de Semiótica* (1976). Vejamos o que diz:

O que acontece quando um chimpanzé ou um ser humano reconhecem alguma coisa ou alguém? Eles **relacionam** tanto a sua percepção atual X1 quanto a memória de uma percepção passada X2 a um **tipo** abstrato X. Passam de uma presença (percepção atual), através de um **modelo**, a uma ausência (percepção passada). O **reconhecimento** é sempre um processo triádico, porque é sempre o **confronto** entre duas ocorrências (uma atual e uma lembrada) e um **tipo**. (ECO, [1990], 2015; p.191; grifos nossos).

O RECONHECIMENTO se dá quando um determinado objeto ou evento, produzido pela natureza ou pela ação humana (intencional ou não intencionalmente), e existente como um fato num mundo de fatos, é entendido pelo destinatário como expressão de um dado conteúdo, seja por causa de uma correlação anteriormente codificada, seja por causa de uma possível correlação direta por parte do destinatário.

Para poder ser considerado como o funtivo de uma função sígnica, o objeto deve ser visto **como se** houvesse sido produzido por ostensão, réplica ou invenção, e correlacionado a um dado tipo de *ratio*. Portanto, o ato de reconhecimento reconstitui como IMPRESSÃO, SINTOMA ou INDÍCIO. Interpretar o objeto reconhecido significa correlacioná-lo a uma possível causa física que funcione como seu conteúdo – tendo sido convencionalmente aceito que a causa física age como produtor não intencional do signo. (Eco, 2016, p. 194; grifos do autor).

Observe-se que os termos usados pelo autor possuem correlatos aos termos por nós empregados, com referência à associação de pensamentos, a saber: os verbos citados acima "relacionar" e "corresponder" e o substantivo "correlação" são equivalentes a "associar" e "associação"; os substantivos "modelo" e "tipo" equivalem à representação mental gerada pelo Aparelho Cognitivo-Modelador.

As associações gestálticas permitem, portanto, que a Epistêmica reconheça sinais e os remeta a uma comparação com a **memória**⁸⁴, conferindo aos Significantes, os conteúdos apreendidos, ou seja, seus Significados, o que se caracteriza pela **decodificação** (processo que restaura a associação entre o Significante e o seu Significado), pela qual a Epistêmica é capaz de reproduzir diante de um Signo percebido. Neste momento, o Signo se torna um **objeto da percepção** que será introjetado a partir da aparelhagem sensorial, seja um Signo Indicial, Icônico ou um Signo Convencional – ou ainda uma combinação entre tais.

Aqui o processo de introjeção deste objeto será seguido da sua **edição, organização e reprodução** em forma de Significantes encadeados, cujos Significados serão incorporados e processados, no ambiente dado pela Sub-rede de Significação, ao lado das atribuições de

⁸⁴ Cf. Lei do contraste no item II.3.

valores (interpretações possíveis), agregados aos valores intrínsecos da Epistêmica interpretadora (estado pós-sígnico). Isto posto, o objeto passará a fazer parte do seu **acervo sígnico**, e passando a produzir o **Efeito Interpretante**, isto é, interagindo com os diversos Sistemas de Signos integrantes do acervo prévio. A Epistêmica receptora estará em condições de ressignificar, produzir e regenerar novas sequências de Signos, dando prosseguimento ao circuito comunicacional. As associações criativas agora participam com combinações novas (denotativas e conotativas), inclusive pelo Efeito Interpretante, o qual evocará outros Signos, (seja no mesmo Sistema de Signos, seja em outros sistemas). No caso de Signos Indiciais, novas inferências poderão ser produzidas, seja por coerência, seja por incoerência, o que não devemos, nem temos condições de avaliar, dada a singularidade das atribuições de valores inacessíveis (interpretações) das diversas Epistêmicas geradoras destas Significações⁸⁵.

No caso dos Signos Indiciais, mesmo os ditos Signos Naturais, têm que ser introjetados e associados a outros pensamentos, como impressões memorizadas para elaboração de associações antecipatórias, como é o caso típico da nuvem negra, das pegadas, das marcas nos fósseis, dos anéis das árvores e nos estratos geológicos. Certa atribuição de valor, ao decodificar os sinais indiciais, pode levar o intérprete ao sucesso ou ao fracasso. Na verdade, no caso de inadequação ou equívoco, impõe-se ao intérprete remodelar a sua edição mental do Signo Indicial a fim de produzir uma **inferência ressignificada** logicamente aceitável. Via de regra, apenas um único Signo Indicial não é o suficiente para uma conclusão inferencial adequada e correta, mas sim um conjunto articulado e coordenado de índices é que permite uma inferência racionalmente lógica e inequívoca, na verdadeira construção de um conhecimento ou de um saber. Os fatores da *Gestalt* conduzem a uma análise válida e inequívoca, já que os Signos facilmente se submetem a tais fatores de percepção, introjeção e reconhecimento.

A segunda associação gestáltica versa sobre a pulsão produzida pelo Aparelho Afetivo-Imaginário, pelo qual, às **Significações** se agregam valores afetivos e juízos de foro íntimo, tais como: valores morais e éticos, de aceitação, de preferências, crenças e juízos de ordem motivacional, cuja geração se dá pela **função inconsciente** e manifestos no **ato simbólico**. Entenda-se que se trata de uma **pulsão**, visto que é um processo inteiramente involuntário e independente da **função volitiva** da Epistêmica. A incorporação dos valores e juízos é compulsória.

⁸⁵ Podemos especular neste caso, eventuais atribuições de valores suplementares, expandindo o Espectro de Significações para Signos Transcendentes, conforme a estimulação e a resposta dada pela Epistêmica, propensa a ressignificar os conteúdos denotativos em conteúdos simbólicos.

O **ato simbólico**, segundo Lévi-Strauss está intimamente ligado ao circuito comunicativo, como se segue. O ato simbólico no homem, já identificado nas eras primevas, é uma manifestação que comunica, produzindo gestos, sobretudo, bem como atribuindo significados a objetos concretos – Significantes – para transmitir ideias. Tais atos são importantes para a construção de significações codificadas (Significados) e para a compreensão dos padrões de comportamento e crenças de um determinado grupo social. Eles estão sempre presentes a fim de expressar conceitos abstratos, como elementos de **fetichismo**, seja para o **sagrado**, seja para o **profano**, identidade e posições sociais, e ainda para construir uma sensação de comunidade e coesão social.

Conhecida citação sobre o **ato simbólico** é do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), que nos deixou:

O ato simbólico é aquele através do qual o homem primitivo, ao se apropriar do mundo natural e social, procura compreendê-lo, controlá-lo e integrar-se nele. (Lévi-Strauss, 1958) ⁸⁶.

São as associações dotadas de significações **transcendentes** ou **simbólicas**, que geram **Signos Transcendentes**. Exemplifiquemos rapidamente.

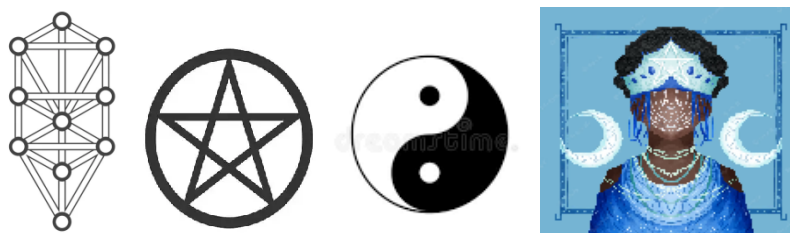
O exemplo típico são as confissões religiosas, as doutrinas de cunho metafísico, espiritual e místico, onde as representações e explicações – invariavelmente dotadas de materialidade semiótica – obedecem a premissas postuladas arbitrariamente, refletindo as convicções sem "logicidade fechada" ⁸⁷.

As representações de que a *Gestalt* deve se ocupar neste campo são aquelas que se criam nos seios sociais por meio das figurações imagéticas, **Signos Transcendentes**, cujos Significados dependem da Significação do **ato simbólico**, na sua essência. São exemplos clássicos (dentro da categoria dos universais): imagens de valor sagrado, e objetos de fetichismo, bem como os de ritos esotéricos (procedimentos simbólicos e transcendentes), voltados para iniciados (p. ex. Wicca e Bruxaria, Alquimia, Xamanismo etc).

⁸⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. "Anthropologie Structurale". Plon, 1958. Observe-se que há uma coloração semiótica na definição do autor, ao sugerir que o ato simbólico seja um instrumento de compreensão.

⁸⁷ "Logicidade fechada" é aquela em que a lógica aplicada é inequívoca e se comprova pela aceitação de sua coerência racional.

Figura 8: Representações de Signos Transcendentes:
 Árvore da vida – O pentagrama inscrito – Yin-Yang – Orixá (Fonte: Google images)



Tomemos um objeto comum entre os Signos Transcendentes: a **Árvore**. Segundo Mircea Eliade (1949), há sete interpretações principais, embora não as considere exaustivas. Entretanto, articulam-se todas elas em torno da mesma ideia do *Cosmo vivo*, em perpétua regeneração. (ELIADE:1949, p. 230-231).⁸⁸

Chevalier em seu Dicionário de Símbolos acrescenta:

A despeito de aparências superficiais e de certas conclusões apressadas, a árvore, mesmo quando considerada sagrada, não é objeto de culto por toda parte; é a **figuração simbólica** de uma entidade que a **ultrapassa** e que, ela sim, pode se tornar objeto de culto. **Símbolo** da vida, em perpétua evolução e em ascensão para o céu, ela evoca todo o **simbolismo da verticalidade**. (Chevalier et Alii,2022; p.132; grifos nossos).

Cabe à teoria da *Gestalt* examinar uma imagem qualquer de árvore que faz dela uma árvore, em seu formato universal, dotada dos traços que compõem a impressão que nos causa. Isto nos leva a verificar que não há uma única representação visual de árvore, mas um **protótipo mental amorfo** – um **universal** –, o qual nos permite elaborar uma imagem de árvore, de modo que qualquer Epistêmica identifique como tal. As funções gestálticas estarão, portanto, presentes de modo a se inferir que tais e tais traços formam este universal. Assim, o exemplo discutido permite estender a outros signos que os princípios da *Gestalt* contribuem para confirmarmos o processo mental que o Signo formula e provoca nas diversas Epistêmicas interligadas em uma mesma **Sub-rede de Significação**. Além disso, a teoria gestáltica torna mais compreensível à representação mental daquilo que entendemos como universal, desde as argumentações de Guilherme de Ockham, no séc. XIII.

O estudo dos Signos Transcendentes – a **Simbólica** – e a teoria da *Gestalt* são perspectivas bastante diversas, porém conciliáveis, no estudo da percepção humana. No entanto, sob orientação da **Semiótica**, a conciliação viabiliza aprofundarmos a hermenêutica das significações simbólicas, dadas as formas que os Signos Transcendentes assumem. Auxiliados pelos princípios da *Gestalt*, verificamos o processo da percepção global acoplado

⁸⁸ ELIADE, Mircea. *Traité d'histoire des religions*, Paris, 1949.

às associações entre os traços e elementos percebidos pelos sentidos (sobretudo a visão); provendo análises frutíferas no campo da Simbólica, a qual se concentra na interação dos Signos Transcendentes, seus **valores** e **significados** que transmitem socialmente.

Ao conciliar esses panoramas conceituais, podemos elaborar novas associações, enfatizando a relação entre a via de como os objetos e eventos são percebidos e os Significados Transcendentes que eles transmitem. Isso nos leva a afirmar que os processos de percepção e construção de Significações primárias (pré-sígnicas) podem se afetar mutuamente: entre o **empírico** e o **modelado**, entre o **imaginário** e o **amorfo**.

É o caso de considerar como um dado objeto ou evento pode influenciar as **atribuições de valores** (interpretações) que tal e tal Epistêmica produz, bem como constatar a Significação Transcendente que um objeto ou evento pode afetar a forma como ele é percebido.

A **Gestalt** e a **Simbólica** são tomadas por complementares ao se concentrar em diferentes aspectos da percepção humana. A **Gestalt** pode fornecer uma compreensão dos componentes da percepção sensorial construída, enquanto a **Simbólica** pode favorecer a compreensão do Significado dos **Signos Transcendentes** e do modo como são usados para transmitir ideias e conceitos, equívocos e preconceitos.

Em resumo, a **Gestalt** e a **Simbólica** podem ser harmonizadas ao se concentrar na relação entre a **forma** como os elementos são percebidos e o **significado transcendente** que eles transmitem, bem como enfatizar o valor complementar de cada perspectiva para o entendimento da percepção humana e a construção de sentidos.

Diante do exposto, a **Gestalt** e o **Associacionismo** são teorias essenciais para a compreensão de uma produção semiótica e da função semiótica exercida pelo **Signo**, considerando que o **Signo** é um modelo sistêmico de relações.

3.4.2 Gestaltismo aplicado à Semiose

Devemos considerar que a produção de signos está estruturada em dois momentos distintos, do ponto de vista de uma teoria semiótica que explique os aspectos cognitivos e afetivos da **Significação** e **Ressignificação** do **Signo**, sua constituição, funcionamento, modificações e desdobramentos na esfera da comunicação e das relações sociais.

O primeiro momento é a **instância geradora**, isto é, o processo pelo qual a Epistêmica cria um **instrumento estruturante** da transmissão de sinais significativos: o **Signo**. O Segundo momento é a sua **utilização funcional** enquanto instrumento de transmissão de Significados para uma Epistêmica capaz de produzir representações modeladas, bem como

gerar novos pensamentos e representações, por meio do processo de associações encadeando Signos. Este processo é a **Semiose**.

Vimos no Capítulo 1 como a **associação** rege os pensamentos. A perspectiva da *Gestalt*, vem confirmar a questão, uma vez que a **percepção externa** se articula com os pensamentos, bem como a geração das associações pela função inconsciente nos pensamentos, a partir de uma **percepção interna**. Ocorre que a associação rege os pensamentos em ambas as instâncias de Epistêmicas. Sendo assim, do ponto de vista da teoria Semiótica aqui em desenvolvimento, a associação sígnica será consubstanciada na **Semiose**, termo amplamente utilizado desde Peirce para identificar como os Signos se realizam e como efetuam as suas **relações constitutivas e funcionais** entre os Signos que se nos apresentam.

O processo da comunicação envolve vários elementos concomitantes: as Epistêmicas envolvidas, as circunstâncias espacial e temporal, os agentes partícipes deste ambiente, os dados implícitos compartilhados entre as duas Epistêmicas, formulações padronizadas, as regras do Sistema de Signos em uso, imbricações semióticas entre os diversos Sistemas de Signos etc, mas que as metodologias das teorias semióticas passadas e vigentes insistem em isolar, o que é realmente necessário para um estudo analítico. No entanto, não podemos ignorar que estes elementos, sendo indissociáveis, só produzem sentido quando se restituem aos seus postos de Significação. Em outras palavras, não podemos somente estudar e analisar os constituintes semióticos isoladamente. Daí a nossa preocupação em incluir a *Gestalt* como instrumento para esta perspectiva, dadas as leis enumeradas acima, as quais impõem uma investigação que incorpora todos esses elementos constitutivos dos diversos processos comunicativos e de transmissão de mensagens, informações e dados não mensuráveis (como os valores afetivos).

Tomando-se a Semiose como uma realização associativa, é necessário um sincronismo entre o Significante e o Significado, na relação sígnica. As definições da *Gestalt* são aqui tomadas para verificarmos como se dão os processos de associação da Semiose enquanto fundamento da formação do Signo.

Por isso, mantendo o conceito de associação visto no Capítulo 1, centraremos nossos esforços de estudo na Semiose, a relação nuclear de todo e qualquer Signo, e, indiscutivelmente universal a todos os teóricos da Semiótica.

3.4.3 *Gestalt* e fatores de desambiguação

Avançando com as características da percepção, é graças à Lei do Contraste que podemos seguir o princípio deleuziano da oposição entre a **Diferença** e a **Repetição** (Deleuze, 2018).

Tomando-se por base o princípio enunciado pela Lei do Contraste aplicada à *Gestalt*, de que a percepção é capaz de diferenciar a Figura do Fundo, somente se forem discerníveis às aptidões dos sentidos, sejam quais forem, devemos reafirmar que o **pensamento associativo** é o fundamento para as comparações perceptivas e a construção das Significações respectivas em suas sub-redes constituídas.

Em outras palavras, as associações que permitem gerar as Significações perceptivas se dão na diferenciação entre os elementos gestálticos da Figura e do Fundo (Lei do Contraste). Assim, foi possível ao Estruturalismo determinar o conceito de **estrutura** baseado nas oposições, sejam dos fonemas, sejam das construções de unidades, tais como **semas**, **lexemas**, **frases** etc.

O maior obstáculo para a atribuição de significações (interpretação), que depende de associações de elementos diferenciados, é a **ambiguidade**. Para isso, os princípios da *Gestalt* vêm contribuir para a eliminação de errâncias eventuais que venham a impedir tanto a associação de percepções articuladas aos pensamentos, como a precisão da participação dos objetos semióticos constituintes dos processos de formação dos diversos Sistemas de Signos e seus Significados. Devemos lembrar que o fenômeno da ambiguidade não só impede a formatação adequada de Significados, como também, e por isso, dificulta sobremaneira o ciclo de comunicação e transmissão de informações de modo adequado. Os ruídos, as interferências, as imprecisões e o estado persistente de amorfia, tal como Significados difusos, conduzem aos atrasos e interrupção da transmissão comunicativa. Por isso, a *Gestalt*, provida de suas definições acima descritas, vem contribuir para a **desambiguação**, não só como medida cautelar, como também agente corretivo e eliminador de amorfias e desordens indesejáveis no processo de comunicação e formação de conhecimento.

A *Gestalt* é uma teoria que nos auxilia a tomar consciência das coisas, dos objetos e eventos do mundo, **diferentes** e **externos** à nossa constituição física (nossos corpos), de modo que possamos pensar esse mundo exterior e também pensar os Signos ao redor, enfim, desses objetos e eventos que sentimos com o corpo. A *Gestalt* ajuda a revelar que somos capazes de produzir mentalmente os Signos, somos também capazes de externá-los, integrando-os ao mundo, e fazendo com que sejam **diferentes de nossos corpos**. Assim, eliminamos a

ambiguidade entre os Sistemas de Signos, que representam o que sentimos e pensamos com o nosso corpo. A Gestalt, portanto, viabiliza a tomada da **Consciência Semiótica**.

3.4.4 Gestalt e Significação

A teoria da *Gestalt* associa-se às Significações semióticas de várias maneiras. A *Gestalt*, concentrada no processo sensório-cerebral de captação dos dados visuais, processando-os em informação organizada, enfatiza a importância da Significação perceptual (pré-sígnica) e da percepção global de um todo, obedecendo às **Leis da Pregnância** e do **Fechamento**, sobretudo. Isso é correspondente à **Semântica**, que se concentra no Significado dos Signos, (analíticos e simbólicos), seja por imagens, seja por outras manifestações e modelos de representação visual, sem desprezar as demais impressões sensoriais (audição, tato, paladar e olfato).

Além disso, a *Gestalt* fornece conceitos úteis para compreender como as formas visuais são interpretadas e significadas pelo cérebro, como a noção de Figura e Fundo, **proximidade**, **similaridade** e **continuidade**. Esses conceitos podem ser aplicados à identificação e produção sígnica, ajudando a explicar como os Signos herdaram Significados a partir das Significações inerentes aos objetos percebidos e interpretados pelo Receptor/Decodificador.

Por exemplo, a **logomarca** é um composto visual que contém **Significado** (elemento semântico específico) conexo a uma empresa ou marca que representa⁸⁹. A teoria da *Gestalt* pode ser usada para analisar como o projeto da logomarca é percebida e interpretada, incluindo as relações entre seus **traços** ou **elementos constitutivos** (os quais eventualmente não possuem significados intrínsecos) nas suas formas visuais. A função especializada da logomarca é substituir uma dada empresa, seu **perfil** e sua produção no mercado (seja de produtos, seja de serviços). Esse recurso, embora visual, suscita uma explicação ou descrição discursiva, não só contribuindo para a percepção global, como também, para a compreensão do Significado desta representação, isto é, da "imagem da empresa" (que envolve valores humanos). O mesmo se aplica ao **logotipo**, porém, neste caso, o **Signo Linguístico** marca o Significado sugerido pelas letras presentes no modelo gráfico, cujos objetivos são os mesmos

de uma logomarca, embora sob uma ótica proporcionalmente menos visual e mais discursiva, associada ao Signo Linguístico.

⁸⁹ A logomarca é uma atualização do que se conhece por brasão e/ou emblemas (estudados pela Heráldica), que durante séculos, clãs e famílias criavam e adotavam, principalmente durante a formação dos feudos, e, estes, por sua vez herdaram dos impérios anteriores, como o Etrusco, o Romano, o Alexandrino e o Bizantino, dentre outros.

3.5 PRINCÍPIOS ONTOLÓGICOS

A compreensão dos Sistemas de Signos, sua constituição e relacionamentos, obrigatoriamente nos fazem pensar a respeito de sua Ontologia. Em outras palavras, não nos é suficiente uma descrição da formação do Signo, mas, sobretudo, da sua constituição e associações, de modo a aprofundar este conhecimento para desenvolver uma teoria o mais cabal possível, pensando nos fundamentos dos **objetos semióticos**. Veremos, agora, que princípios norteiam essa questão, a saber: princípio da função e relação no Signo, o do Mobilismo e Imobilismo, da Ambiguidade e Princípio do Deslocamento, que predeterminam o ensejo do Signo e sua realização nos circuitos comunicativos.

3.5.1 Princípio da função e relação no Signo

Para uma compreensão sistemática do princípio da **função** ou da **relação** do Signo, é conveniente a indagação: a natureza constitutiva do Signo é uma relação ou uma função?

Muito embora, C. S. Peirce tenha utilizado uma terminologia assistemática em seus esparsos, tal como **Signo, Representamen, Interpretante, Objeto, Experiência Colateral, Iconicidade e Indexicalidade**, para citar os mais recorrentes, não há uma declarada distinção definitiva entre o Significado e o Signo.

Foi com F. de Saussure que se estabeleceu formalmente uma ontologia mais precisa e inequívoca. Ao se separar o **Significante** do **Signo**, fica patente a estrutura diádica do Signo, uma vez que, entre os pensadores de línguas grega, latina, inglesa e francesa – em sua maioria – mantinha-se certa homologia entre o Signo e o seu veículo de Significado. A sua ontologia, por meio das especificações terminológicas, carecia de uma distinção e de um território conceitual sólido. Esta tarefa foi genialmente cumprida no Curso de Linguística Geral, publicado em 1916 pelos alunos de F. de Saussure.

Por outro lado, se considerarmos o pressuposto clássico de que o Signo é o agente que funciona como **substituto** daquilo a que se refere, temos a questão da **função**. Esse fato nos remete a Agostinho, quando enunciou *aliquid stat pro aliquo*. Mas também temos o pressuposto clássico de que a Semiose do Signo é uma **relação** entre o Significante e o Significado. Segundo Greimas & Cortés, a **Semiose** é uma relação, mas sinônimo de função semiótica:

1. Semiose é aquela operação que, ao estabelecer uma **relação** de pressuposto recíproco entre a forma da expressão e a forma do conteúdo (na terminologia de Hjelmslev) — ou o significante e o significado (Saussure) — produz signos: nesse sentido, qualquer ato de Linguagem implica uma semiose. O termo é sinônimo de **função semiótica**. (Greimas e Cortés, 2012; grifo nosso).

O texto acima nos impele ainda a examinar se há um princípio da função, ou se há um princípio da relação, ou ainda se há ambos os princípios precedendo a constituição do Signo. Recorrendo ao dicionário eletrônico Houaiss, encontramos:

Relação: Associação entre dois elementos; liame; vinculação; ligação; associação ajuizadora. Filos.: caráter de dois ou mais objetos de pensamento compreendidos num só ato intelectual (termos retirados do Dic. eletr. Houaiss).

Função: Exercício, uso, atualização: ato presente; ação; atividade em curso (termos retirados do Dic. eletr. Houaiss).

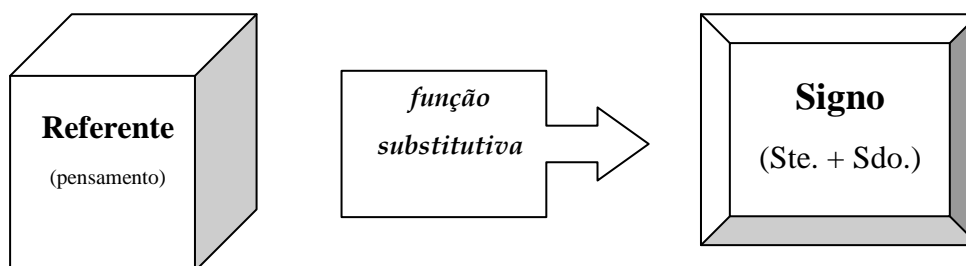
A **função** pode se confundir com a **relação**, visto que ambos os conceitos pressupõem uma **fórmula binária**: um **elemento inicial** (A) e um **elemento final** (B), ou podemos considerar um **antecedente** (A) e um **consequente** (B). No entanto, a função pressupõe uma relação (ou uma associação prévia), pois não há função sem uma associação que venha a reger um determinado funcionamento.

Enquanto a função do Signo é **agente substituto** de um elemento necessariamente inicial (**Referente**), com vistas a um resultado final (comunicar por representação), a relação é a constatação associativa (cognitivo-gestáltica) de dois elementos co-partícipes, considerando traços de **semelhanças** e traços de **diferenças**. Podem-se relacionar dois elementos próximos ou distantes, em acordo com a **Lei do Contraste** acima apresentada e discutida.

Assim, a relação permite tanto a observação *a priori* como *a posteriori* de uma função. Em outras palavras, a relação é o ato associativo e comparativo, sem necessariamente haver uma ordem *a priori* e *a posteriori*, podendo, portanto alternar os elementos no tempo e no espaço. Por outro lado, a função **impõe** uma relação *a priori* e uma relação *a posteriori*.

Se um objeto é funcional, é porque pode ser utilizado com uma finalidade – e se é usável é porque funciona. Em termos semióticos, o funcionamento é o **uso do Signo**. Um Signo que não funciona não pode ser utilizado. Se um signo não é usado, logo sua função está anulada.

Semioticamente, a função do Signo é um agenciamento capaz de exercer substituições tanto da **representação de objetos materiais** (Referentes fisicamente concretos), como de **objetos mentais** (Referentes abstratos), tomados como substâncias de dados de entrada, os quais sofrerão a ação do mecanismo substitutivo, cuja configuração será exposta ao final deste processo em forma de saída ou resultado, seja uma nova representação mental (pré-sígnica) ou representação sígnica (Significante), cujo Significado ou conteúdo é o seu **Referente**, ou seja, dotada de Significado.

Quadro 3: Função substitutiva do Signo (Fonte: composição do autor).

Como vimos no Capítulo 1, o poder da **associação** permite construir relações entre dois ou mais elementos, com base em observações comparativas (sob a Lei do Contraste), pelas quais se verificam **traços de semelhanças** e **traços de diferenças**.

O trecho de David Hume está em acordo com nossa argumentação:

Embora o fato de que as ideias diferentes sejam **conectadas** seja tão evidente para não ser percebido pela observação, creio que nenhum filósofo tentou enumerar ou classificar todos os **princípios de associação**, assunto que, todavia, parece digno de atenção para mim apenas há três princípios de conexão entre as ideias a saber: **semelhança**, de **contiguidade** – no tempo e no espaço – e de **causa ou efeito**. (...) Cabe-nos portanto, em tal situação, recapitular vários exemplos e examinar cuidadosamente o princípio que liga mutuamente os diferentes pensamentos (...). (Hume, p.40-41; grifos nossos).

Podem-se criar relações onde não há relações "naturais". Semioticamente, os **ícones** são semelhantes, mas os **índices** não são necessariamente semelhantes aos seus Referentes, muito menos os Signos arbitrários (Signos Convencionais), tal como o Signo Linguístico. No entanto, a Epistêmica é capaz de gerar associações, sejam ideias próximas e semelhantes, sejam distantes e diferentes. O poder mental da associação é essencialmente uma atividade independente das sensações e das relações ditas naturais – as mesmas relações naturais ⁹⁰ observadas no reino animal.

A **função matemática**, por seu turno, é um agente virtual (processo mental) cujo desígnio é o resultado a partir de dados iniciais. Porém, a função matemática não nos interessa, pois depende das relações matemáticas necessárias nela envolvidas. A partir de uma função matemática, operações matemáticas são realizadas, a fim de se chegar a um resultado exclusivamente numérico. Sabe-se que tais operações são relações entre números, como por exemplo uma função exponencial do segundo grau, onde $f(y) = ax^2$, por exemplo. Sendo assim, não cabe à nossa discussão relações matemáticas como base para uma investigação acerca da relação constituinte do Signo – seja ele de que natureza for. Além disso, a

⁹⁰ Não defendemos a pré-existência de "relações naturais", visto que é o cérebro que produz as relações, a bem dizer, as associações. Nesta perspectiva, somente a mente é capaz de se referir a tais relações, *a posteriori*, processadas pelo cérebro que as capta, organiza e armazena. A eventual pré-existência é mais uma inferência – associativa – cujo antecedente é dedutível pela associação reversiva e, portanto, especulativa.

Matemática é um procedimento semiótico dependente, pois suas relações e funções são essencialmente figurações de manipulação de Signos matemáticos, cujos enunciados e significados dependem diretamente do Sistema de Signos verbais. Os Signos e objetos matemáticos não são necessariamente representações do mundo experimentável, correspondendo-se a Referentes virtualmente imaginários.⁹¹

Embora C. S. Peirce se esforçasse para garantir relações trinárias que envolvesse o Signo, elaborando o Efeito Interpretante, deliberadamente preocupado com as relações entre os Signos, gerando uma economia útil para a Lógica, a constituição mais fundamental e primária do Signo é binária. Sabemos que as duas perspectivas foram confrontadas, e muitos pensadores fizeram opções por uma ou por outra teoria. No entanto, estamos convictos de que é possível uma associação harmoniosa de nível intelectual elevado, se estivermos atentos às duas perspectivas – sem que haja nenhuma necessidade de uma excluir a outra, pois ambas são perfeitamente complementares.

Para Saussure, o Signo é uma **relação associativa necessária** entre **Significante** e **Significado**, constituindo-se, assim, de duas partes indissociáveis, ou seja, é um objeto binário. Já em Peirce (via Morris, 1976) o **Signo** é um processo funcional, que exerce o papel de substituição daquilo a que se refere. Umberto Eco vai se decidir pela **função**, concordando com Hjelmslev (Hjelmslev, 1943 *apud* Eco 2014, p. 40).

É claro que estão em jogo a relação e a função acerca da natureza do Signo: por um lado, sua **natureza relacional**, por outro, sua **presença funcional**. Deduzimos que são **instâncias indissociáveis**. Daí apresentarmos a necessidade de uma conciliação entre ambos os espectros de entendimento acerca da natureza e constituição do Signo. Tomando este parecer como base, desenvolveremos mais à frente uma proposta de representação icônica (diagramática) das relações semióticas.

O que funciona na superfície material perceptível é o Significante / Representamen / Veículo material do Signo; enquanto isso, a função abstrata e exclusivamente intelectual se dá no Significado. O Signo em sua aparência, em sua materialidade sensorial (concretude de coisa) **funciona por conta da matéria em que se incorpora o Significado, em seu "corpo material"**. Neste sentido, o "signo-coisa-forma" se confunde com a sua materialidade, isto é,

⁹¹ Essa discussão acerca da Matemática é infinita; pois há teorias cujas convicções se baseiam em fatos pré-existentes, enquanto há convicções que se fundam em relações criadas pelo Homem. Nós entendemos que as relações, todas elas, são produto de uma Epistêmica que gera representação dos fatos e os percebe com afinidades de natureza associativa, no intuito de construir novas associações e antecipações, porém, sem nenhuma segurança ou precisão absoluta.

o seu corpo enquanto veículo de um Significado, de uma ideia, que funciona como substituto dos pensamentos de determinado conteúdo (*noesis*) – **todos processados pelo pensamento modelador, depois de editado o objeto da percepção (interna ou externa), cujo resultante é o Referente.**

É esse processo de **conversão entre o pensamento amorfo** que contém os dados imediatos (impressões de Hume) e o seu **Referente**, que chamamos de **Ressignificação pré-sígnica** – é o nascimento da **Semieose**. Quando o Referente aparece como Signo, temos, finalmente a **relação associativa entre o Significante e o Significado**, entre o conteúdo e sua expressão, diretamente ligados por sua natureza indissociável, realizando o nascimento do Signo, **sob a ação da Semiose**. Assim, a **Semieose** é o **último estágio da função semiótica**. O que ocorre, depois disso, é a organização de **Sistemas de Signos** e os desdobramentos do uso – daí a construção da Semiosfera: Cultura e sua Simbólica ⁹².

3.5.2 Princípio do Mobilismo e do Imobilismo

De acordo com Prigogine ⁹³, organismos, sejam bactérias, árvores, ou seres humanos, devem ser vistos como sistemas abertos que só podem continuar vivos mantendo-se longe do equilíbrio termodinâmico. Isso significa que, para continuarem vivos, os organismos precisam manter um processo contínuo de troca de energia, matéria e informação, dentro de si mesmos, e entre eles e o ambiente que os circunda, de sorte a manter gradientes químicos e térmicos. Esses gradientes são estabelecidos dentro das suas células, dentro do organismo, e entre o organismo e o mundo exterior. Essa verdadeira batalha termodinâmica se mantém durante toda a vida de qualquer organismo, pois, no momento em que ela deixar de existir, removendo as condições que permitiam manter o organismo **longe do equilíbrio termodinâmico**, este estará irremediavelmente condenado à morte e à decomposição.

*Miguel Nicolelis
in O Verdadeiro Criador de Tudo, 2020. (grifo nosso)*

O **Imobilismo** e o **Mobilismo** são conceitos opostos. Enquanto o Imobilismo é o estado permanente, estável e absoluto, o Mobilismo é o estado do impermanente, instável e relativo. Enquanto o Imobilismo está para a **presença**, o Mobilismo está para a **ausência**. O Imobilismo se refere à **repetição** e o Mobilismo se refere à **diferença**.

O ser humano é um ser no devir: o imóvel no móvel.

⁹² Simbólica aqui refere-se ao estudo das constelações de símbolos que compõem todo a Memória Coletiva e o Inconsciente humano.

⁹³ Ilya Prigogine (1917-2003), químico-físico suíço naturalizado na Bélgica, foi prêmio Nobel 1977. Estabeleceu parâmetros para a termodinâmica e os associou à vida, demonstrando a permanência do desequilíbrio face à sobrevivência dos seres vivos em determinando ambiente.

Sob a perspectiva ontológica, entenda-se que o **Imobilismo** é uma propriedade imanente do **Ser**, enquanto o **Mobilismo** é propriedade imanente do **Ente**. Segundo a filosofia parmenídica (do filósofo Parmênides), o Ser é imóvel, com o que concordamos e distinguimos do Ente.

A descrição d'o-que-é feita pela deusa começa com uma lista de seus predicados (B8.2-4): é (a) não-gerado e imperecível, (b) um todo único, (c) imóvel, (d) perfeito (*téleion*) ou balanceado (*atálanon*). No que seguem estas quatro características parecem ser provadas em sequência. [...]

A deusa agora passa ao predicado (b), 'um todo único'. O-que-é mostra-se 'indiviso' ou quiçá, 'indivisível' (922-25). É perfeitamente contínuo sem partes distintas. Visto não haver graus de ser – mesmo o não-ser limitado infringiria a Primeira e a Segunda Leis –, não há nada de verdadeiro a seu respeito em um ponto que não seja igualmente verdadeiro alhures. Em outras palavras, é "todo igual a si", de modo a que nele não se possam encontrar intervalos ou distinções.

O predicado (c) é 'imóvel', é o próximo (26-33). O-que-é é imóvel na medida em que 'nem dá início nem chega a termo', 'visto que a geração e o perecer foram 'banidos' (início e termo sendo, respectivamente, a geração e o perecer do movimento). E fica exatamente onde está porque 'a poderosa necessidade segura-o na estreiteza de um limite que o encarcera de todo lado' – em outras palavras, preenchendo-se todo espaço disponível até esse limite, não há espaço para o movimento. (Long et Alii, 2008, p. 174).⁹⁴

A conceituação de **Imobilismo**, reiteramos, se opõe a de **Mobilismo** no seu âmbito ontológico. O conceito absoluto "d'o-que-é" parmenídico – de ser imóvel e indivisível – se opõe, ao nosso entendimento, ao conceito relativo de Mobilismo, do qual o empirismo – de fundo heraclitiano – não nos deixa negar. O que existe no decurso das durações temporais é o Mobilismo, pois o Imobilismo é um **desejo de equilíbrio irrealizável**, ou, no máximo, realizável de forma efêmera, momentânea. O Imobilismo é uma criação do Aparelho Afetivo-Imaginário, uma aspiração que jamais se realiza, mas que permanece enquanto desejo inconsciente. Não obstante, defendemos que os **objetos semióticos** estão sujeitos a ambas as instâncias: por um lado, o Signo está subordinado a situações em **repetição**, isto é, de Imobilismo, dadas as fórmulas semióticas recorrentes e a constituição estável dos Sistemas de Signos; por outro, o Signo está subordinado a instabilidades, a imprecisões, a incertezas e à **diferença**, seja diferenças de uso, seja de funcionalidades, o que caracteriza o Mobilismo.

Saussure trata de ambas as instâncias. Vejamos inicialmente como está tratado no CLG a imobilidade do Signo, a saber do Signo Linguístico instalado na língua natural.

No CLG a argumentação sobre a **imutabilidade da língua** se cerca de quatro premissas. Segundo Saussure, "Vejamos então como o Signo Linguístico escapa à nossa vontade, (...)":

⁹⁴ Esta caracterização do Ser enquanto ser ("o-que-é") funda-se em uma perspectiva monista, mas também dualista, uma vez que segue as Leis da Identidade, em particular, a Lei do Terceiro Excluído: Ser – Não Ser → se Ser, verdadeiro, se não Ser, falso.

1. "O caráter arbitrário do Signo" – A condição convencionalista do Signo impõe acordos e compartilhamento de Significantes e Significados, sem o que geraria mais confusão do que comunicação.
2. "A multidão de Signos necessários para constituir qualquer língua" – Seria necessária uma nova revolução vocabular para supor a possibilidade de opções de inventar novos Significantes e, quiçá, novos Significados a fim de gerar um acervo de signos renovado.
3. "O caráter demasiado complexo do sistema" – Ao se atingir o domínio sobre a língua, a trajetória de sua aprendizagem se torna fator fixador deste domínio.
4. "A resistência da inércia coletiva à toda renovação linguística" – dado o esforço que se dedica ao aprendizado da língua nada poderia encorajar correr o risco da incomunicabilidade, revolucionando as regras e o acervo que há sobre as palavras; além disso, o sujeito e a comunidade constituem seus reconhecimentos e pertencimentos por meio deste bem comum, que é a língua, e seu respectivo território comunicacional em que se insere, amalgamado à suas condições de sujeito e de comunidade.

Por isso, cabem os argumentos do CLG em afirmar:

Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer ponto a escolha feita, como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é. (Saussure, 1971, p. 85).

E mais à frente, escreve:

(...) o único objeto real da Lingüística é a vida normal e regular de um idioma já constituído. Um dado estado da língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque **o signo é imutável**, vale dizer, porque resiste a toda substituição. (Ibidem, p.86; grifo nosso).

Notadamente a abordagem do CLG nos leva a considerar que a língua enquanto Sistema de Signos deve se realizar de forma conservadora, preservando um estamento, a fim de não cair no efeito entrópico com perda de estruturação, tendo em vista a sua funcionalidade compartilhada entre os usuários do sistema. Por extensão, podemos perfeitamente aplicar este princípio às demais categorias, os Signos Indiciais e os Signos Icônicos, em suas diversas manifestações Significantes.

Se formos adentrar o campo dos **Signos Indiciais** que se repetem, citamos Miguel Nicolelis, que nos brinda com o seguinte pensamento:

De acordo com a teoria relativística, nosso cérebro de primata constrói internamente uma **vasta representação das relações causa-efeito**, as quais são extraídas do reservatório de informação potencial amostrado do mundo exterior. Da mesma forma que o espaço, o tempo e a matemática, um **banco de dados de causas e efeitos** derivado do cérebro humano é essencial para a nossa sobrevivência e, por

causa disso, a sua construção foi favorecida pelo processo de seleção natural como forma de maximizar a nossa adequação ao mundo.

Na minha visão, como no caso da percepção, **relações de causalidades** criadas pelo cérebro basicamente envolvem confronto e mistura de múltiplas informações do mundo exterior com o ponto de vista próprio do cérebro. Nessa operação, o cérebro foca em **construir relações de causa-efeito** de curta duração úteis para a escala temporal em que experimentamos a nossa existência diária.

Nesse contexto, as cadeias causais de longo prazo por trás dos fenômenos naturais, que são muito mais complexas, são totalmente filtradas do material usado pelo cérebro para criar o seu próprio **banco de dados causa-efeito**. Essa visão da causalidade é, de alguma forma, reminescente daquela proposta pelo filósofo escocês do século XVIII, David Hume, que defendeu a ideia de que todas as abstrações mentais (as nossas ideias) e as suas associações, criadas pelo cérebro, são ditadas por sensações, experiências e reflexões. (Nicoletis, 2020, p. 251),

As palavras do neurocientista confirmam a perspectiva de David Hume de que as experiências passadas contribuem para um mecanismo de inferências consolidado na memória, o que caracteriza o perfil conservador do princípio do Imobilismo. O Signo reconhecido será, portanto, identificado e associado a uma Semiose estratificada: na prática vemos que Signos Indiciais semelhantes apontam para os mesmos antecedentes ou os mesmos consequentes, palavras reconhecidas indicam significados compreendidos, desenhos, fotografias, diagramas demonstram as mesmas figuras e significados. Eis aqui o fenômeno da **fossilização sígnica**, anunciada por Mattoso Câmara (referindo-se às catacreses e outras metonímias, cujo valor conotativo deu lugar ao denotativo). A fossilização dos Signos é o exemplo de Imobilismo, não só na esfera da língua natural, mas também para os demais Sistemas de Signos, mormente os de significação transcendente, reafirmados pela tradição que os preserva.

Se o Imobilismo está diretamente associado ao perfil conservador, e a um sentido consolidado, seja no modo da significação denotativa, seja no modo da significação conotativa, segue-se que o seu oposto impregna os processos de modelagem dos pensamentos amorfos, em constantes ressignificações, sob efeito da função semiótica. Vejamos, em seguida, como o princípio do Mobilismo se nos apresenta. Iniciemos com os Signos Linguísticos. No campo da Linguística, temos a seguinte defesa quanto ao **Mobilismo**:

(...) não nos equivoquemos sobre o sentido dado aqui ao termo alteração. Poder-se-ia fazer acreditar que se tratasse especialmente de transformações fonéticas sofridas pelo significante ou então transformações do sentido que afetam o conceito significado. Semelhante perspectiva seria insuficiente. Sejam quais forem os fatores de alteração, quer funcionem isoladamente ou combinados, levam sempre a um deslocamento da relação entre o significado e o significante. (Ibidem, p. 89).

Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das consequências da arbitrariedade do signo. (Ibidem, p. 90)

(...) Nada mais complexo: situada, simultaneamente, na massa social e no tempo, ninguém lhe pode alterar nada e, de outro lado, a arbitrariedade de seus

signos implica, teoricamente, a liberdade de estabelecer não importa que relação entre matéria fônica e as idéias. Disso resulta que esses dois elementos unidos nos signos guardam sua própria vida, numa proporção desconhecida em qualquer outra parte, e que a língua, ou, melhor, evolui, sob a influência de todos os agentes que possam atingir quer os sons, quer os significados. (Ibidem, p. 90).

Notoriamente, Saussure está preocupado subliminarmente com a questão histórico-evolutiva, a partir de sua dicotomia **Sincronia** e **Diacronia**, pela qual se podem analisar as questões aqui argumentadas pelo autor genebrino. Os trechos acima, não obstante, nos inspiram para pensarmos como as demais categorias sígnicas se comportam, não só frente à imposições temporais, mas também a outras situações, a bem dizer, **Sub-redes de Significação** que nos conduzem a verificações de **deslocamentos** não só entre Significante e Significado, mas também na sua aplicabilidade ou funcionamento, conforme as diversas configurações de sub-redes onde os Signos venham a se instalar. Aqui incluímos, sem duvidar, o fenômeno do **Efeito Interpretante**.

Nesse âmbito, portanto, podemos classificar o **Efeito Interpretante** subordinado ao princípio do Mobilismo, uma vez que há um encadeamento e um circuito de oposições e diferenças sígnicas em curso. Por outro lado, os Signos estão constantemente sujeitos às transformações e **deslocamentos epistêmicos**, cujos Referentes sofrem alterações axiológicas e transformações de conteúdo, migrando de uma sub-rede de Significação a outra. Embora haja alterações no âmbito do **Espectro de Significados**, o Signo preserva a sua forma Significante original. A esse fenômeno chamamos de **Ressignificação do Significado**. Por outro lado, adulterações no Significante podem apontar para outro processo de transformação, cujo fenômeno chamamos de **Ressignificação do Significante**.

Ainda sob a abordagem do princípio do **Mobilismo**, Umberto Eco nos brinda com esse trecho acerca do Signo:

(...) Implicam algumas consequências: (a) UM SIGNO NÃO É UMA ENTIDADE FÍSICA, porquanto a entidade física é, no máximo, a ocorrência concreta do elemento pertinente da expressão; (b) UM SIGNO NÃO É UMA ENTIDADE SEMIÓTICA FIXA, mas antes o **local de encontro** de elementos mutuamente independentes, oriundos de dois sistemas diferentes e **associados** por uma correlação codificante. Propriamente falando, não há signos, mas **funções sígnicas**. (Eco, 2014, p.40; uso de maiúsculas do autor; grifos em negrito nossos).

Essa defesa no Tratado de Semiótica nos confirma duas convicções nucleares e decisivas para a contribuição da nossa teoria Semiótica: a primeira é de que o "**Signo não é uma entidade física**", o que nos impele a concluir que o Signo é pensado, isto é, trata-se de um produto mental – e a sua materialidade está na expressão – o que se entende por **Significante** produzido em meios materiais, tais como: tinta sobre papel, madeira, metal, pedra etc. A segunda reside na afirmativa: o "**Signo não é uma entidade semiótica fixa**", a

qual nos leva a um fundamento inequívoco para o conceito das **Sub-redes de Significação** e **Espectro de Significados**, pois é nela que os Significados sofrem o **processo de Resignificação**, ou seja, os Significantes recebem uma relação de Significado diferente entre uma Sub-rede de Significação e outra, muitas vezes tomada como regular ou ordinária.⁹⁵ O fato de que o Signo guarda uma potência plástica, faz dele um **objeto ambíguo**. Por conta dessa instabilidade e incerteza podemos verificar sua plasticidade e sua **potência de ressignificação**.

Assim, devemos concluir que o Signo é uma **entidade móvel**, isto é, resultante da ação do Mobilismo, dada a sua **natureza plástica**. O Signo por si só não funciona, pois depende de uma **Sub-rede de Significação** consubstanciada em um **Espectro de Significados** que o determine, fazendo jus ao seu funcionamento, identificação e reconhecimento como tal. Estas condições, portanto, conduzem as referências necessárias que apontam para o **Referente** do Signo, sem o qual não é possível estabelecer a interpretação entre os objetos integrantes do circuito da comunicação.

Do ponto de vista da metodologia científica a busca de uma ordem universalizante que descreva os fenômenos impõe o artifício da **estabilidade conceitual**, uma vez que os princípios que norteiam os conceitos – necessariamente semiotizados – devem se apresentar **imobilizados**. Nas palavras de Fiorin, notadamente se confirma este aspecto, que ora abordamos por último neste tópico:

O objeto dinâmico transforma-se, então, num modelo estático, pois busca invariantes, que constituem o sistema, e relega as variantes ao extrassistêmico. Como já se disse, esse modelo coloca a estabilidade como elemento central da ciência da linguagem. Mesmo modelos linguísticos que se pretendiam pós-estruturalistas ou antiestruturalistas não abandonaram o que poderíamos chamar de *episteme* da estabilidade. São estáveis a sincronia, o paradigma, a isotopia, a coerência, a norma, o sentido primeiro, a denotação etc. (Fiorin, 2016, p.15; grifo do autor).

Os esquemas semióticos, portanto, de algum modo, seguem esta esteira e viabilizam os estudos e análises científicas que, no seu limiar último, buscam o conforto epistêmico e a sua estabilização, a fim de conferir ao espírito o bem-estar derivado da Epistemologia em suas diversas versões e formas.

Isto implica na reflexão da **função sígnica** (ou **função semiótica**). Não obstante, nos circuitos identificados pela ação comunicativa com objetos semióticos há uma **concorrência de diferentes sistemas semióticos**, funcionando em conjunto, a fim de garantir o processo pós-sígnico. Observamos que há aqui conceitos que devem ser organizados em uma teoria,

⁹⁵ Por isso é nesse momento que podemos falar de **espectro de significados**: um determinado espectro apresenta uma configuração de significados interligados. (Cf. item 2.2.6.1).

cujos termos devem estar sistematizados e dotados de um vocabulário próprio, tal como pretendemos demonstrar no Capítulo 3, em complemento com uma lista de termos técnicos da TSR apensado a esta tese.

Estes dois princípios, não obstante, poderiam ser excludentes, em uma análise rasteira. Na verdade, o que se deve verificar é a **co-participação de ambos os princípios**, visto que o Signo, embora apresente um Significante formatado e repetido, copiado e reconhecido como tal, está sujeito às forças da plasticidade do pensamento e conseqüentemente às idiossincrasias promovidas pelos deslocamentos epistêmicos (seguindo o princípio do Mobilismo). Por outro lado, o uso corrente faz do Signo um alvo fácil das instabilidades promovidas pelas Sub-redes de Significação, onde, tanto o Significante como o Significado sofrem adulterações, o que implica nas **Ressignificações semióticas**, sejam no plano da forma, sejam no plano do conteúdo, dadas as suas ocorrências em diferentes Sub-redes de Significação e por diferentes agentes comunicacionais: as Resignificações semióticas podem ocorrer, pois, tanto perpetradas por intenção crítica dos agentes da comunicação (no caso do uso metafórico e de outros tropos), como também pelo seu uso natural, continuado, mas homeopaticamente transformador (leis fonéticas e de metaplasmos, por exemplo). O que se tem, portanto, é a tensão contínua entre o **Imobilismo** e o **Mobilismo** atuando sobre o Signo, tal como a conservação de energia e os **componentes entrópicos concorrentes**. Cabe ao semioticista identificá-los conforme a proposta da análise semiótica.

3.5.3 Princípio da Ambiguidade

A **ambiguidade** é uma propriedade inerente ao Signo, visto que um Signo ou representação pode suscitar mais de um Significado ou atribuição de valor de Significação (interpretação). Isso implica em que o mesmo Signo pode ser compreendido de forma diferente por diferentes pessoas ou em diferentes **Sub-redes de Significação**. A ambiguidade pode ser intencional ou resultar de uma falta de clareza na relação de representação, por **entropia**, causando imprecisões e confusões de ideias.⁹⁶

A ocorrência de ambiguidades mais provável reside em uma Sub-rede de Significação sem o devido fechamento gestáltico, isto é, que não apresenta um circuito de **Signos Indiciais** que sub-determinam onde a representação se instala.

⁹⁶ Quanto maior a **entropia**, maior a diversidade ou imprevisibilidade dos Signos. Uma entropia alta indica que os Signos ocorrem com probabilidades semelhantes, tornando o sistema mais complexo e virtualmente mais **impreciso** e **ambíguo**. Por outro lado, uma entropia baixa indica que certos Signos ocorrem com maior probabilidade, o que resulta em um sistema mais **previsível** e **preciso**.

A ambiguidade é uma característica frequente da Linguagem, particularmente, na Língua Natural, pois permite que um mesmo Signo – simples ou complexo, convencionado, icônico ou indicial – seja captado e entendido por conteúdos diversos. Embora isso possa ser um recurso útil nas Artes (Literatura, Escultura, Pintura, Música etc), na publicidade e outras modalidades de expressão e comunicação, nas Ciências a ambiguidade paralisa o avanço do conhecimento, pois gera incerteza conceitual, **entropia** no acúmulo epistemológico, e impede o aprofundamento do conhecimento. Entenda-se, daí, a importância da Matemática nas Ciências em geral, onde o método e o resultado não permitem ambiguidades.⁹⁷

Útil em ambiente de Sub-redes de Significações conotativas e artísticas, a ambiguidade, permite que o autor-criador transmita mais de um Significado ou noção, promovendo algum estímulo de estranhamento, crítico e de reflexão. Por outro lado, também pode causar confusão ou mal-entendidos, especialmente se a ambiguidade gerar estímulos contra algum código moral ou ético, seja para um indivíduo, seja para uma dada circunscrição de Macro-rede de Significação (Cultura). Notadamente, há elementos entrópicos que enfraquecem a formulação coerente da mensagem.

A ambiguidade, portanto, deriva do **princípio do Imobilismo**. Isto se dá pela paralisia que uma expressão ambígua provoque, seja no Signo Linguístico (em alguma unidade linguística), seja no Signo Indicial – onde não se identifica ou o antecedente ou o conseqüente –, seja ainda no Signo Icônico, no qual não se diferencia Figura de Fundo, ou não há o Fechamento, em cumprimento da **Lei da Pregnância** (Prägnanz). (Cf. 3.4 **Gestaltismo e Associacionismo**).

Por fim, a ambiguidade pode ser entendida como um ponto de **inflexão dialética**. Tal perspectiva nos remete à reflexão sobre o modo de se identificar um Signo ambíguo e sobre os caminhos para evitar e solucionar situações onde a imprecisão e a entropia causem impasses e imobilismos. A teoria Semiótica aqui desenvolvida visa identificar estas questões e apresenta a **Ressignificação** como processo para uma alternativa, voltada para a reflexão semiótica sobre tal questão.

3.5.4 Princípio do Deslocamento

O Princípio do deslocamento é regido pelo Mobilismo e pela noção de plasticidade. O deslocamento pode ser intencional e controlado ou não intencional e descontrolado (ou entrópico). O deslocamento é a transposição de um estado a outro ou de uma posição local a

⁹⁷ Quando um resultado matemático apresenta incoerências ou inadequações, muitas vezes, o erro é da modelagem dos dados e da formulação entrópica do enunciado, que deverá ser convertido para um modelo matemático.

outra. O local pode ser **físico** ou **não-físico** – lugar territorial, lugar mental, respectivamente. Neste sentido, podemos verificar deslocamento de objetos no espaço físico, cujo estudo está na Física Mecânica, ou deslocamento de ideias no espaço mental, cujo estudo está, originariamente, na Metafísica.⁹⁸

Nosso interesse está no deslocamento de Significados, cuja instância se dá na ação da Epistêmica, na elaboração do Referente. O princípio do deslocamento de Significados impõe-nos considerações metafísicas. Uma vez que o pensamento é plástico, modelável, e sendo o Signo a representação substituta do pensamento, o **Signo**, portanto, se apresenta **mutável**, como demonstramos acima (**3.5.2. Princípio do Mobilismo e Imobilismo**). O **deslocamento semiótico** se caracteriza por uma reconfiguração na Sub-rede de Significação: a sua configuração inicial (imobilizada) dá lugar a uma configuração final (mobilizada), alterando as conexões da Sub-rede. A intenção da Epistêmica provoca novo estado mental, alterando uma perspectiva, provocando uma mutação na relação entre o **Referente** e o seu **Signo**. É o caso do uso literário (conotativo) das palavras, promovendo tropos: metáforas, hipérboles, lítotes etc, por exemplo. É o caso dos **metaplasmos**, estudados pela Gramática Histórica. (Cf. CLARO, in "Denotação e Conotação – A Teoria Semiótica da Resignificação aplicada aos Tropos de Linguagem", 17º SBHC, 2020).

O princípio do deslocamento semiótico está claro na passagem das construções das **vozes verbais**. A conversão entre vozes gramaticais, cujas formas podem ser voz ativa, voz passiva e voz reflexiva é demonstração de deslocamentos sintáticos, isto é, realização de paráfrases gramaticais que apresentam deslocamentos nos padrões linguísticos.

Por exemplo:

**O soldado hasteou a bandeira. →
A bandeira foi hasteada (pelo soldado). →
Hasteou-se a bandeira.**

A ambiguidade também está demonstrada nos processos de tradução. Se considerarmos a intradutibilidade defendida por Quine, a situação recrudesce. Temos convicção de que é possível haver, no entanto, uma prática bastante razoável de tradutibilidade entre as línguas naturais, uma vez que o sentido geral não ficará prejudicado e a mensagem e suas ramificações de **Espectros de Significados** serão realizadas.

⁹⁸ É claro que modernamente, podemos considerar o espaço mental ou mundo mental objeto de estudo da Psicologia, a qual pode ser considerada afiliada, senão muito próxima, à Filosofia da Mente.

A teoria denominada hipótese Sapir-Whorf define que a língua de uma determinada comunidade estrutura sua Cultura, sua Epistêmica. Ou seja, os falantes dessa língua compreendem a realidade que os cerca através das categorias gramaticais, semânticas e sintáticas de sua Língua. Há portanto uma interdependência entre Língua e Cultura. Isto posto, a hipótese Sapir-Whorf defende que o pensamento estará condicionado a essa língua, sua estrutura sintática e léxico. Para nós, essa perspectiva é válida apenas quando um indivíduo acessa a essa língua, passando a pensar segundo os fórmulas e padrões modelados pela comunidade autóctone. Essa teoria, no entanto, não é válida para a compreensão da **etiologia** das línguas naturais.

No que tange ao problema da tradução entre línguas, temos o problema da adequação. Devemos tomar em conta o problema da discrepância denotativa (uso inadequado) em função de **Espectros de Significados**, quando tradutores, obtiverem Significados divergentes entre dois Sistemas de Signos. Por isso, encontramos versões diferentes. Cada uma deve vencer a ambiguidade, a entropia dos Significantes e as inadequações promovidas por consultas desavisadas ao dicionário bilíngue. Pergunta o tradutor: como se pode dizer tal expressão no texto traduzido? Trata-se da pergunta que tenta vencer a ambiguidade e a imprecisão, na busca de uma correspondência adequada. Os deslocamentos semióticos devem, portanto, obedecer a um critério de logicidade própria do Sistema de Signos para o qual se pretende traduzir, sem, no entanto, promover deslocamento no Espectro de Significados.

Os Signos indiciais também podem sofrer deslocamentos semióticos, visto que há atos entrópicos, por erros de compreensão – sejam hermenêuticos ou de interpretação. No livro, *Signo de Três*, de Umberto Eco e Thomas Sebeok, o papel do investigador criminal, é evitar estes deslocamentos, embora, muitas vezes, sejam inevitáveis. Um conjunto de pistas, isto é, Signos Indiciais, (tecnicamente chamados de indícios e pistas) podem conduzir à descoberta de fatos pregressos em determinado evento ou sequência de eventos pregressos, concluídos por **inferência**. O mesmo se dá entre paleontólogos, arqueólogos e filólogos, os quais são capazes de identificar, inferir e evidenciar fatos do passado, por meio de marcas, indícios e sinais conexos, promovendo reconstituições e produzindo **textos de valor científico (Signos Complexos)**. Quando não há **Signos Indiciais** suficientes ou quando correlações e associações inferenciais são equivocadas, Signos Indiciais complementares, *a posteriori*, promoverão os deslocamentos semióticos por inferências e, portanto, **Ressignificações** de seus textos anteriores para novas narrativas, enunciados e discursos aperfeiçoados de evidências científicas. Muitas teorias são reconstruídas e ressignificadas por conta dos

deslocamentos epistêmicos provocados por novas descobertas e análises empíricas, com consequências sobre deslocamentos semióticos, ou seja, ressignificações.

3.6 SIGNO E SEMIOSE

3.6.1 Função como lugar de deslocamento

O **deslocamento** é uma **função** que se realiza com três elementos: 1) um estado anterior, 2) um estado posterior e 3) um objeto que se desloca. Esse objeto pode ser de duas naturezas: uma primeira física, material e tangível; e uma segunda: metafísica, imaterial e intangível.

Quando o objeto é físico, as observações, inferências e conclusões dependem da **empíria** e dos fatos ditos objetos e concretos, que inferem no espaço físico (em obediência às leis da física).

Já no caso de objetos imateriais e intangíveis, temos que recorrer às **representações semióticas**, que correspondem a processos mentais relativos a deslocamentos gerados pela Epistêmica e somente por ela: são os **deslocamentos epistêmicos**. No entanto, podem ser representados por Significantes dotados de Significados tangíveis, isto é, por **Signos** a partir de Sistemas de Signos. Os Signos **revelam** tais deslocamentos epistêmicos. Isso pode ocorrer de duas maneiras: a primeira é quando o Signo revela um Referente, cujo Significado é **comum** a um emissor e a um receptor, o que indica que tal Signo está **decifrado**. E a segunda repousa sobre a incerteza, a ambiguidade e o incógnito, cuja condição inicial parece definida, mas não se conecta a um Significado determinado e claro.

O deslocamento semiótico dar-se-á entre as Sub-redes de Significação, seja de natureza analítica, seja de natureza transcendente (ou simbólica). Em outras palavras, podemos dizer que o deslocamento se dá entre a Conotação e a Denotação, quando o deslocamento das relações semióticas se dá entre Signos Transcendentes (ou Signos Simbólicos) para Signos Analíticos e vice-versa.

No quadro abaixo listamos as três categorias sgnicas, onde se envolvem as relações de Significação entre suas ocorrências conotativas (Signos Transcendentes) e denotativas (Signos Analíticos), exemplificadas e correspondendo aos seus respectivos deslocamentos, de forma explicativa, sob cada uma das suas particularidades. Note-se que os Signos Transcendentes recaem sobre terreno de incerteza e de liberdade de significação, enquanto que os Signos Analíticos estão comprometidos com determinados critérios de logicidade e de unicidade de significados. Esses deslocamentos estão presentes indeterminadamente em todo e qualquer ambiente e de situações significantes, também entendidos como **fundo gestáltico comum** aos

partícipes dos processos comunicacionais em que se realiza a transmissão de mensagens, independente de sua natureza e domínio de conhecimento.

Quadro 4: Deslocamentos das Categorias Semiósicas

(Fonte: composição do autor)

Categoria Semiósica	Exemplos	Signo Transcendente	Signo Analítico
Signo Indicial	Nuvem negra indicia chuva; Fumaça indicia fogo; Pegada indicia a passagem de um animal; Sintomas indiciam a doença	O antecedente e o consequente não são regidos pela lógica fechada e coerente	O antecedente e o consequente são regidos por uma lógica coerente e unívoca, isto é, uma inferência de conclusão única
Signo Icônico	Fotografias Retratos Diagramas	A relação de semelhança é feita sem critério lógico e/ou apenas um traço é considerado	A relação de semelhança é feita sob um conjunto de traços que delimitam as correspondências.
Signo Convencionado	Língua natural LIBRAS Código Morse Linguagem de Computador	A regra da relação é aleatória e ambígua entre os signos envolvidos na expressão	A regra da relação obedece a lógica de formação dos constituintes dos termos.

3.6.2 A função semiótica no exercício do Signo

Every thought, however artificial, bears a relation to a natural phenomenon, though it may be only the fact that the brain is affected in a certain way. In other words, there is no noesis without a semiosis.

"The Essential Peirce, Volume 2"
Compiled by Nathan Houser.⁹⁹

Partindo das três categorizações do Signo, segundo Peirce, consideraremos: o **Índice**, o **Ícone** e o **Símbolo**, porém com uma terminologia **reajustada**, a fim de especificarmos com maior clareza e exatidão, a saber: **Signo Indicial**, **Signo Icônico** e **Signo Convencional**.

Quadro 5: Reajuste de tipos de Signos para Categorias semiósicas de Signos

⁹⁹ Trad.: Cada pensamento, por mais artificial que seja, guarda uma relação com um fenômeno natural, ainda que seja apenas o fato de que o cérebro é afetado de uma certa maneira. Em outras palavras, não há *noesis* sem *semiosis* – in .Os Escritos Essenciais de Peirce, Vol, 2, selecionados por Nathan Houser.

(Fonte: composição do autor)

Peirce: Tipos	TSR: Categorias Semióticas	Relação
Ícone	Signo Icônico	Relação de semelhança
Índice	Signo Indicial	Relação de causa e efeito: antecedente e consequente
Símbolo	Signo Convencional	Relação arbitrária normativa

Esta reconfiguração é necessária para determinarmos as categorias semióticas da **Semiose** e não cairmos no equívoco da tipificação do Signo, pois, na verdade, o que difere entre os Signos é o seu **modo de funcionamento**, isto é, como as Semioses atuam em cada Significante, gerando uma **função semiótica** específica, o que de fato deve ser examinado. A simplificação em tipos de Signos é um equívoco, portanto. Isto posto, devemos examinar as diferentes funções semióticas para cada categoria.

3.6.2.1 O Signo Indicial

O **Signo Indicial** é aquele cuja **função semiótica** recai sobre o mecanismo de **associação inferencial**, ou seja, há uma relação entre um **antecedente** e um **consequente**, a qual pode se dar por **inferência direta** ou **inferência inversa**.

Quando o antecedente é logicamente anterior ao consequente, diz-se que a inferência é **direta** – como é o caso da nuvem negra, que é antecedente, prenunciando a chuva, que é o seu consequente.

Quando o consequente é logicamente anterior ao antecedente, diz-se que a inferência é **inversa** – cujo exemplo é o do piso molhado mostrando que houve chuva: se piso molhado é o consequente, a chuva é o antecedente.

Quadro 6: Signo Indicial e Inferências

(Fonte: composição do autor)

Signo Indicial percebido	Antecedente	Consequente	Inferência
Nuvem negra	Nuvem negra	Chuva	Direta
Piso molhado	Choveu	Piso molhado	Inversa

Os Signos Indiciais podem ser **naturais** ou **artificiais** – para seguir a nomenclatura clássica inaugurada por Agostinho. Senão, vejamos.

Para se classificar o Signo como **indicial natural** – aquele que se produz e se apresenta espontaneamente, – sem a participação de intenções humanas, – é necessário interiorizar e incorporar a sua impressão sensorial ao acervo da Epistêmica e submetê-la aos processos de modelagem do Signo, ou seja, é preciso deslocar a Significação amorfa da impressão gerada na Epistêmica, (cuja representação mental sofrerá a Edição Mental do fenômeno), para o Significado determinado no Signo modelado. Daí a Significação da inferência encontrar-se modelada em Signo Indicial. Esse modelo, e somente esse modelo, é incorporado ao acervo de memória da Epistêmica.

Sem o processo de reconhecimento produzido pela Epistêmica, não é possível caracterizar um Signo Indicial, visto que, os Signos somente possuem Significado se forem resgatados da memória e reconhecidos como tal. O indivíduo que não reconhece os sinais ou traços que se apresentam a ele, não produzirá inferências em sua Epistêmica – tal como previu Hume e foi explanado anteriormente –, ao que agregamos o auxílio da teoria da *Gestalt*. Sem uma associação originária, não há Signo. Retomemos essa questão pela abordagem da **função semiósica**.

A Semiose que caracteriza o **Signo Indicial** é uma relação muito particular, isto é, o Signo Indicial possui Semiose constituída *a posteriori*, isto é, após a determinação do seu Significante. Assim, ao se avistar uma pegada, a fumaça, o amarelado das folhas, o furo na parede, um estrondo de trovão, de avião ou de uma bomba, os toques na porta, o vento frio correndo pelo corpo, o cheiro de queimado ou de comida, tem-se uma **percepção gestáltica** dotada de uma **Significação pré-sígnica**, onde, por contraste perceptivo, a ausência de sinais dá lugar à presença de sinais, os quais apresentam sempre um **antecedente** e um

consequente. Isto ocorre de tal modo que a Epistêmica gera uma **inferência lógica**, uma conclusão, gerando **imediatamente** a representação mental de tal grupamento de sinais em um único Signo: o Signo Indicial, cuja **Semiose** possui estas características processuais, que a tipificam para tal – muito diferentes das impressões de um **Signo Icônico** ou de um **Signo Convencional**.

A Semiose do Signo Indicial é específica, portanto, e a sua realização se dá por **inferência**, cujos elementos associativos são representações mentais de percepções que se conectam pelo processo de associação inferencial, e dos dados memorizados, organizados na Epistêmica, provindos de experiências anteriores.

Observe-se, não obstante, que esta análise descritiva que isola a categoria semiótica do Signo Indicial é uma abstração, uma hipótese de estudo, pois no ciclo comunicativo (processo cíclico, onde, via de regra, duas Epistêmicas interagem, ora como emissoras, ora como receptoras), as três categorias semióticas – Signo Indicial, Signo Icônico e o Signo Convencional – participam conexas e concorrentemente a fim de garantir a transmissão da mensagem, das informações e dos valores agregados (valores afetivos), constituindo a Sub-rede de Significação, comumente chamada de contexto. Na ação dos Signos em ação sob seus Sistemas, as Epistêmicas mesclam e compartilham os diversos Signos e suas Semioses na ação dos circuitos comunicacionais; do que se percebe que o seu isolamento é uma abstração.¹⁰⁰

3.6.2.2 O Signo Icônico e A Iconicidade

Ao se deparar com uma imagem ou música, a Epistêmica receptora interioriza impressões das ondas de luz e ondas sonoras, por meio da percepção, agregando a essas ondas valores afetivos. Somente com a Consciência Semiótica é que se vai reavaliar como estes objetos são interiorizados e incorporados, acionando pensamentos reflexivos sobre a natureza semiótica de cada um destes sinais.

Signos icônicos, de acordo com as definições clássicas de Peirce e de Morris possuem um **sinal veiculador**, o qual é similar aos seus *denotatum* (aquilo que é denotado; objeto ou Referente), mas a validade deste critério de similaridade tem sido frequentemente questionado (Nöth, 1995, p. 121). A **Iconicidade** não está presente apenas em Signos Icônicos em comunicação visual. Existe em muitas expressões Significantes de campos semióticos

¹⁰⁰ Já afirmamos alhures que os Signos não ocorrem de per si, nem isoladamente, pois os circuitos comunicacionais ocorrem em uma dinâmica complexa. Estes destaques são úteis apenas para nossa reflexão e considerações teóricas.

distintos, incluindo as línguas naturais. Por isso, é necessário distinguir Signo Icônico de **Iconicidade**.

Na terminologia de Peirce, o Ícone é o Signo que significa pela sua própria qualidade (primeiridade), em contraste ao Índice, que depende de seu objeto – em uma relação de contiguidade –; já o Símbolo é determinado pelas convenções entre os intérpretes. A Iconicidade, portanto, é um estado sígnico homógrafo, dada a sua **relação de similaridade** direta com aquilo que substitui e representa. Trata-se aqui de uma imitação, um simulacro, um *representamen* não original.

Caberia, então, perguntar se a **pantomima** é uma forma icônica de Signo, isto é, podemos considerar a pantomima como forma de **Iconicidade**?

Visto que a pantomima realiza gestos, expressões faciais e outros movimentos corporais para expressar Signos sem necessariamente o uso de sons verbais e visto que há uma **similaridade** entre o Signo e o Referente, deduzimos sua Iconicidade.

Constatamos com facilidade que a Iconicidade é um dos principais recursos da Linguagem oral, seja na presença dos interlocutores, seja por meios audiovisuais, como cinema, televisão e gravações audiovisuais em celulares etc. A reprodução audiovisual, apesar de impor uma edição recortada desta presença interlocutória, é capaz de transmitir mensagens como se estivesse sendo executada em presença (caso do simulacro).

Na pantomima, há uma relação direta e concorrente entre os movimentos corporais controlados – gestos – e aquilo que representam, ou seja, essa relação entre sinal corporal e Referente é construída por meio de uma representação gestual e visual, que evoca ideias e conceitos que guardam certo grau de similaridade; melhor: traços de similaridade e até índices que reproduzem certos **significados motivados**.

Já que não há a participação de palavras, os movimentos corporais na pantomima, exercem a função semiótica para representar ações, objetos, emoções e situações. Por exemplo, "um gesto de abrir uma porta com a mão" pode representar a ação de abrir uma porta, sem que seja necessário utilizar o verbo "abrir". Além disso, a expressão facial e a postura corporal também são usadas para transmitir significados adicionais, como sentimentos e intenções. Com certeza, a pantomima foi remotamente um recurso utilizado pelo homem primitivo pré-linguístico, pois, dada a natureza icônica do **Signo Motivado**, transmite de forma direta o pensamento projetado pela expressão corporal. Não obstante, não há dúvida de que se trata de uma **associação por semelhança**, mesmo que o Signo esteja ocupando todo o espaço do seu *denotatum* (Referente), uma vez que o Signo Icônico expressa uma relação envolvendo seu objeto-referente.

Dessa forma, podemos considerar que a pantomima, ao utilizar recursos de Iconicidade para transmitir pensamentos, torna-se um caso de Sistema de Signos não-verbal, podendo eventualmente ser compreendido por diferentes culturas e etnias, independente de suas línguas vernáculas.¹⁰¹

As análises e estudos acerca dos Signos e dos processos cognitivos de produção de Signos são fruto da ação da Consciência Semiótica, que isola os acidentes e objetos semióticos artificialmente, como se fossem verossímeis suas ocorrências desconexas. Aliás, esse é um método recorrente das práticas de análise, não só científica, mas também filosófica. A **Iconicidade**, portanto, integra as situações comunicacionais, estas, que aqui chamamos de **Sub-rede de Significação**.

3.6.2.3 O Signo Convencional

Os Signos convencionais ou arbitrários são aqueles que não possuem uma relação direta e natural com o que eles representam. Em outras palavras, eles são Signos **não motivados**, isto é, que foram escolhidos **por convenção** ou **por acordo**, e não por uma relação intrínseca entre o Signo e o Referente que ele representa.

O exemplo típico é o Signo Linguístico, pois não há uma relação natural (motivação) entre os sons fônicos (Significantes) e aquilo que substitui e representa. Essa conexão foi estabelecida pela convenção da Língua, ou seja, pelo chamado "acordo coletivo", pelo qual os sons fônicos serão utilizados para expressar os pensamentos. No entanto, na prática, o estágio avançado das línguas naturais apresenta, na verdade, imposições, o que implica na **pressão compulsória** de se usar as formas linguísticas já existentes.

Michel Bréal, em seu **Ensaio de Semântica**, constata, por outro lado, que os falantes modificam e ressignificam o léxico e as construções sintáticas, conforme certas leis, como a **Lei da Irradiação**. Trata-se de uma lei que promove **mudanças no Significado** por ação dos morfemas, de tal sorte que o item lexical ou morfema (divisão da palavra, como um **afixo**) possui um **Significado gramatical**; sua forma passa a ser considerada porção do **Significado lexical** (p. ex. sufixo de diminutivo **-inho**). Assim, aquele item gramatical poderá ser reutilizado em outras unidades lexicais, irradiando-se, portanto. Se a Significação do item lexical tem como referência um **significado formal** (gramatical) esse elemento se torna independente da unidade lexical originária. Infere-se, portanto, que a **Lei de Irradiação** de Bréal funciona na criação de morfemas reutilizáveis. Essa lei se realiza quando este item

¹⁰¹ Os Significados de muitos dos gestos são resultantes de associações convencionais, isto é, seus Significados estão subordinados ao princípio de arbitrariedade, previsto por Saussure. Ver adiante o item II.6.4. Semiose sob o Princípio da Arbitrariedade.

lexical se desprende de um termo e se associa a outro, analogamente, recompondo o Significado da unidade lexical receptora. (Bréal, 2008).

Outros Signos convencionais, como números, formas coloridas, sinais de trânsito e ademais são resultantes de escolhas por **convenção arbitrária**, para representar ideias, objetos ou conceitos, mas não há uma relação natural entre eles e o que eles representam.

Os Signos convencionais são, na verdade arbitrários, como postulou Saussure,¹⁰² tendo sido criados e determinados com a finalidade de representar conceitos, objetos ou eventos, sem que haja uma relação direta entre o **Significante** e o **Significado**. São convencionados, aceitos e praticados pela sociedade ou fatia dela, portanto, podendo variar entre diferentes culturas e línguas, por imposição social.

Incluam-se os **números** e as representações de operações matemáticas, que usamos para expressar quantidades, grandezas e suas relações. Tratam-se de **Signos convencionais**. O número "2" não tem nenhuma relação direta com a ideia de "dois", mas foi escolhido arbitrariamente para representá-la. A prova disso é que várias culturas (no tempo e no espaço) adotaram formas de representar números em suas línguas, com Significantes diferenciados, como ingleses, indianos, povos semitas, japoneses, Maias, Sumérios etc.

Os circuitos de comunicação envolvem capacidades e habilidades cognitivas e afetivas em seus ciclos de modo integrado – os **objetos semióticos** ocorrem simultaneamente, isto é, todos são concorrentes, em diferentes facetas e graus de participação, a depender sempre dos eventos e dos agentes onde ocorrem.

Por isso, escalar uma hierarquia e uma tipologia são atitudes metodológicas do cientista preocupado em dissecar os constituintes das ações sociais no seio dos diversos circuitos de comunicação. A segmentação destes fatos ou dos fenômenos nos atos comunicacionais é mais uma apropriação que o **pensamento modelador** elabora, tornando tais fenômenos perscrutáveis, o que nos é de grande valia, tornando a compreensão acerca das diversas modalidades de pensamento, raciocínio e criação de conhecimento novo uma atividade indispensável para o progresso intelectual do homem, suas civilizações, culturas e conjuntos de saberes e conhecimentos. Esse domínio amplia e amplifica a capacidade humana de gerar novos dispositivos, tanto tecnológicos, como intelectuais para a sua perpetuação e conquista de espaços. Porém, exige garantias e um complexo ético cada vez mais aprimorado.

¹⁰² Muito embora Saussure tenha formalizado o Princípio da Arbitrariedade e o tenha discutido dialeticamente no CLG, a convencionalidade do Signo é tema recorrente, desde o texto platônico de Crátilo, passando por Aristóteles, Estóicos, Empiristas e outras escolas anteriores ao gênio suíço.

3.6.3 A função semiótica da Rede de Significação

Os Signos não são entidades independentes entre si pois estão conectados em redes de Significação que hospedam todos os Sistemas de Signos. A rede de Significação, portanto, é o arcabouço para se constituir os significados dos signos, os quais se interligam através das conexões consistentes nos **Espectros de Significado** que cada Signo envolve.

Cada um dos Sistemas de Signos, dadas as suas particularidades, define as características dos signos envolvidos, e eles estão espalhados e conexos nas Redes de Significação. Na verdade, a rede é composta de **Sub-redes de Significação**, variando entre os diversos Sistemas de Signos que as compõem.

Assim, um Sistema de Signos composto pelos sinais da Música, se instala em uma sub-rede de Significação que caracteriza as diversas possibilidades como se realiza o seu Sistema de Signos (os sons produzidos pelos instrumentos e a sua correspondência da sua notação musical) e assim por diante.

A função semiótica das sub-redes de Significação é, portanto, objeto de estudo específico da Semiótica. Ao contrário do que defendem alguns, que existe uma semiótica para cada Sistema de Signos, muitas vezes, confundidos como "linguagem", como se diz: a linguagem da Música, a linguagem da Matemática, a linguagem da Informática etc. O que é necessário esclarecer é que cada Sistema de Signos, inserido em uma Sub-rede de Significação estabelece os parâmetros para a análise da função semiótica envolvida nas diversas Sub-redes, uma vez que uma mesma Sub-rede acampa mais de um Sistema de Signos, determinando o que se entende por contexto ou **Fundo Gestáltico Comum**.

3.6.4. Semiose sob o Princípio da Arbitrariedade

As citações do CLG, de Ferdinand de Saussure, sobre o princípio da arbitrariedade do Signo Linguístico são:

"O vínculo que une o significante ao significado é arbitrário" (Saussure, 1971, p. 67).

"Não há nenhuma relação natural entre a imagem acústica e o conceito" (Ibidem).

"O signo linguístico é arbitrário. A relação entre o significante e o significado é convencional" (Ibidem, p. 72).

"O signo não é uma entidade material, não é uma coisa, mas é o produto da associação de um conceito com uma imagem acústica" (Ibidem, p. 68).

"A arbitrariedade do signo é o primeiro e fundamental princípio da linguística." (Ibidem, p. 72).

Tais citações marcam a relação indissolúvel entre o Signo Linguístico – convencional – e o Significado que comporta. Sendo convencionalizado, é arbitrário, ou seja, semioticamente

imotivado, visto que não há nenhuma relação natural ou intrínseca entre o Significado e o seu Significante. Segundo Saussure, essa arbitrariedade é um princípio regente das associações produzidas nas línguas naturais, permitindo a comunicação e a criação de novos significados de maneira flexível e adaptável, o que caracteriza a **plasticidade** do Signo.

Numa análise mais ampla, verificaremos que a Semiose das três categorias sígnicas, ora tangenciam, ora se realizam sob esse princípio.

3.6.4.1 Arbitrariedade nos Signos Convencionais

Temos claro que os Signos Linguísticos, constituintes dos Sistemas de Signos das línguas naturais, são o paradigma da inerência do Princípio da Arbitrariedade que Saussure reorganizou em seu CLG (visto que essa característica já havia sido anotada por Aristóteles, Agostinho e os pensadores que o antecederam). O mérito do linguista genebrino foi estabelecer e formalizar em um quadro sistemático, sob a postura científica.

O caráter convencional ou arbitrário é uma constante também nas demais categorias sígnicas, como veremos nos tópicos seguintes. Importa-nos afirmar que a convencionalidade é fruto da capacidade associativa e de tornar comum os liames que os Signos e seus sistemas envolvem, de modo a tornar a Linguagem uma construção humana que cria ambientes comunicacionais e de reprodução de valores, sentimentos e condições de convivência, em prol da construção de novas epistemologias, saberes e ambientes socialmente profícuos. Não obstante, nem sempre a Linguagem permite o bom entendimento e a aceitação coletiva ou unânime de determinadas percepções, entendimentos, ideias e procedimentos, o que pode proporcionar ainda mais confusão e conflitos.

Inúmeras são as incidências do princípio da arbitrariedade nos Signos Convencionais, tais como as bandeiras nacionais e de agremiações; está ainda presente nos **selos e brasões** de família, na **Heráldica**, na notação das escritas musical, matemática e nas linguagens de programação de computadores, onde, particularmente, as funções dos comandos e instruções dependem das especificações dadas pelos seus idealizadores, visto que, mesmo utilizando palavras do léxico comum, denotam ações que dependem de explicações em seus manuais.

De qualquer forma, a arbitrariedade demonstrada por Saussure se confirma nas manifestações da Macro-rede de Significações consubstanciada nos Espectros de Significado.

3.6.4.2 Arbitrariedade nos Signos Icônicos

No caso dos Signos Icônicos, vistos como representações gráficas e usados para comunicar sem uma aparente mediação, são gerados arbitrariamente e nem sempre são facilmente compreendidos ou intuitivos. Por exemplo, o ícone de uma lupa é comumente

usado para representar a função de pesquisa em programas de software e sites na internet. Embora seja amplamente reconhecido, não há uma relação óbvia – essencialmente motivada – entre uma lupa e a função de pesquisa. O que se tem é uma referência fossilizada nos contos de detetives que usavam lupas como instrumento de verificação de pistas e indícios. Outro exemplo são as pinturas icônicas do período do Império Bizantino, quando os traços, as cores, as disposições das figuras humanas e objetos presentes nas imagens possuem significados que se referem à compreensão circunstancial de seus autores.

Além disso, os Signos Icônicos podem ter significados diferentes em diversos fundos gestálticos, o que pode conduzir a uma interpretação equivocada da intenção originária; como é o caso do ícone de um **coração**: embora amplamente associado a sentimentos de afeto, poderia ser interpretado como um Signo Transcendente religioso ou até mesmo como um Signo Transcendente da morte. Cada Epistêmica receptora emprega o seu próprio acervo de valores e de significações prévias ao proceder com sua atribuição de valores de significado (interpretação).

Não obstante os Signos Icônicos sejam requisitados por sua suposta semelhança, a fim de otimizar ou acelerar a comunicação, é importante reconhecer que o seu emprego pode conter um arcabouço de ordem arbitrária e pode não ser compreensível para todos os intérpretes, uma vez que o efeito interpretante pode se dar de forma imprevisível.

Portanto, a semelhança tomada como critério de iconicidade pode não funcionar, o que nos implica em referendar o processo de Ressignificação presente na Semiose que o Signo Icônico carrega.

3.6.4.3 Arbitrariedade nos Signos Indiciais

Considerando os Signos Indiciais, como já foi visto, são Signos que apresentam em seu processo associativo, uma relação causal com o objeto ou fenômeno ao se gerar o Referente, isto é, a representação epistêmica editada que indicam.

No entanto, mesmo com essa relação associativa, ainda pode haver um caráter arbitrário na produção de inferências a partir desses Signos Indiciais. Isso ocorre porque a decodificação do Significado destes Signos pode variar de acordo com o fundo gestáltico comum, a própria natureza da experiência que interfere com o conhecimento prévio do observador, gerando um modelo de Signo Indicial.

O exemplo do arqueólogo que encontra ossadas em uma caverna pode inferir a presença de um ser humano pré-histórico naquele local, enquanto um geólogo pode inferir a formação geológica que envolveu o material a partir de sua formação técnica. Nesse sentido, a

elaboração das inferências pode ser arbitrária e variar entre um e outro olhar. Diferentemente do Signo Icônico, ao Signo Indicial pode-se acrescentar novos achados, que proverão novas inferências. Esse fato, corriqueiro nas pesquisas sistemáticas, segue um modelo metodológico, com a intenção de dirimir dúvidas, incertezas e imprecisões. O conjunto de Signos Indiciais, portanto, conduz a um **processo de Resignificação** direcionado para deduções mais precisas e sem o inconveniente das ambiguidades.

Muito embora haja uma opinião generalizada de que, tanto a iconicidade como o caráter indicial sejam determinados por motivações, seja por semelhança, seja por inferência, os Signos estão submetidos a Sub-redes de Significação pré-existentes, determinando os seus Espectros de Significado. As associações ocorridas e geradas pela Epistêmica, portanto, nem sempre fornecem justificativas naturalizadas, pois estamos diante de um processo inacessível, uma vez que tais associações são aceitas coletivamente, independentemente de sua geração arbitrária e postular.

Com essas palavras encerramos este Capítulo 2, o qual, embora ainda careça de inúmeras considerações e desdobramentos, deixamos para um segundo momento as eventuais discussões que possam se realizar.

O próximo capítulo demonstra a sistematização dos conceitos, ideias e princípios aqui explorados, com a finalidade de apresentar uma proposta de teoria semiótica dotada de perspectivas ainda não exploradas, com o intuito de mostrar certa dose de ineditismo: a **Teoria Semiótica da Resignificação** ou **TSR**.

4 CAPÍTULO 3 – TEORIA SEMIÓTICA DA RESSIGNIFICAÇÃO – (TSR)

4.1 OBJETOS E PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS

4.1.1 Objeto da TSR

A Teoria Semiótica da Ressignificação nasce da reflexão sobre a compreensão das esferas do *caos* e do *logos*, da **physis caótica** e do **cosmo organizado**, das suas existências e das mobilidades que as acometem, isto é, leis que regem as constantes alterações das configurações do mundo, e como a chamada Realidade se apresenta aos sentidos.

Considerando que existe um **corpo** que pensa, atua e sofre ação do meio, a **TSR** tem por objeto o **Signo**: sua condição de ente relacional, suas funções, suas transformações, tanto no universo do pensamento, como no universo material das coisas.

Asseveramos que a **TSR** tem por objeto o estudo do **Signo**, bem como analisar as demais teorias semióticas existentes, considerando os **fundamentos cognitivos**, por onde o Signo e seus Sistemas se realizam, transformam-se e modificam o mundo. A revisão crítica a outras teorias semióticas e os termos da própria **TSR** lançam como instrumento uma visão metasemiótica, a fim de estabelecer os seus próprios requisitos ontológicos.

Em essência, tomando-se o **corpo** e a **mente** como sedes da percepção, bem como geradores das Representações, a **TSR** visa se constituir em uma Ciência da Representação Sígnica, sob o olhar da Cognição – não só humana, mas de qualquer aparelhamento orgânico, natural e senciente,¹⁰³ ou mesmo inorgânico, criado pelo Homem, com capacidade de percepção e memorização.¹⁰⁴ Enfim, **os objetos da TSR são os Signos, sua produção e ocorrências, sob a ótica de uma Semiótica Cognitivista.**

4.1.2 Objetivos

A **TSR** tem por objetivo descrever a natureza do **Signo** em suas diversas manifestações perceptíveis. Procura investigar a sua origem, formação, relações e função, em suas manifestações. Está preocupada como o Signo se realiza e como funciona, em dupla direção: desde sua origem e evolução, até um prognóstico para vislumbrar o seu futuro, ao verificar sua ação de alterar os planos intelectual (da mente) e sensível (do corpo), enfim. A **TSR** deve

¹⁰³ Entenda-se por **senciente** aquele organismo vivo ou não, que seja capaz de captar, assimilar e incorporar sinais que sejam processados em Signos.

¹⁰⁴ Incluam-se aqui os aparelhos que simulam inteligência e cognição, dotados de dispositivos de memória e processamento de sinais, informações e acúmulo de dados que venham a corresponder e a se correlacionar com os conhecimentos humanos.

estabelecer os parâmetros conceituais e ontológicos a fim de se compreender a relação entre a Realidade sensível e a **Semiosfera**.¹⁰⁵

A **TSR** toma por hipótese que o **Signo herda a plasticidade cerebral**, o que lhe concede propriedades mutacionais passivas e ativas. Queremos dizer que o Signo é capaz de **sofrer e promover transformações**. Para isso, a **TSR** investiga como se dá a **capacidade da mente em ressignificar** – alterar os Significados e Sentidos do Signo, através da compreensão e dos seus relacionamentos.¹⁰⁶ Apresenta, ainda, a meta de enunciar leis que regem estas propriedades. Para tal hipótese, a **TSR** verifica as interações entre os mundos do Real e do Imaginário com os Signos, bem como as relações de **Ressignificação** entre **Sistemas de Signos** (aqui chamadas de **Conversões entre Modelos Semióticos**).¹⁰⁷

Portanto, pretende-se descrever o Signo, suas propriedades, componentes e atributos e o seus **modos de organização e funcionamento**, seguindo um vocabulário reducionista, cujos Significados sejam atômicos, ou próximos da atomização.

Tomam-se, principalmente, por abordagens e aparatos filosófico-científicos: Ontologia, Filosofia da Mente e da Linguagem, Semiologia Saussureana, Semiótica Peirciana, Cognitivismo e Neurociência.

4.1.3 Marco Filosófico-Ontológico

Do ponto de vista filosófico, é necessário decidir sobre uma referência ontológica à qual o **Signo** se submeta (v. Capítulo 2, item **2.5 Princípios Ontológicos**).

Partimos do pressuposto, cujo marco zero é:

1o. **O Signo é uma entidade mental materializável.**

2o. **A natureza material do Signo não se confunde com aquilo a que se referencia e substitui.**

A atividade da **Epistêmica**, antes de modelar o Signo, gera o seu **determinador**, ao que denominamos de **REFERENTE (RNT)**. O **Referente** ou **RNT** será aqui entendido como a **entidade semiótica determinadora do Signo** (ou Agente Determinador do Signo), em conformidade ao conceito de determinação de C. S. Peirce, e associações qualitativas desta determinação:

¹⁰⁵ De acordo com a terminologia técnica da **TSR**, a Semiosfera, conceito de Yuri Lotman (1022-1993) é o conjunto de todos os Sistemas de Signos, organizados e funcionais dentro da Cultura, aqui chamada de Macro-rede de Signos.

¹⁰⁶ Essas alterações implicam em atualizações axiológicas.

¹⁰⁷ Cada Sistema de Signos deve apresentar um modelo de Signo, como será explicitado.

Uma análise da essência do signo (entendendo essa palavra até seus limites mais vastos, como qualquer coisa que, sendo determinada por um objeto, determina uma interpretação à determinação, através dela, pelo mesmo objeto) leva à prova de que todo signo é determinado por seu objeto. 1) por compartilhar os caracteres do objeto, quando chamo o signo de "ícone"; 2) por estar realmente, na sua existência individual, conectado ao objeto, quando chamo o signo de índice; 3) por certeza mais ou menos aproximada de que ele será interpretado como denotando o objeto, por consequência de um hábito (termo que uso como incluindo uma disposição natural), quando o chamo o signo de símbolo. (Peirce, CP 4.531 *apud* Santaella: 2004, p. 26).

A TSR afirma que o **Referente** pode ser **material** ou não **material**. Se **material**, está presente no ambiente físico, e com o qual o **corpo** (também físico) pode interagir, por meio dos cinco sentidos, com reflexos sobre a **Epistêmica**. Se **imaterial**, o **Referente** será apenas um produto imaginário, ausente no meio ambiente, ou seja, está apenas presente na Epistêmica idealizadora. Com isso, sob essa determinação do Referente, o Signo está **ontologicamente** definido: **um ente mental que pode ser materializado, e cujo objeto de sua determinação – o Referente – pode estar presente no entorno ou não, porém, presente à Epistêmica.**¹⁰⁸

São criados, portanto, Signos cujos Referentes são materialmente perceptíveis na interação do corpo com o meio, e Signos, cujos Referentes serão meras relações com objetos produzidos pelo **Aparelho Afetivo-Imaginário**, como as representações sígnicas: os **Signos Numéricos** (seguidos das operações matemáticas), os **Signos Míticos** e os **Signos de simbolizações transcendententes**.

Ontologicamente, o Signo é uma **entidade relacional**, cuja **função** é de substituição, uma vez que está associado a uma outra entidade mental, chamada **Referente**.

Mas um signo só pode funcionar como tal porque representa, de uma certa forma e numa certa medida, seu objeto. O objeto do signo não é necessariamente aquilo que concebemos como "coisa" individual e palpável. Ele pode ser desde mera possibilidade a um **conjunto** ou **coleção** de coisas, um **evento** ou uma **ocorrência** até uma **abstração** ou um **universal**. (Santaella, 2004, p.8-9; grifos nossos).

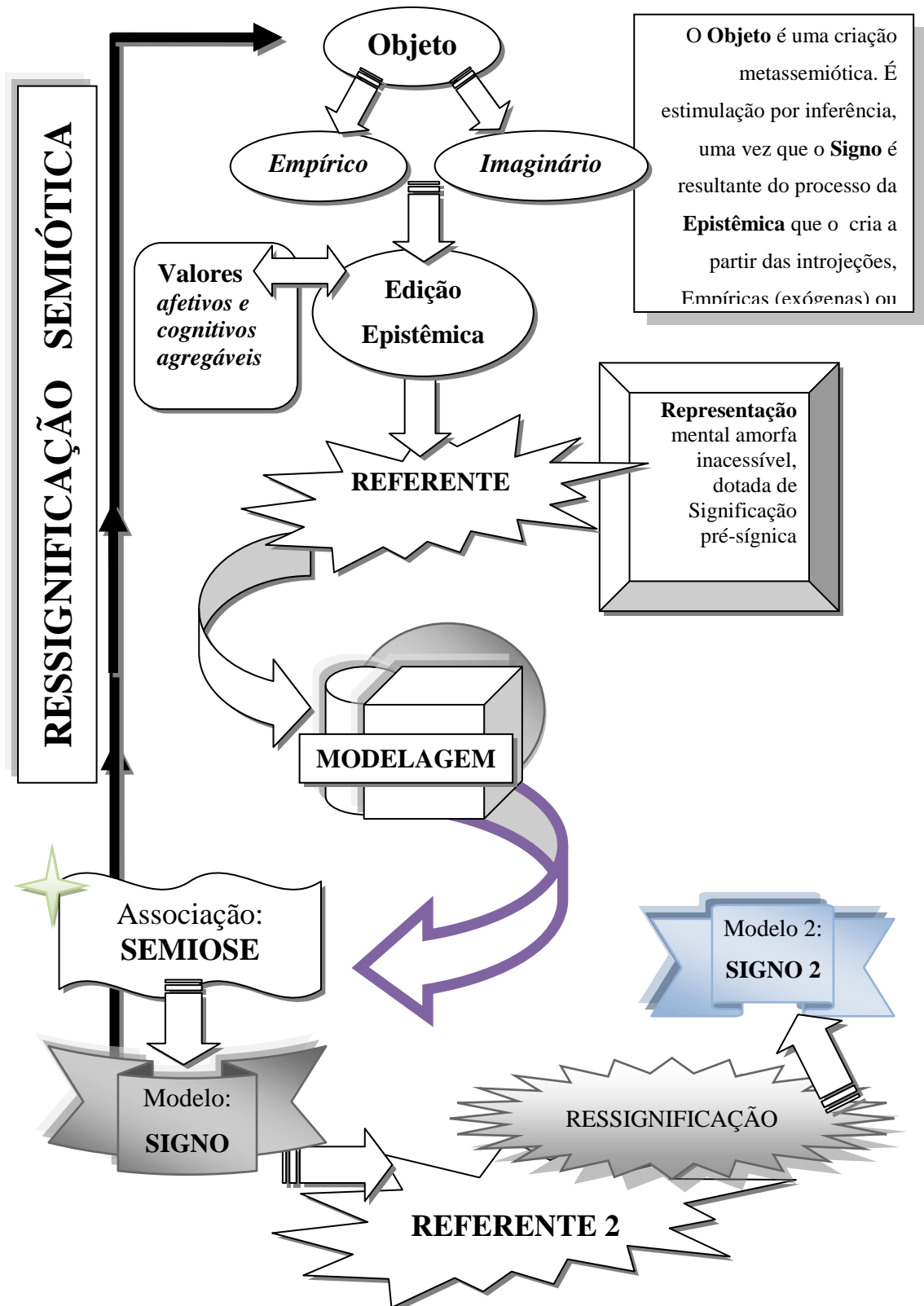
Dado que o Referente é o determinador do Signo e ele apresenta alguns modos de mutações, o termo **Ressignificação** será chave para a compreensão deste fenômeno, o qual está intimamente associado ao seu próprio determinador.

Em outros termos, o processo da representação se dá pela operação Epistêmica, pela qual o pensamento tem presente ao senciente, a representação que corresponde a um dado objeto Referente, este gerado a partir da sua **edição** executada pelo **Aparelho Cognitivo-Modelador** – trata-se da introjeção deste objeto, que se agrega ao acervo de memórias da

¹⁰⁸ A presença à Epistêmica está em certa medida, em conformidade à Fenomenologia de Peirce, a Faneroscopia, de *fâneron*, isto é, tudo o que vem à mente.

Epistêmica – seja ele uma associação de representações gerada pelo **Aparelho Afetivo-Imaginário** (caráter endógeno), seja uma introjeção de um objeto editado pela Epistêmica, a partir da experiência empírica (caráter exógeno). A partir destas operações, obtém-se o **Signo**.

Figura 9: Diagrama metasemiótico da produção do Signo e da **Ressignificação** (Fonte: composição do autor)



O entendimento inicial, cuja base expressamos acima, fundamentará o primeiro postulado enleado pela ontologia do Signo, o qual será discutido mais à frente.

4.1.4 Leis da TSR

Uma vez que a **TSR** se funda em leis que delimitam os conceitos e suas entidades, apresentamos o rol de leis que regem o funcionamento do Signo e como a Função Semiótica se realiza, nas diversas categorias sígnicas e dos estágios em que essa função se apresenta.

4.1.4.1 Lei da Modelagem Plástica

A plasticidade, em seu sentido geral, refere-se à capacidade de um corpo sofrer deformação permanente sem sofrer destruição e sem adulterar a sua natureza constitutiva.

Embora a plasticidade material preserve a massa ou a medida volumétrica de um dado corpo, a plasticidade imaterial poderá promover alterações na constituição material de um dado corpo. Assim, a argila ou os compostos por polímeros – por sua natureza material – ao sofrerem modelagem preservam sua massa e volume. No entanto, os Significantes das palavras que sofrem metaplasmos, podem aumentar ou diminuir de fonemas, embora preservem indícios de sua constituição primária. De outro turno, pode haver nelas adulterações por alofones, isto é, mudanças fonológicas internas, tal como entre "e" e "i", entre "o" e "u" etc.

A **Lei da Modelagem Plástica**, portanto, adotada pela **TSR**, apresenta particularidades diferenciadas, uma vez que o Significante sempre terá uma relação com os respectivos Significados, estabelecidos na Semiose que estrutura o Signo.

Desta forma, o Signo está submetido à Lei da Modelagem plástica devido ao seu processo de geração e produção na Epistêmica, que modela um produto resultante: o **Signo**, cujo aspecto material sofre remodelagem à medida que se utiliza, seja por desgaste do uso, seja por ruptura de deslocamento epistêmico. Já o Significado sofre efeito da plasticidade, pelas adulterações na Epistêmica ocorridas por efeito do deslocamento epistêmico que se realiza pelas experiências impressas na mente, pelas percepções e pelas produções de pensamentos não modelados pelo Aparelho Afetivo-Imaginário em estado de amorfia.

A Lei da Modelagem Plástica rege não somente a produção modelar do Signo, mas, sobretudo, os diversos processos de **Ressignificação**, tanto no âmbito do Significante, como no do Significado. O Signo, portanto, sofre Resignificação por efeito dessa Lei que se aplica aos três estágios da **função semiótica**: pré-sígnico, sígnico e pós-sígnico, isto é, na produção do **Referente**, por efeito da **Edição Epistêmica** das impressões, na produção do Signo e em sua Semiose e, finalmente, na produção da Resignificação semiótica, a qual produz novos

Significantes e novos Significados concorrentemente ou não, com a eventual participação do **Efeito Interpretante**.

É por efeito da Lei da Modelagem Plástica que os pensamentos podem variar, mutar e até desaparecer, dando origem a outros pensamentos. Novos pensamentos podem advir de novas impressões ou de **deslocamentos** de impressões ocorridas na Epistêmica. Cada variação dessa implica na produção ou reformatação do Referente.

Por fim, a **Lei da Modelagem Plástica** participa dos circuitos comunicacionais em seus diversos Sistemas Semióticos presentes na Linguagem. Ela descreve a capacidade da Epistêmica de modelar, transformar e adaptar Significados e representações de acordo com as diferentes Sub-redes de Significação e necessidades impostas pelas Situações Significantes. Essa lei reconhece a maleabilidade dos Signos, dos seus Sistemas e observa sua capacidade de serem remodelados e reavaliados, ao longo do tempo e do espaço, enfim, ressignificados semioticamente, tanto no **plano da forma** como no **plano do conteúdo**.

4.1.4.2 Lei do deslocamento

A lei do deslocamento só pode ser concebida a partir do princípio do **Mobilismo**, pois sem admiti-lo não há deslocamentos possíveis. Assim, temos deslocamento, a partir da aferição por contraste lógico da mudança de estado de um objeto modelado para outro estado. No deslocamento há um primeiro estado originário e um segundo estado destino ($L1 \rightarrow L2$), sendo cada um destes estados um lugar empírico (físico) ou um lugar imaginário ou conceitual (metafísico).

Examinando um exemplo de conversão de voz ativa para voz passiva, teremos o deslocamento funcional entre sujeito e agente da passiva, bem como entre objeto e sujeito, como no esquema:

Sujeito + Verbo + Objeto

Objeto + Verbo Aux. + particípio + Agente da Passiva

Assim, na definição da Lei do Deslocamento, o termo aferição pode ser mantido, onde esta aferição é dada em termos da função sintática (eixo sintagmático), que sofre a mudança ou a alteração funcional pela posição na sequência das palavras na oração. É importante, neste caso, verificarmos que não há uma significação alterada, senão uma significação periférica nas funções dos partícipes da enunciação. Se há Ressignificação, podemos apontar apenas para as funções gramaticais, bem como para a intenção de ressaltar este ou aquele elemento de conteúdo. No caso da voz passiva, o **objeto** ganha status de **sujeito**, o que confere àquele

objeto (complemento verbal), no plano do conteúdo (objeto dinâmico), um ganho de importância e elevação em evidência.

Fora da Língua natural, os deslocamentos de elementos constitutivos de **Signos Indiciais**, por exemplo, estão presentes ao longo do desenvolvimento científico e das experiências individuais. Uma concepção científica (os Referentes) sempre está associada a um enunciado e aos índices, cujas inferências são aceitas sob a égide das constatações e comprovações empíricas, que predeterminam o Referente. Por dezenas de anos a Física Newtoniana reinou até que as medições da velocidade da luz trouxeram deslocamentos de compreensão acerca do universo, da concepção de gravidade e da relação tempo e espaço elaborados nos textos de Albert Einstein. Já na Antropologia Lévi-Strauss, ao aplicar os princípios estruturalistas, trouxe a lume uma perspectiva de análise estrutural das configurações das etnias, seus valores, ritos, mitos e hábitos culturais, ressignificando a metodologia de análise em claro deslocamento epistemológico para aquela ciência do homem, gerando novos Referentes.

Nos **Signos Indiciais** verificamos o deslocamento em duas hipóteses ou situações conceituais. A primeira em relação ao deslocamento entre o **Antecedente** e o **Consequente**, fórmula que estrutura o Signo Indicial. (Cf. Capítulo 2, item **2.6.2.1 Signo Indicial**). A segunda é percebida nas adições e descobertas de novos indícios e marcas indiciais que apontam para inferências mais precisas ou que promovem Resignificações de inferências e de conclusões anteriores.

O deslocamento é, portanto, uma alteração de estado verificável, onde há um estado primeiro e um estado segundo, um anterior dado e um posterior aferido.

4.1.4.3 Lei Geral da Resignificação

A **Resignificação** é a manifestação cognitiva, intelectual e epistemológica dada pelo **princípio do deslocamento**, do princípio do mobilismo (Cf. II.5.2) manifesto no pensamento plástico e amorfo (não modelado), provocando a formação de **Referentes**.

Deslocamento epistêmico: mudança interpretativa particular (ou de visão de mundo), com implicações conceituais e intelectuais, notadamente presentes em processos mentais, circunscrita a uma pessoa ou dada comunidade (científica, cultural, étnica etc). O deslocamento epistêmico não é o mesmo que o deslocamento epistemológico, e está associada ao conceito de Epistêmica, e não ao conceito geral de epistemologia. (Claro, 2016; redação revista).

A **Lei Geral da Resignificação** funda-se nos princípios do **Mobilismo** e da **Plasticidade**, aplicada às redes neurais do cérebro. Como produto cerebral, o Signo pode adquirir novos significados ou sofrer novas atribuições de Significados, tanto historicamente,

como em territórios geográficos distintos. Essa Lei interfere sobremaneira nas áreas da **Semântica** e da **Sintaxe**, as quais estudam os diversos Modos de Significação e organização das **seqüências semióticas da enunciação**, nas três categorias sgnicas.

De acordo com essa Lei, a **Ressignificação** se realiza sobre os Signos, seja uma palavra, imagem, gesto (movimentos corporais) ou qualquer outro tipo de representação dotada de Semiose. Ao adquirir um segundo **valor de significação** em uma dada Sub-Rede de Significação já estabelecida, a **TSR** classifica como uma **Ressignificação de ordem semântica** ou no Plano do Conteúdo, cuja origem está na mudança do **Referente (RNT)** por deslocamento epistêmico. Isso acontece porque as relações semiósicas inerentes ao Signo não são fixas – e sim referenciais –, além de serem construídas e reconstruídas pelas **Epistêmicas**, referenciadas pelos **agentes/sujeitos da enunciação**.

A Lei Geral da Resignificação se revela por meio de processos de **atribuições de valores de significação** (interpretação), trocas e permutas, e adulterações adaptativas nos Sistemas de Signos promovidos pelos usuários no circuito comunicacional. Os Signos são articulados em Sub-redes de Significação e são influenciados por diversos tipos de **deslocamentos epistêmicos**, percebidos em diversos Sistemas de Signos, como nos ambientes, por exemplo: psicológicos, mudanças sociais, políticas, manifestações artísticas e religiosas, artefatos e teorias tecnológicas etc.¹⁰⁹ Esses fatores podem levar a uma reavaliação do uso dos Signos existentes, gerando associações de semioses inovadoras, implicando em novidades em conotações, sentidos e valores reestruturantes dos comportamentos e das epistemologias.

Por fim, podemos sintetizar que essa Lei estabelece que os Valores de Sentido atribuídos aos objetos reais e imaginários, aos eventos e fenômenos tomados como naturais não encerram compreensões imobilizadas ou fixas – e sim **fixadas provisoriamente** –, o que lhes sujeita a processos de **Ressignificação semiótica**, nas dimensões de tempo e de espaço. Resignificar significa atribuir Valores outros, Significados segundos, a algo que já existia, tomado por inteiro ou por parte, modificando seu Valor e Significado originários, e conferindo nova configuração de Sentido, tanto no plano da expressão (Significante) como no plano do conteúdo (Significado).

Um exemplo bastante comum de Resignificação semiótica é a adulteração dos Significados de palavras ao longo do tempo. **Lexemas** e **locuções verbais**, que originalmente tinham um sentido específico, podem adquirir novas significações (em âmbito analítico ou

¹⁰⁹ Acerca das categorias de Resignificação, cf. Capítulo IV.

transcendente) em diferentes situações e Sub-redes de Significação. Por exemplo, a palavra "mouse" ou "rato" tinha originalmente o Significado de um mamífero roedor, mas, com o avanço da tecnologia, passou a ser utilizada para se referir ao dispositivo de entrada em computadores.

A **Ressignificação semiótica** é um fenômeno sígnico, sob a perspectiva da **TSR**, tratando-a como uma propriedade inerente ao Signo, dada a sua plasticidade inerente.

As leis da **TSR** estão subordinadas ao **Princípio do Mobilismo**. Deste modo, a **TSR** afirma acerca da Ressignificação:

A **Ressignificação semiótica** é a manifestação intelectual e epistêmica do princípio do Mobilismo e do princípio do deslocamento manifestos no pensamento plástico e amorfo, com consequência no pensamento cognitivo-modelador, materializado no **Signo expresso**. Além disso, todo Significado tomado como algo verdadeiro é temporário e vale como vigente enquanto o seu Valor de Significado – o **Referente** – não sofrer **deslocamento epistêmico**.

4.1.4.4 Lei do Metaplasmo

Na verdade, os **metaplasmos** são fenômenos tipicamente **linguísticos** e são observados pela **Gramática Histórica**. Entre as leis dos metaplasmos linguísticos, três são as mais importantes, a saber:

(i) **lei do menor esforço** realiza-se por quedas de fonemas com vistas a facilitar a articulação;

(ii) **lei da permanência da consoante inicial** realiza-se pela a manutenção das consoantes iniciais e modificações e quedas das finais;

(iii) **lei da permanência da sílaba tônica**, pela qual permanece a acentuação tônica provinda do latim.

Tendo em vista tais e outras alterações na língua oral, observamos frequentemente que os Significantes do Signo Linguístico sofrem adulterações importantes, seja provisória, seja definitivamente. Muitos fenômenos etimológicos demonstram que os metaplasmos provocam não só modificações no **Plano da Expressão**, como também no **Plano do Conteúdo**. (Coutinho,1976; Camara,1978; Saussure,1971).

No entanto, entendemos que os metaplasmos são fenômenos que ocorrem com os Signos em geral, de tal sorte que os **Signos Indiciais**, os **Signos Icônicos** e **Signos Transcendentes**, principalmente estes últimos, sofrem algum tipo de adulteração, modificação, atualização em seus Significantes, de modo a demonstrarem sua plasticidade inerente, apresentando eventualmente significações diferenciadas, seja nas dimensões físicas,

de lugar, de natureza, seja na dimensão do tempo. Um exemplo é a cruz, símbolo do martírio de Jesus de Nazaré. A cruz de madeira, que comportava um corpo humano, e instrumento de tortura, na qual os antigos romanos cumpriram a sentença de morte do líder judeu nos primórdios do século I, sofreu um tipo de **metaplasmo** no **Significante**, reduzindo-se seu tamanho para um pingente ou um sinal marcado na pele. Assim, o metaplasmo deste Signo promoveu a sua **Ressignificação semiótica**, de modo a representar, principalmente, a ressurreição. Esse é um exemplo de duplo valor: por um lado, na sua origem da sentença legislativa da época e por outro, no valor transcendente e religioso. O Significante da cruz, que indicava a morte legalizada pelo Estado romano, passa a significar a vida, a liberdade e a paixão de Jesus de Nazaré, este, **ressignificado** como Cristo. Os seguidores daquele líder judeu, passam a ser denotados como cristãos. E a cruz passa a ser carregada no peito, como um identificador da nova concepção religiosa. Quando presente em cemitérios e em tumbas, funciona como um **Signo Indicial** de que alguém foi enterrado naquele local, sob a observância da religião cristã.

Por efeito do **metaplasmo** associado à cruz, são agregados valores de Significado de sofrimento à imagem do Jesus crucificado na arte pictórica, sobretudo, a partir da Idade Média européia. Enquanto isso, no Oriente cristão, a imagem de Cristo é fomentada, **iconicamente**, em posição de sábio e de mestre, ostentando uma das mãos espalmada, enquanto a outra segura o livro dos seus ensinamentos, onde a cruz não apresenta o mesmo valor de significação agregado.

Muitos são os exemplos e poderíamos citar muitas imagens que são resignificadas semioticamente, a partir de alterações em seu formato, cor e componentes constituintes, a saber: os astros em geral, o Sol, a Lua, os signos do zodíaco, ícones do planeta Terra, animais como o cão, o gato, a raposa, o leão etc, logotipo de empresas e instituições, rótulos de produtos industriais etc. Enfim, os **metaplasmos imagéticos** e **icônicos** são inúmeros e em uma escala de Resignificações muito mais rapidamente do que as alterações fonéticas e das Resignificações na Língua oral.

4.1.4.5 Lei da Ambiguidade

Todo Signo é ambíguo e sua Semiose depende do uso em dada Sub-rede de Significação (em dado fundo gestáltico comum), que lhe confere significação denotativa ou conotativa, analítica ou simbólica.

A Lei da Ambiguidade se manifesta em duas instâncias diferentes – (1) na Linguagem em geral, pois o Signo é originariamente ambíguo (impreciso e não unívoco por si) – e (2) nos

aspectos perceptivos verificáveis por *insight* de *gestalt*, uma vez que as formas compõem os campos extra-codificados (incluindo os extralinguísticos).

A Lei da Ambiguidade revela, principalmente, a capacidade das palavras, expressões ou construções linguísticas de terem múltiplos significados ou atribuições de valores de Significação. Ela destaca a natureza polissêmica do Signo e como a mesma estrutura sígnica pode ter diferentes sentidos, dependendo da Sub-rede de Significação e da intenção comunicativa.

Ela enfatiza também a importância das Sub-redes de Significação, uma vez que as inferências dependem delas, na identificação do Signo envolvido e na atribuição de Significado. Por outro lado, a ambiguidade pode ser usada de forma intencional para criar efeitos estilísticos, estéticos, jogos de palavras ou duplos sentidos.

Os Signos Indiciais e os Icônicos também apresentam polissemias, em casos particulares, e também pela falta de acervo do agente decodificador, gerando incertezas e imprecisões nas atribuições de valores de sentido.

O desconhecimento prévio e falta de familiaridade com determinados Signos são questões a serem abordadas por esta Lei, o que também pode levar a mal-entendidos e dificuldades na comunicação, exigindo a habilidade de verificar os Significados corretamente nos enunciados, com base nas Sub-redes de Significação.

4.1.4.6 Lei do Valor Semiótico

Todo objeto vale como Signo e, portanto, possui **valor semiótico**, desde que a tal objeto se lhe tenha atribuído e percebido como Signo, isto é, possui função vicária. Esta afirmação está de acordo com Peirce, uma vez que qualquer objeto pode valer como Signo. (Peirce:2010, 2.92).

Ocorre que o valor semiótico pode ocorrer em dois **modos de significação: denotativo** ou **conotativo**. Em conformidade aos princípios da **TSR**, um objeto em sua semiotização pode assumir-se como **Signo Analítico** ou **Signo Transcendente**. Enquanto o homem primitivo, em suas primeiras práticas de semiotização, tende a associar valor semiótico para objetos como Signo Transcendente, o homem moderno, tomado pela consciência semiótica, associa objetos como Signos Analíticos, para em um segundo momento, torná-lo também Signo Transcendente. Este processo é flagrante na produção literária e na promoção de celebridades midiáticas – em um primeiro momento, as construções frásicas são denotativas. Por outro turno, porém, em uma obra literária, aparecem as figuras de linguagem e o espírito simbólico imiscui-se na obra. No caso das celebridades midiáticas, profissionais artistas,

dadas as suas performances enriquecidas pelo glamour do espetáculo, recebem um valor semiótico simbólico, isto é, ressignifica-se semioticamente com valor transcendente, tornando-se fetiches pelo seu exercício profissional e artístico, impulsionados e transmitidos pelos canais de comunicação que os promovem.

Em outras palavras, o valor semiótico transcendente é o elemento que se agrega ao **Significado denotativo** para lhe conferir uma **valoração conotativa**, com maior ou menor grau e intensidade, para além do uso comum. Este valor, portanto transcende o uso prosaico, sem promover a perda de seu vínculo com a denotação, uma vez que se pode traduzir ou reduzir símbolos ideais, metáforas não linguísticas, figuras de linguagem, tropos, chistes e fetiches a Signos Analíticos. Nos termos da **TSR**, promove-se a **conversão entre modelos de semiiose**.

A lei do valor versa sobre a relação entre a sub-rede denotativa e a sub-rede conotativa, de modo a diferenciá-las em suas realizações, no modo de uso em que os Signos estão funcionando. Deste parecer pode-se deduzir que a realização do Signo sob aura simbólica e anagógica recebeu uma camada de valor, a qual pode ser removida, revelando a denotação subliminar à construção do Signo Transcendente, transformando-o ou reduzindo-o à uma forma denotativa primária.

Valor semiótico é o elemento que se agrega ao Significado para lhe conferir uma atribuição analítica (real) ou transcendente (imaginária). O que de fato existe, do ponto de vista do semioticista, é o Significado denotativo, pois o modo conotativo é uma denotação sobre o imaginário (mítico e transcendente), isto é, um Significado que se sobrepõe em camadas de Significação. Uma **metáfora**, por exemplo, quando explicada "perde" seu **valor conotativo**, descamando-se sua conotação (removendo sua camada conotativa). Todo **tropo** explicado deixa de sê-lo, esteticamente falando, e é subjugado à relação nua da denotação (1º nível), da Significação primária, onde o imaginário é enfraquecido ao "ausente estético".

No caso de experiências inefáveis como o sentimento do sagrado, o conceito de vida etc, tem-se uma valoração semiótica que concede aos objetos sîgnicos uma Significação assentada no modo denotativo ou conotativo. Assim, as hierofanias,¹¹⁰ as teofanias e outras categorias de revelações místicas são para o semioticista construções semióticas de Signos Transcendentes. No discurso científico prevalecem os Signos Analíticos.

Por fim, para se obter um Signo Transcendente acumula-se uma camada de Valor semiótico ao **Signo Analítico**, promovendo-o, por deslocamento epistêmico a sua

¹¹⁰ O termo **hierofania** é utilizado por Mircea Eliade em suas obras sobre religiões e o sagrado, Tratado de História das Religiões e O Sagrado e o Profano, para expressar a revelação do sagrado.

Ressignificação semiótica para **Signo Transcendente**, porém, reversível ao valor denotativo por meio do **Signo Analítico**.

Seguem-se, sem mais demora, as definições de **Entidades Semióticas** e o quadro dos **dez postulados** que predefinem e norteiam a **Teoria Semiótica da Resignificação**.

4.1.5 Entidades e Postulados da TSR

4.1.5.1 Entidades e Processos Semióticos

4.1.5.1.1 Entidades Semióticas

As Entidades Semióticas, que participarão dos postulados a seguir, se dividem em duas categorias: **Entes Semiósicos** e **Entes Semióticos**.

4.1.5.1.1.1 Entes Semiósicos

São três os **Entes Semiósicos**, que compõem a Semiose (ou função semiósica) na **TSR**.¹¹¹

- **Referente**: Agente determinador do **Signo**
- **Signo**: Agente vicário modelado que substitui o Referente
- **Referencial**: Epistêmica geradora da associação sígnica, portanto, da Semiose

4.1.5.1.1.2 Entes Semióticos

Os **Entes Semióticos** são aqueles que se reportam à função semiótica no exercício do circuito comunicacional; são eles: o Signo, a Macro-rede de Significação, a Sub-rede de Significação, o Espectro de Significados e o Sistema de Signos.

- **Signo** – Agente modelar que se constitui de um **Significante** e de um **Significado**, integrante incondicional da Sub-rede de Significação; **Agente Sígnico**.

O Signo enquanto Ente Semiótico se apresenta essencialmente em três categorias:¹¹² **Signos Indiciais**, **Signos Icônicos** e **Signos Convencionais**, cujas naturezas e fórmulas de semiose se distinguem, segundo as regras abaixo:

- **Signo Icônico** – Sua Semiose está assentada na relação de semelhança.
- **Signo Indicial** – Sua Semiose se apresenta por associação binária, que obedece à fórmula:

ANTECEDENTE → CONSEQUENTE.

¹¹¹ Para maiores esclarecimentos, reporte-se ao **item III.2.1 Entes Semiósicos**.

¹¹² Essas categorias foram baseadas na obra de Peirce, cujas descrições se encontram previstas na **Capítulo 2**, itens **3.6. Signo e Semiose**, **3.6.2.1**, **3.6.2.2** e **3.6.2.3**.

- **Signo Convencional** – Sua Semiose obedece a uma relação imposta, dita também, arbitrária mediante um lugar comum conhecido entre os usuários do Sistema de Signo em uso.

Ao passo que o SGN enquanto Ente Semiósico é indivisível e caracteriza-se pela **natureza relacional** do Signo (RFL-SGN-RNT no DRT), o Signo enquanto Agente Sínico, no exercício da **função semiótica**, funciona sob as três categorias sínicas acima, podendo ser dividido em partes constituintes (Ste. + Sdo.; Simples / Complexo; Antecedente / Consequente) .

- **Macro-rede de Significação** (ou **Semiosfera**) – Conglomerado universal de todas as Sub-redes de Significação que se constitui exclusivamente de Signos, de modo dinâmico, respeitando os princípios de Mobilismo e Imobilismo.

- **Sub-rede de Significação** – Conjunto de Signos conectados pela forma e conexos pelo conteúdo previamente dado, em que se dá a Significação, de modo a instituir o Significado de um determinado Signo (nó da sub-rede); condicionante semiótico que instaura o Significado de um dado Signo e o seu Espectro de Significados.

- **Espectro de Significados** – Conjunto de elementos sínicos sob regras de relações particulares, dentro de dada Sub-rede de Significação, que formam um Signo decomponível em vários Significados interligados endogenamente. O campo semântico é um sub-grupo do Espectro de Significados.¹¹³

- **Sistema de Signos** – Conjunto de elementos sínicos e de regras de associação mórficas¹¹⁴ próprias, cujo uso expressa pensamentos modelados, sendo tais conhecidos entre uma Epistêmica emissora e outra receptora.

4.1.5.1.2 Processos Semióticos

- **Atribuição de Valor de Significação** – Entendida no senso comum como interpretação, a atribuição de **Valor de Significação** é o processo pelo qual um dado Signo funciona em uma Sub-rede de Significação.

- **Ressignificação semiótica** – Processo de mudança no Significante ou no Valor de Significação – ou em ambos – implicando no Significado, pelo qual todo Signo se sujeita em

¹¹³ Enquanto o campo semântico se restringe aos Signos Verbais das Línguas Naturais, o Espectro de Significados abrange todo e qualquer Signo, principalmente os Complexos.

¹¹⁴ Assim consideradas por guardarem uma mesma técnica de formatação e uma mesma substância, tal como na escrita musical, coreográfica, na escrita alfabética, nos gestos de Libras etc.

seu uso dinâmico presente em Sub-redes de Significação, dado o deslocamento epistêmico que envolve o **Referente do Signo**.

- **Conversão entre Modelos Semióticos** – Transposição, tradução e correspondência entre Sistemas e Modelos de Signos, como por exemplo: do enunciado verbal para modelo matemático; retrato falado usado em criminalística; do texto literário para produção audiovisual; traduções de enunciados de uma Língua para outra ou entre codificação em Linguagens de computador. Importante notar que na Conversão entre Modelos Semióticos não se processam alterações de Significados, preservando as Significações originais, visto que os Referentes são os mesmos. O que entra em cena é a correspondência entre códigos ou Sistemas de Signos, os quais, por meio de seus Significantes e regras próprias de conexão conduzem à produção de um novo enunciado, cuja mensagem carregada é aproximada da sua fonte original.

4.1.5.2 Postulados da TSR

Apresentamos a seguir os dez postulados, com base na Ontologia do Signo e das definições prévias de **Signo**, **Referente** e **Referencial**.

0. O **Signo** é uma entidade mental plástica materializável que representa o pensamento editado pela Epistêmica, isto é, o **Referente**, sendo este diferente daquele.

1. Toda representação material se dá pelo **Signo** – Essa representação é uma função relacional entre um **Significante** e um **Significado**, exclusiva do Signo, denominada de **Semiose**.

2. O **Signo** é produto do **Aparelho Afetivo-Imaginário**, na sua pré-codificação (**RNT**), e é modelado pelo **Aparelho Cognitivo-Modelador** em sua codificação e **Semiose (SGN)**.

3. Todo **Signo** está sujeito a **ressignificações semióticas** no seu **Significante** pelos efeitos de metaplasmos de forma, possíveis em virtude de sua propriedade plástica, podendo implicar alterações no seu **Significado**.

4. Todo **Signo** é integrante de um nó de dada **Sub-rede de Significação**, isto é, não pode haver um Signo fora desta rede, pois ele se integra compulsoriamente a um **Fundo Gestáltico Comum** ou **Situação Significante**.

5. Todo **Signo** emitido é virtualmente **Referente** para outro Signo, pelo qual se produz **Efeito Resignificador** em seu Significado.

6. Todo **Signo** é ambíguo e sua **Semiose** depende do uso em dada **Sub-rede de Significação** (em dado fundo gestáltico comum), que lhe confere significação denotativa ou conotativa, ou seja, **analítica** ou **transcendente**.

7. Todo **Signo** deslocado é Signo de algo, inclusive por **Conversão entre Modelos Semióticos (CMS)** – pois possui propriedade recursiva e reflexiva, podendo assim um Signo substituir outro Signo, indefinidamente.

8. Um **Signo** – seja **simples** ou **complexo**, **analítico** ou **transcendente** – somente sofre **Resignificação semiótica** no seu **Significado** mediante um **deslocamento epistêmico** e, posteriormente **deslocamento semiótico** e pós-codificado.

9. O **Signo** antecipa o **objeto (RNT)**, isto é, promove a projeção por **Semiose**.

4.1.5.2.1 Comentários acerca dos dez postulados e dos teoremas da TSR

Postulado #00 – Entenda-se por **entidade mental** o fenômeno interno à mente, portanto, um objeto produzido pela ação combinada dos aparelhos psíquicos: Afetivo-Imaginário e o Cognitivo-Modelador. Um número, uma palavra, um símbolo gráfico,

portanto, são **entidades mentais modeladas** a partir de uma massa amorfa do pensamento ¹¹⁵ gerado no Aparelho Afetivo-Imaginário. Por ser modelada, torna-se materializável. Revisemos o argumento de Eco:

(...) Implicam algumas consequências: (a) UM SIGNO NÃO É UMA ENTIDADE FÍSICA, porquanto a entidade física é, no máximo, a ocorrência concreta do elemento pertinente da expressão; (b) UM SIGNO NÃO É UMA ENTIDADE SEMIÓTICA FIXA, mas antes o local de encontro de elementos mutuamente independentes, oriundos de dois sistemas diferentes e associados por uma correlação codificante. Propriamente falando, não há signos, mas **funções sígnicas**. (Eco, 2014, p.40; grifo nosso).

O Signo é uma realização material e, portanto, sensível (empiricamente perceptível pelos sentidos), uma vez que se materializa no seu **veículo** e com seu constituinte material extenso (em termos cartesianos), isto é, o **Significante** (em termos saussureanos). Ao ser manifesto o Signo se confunde com seu Significante, o que pode causar embaraço conceitual. A tradição estóica, no entanto, resolve este problema com a definição de **corpóreo** – o corpo é aquilo que age sobre outro corpo, do mesmo modo, o Signo, sob forma de **Significante**, age sobre os corpóreos (corpo humano, p. ex.), que sofre a ação transmissora de **Significado (Lekton)**.

Para além do seu **Significante**, o Signo carrega o **Significado**, cujo **Referente** é o próprio conteúdo do **pensamento editado e modelado linearmente**, a fim de realizar-se em sua materialidade significante.

Dada a natureza plástica do cérebro, o Signo herda tal plasticidade como propriedade incorporada. Daí a possibilidade da **Ressignificação**, seja pela forma do Significante, como é o caso dos **metaplasmos fonéticos** na língua oral, seja pela forma do Significado, a partir das adulterações, modificações e transformações nos **Referentes**.

O **Referente** é o elemento **Pré-sígnico** – O Referente é a representação mental, cujo conteúdo é pré-sígnico, e aquilo a que se refere um ou mais Signos, ou seja, um mesmo e único Referente pode ser associado a mais de um Signo (Postulado #06), dentro de uma mesma categoria semiótica ou de categorias diversas (palavra a palavra, ou ícone a símbolo, ou diagrama a palavra etc. É o caso dos títulos e logotipos de entidades abstratas, como empresas, instituições, nações, religiões, por exemplo).

Postulado #01 – Entenda-se por **representação material** a função intelectual que ocorre na mente, a qual participa da modelagem de uma **impressão**, gerando, assim, um **Significado** a ser materializado no Signo, por meio do seu **Significante** (seja som, seja

¹¹⁵ Ver tipos de pensamento na Capítulo I, item I.2.2.

imagem, seja gesto ou outro veículo dotado de Significado captável pela Epistêmica). Deste modo, somente o Signo é capaz de produzir essa função, que lhe é exclusiva. **Todo objeto que veicular significação funciona como Signo.**

Postulado #02 – Entenda-se por **Aparelho Afetivo-Imaginário** o agente da operação mental responsável pela geração dos **pensamentos amorfos** (ou **não modelados; pré-sígnicos**), mas que são dotados de teor transcendente (ou simbólico). Tais pensamentos são, portanto, desordenados e desarticulados, sendo gerados em **massa amorfa**, independente da operação da representação; portanto, tais pensamentos não são modelados. É o **Aparelho Cognitivo-Modelador** que lhes dá forma, organiza-os em Signos (modelagem sígnica) dotados de **Semiose**. Assim, o **Signo** nasce com **Significado** e **Significante**, amalgamados pela **Semiose**, que consiste no processo de codificação no Signo. Por isso, trata-se de um produto da modelagem, constituindo-se em um produto modelado ou modelo.

Postulado #03 – O **Signo** é **ressignificável** porque herda a propriedade plástica do cérebro, onde se situa a Epistêmica. Uma vez que tal plasticidade acompanha as mutabilidades ambientais, bem como gera as suas próprias mutações internas, ou seja, os **deslocamentos epistêmicos**; os pensamentos originários dos Referentes (**RNT**) também sofrem deslocamentos, regenerando novos Referentes (**RNT**).

Postulado #04 – O **Signo** recebe o **Significado** em dada **Sub-rede de Significação**, porém, sua ocorrência pode variar e o seu **Significante** será expresso em outra Sub-rede de Significação, que lhe provocará outro Significado, dado que outros Signos são co-partícipes de outras conexões de Significação. Por exemplo: um furo na parede, que remete a um disparo de arma de fogo, pode indicar um atentado, mas pode ser objeto de estudo em um laboratório de balística. O postulado declara que as Sub-redes são equivalentes ao Fundo, conceito da Gestalt (na **TSR**, Fundo Gestáltico Comum).

Postulado #05 – Uma vez que o **Signo** está sempre presente em **Sub-redes de Significação**, conexo a outros Signos, remete-se aos Referentes que os determinam, de modo a proporcionar o **Efeito Resignificador**. Em termos peirceanos, temos a referência ao **Efeito Interpretante**, pois as conexões sígnicas estão sustentadas pelas determinações de cada **Referente**. Se na tese peirceana um Signo se refere a outro Signo, na **TSR**, o Significado de

um Signo se conecta, por **relações associativas**¹¹⁶, a outro Significado, o primeiro assumindo o papel de Referente do segundo. Afins são os Referentes e não os Signos propriamente.¹¹⁷

Postulado #06 – O **Signo** não possui Significação independente, pois depende da **Sub-rede de Significação** – conjunto de associações referenciais conexas, que constituem o **Fundo Gestáltico Comum** – para o funcionamento de um Signo, que é naturalmente ambíguo, ou de Significado indecidível, caso sua expressão esteja isolada e desconexa da Sub-rede de Significação. Tal como enunciou Wittgenstein, o Signo figura pelo uso.¹¹⁸

Postulado #07 – O **Significante** de um **Signo** é resultante da **modelagem**, destinado a um **Modelo** ou **Sistema de Signos**. Como os **Referentes** são **pré-sígnicos**, podem participar de mais de um Sistema, o que permite a **Conversão entre Modelos Semióticos (CMS)**, como é o caso da modelagem matemática, que converte os Signos Linguísticos em Signos Matemáticos, os quais evoluem em sua própria Sub-rede de Significação. A CMS estabelece correlações entre Sistemas de Signos de modo a obter uma mensagem reproduzida em um segundo Modelo a partir de um primeiro.

Postulado #08 – O **Signo**, dada a sua plasticidade e mobilidade, pode ocorrer em mais de uma Sub-rede de Significação. Ocorre, então, a **Ressignificação semiótica**, dado o movimento de deslocamento, tanto em seu Significante, e por ordem de seu Referente. Como já está patente, o Referente resultante de um deslocamento epistêmico provoca o processo de Ressignificação, revelada pela **Lei do Contraste** (cf. Capítulo 2, item 2.3.1), exercida pela Epistêmica, ao verificar tal deslocamento de um **Fundo Gestáltico** a outro.

Postulado #09 – O **Signo**, dada a sua **relação semiótica**, implicada por associações de impressões e pensamentos modelados, comunica com antecedência e expressa um Significado que se refere ao seu Referente, no entanto, sem a necessidade da presença do **objeto** do **Referente**. Uma vez manifesto o **Significante** (vocal, ruído, visual, olfativo etc), já se tem a operação da constituição de um Referente no Receptor, dada a sua Epistêmica capaz de reconhecimento destes constituintes semióticos.

¹¹⁶ Para maiores detalhes acerca de relações associativas, ver Capítulo 1, item 2.2.3.

¹¹⁷ Aqui está um ponto de divergência da tese de C. S. Peirce, concernente ao Interpretante. Primeiro, que se trata de Efeito Interpretante, e não um ente semiótico, como poderia ser entendido; segundo que um Signo não é diretamente Interpretante de outro, senão por meio do Referente que participa da Ressignificação.

¹¹⁸ "O significado de uma palavra é o seu uso na língua." (Wittgenstein, 1999, §43).

4.1.5.2.2. Teoremas da TSR

T00: O Significante de um Signo pode ser **copiado** sem perder o seu Significado, pois o Significante apenas veicula o Significado, sem alterar a sua Sub-rede de Significação.

T01: Se um primeiro objeto funciona como **substituto** de um segundo objeto, então esse primeiro objeto é um **Signo**. (P#01, P#07).

T02: Se houver um **deslocamento epistêmico** (alteração no **RNT**; P#08) os Signos envolvidos sofrem **Ressignificação semiótica**.

T02a: Se houver um **deslocamento epistêmico** (no **RNT**; P.#08) relacionado a um dado **RNT** (Referente) o seu **SGN** (Signo) sofrerá **Ressignificação semiótica**.

T02b: Se um **RNT** (Referente) sofrer **deslocamento epistêmico**, então o seu **SGN** (Signo) sofrerá **Ressignificação semiótica**.

T03: Um Signo pode ser Signo de outro Signo e pode funcionar em uma relação de analogismo e coerência (P#07).

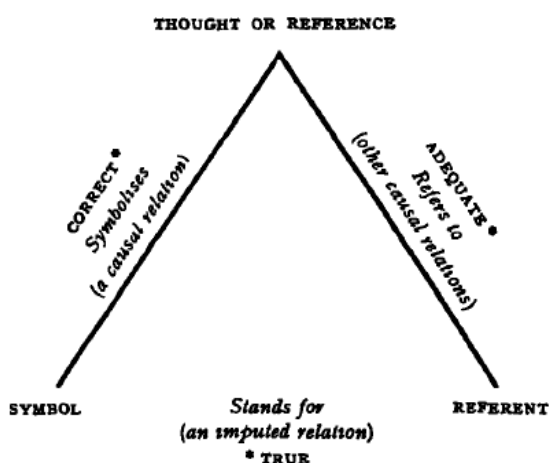
T04: Se um Signo funciona em dada Sub-rede de Significação (exerce semiose) encontra-se, então, em seu estado codificado, segundo seu Sistema de Signos.

4.2 DO DIAGRAMA DE OGDEN & RICHARDS PARA O DRT – DIAGRAMA RELACIONAL TRIÁDICO

A Teoria Semiótica da Resignificação deve começar com uma teorização da Significação – e como tal, deve se aplicar a todos os Signos e seus Sistemas, no circuito da comunicação. Os fundamentos aqui apresentados têm como área de aplicação a **Semiologia** ou **Semiótica**, uma vez que se quer esclarecer os pilares fundadores do Signo e seu funcionamento, uma vez que o Signo é o elemento refletivo da ideia pensada, isto é, do Referente.

Apresentamos agora a nossa versão da representação semiótica do Signo, a partir do **triângulo de Ogden & Richards**, o qual, inicialmente, definimos com o termo genérico para tal como **Diagrama Relacional Triádico**:

Figura 10: DRT - Diagrama Relacional Triádico
(Reprodução Ogden & Richards. O Significado de Significado)



Discordamos da interpretação que concebe esse diagrama para representar o Signo, uma vez que o vértice do SYMBOL (SÍMBOLO) corresponde ao SIGNIFICANTE, (termo usado pela teoria de Saussure), fazendo parte da representação diagramática acima. Já o REFERENTE corresponde ao SIGNIFICADO (nos termos saussurianos). No diagrama acima o THOUGH or REFERENCE (Pensamento ou Referência) assume um dos vértices, independente. Ora, se o pensamento produz a junção relacional entre ambos, como REFERÊNCIA, algo a mais está sendo representado aqui para além do Signo em si. Daí a nossa discordância!

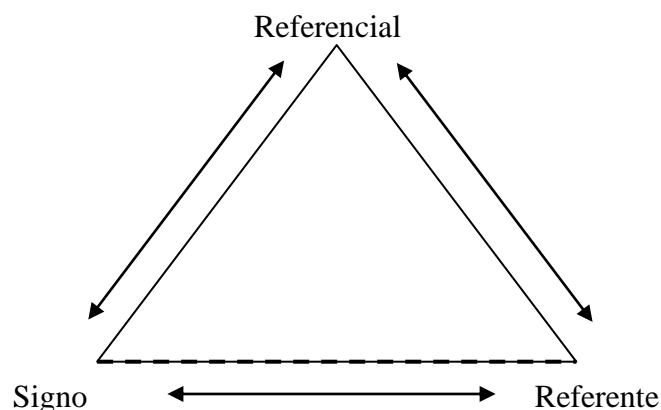
Para isso, propomos usar o termo REFERENCIAL em vez de "pensamento ou referência" usado no triângulo de O & R. O **Referencial** corresponde à **Epistêmica**, a qual é

capaz de avaliar e produzir as atribuições de valores de significação e seu respectivo **Efeito Interpretante**.

Assim, propomos o seguinte diagrama, cuja denominação é SRT – Semiograma Relacional Triádico:

Figura 11: SRT: Representação da Semiose

(Fonte: Composição do autor)

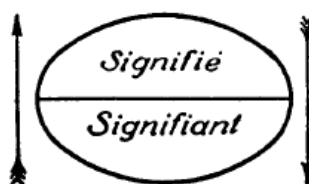


O diagrama da versão da **TSR**, a partir deste ponto, sob esta denominação, observada na figura acima, passa a representar a **Semiose**, ao contrário da proposta anteriormente descrita. Se o triângulo de Ogden & Richards (O & R) propunha-se a representar o Signo, entendemos ser um equívoco epistemológico, porque a Semiótica de base triádica está impedida de representar o Signo, uma vez que inclui o **Referencial** como seu componente em um dos seus vértices, o qual, na teoria de O & R, representa o **pensamento**.

Neste aspecto, a representação semiológica de Saussure é mais adequada, visto que se subentende estar o pensamento incorporado ao componente SIGNIFICADO. Em Saussure, o Signo é o liame entre SIGNIFICANTE / SIGNIFICADO, sendo o bastante para a proposta da representação semiológica, dentro dos princípios da Linguística, a ciência do Signo Linguístico, perfeitamente ampliada pela **TSR**.

Figura 12: Representação saussuriana do Signo: Significado e Significante

(Fonte: Reprodução do CLG, de Saussure, 1971)



Neste sentido, distingue-se a versão epistemológica saussureana da representação de O & R, pois cabe a evolução daquele triângulo para o **SRT** demonstrado acima, cuja função é representar a **Semiose** e não o **Signo**.

Estamos convictos de que a **TSR** tem por tarefa representar o Signo de um modo e a Semiose de outro. Para representar o Signo, seja de qualquer categoria (Indicial, Icônico ou Convencional) o conceito saussureano é cabal e resolve a diatribe em pauta. Assim, todo e qualquer Signo é constituído por um Significante e um Significado.

É importante frisar que a figura concebida pelos autores norte-americanos tem por meta estabelecer as **relações entre os três componentes**: entre o pensamento (ou Referência) e o Símbolo, bem como entre o pensamento (ou Referência) e o Referente; por fim, expõe uma relação imposta entre o Símbolo e o Referente. Essa relação imposta, no entanto, não é conectada pela linha cheia, o que nos faz pensar que as duas relações são pretensamente lógicas e não arbitrárias. (Ogden e Richards, 1976; Cherry, 1974).

4.2.1 A nomenclatura adotada na TSR

Citaremos aqui duas denominações para indicar o triângulo sugerido por Ogden & Richards (o qual não possui denominação própria). A primeira: **Diagrama Relacional Triádico (DRT)** – denominação genérica que se aplica a qualquer diagramação composta de **três elementos interligados por algum princípio lógico**, como no caso de instâncias usadas na lógica trivalente.

A segunda denominação é **Semiograma Relacional Triádico (SRT)**, cuja terminologia usa o radical grego *semeion*, que significa "sinal", "distintivo", e que forma o termo SEMIOGRAMA, isto é, "grafia de um sinal"; na verdade, de um Signo que se refere e substitui um Referente, em conformidade à origem do termo saussuriano: SEMIOLOGIA. Portanto, o **Semiograma Relacional Triádico** é um tipo especial de **DRT**. O **SRT** recebe esta denominação não só pela representação metodológica que envolve os elementos do Signo Linguístico, mas também, o **SRT** é um espelhamento gráfico dos três processos do **Circuito Semiótico**,¹¹⁹ a saber, **pré-sígnico** ou **pré-codificado**, **sígnico** ou **codificado** e **pós-sígnico** ou **pós-codificado**, por meio da descrição e compreensão das relações entre estes elementos. Esses três entes não podem ser entendidos estanques, o **DRT** implica na discussão das relações entre cada um dos três vértices, onde alocamos os conceitos mentais do **Referencial**, do **Signo** e do **Referente** – acompanhando a mesma terminologia de Ogden & Richards. Sem

¹¹⁹ Circuito Semiótico, que será pormenorizado alhures.

considerar estas relações e a sua discussão, o **DRT** não teria sentido. Estas relações são particularmente desenvolvidas e discutidas no Semiograma Relacional Triádico (**SRT**).

Enquanto que para a Linguística de F. de Saussure basta a relação social do Signo, onde o Significado é expresso e carregado pelo Significante, para a **TSR** esta relação tem de ser **triádica** e não binomial. A complexidade na **TSR** que defendemos implica em três momentos metassemióticos antes da expressão do **SGN** – a saber: (1) a concepção amorfa da representação do objeto "*in qualia*" na **Epistêmica**, dotado de **valores**; (2) a concepção editada do **RNT**; (3) a concepção modelada do Signo cujo Significado está formatado e associado ao seu Significante.

O **SRT** acima descreve duas instâncias de Significação: o **Significado cognitivo** (KOFFKA:1975 et alii), particular ou instância epistêmica pré-sígnica;¹²⁰ e outra, comum e codificada (ou sígnica), no âmbito social: o **Significado arbitrário**¹²¹. A primeira, inacessível e subjetiva, se refere ao **RFL** (Referencial do SRT); a segunda, transportável e objetiva, referida ao **SGN**. Se a primeira é da ordem do indivíduo, a segunda é da ordem do coletivo.

Há um processo interno de **correspondência**, quando cada Emissor gera um Signo, entre o seu **entendimento particular** (Epistêmica) e o entendimento comum (episteme), pois há uma sutil distinção entre tais instâncias, o que permite tanto a atribuição de valores de sentido (interpretação) como o **deslocamento de significação** e, portanto, as **ressignificações semióticas** dos termos em uso.¹²² Se não fosse essa correspondência o Signo seria imutável e nunca ambíguo.

De certo modo, isso explica o **princípio da arbitrariedade** do Signo, emitido por F. de Saussure. É necessário um ato convencionalista a fim de delimitar a Significação de um Referente (seja um ente do real, seja imaginário) para que se torne comunicável, transmissível e compreensível entre as Epistêmicas, no processo de interconexão sígnica. Sem esse ato arbitrário não é possível formalizar um **modelo** transmissível, pois os canais de transmissão dependem de uma forma definida física e perceptível pelos intérpretes.

Assim, no âmbito do **Signo Linguístico**, os sons fonéticos são simultaneamente distintos e repetitivos, e as palavras, as mesmas, para que os falantes comunguem de um meio

¹²⁰ Esta epistêmica tem um termo correspondente na Filosofia da Mente que é o "qualia", uma impressão ou Significado exclusivo em uma mente específica.

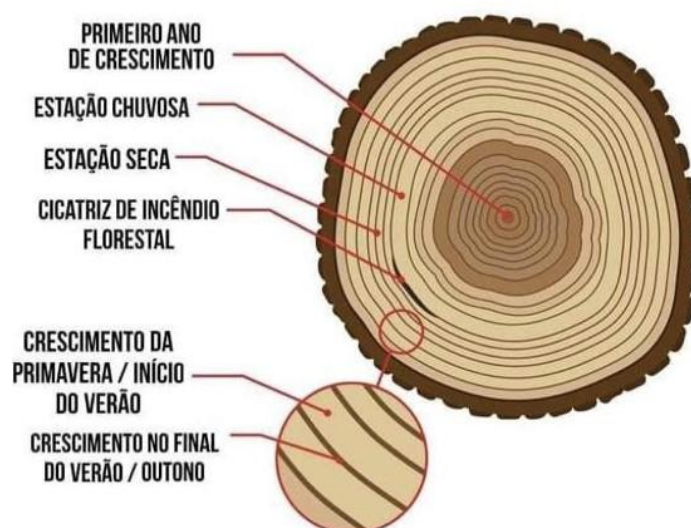
¹²¹ Este Significado arbitrário é o que funcionará nas convenções nos Sistemas de Signos linguístico, por exemplo.

¹²² Chomsky chamou de estruturas profundas esta esfera da significação, tentando demonstrar estas distinções entre as significações instanciadas em interpretações e em Significados cognitivos, em oposição às estruturas superficiais, onde o significante assume o Significado social na cadeia sintática da fala.

comunicacional inteligível, dentro dos padrões linguísticos. Em Saussure é o Significado que dá origem ao Significante, mediante uma economia, uma circunstância dada em acordo social (EU & TU) – o Signo nomeia o ELE, (o não-falante, ou seja, "do que se fala"; Benveniste, 1966). Por isso, o Signo é referencial, porque informa uma referência e funciona como um substituto. (Cf. **SRT**: Relação Referencial com o Símbolo – **RFL** → **SGN**).

Já no âmbito do **Signo Indicial**, os sinais percebidos se dão em conjunto, simultaneamente, pois os Índices fazem sentido e podem proporcionar conclusões a partir da Sub-rede de Significação em que se encontram. Este aspecto já foi analisado no Capítulo 2, item **2.6.2.1**, onde observamos que os **Signos indiciais** possuem natureza tanto natural como artificial, e se dão sempre de forma binária, formada de um **antecedente** e um **consequente**, cuja relação é sempre particular, e cuja inferência depende da experiência pregressa. O caráter arbitrário, portanto, não depende de uma convenção acordada entre os partícipes, pois será a experiência pregressa que definirá as Significações. Um sulco, uma mancha, amostra de camadas geológicas, um anel do tronco de uma árvore, p. ex., possuem Significados somente após os cruzamentos dos demais **Signos indiciais** co-participantes da Sub-rede de Significação que os envolve.

Figura 13: Diagrama dos anéis de crescimento de uma árvore ¹²³
Revelam-se a idade da planta e as condições atmosféricas a partir de índices, cujos significados são arbitrados pela experiência acumulada. (Fonte: Google imagens)



¹²³ Fonte: <https://www.google.com/www.iguiecologia.com.vidade-das-arvores-e-possivel-saber> – O corte do tronco de uma árvore revela círculos escuros, e cada um é chamado de anel de crescimento.

Com respeito ao **Signo Icônico**, para rever essa questão, remetemos ao Capítulo 2, item 2.6.2.2. O Signo Icônico e a Iconicidade.

Estamos, então, observando os modos de como se podem inferir a estruturação modelar das categorias do Signo, e suas respectivas **Semioses**. Esta inferência só é possível em uma composição sígnica, cuja natureza e metodologia seja **metassemiótica** e que a análise da Sub-rede de Significação seja adequada para tal inferência.

4.2.2 Elementos do DRT → SRT

Antes de analisarmos as relações triádicas, devemos nos ater aos elementos de cada um dos vértices do **SRT**, a fim de estabelecermos os marcos ontológicos e funcionais de cada um, para, em seguida, estudarmos as relações entre eles. Esses elementos recebem a terminologia de **Entes Semiósicos**, por se tratarem de entes integrantes da **Semiose**, o centro funcional e relacional dos **Sistemas Semióticos**

4.2.2.1 Entes Semiósicos

Os **Entes Semiósicos** são assim denominados pela sua participação na **Semiose**, a qual empreende o liame entre o Significante e o Significado. As três categorias clássicas de Signos, os **Indiciais**, os **Icônicos** e os **Convencionais** são atados pela Semiose, cada um deles, sob uma natureza específica, pois o que caracteriza um Signo Indicial não é o mesmo que as outras duas categorias sígnicas; por conseguinte, o mesmo se dá para o Signo Icônico e o Convencional.

Na **TSR** são três os Entes Semiósicos que co-participam incondicional e necessariamente da Semiose: (1) o **Referente** – ente mental inacessível que determina o Signo, caracterizando-se como **pré-sígnico**; (2) o **Signo** – que substitui e representa o Referente, constituído como um produto modelar de dupla face: Significante e Significado, sendo, portanto **sígnico** e (3) o **Referencial** (relativo à **Epistêmica**) – aquele agente que elabora a Semiose e associa o Signo ao Referente, caracterizando-se como **pós-sígnico**, pois somente após a elaboração do Signo e da respectiva Semiose, passam a funcionar em dado Sistema como um ente independente e capaz de proporcionar o **Efeito Interpretante**. Analisemos em particular cada um dos três Entes Semiósicos.

4.2.2.1.1 O Referencial (RFL) – Agente Epistêmico - Referenciador

O que está em questão é o Referencial em particular, a produção Epistêmica¹²⁴ de dado indivíduo em particular e que está fora da esfera da Linguagem e Sistemas de Signos, senão, **pré-codificada**. Cada falante faz uma "imagem mental" de um quadrado, de uma pipa, de chuva, um animal, de um sentimento ou da beleza de um objeto de arte – de forma muito singular, ímpar, enfim, inacessível.

Os manuais e o dicionário não se prestam para esta situação, embora sejam dotados de metalinguagem (recurso metasemiótico ao explicar o próprio Significado dos Signos), pois os manuais apresentam as possibilidades previstas por Saussure, onde as significações de dado Signo ou expressão sígnica obedecem exclusivamente ao seu uso.

Para que haja comunicação efetiva entre um **Emissor** e um **Receptor** (aquela em que há as mesmas atribuições de valores de Significados, independente das opiniões envolvidas), é necessário converter o Significado particular para um Significado comum – ou **universal**, sob o exercício de um processo de **Ressignificação semiótica** que envolve o Referente particular e o Signo público. De outro modo, o Emissor tem ciência que o seu entendimento particular só pode ser processado por ele próprio: trata-se do seu Referente particular. Daí ser necessária a **Ressignificação semiótica da relação entre o estado pré-sígnico - RNT** para o **Significado** codificado, arbitrado pelos Sistemas de Signos envolvidos (SGN), e dotado de **Significante(s)**.

O Signo carrega o Significado estabelecido dentro do **modelo comunicacional** (Sistema de Signos), onde as unidades (ou termos) podem ser transmitidos, compreendidos e sofrer eventualmente o **Efeito Interpretante**, na cadeia da prática da Linguagem, isto é, no processo de codificação e decodificação, promovido pela Epistêmica, onde os Significantes carregam os respectivos Significados comuns a todos. Este processo é aplicável a qualquer estrutura comunicacional, onde os Signos são pré-definidos por uma convenção social de dada comunidade, o que caracteriza a **Epistêmica desta comunidade**.

No caso, p. ex., dos **Signos Linguísticos**, nesta esteira, incluímos os dialetos e as fórmulas sintáticas, expressões de jargões em metiês, gírias, metáforas e metonímias fossilizadas e outros **registros endêmicos**. Nestes casos, os falantes estrangeiros têm suas decodificações prejudicadas em função dos referenciais discrepantes em cada situação de enunciados específicos. Sendo o Significado social saussuriano compreendido, o Receptor

¹²⁴ Segundo Hume, poderíamos usar aqui o termo "impressão mental", pois seria também possível para os casos de deficientes que não podem enxergar ou que sofrem de algum tipo de afasia e não tem clara a relação entre a "impressão mental" e respectiva representação material (o Signo).

executa o **Efeito Interpretante** e poderá formar a sua epistêmica e regenerar o Signo, cumprindo o processo de **Ressignificação semiótica**.

No caso dos **Signos Indiciais** e **Icônicos**, o conjunto de sinais inferenciais está subordinado a uma semiosfera particular a essa comunidade epistêmica, visto que os índices e ícones se anexam ao discurso linguístico nela estratificado, isto é, os diversos Sistemas de Signos concorrentes são capitaneados pelo Signo Linguístico, o que predefine os enunciados, mesmo que sofrendo Resignificações.

4.2.2.1.2 O Referente (RNT) – Estágio pré-sígnico

O Referente é uma **entidade mental inacessível** a outrem, produto da Edição da Epistêmica, cuja natureza é **pré-sígnica**. A fonte do Referente pode ser **interna** (endógena) ou **externa** (exógena), isto é, material e real ou imaterial e imaginária. Ambas as instâncias são editadas, a fim de se estabelecer um parâmetro de significação ao se fazer representar pelo Signo, uma vez criada a sua Semiose.

Um **Signo Indicial** possui Referente, pois a Epistêmica delimita, por meio da Edição, o contorno dos **estímulos caóticos** em um ente determinado: o Referente, o qual será representado e substituído pelo seu Signo. Neste caso, o **estímulo indicial** se confunde com o próprio **Significante**. P. ex., a nuvem negra associada a certas condições atmosféricas é um fenômeno/objeto percebido, **antecipando a indicação** da chuva iminente; já a pegada no solo indica a passagem pretérita ocorrida de um animal, estabelecendo uma relação de anterioridade, tendo gerado percepção gestáltica na relação Figura-Fundo, na qual a pegada foi delimitada e identificada, pelo processo gestáltico. Em ambos os exemplos, temos a **Edição Epistêmica** produzindo como resultado um **Referente**, que determinará o Signo. A ocorrência da nuvem negra e da pegada em si não se constituem em Signos, mas em estímulos perceptíveis e editáveis (delimitados por processo gestáltico), como fonte para o Referente.

Figura 14: Imagem de nuvens negras anunciando chuva iminente
(Fonte: Google imagens)



Figura 15: As pegadas devem ser discerníveis à percepção para devida identificação e representação (Fonte: Google imagens)



Os Índices ou **Signos Indiciais**, como é preferível denominar, são Signos que provocam o raciocínio inferencial. Deste modo, segue a fórmula:

ANTECEDENTE → CONSEQUENTE

Uma vez percebido o Antecedente, a Epistêmica o recortará de modo a estabelecer uma enunciação: o Signo Indicial também deve ser enunciado a fim de estabelecer a sua anterioridade lógica, dentro da fórmula em que se enquadra.

Esta fórmula inferencial estabelece uma relação de causa e efeito (cf. Capítulo 2. item 2.2.3.1 A Inferência) produzida pela Epistêmica de forma não volitiva. A **modelagem** executada pelo Aparelho Cognitivo-Modelador, o qual **ressignifica o pensamento livre e amorfo** em um **pensamento fixado e modelado**, ocorre de forma inconsciente e involuntária, levando a mente a um produto modelar determinado pelo **Referente**, ou seja, o **Signo**.

Por um lado, o ato perceptivo incorpora objetos e fenômenos, sejam externamente percebidos, sejam produto do Aparelho Afetivo-Imaginário; por outro lado, o Aparelho Cognitivo-Modelador edita os sinais e traços percebidos, gerando o **Referente**. Este Referente permanecerá inacessível enquanto não modelado em forma de Signo. O que se tem até aqui é uma **Significação pré-sígnica**, portanto.

Entenda-se que o Referente não é o objeto ou fenômeno percebido ou o evento propriamente dito, constante na Realidade. Sua natureza, seja **material**, seja uma vivência **transcendente** ou **simbólica** (gerada pelo Aparelho Afetivo-Imaginário), pode ser comungada com mais de uma Epistêmica simultaneamente, somente *a posteriori*, quando representada pelo **Signo**. Trata-se do sincronismo mental ¹²⁵ que permite duas ou mais

¹²⁵ Sobre sincronismo mental, ou melhor, cerebral, ver NICOLELIS, Miguel. O verdadeiro criador de tudo.

Epistêmicas compartilharem uma mesma experiência, sob a presença da ação sígnica e da função semiótica.¹²⁶

O **tempo** e o **espaço** estão em **sincronia** no ato perceptivo da Epistêmica. O Referente é fruto da experiência perceptiva, o qual propicia gerar-se as categorias das experiências. Mesmo um Referente estranho, desconhecido (ainda não representado pelos mecanismos da Linguagem, isto é, pelo Signo) poderá ser categorizado, independente da amplitude de sua compreensão e universalidade, mas terá sido percebido e a ele atribuído um referencial singular a fim de ser enquadrado em uma categoria na qual se adegue. O processo perceptivo e categorial coloca o Referente como a representação introjetada e convertida pela Epistêmica (Agente Referenciador), pois a categorização é meramente mental. O seu acesso, no entanto, somente se dará por meio da sua modelagem, com a geração do Signo.

É de suma importância considerar que, uma vez enunciado o Signo e efetuada a sua percepção e Edição Epistêmica, o Signo passa a integrar as Realidades material e não material, modificando-as e gerando novas **Ressignificações** em potencial. Uma vez modelado e enunciado um dado Signo, o Mundo não é mais o mesmo.

4.2.2.1.3 O Signo (SGN) – Produto Modelar

No **SRT**, o vértice posicional do **Signo** aloca a representação do elemento básico de qualquer **Sistema de Signos**. Sua posição é fundamental pois é o Signo que funciona como o **Representamen** de todo e qualquer Sistema Semiótico. É, portanto, universal.

Tomado como paradigmático, o **Signo Linguístico** é que permite dar-se conta de toda e qualquer **conversão entre modelos de Semiose**. Sua relação com o **RFL** é, sobretudo, cognitiva e realizadora da tarefa comunicacional, com a função precípua de substituir e de materializar o **RNT** mentalizado, podendo, somente *a posteriori*, assumir-se sensível aos sentidos em forma de Significante. Deste modo, sua boa ou má aparência, mal cheiro ou perfume, ruído ou melodia, aspereza ou maciez, gostosura, azedume ou insipidez, marcarão um **valor anagógico**¹²⁷ essencialmente e, com a repetição, seu **valor prosaico**. É a partir dele que a **Semiótica** e a **Semiologia** ganham razão, sob a tutela da Linguística, matriz intelectual e mentora de tais estudos.

Sigamos com a definição geral de **Signo**. À luz da teoria saussureana, vimos que o Signo possui duas faces indissociáveis, ou seja, o **Significante** e o **Significado**. Essa

¹²⁶ No entanto, quando apenas uma única Epistêmica passa por certa experiência, a sua natureza pode ser **afásica** e **solipsista**, sem representação, sendo portanto, inacessível a outrem.

¹²⁷ Anagógico no sentido de passar do sentido literal para o simbólico ou místico; na **TSR** da Denotação para a Conotação, do Signo Analítico para o Signo Transcendente.

associação se dá sob ação do **Aparelho Cognitivo-Modelador**, gerando um **produto modelar** – o **Signo**. Neste momento, devemos determinar qual seja a sua formatação ou categorização, tratando-se da **Semiose**, sob suas três categorias básicas: **indicial**, **icônica** e **convencional**, apenas para uma primeira abordagem. Observe-se que a natureza das Semioses para cada uma destas categorias se diversa entre elas, visto que os estímulos sensoriais de cada uma delas implicam em **associações diferenciadas**.

Se o **Signo Indicial** se caracteriza por uma associação binária entre um **antecedente** e um **consequente**, o seu funcionamento pode imiscuir-se a outras categorias, como é o caso dos estudos de sinais indiciais em Literatura, quando o texto proporciona inferências formuladas neste princípio associativo. O leitor poderá especular e criar hipóteses de desdobramento do enredo a partir de elementos indiciais fornecidos na narrativa. Analogamente ocorre com o investigador criminal, ao fazer a coleta de **indícios**, os quais levam a uma reconstituição da cena do crime, ressignificando-se em **evidências**. (Para mais elementos, ver Signo de Três, de Sebeok e Eco, 2018).

O **Signo Icônico**, dada a sua natureza mimética também pode ser analisado sob este prisma. A **iconicidade** é a propriedade que encerra os graus de semelhanças e de diferenças que caracterizam os contornos de um Signo Icônico. Sua natureza semiótica, portanto, se dará com uma Semiose construída, basicamente, pelas relações de semelhança, fundamentais ao sentido da visão, embora outros sentidos possam participar da formação desta categoria semiótica.

O Signo encerra a Semiose como seu constituinte e definidor da sua natureza, a partir das diversas fontes de objetos e fenômenos percebidos e editados pela Epistêmica. Seu funcionamento, no entanto, sempre será dentro de um Sistema e de um território delimitado por outros Signos concorrentes e conexos, ao que chamamos de Sub-rede de Significação, determinando, assim, o modo de significação e a natureza da sua Semiose.

4.2.3 Relações entre os entes semióticos nos vértices do SRT

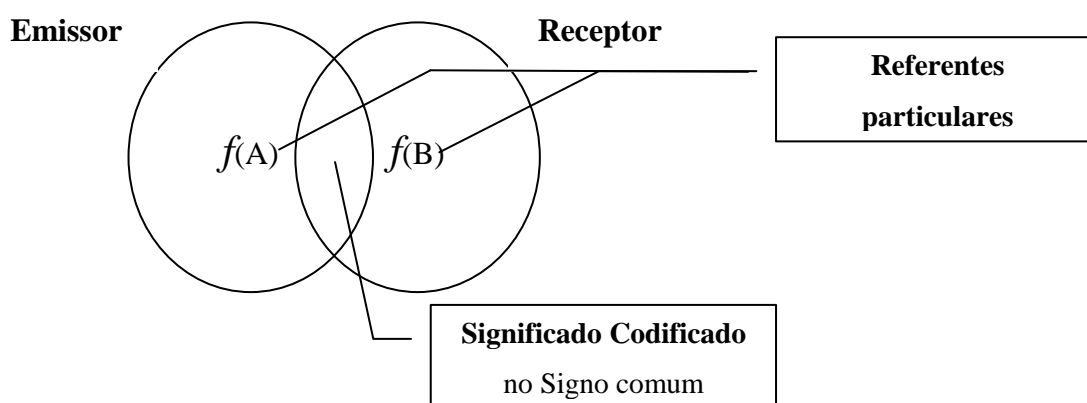
Devemos agora examinar no **Semiograma Relacional Triádico** como se dão as relações entre os seus vértices, sob a **perspectiva semiótica**, isto é, para uma compreensão de como a **Semiose** se realiza nas cadeias comunicacionais. São elas, as seguintes relações semióticas:

Relação Referencial com Signo:	RFL → SGN
Relação Referencial com Referente:	RFL → RNT
Relação Referente com Signo:	RNT → SGN

4.2.3.1 Relação Semiósica Referencial: RFL → SGN

Neste momento, o **Referente** está **ausente**, o que caracteriza um ato da **Epistêmica**, um ato de abstração, exclusivamente. Os agentes comunicacionais têm neste momento um elemento em comum, um **elemento social**, instrumento de comunicação (ação em comum), via representação sígnica e codificada compartilhada.

Figura 16: Diagrama da relação entre Emissor e Receptor:
Referentes particulares, mas com um Significado codificado em comum
(Fonte: composição do autor)



Ato expressivo do **Referencial** em que o **Signo** é enunciado no ambiente de uma Sub-rede de Significação prévia e onde se dota de Significado compartilhado, conhecido, assim, externado e compreensível. Embora cada um tenha a sua própria Epistêmica, tanto para o Emissor como para o Receptor, promove-se a ação comunicativa, no processo da enunciação do Signo, garantindo a decodificação e compreensão entre os agentes comunicacionais. Se não houve compartilhamento, não há comunicação.

Aqui se realiza a sincronização da relação lógica: $f(A) \cap f(B) \rightarrow$ Significado (ou Significado codificado comum), como se pode verificar no diagrama acima.

4.2.3.2 Relação Semiósica Referencial: RFL → RNT

Na direção (a) **RNT → RFL** tem-se o ato da apreensão (endógena ou exógena) e Edição Epistêmica do **RNT** (identificação primeira do objeto ou evento, ato perceptivo, ou imaginativo),¹²⁸ a mentalização em ato presente entre a Epistêmica (receptor sensório – por Gestalt) e o fato em si (objeto ou evento imanente). Na relação **RNT → RFL** a Epistêmica

¹²⁸ Lembramos as referências dos Aparelhos Epistêmicos, Afetivo-Imaginário e o Cognitivo-Modelador (Cf. Capítulo II, item II.1 A Epistêmica).

gera a **impressão mental**, e possível retenção e memorização destas impressões. (Experiência de 1º grau em estágio pré-sígnico).

Na direção inversa (b) **RFL** → **RNT**, temos a Epistêmica em sua configuração retornando ao **Referente**, visto que o **RNT** está presente em **reconhecimento** (2o. momento, depois da identificação - Experiência de 2º grau em estágio pré-sígnico).

Nota: (a) é logicamente anterior a (b), visto que o Referencial (ato referenciador) da Epistêmica é formado **antes** do reconhecimento ocorrido em **RFL** → **RNT**.

Importante notar que, em ambos os casos (a) e (b), o **SGN** é **ausente** – é o ato correspondente à fenomenologia, isto é, perceptivo, isto é, não há **processo sígnico**. A presença destes dois componentes do **DRT** marca o momento pré-codificado (**estágio pré-sígnico**).

4.2.3.3 Relação Semiósica Referente com Signo: RNT e SGN

Segundo Ogden e Richards "esta relação não é direta, mas indireta", o que nos leva a uma consideração diferenciada das demais relações. É preciso rever sua natureza, pois, uma vez indicada a ausência do **Referencial (RFL)**, também estará ausente a Epistêmica, o que nos leva a uma possível **contradição**, uma vez que é a imagem mental, intrínseca ao pensamento, a mola propulsora de todo o **DRT**. Será a independência do Signo? Seria a não compreensão ou não interpretação do Signo? Trata-se do Signo impresso e imobilizado? Ou será o Efeito Interpretante subjacente ao Sistema sígnico em uso?

Ao se emitir o Signo (**SGN**), isto é, ao se realizar o ato comunicativo ou ato emissor¹²⁹ via representação semiótica, está se promovendo o seu funcionamento, o qual substitui o Referente (**RNT**), em suas **funções semiósica e semiótica**. O ato comunicacional é um ato semiótico propriamente dito, onde o **Significado** é indicado, relacionado e apontado pelo **Significante**. Já sabemos que o Significante é o elo material, o veículo do Significado. No ato de enunciação, portanto, o Significante se encontra em **estado de carga de Significação**. Logo, o **RFL** se oclusa em **suspensão**, em favor do Significado padrão comum em carga de substituição do Referente (**RNT**) pelo Significante associado em ação – no ato comunicacional, o Significado comum do Signo toma o lugar do **RFL** (aloca-se no **RFL** por efeito suspensivo) para se tornar compreensível, em um lugar reconhecido e compartilhado

¹²⁹ O **ato emissor** (ou ato de enunciação ou de fala) é uma intenção, uma tentativa de comunicação. O **ato comunicativo** é onde ambos agentes (emissor e receptor) estão aptos e de acordo, ao interpretar a emissão de cada um, no uso comum do Signo codificado. O ato emissor implica na emissão do Signo e da identificação tácita da Sub-rede de Significação para que haja o ato comunicativo. Quando se usa um termo desconhecido, como a gíria ou dialeto este ato pode sofrer ruptura na realização da Epistêmica do Receptor (Interpretante), pois é o mecanismo de Epistêmica que interpreta o Signo e é capaz de ampliá-lo, ressignificando-o.

pelos partícipes comunicacionais (tabela relacional de Significação padrão comum). Este Significado, de fato, está presente nos manuais e nos dicionários do código utilizado, a menos que a Epistêmica emissora/autora redefina, por deslocamento, seu novo **valor de significação**, isto é, sua **Ressignificação semiótica**. Se o fizer, estará interrompendo a suspensão do Referencial. O **Efeito Interpretante**, neste caso, de modo virtual, pode se realizar por automação e independente, porque o **RFL** está suspenso.

Com relação ao **Signo Convencional**, numa análise sob a Linguística Diacrônica, quando a Epistêmica adultera o **valor de significação** do **RNT** (deslocamento epistêmico), também alterará o Significado do Signo Convencional. Trata-se de um tipo de **Ressignificação por metaplasmo**. Esta suspensão é necessária apenas no ato comunicativo, a fim de permitir a ação do processo codificado propriamente dito, no ato da emissão do Signo que transporta, através do Significante, o Significado padrão-social, exigido pelo processo comunicativo. Essa suspensão se dá no mecanismo autônomo do código (oral ou escrito) da Língua, o qual é anterior aos agentes, que o adquirem ao longo da sua crescente habilidade codificadora. Podemos acrescentar que tal suspensão ocorre no âmbito da **independência do código predefinido socialmente**, enquanto Sistema autônomo e coletivo, independente do sujeito individual. O Signo "ganha vida", vigência e independência no seio do ambiente social dos Sistemas de Signos empregados. Por isso, é possível construir dicionários diversos, tanto para **Signos Analíticos**, como dicionários de **Signos Transcendentes** (estes organizados pela **Simbólica**). Vale dizer ainda que tais dicionários fazem **remissões cruzadas** entre as duas modalidades de Signos.

Figura 17: Símbolos religiosos e suas legendas em português ¹³⁰



Na verdade, o que há é a discussão da relação exclusiva **SGN** → **RNT**, pois aí o **RFL** **está ausente por suspensão**, em uma simulação de presença proporcionada pela função semiósica exercida pelo Signo. Em outras palavras, considerar a relação **SGN** → **RNT** é apenas reproduzir a relação do Signo (partícipe em um Sistema de Signos) com os elementos Significado / Significante, segundo o modelo saussureano:

SIGNIFICADO
 SIGNO = -----
 SIGNIFICANTE

No entanto, contrariamente, dizer que se representa o **RNT**, não obstante, trata-se de um reducionismo da Linguística saussuriana, pois o que se representa é uma "fatia da imagem mental", isto é, resultado da **Edição Epistêmica**. É ela aqui indicada pelo componente **RFL** do **Semiograma Relacional Triádico**, que reconhece e isola o Significado social do Signo

¹³⁰ Fonte: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-religiosos/> (acesso e cópia em jun/2023).

codificado, isto é, a potência do Significado do Referente captado e preservado no **RFL**; ¹³¹ e tal como se compõe através da percepção. É a partir do **RFL** que se pode estabelecer esta "fatia da imagem mental" (por efeito da Edição Epistêmica) em um Significado convencionalizado socialmente; este sim, o Significado que compõe o Signo. O Signo codificado e suas regras de uso têm **efeito suspensivo** sobre a Epistêmica (**RFL**) dos usuários do código, em favor da comunicabilidade e do posterior desdobramento (Efeito Interpretante) em cada Epistêmica envolvida.

Processo análogo ocorre com as demais categorias sígnicas. Tanto o Signo Indicial como o Signo Icônico são resultantes do processo de internalização e recorte dos estímulos sensoriais que captam o meio circundante. O Índice sonoro é editado e isolado para que receba a sua Semiose – podendo-se identificar um Significante e um Significado. A fotografia ou um desenho que retrate uma pessoa, paisagem etc são resultantes da Edição Epistêmica que recorta e isola o seu objeto a ser representado pelo processo semiótico que implica em um Significante e um Significado. Ocorre que a enunciação destas categorias sígnicas, apesar de gozarem de certa independência, enquadram-se no circuito comunicacional articulado pelo Sistema do Signo Linguístico em uso.

Enquanto Saussure elege a coisa mesma, (o objeto ou evento em si), – para a **TSR** trata-se do **RNT** (Referente); isto que Saussure denominou Significado (elemento da realidade a ser substituído pelo Significante). Na concepção do **DRT**, existe uma construção pré-codificada na Epistêmica, a qual, de fato, é representada parcialmente por **SGN** em uma relação direta. Daí a anterioridade do **RNT** em seu estado pré-sígnico.

A Linguagem é uma **máquina de transportar e revelar relações** entre Significantes e Significados, entre os Referentes e seus Signos (relação semiótica), mas não sentidos ou associações. **A Linguagem duplica Significados, mas não sentido.** Quem dá sentido é a Epistêmica (**RFL**). É a Epistêmica quem pode duplicar e refazer sentidos, ressignificar, desfazer ambiguidades. Por isso, a **Epistêmica é uma instância pré-sígnica**, o **agente referenciador**. É ela quem é capaz de fatiar o Referente e o próprio Referencial, concedendo ao Signo um Significado meramente **codificado e transportável**. Por estas razões o **RFL** é integrante do **Semiograma Relacional Triádico**, o qual representa a **Semiose** – e não o Signo, uma vez que a Semiose é a base da produção codificadora, isto é, da produção do Signo.

¹³¹ Também podemos dizer aqui retida em memória pela potência mental perceptiva ou fenomenológica.

Para Saussure não há uma Epistêmica para o objeto ou evento. O que há é um Significado estabelecido coletivamente, sentido pelo sujeito da enunciação, exclusivo para dado Signo, arbitrária e socialmente vinculado entre os falantes de uma Língua. Embora o autor genebrino tenha postulado a diferenciação entre *langue* e *parole*, os parâmetros utilizados na **TSR** se distinguem pelo fato da competência linguística depender da Epistêmica como integrante da função semiótica, isto é, da Semiose e suas modalidades.

A **TSR** distingue dois âmbitos de Significação: a Significação **social**, padronizada no Significado do Signo e outra, **particular**, denominada Referente (tomada como "imagem mental") na Epistêmica, singular, capaz de avaliar os valores semióticos e metasemióticos. Ambas conceituações convivem na Epistêmica, e podem ser eventualmente coincidentes.

Quando falantes encontram equívocos em significados de certos termos e expressões, encontramos, enganos e rupturas na significação. Um exemplo comum é o da diferença entre "peso" e "massa". Em ambiente social, "peso" e "massa" são sinônimos, embora o peso de uma pessoa ou de um artigo comercial seja sempre peso. Por outro lado, em ambiente de laboratório de ciências naturais, são grandezas diferentes, mensuráveis por instrumentos e com escalas com graduações diversas. O **RNT** para "peso" e "massa", via de regra, no senso comum é o mesmo. A Física os diferencia, não observando a polissemia destes termos presente no registro cotidiano da Língua.

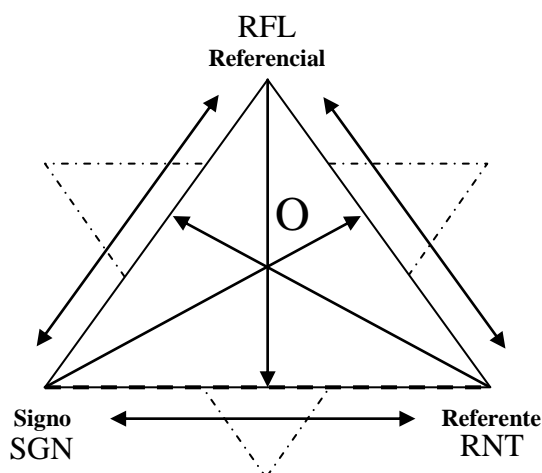
Outro exemplo é o sinal de trânsito que ostenta um triângulo vazado em uma placa circular, o que informa ao motorista que uma via deve dar a preferência à outra, em entroncamento à frente. Este triângulo é um sinal absolutamente arbitrário ¹³² e depende de uma especificação convencionada, isto é, codificada em comum.

Para se chegar ao **SGN** é necessária uma construção epistêmica, associada à potência da pré-codificação (promovida pela percepção) e pela Edição Epistêmica, cujo resultado é o **RNT**, para, então, ser consubstanciada em **SGN**, o ente da Epistêmica, dotado de Semiose, ou seja, Significante associado ao Significado. Quando a Epistêmica promove o **deslocamento epistêmico**, ou seja, alterações no **RNT**, o **SGN** correspondente sofre **Ressignificação semiótica**.

¹³² Lembramos que os sinais de trânsito são, por via de regra normativa, constituídos de ícones ou de expressões linguísticas sumárias. O exemplo citado é uma das raras exceções.

4.3 DO SRT PARA O SEMIOGRAMA RELACIONAL HEXAGONAL – SRH

Figura 18:
Projeção inicial do SRT – Semiograma Relacional Triádico
(Fonte: Composição do autor)



4.3.1 Intróito

Vimos no item 4.2. acima que o **SRT – Semiograma Relacional Triádico** é uma imagem de representação metassemiótica¹³³ da **TSR** a fim de mostrar as relações entre os **Entes Semiósicos**: o **Referencial**, o **Referente** e o **Signo**. O **SRT** é, portanto, uma representação gráfica que envolve as relações entre a Epistêmica, o **Agente Sínico** (as categorias de Signos) e o **Agente Determinador** do Signo, isto é, o Referente. Cada um desses vértices desempenha funções distintas nos processos semióticos, presentes nos Sistemas de Signos, fundamentais para a instauração dos circuitos comunicacionais, para a construção do conhecimento e expansão da Cultura.

O **Referencial** é o primeiro vértice superior do triângulo e representa a **Epistêmica** (orgânica ou inorgânica), o **sujeito cognoscente**, aquele que percebe e interpreta o mundo ao seu redor. Pelo Referencial analisa-se as funções de captar, armazenar e processar informações nas Sub-redes de Significação, gerar pensamentos: formar conceitos associados, inferências e atribuir valores e significados. É através dela que ocorre a geração, modelagem e captação do Signo e a atribuição de sentido a eles – isto é, produzir a **Semiose**. A Epistêmica é um componente fundamental na relação triádica, pois é a partir dela que a **TSR** representa a

¹³³ Nota metassemiótica: trata-se de um diagrama e, como tal, é um **Signo Icônico**, pois guarda uma relação de semelhança aproximada com o que pretende representar, ainda que utilizando **Signos Linguísticos** combinados.

capacidade de atribuir **Valores** e **Significados**, seja por Signos Analíticos, seja por Signos Transcendentes, representando assim, as realidades endógena e exógena à própria Epistêmica. No SRH obteremos a sua negação ou ausência, cuja discussão virá a seguir.

O segundo vértice é o **Referente**, que corresponde àquilo que o Signo representa e substitui na cadeia da Linguagem, seja do mundo real, seja do imaginário. O Referente pode ser um objeto físico, uma ideia, um evento ou qualquer outra entidade que seja abordada pela Linguagem no circuito comunicacional. Ele não existe sem a ação da Edição Epistêmica, mas é independente e anterior ao Signo. O Significado sêmico é extraído do Referente, adquirindo um Significado formatado (ou modelado) e é compartilhável com outras Epistêmicas. O Referente é a base epistêmica para a construção do conhecimento e das diversas manifestações sêmicas no seio da comunicação efetiva. Ao se localizar no SRH, teremos a sua negação discutida.

Por fim, o terceiro vértice do triângulo é o **Signo**, que abrange as três categorias semióticas, a saber: **Signos Indiciais**, **Signos Icônicos** e **Signos Convencionados**, sejam da ordem dos símbolos imagéticos, das palavras, dos gestos e outras manifestações sêmicas utilizadas nos diversos circuitos comunicacionais, em dois **modos de intenção**: **denotativa** – expressa por meio de **Signos Analíticos** –, e **conotativa** – expressa por meio de **Signos Transcendentes**. Igualmente como os demais entes, sua ausência será observada e analisada.

O Signo tem a função de representar algo para alguém, substituindo o seu Referente determinador, exercendo o papel mediador entre a Epistêmica e o seu Referente. O que implica a sua suspensão? O Signo possui uma **dimensão material** – ou Significante – perceptível sensorialmente (como uma fotografia, uma palavra oral ou escrita ou mesmo um odor) e uma **dimensão epistêmica** – o Significado –, dimensões enleadas pela **Semiose**. O processo de significação ocorre quando a Epistêmica atribui um Significado valorado ao Signo, associando-o com o Referente.

O **Diagrama Relacional Triádico** nos ajuda a compreender que a Semiose é um processo complexo que envolve a interação entre a Epistêmica, o Signo e o seu Referente. Essa interconexão metasemiótica entre Epistêmica, Signo e Referente é fundamental para a compreensão da Linguagem, da Cultura e da nossa capacidade de representar, compartilhar Signos e ressignificá-los.

O próximo passo é a discussão acerca da formação do **Semiograma Relacional Hexagonal** – **SRH**, cujos vértices por oposição aos já descritos, vem ampliar a análise e tornar a **TSR** uma teoria única, pois gera novas concepções, ressignificando a Semiótica

tradicional em uma área expandida, tanto do ponto de vista do modo Denotativo, como também Conotativo, visto que os Signos podem ser Analíticos ou Transcendentes.

4.3.2 Discussão Acerca Da Passagem do SRT para o SRH

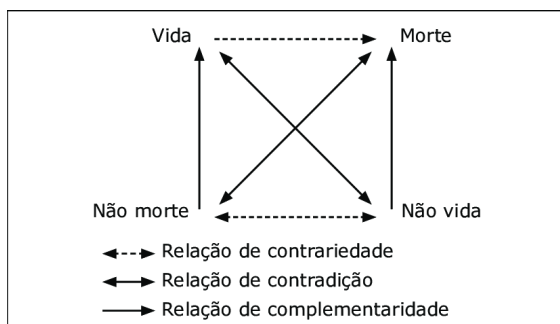
A passagem do **SRT** – Semiograma Relacional Triádico para o Semiograma Relacional Hexagonal é a realização semiótica da **Ressignificação** em seu pleno exercício auto-reflexivo. A **TSR** traz, para isso, uma perspectiva ampliada no domínio metassemiótico, incluindo a consideração dos vértices opostos, dissecando as relações existentes entre os **Entes Semiósicos**.

Devemos deixar claro de antemão que não há aqui uma aproximação com o diagrama de Greimas, referido como **quadrado semiótico** (cf. Greimas & Courtés, 2012). No entanto, admitimos que, tomamos por inspiração do quadrado de Apuleio, baseado nos termos previstos e determinados por Aristóteles, no chamado **quadrado lógico das oposições**. Já em Greimas, temos uma perspectiva binária sustentada pelo estruturalismo que conduziu as suas bases teóricas:

No momento em que Greimas formula sua teoria (*Sémantique structurale*, datado de 1966), as ideias estruturalistas estavam no auge. Assim, para conceber seu esquema, o semioticista parte de uma relação de oposição binária entre dois termos retomada dos estudos fonéticos e fonológicos, então empreendidos por nomes como Trubetzkoy, Jakobson e Martinet no contexto do Círculo de Praga: trata-se de uma **oposição qualitativa** do tipo S1 vs. S2 (como em “dia” vs. “noite”), que formam então os termos contrários. A partir deles, por meio de uma **operação de negação**, obtêm-se $\neg S1$ vs. $\neg S2$ (“não-dia” vs. “não-noite”), em que S1 vs. $\neg S1$ (“dia” vs. “não-dia”) estão em oposição do tipo privativa formando o par de termos contraditórios. Superando o binarismo, a estrutura em quadratura comporta ainda termos de terceira geração, complexo e neutro, que obedecem à lógica das oposições participativas, onde termos extensivos (mais vagos) e intensivos (mais precisos), de acordo com definição de Hjelmslev, se relacionam. De forma geral, temos, no **quadrado semiótico**, uma perspectiva estrutural em que as relações dão sentido aos termos; (Domaneschi, 2017). Abaixo, vemos um exemplo que usa a dicotomia "vida" e "morte":

Figura 19:

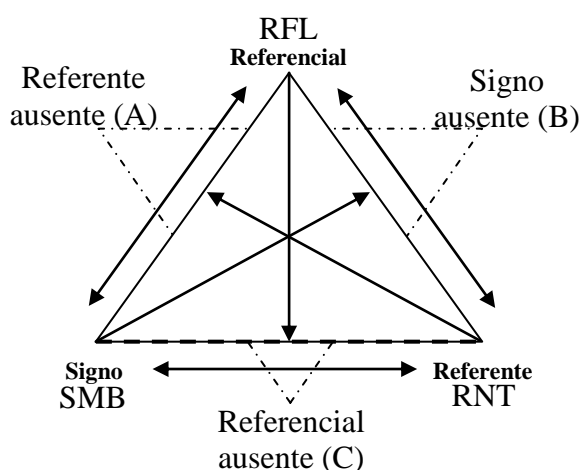
Quadrado semiótico de Greimas – exemplo Vida vs Morte
(Fonte: Greimas & Cortés. Dicionário de Semiótica:2012)



Ao observar o quadrado semiótico de Greimas e Courtés, herança clara e declarada de Aristóteles, apresentamos uma visão diferenciada, sob a égide do **SRT**, que se desdobra e evolui logicamente para um Hexágono, cuja denominação é o **SRH – Semiograma Relacional Hexagonal**.

Tendo analisado os vértices do **SRT**, verifiquemos agora, os vértices que se opõem à positividade daqueles Entes Semióticos, em suas relações de oposição. Tais oposições ocuparão os vértices que apontam para as ausências daqueles Entes Semióticos: do **Referencial**, do **Referente** e do **Signo**, trazendo uma dimensão metasemiótica à análise promovida pela **TSR**. Senão, vejamos como se dá graficamente:

Figura 20: Representação intermediária entre o SRT e o SRH
Aqui estão apontados os vértices das ausências dos Entes Semióticos (A),(B) e (C)
(Fonte: composição do autor)



Referente ausente (A) – Relação do Signo em ação na cadeia da Linguagem e no Circuito Comunicacional, inserido em Sistemas de Signos concorrentes, na ausência física da 3ª pessoa gramatical, (de quem se fala; Objeto ou o próprio Referente), onde a mensagem

representada pelo Signo que a representa/substitui no ato comunicacional entre os Significados **RFL** pré-sígnico e Significado codificado.

A ausência do Referente pode indicar duas condições. 1) o não pensamento do Referente, que não se produz na Epistêmica, ou o seu inteiro desconhecimento, implica na não geração ou modelagem de um Signo que o expresse. O que não pode ser pensado não pode ser modelado em Signo. 2) A ausência do Referente implica na sua abstração e sua existência ou ontologia passa para o plano da Linguagem em ação, e onde a manipulação dos Signos ganha independência sobre o seu determinador. Trata-se da expressão do plano inteligível, da reflexão pura, tratada pelos Sistemas de Signos que passam a dominar as premissas e as implicações. O pensamento passa a ser **sígnico**. Assim, a Lógica é um dos exemplos de ausência do Referente quando teoriza sobre as relações entre os conceitos de que trata; e isso pode ser expandido para a Matemática quando por seus Signos Matemáticos se desenvolvem provas e comprovações inequívocas. Nestes casos, o **SGN** recebe o status e a titulação de **RNT**.

Cabe a este vértice a discussão da enunciação, quando se estabelecem os marcos da **embreagem** e da **debreagem**, da colocação do sujeito do enunciado e seu sub-rogo nas enunciações derivadas de uma anterior. (Fiorin, 2020). A enunciação assume o comando dos pensamentos. As associações epistêmicas, se dão, portanto, na cadeia do Sistema de Signos, cujas conexões estão predefinidas nas suas regras próprias.

Neste momento verifica-se o pleno funcionamento da **Função Semiótica**, pois os Signos encadeados em vários Sistemas (Sub-rede de Significação) se expandem de modo a tornar o Referente original cada vez mais distante da relação semiósica que o produziu. Observa-se, portanto, neste momento, a realização da Semiose Infinita, prevista por Peirce, sem no entanto desprezar-se os Referentes em que se tornam cada Signo desta cadeia infinita, isto é, **cada Signo da cadeia torna-se Referente do Signo subsequente**.

Signo ausente (B) – Relação onde há o processo perceptivo e a criação e classificação do Significado sensorial ou cognitivo na presença do Referente, a Epistêmica cria um Significado inacessível à Linguagem, constituindo-se em Significado não sígnico. Este vértice aloca o ato fenomenológico do pensamento ao criar uma representação inacessível a outrem (*in qualia*), e cujo Significado é amorfo e pré-sígnico: gera-se uma representação epistêmica não modelada e particular com potência de uma Significação universal.

Esta formação do Significado pré-sígnico é o momento do processo de **Edição Epistêmica** do Referente e da **Modelagem** do Signo, uma vez que não há expressão e o ato da experiência da Epistêmica está em curso. Além de amorfo e impreciso o pensamento neste

estágio está em processo de **atribuição de valor** em relação à formação do Referente, cujo Significado ainda não está formatado. Podemos exemplificar os casos de afasia natural da "formação do símbolo na criança", como previu Piaget e no desenvolvimento de ferramentas, explicados entre os cognitivistas que elaboram teorias acerca da inteligência motora na criação de instrumentos utilizáveis com fins determinados – a inteligência ou cognição técnica (*expert cognition*). (É o caso da criação e aperfeiçoamento das facas, cutelos e machados de pedra no alvorecer da humanidade, com o homem neolítico, por exemplo; cf. Gowlett, 2006).

Referencial ausente (D) – Relação indireta entre o **Signo** e o **Referente**. O Significante do Signo é o elo material, o condutor da Significação; aqui ele se encontra em estado de **carga potencial de substituição** – na análise metasemiótica. Logo, o **RFL** se oclusa em suspensão, em favor do Significado em carga de mediação pelo Significante em ação – no ato da **enunciação**, o Significado do Signo toma o lugar do **RFL** – por efeito suspensivo – para se tornar compreensível, em um lugar comum aos partícipes do circuito comunicacional. Este Significado, de fato, está presente nos manuais, dicionários e tabelas de correspondência entre Sistemas Semióticos, a menos que o Emissor redefina, por deslocamento, seu novo Valor de Significação, isto é, sua **Ressignificação**.

A enunciação recebe a potência da comunicabilidade do Sistema de Signos em uso. A sua realização, portanto, tendo assumido a sua autonomia, pode ser estudada e inserida em algoritmos que venham a produzir novos enunciados. Esta realização já está presente nas máquinas de geração de textos, em mecanismos computacionais de inteligência artificial. Os eixos estruturais postulados por Saussure (eixo sintagmático e paradigmático; (Saussure, 1971) ganham dimensão determinante na construção de tais algoritmos de produção textual.

(O) Ponto de interseção entre as diagonais – O ponto (O) não é o ponto de interseção das ausências/negações, pois está a meio curso de cada negação. O que está em (O) é a Sub-rede de Significação que conecta os Signos, entre essas suspensões referenciadas pelas relações (A), (B) e (C). Daí que se entende ser este o ponto comum de todo o **SRT**, isto é, o ponto da comunidade, o ponto da Epistêmica coletiva. Ponto comum: Significado codificado no Signo, o Significado arbitrado pelo entendimento entre os partícipes do circuito comunicacional, o Significado encontrado no dicionário, do uso comum. Potencialmente positivo e potencialmente adulterável ou anulável, isto é, sujeito a Ressignificações.

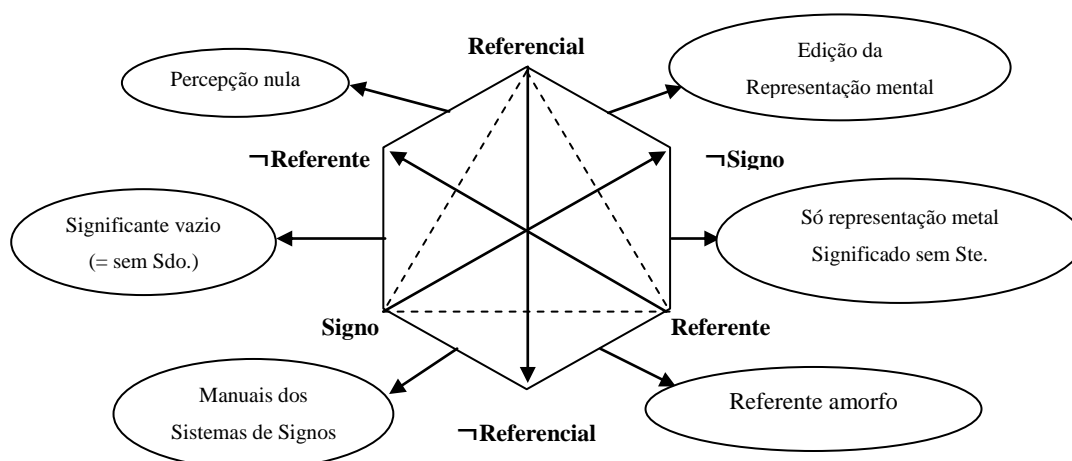
Observemos que, na concepção do Signo saussureano, não há a figura do Referencial declarado na constituição do Signo Linguístico, pois este Referencial estará tacitamente presente e diluído na cadeia da fala, no discurso, onde o sujeito fará suas construções frásicas próprias (enunciados próprios), suas escolhas no ambiente linguístico-cultural em que se

encontra. Só interessa para o Signo saussureano a relação linguística que transporta o conceito socializado (Significado), já acordado e aceito pelos falantes. Esta perspectiva, em momento nenhum pode ser invalidada ou ignorada, pois a função do Signo Linguístico está inscrita na cadeia da fala, isto é, do discurso produzido, a fim de se estabelecer o sentido. O sentido, este sim, é o cerne do Referencial, na perspectiva saussuriana. Como não pode existir um Signo fora da cadeia da fala, Saussure encarrega os falantes desta função mental, função esta da **interpretação** e geração do **sentido**, o que está fora da circunscrição da Língua. Assim, as críticas ao modelo de Signo saussuriano são inócuas e infundadas.

Abaixo, temos a representação gráfica resultante da inserção dos três vértices complementares na formação do **SRH**:

Figura 21: Relações no Semiograma Relacional Hexagonal – SRH

(Fonte: composição do autor)



4.4 A SIGNIFICAÇÃO – FORMATADA E NÃO FORMATADA

A Significação é a grandeza cuja medição ou sub-produto é o Significado do Signo. Enquanto a Significação é amorfa, indefinida e não expressa, podendo ser confundida com a noção, o Significado é o encaixotamento de um conteúdo presente na Significação. Sendo assim, devemos examinar ambas as conceituações, enquanto entes semióticos.

A **Significação** é tomada como uma sub-rede de dados ambientais compartilhada entre os agentes comunicacionais (o Emissor e o Receptor), sem a qual não se podem definir os Significados a serem atingidos e compartilhados referencialmente. Em outras palavras, a **Sub-rede de Significação** envolve tanto o Emissor como o Receptor, de modo a estabelecer os pressupostos contextuais onde a mensagem será gerada e retida, após a sua transmissão. O conteúdo da mensagem será o Significado (ou o complexo de Significados quantizados pelos sinais de transmissão, ou seja, os Signos).

4.4.1 Espectros de Significados

Os Significados dos Signos em seus Espectros de Significados estão de tal modo associados, que podem ser delimitados com certa precisão, dentro de Sub-redes de Significação.

Por meio do processo de Resignificação semiótica, confrontado em paralelo ao efeito Interpretante da teoria de Peirce, estabelecemos um **mapeamento dos Significados** e seus respectivos Signos, sem precisar correr o risco de uma trágica Semiose infinita, o que não é desejável para estudos temáticos.

É aqui que devemos nos referir aos **semas** (unidades de Significação), pois os **semas** associados compõem os Espectros de Significados e estes se anexam às Sub-redes de Significação. Cada Signo possui o seu próprio Espectro de Significados mediante o mapeamento do pensamento intencional em dada sub-rede, para significar e comunicar uma mensagem. Por exemplo, nas Línguas Naturais, no âmbito dos **lexemas** (das palavras e suas locuções), a prática dos Espectros de Significados está presente nos dicionários analógicos, os quais apresentam um esquema de organização prévia por meio destes **Espectros** no sumário do livro.

Outro exemplo, fora da Língua Natural, está na Heráldica, por apresentar **semas** diagramáticos – dotados de certa iconicidade – utilizados para compor um brasão. Podemos

incluir aqui as bandeiras em suas aplicações mais diversas ¹³⁴. Estes são casos de **Espectros de Significados**.

O **pensamento sónico** é mapeado pelas Sub-redes de Significação nas quais se incorporam os Significados "previstos" em dada Sub-rede de Significação. Este processo de mapeamento do pensamento sónico é um conceito fundamental para se compreender os diversos Espectros que propiciam o efeito Interpretante preconizado por Peirce, visto que os Significados estão todos conectados pela **distribuição espectral dos Significados** em todos os Sistemas de Signos em uso, dispostos inexoravelmente na Macro-rede, que é a Cultura. Notadamente, o que se verifica são os constantes processos de Resignificação que os Signos sofrem, uma vez que a flexibilidade das sub-redes se dá por contiguidade ao mapeamento dos pensamentos modelados geradores de tais processos.

A Cultura, tomada como a Macro-rede se constitui, portanto, de toda as Sub-redes, bem como os Sistemas de Signos, necessariamente interligados e dispostos em uma determinada configuração, e onde se podem verificar a presença das diversas conexões entre sub-redes de Signos e suas respectivas significações.

Em outras palavras, não há Signos isolados, o que implica dizer que os seus Significados estão interligados, de tal modo que os Espectros de Significados permitem verificarmos as diversas conexões entre os Signos, o que viabiliza a realização do efeito Interpretante, sob a égide da Resignificação semiótica.

Tradicionalmente, estas Sub-redes de Significação, que envolvem os Espectros de Significados entre os diversos Sistemas de Signos, são chamadas de **contextos** ou, em termos peirceanos, a **experiência colateral**:

(...) que ele [o Signo] pressupõe uma familiaridade com algo de sorte a veicular alguma **informação adicional** concernente a esse algo. Indubitavelmente, haverá leitores que digam ser-lhes impossível compreender isso. Imaginam que um Signo não precisa relacionar-se com algo de **outra forma conhecido** e não sabem como entender o enunciado segundo o qual **todo Signo deve relacionar-se com um Objeto dessa ordem**. (Peirce, 2010, § 2.231, p.47-48; grifo nosso).

Sobre esta questão, Daniel Everett menciona a **sub-determinação** da Linguagem:

Elas [as conversas naturais] também são cruciais para a compreensão da natureza da linguagem por causa de sua sub-determinação – dizendo menos do que se pretende comunicar e deixando explícitos os pressupostos para serem inferidos pelo ouvinte, de alguma forma. A sub-determinação sempre fez parte da linguagem. (Everett, 2019, p.18).

¹³⁴ Tanto no caso dos dicionários analógicos, como nos elementos heráldicos, há um certo imobilismo, que é vencido pelos usos em diferentes sub-redes de Significação que alteram os Espectros e os respectivos Significados,

Uma outra abordagem para compreendermos como se dão estes conceitos, é o **vocabulário** de um determinado metiê, caracterizado pela sua **Sub-rede**. Cada profissão ou área de conhecimento constroi uma **Sub-rede de Sistemas de Signos**, onde se distribui um ou mais **Espectros de Significados**. Assim, cada área de atuação ou de conhecimento especializado envolve um dicionário, cujos termos possuem diferentes Sistemas de Signos, tais como tabelas, diagramas diversos, mapas mentais, ilustrações, fotografias etc, bem como **palavras reservadas** ou **palavras-chave**, cujos Significados lhe são particulares, constituindo, assim, a **distribuição espectral nesta Sub-rede de Significação**, especificada pelas delimitações técnicas, com discurso próprio e, portanto, com vocabulário próprio. A Informática, por exemplo, ao criar linguagens de programação para computador, gera manuais para o uso dos técnicos aplicarem em seus algoritmos os comandos e instruções, dotados de sintaxe e **Significados específicos**, dentro do conjunto de palavras-chave compreensíveis pelos softwares interpretadores, delimitando, portanto, o seu próprio Espectro de Significados para cada linha de programação.

Fica, portanto, patente dois conceitos exclusivos da **TSR**, nestes pareceres. O primeiro é o de **Espectro de Significados** – distribuição delimitada de Signos conexos, estabelecendo uma configuração fechada dos Significados envolvidos em dada sub-rede de Signos, podendo envolver mais de um Sistema de Signos. O segundo conceito é o de **sub-rede de Significação**, que consiste no território de conexões estabelecidas em diversos Sistemas de Signos, a fim de alocar os diversos **Espectros de Significados**, distribuindo os **semas** pertinentes, sabendo-se que podem ser alterados sob o fenômeno da Ressignificação semiótica, tornando tais sub-redes voláteis e redimensionáveis.

Por outro lado, os **Espectros de Significados** podem ser analisados paralelamente ao estudo semântico, dentro da organização da Gramática. Os Espectros de Significados podem ser notados tanto nos registros denotativos, como nos conotativos. Assim, **sinonímia** é um caso de Espectro de Significados, por campos semânticos das palavras – e onde o Interpretante de Peirce ganha o seu caráter infinito, pois uma palavra pode ser sinônima de outra indefinidamente, em uma corrente produzida nos diversos usos e registros dos dicionários lexicais.

Outro caso são os efeitos **paronomásticos**, (palavras que se assemelham por sua constituição fonológica). Neste caso, a semelhança sonora provoca certo sentimento estético. Mas também podem ser visuais, como é o caso das imagens figurativas. Classificadas como **Ícones**, o exemplo das logomarcas é resultado de uma estilização do objeto que representam, via de regra, por semelhança. Os sons musicais, dotados de harmonias e sequências de notas

causam efeito análogo, porém com propriedades sonoras de harmonia, tempo, timbre, altura, intensidade etc.

No caso verbal temos os trocadilhos e as rimas, que nos causam certa admiração, prazer e até riso. Já as aproximações fonológicas esteticamente estranhas são chamadas de cacófatos. O que se nota aqui é **uma significação pela forma**, (efeito icônico dado pela semelhança associativa) e não pelo conteúdo. Trata-se de um processo de **construção de Significado pós-sígnico**, onde os Signos (neste caso, as palavras) provocam uma repercussão mental, seja de estranhamento, seja estético para o belo, seja para a rejeição.

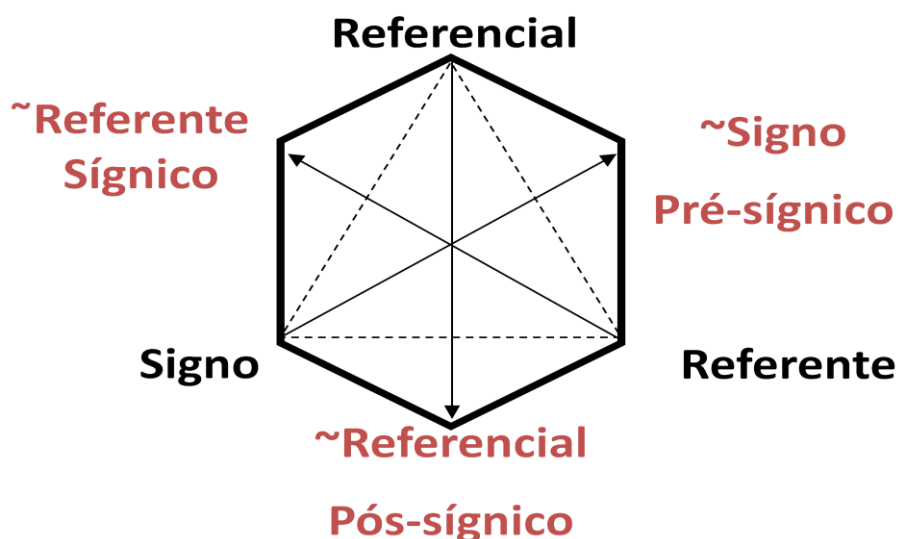
A fim de categorizar os diversos Espectros de Significados, devemos entender a tradicional dicotomia que separa, pelo viés exclusivamente semântico, as construções semióticas denotativas e as conotativas. É o que veremos no próximo tópico.

4.5 SIGNIFICADOS: PRÉ-SÍGNICO, SÍGNICO E PÓS-SÍGNICO

A **TSR** demonstra um ciclo em três momentos, ou melhor, três estágios para a instauração do Signo nas Sub-redes de Significação.

Os desdobramentos do SRH implicam em algumas considerações adicionais, porém, necessárias à compreensão dos estágios dos Significados metassemióticos. Será a análise metassemiótica que definirá na **TSR** os parâmetros do **SRH**. Abaixo a representação gráfica do SRH sintetiza esta perspectiva, visto que o diagrama é um Signo que vem a confluir elementos iconográficos (figura geométrica, no caso, o hexágono) e elementos lexicais, combinando dois Sistemas de Signos. Esta combinação e a reflexão interposta caracteriza a análise metassemiótica.

Figura 22: SRH - Semiograma Relacional Hexagonal – versão final
(Fonte: Composição do autor)



Com base no SRH acima, apresentamos o quadro das relações e correspondências entre os entes semióticos expressas no SRH, seus estágios pré-sígnicos, sígnicos e pós-sígnicos, bem como os processos e funções:

Quadro 7:
Quadro sinótico dos Entes Semióticos da TSR
e suas funções no SRH (Fonte: Composição do autor)

Ente Semiótico	Estágio	Processo ou ação	Função
RFL	Extra e pré-sígnico	Epistêmica	Referenciador
RNT	Pré-sígnico	Edição	Determinador
SGN	Sígnico	Modelagem	Vicária ou Substitutiva
~ RFL	Sígnico	Sistemas de Signos (códigos)	Regramento ou gramática do Sistema de Signos
~ RNT	Sígnico	Comunicar	Informar e transmitir Significados
~ SGN	Pré e Pós-Sígnico	Percepção ou Ressignificação	Silêncio, perceber e editar o RNT

Este quadro está baseado no pressuposto de que não se negam os circuitos comunicacionais, pois, do contrário não há objeto para o estudo da TSR, nem de nenhuma outra observação dos procedimentos semióticos. A semiotização subentende e compreende a **intenção** e a realização dos circuitos comunicacionais onde sempre devem estar presentes um Emissor e um Receptor, sem os quais não há o que comunicar, nem se formam circuitos de comunhão de Significantes e seus Significados.

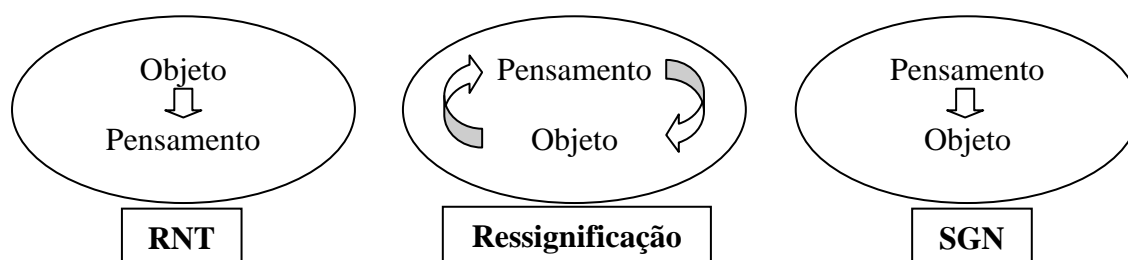
Como expressos no quadro sinótico no. 7 acima e no SRH, podemos verificar os três estágios em que os circuitos comunicacionais se dão, sob a realização da Linguagem em todos os seus potenciais Sistemas Semióticos envolvidos, o que implica em uma constelação de Signos que compõe as Sub-redes de Significação.

Não é possível pensar em comunicabilidade sem a cumulação dos Sistemas de Signos, seja ao longo do tempo, desde os primeiros indícios de manifestação da Linguagem até os mais complexos algoritmos produtores e geradores de textos e respostas enunciadas por meio de máquinas equipadas com redes neurais de inteligência artificial.

Com relação aos estágios acima, pode-se dizer se há Semiose em estado **pré-sígnico**, já que se considera um Significado pré-codificado? A resposta é **não**, pois só há Semiose quando há Signo, uma vez que se trata de uma propriedade primária e intrínseca ao Signo. O estágio pré-codificado é um estado da Epistêmica geradora da Semiose e da relação entre Significado e Significante. O Significado pré-codificado pertence à nebulosa da Epistêmica,

caótica e indiscernível, da qual se gerará a Semiose, preservada na Epistêmica. É de onde surge o Signo. Trata-se, portanto, da modelagem de um objeto que substitui outro objeto dotado de um valor, cujo intuito é significar e conferir sentido em uma sequência semiótica.

Figura 23:
Ciclo do Objeto e Pensamento dentro da sequência semiótica
(Fonte: composição do autor)



Uma vez que um pensamento edita o objeto (ou evento) produzindo um **RNT**, pode-se resignificá-lo com o pensamento modelador, e onde se constroi outro objeto: o **SGN**.

A **TSR**, portanto, nestes termos, cumpre o papel da Ciência Semiótica que se desdobra em uma **metasemiótica**, uma vez que revela a capacidade de estabelecer os parâmetros de análise, tanto para os Signos e seus Sistemas, como para si mesma, à medida que se realiza por meio de Signos em suas diferentes categorias.

4.5.1 Sub-rede de Significação

Entendidos os estágios metasemióticos dos **Entes Semiósicos**, é fundamental a compreensão do ambiente em que os Signos se realizam, e onde os Significantes se correlacionam com seus Significados sgnicos, isto é, a realização das diversas Semioses particulares que permitem as conexões e a formação do sentido que os Signos transmitem em rede – isto é, sempre conexos, pois sem isso, nada significam.

A **TSR** substitui o conceito de **contexto** por **Sub-rede de Significação**, entendendo que se trata do conjunto coordenado de conexões de Signos arranjados de tal modo que é gerada uma Significação basilar, subliminar,¹³⁵ onde os Signos são postos em movimento pelas Epistêmicas envolvidas no processo cíclico de comunicação. Portanto, não existe um contexto ou uma Sub-rede de coisas que se conectam e se integram no entorno. Para o semioticista, **o que há são complexos de Referentes conectados pela Sub-rede de Significação**, cuja materialidade se dá na realização do Signo. Do ponto de vista semiótico, o mundo, o real, o

¹³⁵ Também chamada de sub-determinada por alguns autores, como Daniel Everett.

entorno estão representados e conectados a partir dos processos cognitivos e modelados pelos Sistemas de Signos, estes sim dotados de propriedades relacionais que permitem as conexões.

Assim, os ambientes onde se dão os processos comunicacionais, tanto o **Emissor** como o **Receptor** estão integrados nos Signos que formam a Sub-rede de Significação formada anteriormente e que se estabelece pelo princípio do **Imobilismo**, já que funciona como uma rede referencial sobre os Signos emitidos na enunciação entre um e outro. Os Significados prévios, portanto, já estão estabelecidos. Quando algum pensamento promove deslocamento epistêmico, os Signos envolvidos promoverão a Ressignificação necessária para a compreensão mútua.

Quando se está analisando amostras de ossos em um laboratório (p.ex. indícios paleontológicos), já se tem predefinidos inúmeros Significados que concorrem para a produção de outros, **por meio da emissão de Signos**. As amostras apresentam várias marcas, manchas e sinais que serão decodificados, a fim de gerar **Referentes**. Inferências serão produzidas, enunciadas e convertidas em gráficos (Signos Icônicos) e Signos Linguísticos, os quais expressarão as conclusões, isto é, novos conhecimentos que venham a agregar valor aos conhecimentos prévios instalados nos Significados da Sub-rede de Significação ali adotada.

Outro exemplo é o da sala de aula. Nela fazem parte da Sub-rede de Significação elementos constituintes, Signos, tais como: o espaço físico determinado, onde estejam presentes professor e alunos (Agentes Comunicacionais metassemióticos), e cujas especificações de discursos estão pressupostas – o professor detém o discurso do conhecimento e o aluno, o discurso da ignorância – o primeiro, Emissor, o segundo, Receptor.

O diálogo estabelecido tem caráter pedagógico e segue alguns procedimentos previamente padronizados, com fins na transmissão de informações e conhecimento, bem como um procedimento avaliativo do professor em relação à expressões sígnicas do alunado. Daí ficam claros as **funções sígnicas** de cada partícipe, isto é, o papel codificado pelo lugar que cada um ocupa no circuito e no espaço delimitado, constituindo cada um deles como um Signo imiscuído no circuito – tanto para o Emissor, como para o Receptor – o primeiro, como professor e o segundo, como aluno.

Já em um consultório médico a Sub-rede de Significação impõe os papéis discursivos: do profissional de Medicina e do paciente; a ação comunicacional se dá por uma declaração de queixa do paciente (Emissor), ao que se dá uma resposta discursiva de prescrição de tratamento, dada pelo médico. Neste momento da consulta, o médico assume-se como Emissor e o paciente como Receptor. As funções semióticas de cada um destes integrantes sígnicos está pressuposta na Sub-rede de Significação previamente aceita por ambos os

Agentes Comunicacionais. Não obstante, o ciclo comunicacional promoverá o revezamento entre as ações de cada Agente semiótico.

As Sub-redes de Significação, no entanto, podem ser dinâmicas. Por exemplo, supondo que os partícipes (Emissor e Receptor) sejam amigos, duas ou mais prerrogativas não ditas podem se interseccionar, de modo a permitir revezamento e trocas discursivas. No entanto, as Sub-redes de Significação podem mover-se de tal sorte que, a cada elocução, passam de uma configuração a outra. Estes interlocutores, via de regra, estão imersos em uma cadeia comunicacional linguística, porém, é bom observar que comunicações não linguísticas também podem co-participar neste modelo.

Outro caso é o dos Sistemas de comunicação entre presas e predadores, entre colônias de insetos, como formigas, abelhas e cupins, que obedecem a regras prévias de Sub-redes de Significação muito limitadas e repetitivas, desprovidas de Ressignificações verificáveis.

As Sub-redes de Significação sempre estarão assentadas sobre referenciais semióticos construídos ao longo do tempo, onde estão previamente parametrizadas as relações entre os partícipes do circuito comunicacional. Dado que há situações diversas, ora inscritas em paradigmas já consagrados pela sua repetição, ora inscritas em situações novas, as Sub-redes de Significação apresentam-se dinâmicas e variam conforme as construções semióticas progressas às quais se agregam Signos adicionais. Assim, é possível introduzir Signos que venham a apresentar Ressignificações pelos deslocamentos provocados pelas composições de cada Sub-rede de Significação, uma vez que são instâncias dinâmicas.

É importante lembrar que há uma correspondência entre Sub-redes de Significação e o Fundo Gestáltico Comum, já discutido no Capítulo 2, item 2.3.3, o qual se apresenta na **TSR** como um **Ente Semiótico** determinante dos Significados que envolvem os Signos presentes no circuito comunicacional vigente.

4.6 MODOS DE SIGNIFICAÇÃO: DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

Desde os pensadores da Antiguidade é produzida uma diferenciação entre a **significação direta** e a **significação indireta**. No trabalho de Agostinho, por exemplo, por herança dos retóricos – tributários a Aristóteles –, existe a diferenciação entre os **Signos diretos** e os **Signos indiretos** ou **transpostos**. Na verdade, podemos verificar nos dois modos da Linguagem tal distinção.

Agostinho, (Todorov, 2013, p. 46 ss.), vai cumprir o pensamento dos retóricos com finalidades teológicas e hermenêuticas para uma leitura das Escrituras. A base será aristotélica, onde encontramos a oposição **próprio-transposto**. Aristóteles, no entanto, deixa

reticente a clara divisão, sem especificar os tipos de Signos que exercerão uma e outra significação.

Essa oposição se refere ao modo **como os Signos são utilizados**, conforme a **intenção** do emissor (seja um falante, um escritor, ou um designer de logomarcas). A partir de Agostinho, teremos uma consistência mais elaborada para as significações diretas e transpostas. Os retóricos, sejam os da Antiguidade, sejam os românticos ou os contemporâneos – cada um ao seu entendimento de Retórica – irremediavelmente fazem uso dos dois modos de expressão. Todos os Sistemas de Signos estão aparelhados para executar tanto no modo direto ou denotativo, como no modo indireto ou conotativo. Ocorre que sem a Conotação a expressividade fica prejudicada, uma vez que o espírito humano transcende em seus modos de expressão, de tal pulsão que lhe é natural imprimir mais ou menos ênfase naquilo que deseja transmitir. Ao contrário das máquinas de informação, o homem transmite sentimentos e valores, na expectativa de ser compreendido.

Vejam como a **TSR** define os **Modos de Significação**, visto que **Signos Analíticos** e **Signos Transcendentes** transmitem mensagens de forma diferenciada. Entenderemos por esta distinção, como desmontamos denotativamente a Conotação.

A **TSR** prevê dois modos de Significação, dadas as características das diversas Semioses que se geram nos circuitos comunicacionais, sempre motivados pelas intenções, realizadas nas enunciações dos agentes destes circuitos, promovidos pelo aparelhamento da Epistêmica, já analisados anteriormente.

Os dois Modos de Significação são o **Modo Denotativo** (Denotação) e o **Modo Conotativo** (Conotação). Enquanto o primeiro se estrutura na sequência semiótica de **Signos Analíticos**, o segundo se dá com a presença dos **Signos Transcendentes** (ou Signos Simbólicos).

O ponto de inflexão reside no entendimento da Axiologia aplicada à construção dos Significados. Será o **Valor Semiótico** que distinguirá entre um e outro modo de Significação. Exemplo disso está em Lakoff e Johnson, os quais ressaltam estes aspectos, aprofundando as formas de manifestação das metáforas, desde as mais criativas até às mais corriqueiras, também denominadas **metáforas fossilizadas**, como é o caso da catacrese.

Muito embora o Signo seja gerado a partir de uma gênese de natureza amorfa, de lógica aberta e dotada de valores afetivos e imaginários, com possibilidades de mesclas com verificações empíricas e sensoriais, a **TSR** reconhece que a **intenção discursiva** é que define o Modo. Em outras palavras, o Modo de Significação é uma construção híbrida de valores, tanto afetivos (gerados pelo Aparelho Afetivo-Imaginário em sua função inconsciente), como

empíricos, sensoriais e verificados pelas Epistêmicas envolvidas (gerados pelo Aparelho Cognitivo-Modelador).¹³⁶

Fazendo uma regressão às hipóteses das origens da formação da Linguagem humana, a inauguração do Signo se dá por um processo mental completamente inconsciente, muito embora o Aparelho Volitivo seja acionado em direção ao estabelecimento de canais de comunicação e compartilhamento de informações. Se, por um lado, a intenção em estabelecer um canal de comunicação, (seja visual, gestual ou sonoro), é um fato consciente, por outro, os Signos são elaborados por motivação inconsciente. Com isso, entendemos a hipótese aceitável de que as pinturas rupestres são manifestações simbólicas, isto é, uma produção com Significação não direta, mas indireta, onde os desenhos recebem valores semióticos transcendentais. As representações icônicas das pinturas se mostram de forma diagramática. No entanto, há forte expressividade de que se trata de uma intenção motivada pelo mágico, pelo fantástico, pelo sagrado, pelo mítico, para além de uma simples narrativa ou retratação. O que está em inferência é que estas imagens produzem um **índice** que remete a um conseqüente provável: a mística oculta que a cena da caça nos sugere. Do contrário, o que impulsionaria ao artista tomar a iniciativa de elaborar tais representações?

Esta perspectiva vai ao encontro dos estudos sobre os mitos originários e suas representações, dadas as fórmulas pelas quais os mitos são produzidos. O Signo em sua essência parece, portanto, ser motivado pelo **ato simbólico**,¹³⁷ tanto para quem o elabora como para quem o compartilha *a posteriori*. Aqui há condições para conjecturarmos que os índices são Signos que podem comunicar Significados transcendentais, como é o caso das sacralizações, fetiches e divinizações dos fenômenos da Natureza e das colheitas coletivas, que geram rituais, comemorações sociais, constituindo marcas temporais, seja por meio de associações a fenômenos astronômicos, seja em marcas em calendários mais elaborados, pós-escrita.

O Modo, como se dá o Significado do Signo e sua respectiva determinação, não é imobilizado, pois depende da **intenção do enunciador** ao escolher como se dará o uso dos Signos no exercício do discurso e das associações valorativas (axiológicas), que lhe serão atribuídas. Não se pode dizer que um enunciado seja exclusivamente Denotativo ou Conotativo. Os enunciados são complexos de tal sorte que, diante do uso conjugado de vários Sistemas de Signos coadjuvantes, os Modos podem se mesclar, dificultando o discernimento entre o que é analítico e o que é transcendente.

¹³⁶ Para rever os conceitos dos Aparelhos, cf. Capítulo 2, item **3.1 A Epistêmica**.

¹³⁷ Sobre "ato simbólico" ver o anexo B.

A melhor das análises semióticas é aquela que identifica cada um dos Signos e o seu Modo discursivo, se Signo Analítico, se Signo Transcendente e suas funções semióticas na enunciação. Uma vez combinados, as camadas de um e de outro Modo podem se confundir e até mesmo se sobrepor, com tal grau de complexidade, que uma leitura apressada possa implicar em um equívoco de avaliação das intenções do autor. Esse fato é muito comum nas hermenêuticas *a priori* de textos e de iconografias de tempos passados, de tal sorte a se imobilizar conceitos, Significados e Valores sem fundamentação adequada.

4.6.1 Modo Denotativo

O **Modo Denotativo** é o nível mais básico de Significação de um Signo, pois é irreduzível. Ele se refere imediatamente ao Referente originário, ou seja, àquilo que o Signo representa de forma direta e, via de regra, universalmente compreendido. Neste Modo, o Signo tem um Significado claro e objetivo, **em grau nulo ou baixo de ambiguidade**. São típicos neste caso, os Signos Indiciais Naturais. É o caso do odor de carne putrefata de plantas carnívoras, o que funciona como estímulo para atrair insetos como moscas. Este Signo Indicial funciona com Valor denotativo, cuja intenção está bem definida: atrair o alimento para a sobrevivência da planta. Outros exemplos podem ser citados, como para Signos Linguísticos e gestuais cuja função primeira é de nomear objetos do entorno, ou de padrões de eventos como chuva, vento, inundação etc, e sentimentos, como amizade.

A essa característica se combina outra, que torna o Significado de um Signo vigente ao Modo Denotativo, que é sua **taxa de ocorrência**, ou seja, a sua **repetição**, dentro das mesmas condições do entorno. A repetição conduz o Signo ao seu Modo Denotativo, uma vez que o seu entendimento se reproduz universalmente de tal sorte que os partícipes não elucubram segundas intenções na enunciação. O seu **valor semiótico** é irreduzível, dada a sua familiaridade e à sua compreensão imediata, desprovida de qualquer suplemento ou valor de Significação agregado. Os manuais de cada Sistema de Signo apontam para um Significado enxuto, reduzido e direto com o seu Referente unificado, desprovido de camadas de valores adicionais.¹³⁸

Sob abordagem do Signo Convencional, em particular do texto verbal, o Modo Denotativo é uma modalidade de discurso que se concentra na transmissão objetiva e literal dos Significados das construções textuais. Nesse modo de construção de Significação, o objetivo principal é informar com intenções precisas e claras, evitando ambiguidades ou

¹³⁸ As fossilizações de metáforas e metonímias seguem este processo padrão das repetições, esvaziando os teores transcendentais das construções imaginárias que agregaram valores no seu uso estreado.

interpretações desviantes e subjetivas. O foco está na **função referencial da Linguagem** (Jakobson,1975), ou seja, busca-se a descrição factual e na representação direta dos elementos do ambiente tomado como realidade, sem o apelo a Signos Transcendentes.

O Modo Denotativo é amplamente utilizado, apelando-se para as três categorias de Signos (icônicos, inferenciais e convencionais) em áreas como ciências, educação técnica, relatórios técnicos, projetos de engenharia, manuais, entre outros contextos em que a acuidade, exatidão e a clareza são fundamentais. Nessas áreas, é importante comunicar, sem espaço para duplicidades de sentido, que possam comprometer a compreensão dos conteúdos.

Uma das características do Modo Denotativo é a utilização de **termos (vocabulário) e diagramas (Signos Icônicos) específicos e técnicos**, instruídos e adequados ao campo de conhecimento em questão. Por exemplo, na área da Física, ao descrever o movimento de um objeto, pode-se utilizar termos como velocidade, aceleração, massa, sem entrar em considerações metafóricas. A intenção é fornecer uma descrição precisa e quantificável dos fenômenos observados.

Além disso, o Modo Denotativo prioriza a utilização de argumentos objetivos e de lógica fechada, baseados em evidências e fatos verificáveis, sob condições delimitadas. A emoção e a subjetividade são relegadas, favorecendo uma abordagem o mais **impessoal e direta** possível.

Não obstante o uso da palavra, o Modo Denotativo também deve se valer do uso de Signos Icônicos e Signos indiciais, a fim de enriquecer e ampliar a comunicação. Esses elementos visuais ou sensoriais são importantes recursos semióticos que contribuem para a transmissão de informações objetivas e literais, constituindo a Sub-rede de Significação.

É importante ressaltar que o Modo Denotativo não exclui completamente a presença de conotações ou interpretações subjetivas, mas busca minimizá-las em prol de uma comunicação universalmente compreensível. Em alguns casos, pode haver um "equilíbrio" entre o uso do Modo Denotativo e Conotativo, especialmente em Sub-redes em que a expressão criativa ou a persuasão sejam desejadas. Como os **Signos Icônicos** guardam certa semelhança visual ou perceptiva com o objeto ou conceito que os determinam, podem e devem ser usados para transmitir informações sem camadas de Significação adicional, através de uma associação visual reconhecível (*Gestalt*). Por exemplo, em um manual de instruções, o uso de ícones, como setas indicando direções ou imagens representando diferentes partes de um objeto, auxilia na compreensão das etapas a serem seguidas.

De outra monta, os **Signos Indiciais**, por representar **Referentes** determinados pela relação de causa e efeito, dado um objeto ou evento, são baseados em uma associação natural

ou causal. Por exemplo, fumaça é um índice de fogo, pois sua presença indica a existência de uma fonte de calor ou combustão por trás dela. No entanto, são necessários outros índices co-partícipes na Sub-rede do ambiente para que se formule uma conclusão inequívoca, já que pode haver insuficiência de elementos para tal.

Os Signos icônicos e indiciais no Modo Denotativo, produzidos pela elaboração de edições epistêmicas complementam a expressão verbal, fornecendo um conjunto de representações articuladas na Sub-rede de Significação. Essa articulação de Signos facilita a compreensão e a assimilação das mensagens. Esses elementos sensoriais podem vencer as barreiras linguísticas e culturais, permitindo uma comunicação mais efetiva.

Por exemplo, em um manual de montagem de móveis, além das instruções escritas, a inclusão de diagramas, ilustrações ou esquemas representando as peças e as etapas de montagem ajuda a transmitir as informações de forma clara e objetiva. Isso permite que pessoas com diferentes níveis de proficiência na Língua ou com diferentes bagagens culturais possam compreender o processo de montagem eficientemente. Dessa forma, a co-participação de Signos icônicos e indiciais, no discurso de modo denotativo, torna-se essencial para uma comunicação bem sucedida.

Enfim, trata-se da modalidade de discurso que prioriza a comunicação objetiva e inequívoca, sob Significados determinados. Como forma de discurso volta-se para a transmissão de fatos, conceitos e descrições para uma construção de novos conhecimentos, a partir da compreensão universal, baseada em evidências representadas em Signos Indiciais, Signos Icônicos e Signos Convencionais por meio de Significados determinados, cujas Resignificações semiótica seguem *a priori* o princípio do Imobilismo.

4.6.2 Modo Conotativo

Já o **Modo Conotativo** envolve valores subjetivos e transcendentais (chamados tradicionalmente de simbólicos), que são suplementados a Significados de determinados Signos, para além de seu sentido direto. Ele se configura pelas associações de valores afetivos suplementares, valores culturais compartilhados (de outras Sub-redes), valores emocionais e particulares que os partícipes fazem em relação ao enunciado. No Modo Conotativo, o Significado pode variar de acordo com a Sub-rede de Significação conexa a outras Sub-redes. Esta expansão para outras Sub-redes suplementares co-participam da Sub-rede inicial onde o Signo se estabelece. Assim, o Significante do Signo associa-se a Significações outras para além de sua denotação ordinária, sofrendo, portanto, **Resignificação** de Modo, isto é, passando de Signo Analítico para Signo Transcendente – o que vai predefinir a enunciação

para outra ordem de Significação – como é o caso da Literatura, expressa como arte da palavra, seja em prosa, seja em verso, por exemplo.

Um Signo Indicial ou Icônico poderá sofrer esse processo de Resignificação, quando sugerirem outras Significações adicionais, suplementando a compreensão e atribuições de valores que não seriam expressos em Sub-redes de Significação caracterizadas pelas repetições, e pelas ocorrências corriqueiras. Por exemplo, a palavra "cadeira" pode conotar conforto, descanso, autoridade, lugar de fala, entre outros **Espetros de Significados**. De outra sorte, um Signo Icônico como a imagem de um trono, seja em fotografia ou em uma pintura, representa, não apenas um objeto para sentar-se, mas, sobretudo, está imiscuída em uma camada de Significado Transcendente, isto é, de uma Significação suplementar para valores de nobreza, aristocrático, riqueza material, comando etc. Tal Semiose evoca valores pertinentes a outras Sub-redes de Significação, enriquecendo o Espectro de Significados que a imagem do trono conota – apresenta-se em seu Modo Conotativo.

O Modo Conotativo revela-se pela expansão para outras Sub-redes que co-participam da Sub-rede inicial, em que seu uso é desviante, como é o caso dos tropos de Linguagem, as alegorias, as anedotas, as histórias e contos ficcionais, bem como os equívocos de imagens (Signos Icônicos) presentes na chamada **ilusão de ótica**.

Figura 24

O pato-coelho (esq.) e o vaso de Rubin (dir.)
(Fonte: Google imagens)



As imagens provocadoras de ilusão de ótica são típicos exemplos produzidos para demonstrar a ambiguidade a que os sentidos estão sujeitos, mediante a não identificação unívoca dos Significados constituintes de dado Signo imagético, o qual possui uma Semiose de natureza diferenciada das demais categorias sígnicas.

No Modo Conotativo, há conexões impostas involuntariamente com outras Sub-redes de Significação. Essas conexões, são necessariamente percebidas, uma vez que a Significação inicial não dá conta do fechamento gestáltico do Espectro de Significados inerentes à

compreensão cabal (formação de sentido), a qual exige conexões auxiliares para tal fechamento gestáltico, isto é, do Significado formatado no Signo.

De novo: aqui se enquadram a **metáfora** e a **metonímia**. Figuras de tropos que impõem as conexões de Sub-redes de Significação suplementares para a introjeção do Significado intencionado na enunciação.

Outro exemplo de análise semiótica pode ser feito em uma peça publicitária. Vamos considerar um anúncio de perfume que mostra uma mulher em um ambiente natural, à beira-mar, de vegetação verdejante. No Modo Denotativo, a imagem denota uma mulher em um cenário tropical. No entanto, no Modo Conotativo, essa imagem pode implicar em associações de Significações de outras Sub-redes, como beleza, sensualidade, liberdade, sublimação, entre outros. Além disso, outros Signos presentes na peça, como a música, as cores utilizadas, a escolha das palavras no texto, também podem evocar valores suplementares para além da iconicidade formatada, que reforçam a mensagem do anúncio, para uma **sublimação valorativa** do objeto em apelo. O acréscimo de adjetivações ao cenário conduz a implicações e inferências para além da imagem mostrada. Os Signos Indiciais presentes à esta montagem imagética conduz à inferência da necessidade de se reportar a conexões de Sub-redes de Significação que não estão presentes na imagem enunciada.

Enfim, para diferenciar um Modo do outro, devemos verificar que, quando o Significado do Signo enunciado é repetido, corriqueiro, irreduzível e de baixo grau de ambiguidades o Modo é Denotativo; quando o Significado do Signo é incompleto e não satisfaz à prerrogativa de seu sentido cotidiano e usual, é necessário associarem-se Sub-redes de Significação suplementares, a fim de dar conta do Espectro de Significados que o Signo empregado exige – no seu fechamento de Sentido.

Portanto, o **Modo de Significação** é derivado de um processo de **Ressignificação** que envolve as diversas manifestações de Significação, dadas as combinações de Sistemas de Signos que se entrelaçam e predefinem as atribuições de valores de Significação. Na verdade, não encontramos um modo puro de Significação, senão, as manifestações sgnicas se dão de **Modo Híbrido**, isto é, há constituintes denotativos e conotativos em cada construção sgnica.

O Modo Denotativo é aquele pelo qual os Signos Analíticos permitem a **Ressignificação inversa** do Modo Conotativo, uma vez que o uso dos Signos Analíticos permitem a revelação do **mecanismo de sublimação**, isto é, de geração de Valores suplementares, para além dos Signos, cujos Significados são enriquecidos ou substituídos com outras Significações não presentes no enunciado. Assim podem-se explicar anedotas, desmascarar ficções, alegorias e desmanchar mitos, explicar metáforas e analisar metonímias,

com a redução proporcionada pelos Signos Analíticos, em enunciados dados no Modo Denotativo.

Desse aspecto, podemos concluir, que o Modo Conotativo segue o Princípio do Mobilismo, visto que os processos de Ressignificação semiótica são flagrantes e frequentes. A fim de esclarecer melhor este aspecto, analisemos o Signo Transcendente mais detalhadamente a seguir.

4.6.2.1 O Símbolo – um Signo Transcendente

Símbolo, segundo Lalande em seu dicionário:

Do grego $\sigma\upsilon\mu\beta\omicron\lambda\omicron\nu$, signo de reconhecimento, formado por duas metades de um objeto partido que se aproxima; mais tarde, qualquer signo, símbolo, selo, insígnia, palavra de ordem etc. Aquilo que representa outra coisa em virtude de uma **correspondência analógica**. Diz-se: 1o. os elementos de um algoritmo rigoroso: "símbolos numéricos, algébricos"; – 2o. qualquer signo concreto que evoca (por uma relação natural) algo ausente ou impossível de perceber: "O cetro, símbolo da realeza".

Especialmente, por oposição à realidade: "A interpretação de todos os fenômenos em termos de matéria, de movimento e de força não é nada mais do que a redução de nossos símbolos complexos do pensamento para o mais simples dos símbolos; e quando a equação foi conduzida aos seus termos últimos, os símbolos permanecem ainda símbolos" (H. Spencer, *First Principles*, 2nd part, chapter. XXIV, §194). (Lalande, 1972, pp.1079-1080; grifo nosso).

Os **Símbolos**, aqui especificados como **Signos Transcendentes** são Signos que ultrapassam o Significado usual ou denotativo, para além do seu próprio **Fundo Gestáltico Comum**, ou seja, para além do ambiente em que se situam; são, portanto, a molécula do Modo Conotativo.

Por consequência do **Efeito Interpretante**, natural a todas as categorias de Signos, o Signo Transcendente remete a outras circunstâncias, evocando situações significantes pretéritas e futuras, visto que o seu espessamento de significação se estende a inúmeras **Sub-redes de Significação**. Há aqui um encadeamento sucessivo, no interior destas Sub-redes que se desdobram, visto que sua Semiose não se dá em um único processo de Ressignificação, mas em várias **ressignificações sucessivas**, como se prevê na **TSR**.

Na **TSR** o Signo Transcendente não está comprometido com a realidade dos corpos, e sim com uma amorfia que se reproduz por meio da evocações e remissões que esta categoria sígnica empreende. Para isso, é necessário retomar o funcionamento do **Aparelho Afetivo-Imaginário**, o qual produz os pensamentos e as associações, como já vimos anteriormente (cf. 3.1. Epistêmica).

Por fim, mas não menos importante, é o **caráter sublimador** que os Signos Transcendentes envolvem, visto que os Sistemas de crenças e de valores morais, sociais e materiais estão sob domínio das representações simbólicas que esses Signos exercem. Para ratificar esta perspectiva, tomemos as palavras de Chevalier e Gheerbrant:

O símbolo é, portanto, muito mais do que um simples signo ou sinal, transcende o significado e depende da interpretação, que, por sua vez, depende de certa predisposição. Está carregado de afetividade e de dinamismo. Não apenas representa, embora de certo modo encobrindo, como – também de certo modo – realiza e anula ao mesmo tempo. Afeta estruturas mentais. Por isso é comparado a esquemas afetivos, funcionais e motores, com a finalidade de demonstrar que, de certa maneira, mobiliza a totalidade do psiquismo. A fim de assinalar seu duplo aspecto representativo e eficaz, podemos qualificá-lo, facilmente, de *ídolo-motor*. O termo *eidolon* mantém-no, em relação à representação, no nível da imagem e do **imaginário**, em vez de situá-lo no nível **intelectual** da ideia (*eidós*). Isso não quer dizer que a imagem simbólica não provoque nenhuma atividade intelectual; permanece, contudo, como centro ao redor do qual gravita todo o psiquismo que ela põe em movimento. (Chevalier e Gheerbrant, 2022, p.18; grifos nossos em negrito),

As **ressignificações semióticas** são de tamanha envergadura, que os estados de espírito, as apreensões e as evidências que regem as convicções pessoais e coletivas estão presentes em todos os ambientes e situações em que diferentes Epistêmicas possam se encontrar. Daí um ramo da Semiótica estar inteiramente dedicada aos Signos Transcendentes, isto é, a **Simbólica**. Cabe verificar qual análise a **TSR** efetua em relação aos Signos Transcendentes, visto que aos seus Significantes lhes é concedido o poder de transcender a sua forma. Eles detém ascendência sobre as Epistêmicas, tanto individual como coletivamente. Aliás, toda a sua influência e ascensão os torna instrumento de dominação e poder, sem que se perceba sua natureza semiótica. Um importante estudo sobre a ação sincronizadora dos Signos Transcendentes é encontrado na obra *O Verdadeiro Criador de Tudo*, de Miguel Nicolelis, criador da teoria do **brainets**, que consiste na formação de redes de cérebros que voltam a atenção para um determinado objeto. Diz o autor:

A acumulação, o refinamento e a transmissão de conhecimento por Brainets humanas pode explicar também o surgimento da mais temida e eficiente arma usada pelos nossos ancestrais pré-históricos durante a caça de grandes presas. Refiro-me à **capacidade humana de planejar e coordenar a atividade conjunta** de grandes aglomerados humanos. Essa tarefa hercúlea envolve não só a **habilidade de comunicar-se efetivamente**, e a cada instante no tempo, com todos os indivíduos que formam um grupo de caça, como também de coordenar uma série de outras atividades mentais mais sutis que permitem que cada indivíduo desse grupo, bem como os seus líderes, seja capaz de reconhecer o que outros parceiros pensam sobre toda a empreitada, bem como os papéis alocados a cada um. (Nicolelis, 2020; p.37; grifos nossos).

Sua função é, portanto, tornarem-se veículos mágicos e arautos fantásticos, que trazem mensagens de instâncias espaciais e temporais do além e para além do que o Signo representa,

ao promover **ressignificações** decisivas na conduta e no futuro daqueles que os adotam como verdadeiros.¹³⁹ A força do conteúdo transmitido é de tamanha monta que inibe e oculta a sua natureza semiótica, a qual somente será percebida diante de uma visão crítica da Consciência Semiótica. O Símbolo assume aquilo que representa.

Pela **TSR** podemos, portanto, identificar e caracterizar como os Signos Transcendentes funcionam, haja vista a metasemiótica que este tema envolve e observa, não pelo caráter **eidético**, mas pelo Valor Semiótico que o chamado Símbolo assume.

4.7 CLASSES DE RESSIGNIFICAÇÃO – METASSEMIÓTICA E SEMIÓTICA

Devemos distinguir duas classes de Resignificação. A primeira é interior à TSR, de natureza metasemiótica, uma vez que se refere aos elementos semióticos, em sua estrutura interna nos elementos semióticos: SGN, RNT, RFL, nos três estágios: pré-sígnico, sígnico e pós-sígnico.

A segunda classe de Resignificação é semiótica propriamente dita, caracterizada pelas Sub-redes de Significação e os Significados que compõem os Sistemas de Signos envolvidos. Vejamos detidamente cada um deles.

4.7.1 Classe de Resignificação Metasemiótica

Entende-se por Resignificação Metasemiótica aquela em que ocorrem entre os entes semióticos, isto é, na formação do Referente – estágio pré-sígnico –, na modelagem do Signo – estágio sígnico –; e no efeito pós-sígnico – seja pelo Efeito Interpretante, seja pela Resignificação do Referente.

4.7.1.1 Resignificação Pré-sígnica

Dizemos que a Resignificação é **pré-sígnica** quando o Aparelho Cognitivo-Modelador gera o Significado formatado imiscuído no Signo. Neste instante, a Epistêmica já executou a Edição Epistêmica e delimita, portanto, a Significação, matéria constituinte do Significado no Referente.

Assim, ao se perceber um fenômeno (sinal da natureza), sem Significado anterior, um conjunto de outros sinais percebidos concorrem para a Edição Epistêmica executar pelo Aparelho Cognitivo-Modelador a modelagem do Significado, que se associará ao Significante e que integrarão o Signo. O processo da Significação **pré-sígnica** gerará o Significado

¹³⁹ Sobre uma discussão acerca da verdade dos mitos e dos símbolos na Grécia Antiga, cf. Os gregos acreditavam em seus mitos?, de Paul Veyne. Ver também a Introdução do Dicionário de Símbolos, de Duvalier e Gheerbrant.

Sígnico tão logo a Semiose se constitua no Signo, isto é, o conjunto das associações que concorrerão para a Semiose – o liame do Significante ao Significado –, gerando assim, a formatação do Signo, na sua forma e no seu conteúdo.

4.7.1.2 Resignificação Sígnica

A **Resignificação sígnica** é aquela que ocorre no Significado do próprio Signo, alterando o conteúdo e, eventualmente, as associações que concorrem neste processo. Esta categoria de Resignificação é a mais complexa, pois envolve, necessariamente a Sub-rede de Significação e os Signos nela inscritos, que sofrerão alterações e mutações de seus Significados. Sem esse processo, não há mutabilidade verificável nos Sistemas de Signos, nem tampouco, as **Conversões entre Modelos**. Os Sistemas de Signos são, portanto, terrenos movediços, dotados de certa rigidez onde se possam trafegar as enunciações, sem, no entanto, oferecer nenhuma garantia de que o **Efeito Interpretante** se realize de forma sistemática, normalizada e uniforme. A instabilidade dos Sistemas de Signos é uma constante, embora possa se estabelecer alguns territórios mais sólidos (cf. Princípios do Mobilismo e do Imobilismo).

4.7.1.3 Resignificação Pós-sígnica

No Circuito Comunicacional a **Resignificação pós-sígnica** é um processo cognitivo com baixo grau de acessibilidade, visto que pode se desmembrar em três sub-grupos:

- **Atribuição de Significação** – Na TSR o que se entende pela Atribuição de Significação é tomado como operação axiológica, isto é, quais **valores semióticos** serão dados a um enunciado, dentro de uma Sub-rede de Significação. A atribuição de valores de Significação implica no acesso ao acervo de Significados pré-existentes acumulados na Epistêmica, e que são associados a outros Referentes sob forma de Significados presentes na Sub-rede de Significação, no ato do circuito comunicacional, em que transitam os Signos, produzindo uma cadeia semiótica de sentido.

A essa operação podemos incluir os processos de compreensão de um conjunto articulado de Signos ou a um Signo em particular, caracterizando o entendimento da mensagem carregada pela **sequência semiótica** produzida no circuito comunicativo, o que, em outras palavras, viabiliza o **fechamento gestáltico** da mensagem, mas não o encerramento do circuito, o qual se perdura nas trocas entre os Agentes envolvidos.

É por esta causa que se pode gerar o **Efeito Interpretante**, pois, sem o acervo de Signos disponível, não é possível dar continuidade à produção sígnica, seja pela

recuperação de Signos do acervo, seja na produção de novos Signos e Sistemas de Signos.

- **Efeito Interpretante** – Entende-se que, enquanto integrante do Signo, o **Interpretante** previsto por Peirce é, na verdade o Efeito Interpretante, isto é, um **processo pós-sígnico** que somente pode ser ativado e realizado após a percepção do Signo. Tanto os Signos Analíticos como os Signos Transcendentes produzem Efeito Interpretante a partir da percepção de Signos, podendo produzir novos Signos ou a sua própria Resignificação. Aqui fica claro que os processos de Resignificação podem ser confundidos com esse efeito. A plasticidade do Signo é claramente percebida, principalmente, quando o Signo sofre a ação das Resignificações, seja pela ação da ambiguidade, da polissemia, dos metaplasmos etc.

- **Conversão entre Modelos Semióticos (CMS)** – Somente após a percepção de uma enunciação é que se pode verificar em que Sistema de Signos foi produzida, dada a Sub-rede de Significação que a envolve. A Linguagem produz inúmeros Sistemas de Signos, o que implica em dizer que tais produções possuem uma mesma origem: a Epistêmica, e os processos gerados por ela. A **CMS** é fruto da associação correlacionada entre os diversos Sistemas Semióticos, como é o caso da partitura musical que se realiza na execução de um instrumento; e a própria leitura oral de um texto escrito em um dado código linguístico (português, russo, dinamarquês etc) e as traduções entre um código e outro – o que inclui criações como o código Morse. Estas são claras manifestações de CMS, tipicamente pós-sígnicas. Outro caso típico de processo de Resignificação pós-sígnico é a **escrita semítica primitiva**, a qual não dispunha de vogais, originalmente. O leitor, obrigatoriamente, preenchia em um processo pós-sígnico as lacunas, a fim de emitir as expressões oralmente completando-a *a posteriori*. Modernamente, os mecanismos de inteligência artificial de programas processadores de texto e de linguagens de programação executam a função de auto-completar, a qual sugere terminações escritas de expressões escritas, a fim de antecipar o texto desejado.

4.7.2 Classe de Resignificação Semiótica

A Resignificação Semiótica é aquela em que se verifica deslocamentos epistêmicos no plano do conteúdo, isto é, das ideias, conceitos e Significados estabelecidos em áreas delimitadas do conhecimento construído essencialmente com o uso ostensivo e necessário dos Sistemas de Signos.

Assim, devemos estabelecer um critério taxonômico a fim de circunscrever as Ressignificações Semióticas à luz da TSR, uma vez que o fenômeno da Ressignificação é universal no âmbito das construções dos diversos conhecimentos e saberes que a Humanidade produziu, alterando o mundo e impondo os marcos da Realidade.

Os principais eixos do conhecimento onde a Ressignificação Semiótica ocorre são: Filosofia, Ciências e Estética (em que se inclui Arte). No Capítulo 4 veremos casos e exemplos de Ressignificação Semiótica no plano dos conteúdos, a partir de seus respectivos deslocamentos epistêmicos causadores.

4.8 SINOPSE DA TSR E COMENTÁRIOS FINAIS

A **TSR** projeta uma visão descritiva da geração e das transformações dos Signos, cujos fundamentos iniciais estão assentados em uma perspectiva histórica, cujos expoentes são Charles Sanders Peirce com sua Semiótica e Ferdinand de Saussure com sua Linguística (e projeto de Semiologia). Enquanto a tese do norte-americano C. S. Peirce cria o termo **Semiose** e o fenômeno da **Semiose Infinita**, derivada do **Efeito Interpretante**, bem como introduz o conceito de **Pragmática** no ato comunicativo e de transmissão de mensagens, F. de Saussure estabelece as bases para o **Estruturalismo**, sob rigor científico, com fins no estudo das **Línguas Naturais**, fundando uma escola de pensamento perene, consistente e que ainda vigora entre muitos pensadores contemporâneos.

Sob a égide de uma abordagem cognitivista, a **TSR** elabora um quadro de tipos de pensamentos, de onde surge o pensamento amorfo e o pensamento modelador. Este último, responsável pela geração e modelagem do Signo, tendo em vista os valores agregados pelos pensamentos amorfos, ambos funcionais dos Aparelhos Afetivo-Imaginário e Cognitivo-Modelador.

Por meio da demonstração e evolução da tríade **Signo (SGN)**, **Referente (RNT)** e **Referencial (RFL)**, inauguraram-se duas novidades em caráter metassemiótico: o Diagrama Relacional Triádico (**DRT**), o qual evolui para o Semiograma Relacional Hexagonal (**SRH**). Esta contribuição é a de representar, por meio gráfico, as positivities e as negatividades lógicas dos três estados ou estágios Semióticos – em uma perspectiva metassemiótica – ou seja, os estados **pré-sígnico**, **sígnico** e **pós-sígnico**.

Prevendo duas Entidades Semióticas (subdivididas em dois Entes), sendo três Entes semiósicos (RFL-SGN-RNT) e três Entes semióticos (Semiosfera, Sub-rede de Significação, Espectro de Significados e Sistema de Signos), três Processos Semióticos: Atribuição de Valor de Significação, Ressignificação Semiótica e Conversão entre Modelos Semióticos, seis

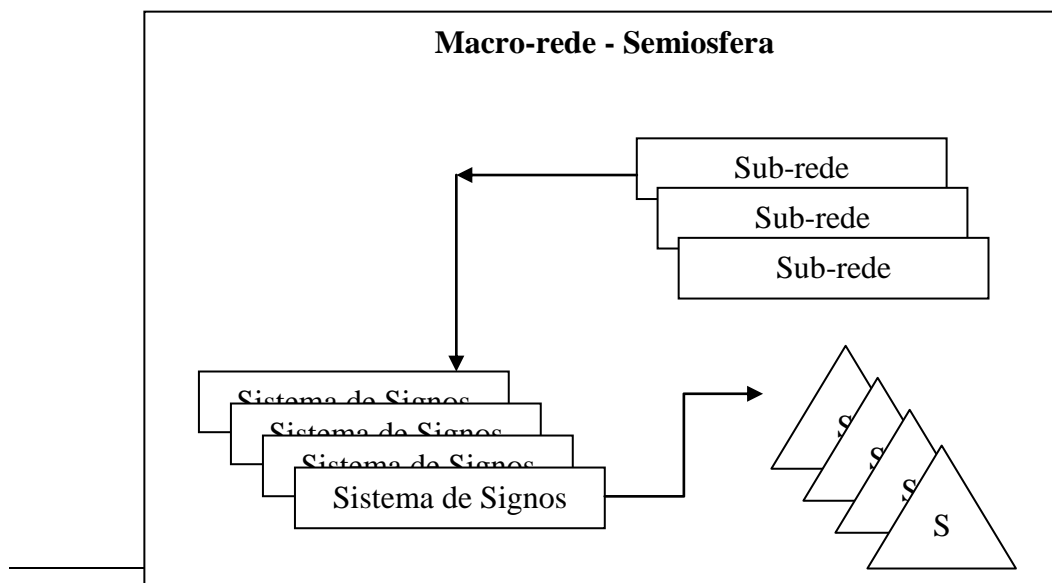
Leis: Modelagem Plástica, Deslocamento, Ressignificação, Metaplasmo, Ambiguidade, Valor Semiótico, dez Postulados e quatro teoremas; a **TSR** abrange ainda três categorias de Semiose, a saber: o **Signo Indicial**, o **Signo Icônico** e o **Signo Convencional**, que se submetem a todas as predições conceituais aqui expostas e discutidas.¹⁴⁰

Com isso, espera-se que a **TSR** tenha atingido os objetivos e demonstrado a hipótese inicial, na expectativa de críticas e aperfeiçoamentos. De um lado, o objetivo em "descrever a natureza do **Signo**, em suas diversas manifestações perceptíveis", de outro, visa-se verificar como o Signo funciona e se realiza, desde sua origem e evolução, até um prognóstico a um vislumbre de seu futuro. Procura-se ainda, de um lado, verificar modificações nos planos intelectual (da Epistêmica) e sensível (do corpo), por outro de interagir com eles, sempre sob o efeito da presença e utilização dos Signos.

Para seus fundamentos filosóficos, a **TSR** estabelece os parâmetros conceituais e ontológicos. a fim de se compreender a relação entre a Realidade sensível e a **Semiosfera**. Cria-se, portanto, um vocabulário específico, incorporado à teoria, garantindo o entendimento peculiar e inovador de seus Significados. Daí apresentarmos em anexo um conjunto de 13 verbetes da terminologia técnica da TSR.

A pretensão maior, com efeito, é demonstrar que o Real está subsumido a uma construção Semiótica, em uma relação de contato com o mundo, no seu espaço ao longo do tempo – contemplando para o futuro uma progressiva transformação da espécie humana, em um contínuo e inexorável processo de Ressignificação.

Figura 25:
Diagrama do Modelo Estático – Ontológico da Semiótica Geral
(Fonte: composição do autor)



¹⁴⁰ Lembramos que categorias sgnicas é uma classificação mais adequada e precisa do que tipos de Signos, tradicionalmente definida pela tese peirceana.

5 CAPÍTULO IV – INSTÂNCIAS E APLICAÇÕES DA TSR

5.1 INTRÓITO

Linguagem é ação.
Wittgenstein¹⁴¹

Esta quarta e última parte vem apresentar algumas aplicações e reflexões adicionais, a fim de trazer maior amplitude na compreensão da **TSR**, uma vez que a presente teoria funciona basicamente sob a égide das transformações a que os Signos e nós mesmos estamos sujeitos. Se o mundo físico e material impõem aos corpos mutações, formações, deformações, enfim, metamorfoses, como nos ensinou Ovídio,¹⁴² o mundo dos Signos, preenchido pelos Significados e atribuições de **valores semióticos**, bem como, pelas nossas aspirações e desejos, está em constante mutação, ao que intentamos caracterizar pelo conceito semiótico de Ressignificação.

A partir da **Lei Geral da Ressignificação (LGR)**, podem-se identificar diferentes categorias de Ressignificação Semiótica. Essa tipologia está relacionada aos processos de **atribuição de valores de Significação**, trocas e permutas, e adulterações adaptativas nos Sistemas de Signos promovidos pelos agentes inscritos nos diversos **circuitos comunicacionais**. Apresentamos aqui algumas tipificações de Ressignificação semiótica a partir das Sub-redes de Significação, especificadas em categorias epistemológicas e da Semiosfera, tal como convivemos no cotidiano, seja nas ruas, seja na Academia. Essas mutações representadas nos processos semióticos de Ressignificação são, via de regra, facilmente perceptíveis nos conteúdos, ou seja, nas conceituações, cuja natureza semiótica reina nos meandros semânticos, como é notório e abundante. No entanto, os Sistemas de Signos e as Conversões entre Modelos Semióticos exigem uma análise mais aprofundada, o que se tornaria impraticável de executar neste simples capítulo, cujo objetivo maior é despertar e aguçar o interesse pela TSR e a comprovação das suas premissas. Sendo assim, projetamos para o futuro empenho mais extenso, que venha a expandir a presente empreitada ainda embrionária.

5.2 CATEGORIAS DE RESSIGNIFICAÇÕES SEMIÓTICAS

Temos, portanto, as seguintes categorias gerais: semântica, Macro-rede ou Semiosfera, tecnológica, política, estética, linguística, histórica, religiosa e científica.

¹⁴¹ Para Wittgenstein, o significado de uma linguagem é dado em seu uso, e como são usos diferentes, ele fala em jogos de linguagem.

¹⁴² Cf. As Metamorfoses, de Ovídio.

5.2.1 Resignificação semântica

Refere-se à atribuição de novos Significados a um objeto endógeno ou exógeno (à Epistêmica), conceito abstrato ou fenomênico experimentado. Nesse caso, há uma **reavaliação** do uso dos Signos pertinentes, gerando associações de Semioses inovadoras e resultando em novidades denotativas ou conotativas, implicando em formação de sentido e de atribuições de Significados. Os Significados se apresentam influenciando as alterações nos Espectros de Significados, imersos em suas Sub-redes de Significação onde aparecem tais Signos.

5.2.2 Resignificação na Macro-rede de Significação / Semiosfera

Envolve as mudanças de Significados e deslocamentos em Sub-redes de Significação (aspectos culturais) específicos e inerentes a fórmulas de comportamento, tais como: hábitos, costumes, rituais, atividades laborativas e recreativas, em dadas Sub-redes de Significação. A Macro-rede de Significação, – podendo aqui ser entendida como **Semiosfera** – desempenha um papel importante na construção de Significados dos objetos e eventos, e a Resignificação cultural ocorre quando há uma reconfiguração dos seus Significados, em face dos comportamentos sociais e de atividades individuais decorrentes das práticas coletivas, dentro de determinados ambientes e territórios. Estas Resignificações podem, portanto, ocorrer sob efeito cascata, principalmente, quando etnias sobrepõem seus Sistemas de Signos sobre outras etnias, em territórios diversificados.

5.2.3 Resignificação Tecnológica

Refere-se às mudanças nos Significados atribuídos às técnicas práticas, sobretudo com a introdução de produtos eletrônicos. À medida que a tecnologia de máquinas avança e novas funcionalidades são incorporadas, os seus usuários podem reavaliar e reatribuir Significados aos artefatos tecnológicos. A televisão na década de 60, p. ex., em todo o mundo trouxe uma Resignificação radical no modo de assistir a peças de audiovisual, por exemplo, a tal ponto de mudar a configuração e os hábitos das famílias.

Essa perspectiva conduz a alguns pensadores a equiparar o culto às tecnologias das máquinas aos cultos religiosos – sobretudo, na área das telecomunicações –, onde há um notório processo de **fetichismo** dos aparelhos e dispositivos eletrônicos. Esse fenômeno está claramente submetido a uma ideologia dominante que impõe ao indivíduo uma postura mítica, revelando uma Resignificação de cunho transcendente, elevando tais dispositivos a objetos de desejo incontrolado e elegendo-os como objeto de culto. Fica, portanto, caracterizado o valor semiótico fortemente dotado de simbologia nestes objetos sgnicos. A análise da TSR

conduz essa avaliação pelo seu processo de Resignificação de tais objetos em Signos Transcendentes.

5.2.4 Resignificação Política

Diz respeito às mudanças nos Significados atribuídos a ideias, práticas e sistemas políticos. As transformações políticas podem levar a uma reavaliação dos Signos pertinentes, tais como os agentes políticos existentes (como candidatos, partidos e gurus ideólogos), resultando em uma reconfiguração dos Significados e comportamentos associados a esses Signos. Um caso típico são as denominações partidárias no Brasil, cujas bases ideológicas não estão suficientemente claras, adequando-se ao chamado casuísmo. Além disso, no modelo republicano original no Ocidente, destacamos a prática dos chamados *lobbys*, que subvertem o regime em sua forma republicana, uma vez que os interesses e domínios econômicos particulares se sobrepõem aos conceitos ideológicos postulados pelo discurso democráticos de seus integrantes. A Resignificação se dá, portanto, na instalação do simulacro entre o discurso dos políticos e as práticas na produção de leis e de normativas, tanto para o cidadão como para o próprio metiê, inscrito nas instituições do Estado. A Resignificação Semiótica está praticada nas enunciações dos analistas políticos e nas disputas políticas entre as facções partidárias.

5.2.5 Resignificação Estética

Refere-se às mudanças de Significados atribuídos à arte e à estética. Movimentos artísticos, como o cubismo, o surrealismo e *pop art*, por exemplo, envolvem a Resignificação dos padrões estéticos tradicionais e conservadores, desafiando as convenções, redefinindo o conceito de arte e abrindo espaço para novas concepções e modos de apreciações estéticas. Aqui o *imitatio* e a *mimesis* previstos por Platão acerca da Arte perdem o valor de Significação estética, dando lugar a uma avaliação do belo a outros patamares, muitas vezes questionáveis pelas correntes reacionárias a novas tendências.

5.2.6 Resignificação Linguística

Envolve a transformação dos Significados atribuídos às palavras. A reelaboração das línguas ao longo do tempo, a adoção de neologismos, gírias, novos usos de flexões verbais e ordenamentos sintáticos, bem como a adaptação das expressões linguísticas em diferentes contextos, são exemplos de Resignificação linguística.

A Retórica é uma importante área de análise que contribui sobremaneira nas questões das construções das figuras e dos tropos. Não só pela arte de bem falar e convencer, a

Retórica se encarrega de analisar e criar terreno favorável à Consciência Semiótica (discutida no Capítulo 1). Essa perspectiva nos conduz à previsibilidade histórica da Semiótica para a **TSR** se concretizar como uma teoria que se ocupa das alterações e formações de novas significações, a partir das **sequências semióticas**, produzidas nos **circuitos comunicacionais**. O processo de Resignificação, portanto, se apresenta flagrante, sobremaneira nas observações das construções das figuras de linguagem, dos tropos, ambiguidades, polissemias etc, o que conduz à revelação das camadas pelas quais o discurso retórico se constitui.

Modernamente, a Retórica cede lugar à chamada Análise do Discurso, já consagrada, partindo da sua herança e dos desdobramentos da Linguística saussureana e da Semiótica fomentada pelos norte-americanos, a começar com Charles S. Peirce; ao que se presta ainda o tributo a filósofos da Linguagem e dos trabalhos de Wittgenstein, Bakhtin e de Foucault, por exemplo, para citar apenas três escolas neste âmbito.

5.2.7 Resignificação Histórica

Refere-se à revisão dos discursos acerca dos eventos históricos, figuras históricas e narrativas históricas. Sob essa perspectiva, a ciência da Histórica está em constante reavaliação. Diferentes Significações dos mesmos fatos históricos podem surgir ao longo do tempo, resultando em uma Resignificação da compreensão e do Significado dos eventos, construídos em narrativas tomadas como verdadeiras.

Isto implica também no deslocamento da posição do historiador, que se transporta para o olhar daqueles que estiveram à época, inaugurando o Novo Historicismo – em uma estratégia de suspensão do juízo que olha para o passado, para uma visão sincronizada com o ocorrido e a produção do material que gerou a documentação, demonstrando uma nova metodologia de análise histórica. Um exemplo clássico é o estudo de mitos, em particular, do Jesus Cristo para o Jesus de Nazaré, hoje, tomado como área da História Antiga, cuja subárea é chamada de **Jesus Histórico**.

5.2.8 Resignificação Religiosa

Relaciona-se à alteração e substituição dos Significados atribuídos a práticas religiosas, crenças, isto é, expressões de Signos Transcendentes de Significação sacramental, interferindo na iconografia destes Signos, bem como nos seus valores e práticas rituais. As mudanças na sociedade e nas perspectivas individuais podem levar a uma reavaliação de doutrinas religiosas, levando a uma revisão comportamental através dos Signos religiosos, no seu uso, o que resulta em uma **reestruturação dos sistemas de crenças**, representados nos ritos, nos textos doutrinários, nos Signos sagrados, ou seja, Signos Transcendentes (artefatos de ritos,

edifícios templários, cultos e rituais etc), sob um discurso tomado por expressões e fórmulas religiosas. Essa reconfiguração dos Significados potencialmente compromete as relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade, sob dada doutrina religiosa e suas variantes.

Os casos mais notórios são a passagem das adorações de base politeísta para a confissão de caráter imobilizante do **monoteísmo**, como aconteceu com o Judaísmo primitivo, bem como o nascimento de facções do **Judaísmo** para o **Cristianismo** e, deste para o **Islamismo** – paradigmas confessionais históricos que acompanharam a Humanidade há mais de 5000 anos, imprimindo sobre inúmeras civilizações códigos normativos, interdições e privilégios para classes dominantes, a exemplo de outros modelos religiosos e doutrinários. A Resignificação Semiótica é flagrante, uma vez que o estatuto de cada doutrina citada é subvertido por textos e discursos que estabelecem uma nova tradição distinta da anterior, preservando-se a camada teológica em seu primeiro plano de leitura e atribuição de Significados. Enquanto o Judaísmo hegemônico prescrito pela Torá (ou Pentateuco) axiologicamente recai sobre as suas Leis Mosaicas, o Cristianismo vem renovar a chamada aliança com deus em uma perspectiva do afeto amoroso, ou ainda sob o ministério do filho de deus (denominado *a posteriori* de Jesus Cristo), que conduz ao mundo o sacrifício salvífico.

O **deslocamento epistêmico** reside nas características dos deuses descritos no Antigo Testamento, em detrimento do deus amoroso do Novo Testamento, quando se estabelecem as bases para a doutrina correlata da Santíssima Trindade. Todos esses elementos Semióticos são dignos de um estudo aprofundado, para além da crítica textual, e mais profundo ainda, para além das camadas envernizadas das teologias que revestem os chamados textos sagrados.

5.2.9 Resignificação Científica

O processo da Resignificação não está limitado apenas às Sub-redes de Significação concernentes às idiossincrasias humanas, mas também pode ser observado na área científica. Assim como ocorrem alterações de Significados e atribuições de Significação nas doutrinas não científicas, ao longo do tempo, o campo da ciência também passa por estes processos em suas teorias, paradigmas e conceitos. Vejamos algumas manifestações pelas quais a Resignificação ocorre na área científica.

Teorias e Paradigmas científicos: ao longo da história, a ciência tem visto mudanças significativas em seus paradigmas. Por exemplo, a transição da visão geocêntrica para a heliocêntrica do sistema solar, proposta por Copérnico e Galileu, representou uma Resignificação fundamental da compreensão da Astronomia e do lugar da Terra no universo. Com isso, o conceito de planeta também sofre Resignificação, causando uma enxurrada de

outras revisões conceituais e epistemológicas, tal como a posição do Homem em relação ao universo e à criação divina.

As teorias científicas, portanto, estão igualmente sujeitas a mudanças e Resignificações à medida que novas evidências e descobertas são feitas. Por exemplo, a teoria da evolução de Charles Darwin trouxe uma Resignificação radical da compreensão da diversidade e origem das espécies. A expansão das investigações dos fósseis e da constituição anatômica e funcional dos seres vivos provocou sérias Resignificações tomadas como imobilizadas em definições já consagradas – hoje revistas.

Revisão de dados: as atribuições de valores aos dados científicos muitas vezes passa por Resignificações semióticas, à medida que novas técnicas de medição e análise se desenvolvem. Isso pode levar a uma compreensão mais aprofundada de fenômenos naturais e processos. Tais revisões de valores são frequentemente promovidas pela implantação de novas tecnologias e aparelhos de medição mais complexos, cujas aferições apresentam maior grau de acuidade e precisão, sempre expressas em Sistemas de Signos criados para a sua representação. É o caso do uso de lentes e espelhos maiores, mais lisos e adequados para a refração da luz ao se instalar em telescópios.

Com isso, os conceitos científicos também sofrem aprimoramentos em seus enunciados, o que demonstra o processo de Resignificação semiótica, considerando que as informações aqui citadas implicam em conhecimentos complementares. Por exemplo, a compreensão da matéria e das partículas subatômicas, conduziu à uma evolução significativa ao longo do tempo, gerando ao modelo aceito de átomo e seus constituintes. A descoberta da estrutura do DNA por Watson e Crick em 1953 revolucionou a Biologia molecular e a Genética, abrindo novas perspectivas para a pesquisa médica e a Biotecnologia.

As ciências humanas estão a par e passo nesta questão. Tanto a Sociologia, como a Economia, ao adotar as aferições de valores numéricos se atualizaram à medida que apresentam modelos matemáticos, conferindo maior acuidade, previsibilidade e quadros analíticos mais confiáveis na investigação dos seus objetos.

Em decorrência, os currículos e as ementas nos cursos de nível superior, principalmente, nos casos de disciplinas científicas, como a Física Quântica, a teoria da relatividade, a Neurociência, a Antropologia, a Arqueologia e a Sociologia sofrem mudanças de paradigma, desafiando a continuidade das concepções tradicionais. A Resignificação na ciência muitas vezes ocorre por meio da interdisciplinaridade, onde várias disciplinas se fundem para abordar questões complexas. Isso pode levar a novas abordagens e inovações de paradigmas em áreas como a bioinformática, neurociência computacional e nanotecnologia, onde a fusão de

conhecimentos de diferentes campos redefine nossa compreensão e aplicação de conceitos científicos. Verifica-se, portanto, uma Resignificação semiótica profunda de como as futuras gerações entenderão o mundo e o funcionamento do universo.

Com o aparecimento de novas descobertas em diversas áreas, a Resignificação semiótica pode ocorrer quando essas informações são incorporadas às teorias existentes ou quando novas teorias são desenvolvidas para acomodar os conhecimentos novos. O papel da TSR é verificar como se dão estes fenômenos e investigar como se processam as manipulações dos modelos semióticos, os valores e as Significações que compõem as novas Sub-redes de Significação e, por conseguinte, a Semiosfera – a Macro-rede de Significações.

A questão da Resignificação semiótica na área científica é um fenômeno complexo e fascinante que também ocorre paralelamente às mudanças de Significados. A ciência passa por processos de reavaliação, reestruturação e subversão de conceitos e teorias, à proporção que a sociedade avança em conhecimento, bem como evoluem perspectivas individuais.

A Resignificação na ciência é um processo dinâmico e contínuo, o que reflete a expansão do conhecimento humano, gerando novos Sistemas de Signos, bem como permite a ampliação da capacidade de adaptar e expandir nossas compreensões, à medida que novas informações surgem e são incorporadas, segundo critérios racionais previamente estabelecidos. Os cientistas, portanto, estão constantemente reavaliando e ajustando seus conceitos e teorias, garantindo a relevância científica, na marcha em que avançamos o entendimento do mundo que nos cerca.

Isto posto, a seguir, descrevemos em áreas-chave como podem se verificar alguns aspectos dos processos semióticos que a **TSR** propõe, sem pretensões de esgotar o tema.

5.3 SISTEMAS LÓGICOS E EPISTEMOLOGIA

5.3.1 Da lógica aristotélica à lógica paraconsistente

Os avanços e Resignificações semióticas nos Sistemas Lógicos ao longo da História envolveram a progressiva ampliação e complexificação dos **modelos de raciocínio**, por suas formas de representação e da **representação da incerteza**. Desde os tempos de Aristóteles e da Lógica Clássica até os sistemas contemporâneos, como a Lógica Paraconsistente e a Lógica Fuzzy, houve uma ampliação gradual, a qual permitiu uma melhor compreensão e aplicação da Lógica em diferentes **Sub-redes de Significação**, integrando-se a elas. Os **deslocamentos epistêmicos** desempenham um papel crucial na **Resignificação dos Sistemas Lógicos**. Senão, vejamos.

Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., é considerado o fundador da Lógica Clássica. Seu Sistema lógico binário é baseado em proposições que podiam ser **verdadeiras** ou **falsas**. Essa Lógica, em particular, estabeleceu princípios como o **princípio da identidade** (uma proposição é verdadeira, se e somente se for idêntica a si mesma) e o **princípio do terceiro excluído** (uma proposição é verdadeira ou falsa, sem meio-termo).¹⁴³ Durante muitos séculos, a Lógica Aristotélica dominou o pensamento lógico e filosófico.

Do ponto de vista semiótico, em particular na **TSR**, a Lógica Clássica somente se realiza sob o Sistema de Signo Linguístico, uma vez que a sua manifestação se dá nas proposições a partir de uma fórmula modelar: **S é P**, a qual sofre variações ao se introduzir elementos quantificadores, também sob o vocabulário linguístico, tal como "todo" e "nenhum", os quais são determinados pela gramática como pronomes indefinidos.

O exemplo clássico usa a expressão "Todo homem é mortal", o que funciona pela gramaticalidade exercida pelo verbo copulativo "SER". Desta forma, o **Signo Verbal "SER"** impõe uma condição lógica, dada pela gramaticalidade. Inexoravelmente, o conjunto das proposições coordenadas, formam uma **Sub-rede de Significação** na forma do silogismo, assim convencionado:

Todo homem é mortal.

Sócrates é homem.

Logo, Sócrates é mortal.

Esse mesmo modelo pode ser representado por uma **fórmula modelar**, operando-se a CMS, correspondendo a outros Signos substitutivos, assim:

Todo A → B.

C → A.

Logo, C → B.

A conclusão a que chegamos é que o conteúdo lógico é formatado pelo Sistema de Signo Linguístico, o qual pode sofrer **Conversão entre Modelos Semióticos (CMS)**, para letras (Signos escritos) que representem as proposições formatadas linguisticamente. Observe-se que os Significantes sofrem substituições, mas a fórmula modelar permanece a mesma, a qual permite a geração de inúmeras outras construções sígnicas, apesar de apresentar vários problemas de logicidade. Por exemplo, essa fórmula modelar não se presta para cisnes brancos.

¹⁴³ Embora a Lógica Binária tenha preponderado, Aristóteles não reduziu seu espectro de lógicas a este modelo, pois considerou também questões para uma lógica da indeterminação não tratada aqui.

Todo cisne é branco.

Esta ave é um cisne.

Logo, esta ave é branca.

Neste exemplo, sabemos que o modelo de silogismo aplicado não funciona adequadamente, porque, como sabemos, "nem todo cisne é branco", o que impõe uma nova fórmula modelar para representar a percepção de cisnes. Notoriamente, observamos uma necessidade de **Ressignificar** semioticamente a fórmula e o método de construir as proposições.

Um dos principais **deslocamentos epistêmicos** e sua representação, assenhorada pelos Signos usados em Lógica, ocorreu com o advento da Lógica Fuzzy, cuja origem se deu com os trabalhos do matemático Lotfi Zadeh na década de 1960.¹⁴⁴ A Lógica Fuzzy é uma extensão da Lógica Clássica, a qual permite a **representação e o raciocínio com informações imprecisas, vagas ou ambíguas**. Em vez de atribuir apenas valores verdadeiros ou falsos, a Lógica Fuzzy permite **graus** de veracidade entre esses extremos. Essa transição reflete a Resignificação semiótica no procedimento de elaborar a formulação lógica. Isso reflete a natureza da linguagem natural, pela qual não há determinações claras entre categorias, permitindo incertezas e imprecisões, rejeitadas pelo desejo humano do **Imobilismo**, ou seja, da **segurança dos Significados** proporcionados pelo **conforto epistêmico**. A Lógica Fuzzy é útil para lidar com sistemas complexos, nos quais os **Signos Indiciais** são variáveis de natureza contínua, ocasionando incertezas inerentes. Encontra aplicações em campos como inteligência artificial, sistemas de controle, tomada de decisão e modelagem de sistemas complexos.

Suponha que estamos lidando com um sistema de diagnóstico médico que utiliza a lógica paraconsistente. Se uma pessoa apresenta sintomas que podem indicar tanto uma doença A quanto uma doença B, a negação da afirmação "A pessoa tem a doença A" não implica necessariamente que ela tenha a doença B. Na lógica paraconsistente, a negação pode ser interpretada como "Há evidências que sugerem que a pessoa não tem a doença A, mas ainda há incertezas sobre qual doença ela possui".

Dada a percepção e a assunção de imprecisões e deficiências nos cálculos lógicos, devemos considerar outra abordagem importante: a **Lógica Paraconsistente**, que lida com a Lógica de contradições. Enquanto a Lógica Clássica considera que uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo, a Lógica Paraconsistente admite a percepção de **Signos Indiciais** que apresentam contradições e paradoxos, o que a torna particularmente

¹⁴⁴ Cf. <https://www2.eecs.berkeley.edu/Faculty/Homepages/zadeh.html/> (acesso em 20/jun/2023).

relevante em áreas que exigem reflexões dialéticas, bem como no desenvolvimento de algoritmos de inteligência artificial, em que é necessário lidar com informações inconsistentes ou contraditórias.

A **Lógica Paraconsistente** tem suas raízes no trabalho do filósofo e lógico polonês Stanisław Jaśkowski. Contamos ainda com o trabalho do lógico brasileiro Newton da Costa, que desenvolveu a Lógica Paraconsistente Dadaísta, ao lado de Jean-Yves Beziau, renomado filósofo e lógico franco-brasileiro. Beziau tem contribuído significativamente para o campo da Lógica Paraconsistente, defendendo a ideia de que essa lógica é uma alternativa de **Ressignificação** viável à Lógica Clássica, pois permite lidar de maneira consistente com **contradições** e **paradoxos**. Ele argumenta que a contradição não é necessariamente um obstáculo à lógica, mas sim um fenômeno que precisa ser compreendido e tratado adequadamente. Tais modelos **ressignificam** e oferecem extensões e complementos, sob representações semióticas, permitindo lidar com aspectos da realidade que não são adequadamente capturados pelos sistemas lógicos tradicionais.

Os **deslocamentos epistêmicos** na direção da aceitação da imprecisão e da flexibilidade influenciaram o desenvolvimento da Lógica Fuzzy e da Lógica Paraconsistente. Temos presente que estes modelos de sistemas lógicos refletem a busca contínua por **formas de representação mais abrangentes**, em franco processo de **Ressignificação semiótica**, seja pelos seus **conteúdos representados**, seja pelas **formas discursivas** que representam tais conteúdos.

Essas abordagens foram impulsionadas por deslocamentos epistêmicos que levaram a uma compreensão de que a contradição pode surgir em sistemas complexos, e que é necessário desenvolver **ferramentas de representação lógicas adequadas** – por expressões de **Signos resignificadores** – a fim de lidar com as percepções das incertezas e inadequações a serem superadas.

Os deslocamentos epistêmicos desempenham um papel crucial na **Ressignificação dos Sistemas Lógicos**. À medida que a compreensão e a percepção do mundo se ampliam, novas necessidades e desafios são identificados, levando ao desenvolvimento de abordagens e **representações sígnicas** nas lógicas mais sofisticadas. Os Sistemas Lógicos são constantemente resignificados à luz dessas mudanças epistêmicas, adaptando-se para melhor representar e lidar com a complexidade, a incerteza e a contradição encontradas em diferentes domínios do conhecimento, no desejo e intenção humanos de dominar os pluralismos do mundo real e do mundo das ideias, no campo das ideologias em suas diversas manifestações.

Temos aqui a expansão das **Sub-redes de Significação** que exigem novas formas de representar o pensamento plural, impreciso e que tem que lidar com os conflitos enfrentados pela força do Imobilismo centrado no conforto epistêmico.

Esses exemplos ilustram como a Lógica Paraconsistente permite a Resignificação das regras lógicas tradicionais e suas formulações semióticas, para lidar com contradições e incertezas. Em vez de buscar uma solução única, definitiva e imobilizada, essa lógica reconhece a complexidade e a natureza multifacetada dos fenômenos percebidos e representados na Epistêmica, permitindo que informações contraditórias e incertas sejam tratadas de maneira coerente e lógica.

A Resignificação semiótica entre a Lógica Clássica e a Lógica Paraconsistente é um exemplo de como os sistemas lógicos evoluem para se adaptar a Sub-redes de Significação emergentes. A Lógica Paraconsistente oferece uma estrutura lógica mais flexível e abrangente, permitindo a representação e o raciocínio em situações complexas, onde a lógica clássica pode falhar ou fornecer respostas inadequadas. Eles introduzem sistemas lógicos não explosivos, ou seja, sistemas de representação de lógicas em que a partir de uma contradição não se pode inferir qualquer proposição, permitindo assim a coexistência de informações contraditórias de forma controlada. Isso é especialmente útil em áreas como a própria Semiótica, no, raciocínio jurídico, até na ciência cognitiva.

Os Sistemas Lógicos são constantemente resignificados à luz dessas mudanças epistêmicas, adaptando-se para melhor representar e lidar com a **complexidade**, a **plasticidade**, a **incerteza** e a **contradição** encontradas em diferentes domínios do conhecimento.

5.3.2 Das Epistemologias ou teorias sobre o Conhecimento

O Conhecimento evolui. Esta, talvez seja uma das expressões mais bem aceitas, principalmente, no auge do século XX. No entanto, isto sofreu **Resignificação**.

E sofre Resignificação pelo **pensamento kuhniano**,¹⁴⁵ uma vez que são estabelecidos paradigmas que norteiam regras para se compreender e se pensar o avanço científico como se fosse um processo linear e diretamente ligado aos seus liames historiográficos. A empiria, portanto, se torna evolutiva e acumulativa em uma única direção. Está posto um modelo de ciência e de sua logicidade atrelada ao movimento histórico que a governa. Este modelo, sem

¹⁴⁵ O pensamento de Tomas Kuhn está versado em sua obra A Estrutura das Revoluções científicas, onde estabeleceu parâmetros para os paradigmas científicos e suas resignificações, expressas em "mudanças de paradigmas".

sombra de dúvida é **semiótico**. No entanto, segundo Thomas Kuhn, a ciência pode não ser evolutiva.

A **Ressignificação** desempenha um papel importante na **Epistemologia** e nas diversas teorias do conhecimento, especialmente devido aos **deslocamentos epistêmicos** que ocorrem ao longo do tempo. A Resignificação na Epistemologia refere-se à mudança do conjunto de Significados atribuídos aos objetos, eventos e fenômenos empiricamente estudados no campo do Conhecimento, e das reflexões derivadas.

As mudanças fundamentais nas perspectivas e estruturas de pensamento, dentro de um determinado campo de estudo, se dão pelas percepções refinadas pelos Sistemas de Signos. Tais mudanças podem ainda ser impulsionadas por avanços científicos, transformações sociais, políticas, manifestações artísticas, desenvolvimentos tecnológicos e outros fatores que influenciam a forma como percebemos e interpretamos o mundo, porém, sobretudo perceptíveis pelas **propriedades dos Signos que as representam**. A plasticidade do pensamento é fator determinante nestes deslocamentos, cujas relações sofrem mutações, implicando nos Sistemas de Signos que expressam tais conhecimentos acumulados.

Com origem nos **deslocamentos epistêmicos**, os Sistemas de Signos e os objetos de estudo são submetidos a processos de **Ressignificação**. Isso demonstra que os Significados são modificados, gerando **novas associações de sentido**, tanto no modo denotativo como no modo conotativo. Os conceitos e teorias existentes podem ser revistos, ampliados, adaptados ou até mesmo substituídos por novas formas de compreensão, **expressos semioticamente** por Significantes dotados de Significados outros, sejam complementares, sejam substitutivos.

A Resignificação na Epistemologia reconhece que os Significados em seus valores de sentido atribuídos aos objetos e fenômenos **não são fixos ou imutáveis**, mas sim **provisórios**, cujos reflexos são expressos nos Sistemas Semióticos utilizados. Essa perspectiva incentiva uma abordagem essencialmente dinâmica, em constantes transformações dos saberes e do Conhecimento canônico da ciência, em que os conceitos e teorias podem ser continuamente revistos, reinventados à medida que ocorrem novos deslocamentos epistêmicos, inclusive, derivados da apreciação das próprias expressões semiotizadas. Daí a necessidade de uso de Signos e Sistemas que venham a demonstrar os processos de Resignificação semiótica que derivam de tais deslocamentos.

Essa compreensão da Resignificação nas diversas Epistemologias destaca a **natureza fluida do conhecimento** – tal como está representada por meio de diversos Sistemas de Signos – e a importância de considerar os contextos históricos, sociais e **Sub-redes de Significação** em que ocorrem os processos de atribuição de Significados. Os deslocamentos

epistêmicos e suas Resignificações desafiam visões estáticas e absolutas do conhecimento, abrindo caminho para abordagens mais flexíveis e contextualizadas, capazes de refletir as mudanças e complexidades do mundo em que vivemos.

5.4 MATEMÁTICA

Na Matemática, podemos analisar vários aspectos de **processos de Resignificação Semiótica**. O mais elementar é a passagem do Sistema de escrita por Signos replicados do alfabeto romano, para o sistema de escrita por Signos indo-arábicos, trazidos por Fibonacci, no século XI para a Europa. Apesar dos estranhamentos e de conflitos que geraram as disputas entre **abacistas** e **algoristas**, o antigo paradigma foi vencido, de tal sorte, que a expansão da cultura européia, a partir do século XVI, permitiu a hegemonia mundial da Matemática munida da notação semiótica indu-arábica, de forma incontestável e irreversível.

A transição do **Sistema de algarismos romanos** para o **Sistema de algarismos indo-arábicos** é considerada uma das maiores **Resignificações na História da Matemática**, tendo em vista o sistema numérico decimal, que foi mantido. Essa mudança teve um impacto profundo e duradouro na maneira como representamos e manipulamos números.

O sistema de algarismos romanos, embora tenha sido uma inovação meritória na época de sua criação, apresentava algumas limitações importantes. Ele não era posicional, o que significa que o **valor de um Signo** não dependia de sua posição dentro da sua representação, tornando os cálculos complexos muito propensos a erros. Seu valor numérico era sempre o mesmo, calculando-se para mais ou para menos. Assim, I é sempre 1 e X é sempre 10; para representar 9, era necessário subtrair I de X, resultando no Signo IX.

Além disso, o sistema romano não possuía um Signo para **zero**, o que dificultava a realização de operações matemáticas mais avançadas. Seu modus operandi obrigava o uso do **ábaco**.

A transição para o sistema de algarismos indo-arábicos, também conhecido como sistema decimal-posicional, foi uma **Resignificação revolucionária**, notadamente um caso de **Conversão entre Modelos Semióticos (CMS)**. Esse sistema foi desenvolvido na Índia por volta do século VI e posteriormente adotado pelos árabes. Tal sistema utiliza apenas dez Signos (tradicionalmente chamados de **símbolos numéricos**):

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

Esses Signos funcionam como "átomos" da Matemática, e devem ser combinados de acordo com lugares de **valor posicional**, o que significa que o valor de cada Signo depende de

sua posição em relação aos outros. Essa propriedade do sistema decimal-posicional permite a representação de números grandes e pequenos de forma concisa, uniforme e eficiente. Além disso, a introdução do **zero** como um **signo posicional** foi uma inovação crucial. O zero atua como um marcador de posição vazio, **expandindo a fórmula semiótica** da representação de números de qualquer magnitude, reduzindo o espaço de escrituração. Tornou-se possível, portanto, a criação de novas técnicas aritméticas, avançando em novas formulações de cálculos, e tornando os cálculos matemáticos muito mais simples com baixa taxa de erros.

A **Ressignificação** do conceito de número já é um desdobramento, pois, às vezes, um conceito matemático pode ter seu Significado reavaliado, levando a uma nova compreensão. Trata-se do **conceito de número**, o qual foi inicialmente associado a **quantidades discretas**. Com o desenvolvimento da Matemática, os **números reais** foram introduzidos, abrangendo também **quantidades contínuas**. Essa Resignificação ampliou o escopo da Matemática, permitindo o estudo de fenômenos contínuos.

A transição do Sistema de algarismos romanos para o Sistema indo-arábico teve um impacto significativo no desenvolvimento das técnicas de Cálculos, conferindo à Matemática status de detentora de **verdades matemáticas**, de tal sorte que as atividades comerciais se valerão deste aspecto, visto que as partes comerciantes chegam a acordos universais, mediante a concordância dos resultados de cálculos matemáticos. Causou ainda a **Ressignificação** da ciência como um todo: impulsionou o avanço nas áreas da Física, Astronomia, Engenharia etc, conferindo-lhes status de **verdade científica** análoga a uma verdade inequívoca e incontestável.

Esses novos métodos semióticos de operação com números trouxeram maior clareza, precisão e eficiência ao *modus operandis* de se produzir cálculos, permitindo avanços significativos nas relações civilizatórias, no Direito e no exercício da cidadania, nas aplicações práticas, econômicas e científicas ao longo da História.

5.5 ARQUITETURA E ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES

5.5.1 Engenharia do adobe ao concreto armado

O tijolo de adobe é um artefato tradicionalmente feito a mão, utilizado na construção de habitações em muitas partes do mundo, especialmente em regiões com recursos naturais disponíveis, como barro e palha. Esse tipo de tijolo é moldado e seco ao sol, resultando em estruturas de baixo custo e esteticamente rústicas, sendo tal processo muito lento. No entanto, à medida que a engenharia de materiais evoluiu e as demandas por edifícios mais resistentes e duráveis aumentaram, o concreto armado surgiu como uma alternativa tecnológica e adaptada

às necessidades prementes. A combinação do concreto, um material de alta resistência à compressão, com a armadura de aço, proporciona uma estrutura robusta, capaz de suportar grandes cargas e assumir uma obra arquitetônica em dimensões mais elevadas, verticalizando sobremaneira as edificações e **ressignificando o uso do limitado espaço urbano**.

A transição do tijolo de adobe para o concreto armado na arquitetura representa uma **Ressignificação** do uso do espaço arquitetural e de co-habitabilidade, pois os **significados atribuídos aos edifícios mudam irreversivelmente**. Ao passo que o concreto armado permite a construção de estruturas maiores, mais altas e mais complexas, abrindo possibilidades para projetos arquitetônicos inovadores, favorece a concentração da co-habitabilidade imobilizada no espaço urbano e arquitetural, recriando as cidades e as relações entre seus habitantes.

Além disso, a Resignificação está presente no **modo conotativo** da representação simbólica dos materiais: o tijolo de adobe muitas vezes está relacionado a uma estética tradicional, conectada à **Macro-rede de Significações** de um determinado território. Por outro lado, o concreto armado pode transmitir uma sensação de modernidade, solidez e progresso.

Essas mudanças no modo conotativo na construção de **valor simbólico dos materiais** influenciam a **percepção** e os **Significados** atribuídos aos espaços arquiteturais.

5.5.2 Do espaço edificado

O espaço arquitetônico é aquele que considera o ato de ocupar o espaço físico pelos corpos físicos, como objetos de decoração, alvenaria, carpintaria, obras de arte e o próprio ser humano, tendo em vista a habitabilidade.

Um exemplo de **Ressignificação na arquitetura** pode ser observado na intervenção sobre uma antiga edificação, tal como um armazém industrial, transformado em um espaço de convivência moderno. Suponha que exista um antigo armazém abandonado em área urbana. Esse armazém, originalmente projetado para fins industriais, já não possui mais uso. No entanto, ao invés de demolir o edifício, arquitetos decidem realizar uma **ressignificação** do espaço, atribuindo-lhe um novo **Significado**. A imaginação dos seus agentes ressignificadores recriam a relação de uso, transformando em um espaço multifuncional, que abriga agora uma gama diferenciada de atividades. Ele pode ser adaptado para se tornar um centro cultural, com galerias de arte, salas de exposição, teatros e espaços de eventos. O antigo layout é modificado para acomodar as **novas funções**, incorporando elementos de design contemporâneo e tecnologia para criar uma atmosfera atualizada, preenchida por **Signos** que representam essa atualização.

A **Ressignificação** desse armazém industrial cria uma associação de **Semioses** diferenciadas e inovadoras. O espaço, que antes era visto apenas como um local de trabalho e armazenamento de mercadorias, passa a proporcionar nova ambiência, expressão artística e interação social. Os visitantes experimentam uma **nova configuração de sentido** ao explorar esse espaço transformado. Os comportamentos e compreensões relacionados à arquitetura são reestruturados, sem perder totalmente a configuração original, o que permite a constatação do processo de Ressignificação semiótica.

Dessa forma, a **Ressignificação** na arquitetura exemplifica a aplicação da LGR, na qual **o significado original** do armazém é alterado, conferindo-lhe uma nova **função semiótica**.

5.6 CIÊNCIAS DO HOMEM PARA O HOMEM

5.6.1 Paleontologia

Na Paleontologia, a Ressignificação pode ocorrer, em particular, com relação às fases evolutivas do gênero *Homo*, quando novas descobertas e atribuições de Significados são feitas com base em **Signos Indiciais** tomados como **evidências fósseis** e **dados científicos** devidamente articulados na direção da reconstituição de métodos de sobrevivência e convivência entre as espécies e o meio. A Ressignificação em dada Sub-rede de Significação, reconstituída a partir de relações dos Signos Indiciais, envolve a atribuição de novos Significados e a revisão dos Signos encontrados entre os fósseis, levando a uma compreensão atualizada e modificada daquilo que se convencionou chamar de evolução humana.

Ao longo do tempo, as descobertas de fósseis em novos ambientes reconstituídos, bem como avanços na tecnologia de datação, têm permitido uma melhor compreensão das fases da evolução do gênero *Homo*. Por exemplo, a descoberta do *Homo floresiensis*, também conhecido como "*Hobbit*", na ilha de Flores, na Indonésia, em 2003, desafiou as concepções anteriores sobre a evolução humana. O *Homo floresiensis* apresentava características primitivas e um tamanho pequeno do cérebro, o que levou os paleontólogos a repensarem a árvore genealógica do gênero *Homo* e considerarem a coexistência de diferentes espécies humanas ancestrais. Associado aos fósseis, instrumentos e utensílios indicam o grau de adaptação e inventividade, bem como o uso de técnicas de sobrevivência.

Outro exemplo de Ressignificação semiótica na Paleontologia é a reavaliação dos Signos Indiciais presentes nos fósseis da espécie *Homo neanderthalensis*. Por muitos anos, os neandertais foram considerados como uma espécie humana arcaica e distinta dos seres humanos modernos (*Homo sapiens*). No entanto, estudos genéticos recentes mostraram que os neandertais e os seres humanos modernos compartilham uma porcentagem importante de

material genético, indicando algum grau de miscigenação entre as duas espécies. Essa descoberta provocou uma Resignificação das relações evolutivas entre neandertais e humanos modernos, levando a uma visão mais complexa e interconectada da evolução do gênero *Homo*.

Esses são apenas alguns exemplos de como a percepção de Signos Indiciais causam deslocamentos epistêmicos e, por conseguinte, Resignificações semióticas na área dos estudos paleontológicos. À medida que novas descobertas são feitas e novas evidências são acrescentadas na direção de um refinamento e aperfeiçoamento de teorias, ora melhoradas, ora reestruturadas, novas Sub-redes de Significação são propostas, gerando compreensões da evolução humana de forma contínua, demonstrando a natureza dinâmica e em constante mudança das formas semiotizadas do passado da Humanidade.

5.6.2 Antropologia

A Antropologia, como disciplina dedicada ao estudo da Macro Rede de Significação (tomada como cultura humana), está intrinsecamente ligada às dinâmicas e aos métodos de Resignificação semiótica. Através da observação, análise e das atribuições de Significados dos Sistemas de Signos presentes nas diferentes Macro-redes de Significação, a Antropologia busca compreender as formas pelas quais os Significados são atribuídos, trocados, adaptados, mesclados (hibridismos) e reestruturados.

Os **deslocamentos epistêmicos**, ou seja, as mudanças fundamentais nos saberes e nos sistemas de crenças, sob concepções dominantes, são provocadores de Resignificações semióticas vislumbradas pela Antropologia. Esses deslocamentos podem ocorrer em diferentes níveis e serem impulsionados por uma variedade de fatores metodológicos, como avanços nas tecnologias de investigação, descobertas arqueológicas, mudanças sociais e políticas, interações culturais e manifestações artísticas.

Os processos de Resignificação semiótica ocorre de várias maneiras. Primeiramente, os antropólogos podem investigar e documentar as transformações ocorridas nos Sistemas de Signos de uma etnia ou grupamento social ao longo do tempo. Eles examinam como os Signos e seus Significados são adaptados, reinterpretados e modificados em resposta a novas circunstâncias e influências externas. Por exemplo, podem estudar como determinadas práticas religiosas são revisitadas em resposta a mudanças sociais e políticas, resultando em novas formas de expressão religiosa e Significados exógenos atribuídos nos hábitos, costumes e, particularmente, em rituais de ordem transcendente.

Além disso, a Antropologia também está envolvida na análise das trocas e permutas simbólicas (envolvendo Signos Transcendentes), que ocorrem entre diferentes culturas. Os especialistas investigam como os Sistemas de Signos de uma etnia ou grupo social podem influenciar e ser influenciados pelos Sistemas de Signos de outros grupos, levando a processos de Ressignificação e criação de Significados híbridos. Por exemplo, eles podem examinar como práticas de uma sociedade sofrem atribuições de valores de Significações quando entram em contato com outros grupos, resultando em hibridização de Sistemas de Signos com emergência de novas formas de Significação, dotados com Signos alterados e metamorfoseados.

Os métodos da Antropologia incluem a observação participante, entrevistas, análise de documentos, estudos comparativos e análises dos Sistemas de Signos (o que envolve gestos corporais, processos técnicos, expressões artísticas, religiosas etc). Esses métodos permitem aos antropólogos investigar as dinâmicas dos saberes e dos fazeres, identificar os Sistemas de Signos presentes em uma etnia ou grupo específico e analisar como tais Sistemas são afetados e transformados pelos deslocamentos epistêmicos, provocados por indivíduos endogenamente ou por Sub-redes de Significação exógenas.

A Antropologia está inteiramente sujeita às dinâmicas e os métodos dos estudos da Semiótica, e em particular, à observação dos diversos processos de Ressignificação semiótica ao estudar como os Sistemas de Signos em diversas etnias são influenciados, reavaliados e transformados pelos deslocamentos epistêmicos nelas observados. Investiga, sobretudo, portanto, os processos pelos quais os Significados são atribuídos, trocados e adaptados, e busca compreender as novidades e reestruturações de comportamentos, valores e Significados que resultam desses processos.

5.6.3 Filosofia

A LGR é inteiramente aplicável a processos de atribuição de Significados aos Sistemas de Signos utilizados na comunicação, em especial, no pensamento filosófico, ou seja, na escrita que reflete a reflexão filosófica, já em seus primórdios. Essa lei reconhece que os Signos são influenciados por diversos deslocamentos epistêmicos e que podem passar por processos de novas atribuições de valores de Significados, gerando novas associações e Signos diferenciados e/ou complementares. No caso da busca pela verdade e de um conforto epistêmico, a Filosofia tende, ao mesmo tempo, a mitigar a curiosidade e despertá-la em outras direções. Ela está presente onde residam **reflexão** e **estranhamento** do mundo – seja chamado de Universo, seja chamado de Cosmos – de modo a buscar um paradigma estável de

conhecimento, e aplicação estável das relações entre o Homem e o mundo, bem como do funcionamento da Epistêmica.

Na passagem do **mito** ao **logos** sob o olhar reflexivo de uma filosofia ocidental dominante, podemos identificar um exemplo da Lei Geral da Resignificação em ação. O mito era uma forma predominante de explicar o mundo e os fenômenos naturais em civilizações antigas. No entanto, com o advento da filosofia pré-socrática na Grécia Antiga, houve uma mudança de paradigma em direção à busca por explicações racionais e sistemáticas. Os filósofos pré-socráticos, como Tales, Anaximandro e Heráclito, buscavam entender o mundo através da **razão** e da **observação sistemática e reflexiva**, em detrimento às **explicações míticas** baseadas em **deuses e seres sobrenaturais**. Essa transição do mito ao logos, ou seja, da **narrativa mítica** para o **discurso racional e lógico**, representou uma mudança determinante na maneira como os pensadores compreendiam o mundo.

No entanto, os sofistas, tendo surgido posteriormente, adotaram uma abordagem mais **relativista** em relação à verdade e ao conhecimento. Eles enfatizavam a **persuasão** e a **retórica**, buscando ensinar técnicas argumentativas para a conquista da opinião pública. Essa ênfase na persuasão e no relativismo pode ser considerada uma Resignificação dos valores do *logos* filosófico anterior, uma vez que questionava a possibilidade de alcançar uma verdade absoluta.

A influência dos sofistas foi, então, contestada pelos filósofos socráticos. Já nos textos platônicos, encontramos Sócrates invalidando as práticas discursivas dos sofistas, sob alegação de que eram enganadores, embusteiros e geradores de falsas verdades. Os seguidores de Sócrates, segundo Platão, buscavam estabelecer uma investigação metódica por conhecimento, baseada em **princípios universais** e por uma **verdade objetiva**. Eles rejeitaram a ideia de que a verdade era apenas uma questão de **opinião** pessoal e enfatizaram a importância da **razão** e da **reflexão crítica** na busca por conhecimento. No entanto, sua motivação era a da natureza imobilizante da verdade, isto é, não sujeita a Resignificações.

Essa mudança de perspectiva e a vitória dos socráticos e pós-socráticos sobre os sofistas podem ser consideradas como a promoção do deslocamento epistêmico de uma Axiologia da Verdade, em direção a uma Resignificação dos conceitos atribuídos à Filosofia. A ênfase na busca pela verdade objetiva e universal, na razão e no conhecimento fundamentado, tornou-se predominante na Filosofia ocidental e moldou a forma como a tradição filosófica subsequente se desenvolveu.

Em suma, a passagem do mito ao logos e a evolução da ação dos sofistas para uma filosofia ocidental dominante exemplificam Resignificações dos valores atribuídos aos

Sistemas de Signos filosóficos ao longo do tempo. Tais mudanças refletem novas concepções e uma reconfiguração dos Signos associados à compreensão do mundo.

5.6.4 Sociologia

O **deslocamento epistêmico** que levou ao surgimento da Sociologia como ciência e seu reconhecimento, ocorreu durante a transição do século XVIII para o século XIX, período conhecido como a Era da Revolução Iluminista. Durante esse período, houve mudanças sociais, políticas e econômicas de extremo valor histórico e filosófico, os quais transformaram radicalmente a vida em sociedade.

A industrialização, o surgimento do capitalismo e a urbanização em larga escala resultaram em profundas transformações na estrutura social e nas relações entre as pessoas. A antiga ordem feudal estava sendo substituída por uma economia cada vez mais calcada em relações capitalistas, com novas modalidades e relações de trabalho, propriedade e hierarquias sociais. Nesse panorama, ideólogos, pensadores e líderes políticos começaram a questionar as antigas fórmulas de explicação e compreensão do mundo e, particularmente, da sociedade, buscando ações e abordagens que pudessem dar conta das mudanças econômicas em curso.

Auguste Comte (1798 - 1857) é geralmente considerado o fundador da Sociologia, pois foi ele quem cunhou o termo "Sociologia" e desenvolveu o método sociológico. Comte propôs que a sociedade deveria ser estudada como uma ciência separada das outras disciplinas existentes, como a Filosofia e a História. Ele argumentava que a Sociologia deveria utilizar um método científico baseado na **observação empírica**, na **coleta de dados** e na **análise sistemática** das relações sociais. Enfatizava também a importância de compreender as leis que governam o funcionamento da sociedade e buscava inserir a Sociologia entre as disciplinas que pudesse contribuir para o progresso social e a estabilidade da ordem social.

Foi durante o século XIX que outros sociólogos e pensadores contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia como uma disciplina acadêmica. Entre eles, destacam-se Émile Durkheim (1858 – 1917), Max Weber (1864 – 1920) e Karl Marx (1818 – 1883), cada um trazendo diferentes perspectivas e abordagens para o estudo da sociedade. A Sociologia, então, emergiu como uma ciência que se propõe a estudar as estruturas sociais, as relações entre os indivíduos e os grupos, os processos sociais e os fenômenos sociais mais amplos, independente da Filosofia e da Economia.

Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, podemos considerar algumas Ressignificações importantes nos Sistemas de Signos que formulam e envolvem a Sociologia. Essas Ressignificações refletem as mudanças nas teorias sociológicas, nos métodos de pesquisa, nos

temas de estudo e nas abordagens utilizadas pelos sociólogos ao longo do tempo. Algumas das principais mudanças e Ressignificações, desde Auguste Comte incluem:

Diversificação teórica: Após Comte, surgiram diversas correntes teóricas na Sociologia, cada uma com sua própria abordagem e enfoque. Por exemplo, Émile Durkheim desenvolveu uma **abordagem funcionalista**, que enfatizava a importância das instituições sociais na **coesão e na ordem social**. Max Weber trouxe a compreensão da **ação social** e a análise das **relações de poder**. Karl Marx introduziu a **teoria do conflito** e a análise das **desigualdades sociais**. Ao longo do tempo, outras teorias, como o **interacionismo simbólico**, o **feminismo**, a **teoria crítica** e a **teoria pós-moderna**, entre outras, também influenciaram a Sociologia, ampliando suas perspectivas e áreas de estudo.

Métodos de pesquisa: Inicialmente, a ênfase era na observação e na generalização de **padrões sociais**. No entanto, ao longo do século XX, surgiram abordagens mais qualitativas, como a **etnografia**, as entrevistas em profundidade e a análise de documentos, que buscaram uma compreensão mais aprofundada das experiências sociais e das perspectivas dos indivíduos. Além disso, métodos quantitativos, como pesquisas de opinião, análises estatísticas e modelagem matemática, também se tornaram comuns.

Expansão dos temas de estudo: A Sociologia expandiu seu campo de estudo para além das estruturas sociais tradicionais, como **família, trabalho e religião**. Temas como **gênero, raça, etnia, sexualidade, globalização, meio ambiente, saúde, tecnologia, cultura e movimentos sociais** se tornaram áreas de interesse e investigação sociológica. Essa ampliação reflete a necessidade de compreender as complexidades e as dinâmicas das sociedades contemporâneas.

Abordagens interdisciplinares: A Sociologia tem se aproximado de outras disciplinas, como a Antropologia, a Psicologia, a Ciência Política, a Economia e a História, em busca de uma compreensão mais abrangente dos fenômenos sociais. Abordagens interdisciplinares têm enriquecido o campo sociológico, permitindo uma análise mais complexa e contextualizada dos problemas sociais.

Globalização e estudos transnacionais: A globalização trouxe uma série de desafios e transformações para a Sociologia. O mundo contemporâneo está cada vez mais interconectado, o que levou ao desenvolvimento de **estudos transnacionais** e comparativos. A Sociologia tem explorado as relações entre as sociedades, as **migrações**, as **identidades culturais em movimento** e as influências globais sobre os sistemas sociais.

Demonstra-se, portanto, que as inserções de temas e questões epistemológicas passam a participar do deslocamento epistêmico que regem as Ressignificações nos métodos e objetos

de estudo da Sociologia, fazendo desta ciência um fórum extraordinário para se pensar como os Sistemas Semióticos interferem nos modos de vida e de organização da sociedade.

Assim, o surgimento da Sociologia se dá como ciência da organização social humana, como resultado de um deslocamento epistêmico impulsionado pelas transformações sócio-econômicas e pela necessidade de novas formas de explicação. A disciplina continua a se adaptar, evoluir e se ressignificar à medida que a sociedade muda, incorporando novos conceitos, teorias, métodos e temas de estudo para melhor compreender a complexidade da vida social.

5.7. CIÊNCIAS DURAS E HISTÓRIA DA CIÊNCIA

5.7.1. As Revoluções Científicas

Ressignificação científica: Envolve a reavaliação e deslocamento epistêmico dos conceitos científicos e das teorias científicas. A ciência está em constante adesão a novos experimentos e cálculos, e está sujeita a novas descobertas, resultando em recomposição de teorias que podem levar a uma Resignificação dos conhecimentos científicos existentes, alterando nossa compreensão dos fenômenos naturais. O autor que mais se debruçou sobre o tema das transformações científicas foi Thomas Kuhn, com seu clássico ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas*, e onde notabilizou o termo "paradigma", o que passou a ser usado em muitas outras áreas e entrou no léxico popular e midiático de forma irreversível.¹⁴⁶

5.7.2 Astronomia e Física: Planeta

A passagem da Astrologia para a Astronomia é um exemplo clássico de Resignificação que ocorreu na história da ciência. Ambas as disciplinas têm um longo trajeto. No passado, estavam intimamente relacionadas. No entanto, ao longo do tempo, elas seguiram caminhos distintos de desenvolvimento.

Começando pela Antiguidade, a Astrologia e a Astronomia eram consideradas praticamente indistinguíveis. É importante notar que a Astronomia rudimentar era fortemente ligada à mitologia, à religião e à Astrologia. A transição da Astronomia como uma prática mística para uma ciência empírica baseada na observação sistemática e na Matemática ocorreu gradualmente ao longo dos séculos, com contribuições significativas de cientistas e pensadores de diferentes culturas. Os observadores dos céus antigos acreditavam que os movimentos dos corpos celestes, como planetas e estrelas, tinham influência direta sobre os

¹⁴⁶ Sobre o termo "quebra de paradigma" como manifestação da Resignificação na Ciência, ver nossa dissertação de mestrado: *O Resignificação e Formação de Paradigma Segundo Thomas Kuhn*, 2016, inédito.

eventos e a vida humana. Estes homens tinham uma perspectiva não científica, apesar do esmero e da preocupação em registrar e representar os dados coletados de forma escritural, o que já nos permite uma análise semiótica.

À medida que a ciência e o pensamento racional se desenvolveram, a Astrologia começou a perder seu status científico e foi gradualmente se distanciando da Astronomia. O trabalho de cientistas como Nicolau Copérnico (1473 – 1543), Johannes Kepler (1571 – 1630) e Galileu Galilei (1562 – 1642) na época do Renascimento contribuiu para o desenvolvimento da Astronomia moderna e a adoção do heliocentrismo, principalmente com o advento do telescópio (1608).

A Astronomia, por sua vez, consolidou o seu método científico, ressignificando os processos semióticos pelos quais os registros passaram a vigorar. Com o avanço das tecnologias de observação, aos astrônomos foi facultado o cruzamento de dados, aprimorando tais registros, gerando informações mais precisas sobre os corpos celestes e desenvolveram teorias mais sólidas sobre o funcionamento do universo.

Enquanto isso, a Astrologia se imobilizou nas crenças esotéricas e filosofias espirituais, mantendo-se fiel aos Signos Transcendentes ao expressar o seu discurso e suas explicações, afastando-se do escrutínio científico e adotando uma abordagem mais subjetiva e opinativa, o que seria totalmente superado com o Iluminismo e o crescimento do método científico. A Astrologia perdeu grande parte de sua credibilidade como disciplina científica legítima e foi considerada pseudociência. Ao mesmo tempo, a Astronomia se tornou uma ciência respeitada e amplamente aceita. Hoje, a Astronomia é reconhecida como uma ciência natural que estuda a origem, evolução e comportamento dos objetos celestes, enquanto a Astrologia é vista por muitos como uma prática esotérica ou de entretenimento sem base científica.

Essa mudança na percepção da Astrologia para a Astronomia representa um exemplo importante de ressignificação no contexto das ciências, onde uma disciplina anteriormente considerada parte da ciência foi redefinida e estancada devido ao desenvolvimento do pensamento científico e ao rigor na abordagem do Conhecimento.

Na história da Astronomia, vários processos de Ressignificação semiótica ocorreram ao longo do tempo, impulsionados por mudanças sociais, avanços tecnológicos e novas teorias científicas. Alguns exemplos importantes de ressignificação na Astronomia incluem:

Heliocentrismo: O **modelo geocêntrico**, que considerava a Terra o centro do universo e os outros corpos celestes girando ao seu redor, foi ressignificado pelo **modelo heliocêntrico** proposto por Nicolau Copérnico no século XVI. Nesse modelo, o Sol passou a ser o centro do

sistema solar, e a Terra e os demais planetas orbitam ao redor dele. Os conceitos de universo e de planeta também começam a ser questionados.

Galileu Galilei: As observações astronômicas realizadas por Galileu com o telescópio também promoveram uma ressignificação na Astronomia. Suas descobertas, como as luas de Júpiter e as fases de Vênus, contrariaram a visão tradicional e influenciaram a aceitação do heliocentrismo. O conceito de planeta já pode ser atribuído à Terra, o que se choca com os conceitos imobilizados pela doutrina geocentrista.

Leis de Kepler: As leis do movimento planetário propostas por Johannes Kepler modificaram as concepções sobre as órbitas dos planetas, demonstrando que elas não eram simples **círculos** perfeitos, mas **elipses**. Essa Ressignificação na descrição das órbitas planetárias foi um avanço de grande valor na Astronomia.

Teoria da Gravitação Universal de Newton: Isaac Newton (1643 – 1727) revolucionou a Astronomia ao fornecer uma explicação unificada para o movimento dos corpos celestes. Essa explicação inovadora permitiu que os astrônomos entendessem as leis que governam os movimentos celestes, gerando um diagrama que representa semioticamente a interação entre os objetos no universo tomada como real e verdadeira.

Teoria da Relatividade de A. Einstein (1879 – 1955): Essa teoria, em particular a relatividade geral, ressignificou a compreensão do espaço e do tempo, levando a uma reformulação das leis da gravitação e influenciando fortemente a cosmologia moderna. Daí um conjunto de expressões semióticas das fórmulas matemáticas que representam tais leis.

Astronomia de rádio e espectroscopia: A observação de emissões de rádio e o desenvolvimento da espectroscopia permitiram aos astrônomos estudar o universo em outras faixas de luz além da visível. Isso levou a uma ressignificação da Astronomia ao revelar novos fenômenos e objetos celestes não visíveis antes. Para tanto, é necessária a criação de notações semióticas para expressar as medições efetuadas por tais técnicas.

Esses são apenas alguns exemplos dos muitos processos de Ressignificação semiótica que moldaram a história da Astronomia, mostrando como os deslocamentos epistêmicos, tecnológicos, gerando novos marcos teóricos, continuam a influenciar nossa compreensão do cosmos.

5.7.3 Da Biologia evolucionista ao Dogma do DNA

A ameaça do evolucionismo ao criacionismo dominante no século XIX foi um marco na história da ciência e no desenvolvimento da Biologia evolutiva. Ainda hoje, embora a teoria da evolução seja amplamente aceita na comunidade científica, questões sobre a sua aceitação

pública, especialmente em contextos religiosos e culturais, continuam a ser discutidas em várias partes do mundo. A ciência, no entanto, continua a avançar com base em evidências e métodos racionais, independentemente das controvérsias culturais e religiosas.

O criacionismo, baseado em atribuições de valores literais de textos religiosos, defendia que todas as formas de vida foram criadas por um ato divino e imutáveis desde o início. Essa visão teve forte influência nas sociedades ocidentais e foi amplamente aceita pelas igrejas cristãs e pela cultura dominante.

Com o advento das teorias de Lamarck (Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, chevalier de Lamarck, 1744 – 1829), C. Darwin (1809 – 1882) e Alfred R. Wallace (1823 – 1913), o evolucionismo propôs uma abordagem científica e naturalista para explicar a origem e diversidade das espécies. As consequências desse embate entre evolucionismo e criacionismo foram significativas para a ciência.

Lamarck propôs a teoria da herança dos caracteres adquiridos, sugerindo que as características adquiridas durante a vida de um organismo poderiam ser transmitidas para a próxima geração. Ele acreditava que os organismos podiam modificar suas características em resposta às necessidades ambientais, e que essas modificações seriam herdadas por sua descendência. Por exemplo, se um indivíduo de uma espécie de pássaro começasse a usar mais seus membros superiores para voar e menos seus membros inferiores, as gerações subsequentes desenvolveriam membros superiores mais desenvolvidos.

Em contraste, Darwin e Wallace propuseram a teoria da seleção natural como o principal mecanismo de evolução. Eles argumentaram que a variabilidade natural existente em uma população é aleatória, e que indivíduos com características mais adaptativas a um determinado ambiente têm maiores chances de sobreviver e reproduzir, passando essas características vantajosas para suas gerações futuras. Ao longo do tempo, esse processo levaria a mudanças graduais nas populações e ao surgimento de novas espécies. Os **Signos Indiciais** frequentes demonstraram nas observações que a dedução retroativa apontava para conclusões evolucionistas, sem qualquer prova de que os seres vivos teriam sido criados conforme uma formulação arbitrária, senão obediente a uma sequência de passos intermediários.

Lamarck defendia uma visão mais gradualista da evolução, acreditando que as mudanças ocorriam constante e gradualmente ao longo do tempo. Darwin e Wallace também apoiavam uma visão gradualista, mas sua teoria da seleção natural também permitia a possibilidade de mudanças rápidas em resposta a pressões seletivas intensas.

Ao elaborar **diagramas** – Signos Icônicos – de suas descobertas, os registros demonstram semioticamente como tais ressignificações se apresentam em uma dada Sub-rede de Significação que expressa o ambiente: Darwin e Wallace também reconheciam a importância do ambiente, mas a seleção natural enfatizava mais o papel do ambiente como um filtro para a sobrevivência e reprodução dos indivíduos com características vantajosas.

Vejamos alguns embates promovidos por deslocamentos epistêmicos, a partir das práticas empíricas e dos registros de elementos verificáveis principalmente no reino animal.

Conflito entre ciência e religião: A aceitação da teoria da evolução desafiou diretamente as narrativas criacionistas das tradições religiosas, especialmente o cristianismo. Isso levou a um conflito entre ciência e religião, em que muitas instituições religiosas e autoridades rejeitaram e se opuseram à teoria da evolução. Notadamente verifica-se um **modelo mítico** em confronto a um **modelo lógico** proposto pela composição de uma sub-rede de **signos indiciais**, semioticamente conectados.

Resistência à aceitação do evolucionismo: A ameaça ao criacionismo e a abordagem naturalista do evolucionismo encontraram resistência considerável na sociedade. Muitas pessoas achavam difícil aceitar uma teoria que desafiava suas crenças religiosas (expressas pelo modelo mítico-teológico) e, como resultado, rejeitavam a teoria da evolução sem sequer considerar suas evidências científicas. Fica clara aqui as posições imobilizadas pelas **narrativas míticas** consagradas como verdadeiras, frente a uma mobilização radical de tais enunciados.

Desenvolvimento da Biologia Evolutiva: Apesar das dificuldades iniciais, o evolucionismo foi gradualmente ganhando aceitação científica, à medida que mais evidências eram reunidas em favor da teoria da evolução. A Biologia Evolutiva se desenvolveu como uma disciplina científica, e as teorias de Lamarck, Darwin e Wallace foram fundamentais para a compreensão da diversidade e adaptação das espécies.

Avanço da secularização: O conflito entre evolucionismo e criacionismo também desempenhou um papel fundamental na secularização da sociedade, à medida que muitas pessoas começaram a questionar e separar a influência religiosa da ciência e do ensino nas escolas. Fica claro o efeito cascata dos deslocamentos epistêmicos provocadores de ressignificações nas narrativas entre religiosos e cientistas.

Podemos, portanto, apontar pontos de deslocamentos epistêmicos e consequentes ressignificações entre as teorias de Lamarck e as teorias de Darwin-Wallace. São evidentes as mudanças fundamentais de paradigma sobre a evolução das espécies. Vamos destacar alguns desses pontos de deslocamento:

Herança de caracteres adquiridos: na teoria de Lamarck, a herança de caracteres adquiridos era um ponto crucial. Organismos adquiriam características ao longo de suas vidas em resposta ao ambiente e passavam essas características modificadas para a próxima geração. Esse conceito foi deslocado epistemicamente com a teoria da seleção natural de Darwin e Wallace. Em vez de atribuir a herança de características adquiridas, eles enfatizaram a variabilidade genética aleatória e a seleção natural como mecanismo principal para explicar a evolução. O registro agora ganha **nova escrituração**, ou seja, uma representação semiótica nova.

Origem da variabilidade: Lamarck não forneceu uma explicação detalhada sobre a origem da variabilidade genética nas populações. Esse ponto foi ressignificado pelas teorias de Darwin-Wallace, que não focavam na origem da variabilidade, mas na sua existência aleatória e na atuação da seleção natural sobre essa variabilidade.

Visão do tempo e da graduação da mudança evolutiva: Lamarck defendia uma visão mais gradualista da mudança evolutiva, acreditando que as mudanças ocorriam constantemente e de forma gradual ao longo do tempo. Em contrapartida, Darwin e Wallace também apoiavam uma visão gradualista, mas sua teoria permitia a possibilidade de mudanças mais rápidas, especialmente em resposta a pressões seletivas intensas.

Influência do ambiente: Lamarck atribuía um papel mais proeminente ao ambiente na mudança evolutiva, sugerindo que o ambiente direcionava as modificações nos organismos para se adaptarem melhor. Por outro lado, Darwin e Wallace também reconheciam a importância do ambiente, mas a seleção natural enfatizava mais o papel do ambiente como um filtro para a sobrevivência e reprodução dos indivíduos com características vantajosas, independentemente de qualquer direção voluntária.

Esses deslocamentos epistêmicos e ressignificações resultantes representam a transição de uma visão mais teleológica e baseada em aquisições de características ao longo da vida (Lamarck) para uma visão mais mecanicista e baseada em variação aleatória e adaptação ao ambiente (Darwin-Wallace). Essa quebra de paradigma evidencia a ressignificação percebida, a qual revolucionou a Biologia Evolutiva e estabeleceu a teoria da seleção natural como o pilar central da compreensão da evolução das espécies na ciência moderna.

Ampliando ainda mais esta discussão, a descoberta do DNA e sua compreensão tiveram um impacto profundo na Biologia, provocando um importante deslocamento epistêmico em relação à compreensão da hereditariedade, da variabilidade genética e dos mecanismos evolutivos. Com a realidade do DNA os processos semióticos de representação da hereditariedade ganham nova dimensão, exigindo uma codificação e sistemas de signos que

atualizem tal deslocamento e avanços científicos e epistêmicos. Analisemos alguns dos principais deslocamentos epistêmicos causados pela descoberta do DNA:

Entendimento da hereditariedade: A descoberta do DNA como o material genético essencial proporcionou uma compreensão muito mais precisa sobre a hereditariedade. Antes da descoberta do DNA, os mecanismos exatos pelos quais os traços hereditários eram transmitidos de geração em geração eram mal compreendidos. A identificação do DNA como a molécula responsável por carregar informações genéticas ressignificou completamente o entendimento da transmissão de características entre pais e filhos.

Fundamentação da Genética Mendeliana: A redescoberta das leis de Mendel (1822 – 1884), que descreviam a transmissão de características hereditárias através de unidades discretas chamadas genes (1865-66), ocorreu em conjunto com a descoberta da molécula do DNA (1953, James Watson, Francis Crick e Maurice Wilkings). Isso levou a uma ressignificação do trabalho de Mendel, agora sob um contexto molecular, e estabeleceu a base para a genética moderna.

Origem da variabilidade genética: O entendimento de como ocorrem as mutações genéticas explicaram a origem da variabilidade genética nas populações. Mutação é o processo através do qual ocorrem mudanças no DNA, criando novas variantes genéticas e possibilitando a evolução das espécies. Esse entendimento ressignificou a forma como a variabilidade genética é vista no contexto evolutivo.

Desvendamento dos mecanismos da evolução: A análise do DNA, assessorada por novos Sistemas de Signos associados à escrita da matemática estatística, proporcionou uma compreensão mais detalhada dos mecanismos subjacentes à evolução. A genética de populações permitiu o estudo da frequência de alelos nas populações ao longo do tempo, elucidando como a seleção natural e outros processos evolutivos atuam sobre a variabilidade genética.

Unificação da Biologia: A descoberta do DNA permitiu uma integração mais profunda entre as diferentes disciplinas da Biologia. A Biologia Molecular, que estuda as interações entre moléculas biológicas, e a Genética passaram a ser fundamentais para a compreensão do funcionamento dos seres vivos, unificando as várias áreas da Biologia em uma visão mais abrangente.

5.8. IDEOLOGIAS: POLÍTICA E RELIGIÃO

Observamos entre as civilizações, muitas vezes, entendidas pelo olhar da Antropologia como etnias. Diversos mecanismos semióticos são construídos no seio das suas sociedades, não só pelo convívio do dia-a-dia, mas, sobretudo, nas relações sociais estabelecidas em classes, seja por sua formação intelectual, profissional, seja, nas relações de poder econômico e político. Diante desse quadro, entenda-se que o modo de produção – termo observado na literatura das Ciências Sociais – é termo central das economias. Assim, entenda-se que na Macro-rede de Significação a Economia presente em dado território e vivenciada por dada etnia está subordinada ao conjunto de Sistemas de Signos que formam a Ideologia dominante, praticada e materializada na Política e na Religião majoritária. Veremos no que se segue como o processo de Resignificação se apresenta, visto os deslocamentos epistêmicos ocorridos em sua causa, sempre gerando Referentes que serão representados pelos Sistemas de Signos adotados pelas Ideologias dominantes. Ressaltamos que tanto as doutrinas políticas como as doutrinas religiosas constituem-se de Sistemas de Signos, cujo arcabouço é um conjunto de ideias que formam dada Ideologia. Para a TSR tanto política como religião pertencem ao campo ideológico.

5.8.1 Do Mercantilismo ao neo-Liberalismo – o Dinheiro como Valor de Troca

O mercantilismo foi uma doutrina econômica predominante nos séculos XVI ao XVIII, caracterizada pelo protecionismo, acumulação de metais preciosos e controle estatal sobre a economia, o que pressupõe uma postura ideológica centralizadora. Por outro lado, o neoliberalismo é uma corrente econômica e política que emergiu a partir do século XX, enfatizando a liberalização do comércio, a desregulamentação e a redução do papel do Estado na economia, isto é, uma clara oposição de **decisão ideológica** na participação do Governo central nos fatos econômicos. Notadamente, verificamos um deslocamento epistêmico, que se opera no curso da história, ao que se poderia atribuir um valor de significação evolutivo nas relações dos elementos que compõem as relações econômicas. Alguns dos processos de Resignificação que podem ser identificados nessa transição incluem:

Atribuição de novos valores econômicos e sociais: O neoliberalismo deslocou o valor de significação da mercadoria e do serviço para um patamar de competição voltada para a ênfase na eficiência, competitividade e abertura de novos mercados, isto é, da expansão de consumidores, seguindo certos preceitos de perfil de consumo. Isso representou uma Resignificação dos componentes econômicos, para a maximização dos lucros e na redução da intervenção estatal, em comparação com o protecionismo mercantilista. O deslocamento

epistêmico aqui reside em que o mercado deverá se auto-regular, em substituição à regulação emitida pelo Estado, produzindo o **Referente** de que o mercado deve ser livre; daí o termo **neoliberalismo** como Signo da nova concepção da relação regulatória.

Ressignificação da função do Estado: O papel do Estado passou por uma transformação importante na transição do mercantilismo para o neoliberalismo. Enquanto o mercantilismo defendia uma forte intervenção do Estado na economia, o neoliberalismo promoveu uma Resignificação do papel do Estado, enfatizando sua função para garantir a estabilidade macroeconômica, proteger a propriedade privada e proporcionar a livre concorrência, em clara demonstração de deslocamento epistêmico, valorizando a iniciativa individual como ponta de lança para as inovações e operações de negócios. Os Sistemas de Signos, portanto, apresentarão Significados dos novos Referentes colocados para toda a sociedade.

Mudanças nas relações comerciais internacionais: Com o neoliberalismo, houve uma resignificação das relações comerciais, com maior ênfase na liberalização do comércio internacional, redução de barreiras comerciais e a promoção de tratados de livre comércio, mas preservando diferenciadas as relações entre nações e suas possibilidades de produção e negociação, mantendo os países industrializados na cabeceira e nas decisões comerciais.

A relação da mais-valia de Marx com essa transição econômica também pode ser analisada sob o prisma da Resignificação semiótica. A teoria da mais-valia de Marx é central no seu pensamento e está associada ao conceito de exploração capitalista. Segundo Marx, a mais-valia é a diferença entre o **valor** criado pelo trabalhador no processo produtivo e o salário que ele recebe, sendo apropriada pelo capitalista como lucro.

Na passagem do mercantilismo para o neoliberalismo, as relações econômicas e de trabalho sofreram resignificações. Enquanto o mercantilismo estava associado a uma fase inicial do capitalismo, com forte intervenção estatal e exploração dos recursos das colônias, sob regras desumanas do modo de produção escravista do modelo colonial, o neoliberalismo trouxe uma nova configuração do capitalismo globalizado, onde as relações de trabalho, comércio e produção sofreram Resignificação, porém preservando a exploração da mão-de-obra humana, apesar da introdução das máquinas e tecnologias robóticas.

A exploração da mais-valia, que era inerente ao sistema capitalista desde o mercantilismo, também se adaptou e se transformou na era neoliberal. As mudanças econômicas e tecnológicas trouxeram novas formas de exploração, como a precarização do trabalho, a terceirização, a globalização dos mercados e a busca por maior flexibilidade nas relações de trabalho, em prejuízo para a classe trabalhadora. Esse deslocamento nas relações

impactou a forma como a mais-valia passou a ser gerada e apropriada, ressignificando as dinâmicas do capitalismo e suas consequências para a sociedade, sem no entanto, edificar uma classe trabalhadora.

O neo-liberalismo é um conceito que ressignifica o conceito originário defendido pelos liberais do século XVIII, cujo intuito era o de esvaziar o poder econômico da realeza em função de uma classe burguesa em ascensão, cujas metas era a partilha das propriedades territoriais monopolizadas pelo clero e pelos monarcas. Esse intuito já se constitui como um processo de deslocamento epistêmico motivador para as formas de representar o papel do Estado Monárquico frente ao acúmulo de capitais financeiros e de produção. Daí o Signo verbal "liberalismo" para representar este conjunto de ideias reconectadas.

5.8.2 Do Ato Simbólico à Constituição da Sacralidade

O ato simbólico é o que predetermina os dois Modos de Significação da comunicação humana e, em certa medida, em determinados animais, como aves e mamíferos (cabe à Zoosemiótica cumprir o estudo que elabora tais considerações).

Já identificado no homem primitivo, é uma manifestação que comunica, produzindo gestos, e atribuindo Significados para além dos objetos e eventos concretos – Significantes imediatos – para transmitir ideias. O ato simbólico é importante para a construção de Significados dos Signos Transcendentes, para o entendimento de padrões humanos em crenças de um determinado grupamento social. Expressam conceitos abstratos, como elementos de fetiche, reverenciados como sagrados (relativo a religiões), para identidades coletivas e individual, bem como posições sociais, provocam ainda uma sensação de coesão social. O ato simbólico é a base semiotizada para um estudo da relação entre o sagrado e o divino. Senão, vejamos.

É fundamental acompanharmos a diferenciação acusada por Mircea Eliade (2009) entre o **divino** e o **sagrado**. O sagrado é uma dimensão fundamental da experiência humana e está presente em todas as culturas e religiões. Ele considerava que o ser humano tem uma busca inata pelo sagrado, buscando conexão com algo além do cotidiano, transcendente e divino. Para Eliade, o sagrado é uma fonte de Significado, oferecendo uma estrutura para a existência e um caminho para a realização espiritual.

Segundo Eliade, o divino se distingue do sagrado à medida que habitam territórios distintos. Enquanto o divino deriva dos deuses e deusas, à esfera da divindade, o sagrado – cuja revelação se dá pelo termo "**hierofania**" – refere-se a um estado de ânimo da consciência que se interpõe ao mundo, naquilo que remete ao divino, de modo que se constitui como uma

categoria mais ampla e abstrata, englobando tudo o que é considerado devocionário, e cujo lugar é privilegiado, inviolável, ou seja, que possui Significado profundo para um indivíduo e uma comunidade ligada por dado complexo doutrinário. Via de regra reside no campo religioso, podendo apresentar-se em questões particulares de apreço. O sagrado pode incluir não apenas objetos, mas também lugares, práticas rituais, elementos míticos e até mesmo algumas experiências mágicas individuais e coletivas, que são tratadas com reverência e culto, situando-se para além das fronteiras do ambiente prosaico.

Do ponto de vista da TSR, o sagrado aparece no Signo Transcendente, pelo qual se atribui um Significado sobrenatural, somente observável mediante um conjunto de elementos sógnicos dispostos na Sub-rede de Significação, cujos Significados geram uma outra Sub-rede "virtual" de Significação, e na qual não se encerram seus objetos materiais. Verifica-se, portanto, a ação do Aparelho Afetivo-Imaginário, com teor mágico e como agente ressignificador, visto que um artefato material ou um evento empírico possam receber valores de Significação para além de sua concretude perceptível. Essa extrapolação é necessária para indicar a sacralidade e os valores não intrínsecos *a priori*. A sua constatação se dá no juízo desumanizador dos objetos em direção ao divino, sem, no entanto, alcançá-lo, visto que o território divinal é inóspito, incógnito e soberano – suas Significações emanam um Espectro de Significados particular para aquele indivíduo, cujo Aparelho Afetivo-Imaginário estabelece a formulação nebulosa de tais valores.

Assim, a sacralidade e o divinal se estabelecem por critérios não perceptíveis, pelos quais o indivíduo revela no ato simbólico mais primitivo. Ele próprio não tem a prerrogativa, nem a intenção de distinguir. Essa **Ressignificação** somente pode ser estabelecida à medida que examinamos cuidadosa e criteriosamente tais erupções, em seu caráter distintivo e sublimador, nas diversas manifestações epífanas, sempre a partir do ato simbólico, compreendido com um Signo de caráter transcendental.

5.9 PEDAGOGIA E ENSINO

A transformação da Educação e da relação entre aluno e professor ao longo da história pode ser analisada, conforme previsto pela LGR. Observe-se que os métodos didáticos e conteúdos sofreram variações a partir das ideologias e dos processos de Ressignificação semiótica nos diversos corolários e conceitos praticados nos debates e publicações, as quais disseminaram novas perspectivas a serem reproduzidas na geração de material semiótico no ambiente acadêmico e escolar.

Os pontos de deslocamento epistêmico nas fases de transição do ensino desde a Antiguidade até a Idade Moderna referem-se a deslocamentos epistêmicos tais como crenças, valores éticos e morais, bem como paradigmas (modelos epistemológicos e de comportamento), que moldaram a Educação no seu *modus operandis* no dia-a-dia do ambiente da aula. Destacamos alguns desses deslocamentos:

Queda do Império Romano e a Idade Média:

- Deslocamento da educação centrada nas artes liberais da Antiguidade para a Educação baseada na teologia e na doutrina religiosa.
- Deslocamento do foco em cidadania e cultura secular para a ênfase na espiritualidade e religião como o cerne do aprendizado.
- Deslocamento das instituições educacionais da sociedade romana para os mosteiros e instituições religiosas, onde o conhecimento foi preservado e transmitido.

Renascimento e a Redescoberta do Conhecimento Clássico:

- Deslocamento do teocentrismo medieval para um humanismo centrado no homem e no conhecimento secular.
- Deslocamento da ênfase exclusiva na teologia para uma valorização das artes, ciências, filosofia e literatura da Antiguidade.
- Deslocamento da aprendizagem limitada à Igreja para uma busca por conhecimento amplo e diversificado.

Reforma Protestante e Mudanças na Educação Religiosa:

- Deslocamento da autoridade exclusiva da Igreja para a ênfase na interpretação individual das Escrituras.
- Deslocamento da educação restrita às instituições religiosas para a criação de escolas primárias e o reconhecimento da importância da educação básica para todos.
- Deslocamento do conhecimento religioso mantido pelos clérigos para uma busca pelo entendimento direto das escrituras pelos leigos.

Com a Reforma Protestante e a tradução da Bíblia para as Línguas nacionais, tornou-se mister uma ampliação dos sistemas de alfabetização e da valorização da leitura individual dos textos sagrados, o que impactou a relação entre os fiéis submissos e a classe sacerdotal, a qual, desde tempos imemoriais, dominou toda a escrituração e leitura dos textos tomados como sagrados e onde o debate é reprimido, fazendo valer uma única versão.

Desenvolvimento das Universidades Modernas:

- Deslocamento das escolas medievais religiosas para a criação de universidades que abordavam uma gama mais ampla de disciplinas acadêmicas, aproximando-se da laicidade.

- Deslocamento da ênfase no ensino da fé e da teologia para a exploração do conhecimento científico, humanista e filosófico.

- Deslocamento das instituições educacionais do controle exclusivo da Igreja para a abertura de espaços mais independentes de pesquisa e debate.

Expansão do Conhecimento Científico e Tecnológico:

- Deslocamento das explicações tradicionais e dogmas religiosos para uma compreensão mais empírica e científica do mundo.

- Deslocamento da visão geocêntrica para a heliocêntrica do universo, impulsionada pelas descobertas de Copérnico, Galileu e outros.

- Deslocamento do entendimento do saber baseado na autoridade para uma abordagem mais experimental e observacional.

Iluminismo e a Propagação do Pensamento Crítico:

- Deslocamento da crença cega na autoridade e tradição para a promoção do pensamento crítico, razão e empirismo.

- Deslocamento do teocentrismo medieval para a valorização do progresso humano, da liberdade individual e dos direitos humanos.

- Deslocamento das explicações dogmáticas para uma busca por conhecimento baseado em evidências, investigação científica e métodos racionais.

Todos esses deslocamentos epistêmicos refletem as mudanças fundamentais nas formas de pensar, acreditar e ensinar, que ocorreram durante a transição da Antiguidade para a Idade Moderna. Eles ajudaram a moldar os paradigmas educacionais e influenciaram a formação de Sistemas Semióticos, alterando os Circuitos Comunicacionais e da Transmissão do Conhecimento e da sua reprodução e da pesquisa por novas ideias. O **imobilismo ideológico** das classes dominantes, exercidas pelas classes sacerdotais, bem como a apropriação do Conhecimento, passa por processos de dissipação gradual, em clara Resignificação para o Mobilismo que expande as fronteiras epistemológicas. Notadamente, os **Referentes** em movimento passam a produzir novos Sistemas de Representação, não só com neologismos e expansão do vocabulário, mas, sobretudo, de novos Sistemas de Signos que venham a representar e refletir esses processos.

Verificamos ainda, pontos-chave da evolução da Educação e da relação aluno-professor, considerando as mudanças sociais, políticas, culturais e tecnológicas, que se realizam nos processos de Resignificação.

Vimos acima que durante grande parte da história, o ensino estava centrado na Igreja e nas instituições religiosas. A relação entre aluno e professor estava imbuída de uma autoridade rígida e muitas vezes hierárquica. A educação tinha como objetivo transmitir conhecimentos religiosos e doutrinas da época, e os alunos eram ensinados a aceitar esses valores sem questionar. Os Significados atribuídos à educação eram principalmente espirituais e teológicos. Os vocabulários e métodos estavam circunscritos a esse cenário de imobilismo e manutenção da autoridade e da organização social.

Novo processo de Resignificação ocorreu quando conceitos do helenismo foram redescobertos e os campos de estudo se expandiram. Isso levou a uma mudança na relação aluno-professor, com um enfoque maior na interação, diálogo e desenvolvimento do pensamento crítico. A educação deixou de ser estritamente religiosa e se voltou para uma abordagem mais racional e centrada no indivíduo.

Com o advento da Revolução Industrial surgiu a necessidade de educação para formar trabalhadores e cidadãos preparados para sociedade industrial e um novo modo de produção que migra para a industrialização, em detrimento da manufatura. A educação passou por um processo de padronização e institucionalização, com currículos definidos e métodos de ensino uniformes. A relação aluno-professor, no entanto mudou pouco, mantendo as estruturas formal e hierárquica nas salas de aula. Ao longo do século XX, houve um crescente movimento em direção à pedagogia mais progressista, focando no desenvolvimento individual e na participação ativa dos alunos no processo educacional, apesar de poucos progressos reais neste sentido, preservando a metodologia e o ambiente de transmissão e reprodução sem o devido desenvolvimento do senso crítico.

A tecnologia da informação e da internet, com muito atraso, é introduzida na sala de aula, causando impactos sérios e irreversíveis nos processos de desenvolvimento cognitivo dos alunos. A educação passou por uma ressignificação importante. A relação aluno-professor deveria evoluir para um modelo mais colaborativo, com maior ênfase na aprendizagem ativa, personalizada e baseada em projetos. Apesar das fronteiras da sala de aula terem sido ampliadas por meio da educação online e do acesso a uma infinidade de recursos educacionais, chegou-se a uma mudança na dinâmica de poder, entre aluno e professor, com o aluno assumindo um papel mais ativo na construção da sua própria condição, enfraquecendo

suas habilidades reais. Para o docente, ficou o abismo entre a sua competência e a sua produção.

Hoje, testemunhamos um processo contínuo de Ressignificação semiótica, com a adoção de modelos diferenciados, tais como a educação inclusiva, ensino híbrido e a educação voltada para competências. A sala de aula recebe uma configuração outra: a relação aluno-professor está cada vez mais **intermediada pelas máquinas e pelos Sistemas Semióticos** presentes e executados pelos programas de computador (e aplicativos de celular). O poder criativo, assim, despenca tanto para o profissional como para o aprendiz, que se vê limitado a códigos e textos que não compreende, sequer os enunciados das questões e problemas dos exercícios. As avaliações apresentam resultados bastante desanimadores para ambas as partes. A elitização do ensino, neste cenário, reduz bastante as habilidades e competências, formando deficitariamente uma horda de reprodutores e manipuladores periféricos de máquinas de comunicação à distância. O ideal de Educação para todos preenche as vagas nos bancos escolares, mas não supre o mercado de trabalho de forma adequada na esfera da economia.

Essa evolução da educação e da relação aluno-professor, ao longo dos séculos afora, ilustra a aplicação da LGR, em que os valores de Significado, os Sistemas de Signos e as interações comunicacionais foram constantemente adaptados, regenerados e aperfeiçoados, tendo em vista a necessidade de resposta às mudanças sociais, culturais e tecnológicas. A educação é um campo em constante movimento, refletindo a natureza dinâmica do princípio do mobilismo e da Ressignificação semiótica.

5.10 CRÍTICA TEXTUAL E CRÍTICA LITERÁRIA

Com base na LGR, os processos de Ressignificação ocorrem sobremaneira na crítica textual e na crítica literária. A crítica textual envolve a análise minuciosa de textos para determinar sua autenticidade, autoria, ambiente síncrono e variações ao longo do tempo. Durante esse processo, os críticos podem revisar os Significados de palavras, frases e passagens, à luz de novas evidências ou compreensões. Podemos identificar que a LGR se refere à capacidade de reavaliar Significados e compreensões associativas e atribuir novos valores de Significado aos objetos, eventos, fenômenos e Sistemas de Signos presentes nos textos. No ambiente da crítica textual e da crítica literária, também ocorrem processos de Ressignificação semiótica, que envolvem a análise, compreensão e atribuição de novos significados às obras literárias, textos e discursos.

Através de análises filológicas e linguísticas, os críticos podem chegar a conclusões diferentes sobre o Significado original de palavras ou expressões, ressignificando assim partes do texto.

A Ressignificação semiótica entre a visão dos filólogos e a análise dos estruturalistas ocorre devido às diferentes abordagens e enfoques dessas duas disciplinas em relação à interpretação de textos. Embora essas abordagens possam parecer distintas, elas podem ser complementares e influenciar mutuamente na maneira como os textos são compreendidos e interpretados. Vamos explorar como essa Ressignificação acontece. Apresentamos a seguir algumas perspectivas, pelas quais esses processos podem ser observados nas construções textuais:

- **Reavaliação das Sub-redes de Significação Lingüística:** A crítica literária muitas vezes envolve a reavaliação do ambiente social, cultural e cronológico no qual uma obra foi criada. Isso pode levar a uma Ressignificação da obra, já que novas perspectivas podem revelar Significados e nuances previamente não percebidos. Por exemplo, uma obra literária que foi originalmente entendida de uma certa maneira em sua época de criação pode ser reavaliada à luz das mudanças sociais e políticas ocorridas desde então.

- **Atribuição de novos significados a textos conhecidos:** A crítica textual e a crítica literária envolvem a análise profunda de textos escritos. Os críticos podem atribuir novos Significados e interpretações aos elementos textuais, como palavras, frases, símbolos e metáforas. Isso pode resultar em uma Ressignificação dos próprios textos, pois os críticos exploram **camadas de significados** que podem não ter sido inicialmente aparentes.

- **Trocas e permutas de significados entre textos:** Na crítica textual, a compreensão das variações textuais, como edições diferentes de um mesmo trabalho, pode levar a trocas e permutas de Significados. A escolha de certas palavras ou variações pode alterar a interpretação geral do texto, levando a diferentes significações.

- **Dinâmica da Ressignificação textual:** A Ressignificação pode ocorrer quando os filólogos, ao analisar as mudanças linguísticas e dos Signos culturais, reavaliam partes do texto à luz de novas compreensões históricas. Já os estruturalistas podem ressignificar a compreensão do texto ao destacar estruturas textuais subjacentes que influenciam a maneira como palavras e frases são organizadas e, conseqüentemente, interpretadas.

- **Adaptações e Sub-redes de Significação variáveis:** Tanto na crítica textual quanto na crítica literária, os textos podem ser adaptados a diferentes Sub-redes de Significação. Isso pode alterar a forma como os Signos são percebidos e compreendidos. As variações as Sub-

redes de Significação podem resultar em uma Resignificação semiótica dos elementos textuais e temáticos.

- **Intertextualidade e paródia:** Muitas obras literárias fazem referência a outras obras, mitos, narrativas ou tradições literárias. Através da **intertextualidade**, os críticos literários podem **ressignificar** uma obra ao explorar como ela dialoga com outras obras, subvertendo ou reavaliando seus Signos originais. A **paródia** é um exemplo desse processo, onde uma obra imita ou satiriza outra obra, muitas vezes conferindo-lhe novos sentidos.

- **Influência de deslocamentos epistêmicos nos textos:** Os deslocamentos epistêmicos mencionados no texto original podem se aplicar às análises críticas. Variantes na compreensão das Sub-redes de Significação em seus aspectos social, político e tecnológico, ao longo do tempo, podem influenciar a maneira como os críticos atribuem Significados aos textos. Isso pode levar a novas perspectivas em textos ressignificados, *a posteriori*.

- **Associações inovadoras e novos sentidos:** A análise crítica muitas vezes envolve a identificação de conexões e associações entre diferentes elementos do texto. A criação de novas associações pode levar a atribuições de Significados inovadores e, portanto, a uma Resignificação semiótica dos temas, personagens e Signos Transcendentes presentes no texto.

- **Desconstrução e Resignificação de Personagens:** Críticos literários podem analisar personagens de uma obra sob uma luz diferente, revelando aspectos ocultos ou contradições em suas personalidades. Isso pode levar a uma Resignificação das motivações, ações e Significados dos personagens, tomados como Signos integrantes da obra, enriquecendo a sua compreensão.

- **Resignificação de valores estéticos e temáticos:** Através da crítica literária, os críticos podem reavaliar e ressignificar os valores estéticos e temáticos presentes nas obras literárias. Isso pode envolver a reavaliação de mensagens, ideologias e Significados subjacentes às obras, resultando em uma compreensão diferente.

- **Influências textuais mútuas:** Os estruturalistas podem se beneficiar da abordagem filológica, ao analisar como a evolução da linguagem e da cultura influencia a formação das estruturas textuais. A compreensão da Semântica e do uso das palavras ao longo do tempo podem enriquecer a análise estrutural. Os filólogos podem se beneficiar da análise estrutural para entender as estruturas literárias subjacentes que transcendem as mudanças linguísticas. Isso pode revelar padrões universais de construção de Significados que persistem, apesar das variações culturais.

A Ressignificação semiótica entre a análise dos filólogos e dos estruturalistas ocorre quando as diferentes perspectivas se cruzam, proporcionando uma compreensão mais profunda e rica dos textos. Enquanto a Filologia examina o texto em seu ambiente das Sub-redes de Significações e, portanto, dos Significados especificados nas relações entre os Signos, o estruturalismo revela as estruturas de Significado que ultrapassam essas Sub-redes. A interação entre essas abordagens pode levar a atribuições de Significados mais abrangentes e contextualizadas, resignificando os modos de leitura e como apreciamos os textos literários.

Os **processos de Ressignificação na crítica textual e literária** refletem a natureza dinâmica das atribuições de Significações e das conclusões delas derivadas. Os críticos desempenham um papel crucial ao atribuir novos Significados, comparar Sub-redes de Significações e adaptar textos a diferentes perspectivas, contribuindo para a evolução contínua das compreensões das mensagens literárias e dos Significados das obras textuais.

5.11 PROPAGANDA COMO AGENTE RESSIGNIFICADOR

No metiê da propaganda e publicidade, a LGR desempenha um papel fundamental nos processos de resignificação de produtos, marcas e mensagens institucionais. Tratam-se de meios através dos quais as empresas e organizações comunicam informações sobre seus produtos e serviços ao público. Elas operam dentro do circuito comunicacional descrito na LGR, onde os usuários (consumidores) estão envolvidos na atribuição de Significados dos Signos presentes nas mensagens publicitárias. Aqui está como o papel da propaganda se relaciona com a LGR:

Atribuição de Valores de Significação: As mensagens publicitárias são construídas com o objetivo de atribuir valores específicos aos produtos e marcas. Esses valores podem ser funcionais (características do produto) ou emocionais (status, felicidade, pertencimento). Através da escolha cuidadosa de palavras, imagens e ambientes, os profissionais de publicidade procuram influenciar a atribuição de valores que os consumidores associam ao que se está apresentando.

Trocac e Permutas: A publicidade muitas vezes apresenta produtos como instrumentos de mutação transcendente (simbólica). Ao associar produtos a certos estilos de vida, aspirações ou identidades, as mensagens publicitárias promovem o estímulo para o receptor adquirir o produto, processo resultante de uma promoção positiva na vida do consumidor. Isso envolve a Ressignificação semiótica do produto de um simples objeto para algo que lhe traga benefícios e bem estar.

Mudanças sociais e deslocamentos epistêmicos: A evolução das percepções culturais e sociais pode levar à Ressignificação semiótica das mensagens publicitárias ao longo do tempo. O que era aceitável ou eficaz em termos de publicidade em décadas passadas pode ser considerado insensível ou desatualizado hoje. As mensagens devidamente semiotizadas precisam se adaptar às mudanças na sociedade para permanecerem relevantes e bem recebidas, em sintonia com os Sistemas de Signos vigentes e o produto em foco de sua promoção.

Ressignificação Semiótica dos Produtos/Serviços como Signos: A publicidade muitas vezes utiliza Signos reconhecíveis e familiares para criar associações e Significados específicos. No entanto, esses Signos podem ser reavaliados em novas Sub-redes de Significação e ressignificados para se alinhar às estratégias de marketing e comunicação. Isso pode envolver a revisão dos Significados de Signos Transcendentes, tais como símbolos culturais, ou a criação de novas associações que transcendem a materialidade do produto/serviço. As mensagens publicitárias não apenas comunicam informações, mas também moldam a percepção do público. Ao criar histórias e narrativas envolventes, a publicidade busca atribuir Significados e sentimentos específicos aos produtos e serviços, alterando assim a forma como os consumidores os veem.

A publicidade segue a prerrogativa de processar a Ressignificação ao promover um produto ou serviço de várias maneiras, todas voltadas para influenciar a percepção e o estímulo ao desejo dos consumidores em relação à marca, produto ou serviço em questão.

As técnicas de promoção publicitária frequentemente associa produtos ou serviços a emoções, valores e estilos de vida específicos. Ao fazer isso, ela ressignifica o produto, transformando-o de um simples objeto em algo que representa um sentimento ou uma identidade. Por exemplo, um carro não é apenas um meio de transporte, mas um Signo Transcendente de status e liberdade. Para isso, gera narrativas envolventes em anúncios, conduzindo o Receptor o processo de Ressignificação de produtos através de histórias que conectam com seus valores e aspirações. Essas narrativas podem transformar a percepção de um produto, dando-lhe um Significado mais profundo e pessoal.

O uso de celebridades ou influenciadores – tomados como elementos semióticos, ou seja, como Signos Transcendentes – para promover um produto conduz o Receptor a novas atribuições de valores de Significação, ao associá-lo com pessoas admiradas e respeitadas. A imagem positiva da celebridade é transferida para o produto, alterando a percepção do público sobre ele. A essa transferência podemos entender como um processo subliminar de Ressignificação semiótica promovida pelo discurso elaborado neste sentido.

Outro aspecto importante é o confronto com outros produtos. A comparação direta com marcas concorrentes é uma maneira de Resignificar um produto, destacando suas características exclusivas e vantagens sobre os outros. Isso pode mudar a percepção dos consumidores, focando nos atributos que a marca deseja enfatizar. Verifica-se, então, que a mensagem também pode mudar o foco da utilidade funcional do produto para seus benefícios emocionais ou sociais. Isso também promove a Resignificação semiótica do produto ou marca, destacando como ele pode melhorar a vida do consumidor de maneira mais ampla.

A reavaliação de valores de Signos Transcendentes associados a uma determinada marca conduz à reutilização de Signos culturais, históricos ou sociais para transmitir uma nova mensagem sobre o produto. Isso Resignifica o valor de Significado dos Signos no que envolve a marca anunciante. Vincular um produto a tendências atuais ou emergentes pode ressignificá-lo, ao associá-lo à modernidade, inovação ou relevância contemporânea. Isso permite que o objeto promovido acompanhe as mudanças, verificando-se as preferências dos consumidores.

A publicidade pode ainda focar não apenas a marca em si, mas a experiência que proporciona. Ao destacar como um certo produto pode melhorar a vida do consumidor ou resolver um problema, a publicidade ressignifica sua importância. Neste sentido, alterar o público-alvo para um produto ou serviço pode ressignificá-lo, apresentando-o a um novo grupo de consumidores com diferentes necessidades e valores.

Em essência, a Resignificação semiótica na publicidade ocorre através da manipulação de Signos em seus conteúdos e Significados, associações e percepções, com o objetivo de criar uma aceitação específica do produto ou serviço na Epistêmica do Receptor. O produto passa a se tornar uma necessidade, para além do seu próprio juízo do que é de fato necessário. Isso é feito por meio de uma combinação cuidadosa de elementos visuais, verbais em várias associações, promovendo o deslocamento epistêmico necessário ao Receptor, induzindo-o ao consumo e ao desejo de consumir; promove os Significados da marca, valorizando-a com Significados complementares, ressignificando o **Signo Analítico** em **Signo Transcendente**.

5.12 PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO NO FUTURO?

Obviamente que não dispomos de uma resposta, e sim de algumas hipóteses. Essa avaliação dependerá das inovações e das configurações das Sub-redes de Significação que virão a se estabelecer como base das Significações vindouras. De toda maneira, as Significações já assumidas atualmente terão papel fundamental nessa construção e, não há como fugir da necessidade de se gerar novos Significados. A necessidade de sentido, aquilo que falta ao ser pensante, dotado de um aparelhamento complexo como é o cérebro, será uma constante, ao nosso entendimento, visto que as construções do mundo depende disso.

A evolução da inteligência em *machine learning* e redes neurais serão uma constante pela qual acreditamos ser a célula inicial da era do pós-humano, em uma auto-construção híbrida, na qual haverá uma parte humana e outra não-humana, sem a qual o homem do futuro não poderá sobreviver.

Assim, conceitos binários como Público e Privado, Coletivo e Individual, Subjetividade humana e Subjetividade Maquínica,¹⁴⁷ Artificial e Natural, Construção e Reconstrução, Mortalidade e Imortalidade, Juventude e Velhice, Maturidade e Imaturidade terão suas fronteiras borradas, como já podemos vislumbrar. Por outro lado, se a lógica binária der lugar a lógicas polivalentes, a começar pela lógica trivalente, esses conceitos terão sua formulação semiótica completamente reestruturadas e a semiotização do mundo terá novas perspectivas.

Se hoje consideramos a Tecnologia como a religião do presente e as máquinas como aparelhos e objetos do sagrado, essas concepções, ao nosso ver, serão vistas como superadas ou obsoletas. Seremos capazes de produzir o ato simbólico, ou teremos um aparelho cognitivo que esmagará o aparelho afetivo? A cognição será transferida para esses homens-máquinas? Será importante e significativo para o homem do futuro entender o que somos hoje e o que fizemos na era atual?

Teremos no futuro distante a permanente questão da manipulação do mundo através dos Signos, tal como se apresenta a dúvida na alegoria da caverna de Platão – ou seja, teremos eternamente a dúvida perene de como distinguir o falso do verdadeiro, o mundo e a sua representação?

¹⁴⁷ A **subjetividade maquínica**, é uma produção individual através de diversos fatores distintos imiscuídos nas relações sociais, com a participação incondicional dos aparatos tecnológicos, as máquinas incorporais, o âmbito estético, a economia, a política etc. (Cf. GUATARRI:1988).

6 CONCLUSÃO

O Signo constroi o Real e o Imaginário.

Ao se dar conta da Língua, da palavra e, portanto, do Signo, o homem volta a sua atenção para a Linguagem, transcendendo o processo de comunicação: é a filosofia em seu estado puro, abrindo vias de um pensamento auto-reflexivo, o pensamento fonte da filosofia da mente.

Como despertar o agente comunicacional para a Consciência Semiótica, quando este agente está focado e obcecado pelos conteúdos de seu discurso e de suas narrativas? A questão extrapola o problema do estudo semiótico, em direção a uma perspectiva de análise do desenvolvimento do conhecimento e dos saberes humanos. Por um lado, é possível dar-se conta de que a Linguagem é a mola mestra da construção epistemológica, por outro, sua importância fica, via de regra, submissa aos conteúdos e às intenções pré-sígnicas determinadas por seus agentes comunicacionais.

Por isso, é importante lembrar que tanto Michel Foucault como Thomas Kuhn tenham se debruçado sobre a instabilidade dos terrenos das epistemologias. Embora suas abordagens sejam distintas, existem algumas semelhanças entre suas concepções sobre a História do pensamento, bem como a expansão dos saberes.

Ambos, Foucault e Kuhn, renegam a concepção tradicional de uma progressão linear e contínua do conhecimento ao longo da História. Os autores argumentam que o conhecimento não se desenvolve de maneira gradual, acumulativa e cumulativa, mas sim por meio de descontinuidades e rupturas, que levam a mudanças significativas nas estruturas dos saberes e das epistemologias.

Foucault introduz o conceito de "episteme", que representa um conjunto de regras, categorias e formas de pensamento que são dominantes em uma determinada época. Essa noção implica uma descontinuidade nas formas de conhecimento, indicando que diferentes épocas têm suas próprias estruturas de pensamento e critérios de validade.

Da mesma forma, Kuhn desenvolveu o conceito de "paradigma"¹⁴⁸ para descrever os conjuntos de pressupostos, teorias e métodos que governam a prática científica em um

¹⁴⁸ Posteriormente, muda a sua terminologia para "matriz exemplar", dadas as confusões e ambiguidades conceituais no emprego em sua obra *Estruturas das Revoluções Científicas*.

determinado momento. Segundo ele, os paradigmas não se desenvolvem de forma linear, mas surgem através de revoluções científicas, que são momentos de ruptura com o paradigma anterior. Essas revoluções ocorrem quando surgem anomalias ou problemas insolúveis dentro de um paradigma estabelecido, levando a uma mudança fundamental nas formas de conhecimento.

Os autores enfatizam a importância das rupturas e dos **deslocamentos epistêmicos** no desenrolar das complexidades do pensamento e na chamada expansão do conhecimento. Destacam que tais processos de Ressignificação não são apenas progressivos ou evolutivos, mas sim marcados por momentos de transição, transitoriedade, mobilismos conceituais e reconfigurações de ideias.

Se Foucault se concentra em relações de poder que se imiscuem na construção do conhecimento, Kuhn está mais interessado nas influências subjetivas das transformações das práticas científicas e nas quebras de paradigma (Ressignificações) nas comunidades científicas.

No entanto, suas expressões "episteme" e "paradigma" permanecem inalteradas. Por enquanto...

Tomando-se os circuitos comunicacionais como os suportes portadores das relações sociais, a **TSR** assume um papel analítico, tanto para as esferas dos saberes constituídos pelo exercício hegemônico do poder dominante, como no âmbito da construção mitológica dos povos, por meio de suas construções semiotizadas, sejam no Sistema dos **Signos Convencionais**, dos **Signos Indiciais** ou dos **Signos Icônicos**. A representação materializa estas relações, portanto, e sem a qual não existe uma Realidade.

A complexidade destes circuitos comunicacionais abrange muito mais do que as relações humanas, pois envolve a coexistência entre os humanos, os não humanos orgânicos e os seres inorgânicos. A construção de ferramentas, uma das maiores especialidades do gênero *homo*, seja *neandertalensis*, *sapiens*, (e outros) ¹⁴⁹ tem sua culminância com a Linguagem – o instrumento de criação de invenções, pelo qual o computador e os modernos algoritmos são o fruto mais promissor e próspero, apesar dos riscos que este otimismo tecnológico possa sugerir.

A TSR vem para tornar central a questão da Significação, do enredamento dos Signos em Sub-redes de Significação, dos Sistemas de Signos como geradores da Semiosfera, onde o comportamento, a Macro-rede de Significação, se realizam em prol da sobrevivência da

¹⁴⁹ Ao todo são sete gêneros: Heidelbergensis, Rudolfensis, Habilis, Floresiensis, Erectus, Neanderthalensis e Sapiens.

espécie humana, principalmente. A Consciência Semiótica é "o estalo de Vieira" que aparece ao longo de séculos, impondo uma reflexão mais profunda, não só na vida comum e cotidiana, mas, sobretudo, no chamado avanço e acúmulo do conhecimento que se espraia em redes e sub-redes de Signos, como o micélio na floresta.

Esperamos ter demonstrado de modo satisfatório, como essa Consciência Semiótica vem se aprofundando, trazendo à luz as possibilidades de se pensar e repensar, gerar novos Significados a partir de Ressignificações sucessivas e conexas no âmbito daquilo que denominamos **Semiosfera**. Cada Semiosfera é uma bolha de diversos Sistemas de Signos articulados que expressam um Sistema de Crenças e o imaginário produzido coletivamente. Dada essa premissa, esperamos contribuir para novas pesquisas e aprofundamentos, reflexões e produções intelectuais que venham a aperfeiçoar a compreensão do conceito de Semiosfera, uma vez que todos estamos nela inseridos.

Esperamos ter cumprido a missão de trazer a lume uma nova maneira de entender os modos de comunicação a partir de uma reflexão positiva dos Signos e seus Sistemas, que venham a nos tornar pessoas melhores, apesar de algumas questões terem permanecido não respondidas, como os segredos da **Semiose**, ou seja, das associações nucleares que a Epistêmica humana é capaz de elaborar. Esta Semiose que confere vida própria aos Sistemas de Signos, de tal sorte a nos influenciar o próprio pensamento, a nossa identidade e como nos relacionamos sob o prisma da alteridade.

Também sentimos a necessidade de uma compreensão melhor da influência dos **Signos Transcendentes** – os Símbolos – como agentes determinadores e determinados de nossos sistemas de crenças, tanto para questões que ultrapassam a experiência reducional da empiria científica, como para um olhar voltado a um lugar desconhecido. Apesar dessa insuficiência, temos a convicção de que o espírito sublimador da Epistêmica humana possa ser melhor compreendida pelo viés da TSR, a qual predefine conceitos fundamentais dos princípios e leis que regem estas possibilidades de atribuições de Significados para além da simples percepção gestáltica – numa caixa preta cujo conteúdo só pode ser sentido e não explicado, porém, que seja representado e seu teor compartilhado.

Para além da Semiose, essa caixa preta interna, gerada pelo cérebro, temos a esperança de que a **Simbólica** possa contribuir para os estudos dos Signos Transcendentes, não só no campo das devoções, no campo do sagrado, mas também nas experiências a que atribuímos valores especiais. Faz-se necessário uma investigação mais detalhada e esclarecedora. E que se possa também aperfeiçoar a diferenciação ou a identidade entre os conceitos semióticos de Valor e de Significado, uma vez que percebemos a lacuna dessa compreensão, sob uma ótica

mais especializada nos estudos semióticos. Muito embora tenhamos como aceita a tese de que o Valor é um produto do Aparelho Afetivo-Imaginário, fica a questão a ser debatida com mais rigor.

Cabe ainda mencionar, muitas vezes tomado como aporia, o problema da diferenciação entre o que é Signo e o que não é. Se tomarmos como demonstrou Lakoff acerca da percepção dos corpos discretos [...] há uma realidade a ser representada. A TSR verifica que essa realidade é representada mentalmente e é determinadora do Referente, o qual, por sua vez, é determinador do Signo. Com isso, pretende-se dar conta da distinção entre as experiências empíricas, sensoriais e mentais e as experiências semióticas ou sýgnicas pelas quais se elabora, reelabora, significa e ressignifica tais experiências. Não se pretende uma panacéia que dê conta do mundo, mas sim, compreender como damos sentido ao mundo e como nele agimos. Daí, a necessidade de estabelecer um marco nesta perspectiva, com a emissão da Lei Geral da Ressignificação, cujo núcleo duro se manifesta na expressão do princípio do mobilismo e sob o princípio da plasticidade – todo Significado tomado como algo verdadeiro é temporário e vale como vigente enquanto o seu Valor de Significado – o Referente – não sofrer deslocamento epistêmico.

Voltamos a agradecer a todos que colaboraram com este resultado – embora provisório e nunca definitivo. Agradecemos aos autores que iluminaram a nossa pesquisa – vivos ou já desencarnados; agradecemos aos amigos e professores, aos ensinamentos colaterais e aos momentos de ócio que nos permitiram reflexões indiretamente. Que esta iniciativa seja promissora, visando um mundo melhor, mais justo e reflexivo. Que possamos ressignificar os nossos males em mais solidariedade, nossas dores em ensinamentos e nossa morte em uma melhor compreensão da vida. Que a TSR continue no pensamento de outrem, para um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Dos Argumentos Sofísticos**. Coleção Os Pensadores. Trad. Leonel Villandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Órganon**. Trad. João Carlos Oliveira. São Paulo: Ed. Novo Tempo, 2001.

AUDI, Robert. **Cambridge Dictionary of Philosophy**, Second Edition. Cambridge University Press. EUA, New York, 1995-1999.

<https://www.cambridge.org/core/books/cambridge-dictionary-of-philosophy/50389231FC1A5DF1B1BF0F4140264792>

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. Trad. Rita Buongiorno. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. **Aula**. Trad. Pedro de Souza. São Paulo: Cultrix, 2004.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. Ciência das Significações. Trad. Aída Ferrás *et alii*. São Paulo: RG Editora, 2008.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Filologia e Gramática**. 3ª. Ed. São Paulo/Fortaleza: J. Ozon Editor, 1968.

_____. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 8ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **História da Linguística**. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

CASINI, Raquel Goes. Artigo: De Rerum Natura: A origem da linguagem e da civilização no Livro 5, v.925-1240, de Lucrécio **Revista Páginas de Filosofia**, v. 10, n. 1, p.5-32, jan.-jun. 2021. Disp.:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/10960> (Acesso em 12/jun/22).

CHERRY, Colin. **A Comunicação Humana**. Trad. José Paulo Paes. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974.

CHEVALIER, Jean *et alii*. **Dicionário de Símbolos. Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números**. Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lucia Melim. 36ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2022.

CLARO, M. Vinicius dos Santos. **O Processo de Ressignificação na Formação de Paradigmas segundo Tomaz Kuhn**. Dissertação de Mestrado, sob orientação do Prof. Dr. Jean-Yves Beziau. UFRJ/IFCS, Inédito, 2017.

CONDILLAC, HELVÉTIUS, DEGÉRANDO. **Textos Escolhidos. Col. Os Pensadores.** Trad. Luiz Monzani, Alberto Moura, Nelson Aguilar, Scarlett Marton, Mary Amazonas Barros, Hélio L. de Barros, Armando D'Oliveira, Andresa Pavel, Franklin Leopoldo e Silva, Victor Knoll. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1984.

DERRIDA, Jaques. **Gramatologia.** São Paulo: Perspectiva, 1971.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

DOMANESCHI, Eliane, **O quadrado semiótico greimasiano: herança e transformação;** FAPESP Estudos Semióticos; São Paulo; núm. Especial; 51-58; 2017

DUVAL, Raymond. **Semiósis e Pensamento Humano.** Registros semióticos e aprendizagens intelectuais. (Fascículo I). Trad. Lênio Fernandes Levy e Marisa Rosâni Abreu da Silveira. São Paulo:Ed. Livraria da Física, 2009.

ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica.** Trad. Antonio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza. 5ª. Edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

_____. **Semiótica e Filosofia da Linguagem.** Trad. Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin. São Paulo:Ed. Ática, 1991.

_____. **Os Limites da Interpretação.** Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano.** Trad. Rogério Fernandes. 4a ed. São Paulo:Martins Fontes. 2018.

EVERETT, Daniel. **Linguagem: a História da Maior Invenção da Humanidade.** Trad. Mauricio Rezende. São Paulo: Ed. Contexto. 2019.

FIDALGO, Antonio. **Manual de Semiótica.** Portugal: Ed. UBI, 2003/2004.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de Retórica.** São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

_____. **As Astúcias da Enunciação.** São Paulo: Ed.Contexto, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **As Palavras e as Coisas.** Uma Arqueologia das Ciências Humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. . São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

GREIMAS, Algirdas Julien ;e COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica.** Trad. de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto. 2012,

HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a Uma Teoria da Linguagem. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo, Perspectiva, 2013.

HOUAISS *et alii*, Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2001.

HUME, David. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anoar Aiex. Col. Os Pensadores, São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.

IDELFONSE, Frédérique. **Os Estoicos – Zenão, Cleantes, Crisipo**. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2006.

INWOOD, Brad (Org.). **Os Estóicos**. Trad. Raul Fiker e Paulo Fernando Tadeu Ferreira. São Paulo: Ed. Odisseus, 2006.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

JUNG, Karl. **O Homem e Seus Símbolos**. Trad. Maria Lucia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura. Coleção Os Pensadores**. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburguer. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KOFFKA, Kurt. **Princípios da Psicologia da Gestalt**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

KÖHLER, Wolfgang. **Psicologia da Gestalt**. Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1968.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

KUHN, Thomas S. **Estrutura das Revoluções Científicas**. Trad. Beatriz V Boeira e Nelson Boeira. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **A Revolução Copernicana**. Trad. Marcelo Amaral Penna-Forte. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

LAKOFF, George e JOHNSON, Mark. **Metáforas de la Vida Cotidiana**. Trad. Carmen Gonzáles Marín. Madrid: Ed. Cátedra, 2017.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise** Trad. Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LONG, A. A. (Org.) **Primórdios da Filosofia Grega**. Trad. Pedro Ferreira. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

MOSCHETTI, Marcelo. Artigo: Crises e Revoluções: a Revolução Copernicana Segundo Thomas Kuhn. Departamento de Filosofia / Unicentro, Guarapuava – PR: **Revista Analecta**, jan-jun/2004.

MORRIS, Charles. **Fundamentos da Teoria dos Signos**. Trad. Milton José Pinto, São Paulo: Edusp, 1976.

NEISSER, Ulric. **Psicologia Cognoscitiva**. Trad. Rogelio Díaz-Guerrero. México, D. F.: Editorial Trillas, 1976.

NÖTH, Winfried. **Handbook of Semiotics**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1995.

OGDEN, C. K. e RICHARDS, I. A. **Significado do Significado. Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

OLIVEIRA, Anderson Rodrigues. **A Revolução Copernicana na Obra Crítica da Razão Pura de Immanuel Kant**. Dissertação de Mestrado, sob orientação de Prof. Ms. Padre Marcio Coelho e do Prof. padre Marcos Antonio Ghidelli. Instituto de Filosofia Santo Tomás de Aquino - Seminário Diocesano de São Carlos, monografias.com, 2007.

OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. **Cultura Escrita e Oralidade**. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

ONG, Walter J. **Oralidad y Escritura: Tecnologías de la Palabra**. Trad. para espanhol de Angélica Scherp. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

PAVIANI, Jayme. **Formas do Dizer – Questões de método, conhecimento e linguagem**. Porto Alegre: PUC-RS, 1998.

PENNA, Antonio Gomes. **Introdução ao Gestaltismo**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 2000.

PEIRCE, C. Sanders. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010

PESSANHA, José Américo Motta (Org.). **Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca, Marco Aurélio**. Tradução e notas: Agostinho da Silva, Amador Cisneiros, Giulio Davide Leoni, Jaime Bruna.. São Paulo: Os Pensadores, Abril Cultural, 1985.

PETZINGER, Genevieve von. **The First Signs – Unlocking the mysteries of the world's oldest symbols**. New York, London, Toronto: Atria, 2016.

PLATÃO. **Parmênides**. Versão eletrônica do diálogo platônico “Parmênides” Trad. Carlos Alberto Nunes, Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Disp.:

<http://br.egroups.com/group/acropolis/> acesso em 20/07/2015

_____. **Diálogos**. Seleção, intr. e tradução Jaime Bruna. Ed. Cultrix. São Paulo: s/d.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Trad. Leonidas Regenber e Octanny S. da Motta. São Paulo: Cultrix, 2014.

PUTNAM, Hilary. **The Threefold Cord Mind, Body and World**. New York: Columbia University Press, 1999.

_____. **Representation and Reality**. Cambridge: MIT Press, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **A Teoria Geral dos Signos**. São Paulo: Pioneira, 2004.

SANTAELLA, Lucia e NÖTH, Winfried. **Imagem. Cognição, Semiótica e Mídia.** São Paulo: Iluminuras, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências.** 7ª edição. Porto: Ed. Afrontamento, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. [Bally, Charles; Sechehaye, Albert]. **Curso de Linguística Geral.** Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. , 9ª edição. São Paulo: Ed. Cultrix, s/d.

SCHMITZ, François. **Wittgenstein.** Trad. Jose O. A. Marques. (UNICAMP) Col. Figuras do Saber. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2004.

SEARLE, John R. **A Redescoberta da Mente.** Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SHIBLES, Warren. **Wittgenstein, Linguagem e Filosofia.** Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny S. Mota. São Paulo: Ed. Cultrix/Ed. USP, 1974.

Stanford Encyclopedia of Philosophy – Standfor University, Metaphysics Research Lab and Center for the Study of Language and Information., Stanford University. 2002. Disp.: <https://plato.stanford.edu>.

SQUIRE, L. R. & KANDEL, E. R. **Memória: da Mente às Moléculas.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

STEINBERG, Charles S. **Meios de Comunicação de Massa.** São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. **Mente, Cérebro e Cognição.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Filosofia da mente e inteligência artificial.** Campinas: UNICAMP, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do Símbolo.** Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed UNESP, 2014.

_____. **Simbolismo e Interpretação.** Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Ed UNESP, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas. Os Pensadores.** Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Ed. nova Cultural, 1999.

ANEXO A

QUADROS DOS MODELOS DIÁDICO E TRIÁDICO DO SIGNO

I. MODELO DIÁDICO DE SIGNO – Abaixo apresentamos o quadro dos autores que definiram uma ontologia diádica para o Signo.

Sinopse dos modelos diádicos do signo (Adaptado e traduzido de Nöth, 1995, p. 88).

Autores	Signo	Correlatos da Díade	
		1 Veículo do Signo	2 Significado
(1) Agostinho (397 EC)	signo	signo como coisa	outra coisa, algo a mais
(2) Albertus Magnus e Escolásticos (séc. XIII.)	signum	aliquid (<i>vox</i>)	aliquo (<i>res</i>)
(3) Hobbes (1640)	signo	experiência antecedente	experiência consequente
(4) Locke (1690)	signo	ideia	coisa
	signo	palavra	ideia
(5) Port-Royal (Arnauld & Nicole - 1685)	palavra	ideia da representação da coisa	ideia da coisa representada
(6) Wolff (1720)	signo	uma coisa	outra coisa
(7) Degerando (1800)	signo	sensação	ideia
(8) Saussure (1900)	signo (signe)	significante (signifiant)	Significado (signifié)
(9) Hjelmslev	signo	expressão (plano)	conteúdo (plano)
(10) Cassirer (1923)	forma simbólica	signo sensível concreto	conteúdo, Significado
(11) Bühler (1933b)	signo	representativo (coisa concreta)	Significado
(12) Bloomfield (1933)	forma linguística	som da fala, sinal	resposta no ouvinte
(13) Buysens (1943)	sema	ato sêmico	Significado, significação
(14) Jakobson (1959)	signo / signum	signans	signatum
(15) Goodman (1968)	símbolo	[palavras, figuras, modelos etc]	denotatum, objeto

II. MODELO TRIÁDICO DE SIGNO – Abaixo apresentamos o quadro dos autores que definiram uma ontologia triádica para o Signo.

Sinopse dos modelos triádicos do signo. (Adaptado e traduzido de Nöth, 1995, p. 90).

Autores	Signo	Correlatos da Tríade		
		1 Veículo do Signo	2 Significado	3 Referente
(1) Platão (ca. 400 a.C.)	Nome	som	ideia, conteúdo	coisa
(2) Aristóteles (ca. 350 a.C.)	signo	Som	Afecções	coisa (πραγμα)
(3) Estóicos (ca. 250 a.C.)	signo	Semaínon (σημαινον)	Sémaninómenon, lektion (λεκτον)	objeto ou evento
(4) Boécio (ca. 500)	palavra	voz	conceito	coisa
(5) Bacon (1605)	palavra	palavra	noção	coisa
(6) Leibniz (ca. 1700)	signo	caractere	conceito	coisa
(7) Peirce (séc. XIX)	signo	representamen	interpretante	objeto
(8) Husserl (1900)	signo	expressão	Significado	coisa
(9) Ogden & Richards (1923)	–	símbolo	pensamento ou referência	referente
(10) Morris (1938)	signo	veículo do signo	significatum	denotatum
(11) TSR (2022)	signo	Signo (SGN)	Referencial (RFL)	Referente (RNT)

ANEXO B

TERMINOLOGIA TÉCNICA DA TSR

Apresentamos uma relação de 137 termos utilizados na Teoria Semiótica da Ressignificação de modo a elucidar com mais vagar os seus Significados. Muitos dos termos são transcritos, inicialmente, de acordo com o senso comum ou o uso do dicionário vernáculo, o que vem a facilitar o entendimento, mas também, acrescenta-se o uso específico, de modo a esclarecer melhor o conteúdo e a intenção de Significação.

Ao entender que determinados termos podem causar dúvidas, marcamos com um (*), a fim de elucidar suas denotações específicas no texto, e uma vez que nós o fizemos de forma particular, delimitamos nesta lista as significações e conceitos adotados. Não se pretende, no entanto, exaurir os Significados de cada termo. Esperamos, assim, que a avaliação do leitor não fique prejudicada em relação às denotações aplicadas.

Acomodação – Efeito neuro-psíquico pelo qual uma impressão se incorpora à rede neural do cérebro, tornando-se parte do acervo de conhecimentos alocados nas memórias de curto e, principalmente, longo prazo (seja na memória declarativa, seja na memória processual). A acomodação, segundo Piaget, é uma característica evolucionária que compõe a inteligência, de modo a propiciar ao indivíduo habilidades de solução de problemas, aperfeiçoando o seu desempenho em relação ao meio ambiente.

Pressupõe-se que uma primeira acomodação, a qual envolve uma ligação neural sináptica, depende energia o suficiente para "soldar" a longo prazo em seu efeito mnemônico, o que nos permite inferir que o ditado "a primeira impressão é a que fica" tem fundamento científico, já que se gera aqui uma acomodação. Esse fenômeno também nos permite considerar o fato gestáltico do **conforto epistêmico***, uma vez que um determinado conceito ou ideia tem origem em conexões sinápticas que reconfiguram a rede neural em ação.

Alegoria – Técnica de narrativa que suscita duplo sentido a partir da construção de personagens e/ou atores cuja participação enreda duas interpretações possíveis: uma que se suspende ou oculta, e outra que prevalece a fim de transmitir uma mensagem subliminar.

A TSR examina a alegoria como um processo de Ressignificação* de um fio narrativo para um segundo fio narrativo, ambos tomados como Signos Complexos, uma vez que se

constrói uma metáfora contínua, onde os personagens assumem uma suspensão de um primeiro espectro de Significados*, dando lugar a um segundo espectro de Significados.

Assim, nas fábulas – gênero literário típico da alegoria – a narrativa apresenta atores alegóricos, que cumprem um enredo imaginário análogo a um enredo factível, e cujas manifestações são, na verdade humanizadas. Este é um exemplo de Resignificação no plano da Macro-rede de Significação*, uma vez que se refere a aspectos comportamentais e da axiologia* adotada por determinada comunidade cultural. Incluem-se, portanto, as lendas e as narrativas folclóricas de raiz de dada etnia.

A alegoria ainda pode assumir uma figura determinada, em dado Espectro de Significados no modo* de expressão Conotativo, isto é, uma imagem, uma obra de arte, um desenho, uma indumentária etc, cujo teor é duplo e se constitui alegórico, uma vez que estabelece um duplo sentido, suspendendo um primeiro, a fim de comunicar um segundo Significado que prevalece.

Anomalia – Estado ou qualidade do que é anômalo; anormalidade, irregularidade; qualquer irregularidade em formações, estruturas etc.

Em **Astronomia**, é o ângulo que define a posição de um astro em movimento orbital kepleriano ao redor de um outro; qualquer irregularidade repetitiva no movimento orbital de um planeta.

Entende-se aqui por anomalia o fenômeno com o qual um observador se depara, em fase de normalidade (repetição, estado estável ou de imutabilidade), com uma causa de estranhamento e espanto, o que motiva a investigação metódica, no sentido de se cumprir com os critérios de previsibilidade e de precisão. A consciência de uma anomalia, uma vez percebida gerará uma **crise*** decorrente do espanto. Quando a anomalia é ressignificada, segundo os parâmetros estabelecidos, deixa de sê-lo, para, em seguida, enquadrar-se como fenômeno previsto no processo repetitivo, isto é, pela normalidade (estado de **imobilismo***).

Aparelho Afetivo-Imaginário (AAI) – Trata-se do dispositivo mental da **Epistêmica*** com funcionamento no Inconsciente, onde são gerados os **pensamentos***, cuja natureza é necessariamente amorfa, caótica e de lógica aberta. Por este dispositivo são gerados os **valores, crenças e ideias** nocionais que poderão gerar o respectivo **Referente***, o qual será o determinador do Signo – tanto os **Signos analíticos*** como os **transcendentes***, conforme prevê a terminologia da TSR. Os pensamentos consubstanciados em Referentes, ao sofrerem **Edição Mental***, darão origem à produção dos Signos. Uma vez associado ao **Referente**, um Significado e um Significante, será produzido o Signo.

Aparelho Cognitivo-Modelador (ACM) – Trata-se do dispositivo mental da **Epistêmica*** cujo funcionamento se dá em vigília de forma consciente, porém, independente da vontade. Este aparelho é responsável pela **Ressignificação*** dos conteúdos dos pensamentos amorfos, cuja **Significação*** é formatada para um Significado, dentro do processo de modelagem do Signo, o qual por ela recebe forma, isto é, o Significante. Assim, o Signo é um produto modelado pelo Aparelho Cognitivo-Modelador que gera o Signo dotado de **Significante*** e de **Significado***, para as três categorias: Signo Indicial*, Signo Icônico* e Signo Convencional*, cujas Semioses* obedecem às características da categoria a que o exemplar sígnico pertence. Assim, diante do ato perceptivo, a Epistêmica produz o modelo correspondente aos sinais gerados, que constituirão o **Referente***, a partir da representação mental criada nesta Epistêmica.

Apreensão – V. Percepção; Cognição

Articulação do Signo – Característica ou propriedade de conexão entre elementos que compõem o **Signo***, cujo processo envolve uma reflexão e um desdobramento promovido pelo pensamento ordenado.

No pensamento lógico, a articulação do Signo se dá por um **antecedente*** e um **consequente***,* seguindo regras lógicas. No caso de um **Índice***, o antecedente pode ser um sinal de estímulo e o seu consequente é um efeito epistêmico; por exemplo: os sinais de fumaça são consequentes da produção de fogo; a nuvem negra é antecedente de chuva; furos semelhantes e contíguos na parede podem revelar uma possível sequência de disparos de arma de fogo.

No caso das frases assertivas, as relações de subordinação e coordenação implicam usos de orações iniciadas por conjunções que apontam para uma segunda oração que lhe corresponda logicamente; por exemplo: "uma vez que não trabalhou, não receberá salário"; "temos duas opções: ou vai ou fica"; "embora não tenha estudado, conseguiu boa nota". Já no caso das interrogativas, a entonação crescente (e o ponto de interrogação) indicam a pergunta. Notadamente nestes casos observamos as relações de antecedente e consequente.

O Signo também é considerado articulado por ser formado por duas instâncias, segundo F. de Saussure, isto é um Significante e um Significado, de forma indissociável. Assim, a **dupla articulação** garante o funcionamento semiótico em vários níveis, desde os afixos e radicais, até textos inteiros, passando pela palavra (ou lexema*), bem como no seu sentido inverso, permitindo sucessivas decomposições.

Associação – Operação mental primária que estabelece uma conexão entre duas instâncias de Pensamento*. Uma vez estabelecidas as **impressões** recebidas pela mente, é produzida uma **representação** mental simultaneamente à Edição Mental*, agregando um valor afetivo (bom ou ruim, agradável ou desagradável). Na **TSR** a Associação segue o percurso traçado por David Hume, ao que se acrescenta que a mente produz associações por efeito pulsional, da mesma forma que são produzidos os pensamentos*, com a distinção de que as associações são posteriores às impressões (sejam exógenas, sejam endógenas), por razões óbvias.

Na **TSR** a **Associação** é a realização do pensamento que servirá de base para as demais formas de pensar: a **Inferência***, a **Analogia***, bem como para o **Raciocínio***, operações associativas que participam da produção e realização dos diversos **Sistemas de Signos***.

Ato emissor – O **ato emissor** ou ato comunicativo é a manifestação de uma intenção, uma tentativa de comunicação. O **ato comunicativo** é onde ambos agentes (Emissor e Receptor) estão aptos e de acordo, ao interpretar a emissão de cada um, no uso comum do Signo*. O ato emissor implica na emissão do Signo e da identificação tácita da Sub-rede de Significação* para que se feche o circuito comunicativo*. Quando se usa um termo desconhecido, como a gíria ou dialeto, este ato pode sofrer ruptura na realização sígnica sobre a Epistêmica do Receptor (interrupção do efeito Interpretante), pois é o mecanismo de Epistêmica (Aparelho Cognitivo-Modelador) que interpreta o Signo e é capaz de ampliá-lo, resignificando-o. O ato de fala, a emissão de um Signo Indicial ou uma projeção Icônica são modalidades de ato emissor.

Ato simbólico – O ato simbólico é o que predetermina os dois Modos de Significação* da comunicação humana e, em certa medida, em determinados animais, como aves e mamíferos (cabe à Zoosemiótica* cumprir o estudo que elabora tais considerações).

O **ato simbólico**, segundo Lévi-Strauss está intimamente ligado ao circuito comunicativo*. Já identificado nas eras primevas, trata-se de uma manifestação que comunica, produzindo gestos, e atribuindo Significados para além dos objetos e eventos concretos – Significantes imediatos – para transmitir ideias. O ato simbólico é importante para a construção de Signos Transcendentes, e para a compreensão dos padrões de comportamento e crenças de um determinado grupamento social. Eles estão presentes para expressar conceitos abstratos, como elementos de fetiche e sublimação, voltados para o sagrado (que se desdobram em religião), para identidade coletiva e individual e posições sociais, e ainda para construir uma sensação de comunidade e coesão social.

Os atos simbólicos presentes no homem primitivo perfazem-se ainda hoje, e se apresentam em ações semiotizadas tais como cerimônias, danças, tatuagens e pinturas corporais, usadas para expressar Significados religiosos, políticos e sublimação de posicionamento social. Além disso, as artes e as ferramentas eram frequentemente utilizadas como instrumentos de fetiche*, nos âmbitos da magia e do sobrenatural; funcionam como objetos simbólicos materiais de compartilhamento, transmitindo informações sobre a vida cotidiana, as crenças e os valores de Significação de dado grupamento social (v. Axiologia). Em geral, os atos simbólicos desempenham um papel fundamental na construção e manutenção da Cultura e do tecido social, permitindo que os papéis sociais, o conjunto dos procedimentos e conceitos sejam transmitidos de geração em geração e contribuindo para estabelecer o sentido do afeto de pertencimento. Importante lembrar que os atos simbólicos são ações semiotizadas de *per si*, ou seja, convertidas tanto em Signos Analíticos* como em Signos Transcendentes* – estes últimos funcionais na representação direta de seus Significados transcendentais, enquanto aqueles funcionam como transmissores no fluxo dos circuitos comunicacionais exercidos pela Linguagem.

Conhecida citação sobre o ato simbólico é do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), que nos deixou: "O ato simbólico é aquele através do qual o homem primitivo, ao se apropriar do mundo natural e social, procura compreendê-lo, controlá-lo e integrar-se nele." (LÉVI-STRAUSS:1958).¹⁵⁰

Cabe à **TSR** e outras correntes de estudos semióticos estudar os Signos Transcendentes (v. Signo), sob esta perspectiva, a fim de compreender a essência humana e o mundo que a cerca.

Axiologia – Teoria ou estudo dos valores, em particular dos valores morais, sobretudo, derivado do kantismo. Japiassú e Marcondes situam o termo na obra de W. Windelband (1863-1915), o qual pensou uma filosofia dos valores. Já André Lalande, cita P. Lapie e sua obra *Logique de la volonté* (1902), na qual faz referência aos valores morais. Lalande comenta ainda um segundo sentido que se relaciona a uma ciência dos valores morais, ou a valores lógicos, estéticos como uma metodologia geral para relacionar métodos na Matemática, na Física, na Psicologia, na História etc.

Na **TSR** a **Axiologia** é importante para se pensar a noção de valor*, enquanto um atributo do Signo, seu uso analítico e os desdobramentos transcendentais, hermenêuticos e exegeticos. No caso do **Signo Analítico***, a sua axiologia está associada ao Significado

¹⁵⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. "Anthropologie Structurale". Plon, 1958

condicionado sob emprego deste Signo, o que está diretamente ligado ao seu Significado formal no **Modo* denotativo** de expressão, desprovido de ambiguidades. Já no **Signo Transcendente*** a sua axiologia está associada ao desdobramento hermenêutico (atribuição de Significado) que o Signo evoca, cujo Significado ultrapassa a Significação denotativa, ou seja, no **Modo conotativo** de expressão. Em uma primeira instância, podemos considerar a expressão figurada, o **tropo***, o Signo transposto e as figuras de Linguagem* no campo da **Conotação***, das construções metafóricas e metonímicas, onde o Signo apresenta ambiguidades e desdobramentos de Significação para além do uso corriqueiro. Incluem-se aqui o texto literário, o chiste e outras Ressignificações. Neste sentido ainda, verifica-se que o Espectro de Significados* é ampliado, transcendendo de tal forma a Significação usual, que o próprio Significante passa a ter um valor semiótico para além de sua natureza material – como é o caso dos nomes que integram as narrativas míticas e religiosas, bem como, do fetiche da mercadoria na sociedade de consumo e as celebridades midiáticas, cujo **valor semiótico** ultrapassa a sua materialidade, transferindo o valor transcendente para o próprio **Significante*** (v. **Signo Transcendente**).

B

Brasão – agrupamento de figuras diagramáticas componentes de escudos, normalmente, triangulares ou circulares, referentes a famílias ou clãs, cidades, corporações, unidades do Estado etc. (eventualmente, referenciados a indivíduos), onde elementos, como faixas, cores, animais, plantas (louros, frutas etc), atributivos de qualidades virtuosas, ornamentos e outros elementos, consagram uma unidade definida pela sua titulação ou denominação, cujo estudo é feito pela Heráldica*. Os brasões atuais estão reservados a clubes de futebol, agremiações esportivas, escolas, empresas e instâncias do Estado, como municipalidade e forças armadas. Os brasões modernos se atualizaram nas logomarcas, que se constituem de abreviações ou simplificações dos elementos acima citados, sintetizando os diagramas considerados prolixos e desnecessários. Numa análise semiótica, pela TSR, podemos observar uma conversão criativa de modelos, em que os brasões hoje recebem valores históricos, sob uma perspectiva simbólica, e sob uma sugestão arquetípica (à luz junguiana), uma vez que os brasões fazem parte de um inconsciente coletivo. Os brasões são, portanto, aceitos em uma instância de ancestralidade e não usual ou casual como ocorre com o uso mercadológico e da comunicação visual presente nas logomarcas. O seu uso foi resSignificado, com lugar e momentos apropriados, e o seu significante convertido para um modelo de traçado simplificado. (V. logomarca; logotipo).



Elementos estruturais (Significantes) de um brasão ¹⁵¹

C

Campo semântico – Segundo Fiorin: "Um campo semântico é um conjunto de unidades lexicais associadas por uma determinada estrutura subjacente." (FIORIN: Elementos de Análise do Discurso, 2022).

Ocorre que esta definição está inscrita na Linguística e, portanto, destina-se a uma relação direta com os Signos Linguísticos. Por outro lado, do ponto de vista da TSR, o campo semântico é uma determinação específica ao Signo enquanto lexema*, restrito à Lexicologia. Para que se aplique um conceito que abranja todos os Signos e suas categorias, a TSR defende a terminologia de **Espectro de Significados***.

Circuito comunicacional, ou C. comunicativo – O circuito comunicacional advém do diagrama da teoria proposta pelo linguista Roman Jakobson, que descreve os elementos envolvidos no processo de comunicação. O diagrama apresenta seis componentes principais: Emissor, Receptor, Mensagem, Código, Canal e Referente. Vejamos este conceito em relação às três categorias sígnicas: Signos indiciais*, icônicos* e Signos convencionais*: (1).

Índices são Signos que possuem uma relação causal ou física direta com o que representam. Indicam a presença ou ocorrência de algo. Por exemplo, fumaça é um índice de fogo, ou uma pegada na areia é um índice de alguém que passou por ali. No circuito comunicacional, os índices podem ser considerados como pistas ou sinais que ajudam a transmitir uma mensagem. (2). **Ícones** são representações que apresentam semelhança ou analogismo com o

¹⁵¹ Fonte: Google:

https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fwww.oguiadeitajuba.com.br%2FBFamilias%2Fdetalhes_brasao.jpg&tbnid=yekuhrFoSTIeNM&vet=12ahUKEwjD0N-tz97_AhVQjJUCHdgfAy0QMygEegUIARDIAQ.i&imgrefurl=https%3A%2F%2Fwww.oguiadeitajuba.com.br%2Fbrasoes_familias.php&docid=vRklCui4vZ3MNM&w=535&h=385&q=elementos%20de%20bras%C3%B5es&ved=2ahUKEwjD0N-tz97_AhVQjJUCHdgfAy0QMygEegUIARDIAQ

objeto ou ideia que representam. Eles são baseados em semelhanças perceptíveis. É o caso da fotografia de uma pessoa, ou seja, o ícone daquela pessoa. No **circuito comunicacional**, os ícones podem ser utilizados para transmitir informações através de imagens, gráficos, gestos ou outros sinais visuais que se assemelhem ao que está sendo comunicado, preservando traços indicativos da semelhanças e diferenças, podendo ou não caracterizar uma ressignificação formal ou de conteúdo, visto que os critérios de escolhas destes traços pode variar conforme as intenções que produziram o Signo Icônico. (3). **Signo convencional** é uma unidade básica de comunicação, tendo em vista que seu paradigma é o Signo Linguístico*. Obedece ao princípio da arbitrariedade postulado por Ferdinand de Saussure, sendo o mais plástico dos Signos, tendo em vista que sua potência de Significação promove ressignificações eventuais e frequentes, tendo em vista os deslocamentos epistêmicos* promovidos pelas Sub-redes de Significação e sua mobilidade no tempo e no espaço, tornando a Macro-rede sujeita a transformações constantes. No circuito comunicacional, o Signo linguístico desempenha um papel central na transmissão de mensagens através do sistema de signos verbais, sempre associado a outros Sistemas de Signos que o complementam e suplementam, seja no modo conotativo*, seja no modo denotativo*.

Esses elementos semióticos - índices, ícones e convencionais - podem ser utilizados no processo de comunicação para transmitir mensagens de forma múltipla e combinada. Fornecem pistas visuais, associações semânticas e estruturas semióticas que facilitam a compreensão e a interpretação da mensagem pelos destinatários. É importante ressaltar que esses elementos podem interagir e se complementar dentro do circuito comunicacional, permitindo a construção da **Macro-rede de Significação***.

Circuito semiótico ou Sequência semiótica – O Circuito ou Sequência Semióticos se apresentam sob duas instâncias ou ocorrências. Uma primeira para a produção de um **Signo novo** e uma segunda para a produção da **Ressignificação de um dado Signo**.

Este trajeto está dividido em três fases: pré-sígnica*, sígnica* e pós-sígnica*. O Circuito Semiótico se inicia com a fase pré-sígnica, com a captação sensorial dos objetos a serem representados pela Epistêmica, seguindo a **Lei do Contraste***, no esquema gestáltico (onde se geram a **figura** em primeiro plano e um **fundo** em um plano posterior – v. *Gestalt*). Neste momento, é produzido o Referente* como resultante da Edição Epistêmica*, bem como um conjunto de associações é co-produzido pelo Aparelho Afetivo-Imaginário que agrega elementos axiológicos (v. Axiologia).

Em seguida, de acordo com a intenção da Epistêmica, o Aparelho Cognitivo-Modelador opera com a modelagem do Referente, ressignificando-o em Signo*, de tal sorte que se produz um Significante associado a um Significado, este, herdado do Referente, replicando a Significação da representação mental para o seu Significado "encaixotado" do Significante – onde nasce o Signo dotado de Semiose* (ou função semiótica*).

CMS – Acrônimo de Conversão entre Modelos Semióticos*.

Código – Conjunto de Signos articulados em um Sistema de forma a permitir a cifração e transmissão material de Significados. Os códigos são, portanto, Significantes, cujos Significados são inferidos segundo uma chave de decifração, isto é, regras de composição de Significantes que são codificados.

Os Signos constituem-se em códigos, à medida em que se formalizam em Significantes dotados de Significados. Deste modo, Signos são codificações. Os códigos podem ainda constituir-se em camadas de codificação, especializando-se, como é o caso dos sistemas de Escrita*, que consistem em uma codificação de segunda camada sobre o código da língua falada. Também podem ser elaboradas outras camadas de códigos específicas, a partir de um código primário. É o caso dos sistemas de criptografia, onde letras são substituídas por outros Significantes, cujos Significados são encapsulados de acordo com um critério ou um algoritmo. Foi o caso Alan Turing (1912 – 1954), o qual, com sua genialidade, decifrou o código (gerado por uma máquina chamada de Enigma), usado na Segunda Grande Guerra pelos nazistas para transmitir mensagens linguísticas.

O mostrador de um relógio também pode ser considerado um código especializado, pois obedece a regras específicas para transmitir um determinado tipo de informação – no caso, a contagem do tempo em diferentes grandezas: horas, minutos e segundos, por exemplo.

Tradicionalmente, os códigos estão ligados a cifras e chaves de decodificação. O código genético, por exemplo é um caso de codificação já decifrada pelo homem, a partir de uma modelagem* criada para representar e formalizar os dados contidos nos cromossomas (signo linguístico dado ao componente celular que contém o código genético). Enfim, a palavra "código", tal como "linguagem"* são exemplos de termos polissêmicos que a **TSR** busca reduzir em termos especializados, evitando confusões e ambiguidades.

Cognição – Função ou faculdade de adquirir um conhecimento; tendo em vista um conjunto de unidades de saber da consciência que se baseiam em experiências sensoriais, pensamentos, sejam estes por representações, sejam por lembranças. A cognição pode ser entendida ainda

como uma série de características funcionais e estruturais da representação ligadas a um Referente ou a um conjunto de Referentes, determinados por um conjunto de objetos perceptíveis no entorno. Em Psicologia Cognitiva é uma três funções mentais, entre as três funções epistêmicas, divididas em **afeto**, **cognição** e **volição** ou **intenção** (V. Epistêmica).

A cognição é um aparato presente no reino animal, e, em particular na espécie humana, que desenvolveu a capacidade da Linguagem, tornando-a em um instrumento sujeito a aperfeiçoamentos e modificações de acordo com as características da sua complexidade verificáveis na propriedade plástica do córtex cerebral, o que se desdobra na elaboração do Signo e suas Resignificações.

A cognição animal, portanto, refere-se ao estudo das habilidades mentais e processos cognitivos presentes nos animais. Em geral, pela cognição animal, reconhece que os animais têm capacidades mentais e cognitivas diversas, adaptadas às suas necessidades e ambientes específicos. Os pesquisadores exploram as habilidades cognitivas de diferentes espécies, como mamíferos, aves, primatas, pássaros, répteis e até invertebrados, como insetos. Envolve a investigação dos processos de percepção, aprendizado, memória, resolução de problemas, tomada de decisões, comunicação e outras formas de processamento de informações que ocorrem na mente dos animais, sobretudo, no Homem.

Alguns exemplos de habilidades cognitivas em animais incluem: (1) **Percepção e Edição Epistêmica** : a capacidade de detectar estímulos do ambiente, como visão, audição, olfato, tato e paladar, gerando **Referentes editados** (representações mentais) (2) **Aprendizado e memória**: a capacidade de adquirir conhecimento e reter informações editadas ao longo do tempo, com base na experiência passada. (3) **Resolução de problemas**: a capacidade de encontrar soluções por meio de raciocínio e tentativa e erro, planejamento e tomada de decisões. (4) **Comunicabilidade**: a capacidade de gerar Signos, transmitir e receber informações e de interpretar mensagens geradas por outros indivíduos, seja através de Signos visuais, sonoros, táteis ou químicos. (5) **Capacidade de autoconsciência**: em alguns casos, animais podem apresentar índices de consciência de si mesmos, como **reconhecimento** em espelhos.

A pesquisa em cognição animal utiliza uma variedade de métodos, incluindo testes comportamentais, estudos neurocientíficos, observação de campo e modelagem computacional para compreender melhor como os animais processam informações, tomam decisões e interagem com o ambiente ao seu redor.

Estudar a cognição animal não apenas nos ajuda a entender melhor as habilidades mentais e cognitivas de outras espécies, mas também a obter *insights* sobre a evolução da

mente e suas funções, bem como a desenvolver aplicações práticas em áreas como conservação, treinamento animal e interação homem-animal, sempre mediados por Sistemas de Signos concorrentes.

Efeitos semióticos da cognição – A cognição animal envolve uma variedade de processos mentais e comportamentais que afetam o modo como os animais interagem com o mundo ao seu redor. Esses processos e efeitos podem variar entre diferentes espécies e são influenciados por fatores como o ambiente, a genética e a experiência individual acumulada na memória. Por meio de medições metodológicas é possível estabelecer parâmetros e critérios semiotizados a fim de estabelecer os graus de cognição de um grupo ou de um único indivíduo. A semiotização por meio do emprego de Sistemas de Signos permite essa construção científica de modo a viabilizar a compreensão dos comportamentos em habitats naturais ou em ambientes culturais.

No primeiro caso, em habitats naturais, os animais podem usar sinais visuais, sonoros, táteis ou químicos para transmitir informações e estabelecer relações sociais, como sinais de cortejo, alarme de perigo, estratégias de caça, ou estabelecimento de hierarquias. Estes processos informam ao estudioso como se dão os processos semióticos sem a construção humana de Sistemas de Signos.

Uma das funções cognitivas mais importantes para sobrevivência, é a capacidade cognitiva de reconhecer padrões, criar e categorizar Referentes* com base em estímulos pelos quais se constroem semelhanças e diferenças, permitindo a identificação de predadores, parceiros sexuais ou fontes de alimento.

A **TSR**, preocupada com estes aspectos, visa os possíveis estudos para uma Zoosemiótica*, sempre sob a perspectiva da percepção humana, capaz de construir sistemas e métodos semiotizados de estudo, ampliando e aprofundando as capacidades alheias e a suas próprias capacidades.

Cognoscente – Aquele que conhece, seja um ser humano, um ser não humano, orgânico ou inorgânico, dotado de Epistêmica, capaz de tomar conhecimento e gerar uma atividade de representação deste conhecimento, seja pré-sígnica*, seja sígnica* e/ou pós-sígnica*.

Comunicação – Ato ou ação de comunicar, de tornar um determinado conteúdo ou mensagem comum a duas Epistêmicas – uma transmissora e outra receptora, dentro do **circuito comunicativo***.

O ato comunicativo é um ato triádico e social. Triádico, porque envolve três constituintes fundamentais: o **Emissor*** (ou locutor), o **Receptor*** (ou locutário) e a

mensagem (conteúdo codificado). Embora haja estudos que introduzem outros elementos, como é o caso das funções da Linguagem* de Roman Jakobson, o ato comunicativo se dá, essencialmente, por este tripé aqui descrito. A **TSR** assim o compreende como o espaço metafísico para desenvolver os conceitos e princípios que a regem.

Configuração epistêmica – Disposição de uma Epistêmica*, isto é, conjunto de entendimentos e de significações elaborado pela lei do contraste, baseada em *insights* (v. *Gestalt*), onde o fundo constitui o contexto e sobre ele (ou antes dele) situa-se o a figura ou objeto, na presença de exposição ao observador, cuja percepção imprime em sua Epistêmica os dados capturados. Esta percepção por *insight* pode ser visual, mas também auditiva, como nos exemplos de duas melodias simultâneas (contraponto musical) e/ou melodia e harmonia, (acordes etc); combinação de objetos de cores diferentes etc. No campo intelectual, a **configuração epistêmica** se dá com a ação da Sub-rede de Significação* e pela expressão do Significante como objeto, onde sua significação varia por contraste entre um plano do Fundo gestáltico* e o plano da Figura gestáltica*, configurando uma *Gestalt* intelectual e/ou emotiva.

Conforto epistêmico – Entendido no senso comum como "zona de conforto", o conforto epistêmico é o estado mental resultante da **acomodação*** e da **habituação***, uma vez que são tomados pelo princípio do imobilismo*, ou seja, do estabelecimento de uma noção ou ideia que se assenta acomodada na rede neural. O conforto epistêmico é um processo complexo de sedimentação de conceitos a partir de dada sub-rede de Significações* cristalizada e que gera Referentes* repetidos. Somente uma crise* provocada por um estranhamento dado por fato anômalo (v. anomalia) pode romper com o ciclo de repetições gerado pelo conforto epistêmico. Uma vez caracterizada a crise, pode-se ou não haver deslocamento epistêmico*, e, em decorrência, o disparo do processo de Ressignificação*. A partir daí pode-se, portanto, produzir-se conhecimento novo.

Consciência Semiótica – A expressão "Consciência Semiótica" aparece pela primeira vez em Umberto Eco, no seu Tratado Geral de Semiótica, ao apresentar a definição de F. Saussure para a língua e sua Semiologia (cf. ECO:2016, p. 9). Acrescente-se a isso que a Consciência Semiótica somente se torna possível com a expansão dos **sistemas de escrita***, pois a fala não é suficiente para tal. Prova disso são as línguas ágrafas que não possuem um termo para

"palavra" (nem possuem uma Gramática), ¹⁵² o que se dá na observação analítica do sistema* de signos em uso. Dessa forma, dos diversos sistemas de escrita, cujo ápice é o alfabético é a condição *sine qua non* para o estamento dessa consciência.

Em nossa historiografia, apresentada na Parte I da TSR, desenvolvemos o conceito de Consciência Semiótica a partir do alvorecer dos estudos sobre a Linguagem*, que tomaram corpo na Filosofia, já nos autores pré-aristotélicos – como Panini e Platão – no próprio Aristóteles, e, posteriormente, nos aristotélicos, como os Estóicos e Escolásticos. A Consciência Semiótica seguiu presente entre os retóricos romanos, particularmente, nos textos do período Clássico; de onde surge Agostinho, que se ocupou dedicadamente ao Signo*, tanto por dissertações de teor laico, como voltado para a exegese e apologia teológica e teleológica.

A Consciência Semiótica é uma aura que penetra em inúmeros filósofos, tendo se revelado pela preocupação com a Linguagem, mormente pelo Sistema de Signos Linguísticos. Com as análises e discussões acerca das imagens, figuras e tropos* de linguagem, os autores homeopaticamente foram desenvolvendo cada vez mais esta consciência, par e passo com as reflexões filosóficas e científicas, uma vez que se buscou durante séculos uma linguagem pura e que refletisse o mundo e o próprio homem e sua humanidade.

A **TSR** é uma teoria herdeira dessa evolução e se alimenta dela, de modo a avançar com a investigação sobre o Signo, não só na sua invenção e formação mais primitivas, mas também nos processos afetivos e cognitivos que envolvem o Signo, sua criação, recriação, suas significações e ressignificações. A Conversão entre Modelos de Signos* é uma das constatações reveladas pela Consciência Semiótica, que a TSR apresenta para uma evolução dos mecanismos de comunicação de que o homem dispõe para além da preponderância da língua como um Sistema de Signos dominante na Semiosfera*.

Contexto – Conjunto delimitado de circunstâncias inter-relacionadas a fatos e elementos de uma situação, que formam um todo. Ogden e Richards chamam-no de "situações significantes", que é o lugar onde o Signo recebe Significado*.

Na **TSR**, o **contexto** é compreendido como **Sub-rede de Significação*** expansível, que institui as Significados prévios e os Significados atualizados, em caráter de mutualidade entre os Signos envolvidos. Assim, um determinado Signo pode apresentar um Significado em dada Sub-rede de Significação* e outro Significado em outra Sub-rede. Esta postulação

¹⁵² Não se confunda Gramática com gramaticalidade. Todas as línguas possuem gramaticalidade pois garantem uma organização e uma logicidade próprias. Já a Gramática é derivada do pensamento reflexivo e taxionômico, isto é, de como uma língua está organizada e sempre se apresenta na forma escrita.

compreende todo e qualquer Signo, visto que sem a delimitação da Sub-rede não é possível determinar os Significados, nem mesmo o Espectro* de Significados de um dado Signo, caindo assim na ambiguidade ou na indeterminação ou ainda na sua indecidibilidade. Aqui cabem as diferenciações entre os **Signos Analíticos*** e os **Signos Transcendentes***, que são identificados cada qual pelas relações com a Sub-rede de Significação que os envolve.

No caso das ocorrências conotativas, onde os Signos são empregados de forma deslocada de seu Significado denotativo (originário repetido e comum; v. Denotação), a Sub-rede apresenta signos indiciais* para as atribuições de valores de Significação (interpretação) conotativa (v. Conotação), segundo uso diferenciado – direcionando os valores semióticos para os Signos Transcendentes*. É o caso das expressões metafóricas, metonímicas e outros tropos* de Linguagem. Já na comunicação visual, pode-se verificar a conotação na Sub-rede de Significação, onde se situa a imagem, quando os Signos envolvidos apresentam uma configuração diferenciada e não necessariamente semelhantes ao que representam. É o caso das caricaturas e das obras de estilo surrealistas, por exemplo, nas quais a **Iconicidade*** indica deslocamento de um Significado para além do traçado imagético. As distorções aqui sugerem o seu Referente, mas também outros Significados prévios dados por Sub-redes de Significação (processo de Resignificação* proposital pela forma).

As Sub-redes de Significação atualizam o conceito fixado de contexto, por se constituírem de uma construção semiótica prévia, podendo se apresentar como paradigmas consolidados ou por rearranjos novos por Resignificação, os quais determinam os Significados de cada Signo envolvido no circuito comunicacional vigente.

Contiguidade – Característica ou condição do que é contíguo, avizinjado, no entorno, próximo.

Em Linguística: relação de proximidade imediata entre duas unidades na cadeia da fala. Em lingüística distribucional, é a única relação existente entre unidades (fonemas, morfemas, palavras) em seqüência. (cf. HOUAISS).

Para Hume, contiguidade é um dos três modos de princípios de conexão entre as ideias, a saber: de semelhança, de contiguidade – no tempo e no espaço – e de causa e efeito. Tratamos por contiguidade o que se avizinha a uma ideia ou conceito. Um signo, em seu modo interpretante, é resultante de um processo de contiguidade, de avizinhamo por um signo anterior.

Na análise linguística de figuras de retórica, a **metonímia*** (sendo a sinédoque – parte pelo todo – e antonomásia – transfere-se o nome próprio para um nome comum – casos

particulares) funciona com base na contiguidade, isto é, na aproximação de ideias, por meio da representação de Signos. Os casos mais notórios são: produto por seu autor (um Miguelangelo, gilete, vapor – o barco a vapor); o continente pelo conteúdo (bebeu uma garrafa) etc. Já em análises iconográficas – os ícones e diagramas demonstram o mesmo mecanismo: em placas sinalizadoras, talheres indicam local para refeições; a silhueta de um pequeno mamífero indica "animais na pista".

Conversão entre Modelos Semióticos (CMS) – A Conversão entre Modelos Semióticos, também conhecida como "code switching" ("comutação de códigos"), "tradução" ou "inter-semiótica" é um processo mental que estabelece correlações entre Sistemas de Signos* de modo a obter uma mensagem reproduzida em um segundo sistema* a partir de um primeiro.

Para a **TSR** um Sistema de Signos se dá por um Modelo de Signo determinado inserido em um Modelo macro, que é o seu sistema. Assim, a língua natural é um Modelo macro cujo Modelo de Signo é o Signo linguístico. O **CMS** se dá pelo **deslocamento** e transposição de traços, características e componentes de um modelo inscrito em um conjunto de regras sistêmicas codificadas para outro conjunto de regras sistêmicas codificadas. Desse modo, um texto no formato literário obedece a um código, cujo modelo obedece a um conjunto de regras sistêmicas codificadas que o caracteriza como uma redação da Literatura – composição literária. A fim de obtermos um outro produto, do tipo cinema, p. ex., devemos ressignificar com o procedimento de conversão entre modelos semióticos.

Quando descrevemos uma imagem, transpomos os traços gráficos, suas características e componentes para o sistema de signos linguísticos, convertendo o modelo de imagem em um modelo verbal, de tal sorte que obtemos produtos modelares, cujos conteúdos se aproximam do mesmo teor.

Já na Matemática procede-se com a conversão entre modelos, a partir do código verbal – enunciado em língua natural – pelo qual se especificam os dados iniciais e a formulação da questão a ser resolvida. A modelagem matemática será resultante da conversão do código verbal para o código matemático, por onde as regras matemáticas evoluirão para um algoritmo, cujo resultado será um número, isto é, uma entidade matemática que eventualmente venha a satisfazer a questão elaborada verbalmente.

Outras modalidades de conversão entre modelos podem ser executadas, como por exemplo uma tradução de uma língua para outra, onde se terá um modelo em determinada língua convertido para um modelo em outra língua.

Cada sistema de escrita* também é um modelo (conjunto de regras sistêmicas codificadas) e podem ser convertidos entre si, tais como os hieróglifos egípcios, o copta e o hierático, tanto para o alfabeto latino como outros sistemas de escrita, como os orientais, chamados ideogramáticos.

Crença – V. Evidência.

Crise – No sentido amplo, crise é um episódio ou lance difícil, desgastante e duradouro. Situação de tensão momentânea, disputa grave, conflito; situação de falta, escassez, carência. (Cf. HOUAISS).

Na TSR é o momento crítico em que se encontra um Referencial diante da indeterminação do Significado de um signo – ambiguidade, significação indecidível, dúvida, incerteza, inexatidão e conseqüente indefinição de um Significado aplicável a um Significante.

Cultura – À luz da TSR é a Macro-rede de Signos* dinâmicos e ressignificáveis, organizada sem um controle central, cuja expansão é dotada de baixa previsibilidade, e cujo complexo de conexões é distributivo, envolvendo todos os Sistemas de Signos concomitantemente. Sua denominação na TSR é **Semiosfera***.

Do ponto de vista holístico, todo o universo está conectado por conta da natureza da Semiosfera, esta macro-rede que envolve toda a Epistemologia*, uma vez que todos os saberes passam pelos Signos.

D

Desvio – Ver Tropo.

Deslocamento – Todo movimento onde se percebe uma mudança ou transferência de um dado lugar para outro lugar (de L1 para L2). O objeto do deslocamento pode ser lógico ou metafísico, físico e material ou intelectual e abstrato, pode ser de cunho denotativo e analítico ou conotativo e transcendente (simbólico).

Deslocamento físico – Transferência de um objeto material e tangível (constituído de matéria física) de um lugar espacial para outro lugar espacial, em observação às leis e percepção sensorial da Física (aristotélica ou newtoniana).

Deslocamento epistêmico – Mudança de visão de mundo, com implicações conceituais e intelectuais (presentes em processos mentais), inscrita em uma dada comunidade (científica,

cultural, étnica etc). O **deslocamento epistêmico** não é o mesmo que o deslocamento epistemológico*, e está associada ao conceito de Epistêmica*, e não ao conceito geral de epistemologia. Esse tipo de deslocamento é a razão causal da ressignificação semiótica, uma vez que altera o referente, por conseguinte, traz a alteração de significante e/ou de Significado.

Deslocamento epistemológico – mudança de visão de mundo, onde os conceitos passam pelo processo de ressignificação ideológica, inscrito em uma área do conhecimento, ou da Epistemologia* de uma determinada Ciência – seus conteúdos (ideias) e métodos específicos.

Diagrama – Representação gráfica sob a categoria de Signo Icônico. Na terminologia de C. S. Peirce, é tipificado como **hipoícone***. O diagrama, por guardar uma relação de semelhança com o seu agente determinador é caracterizado pela correspondência entre os traços constituintes do Referente e os traços reproduzidos no diagrama. Uma vez determinados esse traços, verifica-se um produto modelar da Ressignificação formal, a partir de uma imagem originária que determina o Signo Icônico Diagramático ou hipoícone. Como nem todos os detalhes estão representados, existe a possibilidade de uma análise estilística a partir de atribuição de valores, ao se verificar quais os traços escolhidos para reprodução no resultado diagramático. Por outro lado, os diagramas podem não corresponder a nenhum objeto ou evento diretamente, funcionando como uma representação abstrata, tais como simbologias de instituições, relações conceituais etc.



Diagrama parcial do Calendário Asteca (E) e Foto do monólito do calendário Asteca (D)

É comum que os diagramas formatados em composições de linhas e figuras geométricas como elementos dos traços reproduzidos, constituindo-se em figuras providas das propriedades previstas nos princípios gestálticos, tais como proximidade, boa forma, pregnância e fechamento, por exemplo.

DRT (Diagrama Relacional Triádico) – Na TSR é a representação das relações de um conjunto de três elementos, os quais funcionam somente se todos estiverem presentes. O DRT, portanto, representa uma unidade tripartite; (como é o caso da trindade da doutrina cristã: o pai, o filho e o espírito santo); o tripé de uma estrutura piramidal etc.

Na **Semiótica***, segundo C. S. Peirce, a semiose* também é triádica: Objeto*, Signo* e Interpretante*. Porém, Peirce nunca denominou ou diagramou sua tríade. Em seus escritos há referências lógico-relacionais, sem qualquer representação visual. Outros modelos de semiose em autores diversos, também conceituam as relações semióticas em três componentes, a começar com Aristóteles: som, afecção e *pragma* (coisa); com os estóicos: *semaínon* (o que é dito), *lekton* (sentido), objeto ou evento e outros autores.

Já na **TSR**, não havendo uma correspondência direta com a tríade peirceana, temos o Referencial*, o Referente* e o Signo*, onde o primeiro está para a Epistêmica*, capaz de gerar as relações e modelar o Signo; o segundo está para a instância mental resultante da **Edição Mental*** de um objeto ou evento, seja de origem **exógena** (experiência sensorial e empírica), seja **endógena** (resultante da formação associativa do Aparelho Afetivo-Imaginário); o terceiro é toda e qualquer categoria sígnica (icônica, indicial e convencional - v. Signo).

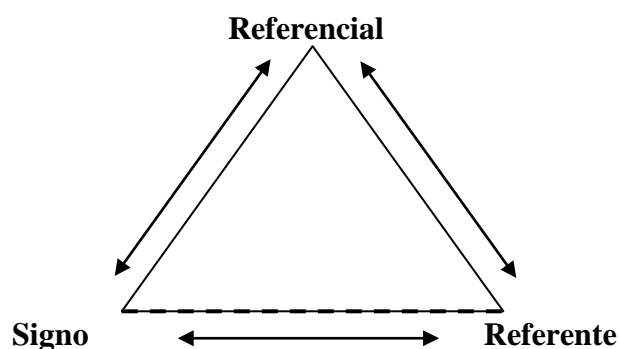


Diagrama Relacional Triádico, segundo a TSR

E

Edição Mental (EM) ou Edição Epistêmica – Inspirado no conceito de "editor do tempo", de Henri Bergson (1897-1941), a Edição Mental (EM), na TSR, é o processo mental que se dá após a impressão ou aquisição de uma impressão pelos sentidos. A sua função é a de organizar os dados/sinais sensoriais, permitindo uma organização mental e subsidiando a Significação* pré-sígnica*. Ao objeto empírico ou fictício percebido, seja físico (material), seja um evento (ocorrência), são aplicados recortes: o primeiro recorte é o seu eventual contorno no espaço e no tempo. Assim, uma pedra, um animal, uma planta – se objetos

dotados de corpo, são objetos editáveis; já um sopro de vento, uma chuva, um estrondo sonoro, um cheiro são eventos editáveis – localizados no tempo e espaço.

A EM é o instrumento do **pensamento modelador**, gerado pelo **Aparelho Cognitivo-Modelador***, que é capaz de separar em partes, tanto físicas, como as qualidades ou atributos de um determinado objeto. Assim, as qualidades **alto, baixo, médio** – são grandezas de altura – são resultantes da EM. Outros atributos são resultados da EM: **liso x rugoso; quente, morno, frio; claro x escuro; doce x amargo** etc. Do mesmo modo podemos aplicar para cores, sons, aromas etc.

A **Edição Mental** é um processo complexo, inacessível, cujo resultante é o RNT, que é representado pelo Signo; este sim, cognoscível, acessível e manipulável, podendo ser o seu RNT deslocado e, por conseguinte, o seu SGN ressignificado. A EM de um objeto dado – seja produzido pelo meio ambiente (processado pelo Aparelho Cognitivo-Modelador), seja produzido pela imaginação (processado pelo Aparelho Afetivo-Imaginário) produz o **Referente (RNT) ***, cuja significação será replicada no Signo, uma vez que não há Signo sem Referente. Se o Referente só possui Significação, o Signo é resultado da associação de um Significante e um Significado; sendo este Significado importado do Referente o qual, por meio da EM recorta e isola o corpo do objeto em uma instância de representação mental, para em seguida, na **sequência semiótica**, ser representada pelo Signo.

É com a EM de um dado objeto ou evento, seja ele experimentado ou imaginado, que podemos gerar um Significado pré-sígnico* (ou pré-codificado), pois o **Referente** gerado pela EM não é Signo porque não possui Significante (nenhum veículo material manipulável ou operacional). O Referente, como já dito, é o pensamento gerado pela Epistêmica com a concorrência dos aparelhos Cognitivo-Modelador e o Afetivo-Imaginário, uma vez que o Referente possui um contorno inacessível e dotado de valor transcendente (simbólico). Após o trabalho da EM ao produzir o Referente, a Epistêmica gera a Semiose*, associando ao Significado a um Significante. Portanto, sem a EM de um objeto não é possível produzir semiose.

Por fim, a Edição Epistêmica é capaz de produzir Referentes materiais, no plano do espaço físico* e Referentes imateriais, no plano do espaço metafísico*. Isto implica afirmar que os Referentes são produtos da Edição Mental por duas categorias fundantes: enquanto a EM é capaz de produzir Referentes presentes, materiais no espaço físico do corpo sensorial, também produz Referentes ausentes, imateriais no espaço metafísico. No primeiro caso, os exemplos são óbvios, como os objetos e os eventos "**corpóreos**" que nos cercam, no segundo caso, temos as propriedades e os atributos que se percebem. Note-se que uma cadeira, uma

ventania, um relógio, a visita de um fiscal, uma plantação ou uma rua são objetos ou eventos que ocupam materialmente o espaço físico e sua Edição promove Referentes "concretos", enquanto as cores, as circunstâncias, os tamanhos, as intensidades, as fraquezas, as belezas ou feiúras, a confiança, o desejo e outras qualidades e "estados de alma", são Edições não materiais e se alocam entre os atributos, como categorias não essenciais dos objetos e eventos. A Edição mental, portanto, ao produzir Referentes categorizados separa, diferencia, identifica e permite reconhecer os recortes que serão fonte dos Referentes. (V. Lei do Contraste).

Efeito interpretante – O efeito interpretante é um processo da Epistêmica* que aponta e/ou revela o Interpretante a partir de um SGN (Signo). Portanto, o Interpretante é o resultado do efeito interpretante.

Na TSR o efeito interpretante é um processo e não uma entidade, promovida pela cognição da Epistêmica, a qual, por meio de associações, gera o **Circuito semiótico***.

Emblema – Emblema é um Signo Visual (tipo brasão*, logomarca*, logotipo*), que representa uma instituição, organização, família, equipe esportiva, país ou até mesmo uma pessoa. Ele é projetado e idealizado para funcionar como objeto de reconhecimento fácil, sob leitura icônica, cujo propósito é identificar (substituir o que representa) e transmitir um Significado* específico. Emblemas possuem em sua composição elementos gráficos, como ícones* ou hipóícones*, cores e texto, e são projetados para ser distintos e distintivos. Eles são usados em uma ampla variedade de contextos, incluindo uniformes, uniformes esportivos, carros, edifícios e muito mais.

Emissor – Agente comunicacional que participa do **circuito comunicativo***, assumindo a função de transmitir Sinais (V. Sinal), tomados como Significantes*, destinando-se ao **Receptor***. O Emissor pode ser um animal, uma pessoa, um fenômeno ou um objeto, de tal sorte que a emissão dos Sinais sofrerão a ação da Edição Epistêmica, a qual gerará o Signo. Para a TSR, o Emissor natural (nuvens, posição de um astro, cheiro de queimado, uma árvore, o canto de um pássaro, fezes no chão etc) não se identifica com o Signo, uma vez que o Signo é o resultado da modelagem da Epistêmica que capta tais Sinais, tomados como Significantes que integram o Signo.

Ente Semiósico – Segundo a **TSR**, o **Ente Semiósico** é captado pela cognição da Epistêmica, dotada de Consciência Semiótica*, a qual revela que, por trás do Objeto Semiótico*, isto é, o Signo, há um conjunto articulado de relações semiósicas, as quais participam da Semiose*.

Assim, são Entes Semiósicos, os integrantes do DRT* e do SRH*, a saber, **SGN** (o Signo*), **RFL** (a Epistêmica*) e o **RNT** (o Referente*), os quais possuem as suas respectivas negações lógicas: \sim **SGN**, \sim **RFL** e \sim **RNT**. Se o Signo é percebido por qualquer aparelho cognitivo, o Ente Semiósico somente será identificado mediante a Consciência Semiótica. O possível equívoco será desfeito quando se diferencia Signo em ação do Signo pensado semioticamente. Não obstante, toda percepção ou representação mental identificada e nomeada por ação da Consciência Semiótica recebe o status de **Ente Semiósico**, integrando o vocabulário teórico e passando, assim, a ser alvo de estudo da TSR. (V. SRH, SRT).

Ente Semiótico – Os **Entes Semióticos** são aqueles que se reportam à função semiótica no exercício do circuito comunicacional; são eles: o **Signo** (**S. Indicial**, **S. Icônico** e **S. Convencional**), a **Macro-rede de Significação***, a **Sub-rede de Significação***, o **Espectro de Significados*** e o **Sistema de Signos***.

Entidade Semiótica – As Entidades Semióticas apresentam-se em duas categorias: **Entes Semiósicos** e **Entes Semióticos**, caracterizando-se por elementos da Metassemiótica, uma vez que integram a TSR de modo a classificar e explicitar os componentes nucleares que compõe a Teoria.

Episteme – O termo grego *episteme*, que significa ciência, por oposição a *doxa* (opinião) e a *techné* (arte, habilidade), foi inicialmente proposto por Platão, em seu diálogo Teeteto. Esse termo retornou ao vocabulário filosófico, promovido por Michel Foucault (1926-1984) ressignificando-o, para designar o:

"espaço" historicamente situado onde se reparte o conjunto dos enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não-científico). Fazer a arqueologia dessa *episteme* é descobrir as regras de organização mantidas por tais enunciados. (Dic. de Filosofia. JAPIASSÚ e MARCONDES).

Acrescentamos que *episteme* é o entendimento de visão de mundo, podendo ser individual ou coletiva. Quando individual poderá ser alternado com o termo **Epistêmica***.

Epistêmica – Termo proposto por Alvin Ira GOLDMAN (n.1938, EUA). Em "Epistêmica: A Teoria Reguladora da Cognição" (1978), ele argumentou que a epistemologia tradicional deve ser substituída por "epistêmica", o que difere da tradicional epistemologia na caracterização de conhecimento, crença justificada e crença racional à luz da ciência cognitiva empírica. A epistemologia tradicional usou uma noção de crença a grosso modo, assumindo uma visão

demasiado restritiva dos métodos cognitivos, voltada para agentes cognitivos ideais, ao invés de seres humanos com cognição limitada em recursos, e falhas ignoradas no nosso sistema de cognição, o que deve ser reconhecido, uma vez que a cognição possa ser aperfeiçoada. (The Cambridge Dictionary of Philosophy, Cambridge University Press, 2nd ed. – vs. Eletrônica, verbete: GOLDMAN, Alvin Ira).

Na TSR o termo "**Epistêmica**" é ressignificado e usado como substantivo, consistindo, assim na capacidade geradora e interpretativa, isto é, o dispositivo mental capaz de codificar e decodificar sistemas de signos, a partir de seu acervo de memórias.

Em sentido geral, a Epistêmica pode assumir-se como a **episteme individualizada**, em campos determinados, em dado grupo ou indivíduo, donde obteremos a Epistêmica de um conjunto de cientistas ou membros de uma sociedade, ou ainda área do conhecimento, inscrita nos saberes acumulados em dada comunidade (p. ex., acadêmica ou étnica). São ocorrências a citar: "Epistêmica da Idade Média"; a "Epistêmica da Astronomia"; a "Epistêmica indígena"; a "Epistêmica Oriental" etc; e a Epistêmica de um pensador ou pessoa emitente de seu juízo ou visão de mundo, onde estão os organizados pensamentos em discurso próprio, tal como: "Epistêmica de Jacques Derrida", a "Epistêmica de Ailton Krenak".

Assim, uma das Epistêmicas será caracterizada pelo discurso e pelo conjunto de signos articulados neste discurso, contornando o perfil do indivíduo ou comunidade, tais como o vocabulário, a sintaxe (padrões de sentenças, sejam por orações coordenadas, subordinadas, emprego de conjunções e pronomes etc), sinais gestuais determinados e repetidos etc, enfim uma configuração epistêmica*.

Epistêmico – relativo à Epistemologia, ao Conhecimento e aos Saberes, caracterizando-se pela delimitação de um determinado entendimento ou conjunto de compreensões e reflexões inscritas às percepções de dada comunidade.

Epistemologia – No sentido mais amplo é o conjunto de conhecimentos. Houaiss assim define:

Reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, esp. nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo; teoria do conhecimento (HOUAISS).

Para Japiassú e Marcondes, implica em:

a) a crítica do conhecimento científico (exame dos princípios, das hipóteses e das conclusões diferentes ciências, tendo em vista determinar seu alcance e seu valor objetivo); b) a filosofia das ciências (empirismo, racionalismo etc); c) história das ciências. O simples fato hoje de hesitarmos, hoje, entre duas denominações (epistemologia e filosofia das ciências) já é sintomático. (Dic. Filosofia. JAPIASSU E MARCONDES, 2006).

Na TSR a **Epistemologia** é o conjunto dos saberes e conhecimentos acumulados na Cultura, a **macro-rede de Signos**, como um todo, e que é representada por diversos **Sistemas de Signos*** combinados e articulados.

Escrita – Entende-se por Escrita a forma de representação material de um dado sistema de signos* linguísticos ou não linguísticos. Toda escrita obedece a normas e pré-requisitos essenciais. A Escrita é um processo gestual que utiliza um meio de suporte (madeira, fios de algodão, pedra, cera, papiro, papel, circuito ótico-eletrônico etc) e instrumentos marcadores/cinzeladores ou escreventes (exceto os fios de algodão cujas marcas são nós feitos a mão), tais como cinzel, estilete ou estilo, pena de aves, pincel, caneta tinteiro, esferográfica e similares.

A História da Escrita nos revela vários sistemas de Escrita com o emprego de várias tecnologias. Inúmeros são os autores que se ocuparam de mostrar como surgiram e como se desenvolveram as escritas por diversas fases históricas e civilizações de culturas diferentes.

Dentre os sistemas de Escrita, o preponderante é o alfabético, que teria evoluído diretamente a partir de sistemas silábicos e consonantais, e indiretamente de hieróglifos. Como o assunto é muito vasto, detenhamo-nos ao seu aspecto semiótico. Para a TSR, o elemento escrito é um **Modelo*** de Signo*, que obedece a condições próprias. Cada um desses sistemas de Escrita é um modelo, portanto para um modelo de Signo intrínseco. Inspirado na frase de Jacques Derrida, a "Escrita é o Significante do Significante", o que implica em dizer que a letra, sinais de pontuação, o ideograma, o acidente musical ou a notação matemática, por exemplo, são Modelos de Signos pertencentes a um Modelo Semiótico (Sistema de Signos). Observe-se que todos esses signos possuem identificadores verbais (nomes linguísticos). Como a TSR não admite semióticas, o que há são Modelos de Signos e seus Modelos Semióticos, Escrita, portanto, é um Modelo Semiótico que pode se apresentar por diferentes modelos de signos. A questão que a TSR levanta é como a Epistêmica* constroi tais modelos e como os identifica como Signos.

Espaço Físico — O espaço físico é um conceito que se refere ao universo material e a todas as coisas nele contidas, incluindo objetos, materiais e energia. É uma dimensão real e tangível que pode ser percebida através dos sentidos e medida pelas ciências naturais. O espaço físico é uma parte fundamental da realidade física e é usado para descrever o lugar ocupado por objetos e eventos.

Em comparação, o espaço físico é uma dimensão real e tangível, enquanto o **espaço metafísico** é uma dimensão não-material e transcendental. Ambas as dimensões são importantes para compreender a natureza da existência, mas de forma diferente.

Espaço Metafísico – O espaço metafísico é um conceito filosófico que se refere a uma dimensão não-material ou transcendental, para além do universo físico. É uma dimensão que não pode ser percebida pelos sentidos e não pode ser medida pela ciência, mas é vista como fundamental para compreender a natureza da existência. O espaço metafísico é associado a questões como a existência de um ser supremo, a vida após a morte, a verdade absoluta, o homem ideal, a beleza, o universo interligado etc e a natureza do que é a realidade.

Em comparação, o espaço físico é uma dimensão real e tangível, enquanto o espaço metafísico é uma dimensão não-material e transcendental. Ambas as dimensões são importantes para compreender a natureza da existência, mas com valores semióticos distintos.

Espectro de Significados – Na TSR, o Espectro de Significados é a distribuição de **semas*** encadeados, conectados (elementos sêmicos ou componentes da Significação*), mas não encadeados, de maneira a serem identificados como tal, tanto no plano da expressão* (Significante*), como no plano do conteúdo* (Significado*). Todo Signo* possui um Espectro de Significados, estabelecendo o que é conhecido (pela Semântica) como **campo semântico virtual**, em dada **sub-rede**. No Signo Linguístico, as palavras são as que apresentam melhor caso de espectro de Significados, pois que disparam o Efeito Interpretante* em operação automática.

O **campo semântico** das palavras, realiza-se em padrões de sinonímia, aproximações e oposições semânticas comuns, o que lhe conferem uma natureza subjetiva e sincrônica, uma vez que os pensamentos modelados orbitam naquele campo de Significados verbalizados na Língua.

Já o **Espectro de Significados** abrange outra perspectiva dos Significados interligados. No caso de uma nuvem no céu pode-se determiná-la como Referente de Signo Indicial*, dentro de um Espectro de Significados meteorológico, cujos índices padronizados pertinentes seriam: umidade, velocidade e direção do vento, temperatura etc. A enunciação destes Signos promove vários campos semânticos, somente quando verbalizados, ou seja, quando enunciados pelo Signo Linguístico, à medida que cada Signo assume um Significado em dada Sub-rede de Significação. Os campos semânticos estão enquadrados exclusivamente ao plano do conteúdo* da Língua (conteúdos conexos) em termos de Referentes, cujos Significados

estão previstos em dado Sistema de Signos. Os campos semânticos, portanto, são um sub-grupo de Espectros de Significados.

O Efeito Interpretante* associado ao Espectro de Significados pode ser subjetivo, sincrônico, diacrônico e ser verificado no plano da expressão* (v. Epistêmica), gerando Signos inesperados, porém, dentro de dado Espectro identificável, seja em dado momento presente, seja em momento passado. No caso do termo "real", o seu Espectro de Significados apresenta a distribuição coerente à Sub-rede de Significação onde se encontra. Portanto, a verossimilhança nas obras Literárias e nos Discursos Ideológicos serão coerentes a partir da análise do Espectro de Significados dos Signos expressos.

O Espectro de Significados recai no plano da expressão quando se verifica a cadeia de distribuição de semas, por aproximações de Significações, portanto, de Significados formatados no seio de dado Sistema de Signos. Os melhores exemplos estão nas Línguas Naturais. Assim, no plano do Significante, o Espectro pode se dar pela classe dos semas, como é o caso das preposições (nas línguas analíticas): *a, ante, até, como, de, trás* etc ou, ainda pelo exemplo das desinências: *o, a, os, as* – terminações (gênero e número) para substantivos e adjetivos. Dispomos também, nas categorias gramaticais em línguas sintéticas: as marcas de terminações para as declinações dos casos latinos e gregos, por exemplo. Neste último caso, o quadro das marcas de declinações são tomados como paradigmas de declinação.

Na Heráldica, no plano do Significante, por exemplo, o brasão* (que é um Signo Icônico) se constitui em um Espectro de Significados, onde os elementos diagramáticos que o compõem formam um espectro formado, tal como *castelo, montanha, astros, louros, animais, armas, plantas* etc. Isto corresponde nas Línguas Naturais ao lexema*, que integra um Espectro de Significados, pois possui componentes como o **sema** ou radical, as desinências e afixos* (prefixos e sufixos).

O Espectro de Significados, no plano do conteúdo, se constitui em duas formas ou modalidades: a) do conjunto de Interpretantes*, isto é, os Signos que guardam alguma **relação associativa** (o que reporta à aplicabilidade aos Signos Indiciais); b) do conjunto disjuntivo dos usos de determinado Signo. Por exemplo, no caso das Línguas Naturais, o Espectro de Significados está descrito no dicionário lexical, suas variantes fonológicas (expressas nas letras), sinônimos, antônimos e seus empregos, cuja Significação é definida pela Sub-rede de Significação* e, sobretudo, no dicionário analógico, cujos Significados são classificados e conectados pelos elos de seus Significados contíguos e prováveis – pelas associações dos Referentes*.

O que difere o Espectro da Sub-rede de Significação é a delimitação da distribuição dos elementos e dos Signos. Enquanto no Espectro há Significados endógenos que formam um Signo, na Sub-rede de Significação há Signos interligados exogenamente, por processos de associação para até Signos complexos (os Signos culturais), sejam processos por **contiguidade** (metonímicos), seja por **semelhança** (metáforas e comparações), seja por **causa e efeito**. Com efeito, não é possível delimitar um Espectro de Significados fora de uma Sub-rede de Significação. (V. Contiguidade; Semelhança; Rede de Significação).

Estóicos (c. 300 AEC – 200 AEC)– A participação dos estóicos na História da Consciência Semiótica* é fundante, dada a sua extraordinária coerência. Sua filosofia e preceitos epistemológicos envolveram princípios semióticos seminais.

A compreensão do Signo destes pensadores restringia-se, sobremaneira, ao Signo Linguístico e poderia ser dissecado com os seguintes **Entes Semiósicos***: (1) o **Signo** (σημεια) liga simultaneamente o material significante (σημαινον), o Significado (σημαινόμενον) e o **objeto externo** (τυγκανον); (2) enquanto o **significante** e o **objeto** eram definidos como entidades materiais, o Significado (também chamado λεκτόν: 'aquilo que é Significado ou dito') era considerado **incorpóreo**; ¹⁵³ (3) os Signos (σημεια) eram divididos em **comemorativos** e **indicativos** (ενδεικτικα). Os primeiros revelam algo a mais, a partir da memória do que foi previamente observado, em conjunção com o Signo, isto é, uma inferência a partir de uma empiria já conhecida e que se repete; e o último, indica algo não evidente, mas dedutível – ao modo do silogismo aristotélico.

Como o problema dos Signos estava subordinado ao campo da Lógica, o Signo, na filosofia estóica, "é uma proposição antecedente em uma premissa maior hipotética válida, a qual serve para revelar a sua consequente", a partir de uma **fantasia** (φαντασία), ou seja, de uma representação produzida mentalmente. O termo **fantasma** (φαντασμον), "aquilo que se mostra à mente" para os estóicos antecede o seu Signo, que se materializa na Linguagem, sendo dotado de lekton (λεκτον), portanto.

Estrutura – Componente binário constituído de elementos opostos mutuamente dependentes e que fazem parte de um **sistema***.

¹⁵³ Para os estóicos o corpo é, em síntese, aquilo que promove ou sofre uma ação. Assim o ar é corpóreo, mas o vazio é um incorpóreo; a alma é corpórea pois altera o estado do corpo em que habita segundo suas afecções, já o tempo é um incorpóreo. (Cf. BRUNSCHWIG, Jacques, *Metafísica Estóica apud* INWOOD: 2006, p. 233 ss.).

Na teoria da Gestalt a estrutura é a forma constituinte da ordem ou organização que constitui os objetos da percepção interligados nos planos determinados pela relação **Figura-fundo**.

Estruturalismo – Corrente de pensamento e metodologia de análise (também compreendida como uma doutrina), que toma por base o conceito diádico (ou binário) de **estrutura***. Sua abrangência assaltou o século XX nas Humanidades, em particular, na Linguística, onde nasceu, sob os ensinamentos do suíço Ferdinand de Saussure (1857-1916), bem como, na Antropologia, sob a perspectiva do francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009). São frequentemente citados como autores de base estruturalista, em pelo menos algumas de suas produções intelectuais, Roland Barthes, Julien Greimas, Émile Benveniste, Hjelmslev, Roman Jakobson e o psicanalista, reformador freudiano, Jacques Lacan.

O Estruturalismo, apesar de exitoso em cooptar autores e pensadores, no entanto, foi ferrenhamente combatido por Michel Foucault e Jacques Derrida, os quais, atacando os aspectos ideológicos que o Estruturalismo assumiu ao longo da segunda metade do século XX, inauguraram um pensamento chamado pós-estruturalista, visto que os Signos de diversas colorações ideológicas, determinaram relações de hierarquia, dominação e hegemonia de pensamento. Exemplos foram tomados e combatidos nas esferas entre brancos e negros, entre homens e mulheres, entre capitalistas e comunistas, entre o ocidente e o oriente – todas dicotomias que monopolizaram a Epistemologia e a Ontologia de forma a valorizar e priorizar os primeiros em detrimento dos segundos.

A TSR verifica nestas fases que o Estruturalismo foi ressignificado em dois momentos. Em um primeiro momento, a doutrina originária na Linguística e na Antropologia, fundada nas oposições mutuamente dependentes e constituintes de uma estrutura, sofreu **Ressignificação*** para uma apropriação de uma perspectiva platonista, sob o paradigma da relação entre o inteligível e o sensível, em que o sensível é inferior ao inteligível – razão pela qual as religiões cristãs hegemônicas tomaram a ontologia do "corpo" como inferior à ontologia do "espírito". No segundo momento, nova Ressignificação surge como uma reação a essa hierarquização e hegemonia de um elemento da estrutura em detrimento da sua oposição constituinte da mesma estrutura, de modo a denunciar e expor o princípio opressor que lhe foi inculcado, bem como utilizado como instrumento de dominação intelectual e epistemológica, desfigurando a ontologia entre as partes constituintes da estrutura. Essa Ressignificação, promovida pelo movimento pós-estruturalista, pretendia desnaturalizar a

estrutura, que se cristalizou hierarquizante e se tornou instrumento ontológico de opressão social, política e epistemológica.

Embora esses processos de Ressignificação tenham tomado lugar na História, a tensão permanece até os dias atuais, cooptando intelectuais, promovendo embates políticos e movimentos sociais, tanto em nações democráticas como em regimes totalitários.

Evidência – Constatação de uma verdade que não suscita qualquer dúvida, em decorrência do grau de clareza e distinção com que se apresenta ao espírito (mente). Afirmção de caráter tautológico, cuja verdade resulta dos próprios termos em que foi proposta. Convicção que se realiza mentalmente derivada de provas materiais ou crenças em provas eleitas como tal, podendo caracterizar-se por uma crença em fatos reais ou considerados irrefutáveis por natureza ou autoridade concedida. Disposição psicológica sobre a qual não há argumentação contrária, seja por provas, assim consideradas, tal como o axioma, caracterizando a crença como evidência irrefutável.

É mister distinguir evidência por comprovação empírica direta, e evidência por convicção de uma verdade, como no caso do axioma, o qual dispensa o fator empírico, cuja premissa é considerada necessariamente evidente e verdadeira. Assim, temos crenças de caráter científico e de caráter não científico, a saber, evidências.

F

Fantasia, Fantasma – (V. Estóicos).

Fetiche – Ordinariamente, o fetiche é o objeto a que se atribui poder sobrenatural ou mágico e a que se presta culto. Como psicopatologia, é o objeto inanimado ou parte do corpo considerada como possuidora de qualidades mágicas ou eróticas.

Do ponto de vista da TSR, fetiche é resultante de **ato simbólico*** e depende da uma Axiologia*, ou seja, de uma atribuição de valor para além da Significação própria. Desta forma, é inevitável afirmar que o fetiche é representado pelo **Signo Transcendente*** (e não pelo **Signo Analítico***), uma vez que o valor do fetiche é transcendente, tal como o seu teor simbólico imanente – ou seja, o valor do fetiche é indissociável de seu caráter transcendente (simbólico).

Ressalte-se que a TSR não permite confundir o Significado do fetiche com o seu valor. Por exemplo, uma relíquia de família é representada e expressa pelo seu Signo e, portanto, pela sua relação particular de Significante e respectivo Significado, enquanto o seu valor

transcendente depende de uma narrativa que se aproxime e justifique o teor valorativo do Referente deste Signo, tomado como Transcendente. Do mesmo modo um objeto sagrado; uma divindade ou uma entidade da Hagiologia.

O fetichismo (um dos braços da Simbólica*), se ocupa dos processos de atribuição de valores não encontrados, no uso denotativo do Signo, pois depende de uma Epistêmica coletiva associada a Epistêmicas individuais. O fetichismo, portanto, varia de pessoa para pessoa e de sociedade para sociedade (sub-grupos sociais são incluídos também); de sorte a encontrarmos variações acerca de um mesmo objeto de fetiche, de maneira que os graus variam, podendo chegar à sua anulação.

O fetiche é obra de criação do Aparelho Afetivo-Imaginário que atribui valores imponderáveis e inacessíveis, do ponto de vista da Linguagem*. Sua origem remete à instância do inefável e, portanto, os sistemas de Signos* só poderão se aproximar do Referente na sua integridade por aproximação. Neste caso, o Referente é considerado um **qualia**, termo da Filosofia da Mente que expressa a sensação inacessível, ao gerar uma atribuição de valor de uma mente individual.

De qualquer forma, o fetiche pode ser representado por um Signo convencionado por um grupamento social – sociedade, etnia, tribo, comunidade etc – como é o caso de fetiches clássicos como os templos de religiões e seitas religiosas, empresas multinacionais de reconhecimento estabelecido como a IBM, a Apple, a Brastemp etc. Outras categorias são desejos coletivos de consumo postulados pelo materialismo capitalista, como o automóvel de luxo, o jatinho, o iate, viagens de transatlântico, o vôo orbital etc.

Figura-Fundo – Trata da configuração delimitada que permite a discriminação de um objeto ou **figura** a partir do contexto ou **fundo** em que se insere, mesmo quando uma região ligada é agrupada corretamente, como na famosa figura onde pode ser visto, tanto um par de faces como um vaso, é possível interpretar a região alternativamente como figura e como o fundo. Este fato foi originalmente elaborado em 1921 por Edgar Rubin (1886-1951). Efeitos figura-fundo e a existência de outras figuras ambíguas: como o cubo de Necker e a figura do pato-coelho, desafiaram o prevalecente pressuposto em teorias clássicas de percepção – mantido, p.ex. por J. S. Mill e H. von Helmholtz – que as percepções complexas poderiam ser entendidas em termos de sensações primitivas constituindo-as. A indeterminação da percepção pelo estímulo visual, observada por Berkeley em seu *Essay* de 1709 tem em conta o fato que a imagem da retina é empobrecida em relação à informação tridimensional. Estimulação idêntica na retina pode resultar radicalmente a partir de diferentes fontes distais.

Dentro da psicologia da *Gestalt*, a forma (a *Gestalt*), ou padrão, foi reconhecida por ser sub-determinada por partes constituintes disponíveis em estímulos proximais. M. Wertheimer (1880-1943) observou em 1912 que o movimento aparente poderia ser induzido pela visualização de uma série de imagens estáticas em rápida sucessão. Ele concluiu que a percepção do todo, enquanto envolve movimento, era fundamentalmente diferente da percepção de imagens estáticas de que se compõe. W. Köhler (1887-1967) observou que não havia nenhuma articulação de figura-fundo na imagem da retina e concluiu que estímulos inerentemente ambíguos requeriam alguns princípios seletivos autônomos de organização perceptiva. Como posteriormente desenvolvido por psicólogos da *Gestalt*, a forma é tomada como a unidade primitiva de percepção.

Em abordagens filosóficas, efeitos de figura-fundo são usados para reforçar a conclusão de que interpretação é central para a percepção, e que percepções não são mais que hipóteses com base em dados sensoriais.

Função – A função é um mecanismo de associação onde participam duas instâncias. A depender da Sub-rede de Significação*, a função pode assumir uma significação própria ou genérica, mas sempre associando elementos, instâncias ou domínios.

A função se realiza relacionando elementos mediante um critério associativo, com vistas a um propósito (uma projeção de resultado), seja de natureza abstrata – sem relação com o mundo sensível –, seja de natureza material, pela qual se verificam fenômenos constatáveis empiricamente. Assim, temos na função uma premissa anterior e um resultado posterior. Vejamos alguns casos em que a função é determinante em cada um destes campos epistemológicos:

- **Função biológica:** conjunto de operações executadas por um órgão de um ser vivo, que concorrem para um mesmo fim.
- **Função matemática:** relação entre dois conjuntos que abrange elementos do primeiro e associa a cada elemento deste primeiro conjunto a um ou mais elementos do segundo.
- **Função sintática:** papel que cada um dos elementos gramaticais desempenha dentro da frase, e que decorre da relação que estabelece com os demais elementos presentes na frase.

- **Função semiótica:** a função semiótica se refere à propriedade da Linguagem de comunicar ideias e conceitos por meio das diversas categorias de Signos (icônicos, indiciais ou convencionais).

Se considerarmos que a Linguagem é composta por vários Sistemas de Signos (sejam analíticos ou transcendentais), que representam ideias, conceitos, objetos e eventos, logo, os signos exercem **função semiótica**, ou seja, eles são facultados a transmitir informações e **espectros de Significados**, dentro de sub-redes de Significação.

A função semiótica caracteriza a Linguagem como um instrumento para transmitir informações complexas e abstratas, como ideias e conceitos. Além disso, a função semiótica permite que a Linguagem* seja usada para criar Significados e expressar emoções, sentimentos e opiniões, além de descrever a realidade e criar novas realidades por vias da ficção e da imaginação, quando o Aparelho Afetivo-Imaginário exerce a sua atuação nos processos comunicacionais.

Tzvetan Todorov define função semiótica, inspirando-se em Piaget, quando o psicólogo difere, do ponto de vista da evolução cognitiva, sob a oposição entre "Símbolo" e "Signo" (com esta terminologia), conferindo ilogicidade aos símbolos nas crianças e logicidade aos signos expressos pelos adultos. Vale dizer isso, uma vez que, havendo condições de saúde cognitiva, uma criança "evolui" para o adulto, adquirindo a habilidade lógica, compreensão do mundo e o sentido que promove à sua cognição, sob ação da Linguagem – isto é, dos Sistemas de Signos.

Todorov, portanto, insinua que a função semiótica, enquanto capacidade de "criação de Significados e de representação do mundo através de Signos e Símbolos", pode variar conforme o nível cognitivo e de compreensão do mundo, frente a uma logicidade em maior ou menor grau. Fica restrito à comunicação de lógica aberta o Símbolo e à lógica fechada o uso de Signos. Daí a Ressignificação prevista pela TSR, entre **Signo Analítico** denotando expressões de teor de lógica e raciocínios coerentes e **Signo Transcendente** para denotar as expressões de ilogicidade ou de raciocínios difusos, falaciosos e imprecisos.

A função semiótica é a base da comunicação e da Linguagem (TODOROV: 2014), "permitindo que as pessoas transmitam informações, ideias e emoções por meio de Signos e de Símbolos". Ele argumentou que a **função semiótica** é essencial para a compreensão da Linguagem, tanto na sua forma escrita quanto falada, e que ela desempenha um papel fundamental na construção de Significados. Acrescentemos a isso, a visão peirciana que inclui as três categorias sýgnicas: icônicas, indiciais e convencionadas.

Além disso, Todorov argumentou que a função semiótica é fundamental para a Literatura e outras formas de arte, permitindo que os autores criem Significados através de Signos. Ele enfatizou a importância do estudo da Semiótica para a compreensão da comunicação e da cultura em geral.

G

Gestalt – 1. Teoria da *Gestalt* (do al. *Gestalttheorie*: teoria da forma) é um princípio psicológico, que se estendeu a outros domínios de conhecimentos, segundo o qual não percebemos jamais senão conjuntos de elementos. Por ex., quando vejo algo, vejo ao mesmo tempo certa forma (no sentido de contorno ou forma geométrica), uma cor, certa distância etc. Esse conjunto percebido se chama *forma*, significando configuração, estrutura e organização. O *gestaltismo* é a teoria (principalmente dos psicólogos Kurt Koffka e Wolfgang Köhler), segundo a qual a percepção é um fato global redutível a um agrupamento de sensações, desenvolvendo-se no campo determinado pela **pregnância** das formas. Ela se apoia na análise das ilusões de ótica. (Cf. Dicionário de Filosofia. Marcondes e Japiassú).

2. "A palavra *Gestalt* "tem o Significado de uma entidade concreta, individual e característica, que existe como algo destacado e que tenha uma forma ou configuração como um de seus atributos" (Köhler: 1929, p. 192). Portanto, uma *Gestalt* é um produto de organização; a organização e o processo que leva a uma *Gestalt*. Mas, como definição, essa determinação só seria suficiente se subentendesse a natureza da organização, tal como foi expressa na lei de pregnância (*prägnanz*); se nos lembrasse que a organização, como uma categoria, é diametralmente oposta à mera justaposição ou distribuição ao acaso. No processo de organização, "o que acontece a uma parte do todo é determinado por leis intrínsecas inerentes a esse todo" (Wertheimer: 1925, p. 7). Com base nessa definição, podemos dizer que o processo de organização não está menos "gestaltizado" que os produtos da organização; e foi nessa conotação mais ampla que o termo se utilizou para o título desse livro que vem sendo usado pelos psicólogos gestaltistas. Ele comporta, em sua conotação, a alternativa **caos - cosmos**; dizer que um processo, ou produto de um processo, é uma *Gestalt*, significa que ele não pode ser explicado pelo mero caos a mera combinação cega de causas essencialmente desconexas; mas que sua essência é a razão de sua existência, para usarmos a linguagem metafísica para uma ideia que esteve presente em inúmeras vezes neste livro, em noções tão livres de metafísica quanto qualquer ciência pode estar." (KOFFKA: 1975, p.691)

H

Habituação – Efeito neuronal em que se verifica a perda de sensibilidade em relação a um determinado estímulo não reconhecido anteriormente. A habituação é a base do reconhecimento e do acesso a dados registrados nas sinapses da memória. Por ela, é possível conferir ao cérebro a estabilidade de dados de memória com resposta passiva. A Habituação se refere, portanto, ao decréscimo da potência da resposta ao longo de uma estimulação repetitiva, em oposição á sensibilização*, que se refere a processos de incremento da resposta. A aprendizagem, portanto, se dá quando o estímulo se repete e estabiliza a resposta em termos motores, reduzindo-se a acesso passivo de dados de memória. Trata-se, portanto, de uma forma elementar de aprendizagem na qual um animal cessa de reagir a um sinal imposto após sessões repetitivas. Tal processo é dito não associativo, visto que o estímulo físico não implica em dor ou prazer, senão a própria anexação sináptica.

Heráldica – As origens da Heráldica são incertas. Sua motivação remonta a tempos imemoriais na Antiguidade, com motivações de identificação de clãs e famílias, e eventualmente, em ambientes beligerantes, daí a onipresença de escudos e armas entre os seus elementos constituintes. Toma-se a natureza da Heráldica por inserir no âmbito das artes ou das ciências, cujo objeto é o estudo da origem e evolução dos emblemas e Significados blasônicos, assim como a descrição e a criação de brasões, considerados, em sua maioria Signos Icônicos. Regida por um conjunto específico de regras (tais como brasonamento, escudo e lisonja, esmaltes, figuras, elmo e timbre, motes, brisuras etc) a Heráldica foi uma apropriação dos reinos medievais, tendo sido oficializada entre os séculos XIV e XV, recebendo valor cartorial. Por fim, a Heráldica apresenta uma sintaxe gráfica e um vocabulário iconográfico específicos. Seu valor semiótico, portanto, é inquestionável, desdobrando-se por seus Significados transcendentais, via Signos Icônicos que transmitem mensagens no tempo e no espaço.

Hermenêutica – Segundo o dicionário Houaiss:

1. Ciência, técnica que tem por tema a interpretação de textos religiosos ou filosóficos, especialmente das Sagradas Escrituras. 2. Interpretação dos textos, do sentido das palavras; 3. Rubrica: Semiologia – teoria, ciência voltada à interpretação dos signos e de seu valor simbólico.

Isto posto, a hermenêutica é um processo de interpretação*, pelo qual se atribuem valores segmentados e, via de regra, transcendentais (simbólicos), cuja expressão se dará em um discurso carregado de ideologias próprias à intenção e propósito ideológico, como é o

caso da hermenêutica da Patrística em geral – composta de um conjunto de hermeneutas, como Agostinho, Orígenes, Irineu e outros.

Por outro lado, hermeneutas podem ocupar-se de textos literários e não literários, cuja função é comentar, defender ou criticar o texto objeto de sua interpretação. De toda maneira, tal como a interpretação, a hermenêutica somente será percebida por meio da expressão com o uso de um Sistema de Signos, em particular, por meio da língua, a qual é capaz de exibir com maior precisão e comunicabilidade o entendimento do hermeneuta.

Heurística – Termo cunhado em meados do século XIX, cujo étimo parte do termo "heureka", notabilizado na literatura antiga grega por Arquimedes (287-212 a.C., matemático grego), em ato de descoberta.

A heurística é, portanto, uma técnica ou arte que se desenvolve sob o intuito pesquisador, de uma busca para a descoberta de fatos. Útil na ciência prospectiva, viabiliza a elaboração de teses e de testes empíricos, uma vez que torna o pesquisador cada vez mais próximo da construção de novos conhecimentos. A investigação passa a fazer parte do processo heurístico, pelo qual o conhecimento novo se associa e/ou se confronta ao conhecimento consolidado.

É interessante notar que a heurística parte de um ato simbólico*, cuja motivação dada pela curiosidade promove a descoberta, e até mesmo da promoção de rupturas que venham a provocar deslocamentos epistêmicos e, portanto, Resignificação de conceitos estabelecidos anteriormente.

Do ponto de vista da Semiótica, a Heurística somente se realiza a partir de Signos Indiciais* que devem ser descobertos, os quais apontam para horizontes não explorados no seio da pesquisa em curso. Estes Signos Indiciais são os estopins para o desencadeamento dos processos de Resignificação em potencial, cujos fatores determinantes estão demonstrados na TSR.

Modernamente, há técnicas de heurística em softwares de antivírus, capazes de detectar elementos suspeitos no código de *malwares*, *trojans*, vírus etc. A análise heurística computacional é um método de detecção de vírus projetada para identificar novos vírus desconhecidos e versões modificadas de ameaças presentes em sistemas operacionais, principalmente. Encontraremos procedimentos heurísticos em algoritmos de *machine learning*, pelos quais os computadores dotados de software de Inteligência Artificial, acrescentam e acumulam novos dados conversíveis em informações disponíveis, simulando conhecimento.

Hipoícone – No texto de Santaella, o **hipoícone** é um ícone de segundo nível, tal como o diagrama, que representa um **Referente*** dado pelo seu desenho, cujos contornos estão definidos e são compreensíveis. Ao contrário do ícone puro, este que é uma sugestão de objeto (nuvem ou mancha de tinta), o hipoícone é dotado de formas cognoscíveis (V. *Gestalt*) e descritíveis verbalmente, o que implica na possibilidade de ser expresso pelo signo linguístico, sofrendo, portanto, o processo de conversão entre modelos semióticos (V. **CMS**). Uma pintura figurativa, portanto, pode ser considerada hipoícone, nos termos peirceanos.

Afirma Santaella, baseado em texto de Peirce:

Mas um signo pode ser icônico, isto é, pode representar seu objeto principalmente por sua semelhança, seja qual for seu modo de ser. Se o que se quer é um substantivo, um *representamen* icônico pode ser denominado como um **hipoícone**. Qualquer imagem material, como uma pintura, é amplamente convencional em seu modo de representação; mas em si mesma, sem legenda ou rótulo, pode ser chamada de **hipoícone**... Os hipoícones podem ser divididos, grosso modo, de acordo com o modo de Primeiridade do qual participam. Aqueles que compartilham de qualidades simples, de Primeiridades, são **imagens**; aqueles que representam as relações, principalmente diádicas, ou assim consideradas, das partes de uma coisa por relações análogas em suas próprias partes, são **diagramas**; aquelas que representam o caráter representativo de um *representamen*, representando um paralelismo em outra coisa, são **metáforas**. (CP 2.276-277; PEIRCE: 2010, Semiótica; p.64) (SANTAELLA, *in* For a Classification of Visual Signs; **Semiótica** 70-1/2 - 1988; p. 58-78; Grifos nossos).

I

Ícone – Modalidade de signo, segundo a qual a semiose se dá por uma relação de semelhança entre o significante e o Significado (o seu objeto). O ícone em sua forma primitiva é visual, mas assume, nas línguas naturais uma conotação diferenciada complementar. Assim, um ídolo é um ícone, à medida que representa simbolicamente uma imagem notória, seja por adoração laica ou religiosa. Neste último caso, a iconografia da cristandade da Igreja Primitiva (também chamada Ortodoxa) retrata em suas imagens, pinturas e mosaicos bizantinos p. ex. as figuras sagradas e nobiliárquicas (reis e rainhas) com uma caracterização icônica bastante característica e inconfundível.

São ícones as figuras de certos sinais de trânsito que se assemelham aos seus objetos representados, são ícones as placas indicadoras sinalizadoras e de localização, em hotéis e locais públicos; são ícones os diagramas dos manuais técnicos que representam máquinas, ferramentas e dispositivos.

São ícones as fotografias em geral, podendo ser dotadas de uma mensagem denotativa – sem qualquer sugestão artística; ou podem apresentar uma mensagem subliminar e metafórica, como a fotografia artística e pós-editada, por exemplo. (V. **hipoícone**).

Imediato – Em oposição a mediado, é o ato ou relação em que entre dois entes presentes não há necessariamente um terceiro interposto, ou intermediador. A percepção e respectiva associação são imediatas quando a mente elabora uma **Representação*** mental dos dados imediatos, sejam dados endógenos (gerados pelo Aparelho Afetivo-Imaginário*), sejam exógenos (gerados pela **Edição Mental***).

Uma vez que a relação imediata se dá pelo pensamento pré-modelado (ou pré-sígnico), não há ato comunicativo, e, portanto a Linguagem não está presente. O que se verifica é o ato perceptivo e a incorporação eventual dos dados, o que consiste na experiência e sua eventual memorização, acomodação dos dados ao acervo de experiências já assimilado pelo indivíduo. É a partir dessa assimilação que se efetua simultaneamente a **Edição Mental***, cuja consequência é a produção de um Referente, o qual será o determinador do Signo. Esta sequência, chamado **circuito semiótico**, se aplica para todas as categorias de semiose e suas respectivas categorias de Signos: **Índice***, **Ícone*** e **Símbolo*** (na classificação peirceana).

Imobilismo, princípio do – Ver Mobilismo, princípio do.

Imutabilidade do Signo – Se, em relação à ideia que representa, o Significante aparece como "livremente escolhido", em relação à comunidade linguística que o emprega, ele não é livre, é imposto. Com efeito, a língua aparece sempre como uma herança de dado período precedente, como uma convenção admitida pelos membros de uma mesma comunidade linguística que é transmitida aos membros da geração seguinte. Essa convenção via de regra se cristaliza, mas há particularidades.

Os signos em geral se preservam à medida que se repetem, seja ao longo da história, seja entre os seus usuários, não importando sua forma e procedimento em que se apresentam, de sorte a manter os seus Significantes e Significados. O gesto com a mão que esfrega o indicador com o polegar significa dinheiro, o que se mantém por décadas, sem alteração. A cruz tem por significação a cristandade por mais de dois mil anos, mesmo não tendo essa significação antes do advento do cristianismo, quando não era um signo em particular. Da mesma forma ocorre com os emblemas, brasões e logomarcas. Aqui notamos a imutabilidade do Signo.

Por outro lado, é comumente admitido hoje que a língua é um sistema* de comunicação que, como todos os sistemas de comunicação, funciona por meio de um código baseado num sistema de signos* (entende-se por código ou sistema de signos, a natureza dos signos, seu nome, suas combinações, as regras que presidem essas combinações). É evidente que, para que a comunicação possa estabelecer-se, graças a esse sistema* no seio de uma comunidade

linguística, é necessário que os signos do código sejam convencionais, isto é, comuns a um grande número de emissores e receptores, aceitos, compreendidos e mantidos por todos. (Cf. DUBOIS, Dic. de Linguística, Cultrix, SP, 1973). Essa convenção, embora sujeita a alterações e ressignificações é mantida, preservando a unidade do sistema linguístico – ou outro sistema de signos em uso. Os ícones simbólicos, por exemplo, ainda que independentes de um sistema fechado de signos, são exemplos claros da propriedade da imutabilidade do signo. V. **Mutabilidade do signo**.

Índice – O que fornece indício; sintoma, indicador, sinal. O exemplo de Aristóteles para Signo é tipicamente de um Índice: "se uma mulher está amamentando é porque deu à luz". No entanto, sob o olhar da TSR, Índice, ou melhor, o Signo Indicial é mais do que isso.

Cognitivamente, o **Signo Indicial** ou **Índice** é uma marca gestáltica (v. *Gestalt*), uma vez que se apresenta como uma marca de diferença em dado configuração perceptiva (relação Figura-Fundo). O caso clássico da nuvem negra como índice de chuva demonstra esta marca, cujo fundo é um céu azul, mostrando-se como diferença, tomando-se como **consequente** a chuva eminente ou em curso (dado antecipatório gerado pela mente). Segundo David Hume, esta **inferência*** é possível por conta da experiência que nuvens negras conduziram concluir. Quando não se é capaz de deduzir o **consequente**, a marca da diferença não denota uma relação indicial e, portanto, não sígnica.

O Signo Indicial é o **Signo*** que denota alguma condição ou característica particular. Do ponto de vista semiótico, funciona por uma Semiose que guarda uma relação de **Contiguidade*** entre um elemento com um outro elemento associado, estabelecendo um **antecedente** e um **consequente**. Assim, são Signos Indiciais: rastros, furos (ou buracos), rasgos (ranhuras e rachaduras), partes faltantes, sintomas (corporais), queimados, desbotamento, perfumes, fedores, nuvens, ventos, luminosidades etc, pois todos esses objetos editados pela Epistêmica são considerados sinais indiciais à medida que deles se inferem para cada ocorrência um antecedente e um consequente, conforme as experiências acumuladas em memória. Os caçadores, humanos ou não humanos, desenvolvem habilidades de identificar os índices e conferir-lhes Significados, a fim de obter sucesso na captura de suas presas, sem o que poderão sucumbir. O Signo Indicial, portanto, tem que ser produzido como tal, isto é, o seu circuito semiótico* é lógico e automático, uma vez que o Sinal* deve ser identificado para ser reconhecido pela mnemônica como Significante* do Índice acompanhado de seu antecedente e seu consequente. Neste sentido, o Signo Indicial é uma entidade produzida mentalmente, uma vez que conta com a representação* mental, geração do **Referente**, o qual

apresenta uma associação inferencial, cujos elementos são as instâncias de antecedente e consequente, sem nenhuma necessidade de operar diretamente com o Significante percebido.

Podemos, com essa explanação concluir que o Índice segue o primeiro postulado da TSR: P#0: **O Signo é uma entidade mental plástica materializável que representa o pensamento editado pela Epistêmica, isto é, o Referente.**

Indução – Segundo Peirce:

"67. Indução é o modo de raciocínio que adota uma conclusão como aproximada por resultar ela de um método de **inferência*** que, de modo geral, deve no final conduzir à verdade. Por exemplo, um navio carregado com café entra no porto. Subo a bordo e colho uma amostra do café. Talvez eu não chegue a examinar mais do que cem grãos, mas estes foram tirados da parte superior, do meio e da parte inferior das sacas colocadas nos quatro cantos do porão do navio. Concluo, por indução, que a carga toda tem o mesmo valor, por grão, que os cem grãos de minha amostra. Tudo o que a indução pode fazer é determinar o valor de uma relação." (PEIRCE:2010, p. 6).

Podemos entender ainda que indução é o tipo de raciocínio que se serve de indícios para uma conclusão (resultado inferencial, v. **Inferência**), cuja causa é um **índice** (ou conjunto de índices) por ele tornada generalizada, isto é, este raciocínio é provocado por dados particulares indiciais (fatos, experiências, dados empíricos) e, por meio de uma seqüência de operações cognitivas, chega a leis finais ou conceitos mais gerais, indo do **consequente** ao **antecedente** (dos efeitos à causa), das conseqüências ao princípio, da experiência à teoria. A **indução**, portanto, funciona com a participação necessária de **índices**, os quais funcionarão por associações lógicas que envolvem as duas instâncias lógicas citadas.

Inferência – Operação mental não sígnica de **Associação*** entre duas instâncias lógicas imediatas (v. **Imediato**), a saber: um **antecedente** e um **consequente**, pelo que se postula uma regra geral, tomada como inequívoca e verdadeira. A inferência é determinada pela Associação de dados cuja finalidade é a postulação de uma generalização, sob a qual todas as mesmas ocorrências se submetem. É o caso das leis físicas, tal como a que rege os estados da água – sólido, líquido e gasoso –, em determinadas medições de temperatura e pressão.

A inferência, quando verbalizada, isto é, expressa por Signo Linguístico, afirma a realidade de uma sentença propositiva por efeito de sua associação com outras proposições já tomadas como verdadeiras. Neste caso, a operação mental, já está intelectualizada e, portanto, semiotizada pelo sistema de signos de dada língua natural.

Insight – 1. Clareza súbita na mente, no intelecto de um indivíduo; iluminação, estalo, luz.
2. Psicologia. Compreensão ou solução de um problema pela súbita captação mental dos

elementos e relações adequados à solução; estalo. **3.** Psicologia. Nova reação que aparece subitamente, não baseada em experiências anteriores, segundo as teorias da *Gestalt*. **4.** Psicologia. Capacidade demonstrada por um paciente, em maior ou menor grau, de reconhecer as deformações que seus pensamentos e sentimentos introduzem na realidade Ex.: um insight claro e distinto. **5.** Psiquiatria. Capacidade de avaliar de maneira objetiva o próprio comportamento; autoconhecimento. **6.** Religião. Revelação mística. (HOUAISS).

Na TSR o *insight* é o ato mental que percebe o signo como tal, e de onde são executados os processos semióticos, relações em rede das relações semióticas internas e externas, nos diversos sistemas de signos. Na Matemática, o *insight* é o ato mental que faz perceber uma previsão de prova matemática, por exemplo.

Interpretação – Nos termos da **TSR**, a interpretação consiste na atribuição de valores de Significação. Tendo em vista que a interpretação é uma associação múltipla, é necessário considerar tanto a associação gerada pelos valores e juízos (crenças e preferências do Aparelho Afetivo-Imaginário) do Receptor, como também as associações modeladas pelo Aparelho Cognitivo-Modelador.

A interpretação, portanto, tem por base um complexo de pensamentos associados do interpretador, em cuja Epistêmica concorrem valores e juízos, oriundos de pensamentos amorfos associados (incluindo a memória afetiva) e pensamentos modelados, que incluem fórmulas de Signos em dada Sub-rede de Significação*.

A interpretação somente pode ser entendida como tal em sua formulação súnica, isto é, sua manifestação por meio de Signos, em particular, o Sistema de Signos Linguísticos, que dá conta da compreensão em formatação definida. Em outras palavras, a interpretação, de fato, se realiza quando expressa em um enunciado que a revele. Muito embora, sua formação se dê a partir da percepção do mundo – a chamada "leitura do mundo" – só é possível identificar a interpretação quando expressa em Signos.

No entanto, essa operação está sujeita ao princípio do Mobilismo* o qual evoca o deslocamento epistêmico, provocado por inúmeras motivações a que a Epistêmica possa ser submetida, repercutindo, assim, no seu processo de **Ressignificação*** da formulação súnica anterior, resultando em mudança de expressão – apresentando um discurso ressignificado para expressar aquele deslocamento epistêmico, isto é, um outro entendimento e uma interpretação substituta da anterior.

Especificamente, no caso de índices sob inferências equivocadas, o cientista ou o investigador pode, por meio de índices adicionais e novas inferências, **ressignificar** o seu

diagnóstico anterior, reestruturando, assim, a sua expressão e emitindo um objeto semiótico (discurso e/ou texto) aperfeiçoado, demonstrando o **processo de Ressignificação** das inferências anteriormente expressas. Neste caso, pode haver nova interpretação dos índices originais com emissão de uma expressão que demonstre a Ressignificação daqueles índices, em favor de uma interpretação substitutiva mais precisa e adequada, a qual se revelará em forma de enunciação. (V. Hermenêutica).

Interpretante – Segundo a **Semiótica*** peirceana, o Interpretante é o **Signo*** gerado na mente do receptor, a partir do **Signo** anteriormente emitido. Peirce afirmará isso de diversas formas, do que se concluirá que o **Interpretante** é necessariamente determinado pelo **Signo**, preservando a ligação triádica indissolúvel entre **Objeto – Signo – Interpretante**. Afirma o autor:

O Signo cria algo na mente do Intérprete, algo esse que foi também, de maneira relativa e mediada, criado pelo Objeto do Signo, embora o Objeto seja essencialmente diverso do Signo. Ora, esta criatura do Signo chama-se Interpretante. É criado pelo Signo, mas não pelo Signo *qua* membro de qualquer dos Universos a que pertence; mas foi criado pelo Signo na sua capacidade de receber a determinação do Objeto. É criado na Mente (em que medida esta mente deve ser real, é o que veremos). (CP 8.179, *apud* SANTAELLA, 2004, p.62).

Um Signo se dirige a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um Signo equivalente [...] Este Signo, que ele cria, chamo de Interpretante do primeiro Signo. (2.220, *idem*).

À luz da TSR, o Interpretante é produto do efeito interpretante, ou seja de uma associação. Uma vez emitido um signo, a Epistêmica* gera um signo derivado, correlacionado ao primeiro pela ação mental da Associação*, elaborando assim, o espectro de Significados e, por conseguinte a sub-rede de Significação.

L

Lekton – (Cf. Estóicos) Segundo Bobzien, para os estóicos, *lekton*, "dizíveis são os Significados básicos de tudo que dizemos ou pensamos" e que "formam a base de toda representação racional (*phantasia logike*) que nós temos" (BOBZIEN, 2003, p. 86). Os dizíveis são, portanto, resultantes mentais dos processos concomitantes da impressão sensorial sobre a mente e do pensamento que **atribui valor** a esta impressão (ou o que chamamos de interpretação). Para os estóicos há uma diferenciação entre a expressão oral e o que é dito – nesta perspectiva, o *lekton* é este dizível que será dito por meio de uma expressão. Podemos inferir, portanto, que os estóicos já tinham clara a noção binária do Signo e que Saussure nomeará pela terminologia Significado e Significante. Para os estóicos, no entanto, não há como isolar o objeto da díade demonstrada, o que significa dizer que o Signo na concepção

estóica é tripartido. Além disso, o caráter de entidade subsistente do *lekton*, enquanto resultado ou produto da aplicação do pensamento sobre a percepção, não existe por si só, mas subsiste em uma representação, sendo, por isso, dito incorpóreo. Segundo Diógenes Laércio, os corpos, na concepção estoicista, existem por si mesmos, enquanto o dizível, no sentido físico, constitui-se como propriedade ou atributo da representação, subsistindo na mente.

Lei – Assertiva (ou afirmativa) imobilizadora e resultante de uma repetição, de um ciclo ou um princípio fundante. A lei caracteriza um discurso imobilizante, pois se fixa como referencial, emitido por uma autoridade aceita como tal, a quem se atribui a função legisladora. Assim, os pais são autoridade, o Estado é autoridade, a Igreja é autoridade etc. A lei estabelece uma regra que se cumpre de acordo com certas condições e partícipes. Assim, a regra de um jogo pode ser entendida como lei a ser cumprida na vigência do evento do jogo (seção, rodada ou partida).

A lei é o dispositivo que preserva uma convenção de modo a preservar a ordem e a continuidade de um *status quo*, em favor da coletividade, e do não privilégio de um indivíduo. Muito embora a lei possa ferir princípios éticos anteriores, igualmente prescritos em regramento da Ética, o seu efeito se dá mais eficientemente quando está em conformidade com tais princípios.

Michel Bréal, seguindo a tradição do século XIX, emitiu algumas leis para o estudo da Semântica, tais como: Lei da especialidade, Lei da repartição, Lei da irradiação, Lei da sobrevivência das flexões. Neste autor, já verificamos a cognição como componente essencial das transformações sígnicas (ressignificações) bem como as características pragmáticas presentes no sistema* linguístico.

Para Locke, "onde não há lei, não há liberdade". Essa afirmativa, no entanto, prevê uma Ética coletiva, onde a figura do indivíduo lhe deve ser subserviente (o que de certo modo, é contraditório na teoria liberal de Locke), pois a lei deriva de um princípio ético e não individual ou libertador. Neste sentido, a lei para esse filósofo é essencialmente motivada pela força social e política (e não por uma lei científica).

De todo modo, a lei é um Signo complexo para o qual convergem relações referenciais, pois os **Sistemas de Signos*** submetem-se ao seu regramento, o que mantém a unidade do sistema.

Lei do Contraste – O contraste é o elemento da percepção que diferencia dois estímulos sensoriais, de forma a permitir que um sujeito possa separar e distinguir as diferenças entre os dados dos estímulos, sejam visuais, sonoros, gustativos, táteis ou sonoros. Sem a Lei do

Contraste não é possível identificar dois objetos, eventos ou Referentes* concomitantes à presença do sujeito cognoscente (Epistêmica), a saber qualquer ser vivo ou aparelho capaz de captar sinais do ambiente que o cerca. A Lei do Contraste é fundamental para as análises de processamento de sinais.

No âmbito da Semiótica Cognitiva*, estas distinções são processadas de modo a gerar impressões e ideias, conforme os princípios estabelecidos na **TSR**, pelas quais os **Significados pré-sígnicos** sediarão os Referentes e seus Significados modelados no Signo.

A lei do Contraste está presente na **Gestalt*** de modo determinante, pois as suas características fundamentais, da Forma, da Pregnância e, principalmente, da relação Figura-Fundo são regidas pela Lei do Contraste. Com efeito, essa Lei rege os três momentos do **Circuito semiótico***: Significados pré-sígnicos, sígnicos e pós-sígnicos.

A Lei do Contraste, assim, rege também a Edição Mental* ou Edição Epistêmica*, uma vez que o recorte das impressões e das memórias – seja dos pensamentos produzidos via endógena, seja via exógena – são matéria da produção do Referente* do Signo. (Ver Edição Mental).

Lexema – 1. Unidade de base do léxico, via de regra, a palavra, mas que pode ser morfema ou ma locução. 2. Segundo A. Martinet, o monema (unidade de primeira articulação), que contém o Significado lexical, ou seja, a representação da **Edição Mental*** dos ambientes físico, biológico e social feita por determinada língua (em oposição ao morfema, que contém o Significado gramatical); corresponde ao semantema (raiz ou radical do lexema).

Linguagem – De princípio, a Linguagem é uma faculdade cognitiva de construção de sistemas de signos* destinados à comunicação. Torna-se habilidade à medida que, além de criar, aperfeiçoa estes sistemas. Para a **Semiótica*** em geral, a Linguagem é um instrumento cuja constituição é o conjunto de sistemas de signos operantes concorrentemente, de maneira a estabelecer a comunicação entre um **Emissor*** e um **Receptor***. A função fundamental da Linguagem, portanto, é comunicar.

Funções da Linguagem – A partir de conceitos de Karl Bühler (1879-1963), Roman Jakobson (1896-1982) expandiu e desenvolveu as funções da linguagem. Inicialmente Bühler confinou a três as funções: emotiva, conativa e referencial, correspondentes às três pessoas do discurso – primeira pessoa, o remetente; a segunda pessoa, o destinatário e a terceira pessoa, algo ou alguém de quem se fala. Jakobson (in *Linguística e Comunicação*), por seu turno, reelaborou-as em seis, acrescentando as funções fática, poética e metalinguística, conforme o quadro a seguir:

Função	Objeto	Descrição
Emotiva	1a pessoa - EU Emitente ou Emissor	Discurso que se volta para o Emissor, em que há uma preponderância da 1a pessoa ou que a imagem sígnica (logomarca) se refere ao seu autor (auto-retrato).
Conativa	2a pessoa – TU Destinatário ou Receptor	Voltado para o Receptor os signos apontam para quem se está dirigindo o discurso. Apela-se, por vocativos, para a sua atenção e movimento em relação à mensagem, explícita ou implicitamente. (Discurso de comerciante).
Referencial	3a. pessoa – ELE De quem se fala ou assunto	Centra-se na informação transmitida de modo a agregar dados e conhecimento, com forte aspecto denotativo e inequívoco. (Texto dos manuais, científico, didático).
Fática	Canal, meio	Quando se testa o canal, ou seja, verifica-se se há transmissão e recepção da mensagem. Este teste se dá à distância e com uso de equipamentos de comunicação. ("Ei! Está me ouvindo?" Informática: Verificação de pacotes entre nós de rede de computadores).
Poética	Mensagem	Associada a uma questão estética e estilística, volta-se para o modo como é transmitida a mensagem, via de regra por figuras e tropos, bem como um formato determinado pela poética envolvida. (Texto literário, pinturas bucólicas, obras de arte simbolistas e afins).
Metalinguagem	Código	Dotada de consciência semiótica é a função que se ocupa da observação, descrição e análise dos sistemas de signos, que é o caso da Filologia, da Linguística e da Semiótica.

Logomarca – Diagrama que representa por iconicidade alguma entidade, seja uma pessoa física ou jurídica (comercial ou filantrópica), um negócio, uma instância do Estado (v. brasão), um fabricante uma marca referida a um grupo de produtos de uma mesma fábrica. Assim, modernamente, temos a logomarca de um emissor de comunicação social (TV, rádio, jornal etc); a logomarca de uma montadora de automóveis; logomarca de fábrica de bebidas, roupas, equipamentos de esporte, armamentos etc.

A logomarca deve conter características icônicas ou indiciais, ou ainda uma combinação das duas esferas sígnicas, pois o seu Significante* deve se reportar a uma representação direta que concilie a facilidade de identificação e as virtudes do produto ou fabricante. O modelo de

economia fundado no consumo implica no elevado grau de desenvolvimento na comunicação não verbal e, sobretudo, com forte apelo simbólico, uma vez que a motivação para o consumismo não é um estímulo racional e lógico, (gerado pelo Aparelho Cognitivo-Modelador*), e sim uma manifestação do Aparelho Afetivo-Imaginário*, pois o consumismo é uma pulsão, sendo, portanto, criada sem fundamentação intelectual, mas afetiva. Assim, a análise semiótica das logomarcas passam pela Semiologia de Julia Kristeva, voltada para uma perspectiva da fetichização ou fetichismo (V. fetiche) da mercadoria, defendida por Karl Marx. (V. logotipo).

Logotipo – Diagrama que utiliza letras ou caracteres de um dado sistema de Escrita* (ou que ainda que o sugira) que de forma estilizada e repetitiva em uma configuração do manual de comunicação visual de uma empresa ou de um negócio, pelo qual é identificado particularmente, sem que se confunda com outro diagrama de outra instituição ou negócio. O logotipo pode estar vinculado a uma logomarca*, da qual se diferencia pela sua característica verbal, ao contrário do registro não verbal da logomarca. Tanto o logotipo como a logomarca estão entre o chamado ferramental mercadológico ou ferramentas de marketing, responsável pela criação publicitária de comunicação de uma instituição (comercial ou filantrópica) ou negócio. (V. logomarca).

M

Metáfora – Gramática tradicional: a metáfora consiste no emprego de uma palavra concreta para exprimir uma noção abstrata, na ausência do elemento que introduz formalmente uma comparação; por extensão, a metáfora é o emprego de todo o termo substituído por outro que lhe é assimilado após a supressão das palavras que introduzem a comparação (como, por exemplo): originalmente, estou ardendo de amor continha uma metáfora do primeiro tipo, e esta mulher é uma pérola, uma do segundo. Quando introduz várias aproximações sucessivas, a metáfora é seguida, como em "essa mulher estende as redes de seus encantos para apanhar a caça dos ingênuos"; ao contrário, ela é contrastante ou quebrada quando aproxima noções incompatíveis, como em "O carro do Estado navega num vulcão".

A metáfora desempenha um grande papel na criação léxica; muitos sentidos figurados são apenas metáforas gastas, assumidas como fossilizadas; o mesmo ocorre com outras figuras, como o caso da **Metonímia***. (DUBOIS, Dic. de Linguística, Cultrix, SP, 1973).

Metasemiótica – A Ciência Semiótica se desdobra em Metasemiótica, a qual estuda e revela a capacidade de estabelecer os parâmetros de análise para a própria Semiótica, à medida que se realiza por meio de Signos que expressam o funcionamento das bases teóricas e das realizações semióticas da Semiótica. A Metasemiótica é análoga à função metalinguística prevista pela teoria linguística da comunicação desenhada por Roman Jakobson. Sendo assim, a Metasemiótica é uma Semiótica de si própria.

Metaplasmo – 1. Do gr. *metaplasmos*, 'metaplasmo, irregularidade de declinação ou de conjugação, que consiste na sucessão de formas de temas diferentes', pelo lat. *metaplasmus*, i; Gramática. 'alteração da forma de uma palavra por acréscimo ou supressão de um ou mais fonemas, ou ainda por mudança de posição dos mesmos'; (HOUAISS eletrônico).

2. Mudança fonética que consiste na alteração de uma palavra pela supressão adição ou permuta de fonemas: a elisão e a síncope são exemplos de metaplasmos. (Dic. de Linguística – Jean Dubois et alii).

3. Designa literalmente "mudança de forma". A gramática normativa usou este termo, desde a época greco-latina, quando na língua literária existe uma forma variante do vocábulo, em contraste com outra, considerada a normal; assim, em português: *perla* : pérola; *mármor* : mármore; *desvairo* : desvario; *imigo* : inimigo. O metaplasmo, neste sentido, indica uma forma que não é normal, mas é admissível, e o que é a empregam, ou a encontram, logo associam à forma normal. A variante e a forma normal constituem assim formas sincréticas dentro de um estado de língua; ou seja, dentro da língua literária, o metaplasmo estabelece uma variante em face de uma forma básica.

A esse conceito, inteiramente sincrônico, do **metaplasmo**, substituiu-se um conceito diacrônico, quando em Gramática Histórica se passou a usar o termo como equivalente de mudanças fonéticas. O ponto de partida para isso é a circunstância de que a variante e a forma básica são situadas na linha evolutiva da língua, como arcaísmos subsistentes na língua literária e formas atuais respectivamente.

É assim comum aplicar às mudanças fonéticas os nomes criados para os diversos tipos de metaplasmo em seu antigo sentido: aférese, síncope, apócope, (um fonema a menos na variante); prótese epêntese, epítese, (um fonema a mais na variante); metátese (ordem diversa de dois fonemas na variante). Como, entretanto o espírito com que se criaram esses termos era totalmente distinto do espírito diacrônico atual, o seu emprego da diacronia linguística apresenta dois inconvenientes: a) o essencial na mudança fonética não é o aparecimento, o desaparecimento ou a troca de posição do fonema, mas as condições em que tal mudança se

processou (exs: síncope do vogal postônica nos proparoxítonos, ou de consoante sonora intervocálica, e assim por diante); b) o termo não distingue, em princípio, a mudança fonética e a que decorre de analogia (ex. aférese de e- em enojo (de – in odiu-) e de o- em obispo por metanálise).

Na **TSR** o **metaplasmo** é um fenômeno dos **deslocamentos***, ora físicos (fonético/fonológicos e na escrita), ora não físicos, ou conceituais, implicando na ressignificação. Os metaplasmos, portanto, são manifestações dos diversos processos de Ressignificação.

Metonímia – 1. Geralmente, de acordo com a etimologia, a metonímia é uma simples transferência de denominação. A palavra reservada, todavia, para designar o fenômeno linguístico pelo qual uma noção é designada por um termo diferente do que seria necessário, sendo as duas noções ligadas por uma relação de causa e efeito (a colheita pode designar o produto da colheita e não apenas a própria ação de colher), por uma relação de matéria a objeto ou de continente e conteúdo (beber um copo), por uma relação da parte ao todo (uma vela no horizonte). (DUBOIS, Dic. de Linguística, Cultrix, SP, 1973).

2. Em sentido lato, é a figura de linguagem que consiste na ampliação do âmbito de significação de uma palavra ou expressão, partindo de uma relação objetiva entre a significação própria e a figurada. Com essa definição, a metonímia abrange a sinédoque (KAYSER, 1948, 113), que a retórica antiga considera ao lado da metonímia e *stricto sensu*, na base de distinções sutis.

Em outros termos, podemos dizer que a metonímia coloca uma palavra num campo semântico que não é o seu, na base de agrupamentos onomasiológicos das coisas extralinguísticas que não coincidem com os agrupamentos semânticos das formas linguísticas.

As relações objetivas, que conduzem ao emprego metonímico de uma palavra ou expressão, podem ser das mais variadas: a) relação entre a parte e o todo; ex.: cabeça em - cem cabeças de gado; b) entre um produto e sua matéria-prima; ex.: ouro como dinheiro; c) entre um ser e o seu princípio ativo; ex.: alma em cidade de cem mil almas; d) entre o agente e o resultado ex.: *mão* como "escrita" em - é sua mão!; e) entre o ser e alguns de seus traços físicos; ex.: respeitemos as cãs, isto é, "os velhos".

A metonímia é assim um processo sincrônico pelo qual se multiplicam as ocasiões de emprego de uma palavra, além do seu campo semântico específico. Tem uma função importante como recurso de estilo, porque se presta destacar o que no momento é essencial no conceito designado.

A semântica histórica passou a aplicar o termo metonímia no sentido diacrônico, para indicar na mudança de significação que resulta do emprego sistemático de uma palavra em metonímia, de tal sorte que a pouco a pouco se perde a relação entre esse emprego e a significação específica, resultando daí a mudança no campo semântico da palavra; ex.: moeda, saído de *moneta*, de *monere*, ("aconselhar"), por causa da locução *Juno Moneta*, ("Juno Conselheira"), cuja efígie figurava em dinheiro romano.

Muitas outras vezes mantêm-se a significação específica, mas a relação metonímica sofre fossilização e a palavra passa a ter mais uma significação própria, criando-se uma polissemia; ex.: vapor "navio"; tela "pintura"; álcool "bebida alcoólica". (CAMARA:1978, p. 167-168).

Na TSR a **metonímia** é um processo de ressignificação por analogismo. Quando um **Referente** sofre deslocamento por analogia, temos uma ressignificação por metonímia em que um Signo assume um Significado substitutivo a um primeiro, e onde se pode claramente notar o processo do efeito **Interpretante**, previsto por Peirce na atualização do Signo, por seu processo de ressignificação.

Mobilismo, Princípio do – O princípio do Mobilismo está fundado na filosofia de Heráclito (c.), pelo qual tudo muda, menos o fato de tudo mudar, sintetizado no aforismo de que "um homem nunca se banha duas vezes no mesmo rio, pois não será o mesmo homem, e não serão as mesmas águas". Em contrapartida, o princípio do Imobilismo funda-se na filosofia de Parmênides (c. 530 AEC), pela qual se postula a natureza do Ser: "O Ser é e o não Ser não é".

O princípio do Mobilismo se dá em oposição ao princípio do Imobilismo, pois ambos estão em constante dialética e presentes um ao outro, seguindo a **Lei do Contraste***. Embora a Natureza ora se manifeste como móvel, caótica e incognoscível, ora nos impõe à cognição uma inação, uma ordem determinada e compreensível. Os referenciais assumidos, portanto, definem uma e outra instância. Cabe à Axiologia determinar o que prevalece e o que não prevalece. Como todas essas perspectivas são semiotizadas, seja pela língua natural, no âmbito do senso comum, seja pelos diversos sistemas lógicos (incluindo a notação matemática), no âmbito do pensamento modelador e inferencial das ciências, temos sempre presente uma Axiologia determinada e representada sob um conjunto de **Sistemas de Signos*** que expressam e descrevem de forma coerente e modelada o que se distingue entre Natureza (*physis*) e Cultura (*logos*). A compreensão de um e de outro sempre estarão submetidos aos Significados dos Signos, seja de um conjunto de sistemas, seja de outro. Muito embora os elementos de uma Axiologia Simbólica exerça pressão para anular a intermediação dos

Circuitos Semióticos, não é possível estabelecer coerências e conclusões, valores e juízos. A presença do Signo impõe as categorias saussureanas de mobilismo e de imobilismo, cuja relação especular com a língua é latente e facilmente verificável.

Cabe ainda ressaltar que os deslocamentos epistêmicos provocam alterações na Axiologia adotada, a partir de Resignificações, pois os Referentes sofrem igualmente modificações e mesmo transformações diametralmente opostas. O exemplo típico é a Resignificação do Sistema Solar, de Geocêntrico para Heliocêntrico. Por consequência o Sistema de Signos acompanha tais Resignificações, gerando novas Sub-redes de Significação.

Modelagem – Ação de modelar, alterar a forma de dado objeto, sob intenções humanas ou naturais. O resultado da modelagem é o **modelo***, que poderá se apresentar como um Signo pensado, emitido, manipulado e remodelado. Para que haja modelagem a matéria do objeto deve ser plástica. Assim, sendo o **pensamento amorfo*** enquanto matéria plástica, é passível de modelagem.

Sendo o modelo um Signo, poderá sofrer **ressignificação semiótica**. Assim, o **ícone***, o **índice*** e o **símbolo*** (Signo convencionado, segundo a terminologia de Peirce), são modelos de Signos, cuja modelagem se dá por uma intenção de função sígnica específica, ou seja, cada um destes modelos sígnicos apresenta uma **Semiose*** particular. Em outras palavras, o modelo, que é produto da modelagem, funciona como **Signo***, por meio da sua semiose. A modelagem é o processo mental que gera o Signo a partir do seu **Referente*** – que é resultado da **Edição Mental*** modeladora, por meio do **Aparelho Cognitivo-Modelador***.

Modelo – Em geral, modelo é a representação de algo que se espelha por semelhança, mantendo as proporções de tamanho (para maior ou menor) em relação àquilo que representa. A miniatura, a maquete, a escultura ou o desenho diagramático prototipado, a estatueta, um procedimento determinado são exemplos de **modelos** no seu sentido mais comum.

Segundo a TSR, Modelo é a entidade gerada na mente – resultante da modelagem (ação do **Aparelho Cognitivo-Modelador***) – para se tornar materializável e reproduzível no meio físico, permitindo a veiculação comunicacional entre duas mentes – uma emissora e outra receptora. O Modelo, portanto, é o tipo genérico de representação cognoscível, tomado como **objeto semiótico***, cuja realização é o **Signo***.

Modo – Condição de modalidade, da situação ou circunstância em que o Signo é experimentado. Estado em que se encontra um objeto (físico ou não físico). Assim, temos Modos configuradores para o **objeto semiótico*** dado.

Modo de Significação – Situação em que se encontra um objeto, dada a sua configuração. O Modo estabelece a condição em que se encontra o objeto dado. Na **TSR**, o Modo estabelece a condição de Significação do Signo, da forma como se apresenta como objeto na relação Figura-Fundo gestáltica. O Modo do Signo se realizar é percebido e se dá pela configuração semiótica, dentro de uma dada modalidade da relação semiótica, seja pela sua categoria sígnica (p. ex. índice, ícone ou símbolo – na terminologia peirceana; v. Peirce; v. Signo), seja pela relação com a Sub-rede de Significação*, de tal sorte que se estabelecem o **modo denotativo** (uso de Signos Analíticos*) e **modo conotativo** (uso de Signos Transcendentes*).

O Signo linguístico **modal** define a classificação dos **verbos** auxiliares típicos de possibilidade: **poder**, – e de obrigação: **dever**. Seus respectivos predicados são interpretados como contingente e necessário, possível e provável. Cabe mencionar que tais verbos são necessariamente integrantes da Lógica Modal, pela qual se verificam as assertivas denotativas de **necessidade** ou **probabilidade** para o verbo "dever" e possibilidade para o verbo "poder".

Monema – Segundo André Martinet, é a unidade significativa hierarquicamente disposta, que participa da dupla articulação do Signo linguístico, em oposição ao fonema, que não é significativo. V. **sema**.

Movimento – Ato ou efeito de mover(-se); mudança de um corpo (ou parte de um corpo) de um lugar (ou posição) para outro. Deslocamento em ação, no qual se verificam duas condições ou modos, cujas posições variam de um **lugar 1** para um **lugar 2** (L1 → L2).

Mutabilidade do Signo – Conforme Saussure, uma vez assegurada a continuidade da língua, (dada a sua convencionalidade preservada), o tempo possui um efeito aparentemente contraditório, isto é, trata-se do agente modificador dos Signos Linguísticos*. Os fatores causais de alteração são numerosos, mas sempre exteriores à língua. As modificações podem ser fonéticas, morfológicas, sintáticas ou lexicais (V. **Metaplasmo**). Quando se trata do Signo, elas se situam no nível fonético e semântico: com efeito, elas levam a um **deslocamento*** da relação Significado/Significante. É assim que "macula", que significava entre outras coisas "mancha", deu também, origem à "mágoa", no português.

Outro problema a ser ventilado, quando se fala do Signo Linguístico, é o que diz respeito ao seu funcionamento. Essencialmente, desde Saussure, a Linguística definiu a língua como sistema de signos*, a partir de uma estrutura, (de onde o nome de Estruturalismo*), conferido no domínio das pesquisas linguísticas, ao estudo sistemático da língua, baseado nas teorias do cientista genebrino. (DUBOIS, Dic. de Linguística, Cultrix, SP, 1973).

É pela propriedade da **mutabilidade do Signo** que verificamos o processo de **Ressignificação*** em suas diversas facetas. Essa propriedade é consequente, fundamentalmente, da propriedade anterior, isto é, a **plasticidade*** do pensamento, causa primeira da Resignificação, o que implica em posterior processo de **modelagem***.

Todo Signo, dada a sua herança plástica, está sujeito ao princípio da Mutabilidade, frente os deslocamentos epistêmicos* deles decorrentes. V. **Imutabilidade do Signo; Deslocamento.**

N

Noção – Pensamento primitivo que se aproxima da função intuitiva e participa do Referente*, antes, portanto, da modelagem do Signo*. A noção é uma produto híbrido da representação mental em fase de Edição Epistêmica*, visto que não se configura como Signo, o que lhe confere uma Significação pré-sígnica, portanto. O senciante pode expressar uma noção, sem no entanto demonstrá-la diretamente por meio de um Signo determinado (simples ou complexo) dada a sua amorfia primitiva.

O

Objeto Semiótico – A TSR considera o objeto semiótico, basicamente, o Signo* enquanto um produto da Epistêmica, e enquanto um **Modelo*** resultante do processo mental que materializa o Referente* em um Signo. Se o Significante* é a parte perceptível do Signo, e o Significado* é a parte compreensível do Signo, o Objeto Semiótico é essa consubstanciação, derivada do Referente – este que é um Ente Semiósico, cuja representação está presente no DRT e no SRH. A TSR. Portanto, diferencie-se **objeto semiótico** – essencialmente o Signo em ação – do **Ente Semiósico***.

P

Panini – Ver Sânscrito.

Paradigma – Segundo o linguista brasileiro Mattoso Câmara Jr. (à luz saussureana), paradigma é o conjunto de formas linguísticas que se associam por um traço linguístico permanente, que é o denominador comum de todas elas.

Na base desse traço estabelecem-se as correlações e as oposições entre os membros do paradigma: as formas, "oferecendo qualquer coisa de comum, se associam na memória e assim se constituem grupos, dentro dos quais reinam relações, que podem ser das mais diversas" (SAUSSURE: 1922, 171). Numa enunciação, cada forma se define por essas **correlações** e **oposições latentes** "numa série mnemônica virtual" (id. *ibid.*), ao lado das **oposições** e **correlações sintagmáticas** dentro do contexto. (*In* Dicionário de Filologia e Gramática; grifos nossos).

No Curso de Linguística Geral, **paradigma** está em oposição a **sintagma**. Enquanto o paradigma estabelece um eixo vertical, o sintagma, o eixo horizontal, isto é, a formação das sentenças, das frases, enfim, do enunciado. Pode-se considerar mais de uma instância para o paradigma, como por exemplo, na morfologia dos verbos, onde cada conjugação e suas variações estabelecem referências paradigmáticas; por ex. o **verbo ser** e sua conjugação anômala em um extremo; noutro extremo têm-se os verbos regulares, configurados por sua vogal temática: **a** para primeira, **e** para a segunda e **i** para a terceira conjugação. As demais flexões, de tempo, pessoa e modo possuem configurações diversas.

Outras instâncias de paradigma são também observadas na língua. É o caso da fórmula oracional SUJEITO + verbo + PREDICADO, segundo a qual, outros paradigmas sintáticos são formuláveis, como as **orações sindéticas** e **subordinadas**, todas iniciadas por conjunções tipificadas ou paradigmáticas para cada estrutura oracional. Outro exemplo de paradigma é o **parágrafo**, enquanto unidade textual.

São paradigmas típicos **as classes de palavras**, em gramática tradicional portuguesa, em número de dez paradigmas, a saber, **variáveis**: (1) artigo, (2) substantivo, (3) adjetivo, (4) verbo, (5) numeral, (6) pronome e **invariáveis**: (7) preposição, (8) conjunção, (9) advérbio e (10) interjeição.

Considerando-se os fatos de regularidade e irregularidade dá-se frequentemente a paradigma um sentido restrito de "modelo regular" de um conjunto flexional, em contraste com qual dos conjuntos de eventos são ditos irregulares.

Segundo Thomas Kuhn – Termo usado no livro-ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas*, 1962, como um conjunto de convicções científicas e metafísicas que compõem um quadro teórico dentro do qual podem ser testadas teorias científicas, avaliadas, e se necessário revisadas. A tese principal de Kuhn, na qual a noção de um paradigma tem papel central, é estruturada ao redor de um argumento contra a visão do empiricismo lógico na mudança de teorias científicas. Empíricos viam na mudança de teoria como um processo contínuo, crescente e cumulativo no qual os fatos empíricos, descobertos por observação ou experimentação, impõem revisões em nossas teorias e assim se acrescentam ao nosso conhecimento do mundo. Foi reivindicado que, combinado com este processo de revisão, existia um processo de redução inter-teorética que nos permitiu entender o macro em termos do micro, e que no final das contas apontou a uma unidade de ciência. Kuhn mantém que esta visão é incompatível com o fato que acontece no caso da história da ciência. Mudanças científicas acontecem por “revoluções” em que um paradigma mais velho é subvertido e é substituído por um quadro incomensurável, ou mesmo incompatível. Assim, os alegados “fatos” empíricos que foram aduzidos para apoiar a teoria mais antiga, tornam-se irrelevantes para a nova; realmente os vocabulários das duas estruturas compõem linguagens diferentes, não facilmente traduzíveis. Estes episódios de revolução estão separados antes por períodos longos de “ciência normal,” durante a qual são aperfeiçoadas as teorias de um determinado paradigma, refinado e elaborado. Estes períodos às vezes são chamados de períodos de “solução de quebra-cabeças”, porque as mudanças serão entendidas mais como inquietações com os detalhes das teorias para “salvar os fenômenos” do que como degraus para nos levar para mais junto da verdade. Vários filósofos reclamaram da concepção de paradigma de Kuhn, afirmando ser muito imprecisa para fazer o trabalho que ele pretendia desenvolver. Na realidade, Kuhn, quinze anos depois, admitiu isso e, pelo menos duas ideias distintas foram exploradas para o termo: (i) o “compartilhamento de elementos que conta para o relativo caráter problemático da comunicação profissional e para a unanimidade de julgamento profissional,” e (ii) “soluções de problemas concretos, em acordo pelo grupo de cientistas, em um senso comum paradigmático” (Kuhn, “Reconsiderações acerca dos Paradigmas,” 1977). Kuhn propõe o termo ‘matriz disciplinar’ e ‘exemplar’, respectivamente, para estas duas ideias.

Pensamento – O pensamento é produto da atividade mental. Sua geração inicial é bruta, múltipla e amorfa, ou seja, não apresenta uma formatação definida, o que lhe caracteriza como uma entidade mental pré-organizada e, portanto, pré-sígnica ou pré-codificada.

O pensamento pode ainda se apresentar em alguns tipos – v. quadro Tipos de Pensamento – entre os quais o pensamento modelador é responsável pela Linguagem, ou seja, pela geração do Signo. No entanto, se o Signo é resultado de uma **Edição Mental*** promovida pelo pensamento modelador, a sua determinação é oriunda do Referente*. Uma vez produzido o Referente, o Aparelho Afetivo-Imaginário em concomitância com o **Aparelho Cognitivo-Modelador** gera o pensamento modelado, cujo elemento (ou modelo) resultante é o signo.¹⁵⁴ Se o valor simbólico deste processo for maior que o valor denotativo, o resultante é um **Signo Transcendente***, o mesmo que habita o mito e as expressões de lógica aberta, sem coerência definida; por outro lado, se o valor analítico deste processo for maior que o valor simbólico, o Signo resultante é do tipo analítico ou denotativo. Este processo emite um Signo sob um Significante moldado em matéria fônica, visual, gestual, etc a natureza de seu conteúdo de significação (o Significado) será simbólico ou analítico, ficcional ou não ficcional.

Natureza	Tipo de pensamento	Descrição
Amorfo	Perceptivo	Recebimento de dados perceptivos derivados da experiência sensorial.
Amorfo Modelado	Memórias – afetiva e cognitiva	Rememoração, acesso à lembrança de dados anteriormente armazenados na mente.
Amorfo / Modelado	Elucubrativo	Pensamentos aleatórios sem uma clareza dada, entre dados da memória e projeções fracas, com ou sem uma conclusão definida.
Modelado	Reflexivo - Associativo	Elaboração articulada de uma rede de conexões de dados mentais: relacionamentos de ideias antigas e emergentes.
Amorfo / Modelado	Hipotético-Antecipatório	Elaboração de projeções e desejos, sob redes de dados articulados ou aleatoriamente, ausentes.
Modelado	Reconhecimento	Identificação de dado objeto experimentado anteriormente com dados da memória
Amorfo	Afetivo	Sentimento derivado de uma afecção vivida, rememorada ou projetada.
Amorfo	Delirante	Estado mental sem controle, irreconhecível, desprovido de coerência, em fluxo errático, sob efeito alucinógeno, com ou sem signos/linguagem.

A defesa da linearidade atribuída ao pensamento se dá pela concepção estreita sobre a natureza do pensamento modelado, produzido com a Linguagem*, que é um processo essencialmente linear, uma vez que a fala é um ato físico de emissão de sons sequenciais – os fonemas. Na escrita, a lei da linearidade é ainda mais rigorosa, principalmente, no sistema de Escrita* alfabética. É o pensamento modelado que gera o pensar por meio da Linguagem. Daí podermos criar novos códigos e Sistemas de Signos*, tais como a Matemática, a música e

¹⁵⁴ Pode-se ainda conjecturar que o pensar modelado (ou seja, o pensamento modelador) seja constituído pelo signo, de modo a identificar o pensar coordenado e articulado com a linguagem, como querem alguns filósofos, ao entender que o pensar e a linguagem são um único processo. Como, na TSR, consideramos o pensamento amorfo (não articulado e desordenado) como anterior ao pensamento modelador, cabe a este último gerar o signo a partir da produção do Referente (resultado da **Edição Mental*** dos dados da consciência).

outros sistemas que dependem indissociavelmente dos Sistemas de Signos falados e escritos. Assim, trata-se de um equívoco definir o pensamento como linear e derivado da Linguagem. O processo primitivo de pensar não é linear na sua geração, senão amorfo e múltiplo, como expresso acima. O pensamento se organiza e se torna lógico, após a sua modelagem*.

Percepção – Em seu Significado mais amplo, percepção é a faculdade de apreender por meio dos sentidos ou da mente, seja por organismos, seja por máquinas.

Na TSR, a percepção é uma função da Epistêmica, involuntária, porém, com repercussões nas funções da cognição*, uma vez que, por meio desta faculdade, o Aparelho Cognitivo-Modelador* gera os Referentes* em associação ao Aparelho Afetivo-Imaginário, visto que podem ser gerados Referentes endógenos ou Referentes exógenos. A percepção exógena envolve a captação dos estímulos sensoriais pelos órgãos dos sentidos, a transmissão desses sinais para o cérebro e a interpretação das informações recebidas. O cérebro processa as informações sensoriais e as relaciona com experiências passadas (percepção endógena), memórias, conhecimento e a Sub-rede atual para formar uma compreensão significativa do que está sendo percebido. Estas operações realizam associações (v. Associação) de modo a permitir a construção de Semioses*, no processo metasemiótico proposto pela TSR. A percepção, portanto, é um fenômeno do estágio pré-sígnico*, porém concorre com a atribuição de valores, sejam positivos, ou negativos à Epistêmica.

Do ponto de vista da geração endógena, é importante notar que a percepção é subjetiva e pode variar de indivíduo para indivíduo e as condições onde se realiza. Fatores como experiências individuais, acervo de memórias, estados mentais de atenção e dispersão podem interferir como as Sub-redes ao redor são percebidas, processadas e armazenadas. Além disso, a percepção pode ser afetada por ilusões sensoriais, vieses cognitivos, falta de dados e associações de lógica aberta e distorções perceptivas. Resultantes de percepções enviesadas podem conduzir a conclusões ilógicas, imprecisas e inaceitáveis.

Plasticidade – Em seu Significado amplo, trata-se da propriedade ou qualidade do que é plástico, ou seja, matéria que se sujeita à **modelagem***, alterando sua forma original, com consequências em seu conteúdo ou sua potência de **significação***. Uma vez que se trata de uma propriedade intrínseca a certas substâncias, ou matérias, a plasticidade da Linguagem tem sua causa na plasticidade mental, ou plasticidade cerebral, que permite conexões simultâneas e alterações sinápticas, como defendeu Eric Kandel, Miguel Nicolelis e outros autores.

Assim, podemos afirmar que o Signo é um componente da Semiótica, presente na Linguagem dotado de plasticidade, o que implica nos efeitos de metaplasmo*, tanto em sua matéria significante – metaplasmos fonológicos, por exemplo, – como em sua matéria Significadora, ou seja, há ressignificações* tanto no **plano da expressão*** (Significante) como no **plano do conteúdo*** (Significado).

Pré-sígnico – Dizemos que uma significação é pré-sígnica quando a mente elabora uma impressão sobre ela, seja de origem endógena – a partir do Aparelho Afetivo-Imaginário –, seja a de origem exógena, quando as impressões vêm pelos sentidos. Neste momento, o que há é um pensamento amorfo sobre o qual são concedidos valores de bem-estar ou de repulsa por proporcionar algum tipo de dor ou desconforto (físico ou emotivo).

O Significado pré-sígnico não se constitui em Signo (como defende Peirce com seu conceito de objeto mediado); nem há semiose, portanto. O que há é um pensamento amorfo desprovido de Significado. No entanto, a mente é capaz de referir-se à essa significação pré-sígnica como uma **noção***.

Pós-sígnico – Um evento mental é pós-sígnico em duas situações diferentes. A primeira é a ação do efeito interpretante, pois para se gerar um Signo como objeto Referente de outro Signo, é necessária uma nova associação não semiótica, onde não há semiose na sequência semiótico-cognitiva da TSR.

A segunda é a resposta pragmática a um signo que pode ter inúmeras expressões. Do ponto de vista das escritas semíticas originárias – *Abjad* – e dos alfabetos silábicos, o **evento pós-sígnico** é aquele que completa as letras ou sinais faltantes, já que estes sistemas não dispõem de vogais, ou as sílabas em *hiragana* (sistema japonês de escrita silábica, com 48 elementos, que complementam os ideogramas de origem chinesa – kanji –, para indicar distinções gramaticais próprias da língua japonesa) são formadas para indicar a função lexical.

Pregnância – 1. Lei ou princípio geral da teoria da *Gestalt* segundo o qual a configuração perceptiva particular que reponta entre todas as outras potenciais é tão boa quanto o permitirem as condições prevalentes, e suas propriedades são a simplicidade, a estabilidade, a regularidade, a simetria, a continuidade, a unidade, a concisão (p.ex., uma circunferência com pequenas falhas no traçado é vista como se fosse perfeitamente fechada). (Cf. Dicionário Eletrônico Houaiss).

2. "A lei da pregnância pode ser sucintamente formulada da seguinte maneira: a organização psicológica será sempre tão "boa" quanto as condições reinantes permitirem. Nessa definição,

o termo "boa" é indefinido. Abrange propriedades tais como a regularidade, assimetria, a simplicidade e outras." (KOFFKA, 1975, p.121).

Receptor – Aquele agente partícipe do circuito comunicacional* que assume a função de receber os Sinais de um Emissor*, (tomados como Significantes), identificá-los e decodificá-los, com a finalidade de atribuir-lhes Significado*, Significação* e produzir sentido; e, para além disso, promover o efeito interpretante decorrente desse processo. De acordo com o diagrama das funções da Linguagem proposto por Roman Jakobson, o Receptor é o núcleo da **função apelativa da Linguagem**. Essa determinação deve ser compreendida pelo viés da consciência semiótica*, visto que as funções da Linguagem são uma diagramação semiótica do circuito comunicacional.

Rede de Significação – Conjunto de interligações de **Signos** e seus **Sistemas***, o que contribui para o intercâmbio semiótico, ou seja, a formação de contextos semióticos, as **conversões entre modelos semióticos (CMS)** e as **Ressignificações**. O **Signo*** somente pode existir na rede de significação, de modo que todo Signo pertence a redes e sub-redes de significação. A significação, por meio do efeito **Interpretante*** e das ressignificações ubíquas, forma a rede de significação, que envolve todos os sistemas de signos (sub-redes semióticas), incluindo os **signos complexos*** formando, assim, a cultura humana – esta que envolve todos os ambientes, seus víveres e componentes. É na rede de significação que o homem se enquadra como ser semiótico. (V. espectro de Significado).

Referencial (RFL) – Constituinte representante da **Epistêmica*** na **TSR**, presente nos diagramas **DRT*** e **SRH***; agente criador da **Semiose*** e responsável pela execução da **Edição Mental***, pela qual são acionados os três aparelhos da **Epistêmica: Ap. Afetivo-Imaginário***, **Ap. Cognitivo-Modelador*** e **Ap. Volitivo-Intencional***.

O **Referencial** está alocado no vértice superior do **DRT** e do **SHR**, relacionando-se simultaneamente com o **SGN*** (Signo) e o **RNT*** (Referente) bem como promovendo o relacionamento entre ambos de modo a criar a **Semiose** e torná-la elemento fundamental da rede de significação, uma vez que tal rede suporta todo o sistema de signos*. Sem a participação do Referencial não há semiose, portanto.

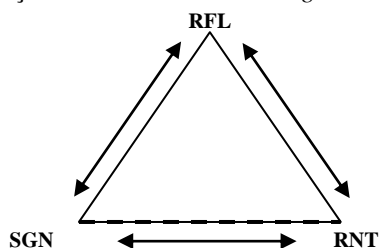
No **SRH** a suspensão do **RFL** se dará quando a rede de significação e as semioses agem por si mesmas, reproduzindo-se organicamente gerando ressignificações e novas significações. É quando o sistema* age independente da **RFL** que gera a semiose.

Referente (RNT) – Entidade inacessível, semiotizada como componente da **Semiose***, que designa o resultado da **Edição Mental*** de determinado **objeto da percepção*** (dados da consciência), seja endógeno – gerado pelo Aparelho Afetivo-Imaginário*, seja exógeno – gerado pelo Aparelho Cognitivo-Modelador*. O Referente é o determinador do signo, de modo que o Signo* (em um sistema de signos*) o substitui na cadeia da expressão realizada no circuito da comunicação entre Emissor* e Receptor*.

O referente aparece na base do DRT*, relacionando-se simultaneamente com o RFL (Referencial*) como objeto gerado/editado e o SGN (signo*), como entidade mental substituída.

O Referente é o Significado de um signo? Não. O RNT é pré-sígnico (pré-codificado) e portanto, não pode ser o Significado, pois este é constituinte do SGN (signo).

Relações entre Referencial – Signo - Referente



Rema – Parte da frase que diz algo de novo sobre o tema; comentário. Semioticamente considera-se como **Rema** (*rheme* em inglês) uma sugestão de signo ou de um referente, que se constitui de uma predicação acerca de um Signo ou de um Referente. A depender do tipo de análise semiótica em questão, o estudo de um Rema pode ainda identificar os traços, características indivisíveis em dado Signo ou Referente. Apesar do Referente ser considerado inacessível, a sua representação em dada Rede de Significação* ou de um Espectro de Significados* pode sugerir esta incursão ao Referente.

O rema, portanto, é uma parte essencial do processo de significação, seja do Signo Indicial, Signo Icônico ou Signo Convencional, permitindo a conexão entre o Signo e o seu Referente através da relação física ou causal (caso do índice), relação de semelhança (caso do ícone) ou relação de correspondência arbitrária com o Referente dado (caso dos Signos Convencionais).

Não se pode confundir **Rema** com a **Semiose***, pois o traço (ou atributo ou aspecto) dado pelo Rema não autoriza a relação semiótica por si só. O Rema é um elemento particular (eventualmente tácito) do Referente necessário para a Semiose, mas a Semiose é um processo mais amplo que envolve não apenas o Rema, mas também o Signo e o **Interpretante***.

Representação – Operação mental associativa pela qual um objeto ou um evento ausente se faz presente por um substituto, cuja denominação na TSR é o SGN ou **Signo***. No entanto, na TSR considera-se que a **Representação** se dá em duas instâncias: a primeira é o processo de **Representação** mental primária, dotada de um **Significado* Pré-sígnico*** que se constituirá no **Referente*** do **Signo**; a segunda é processo de **Representação** resultante da **Modelagem*** do **Signo**, onde o **Significado** do **Referente** é replicado para o **Significado** associado a um **Significante***, que é a materialização do **Signo**.

Representamen – O termo deriva do latim "*res*" (coisa) e "*presentare*" (apresentar), sugerindo que um *representamen* é algo que apresenta ou representa uma coisa. Termo empregado por C. S. Peirce para se referir ao Signo* em sua materialidade, isto é, o **veículo do Significado**, cuja consequência material é o **efeito interpretante*** que evoca outro *representamen*. De acordo com o autor, um *representamen* é qualquer coisa que signifique algo para alguém, ou seja, qualquer coisa que possa ser interpretada como um Signo. Isso pode incluir palavras, imagens, gestos, sons, entre outras coisas. O *representamen* é sempre um objeto intermediário entre um objeto real (aquilo que é representado) e uma mente que interpreta o Signo.

S

Sânscrito – Do grupo de línguas indo-árias, antigas e modernas, que formam a maioria das línguas indo-europeias da Índia, Paquistão, Bangladesh e outros países vizinhos, o **sânscrito** é a língua natural mais difundida e pela qual se estudou e se escreveu os livros sagrados védicos em sua versão clássica; diferencia-se do grupo chamado dárdico (línguas e dialetos indo-europeus, do ramo indo-iraniano, sub-ramo indo-ário, falados em Caxemira, Paquistão e Afeganistão).

O sânscrito fixado sobre regras gramaticais foi chamado "(língua) perfeita, elaborada, refinada, purificada". O termo *sânskṛta* aparece pela primeira vez no *Râmâyana* como termo lingüístico "acabado, perfeito": faz alusão aos *samskâra*, isto é, aos procedimentos da "perfeição" gramatical (e mais tarde também estilística), graças aos quais a matéria bruta da linguagem, a *prakṛti*, é conduzida à perfeição forma. Em confronto à língua do *Rig-Veda*, grande redução de formas gramaticais apresenta a língua do *Atharva-Veda* e dos *Brahmana* e particularmente o **sânscrito clássico**, o qual foi fixado pelos gramáticos, cuja obra culminou com **Panini**; ou, como diz, poeticamente o mais antigo escritor da linguagem, o autor do hino X./71 do *Rig-Veda*, é "clarificada" como se joeira o grão com o auxílio do crivo (*sâktum ,iva titaunâ punântah*). Renou, em nota, observa ainda quanto a *samskâra*: este sentido de

samskâra (preludiando o emprego linguístico de *samskrta*) encontra-se no Nir. I. 12, literalmente: "formação gramatical correta". A interpretação de *samskrta* (ant.) ou -tâ-(fem., scil.: bhâsâ) figura, por exemplo, na *Sdbhâsacandrikâ* "chama-se samskrta a língua que foi elevada à perfeição pelos sistemas de Kumâra, Pânini e outros. (Cf. RENOUE L. – *Histoire de la langue sanscrite*, Paris, 1956).

Do problema da época em que viveu **Panini** trataram, em discussão calorosa, os indianistas Böhtlingk, Weber e Godstucker. Postas à margem opiniões que hoje não são tomadas em consideração, dado o progresso das pesquisas, lembra-se que Böhtlingk, baseado em Samaveda, afirma que Panini foi discípulo de Varasha, o qual viveu em Pâtaliputra sob o reinado de Nanda, pai de Candragupta, e dá como época provável do célebre gramático o ano de 350 AEC. Hoje se admite como época assentada o IV século AEC. Supõe-se que ele seja originário do noroeste, da cidadezinha de Sâlatûra no Gandhâva, segundo a tradição. (Cf. Jorge Bertolaso Stella - A Gramática de Pânini).

Sema – Unidade estrutural de significação do Signo, seja um simples ou complexo. O **sema** consiste no elemento sêmico indivisível, ou unidade de significação, que concorre para o Significado de um Signo, podendo, assim, ser combinada com outras unidades, definindo significação de **morfemas*** (partes de palavras) e **lexemas*** (palavras), pois possui o traço semântico primário. Assim uma preposição, um afixo (prefixo e sufixo), radicais, desinências etc são **semas**, pois são elementos de significação (e não de Significado) ou sêmicos não divisíveis e que participam do Significado do Signo. No caso das bandeiras das nações, as cores se constituem em semas; nos brasões, cada detalhe icônico (animais, partes de plantas, partes arquitetônicas, termos latinos, coroas etc) se constitui em semas; nos logotipos e nas logomarcas também encontramos semas que compõem a o todo para a comunicação de uma empresa ou produto com os seus funcionários, colaboradores e clientes.

Na terminologia de Andre Martinet, o sema é denominado **monema**.

Semelhança – característica ou grandeza que revela a qualidade de semelhante, isto é, diante de uma aproximação ou correspondência entre dois objetos, eventos ou entidades físicas ou conceituais.

A semelhança revela, por meio de traços ou dados idênticos (de id: o mesmo + ente: o ser), a aproximação e correspondência entre duas ou mais entidades, as quais confrontadas num mesmo campo (cujo fundo gestáltico é comum a ambas).

Os dados por semelhança são fonte para a análoga e revela a repetição, pois a repetição enquanto fenômeno espaço-temporal agregado às entidades, só pode ser verificada mediante a

presença de semelhança. Deste modo, o fenômeno atmosférico chuva pode se repetir ao longo do dia, apesar de se ocorrer em eventos diferentes no tempo e no espaço; ou mesmo o movimento repetitivo da Lua em fases, os ciclos solares etc. Rotinas e ciclos são amostragens de repetições, bem como a reprodução de uma mesma espécie de ser vivo ou de uma cadeia de DNA – todos esses casos são identificados como repetições por semelhança, ou seja, traços comuns que se repetem em objetos diferentes.

Semiograma – Representação metassemiótica em forma de diagrama das relações entre os Entes Semiósicos* que constituem a Semiose*. V. SRH (Semiograma Relacional Hexagonal).

Semiose – Segundo Greimas & Cortés, a semiose é aquela operação que, ao estabelecer uma relação de pressuposição recíproca entre a forma da expressão e a forma do conteúdo (na terminologia de Hjelmslev) — ou o Significante* e o Significado* (Saussure) — produz signos: nesse sentido, todo ato de linguagem* implica uma **semiose**.

Nos termos de C. S. Peirce é a relação entre o **signo** e seu **objeto** –. Nos termos de F. de Saussure, semiose não aparece; no entanto, podemos postular que a semiose no signo linguístico saussureano seria o liame entre o **Significado** e o **Significante**. O termo é sinônimo de função semiótica*.

Na TSR, **semiose** é associação – relação funcional – criada pela Epistêmica* entre o Signo e o seu Referente, gerando a relação inextricável que forma o Signo*. É uma relação porque há uma associação entre o veículo do signo, e é função porque exerce o papel substitutivo e mediador (comunicacional) da representação mental (Referente). É com a semiose que os Significados são efetivamente produzidos na realização do signo. Na TSR a semiose pode sofrer deslocamento, o que implica na **ressignificação** do signo, atualizando-o, seja em termos de plano da expressão (ou significante; veículo material), seja em termos de plano do conteúdo (ou Significado; referente ou representação mental).

Esse termo foi notabilizado pelo filósofo e lógico S. C. Peirce que inaugurou a relação triádica do signo, na qual introduz o Interpretante* como um integrante do processo da semiose. No entanto, na TSR o interpretante de Peirce é um fenômeno *a posteriori*, uma vez que a semiose se dá na geração do Signo – dotado das duas faces inseparáveis (Significante e Significado). Assim, o Interpretante depende do efeito que o Signo provoca para gerar novo Referente, uma vez que o efeito interpretante gera um novo Signo a partir de um originário anterior. O signo originário funciona, então, como Referente para o Signo posterior, com uma nova semiose que o estabelece como signo. É com esse efeito que um signo anterior sofre

ressignificação semiótica para gerar um signo posterior, ainda que o signo posterior já seja conhecido e reconhecido no acervo do sistema* empregado.

Semiose ilimitada – A partir da emissão de um signo, um outro signo é evocado na Epistêmica, o que consiste no Efeito Interpretante, isto é, cada signo, ao gerar um Interpretante, gera outro signo na Epistêmica de quem emite e de quem o recebe. Assim, é gerada uma circularidade, de modo que não se pode identificar qual é o primeiro signo e qual é o último. Este pseudo-palíndromo, portanto, consiste no que C. S. Peirce batizou como **semiose ilimitada**. A ideia é: "thinking always proceeds in the form of a dialogue – a dialogue between different phases of the *ego* – so that, being dialogical, it is essentially composed of signs" ¹⁵⁵ (§ 4.6). No entanto, desde que todo pensamento dirige-se a alguém, de modo que o processo contínuo da semiose (ou do pensamento modelado) pode sim ser interrompido, mas nunca finalizado definitivamente, visto que o pensamento é uma pulsão que só cessa com a morte da mente que o produz.

Semiosfera – A Semiosfera é um conceito da Semiótica de Yuri Lotman (1922-1993) para a compreensão dos processos de produção e circulação de Significados na Cultura*, pois permite analisar as inter-relações entre diferentes **Sistemas Semióticos*** e suas influências na construção de Significados. A TSR adota o termo conforme sua própria denominação explícita, no verbete correspondente.

De um modo direto, o termo **Semiosfera** está em oposição diametral a **biosfera**; ao que podemos remeter à dicotomia *λογος* (*logos*) e *Φύσις* (*physis*) Segundo Yuri Lotman (1922-1993):

A cultura organiza a si mesma em forma de um determinado espaço-tempo e não pode existir fora dessa organização. Essa organização é realizada como semiosfera e, ao mesmo tempo, com a ajuda da semiosfera (LOTMAN, 2001, p. 259).

Portanto, a **Semiosfera** é a expressão semiótica da **Cultura***, pois envolve todos os **Sistemas de Signos***, em sua diversidade, mormente, considerando todos os Significados interligados expressos no universo dos Signos praticados na **Cultura (v. Cultura; Macro-rede)**.

Semiósico – Considera-se semiósico todo objeto a que se atribui Semiose*, sendo tal objeto tomado como um ente semiósico, a saber SGN*, RFL* e RNT*, formadores do núcleo

¹⁵⁵ Tradução: "Pensar sempre procede na forma de um diálogo – um diálogo entre diferentes fases do ego – de modo que, sendo dialogal, é essencialmente composto de signos."

semiósico de toda a Semiótica. Em outras palavras, todo Signo (SGN) é um ente semiósico, enquanto agente vicário do Referente (RNT).

Difere-se da Entidade Semiótica, que envolve os Entes Semiósicos, integrantes da relação nuclear, a Semiose, e os Entes Semióticos, ou seja, as categorias sígnicas: o Signo Indicial*, o Signo Icônico e o Signo Convencional.

Semiótica – Estudo dos Sistemas de Signos* e suas formas de Significação*. A palavra Semiótica (Σημειωτική) aparece documentada pela primeira vez em John Locke, em seu Ensaio sobre o Entendimento Humano, de 1690, com o propósito de sugerir uma doutrina filosófica sobre a relação ente as coisas e as palavras, inscrita em uma proposta verbal, para uma definição de ideias como signos das coisas e palavras como signos das ideias.

Johann Heirinch Lambert em 1764: em seu segundo volume de O Novo Organon – Semiótica ou a Doutrina da Designação das Ideias e Coisas utilizará o termo semiótica de forma sistemática, mas ainda como um ramo da Filosofia, apenas. Será com Charles Sanders Peirce que o termo será empregado sistematicamente para uma ciência dos sistemas de signos e seus modos de significação estabelecendo conceitos e organizando a consciência semiótica para além do signo linguístico.

Com Ferdinand de Saussure, em França e na Suíça, com a compilação das tradições filológicas, gramaticais e linguísticas de sua época, foi criado o conceito de Semiologia, cujo estudo seria para além da Linguística nascente. No entanto, toda metodologia e princípios semiológicos seriam baseados na Linguística concebida por Saussure e seu método estruturalista – o que em parte ocorreu, principalmente com as inovações de Lévi-Strauss e sua Antropologia estrutural, bem como os Semiólogos e Linguistas Hjelmslev, Greimas, Jakobson e mais tarde com Roland Barthes em um primeiro momento, seguido da Psicanálise pós-freudiana, de fundo estruturalista de Jacques Lacan.

Segundo Greimas & Cortés: 1. Claramente, a definição padrão de Semiótica como um "sistema de signos" não é apropriada para um primeiro Significado, pois já pressupõe um reconhecimento dos signos*. Por usando a expressão "sistema de significações", introduziríamos o conceito mais amplo de "significação" e, ainda, substituindo "sistema" - que é um termo limitativo, noção precisa e teórica – por “conjunto”, podemos propor definir, pelo menos temporariamente, uma dada semiótica como um conjunto significante que suspeitamos, pelo menos hipoteticamente, possui uma organização, isto é, uma articulação interna autônoma. Pode-se dizer também que qualquer conjunto significante, desde que se proponha submetê-lo à análise, pode ser designado como um **objeto semiótico***; esta

definição é provisória, uma vez que é válida apenas no âmbito de um projeto descritivo e, portanto, pressupõe uma metassemiótica que, teoricamente, a engloba. Além disso, os conceitos de conjunto significante e semiótica de objetos não são co-extensivos: os resultados da análise às vezes mostram que apenas uma parte do conjunto significante é abarcada pelo Sistema Semiótico* construído, ou, ao contrário, este último às vezes responde por mais entidades do que aquelas inicialmente consideradas como parte do conjunto significante. 2. Estas observações preliminares, aparentemente ociosas, assumem a sua importância quando temos de tratar do estatuto do chamado sistemas semióticos naturais e com a pertinência da dicotomia entre o que é "natural" e o que é "construído": aliás, tal problema envolve a teoria semiótica como um todo.

Por sistemas semióticos naturais entendemos dois vastos conjuntos significantes: por um lado, as línguas naturais e, por outro, "extralingüísticas". contextos que consideramos como semiótica do mundo natural. Eles são chamados de "naturais" porque se impõem aos seres humanos em vez de serem construídos por eles - as pessoas são imersos em sua língua materna e são projetados, desde o nascimento, no mundo do "senso comum". No entanto, a fronteira entre o que é dado "naturalmente" e o que é construída, é confusa: o discurso literário usa uma dada linguagem natural, e a lógica encontra sua origem nas linguagens naturais; mas, inquestionavelmente, elas são genuínas construções. A semiótica do espaço experimenta a mesma dificuldade em distinguir entre espaço "construído" e espaço "natural": um campo "natural" é obviamente um conceito cultural e tem Significado apenas em relação ao espaço formado pelos humanos. Ao contrário de F. de Saussure e L. Hjelmslev, para quem as línguas naturais são sistemas semióticos entre outros, as línguas naturais e o mundo natural nos aparecem como vastos reservatórios de signos, como o lugar onde numerosos sistemas semióticos estão manifestado. Além disso, o conceito de construção também deve ser revisto e reafirmado a partir deste ponto de vista: na medida em que a construção implica a existência de um construção do sujeito, deve-se abrir espaço para os sujeitos coletivos, ao lado dos sujeitos individuais (etnoliterários ou etnomusical discursos, por exemplo, qualquer que seja o status que a antropologia genética possa atribuir aos sujeitos que produzem tais discursos). Consequentemente, parece desejável substituir a oposição natural/construído (ou "artificial") pela oposição semiótica científica/não científica sistemas semióticos; aqui, por sistemas semióticos - no sentido amplo de "científico" - entendemos uma semiótica objetual tratada dentro da estrutura de uma teoria semiótica, explícita ou implícita (o construção de uma linguagem documental, por exemplo, é construída sobre uma teoria, mesmo que esta seja

apenas pouco científica). (Cf. GREIMAS & CORTÉS, verbete Semiótica in Dic. de Semiótica, 2012).

Instâncias semióticas: Para o estudo da Semiótica são necessárias quatro premissas ou instâncias:

- **Premissa #01** – A Semiótica é derivada de uma consciência sobre o pensamento cognitivo-modelador de Signos e das cadeias comunicacionais, onde se formam o trânsito de informações entre um ponto a outro, portador de elementos pré-codificados. Porém este trânsito é codificado – em pacotes de dados integrantes de informações. A Semiótica é a geradora dos seus elementos, diagramas etc. É preciso, portanto, distinguir e deslocar a Semiótica da Linguagem, isto é, esta consciência é anterior à geração de signos, pela Linguagem. É com esse deslocamento, esse distanciamento, que se pode estudar a Linguagem como geradora de signos e meio instrumental para a **comunicação***.

- **Premissa #02** – É pela consciência da Linguagem, suas modalidades e realizações, que se revelam os constituintes de tais modalidades, visto que é uma função de transmissão de pensamentos – entre Epistêmicas* que interagem entre si nos circuitos comunicacionais, e por meio de veículos dotados de significação, ou seja, os Signos. Se, num primeiro momento a Epistêmica somente percebe um mundo exterior a ela mesma, sem, no entanto, perceber nem a si mesma como parte do mundo, nem é capaz de perceber sua atividade pensante, logo, não percebe que a comunicação é um ato construído pela própria Epistêmica, por meio de suas inteligências, ou seja, o Aparelho Afetivo-Imaginário e o Aparelho Cognitivo-Modelador, bem como o Aparelho Volitivo. Será a multiplicidade e a concomitância de criações e realizações de inúmeros Signos e Sistema de Signos* simultâneos a causa de ruptura para o deslocamento epistêmico* de que se usa um sistema de signos principal (o verbal ou linguístico), acompanhado de outros sistemas e, além disso, usados em outras comunidades (ou civilizações), sob condições semelhantes. Daí a universalidade do estudo da Semiótica.

- **Premissa #03** – O que o Signo representa:
 - a) Da perspectiva dos pensadores realistas, o Signo representa o objeto ou o evento. – Se considerarmos que há objetos e eventos no mundo, esta resposta está correta e adequada.
 - b) Por uma visão idealista, diz-se que o Signo "está para", isto é, o Signo é a representação mental do objeto ou evento. – Se considerarmos que o Signo é produto e somente produto da Epistêmica (de uma mente consciente do mundo), o Signo representa o

pensamento sobre o mundo. No entanto, o Signo também representa o que não está fisicamente no mundo – ele pode se referir a um pensamento criado no Aparelho Afetivo-Imaginário, sem uma correspondência direta com o mundo físico. Pode, assim, representar fatos e objetos que não existem, seja pela sua impossibilidade, seja pela sua extemporaneidade (ausência por passado ou ausência por futuro). Pode-se representar, portanto, objetos e projetos, isto é, instâncias do presente, do futuro e do passado.

- **Premissa #04** – A ação da Epistêmica sobre a distinção de registros (agentes ou veículos) fixados em dado suporte; esta ação deve distinguir, por exemplo, entre **Signos ideográficos** (símbolos pictográficos) para representar denotativamente (signos analíticos*), e **Signos Transcendentes** (por vezes, chamados de signos simbólicos* ou símbolos ideais), estes últimos "símbolos-fetiches" ou "símbolos idealizadores", para além do uso prosaico, do comum, cujo terreno possui valor privilegiado. É necessária, portanto, uma avaliação sobre os termos sígnicos, isto é, verificação dos valores dos Signos (para uma Axiologia Semiótica) como agentes, sob a consciência semiótica. É essa consciência semiótica que permite à Epistêmica perceber a ação semiósica (ação do signo como agente da Semiose) dotada de certo valor semiótico.

Semiótico – Relativo à **Semiótica***. Ver **semiósico**; **sígnico**.

Sensibilização – A sensibilização consiste em aplicação de estímulos ao sistema neural de um indivíduo, podendo ser incrementados e transitórios, em diferentes graus de excitabilidade neuronal, sob método de ação repetida destes estímulos ou da inserção de um estímulo diferente em uma série de estímulos. A observação decorrente deve verificar a intensidade de resposta, de modo inferir qual o grau de **habituação*** neuronal incorporado ao organismo estimulado. A graduação ou nível de aprendizagem se dá em uma relação inversamente proporcional às intensidades de respostas retornadas aos estímulos aplicados.

Em Semiótica associada à Teoria da Informação, um Signo informa cada vez menos à medida que suas ocorrências se repetem, tornando-se um estímulo fraco e de baixo valor de Significação – como é o caso dos afixos, dos anúncios publicitários frequentes, de uma simbologia corriqueira em detrimento de palavras pouco comuns, de produtos raros e artistas pouco conhecidos.

Sequência Semiótica – V. Circuito Semiótico

Significação – Grandeza do **Significado*** que consiste na representação mental, em estado **pré-sígnico***, portanto. Ao tempo que o Referente detém uma Significação, o **Signo*** possui um Significado, uma vez que o Referente é o objeto determinador do Signo, pois na ausência do Referente não há Signo. Para que a Significação se realize é necessária uma das duas pré-condições: a) a produção endógena de um pensamento amorfo pelo Aparelho Afetivo-Imaginário* de que resulta um Referente de um possível Signo; como é o caso de seres mitológicos, imaginários e afins, sem uma correspondência experimental e empírica; b) a produção de uma impressão sensorial que impõe à Epistêmica* uma produção do Referente, a partir da **Edição Mental*** dos objetos da experiência sensorial que recorta o objeto do mundo sensível, gerando assim, a Significação do Referente com vistas à produção sígnica, esta dotada de Significado, pois se trata do Signo.

Modo de significação – Pela TSR somente há dois modos de significação: a **Conotação** e a **Denotação**. Do ponto de vista da significação cognitiva, a mente é capaz de distinguir dois modos de funcionamento do Signo: o primeiro – em uma ordem prática – o Signo comunica uma mensagem cuja relação se dá na execução imediata ou planejada, como é o caso de uma ordem ou de uma denominação – identificação direta – seja de um objeto (p.ex. ferramenta, alimento), seja de um evento (p. ex. entardecer, chuva, chegada da manada); o segundo – em uma ordem originária – o Signo comunica algo para além do próprio homem, isto é, simbologias divinais, fetiches e outras atribuições de valores que interferem na vida cotidiana, mas que vem de outra esfera, ambiente ou realidade imaginária.

Modernamente, entendemos a diferenciação entre Denotação e Conotação como modos de atribuir valores de significação aos Signos em determinado contexto ou ambiente. Assim, nas práticas cotidianas raramente empregamos sentidos figurados, poesia ou formas artísticas de comunicação. O discurso científico se comporta no modo Denotativo a fim de não oferecer chances a ambiguidades ou Significados imprecisos, pois sua intenção é determinar uma relação unívoca entre o Sistema de Signos e suas Mensagens. Por outro lado, as Artes e os ambientes sem compromisso com Epistemologias precisas, o modo de exercer os Sistemas de Signos é tipicamente **Conotativo**, onde sentidos duplos, ambiguidades, imaginações, simbolismos, imprecisões, incompletudes, (todos afins à logicidade aberta) são co-partícipes de discursos dos excessos e dos abusos, no exercício criativo da Linguagem, uma vez que não há compromisso com a precisão ou uma rigidez de resultados e mensagens inequívocas. Notadamente estes discursos são repletos das chamadas figuras de linguagem, sobretudo, as metáforas e metonímias.

Cabem duas considerações. A primeira é que, na comunicação falada cotidiana, as **Metáforas*** e as **Metonímias*** estão presentes e ocorrem, via de regra, de forma involuntária e inconsciente. Inúmeros são os exemplos, e citamos apenas gírias, apelidos e expressões idiomáticas. Mattoso Câmara refere-se a metonímias fossilizadas aquelas que foram ressignificadas do campo da Conotação, migrando para o modo da Denotação trivial, sendo compreensíveis socialmente sem nenhum embaraço; o caso do vapor (o navio), a moeda (de *Moneda*), uma gelada (a cerveja) etc.

Significado – De acordo com Ferdinand de Saussure a face do conteúdo do signo*. 1. Na tradição saussuriana, por Significado designa-se um dos dois planos da linguagem (sendo o outro o Significante*), cuja união (ou semiose*) constitui os signos como portadores de significação*, durante o ato de linguagem. O Significante e o Significado são definidos por uma relação de pressuposição recíproca. Esta acepção do termo, de caráter operacional, é satisfatória para a Semiótica, já que esta se abstém de fazer qualquer juízo ontológico sobre a natureza do "Significado". 2. Diferentes leituras do Curso de Linguística Geral de Saussure deram origem a diversas interpretações do signo. Procedendo de forma didática, Saussure inicia representando o signo como constituído por uma imagem acústica (= significante) e por um conceito (= Significado). Se alguém parar neste ponto, parece que o signo deve ser identificado com o morfema* e o Significado com o lexema* — isso reduziria a quase nada a inovação saussuriana. Uma leitura continuada do Curso conduz a uma representação totalmente diferente da linguagem, desenvolvida de forma metafórica com uma folha de papel cuja frente seria o Significante e cujo verso seria o Significado; os desenhos de arabescos que são traçados no papel dariam uma ideia do modo como a forma linguística deveria ser concebida. Esta segunda formulação insiste no caráter indissolúvel do vínculo entre Significante e Significado e no fato de incorporarem a totalidade do texto (e não apenas as palavras tomadas separadamente). É com base nesta segunda formulação, o cerne da teoria saussuriana, que L. Hjelmslev adotou a dicotomia Significante/Significado, mas em termos de planos de linguagem*, chamando o Significante de plano de expressão, e o Significado de plano de conteúdo. (Cf. GREIMAS & CORTÉS, Dic. de Semiótica, 2012).

Significante – 1. De acordo com Ferdinand de Saussure a face da expressão do Signo*, ou sua matéria fônica. Dada esta instância, o Significante passa a ser o veículo que transmite o Significado* do Signo; trata-se da sua parte material. Assim, os três tipos peirceanos, índice, ícone e símbolo possuem Significante e Significado.

Para Greimas, seguindo Saussure, o Significante indica uma das entidades constitutivas mínimas do signo – ou morfema, correspondendo, à chamada "imagem acústica". Aponta ainda um plano de linguagem, considerado como um todo, e incorporando em suas articulações a totalidade dos Significados. É a partir dessa segunda concepção do Significante saussuriano que L. Hjelmslev, ao chamá-lo de plano da expressão*, o definiu como um dos dois planos constitutivos de qualquer semiótica (ou de qualquer linguagem). Seguindo Hjelmslev, quando afirma que os conceitos de Significante e Significado, pela relação formal que os constitui, são intercambiáveis, principalmente quando estamos lidando com pluriplanares – discursos que apresentam intercambialidade entre o teor Significado e a sua expressão semiótica. No entanto, no caso da semiótica biplanar (como as línguas naturais), o Significante é percebido em relação ao Significado, como plano externo da linguagem, como exterior ao homem, proveniente do universo natural e manifestado por suas qualidades perceptíveis. Assim, seja no nível da percepção (ouvir, ler, ver) ou no nível da emissão do sujeito que constrói seu enunciado, o Significante encontra-se referencializado e aparece como pertencente ao mundo. Só uma análise mais profunda do plano da expressão consegue mostrar que o Significante é também o resultado de uma construção de caráter semântico. Neste sentido, o Significante se torna o Signo Transcendente, cujo valor é atribuído à expressão daquilo que representa. Por exemplo, o fetiche, a mercadoria de valor simbólico, no campo do consumo.

Este aspecto "material" do Significante pode apenas sugerir uma classificação de diferentes sistemas semióticos* de acordo com a natureza da substância* do Significante, isto é, de acordo com as ordens sensoriais (ou canais de comunicação) pelas quais as qualidades perceptíveis do mundo são arranjadas. Nesse sentido, podemos, por exemplo, falar da semiótica visual, olfativa ou tátil. Tal classificação não nos informa, porém, sobre o modo de existência e organização do Significante: línguas naturais, a semiótica musical e a linguagem dos ruídos não podem ser suficientemente definidas pelo Significante sonoro que têm em comum, e sua especificidade, mesmo somente neste plano, deve ser buscado em outro lugar, no modo de articulação da forma do Significante. (Cf. GREIMAS & CORTÉS, Dic. de Semiótica, 2012).

2. Termo notabilizado por Ferdinand de Saussure, o pai da Linguística* moderna, para designar a parte material do **Signo***, isto é, a matéria de que é feito. No entanto, os estóicos já tinham essa noção da materialidade do signo, por conta de sua **Epistemologia***, para os quais, um dos fundamentos é a metafísica dos **Corpóreos*** vs. **Incorpóreos***.

Para outros pensadores da **Semiótica***, o Significante é o veículo que transporta no Signo o seu Significado, cuja relação associativa é direta ao seu **Referente***.

Sígnico – Trata-se da referência ao **Signo***, diferenciando-se de **semiótico*** e de **semiósico***. Enquanto sígnico se refere especificamente ao Signo, semiótico refere-se a uma perspectiva crítica, segundo a visão da **Consciência Semiótica***, que observa o Signo "de fora para dentro". Já **semiósico*** é relativo à **Semiose***.

Signo (SGN) – Entidade mental materializável, que media e substitui o seu determinador, e que encerra duas faces necessárias, segundo F. de Saussure: **Significante*** ou sua parte material e **Significado** ou sua parte imaterial. Embora esta seja a forma mais irreduzível e geral de definir o **Signo** – inscrito em qualquer **Sistema de Signos*** – a sua definição pode ser expandida e a relação dual primitiva pode ser desdobrada em uma relação triádica. A realização triádica clássica está na Semiótica de C. S. Peirce, que postulou uma tríplice relação indissociável: o **Objeto***, o **Signo*** e o **Interpretante***. Muito embora seja inovadora, a tríade peirceana, não foi a primeira. Antes dele, temos as relações triádicas de Aristóteles, que definiu: o som, as afecções, e a coisa; e posteriormente, os Estóicos, a saber: Semaínon, Lekton e Objeto.

Na **TSR** o Signo é produto resultante do **Pensamento Modelador*** operado pelo **Aparelho Cognitivo-Modelador**, em concomitância com o **Aparelho Afetivo-Imaginário***, os quais transformam um **Referente*** em **Signo**, cuja composição mescla doses de valores simbólicos (**transcendentes**) e denotativos (**não transcendentes**).

Assim, a criação mais primitiva do Signo envolve o seu teor simbólico essencial, acoplado ao seu valor denotativo (funções de denominador e indicador). As interpretações das pinturas rupestres de Lascaux e outras encontradas no Brasil (Serra da Capivara, no Piauí), datadas de 17 mil anos ou mais, indicam um **Valor Transcendente** (ou **Simbólico**), podendo envolver mitos, cujas propriedades se apresentam para além da sugestão de um cenário cotidiano – exemplarmente de caçadas em grupo de animais.

O Signo sempre estará presente em um Sistema de Signos, mais organizado e complexo ou menos organizado e simples. Além disso, há várias categorias semióticas que impõem especificidades de Signos e suas relações semiósicas, como veremos a seguir.

Signo Analítico – Termo adotado pela **TSR** para indicar o aspecto essencialmente denotativo do signo, em oposição a **Signo Transcendente***, cujo teor ultrapassa o valor de significação direta. O **Signo Analítico** é aquele que reduz a força da ambiguidade exercida

sobre o Signo e cuja função é exercer a significação precisa, cuja acuidade implique em apenas uma única interpretação. Se o **Signo Analítico** define a expressão **denotativa**, então é aquele cuja modelagem se aprimora constantemente, com o intuito de dirimir qualquer ambiguidade, e aumentar a precisão e acuidade da mensagem. O caso do índice é notável neste aspecto, visto que um rastro, um cheiro, solo molhado, nuvens, sintomas corporais e outros sinais indiciais estão em constante aperfeiçoamento perceptivo e interpretativo. Os índices são os melhores signos analíticos, pois sua natureza lógica impõe um antecedente e um conseqüente univocamente. Quando não há tais elementos a sua interpretação fica prejudicada, podendo cair na ambiguidade ou no Significado desconhecido.

O processo de evolução do homem, par e passo ao respectivo desenvolvimento da **Linguagem*** e seus diversos **Sistemas de Signos*** fazem com que signos possam ser criados essencialmente sob a égide da **função denotativa***, o que na TSR são os **Signos Analíticos**, utilizados sobretudo, no discurso científico, onde o **Índice*** exerce função especial. Os índices são, assim, considerados como signos paradigmáticos entre os **Signos Analíticos**, pois apresentam em sua semiose a associação mais direta e inequívoca, uma vez que seu antecedente e seu conseqüente sejam determinados e apurados. Sem a semiose dos índices, as espécies se tornam vulneráveis umas às outras, comprometendo sua evolução.

Signo Transcendente (ou Signo Simbólico) – Se, por um lado, os signos analíticos, visam a precisão da significação, por outro, os chamados **signos simbólicos**, na TSR, são os signos cuja natureza se aproxima da amorfia do pensamento que o gerou, sobretudo, pelo Aparelho Afetivo-Imaginário, uma vez que seu teor simbólico é mais acentuado, presente nas narrativas míticas, por exemplo, e nos discursos cuja logicidade não apresenta rigor de coerência – inscrita numa logicidade aberta. Neste sentido, os Signos Transcendentes* podem aparecer desprovidos de um sistema* fechado, sem uma sintaxe organizada. É o caso dos ídolos e fetiches da Sociedade de Consumo, que venera celebridades midiáticas (cantores, artistas, atletas, políticos etc), bem como mercadorias e produtos de preço proibitivo (como automóveis caríssimos, mansões, indumentárias e marcas de grife etc).

Todas as Epistêmicas – sejam individuais ou coletivas – geram signos simbólicos, em menor ou maior grau. Os signos simbólicos estão diretamente associados a sistemas* de crenças adotados por cada Epistêmica. E isso ocorre tanto para os cétricos como para os místicos. A ciência tal como hoje apresenta o seu estamento, é basicamente manipulação de signos – principalmente, Signos ou notação matemática, os quais apresentam resultados inequívocos, e cuja representação se dá por signos analíticos*. Neste particular, o sistema de

crença adota os métodos e seus resultados como dignos de confiança, já que não pode haver interpretações múltiplas. É claro que os métodos, segundo, Imre Lakatos e Paul Feyerabend defendem que o método científico já reside em um sistema de crenças inerentemente.

Signo complexo – Se, por um lado, o Signo pode ser simples e direto, ou seja, analítico, a macro-rede de Sistemas de Signos* (Cultura) dispõe de Signos Complexos. Uma primeira definição pode ser vista nas línguas naturais quando associamos um atributo ou um adjetivo que qualifique um substantivo. As locuções em geral (verbais, adjetivas, adverbiais) são tipicamente Signos Complexos.

Por outro lado, Signos Complexos são semioticamente entendidos ora como conceitos, que dependem de definições linguisticamente formuladas, e de objetos da Cultura de uma dada etnia ou comunidade. Assim, o Signo Complexo se apresenta como parte dos saberes de um grupamento social que convive com seus signos, sejam eles analíticos* ou transcendentesc* (V. Signo).

Signo – Quadro sinótico, segundo as classes de C. S. Peirce

Tricotomia Categoria	(I) Do representamen	(II) Da relação com o objeto	(III) Da relação com o interpretante
Primeiridade	Qualisigno	Ícone	Rema
Secundidade	Sinsigno	Índice	Dicente
Terceiridade	Legisigno	Símbolo	Argumento

As dez classes de signos, segundo Peirce, por Nöth (1995, p.45):

- I. 1. Qualisigno; p. ex. "uma sentimento de vermelho", "vermelhidão"
- II. 2. Sinsigno Icônico; p. ex. "um diagrama individual"
3. Sinsigno Indicial Remático; p.ex. "um choro ou grito espontâneo"
4. Sinsigno Dicente; p. ex. "um cata-vento"
- III. 5. Legisigno Icônico; p. ex. "um diagrama, separado de sua individualidade factual"
6. Legisigno Indicial Remático; p. ex. "um pronome demonstrativo"
7. Legisigno Indicial Dicente; p. ex. "um grito na rua"; sinais de trânsito, comandos"
8. Símbolo Remático; p.ex. "um nome comum"
9. Símbolo Dicente; p. ex. "uma proposição ordinária"
10. Argumento; p. ex. "um silogismo"

(Cf. Nöth, Handbook of Semiotics, 1995).

Simbólica – A **Simbólica** é uma área interdisciplinar que estuda os objetos simbólicos e sua significância na sociedade e na cultura humana (Macro-rede). Aqui estão algumas citações dos autores mais influentes que abordaram sobre o tema:

Ernst Cassirer: "O simbolismo é a forma pela qual o homem se representa a si mesmo."

Claude Lévi-Strauss: "O homem é o animal que faz símbolos."

Roland Barthes: "O símbolo é a unidade mínima de significação."

Georg Wilhelm Friedrich Hegel: "O símbolo é o ponto de encontro entre o espírito e o mundo sensível."

Jacques Lacan: "O símbolo é o que permite ao sujeito acessar o simbólico e, assim, se constituir como sujeito."

Mircea Eliade: "O símbolo é a porta de entrada para o sagrado."

Julia Kristeva: "O símbolo é o que permite ao sujeito romper com o imediato e acessar o simbólico."

Carl Jung: "O símbolo é a expressão daquilo que está além da consciência individual e se apresenta à mente humana de maneira espontânea."

Estes autores e suas citações mostram a importância e a complexidade das simbologias na vida humana e como são estudadas pela **Simbólica**.

Símbolo – Segundo Houaiss em seu dicionário eletrônico, a origem da palavra diz: 'um objeto partido em dois, em que dois hospedeiros conservam cada um uma metade, transmitida a seus filhos; essas duas partes comparadas serviam para fazer reconhecer os portadores e para comprovar as relações da hospitalidade contraída anteriormente', bem como deriva para a noção de reconhecimento.

O senso comum usa o termo "símbolo" para qualquer manifestação de simbolização, isto é, de um objeto que venha a representar outro, dotado de valores que lhe sejam atribuídos *a posteriori*. Assim, a imagem de uma raposa pode simbolizar a esperteza, a figura de Hermes adorna nas moedas e em cédulas de dinheiro para reafirmar o valor das trocas comerciais e assim por diante.

Na perspectiva peirciana, o chamado símbolo é o **Legisigno**, que obedece a uma convenção, a uma regra ou lei que estabelece o seu valor semântico. (Já a relação entre o Significante* e o Significado*, como é o caso do Signo Linguístico, a definição foi dada por F. de Saussure, obedecendo ao princípio da arbitrariedade). Notadamente, o Símbolo, em Peirce, é, sobretudo, a palavra falada, e conversível para a palavra escrita, em seus diversos

sistemas de Escrita* (dentro dos sistemas de escrita existentes). Não obstante, em determinadas criações emblemáticas, como é o caso de brasões (Heráldica), e Numismática, por exemplo, a concorrência de elementos convencionais também está presentes. Para a sua decodificação são necessários conhecimentos diacrônicos (evolução histórica) do que cada componente significa.

Selo da República Federativa do Brasil
Um dos símbolos nacionais.



Em sentido mais amplo, Símbolo é um Signo de **valor semiótico transcendente**, e segundo Houaiss, em seu dicionário eletrônico, o Símbolo é "aquilo que, por um princípio de analogia formal ou de outra natureza, substitui ou sugere algo, em um contexto cultural, possui valor evocativo, mágico ou místico, e cuja leitura pode apresentar mais de uma interpretação." Notadamente, os Signos Transcendentes guardam uma natureza ambígua e polissêmica. Uma estrela de formato pentagonal tem um valor místico a depender da corrente que a adota.

Segundo interpretações de Decio Pignatari, o Símbolo, dada as suas características impressionistas, está enquadrado por sua **Iconicidade***, presente nas interpretações e análises de obras de arte, em poesia e narrativas ficcionais, enfim, na Literatura.

Na **TSR**, os símbolos – denominados de **Signos Transcendentes** – são produto da Epistêmica, gerados por meio de seu Aparelho Afetivo-Imaginário*, cuja ação se revela pela função **Inconsciente*** da Epistêmica. Podemos retomar o alvorecer da Humanidade e buscar os primeiros objetos simbólicos registrados, tomando os métodos da Arqueologia, os quais poderão nos trazer à tona a produção mais antiga de tais objetos de valor semiótico transcendente. Já a Antropologia, associada à Arqueologia, pode mostrar que os funerários seguiam rituais de sepultamento executados pelos primitivos, sob forte teor simbólico, onde se encontram flores e outros adornos em torno do cadáver, via de regra em posição fetal, em clara disposição simbólica, ou seja, para além do ato do enterrar os mortos.

A **TSR** trata o Signo Transcendente* como núcleo ou célula-mãe da forma do pensamento mítico, cuja modelagem não atinge a fase articulada, organizada ou analítica do raciocínio, uma vez que mantém alguma propriedade da amorfia do pensamento originário. O Signo Transcendente, em sua materialidade como Significante simbólico, é produto de uma associação imaginada e concretizada no **ato simbólico***, no qual o ambiente e seus integrantes reverberam em impressões na mente de modo pré-sígnico, ou seja, gera um estado mental (ou sentimento) mítico, caótico e dotado de valores qualitativos e não quantificados. O Signo Transcendente, no entanto, poderá ser expresso por meio de **Signos Analíticos***, cujos Significados estão formatados (por exemplo, o discurso teológico). Quando, no entanto, certo discurso apresenta explicações de algum Signo Transcendente, essa explanação constroi uma ressignificação modal (v. Modo), pois a narrativa mítica e simbólica evoca o estado mental mítico e não propriamente delimita e especifica racionalmente esse Signo Transcendente. A sua denotação é aparente. (V. **Signo; Símbolo mítico**).

Sua composição de massa amorfa, isto é, de **pensamento amorfo** (v. pensamento, tipos) é essencialmente inconsciente e desprovido de logicidade formal, cuja expressão se dá em uma narrativa fantasiosa: neste caso, obtemos a metáfora, a alegoria, a lenda, a fábula, o mito e afins. Tal comprovação são as próprias sensações (ou sentimentos) que orbitam o objeto simbólico. Assim, a evidência está na crença* e na ilusão (muitas vezes delirante), e não na constatação empírica, lógica ou matemática. De todo modo, o chamado símbolo é um **objeto semiótico** e se constitui não como **Signo Analítico***, e sim como **Signo Transcendente***, nos termos da TSR.

Símbolo mítico – Em termos de **TSR**, o pensamento mítico não gera o mito. O que gera o mito é o **pensamento modelador**, uma vez que consiste em **Signo Transcendente**. O mito é resultado do pensamento amorfo associado à sua modelagem em uma narrativa. Ao verificarmos que uma narrativa toma como Referente* um mito, na verdade, estamos identificando um **ato simbólico*** que associa um fenômeno a uma crença, isto é, a uma interpretação produzida pelo Aparelho Afetivo-Imaginário. Essa crença está preenchida de valores produzidos pela **função inconsciente** e sem uma verificação empírica adequada em sua totalidade.

O contorno e as características próprias de um determinado símbolo mítico se dão a partir dos mecanismos de Linguagem*, quando o mito se apresenta em uma forma sígnica (a qual pode ser visual, oral ou escrita etc). A configuração de um deus, por exemplo, suas propriedades, e volições (intenções e vontades) dependem da modelagem que se faz pelo

pensamento modelador que ressignifica um **ato simbólico*** **pré-sígnico*** em um **Signo Transcendente**.

Sinal – Emissão de unidade de informação não codificada, caracterizando-se como um estímulo perceptível. O Sinal não se constitui nem se confunde com o Signo, visto que é uma emissão pré-sígnica à qual se deverá atribuir Significação* e, portanto, sofrerá edição epistêmica e codificação posteriores durante a modelagem do Signo, recebendo, assim Significado formatado. (V. Emissor).

Sistema – Entenda-se por sistema: conjunto de elementos concebido pelo espírito humano em reflexão, intelectualmente organizado, os quais se unem por um fundamento dado, cuja conexão forma ideias lógicas (em coerência), consideradas nas suas relações, por meio de regras ou leis que fundam dada organização. Deste modo, um sistema explica e descreve um determinado escopo que ele representa. O sistema confere um corpo uno e coerente a um composto de elementos associados por conexões lógicas. Lalande oferece alguns exemplos: um sistema nervoso, sistema de três equações, sistema de ensino, sistema filosófico ou científico etc.

Condillac, em Tratado dos Sistemas assume: "um sistema não é outra coisa que a disposição de diferentes partes de uma arte ou ciência em uma ordem, onde todas elas se sustentam mutuamente, e as últimas se explicam pelas primeiras."

Dispomos de **Sistemas de Signos**, cada qual apresenta um conjunto de elementos organizados de forma coerentemente relacionada, segundo determinadas regras. Um **código** é um sistema de signos, tais como os **sistemas de escrita**: hieroglífico, alfabético, silábico etc. Já o código Morse é um sistema dependente do sistema de escrita alfabética, por **CMS***. No campo da computação, uma aplicação de software é um sistema composto de vários algoritmos conexos; por ex. um sistema de banco de dados.

Sistema de Signos – Conjunto de Signos gerados para representações de lógica aberta (para Signos Transcendentes*) ou fechada e organizada (para Signos Analíticos*), seguindo regras relacionais próprias, com a finalidade de expressar ideias de dada Epistêmica, destinadas a um Receptor. Seus Significantes possuem uma forma própria a fim de expressar os Significados produzidos pela Sub-rede de Significação* em que estão inseridos. Assim, as línguas naturais, os signos matemáticos, os signos musicais constituem-se em sistemas de signos. Um ou mais Sistemas de Signos podem compor ou configurar um Sistema Semiótico*.

Sistema de Escrita – Conjunto de Signos, cuja geração se dá pela representação de sons da fala, constituindo-se de sinais gráficos sobre diferentes materiais (madeira, cera, pedra, papiro etc).

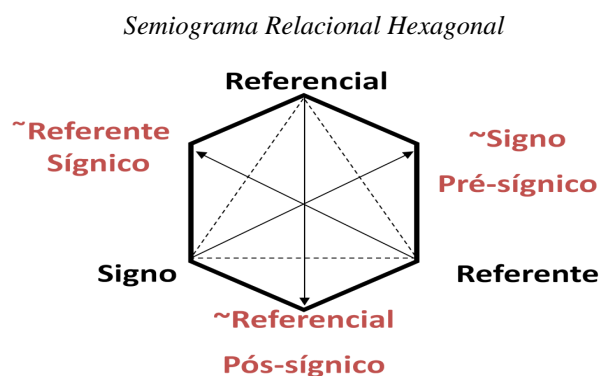
Exemplos – E. Alfabética, E. Silábica, E. Semasiográfica: técnica de escrita com base não fonética para transmitir mensagens sem a intercessão dos fonemas falados. Significa que os Significantes escritos e formas de linguagem não usam as palavras faladas, como é o caso dos ideogramas e do rébus.

Sistema Semiótico – Pode-se dizer que um Sistema Semiótico é aquele que envolve diversas categorias de Signos, visto que o adjetivo **semiótico*** diz respeito ao Signo*. Uma vez que o objeto da **Semiótica*** é o Signo presente em todos os sistemas de representação, os Signos se organizam em sistemas, conforme as semioses* que exercem. Assim, temos sistemas semióticos de Signos Indiciais*, de Signos Icônicos* e de Signos Convencionais*. Neste sentido, o **Referente*** é a entidade semiótica representada pelo Signo, e que constitui a base nocional e do conteúdo da significação que se formata no interior de um determinado Sistema Semiótico. Esse conceito se aproxima do conceito de Semiosfera*.

SRH (Semiograma Relacional Hexagonal) – Criado na **TSR**, o SRH é uma representação diagramática das relações existentes entre os **Entes Semiósicos*** que compõem a Semiose*, realizada por todo e qualquer Signo*. Nos seis vértices do hexágono localizam-se duas tríades logicamente associadas, uma positiva e a sua negativa, a saber: o Referencial* (RFL) e o seu negativo (~RFL); o Signo* (SGN) e o seu negativo (~SGN); o Referente* (RNT) e o seu negativo (~RNT). O RFL é a indicação da ação da Epistêmica* geradora da relação entre o SGN e o RNT; o RNT é a indicação do que é representado pelo SGN, o Signo que o substitui e se realiza no ato comunicacional.

As relações negativas indicadas pela **TSR** apontam para a **ausência** destes entes semiósicos, o RFL, o RNT e o SGN, de modo a demonstrar as relações exclusivas entre cada um destes entes semiósicos. Assim, ~RFL indica a Epistêmica em estado de suspensão, realçando a relação entre o RNT e o SGN, que se dá no seio do Sistema Semiótico* de forma independente, o que caracteriza a anterioridade desta relação ao RFL: o Sistema Semiótico funciona independente da presença do RFL. Por seu turno, ~RNT destaca a relação entre RFL e o SGN, quando se dá o exercício funcional da Epistêmica utilizando o SGN em seus diversos Sistemas de Signos, ou seja, o Referente não está presente, visto que a comunicação é independente de sua presença e o SGN efetivamente substitui o RNT. Por fim, ~SGN se dá no momento lógico da relação direta entre o RFL e o RNT, em seu estado pré-sígnico*,

quando o Referente é determinado na representação e edição da Epistêmica, aqui representado pelo RNT.



A análise da TSR por meio do SRH permite verificarmos nos **processos comunicacionais** e nos Sistemas Semióticos que compõem a macro-rede (Cultura) como se dão as relações entre os Entes Semiósicos, de modo a gerar reflexões e aparelhamento de mecanismos de comunicação que venham a elucidar e estimular novas concepções e conceitos, garantindo a preservação e expansão da Macro-rede Semiótica (ou Semiosfera ou **Cultura**). Essa é mais uma possibilidade viabilizada pela **Consciência Semiótica***.

Sub-rede de Significação – A Sub-rede de Significação é um subconjunto da Macro-rede de Significação e Significados em dadas circunstâncias ou como chamam Ogden & Richards de "**situações significantes**", podendo consistir em um conjunto restrito de Signos, um código* ou um sub-código de Signos, ou ainda vários Sistemas Semióticos* concomitantes e coordenados. Exemplos de constituintes de Sub-redes de Significação seriam: a configuração dos papéis do emissor e do receptor, a intertextualidade, a memória coletiva, o espaço e o tempo cronológico, as condições meteorológicas etc

A Sub-rede de Significação, na **TSR**, atualiza o conceito de contexto, para uma terminologia originalmente semiótica, visto que esse conceito se consolidou estático. Já a Sub-rede de Significação se apresenta como uma instância semiótica dinâmica, cuja construção varia conforme as instâncias de significação onde os Signos se instalam e funcionam em suas relações semiósicas, também dinâmicas.

As Sub-redes de Significação associadas constituem, portanto, a Macro-rede de Significações, isto é, o que convencionalmente chama-se de Cultura. Postulando-se que os Signos estão sempre dispostos em Sub-redes de Significação e nelas funcionam, apresentam a propriedade de Espectros de Significados. Sendo assim, as diversas construções semióticas só podem se dar nas Sub-redes de Significação, onde convivem vários Sistemas de Signos diferentes, onde estão presentes os Espectros de Significados* dos Signos envolvidos.

No entendimento de Yuri Lotman, a Sub-rede de Significação faz parte integrante da **Semiosfera***. V. **Rede de Significação**.

Suspensão do Referencial – Na TSR é a operação lógica representada no Semiograma Relacional Hexagonal (SRH) * por ~ RFL, em oposição ao vértice do Referencial*, tendo em vista a autonomia da relação entre o SGN* e o seu RNT*. Em outras palavras, é a independência dos sistemas de signos, os quais, uma vez criados e em pleno funcionamento, independem da Epistêmica que o gerou, de modo que, embora o RFL possa produzir Interpretantes, Ressignificações e Conversões entre modelos de signos.

A Suspensão do Referencial se dá quando as Sub-redes de Significação* assumem o controle dos Signos e seus Significados, uma vez que os atores do circuito comunicacional fazem o uso dos Sistemas de Signos previamente estabelecidos pelas Sub-redes de Significação. Muito embora as intenções desses atores não possam ser alijadas, os Signos são utilizados dentro desta inscrição. Além disso, a Suspensão do Referencial somente se dá inteiramente quando os canais de comunicação estão executando as transmissões, independente dos atores.

Ao se utilizar o Signo (SGN), isto é, ao se realizar o ato comunicativo ou ato emissor via representação semiótica, está se promovendo o funcionamento do SGN, o qual substitui o Referente (RNT), em sua função semiótica. O ato comunicacional é um ato semiótico propriamente dito, onde o Significado é indicado, apontado pelo Significante. Já sabemos que o Significante é o elo material, o veículo do Significado. No ato de enunciação, portanto, o Significante se encontra em estado de carga de Significação. Logo, o RFL se oclusa em suspensão, em favor do Significado padrão-social em carga de substituição do Referente (RNT) pelo Significante em ação – no ato comunicacional, o Significado social do Signo toma o lugar do RFL (aloca-se no RFL por efeito suspensivo) para se tornar compreensível, em um lugar comum aos partícipes comunicacionais (tabela relacional de Significação padrão-social). Este Significado, de fato, está presente no dicionário do código utilizado, a menos que o emissor/autor redefina, por deslocamento, seu novo valor de significação, isto é, sua ressignificação. Se o fizer, estará interrompendo a suspensão do Referencial. O efeito interpretante, neste caso, virtualmente, pode se realizar automaticamente, porque o RFL está suspenso.

São instâncias de suspensão do RFL: o uso dos termos dêiticos, tais como os pronomes (ex.: demonstrativos, possessivos, interrogativos, relativos); o uso de indicações ostensivas no exercício dos gestos que apontam na presença dos atores comunicacionais; o uso icônico de

fotografias de Referentes presentes na realidade (retratos de pessoas e lugares existentes); o uso de sinais de trânsito em geral etc. Com isso, podemos inferir que os Sistemas de Signos e as suas respectivas codificações manifestas dispensam a Epistêmica, tornando-a suspensiva, uma vez que se podem gerar efeitos interpretantes e ações interpretativas independentes da ação da Epistêmica.

T

Tropo – Na Estilística, é o emprego figurado ou desviante da palavra ou locução; figura. Na retórica clássica é o uso transposto de uma expressão para demonstrar um desvio do uso cotidiano e repetido de dado Signo simples ou complexo.

A **TSR** trata o tropo como um Signo Complexo que se caracteriza pelo seu uso como Signo Transcendente*, ou seja, uma expressividade que vai para além de um primeiro Significado analítico, onde se verifica um deslocamento epistêmico*. Assim, todo tropo é resultante da **Ressignificação** do Signo Analítico* que a ele corresponda. O tropo, portanto, pode ser decomposto e transposto para um espectro de Significados* por meio da construção discursiva com Signos Analíticos – a explicação de um tropo desmonta o seu teor desviante, reduzindo-o ao teor analítico.

Qualquer Sistema de Signos pode apresentar tropos, sejam com intenções estéticas ou discursivas, a fim de impressionar o receptor, que poderá ou não interpretar como um uso diferenciado. Muitas vezes, encontramos os tropos nas línguas naturais, principalmente na Literatura, bem como nas artes figurativas que promovem deslocamentos epistêmicos ao produzir obras dotadas de Significados Transcendentes e que extrapolam o entendimento comum e cotidiano. Aliás, o que faz de uma obra se apropriar de Significados Transcendentes é o tropo que nela habita.

TSR – Acrônimo de **Teoria Semiótica da Ressignificação**, criada a partir das percepções de seu autor prof. Vinicius Claro, e iniciada no ano de 2017, que sistematiza os processos de transformação dos **Signos** e **Sistemas de Signos** em processos afetivos e cognitivos de criação de signos a partir de tipos de pensamentos* produzidos simultaneamente pelos Aparelhos Psíquicos Volitivo, Afetivo-Imaginário e Cognitivo-Modelador. Uma vez produzidos pensamentos de natureza amorfa por ação da pulsão mental do Aparelho Afetivo-Imaginário, a Epistêmica* encadeia a modelagem desta massa amorfa em uma entidade mental materializável conhecida por **SGN**, o **Signo**, dotado de dois componentes indissociáveis: o **Significante*** (o veículo material) e o **Significado*** (teor de substância). A

variedade e especificidades dos signos variam conforme o método físico de sua produção e inscrito em um Sistema de Signos, seja a partir de elementos da Natureza, seja a partir da Imaginação.

Comprometida com os atributos cognitivos dos produtores de signos (Epistêmicas), bem como considerando a plasticidade cerebral, a **TSR** tem como objetivo maior demonstrar, descrever e explicar os diversos **processos de Resignificação** a que todas as categorias sígnicas estão sujeitas, independente da natureza e organização do sistema em que estejam inscritas. Nesta perspectiva, as suas bases se fundam em dez postulados básico dos conceitos e corolários, chegando aos diagramas desenvolvidos em seu corpus, a saber, o **DRT – Diagrama Relacional Triádico**, baseado na Semiótica peirceana e o **SRH – O Semiograma Relacional Hexagonal***, que representa as relações semióticas e a lógica relacional entre os componentes no processo da construção da Semiose e sua conseqüente remodelagem – expressa na Resignificação do Signo, que é um processo universal para todos os seus sistemas, seja no plano da expressão* (ou do Significante), seja no plano do conteúdo* (ou do Significado). Associado a isso, o **SRH** condensa os três momentos da produção semiótica, seja na modelagem do signo, seja nos seus processos de Resignificação e **Conversão entre Modelos Semióticos (CMS)**.

V

Valor – Objeto de estudo da Axiologia. Segundo Houaiss, trata-se da qualidade humana de natureza física, intelectual ou moral, que desperta admiração ou respeito. Atributo inerente a um **Referente***, seja de natureza transcendente (simbólica) e conotativa (v. conotação), seja de natureza cognitiva e analítica (v. signo analítico). A **atribuição de valor** é um processo da Epistêmica verificado no pensamento amorfo gerado pelo Aparelho Afetivo-Imaginário, pelo qual se gera o Referente* e modelado pelo Aparelho Cognitivo-Modelador, pelo qual se gera o Signo*. (V. Axiologia).

Diz-se do **valor de uso**, quando um determinado objeto corresponde à sua utilidade concreta, como é o caso das ferramentas usadas com dada finalidade. Este é o valor que se materializa na coisa dada a sua aplicabilidade. Por outro lado, um evento ou objeto poder ter valor atribuído para além da sua natureza e constituição, recebendo, assim, em um valor diferente de sua utilidade.

O valor está sujeito a uma graduação de intensidade, o que não ocorre com o Significado, pois os Significados estão sujeitos às sub-redes de Significação que lhes confere um determinado valor de sentido. E mais: enquanto os Signos estão necessariamente

conectados em Sub-redes de Significação, os valores funcionam com Referentes dos Signos, em seu caráter atributivo ao Significado, de modo a conceder ao Significado um atributo que lhe posicione em uma escala determinada pelo pensamento amorfo.

Valor, segundo Saussure – Em seu Curso de Linguística Geral, F. de Saussure estabelece a relação entre o Significante* e o Significado* a partir de um princípio de arbitrariedade, o qual retoma e debate inúmeras vezes. Isto posto, o autor explicita:

Não só os dois domínios [som e pensamento] ligados pelo fato linguístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal ideia é perfeitamente arbitrária. Se esse não fosse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora. Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário. (...)

A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja. Além disso, a ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte.

Como explicitado, o valor do Signo* Linguístico está associado ao conjunto de valores da comunidade em que está inserido e constitui o seu Sistema de Signos*, conforme os critérios e axiologia culturalmente estratificada entre os falantes e operadores dos Sistemas de Signos em uso comum. O Signo não possui valor intrínseco como se pode deduzir, pois os valores são atribuídos aos Significantes no ato associativo que recebe o Significado – realizando-se o princípio da arbitrariedade.

Valor de significação, Valor de Significado – Segundo a TSR, o valor de um Signo está diretamente associado ao ato de produção do **Referente**. O Signo herda o valor atribuído ou adotado ao Referente, de modo que o uso do Signo será revelador desta produção. O Referente terá valor denotativo se a modelagem do Signo for para uma função cotidiana, repetitiva e reduzida a uma verificação de Significado imediata. O Referente terá valor conotativo ou transcendente quando lhe for atribuído Significação, para além de uma relação direta, produzida no **ato simbólico***.

Veículo do Signo – Entenda-se como veículo do Signo o seu Significante, pois é a parte sensível e perceptível do Signo. Pode-se dizer, portanto, que o veículo do Signo é o seu Significante*.

Zoosemiótica – Ramo da Semiótica que examina os signos produzidos pelos animais, cujos estudos são encontrados nas obras de Nöth, Sebeok, entre outros.

Para a TSR a Zoosemiótica pode contribuir enormemente para uma ressignificação dos processos cognitivos de produção de signos pelo homem. Nesta perspectiva, há de se verificar se a Linguagem* é, de fato, uma capacidade exclusivamente humana e como podemos delimitar uma ontologia para tal. A observação analítica dos processos comunicativos entre aves, insetos, peixes e mamíferos, por exemplo, social ou individualmente, pode conduzir para o aperfeiçoamento das reflexões acerca da Semiótica Humana, e dos Modelos Semióticos produzidos culturalmente.